

ANTIGUIDADE E USOS DO PASSADO

DESAFIOS E PROPOSTAS DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO



VOL. 3

Organizadores:
Carlos Eduardo da Costa Campos
Luis Filipe Bantim de Assumpção
Cristina de Souza Agostini
Leandro Hecko

**Antiguidade e Usos do Passado – desafios e
propostas de ensino, pesquisa e extensão
Volume 3**

**Antiguidade e Usos do Passado – desafios e
propostas de ensino, pesquisa e extensão
Volume 3**

Organização

Carlos Eduardo da Costa Campos

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Cristina de Souza Agostini

Leandro Hecko



**Vassouras
2025**

© Universidade de Vassouras Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contida, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e das demais instituições envolvidas.

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra

Adm. Gustavo Oliveira do Amaral

Reitor da Universidade de Vassouras

Prof. D. Sc. Marco Antonio Soares de Souza

**Pró-Reitor de Pesquisa e
Inovação Tecnológica**

Prof. D. Sc. Carlos Eduardo Cardoso

**Pró-Reitora de Extensão Universitária e
Desporto**

Prof.^a Consuelo Mendes

**Assessor de Relações Institucionais da
Presidência da FUSVE**

Prof. M. Sc. Hamilton Moss de Souza

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e
Capacitação Profissional**

Prof.^a D. Sc. Cristiane de Souza Siqueira
Pereira

**Editora-Chefe das Revistas Online da
Universidade de Vassouras**

Prof.^a M. Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

**Coordenador Local de Doutorado em
História**

Prof. D. Sc. Luis Filipe Bantim de
Assumpção

Organizadores

Prof. D. Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos

Prof. D. Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Prof.^a D. Sc. Cristina de Souza Agostini

Prof. D. Sc. Leandro Hecko

Conselho Executivo

Prof.^a D. Sc. Adriana Pinheiro Serqueira (SEEDUC-RJ)

Prof.^a D. Sc. Aline Vanessa Locastre (UEMS)

Prof.^a D. Sc. Airan dos Santos Borges (UFRN)

Prof.^a D. Sc. Ana Luiza Gonçalves Dias Mello (Univassouras)

Prof. D. Sc. Carlos Eduardo Cardoso (Univassouras)

Prof. D. Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)

Prof. D. Sc. César Fornis (Universidade de Sevilha)

Prof.^a D. Sc. Cristiane de Souza Siqueira Pereira (Univassouras)

Prof.^a D. Sc. Cristina de Souza Agostini (UFMS)

Prof.^a D. Sc. Dilza Porto (UFMS)

Prof.^a D. Sc. Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)

Prof. D. Sc. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)

Prof.^a D. Sc. Fernanda Eugênia Puga de Magalhães (UMinho)

Prof. D. Sc. Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes (Univassouras)

Prof. D. Sc. José Maria Gomes de Souza Neto (UPE)
Prof. D. Sc. Leandro Hecko (UFMS)
Prof.a D. Sc. Lúgia Carvalho (UEMS)
Prof. D. Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção (Univassouras)
Prof.a D. Sc. Maria do Carmo Franco Ribeiro (UMinho)
Prof.a D. Sc. Michele Teixeira Serdeiro (Univassouras)
Prof. D. Sc. Rainer Guggenberger (UFRJ)
Prof. D. Sc. Renan Marques Birro (UPE)
Prof.a D. Sc. Priscila Lini (UFMS)
Prof.a D. Sc. Vivina Dias Sol Queiróz (UFMS)

Conselho Consultivo

Prof. D. Sc. Adiel Queiroz Ricci (Univassouras)
Prof. D. Sc. Anderson de Araujo Martins Esteves (UFRJ)
Prof. M. Sc. Arilda da Costa Rocha Vellasco (SEMED-Maricá)
Prof. D. Sc. Claudio Umpierre Carlan (UNIFAL)
Prof.a M. Sc. Denize Cardim (Univassouras-Saquarema)
Prof. M. Sc. Hugo Leonardo Silva de Melo (Univassouras-Maricá)
M. Sc. Jaqueline Batista Cordeiro (SEEDUC-RJ)
Prof. D. Sc. João Tavares Bastos (Univassouras-Maricá)
Prof. D. Sc. Jorge Antônio Paes Lopes (DRA-BL; SEEDUC-RJ)
Prof.a M. Sc. Laura Roseli Pael Duarte (UFMS)
Prof.a M. Sc. Leonina Avelino Barroso de Oliveira (Univassouras)
Prof.a D. Sc. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (UFMS)
Prof.a M. Sc. Magda Elaine Sayão Capute (SEMED-Mendes)
Prof.a M. Sc. Marcela Gonçalves de Oliveira Pinto (SEMED-Araruama)
Prof.a D. Sc. Marinete Rodrigues (UEMS)
Prof.a M. Sc. Marcia Sena Barbosa Monsoreo Ribeiro (Univassouras)
Prof.a D. Sc. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)
Prof. M. Sc. Paulo Tong (Univassouras)
Prof. D. Sc. Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Prof. D. Sc. Rafael Carvalho da Silva Mocarzel (Univassouras)
Prof. D. Sc. Renan Antônio da Silva (UFSCar)
Prof.a D. Sc. Roberta Alexandrina da Silva (UFPA)
Prof. M. Sc. Rodrigo de Moura Santos (SEMED-Maricá)
Prof.a M. Sc. Rosana Gildo Vieira (SEMED-Maricá)
Prof.a D. Sc. Semíramis Corsi Silva (UFMS)
Prof.a D. Sc. Tais Turaça Arantes (SME-RJ)
Prof. D. Sc. Walmir Fernandes Pereira (SEEDUC-RJ)

Assessoria Executiva

Andreia Cristina Alcantara Paz (GHíPE)
Elisa Lampes Ramos (GHíPE)
Giselle Bastos Pereira (MHN)
João Gabriel da Silva Sanches (Lab ATRIVM / UFMS)
João Guilherme Vieira Poiati (Lab ATRIVM / UFMS)
José Natal (UPE)
Lara Fernandes (UMinho)
Lara Karinina Viana de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Leonardo Arguello Alves (Lab ATRIVM / UFMS)

Letícia César Ruela (UMinho)
Luis Miguel Pereira Lacerda (Lab ATRIVM / UFMS)
Marystella Albino de Souza (UERJ / IHGAM / GHiPE)
Miguel Ângelo Oliveira de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Paula Aranha (MHN)
Pedro Collares (MHN)
Vinícius Rotheman Felipe Ortega (Lab ATRIVM / UFMS)
Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos (URCA / GHiPE)

Diagramação e Editoração eletrônicas: Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção
Idealização / Projeto Gráfico / Arte da capa: Miguel Angelo Oliveira de Almeida (UFMS)

Coletânea Antiguidade e Usos do Passado – desafios e propostas de ensino, pesquisa e extensão (Volume 3) – ATRIVM / UFMS:

A obra que integra a série de publicações do Grupo de Trabalho em História Antiga do Mato Grosso do Sul e do Laboratório ATRIVM/UFMS, nessa edição foi realizada em parceria com a FUSVE, através da Univassouras e da PRPIT. A coletânea também é o resultado do Acordo de Cooperação UMinho x UFMS, o Acordo de Cooperação entre o MHN x UFMS, e da bolsa de Produtividade PQ2 – CNPq, ambos relativos às atividades do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS).

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5242>

An875	<p>Antiguidade e usos do passado: desafios e propostas de ensino, pesquisa e extensão volume 3. / Organizado por: Carlos Eduardo da Costa Campos, Luis Filipe Bantim de Assumpção, Cristina de Souza Agostini, Leandro Hecko – Vassouras, RJ : Universidade de Vassouras, 2025. 526 f.</p> <p>Recurso eletrônico Formato: E-book</p> <p>ISBN:978-65-83616-01-2</p> <p>1. Antiguidades. 2. Usos e costumes. I. Campos, Carlos Eduardo da Costa. II. Assumpção, Luis Filipe Bantim de. III. Agostini, Cristina de Souza. IV. Hecko, Leandro.V. Universidade de Vassouras. VI. Título.</p>
-------	---

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica Oline – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras.

Sumário

Prefácio..... p.15
Renan Marques Birro

**Apresentação: Os Estudos da Antiguidade
entre ações de Ensino, Pesquisa e Extensão....** p.19
Carlos Eduardo da Costa Campos; Luis Filipe
Bantim de Assumpção; Cristina de Souza Agostini;
Leandro Hecko

Seção I

**Estudos das Antiguidades: desafios, usos do passado
e recepção**

**Inventar a história: ideias da historiografia
tradicional chinesa para ler e ensinar o
passado.....** p.31
André Bueno

**Amazonas. Mujeres guerreras en el cómic
franco-belga del s. XXI.....** p.49
Arturo Sánchez Sanz

**Moeda e arqueologia: reflexo do passado
romano presente no mundo moderno.....** p.85
Cláudio Umpierre Carlan

A comédia antiga zoa os privilegiados..... p.105
Cristina de Souza Agostini

**Fontes documentais de um “quebra-cabeça”
metodológico: questões sociopolíticas do
teatro grego antigo.....** p.129
Dolores Puga

Casa a tu hija cuando te convenga, pero lo antes posible: reflexiones sobre la edad y el matrimonio en la Atenas clásica.....	p.145
Elena Duce Pastor	
Perspectivas sobre o passado: antiquarismo colonial e arqueologias indígenas na Guatemala.....	p.179
Fernando Pesce; Pedro Paulo Funari	
Romanização e (re)leituras do passado na África romana: o caso de Ghirza (sécs. III-IV).	p.197
Gilvan Ventura da Silva; Belchior Monteiro Lima Neto	
<i>Traduzindo a antiguidade helênica em Cavaleiros do Zodíaco – considerações para o ensino de história antiga.....</i>	p.227
Luis Filipe Bantim de Assumpção	
Apuntes sobre la paz en Hesíodo. De <i>Teogonía a Trabajos y días</i>. Una lectura antropológica del tópico.....	p.255
María Cecilia Colombani	
O cotidiano nas terras do faraó: a descrição dos comportamentos egípcios em Heródoto de Halicarnasso.....	p.269
Nathalia Monseff Junqueira	
Análise da lista dos mortos na guerra (vv. 302-30) na tragédia <i>Persas</i>, de Ésquilo, por meio da teoria conceitual de metáfora de Lakoff e Johnson.....	p.289
Ricardo de Souza Nogueira	

Seção II
Ações de ensino e extensão nos Estudos das
Antiguidades

- Uma mulher não é uma trípole: lendo a *Iliada* na sala de aula.....** p.313
Adriane da Silva Duarte
- Uma moeda de cada vez: animações, alfabetização e popularização científica do patrimônio numismático romano do Museu Histórico Nacional pelo ATRIVM / UFMS para o ensino de antiguidade romana.....** p.329
Carlos Eduardo da Costa Campos; Luis Miguel Pereira Lacerda; João Guilherme Vieira Poiati; Miguel Ângelo Oliveira de Almeida; Pedro Paulo Pereira Lacerda
- Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas da UFRJ: ensino, pesquisa e extensão com letras clássicas na FBN.....** p.363
Fábio Frohwein de Salles Moniz
- A história antiga e a Educação de Jovens e Adultos: prioridades entre sujeitos e um manual didático.....** p.391
Leandro Mendonça Barbosa
- O contributo da arqueologia na análise da morfologia urbana na longa duração. A metodologia de estudo do sistema viário de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal).....** p.415
Letícia Ruela; Maria do Carmo Ribeiro; Fernanda Magalhães

Do campo ao laboratório: a metodologia aplicada ao estudo do espólio cerâmico das antigas cavaliças de Braga (Portugal).....	p.445
Eduardo Alves; Lara Fernandes; Fernanda Magalhães	
Barbaridade! Pesquisa, ensino e extensão sobre identidades e alteridades na literatura greco-romana.....	p.463
Semíramis Corsi Silva	
A construção de um projeto de ensino de história e o lugar da história antiga nas escolas secundárias do século XIX.....	p.489
Nádia Narcisa de Brito Santos; José Petrúcio de Farias Junior	
Notas biográficas.....	p.513

PREFÁCIO

Como fazer compreender bem as questões da Pré-História, círculos culturais, civilizações mais antigas da Mesopotâmia ou da Ásia Menor, o mundo egeu, os etruscos etc. etc. a meninos de doze anos mais ou menos, que mal sabem a própria língua [...] e ainda ignoram o que seja evolução, cultura, problemas antropológicos, etc.? (Serrano, Jonathas. *Compêndios ...*, 1935).

A pergunta acima, que a meu ver continua bastante atual, foi produzida por Jonathas Serrano, um intelectual bastante ativo no país entre as décadas de 1920 e 1930: foi professor do Colégio Pedro II, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho Nacional de Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático e dos Conselhos de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal – além de autor de uma coleção de livros didáticos, publicada em meados da década de 1930. Chama particular atenção o fato de Serrano não ter questionado os conteúdos, mas como ensiná-los. Seja como for, em um esforço para atualizar o debate, creio que ela possa ser corroborada por outras duas, frequentemente retomadas por especialistas no período antigo, sobretudo depois das mudanças na Base Nacional Comum Curricular: por qual razão devemos estudar a Antiguidade no Brasil? Qual a relevância desses assuntos para um(a) estudante brasileiro(a)?

Para tentar dar conta delas de modo célere, basta lembrar de Patrick Geary em *O Mito das Nações* (2005) e as conexões entre passados remotos, quer no Mundo Antigo, quer no Medievo, para celebrar as nações europeias em pleno século XIX, naquilo que foi convencionalizado como *usos do passado*. E, pouco depois, como boa parte dessas premissas foram incorporadas desse lado do Atlântico, na grande tentativa de conectar as elites locais com os

modos “civilizados europeus” – de quem eles se sentiam herdeiros, diferentemente dos “primitivos” africanos, afrobrasileiros e indígenas (Birro, 2020; Abud, 1993; Nadai, 1993).

Ato contínuo, extrapolando a mera “herança” intelectual e da aprendizagem histórica, pode-se recobrar diferentes referências arquitetônicas, literárias e populares que, no fluxo de diferentes elementos, tornaram a Antiguidade bastante presente nas realidades contemporâneas brasileira e global. Com efeito, os referenciais civilizacionais da Antiguidade encontraram solo fértil em nosso país ainda no século XIX, e foram reforçados na centúria seguinte por reformas educacionais e modelos de organização da disciplina da História na seara universitária (Hilsdorf; Warde; Carvalho, 2004, p.137-171). E, ao mesmo tempo que naturalizaram a aprendizagem dessas sociedades e recortes espaço-temporais, não raro serviram de pedras fundacionais da nossa própria historiografia nacional.

Consoante ao exposto, conforme apontou Laurajane Smith, todos esses elementos amalgamados costumam formar *um discurso autorizado do patrimônio* – entidade que não existe *per se*, mas como construção sociocultural que costuma congrega autoridades, especialistas e público na produção de um senso comum conforme objetos, sítios, lugares e/ou paisagens (Smith, 2006, p.11). E, de modo complementar, Michelle Warren conseguiu demonstrar como laços dessa natureza intencionalmente forjados, isto é, sem uma conexão espaço-temporal “natural” e para além-mar, poderiam se apoiar em esferas sentimentais, não necessariamente de uma relação intrínseca com este ou aquele passado (Warren, 2011, p.3-6). Em suma, tratava-se de uma forma de se sentir civilizado e parte de algo maior, mesmo que a conexão fosse, no melhor dos casos, tênue (quando não inventada). Por sua vez, no final desse processo, locais, objetos, ideias e sentimentos parecem fornecer aspectos tangíveis para valores que marcam diferentes

comunidades, em um esforço de afirmação desses próprios valores.

Sendo assim, à guisa de conclusão, acredito que a abordagem dos *usos do passado* aplicada àquilo que se convencionou como “História Antiga” é particularmente frutífera para uma compreensão mais crítica, ampliada e serena da nossa própria história e historiografia (incluindo aquelas de natureza escolar). Por fim, tal postura é consoante ao alerta de Carlo Ginzburg de que estudar o passado desperta a percepção de culturas diferentes, ao mesmo tempo que possibilita uma atitude menos provinciana quanto ao passado e ao presente.

Carpina, 29 de Janeiro de 2025.

Renan Marques Birro
Professor Adjunto de História Medieval e Ensino de História
Medieval da
Universidade de Pernambuco

APRESENTAÇÃO

OS ESTUDOS DA ANTIGUIDADE ENTRE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Não faz muito tempo que os Estudos da Antiguidade sofreram intensos ataques à sua permanência curricular, por meio de nossos pares, oriundos de outras áreas do conhecimento histórico, cujo resultado se deu com a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. Neste documento, como destaca Dominique Santos (2019, p. 132), nos deparamos com uma proposta curricular “brasileira” que, em função de uma “agenda” anticolonialista, excluiu quase todo o conteúdo de História Antiga e Medieval do Ensino Básico. Há uma necessidade de valorizarmos a identidade brasileira, em sua multiplicidade cultural e étnica, porém isto não deve ocorrer pelo apagamento de outras temporalidades históricas e espaços geográficos.

Por outro lado, o tratamento dado à Antiguidade (bem como outros períodos) na Educação Básica ainda segue um viés elitista, conservador e factual, apartado da realidade contemporânea de nossos discentes (Moerbeck, 2021, p. 55). Essa postura destoava das experiências cotidianas de nossos alunos, posto que estes consomem ideias, valores e representações de mundo importadas e adaptadas da Antiguidade mediterrânea por meio de jogos eletrônicos, jogos de cartas e tabuleiros, animações, filmes, obras de literatura, histórias em quadrinhos, entre outras mídias.

Nesse sentido, reformular a maneira de apresentar as Antiguidades na Educação Básica é de grande relevância para a sociedade brasileira, em virtude dos referenciais culturais que mobilizam e integram a história de nosso país (Campos; Assumpção, 2023, p.134). Ao ampliarmos o repertório curricular estamos proporcionando o alargamento da percepção de mundo de nossos estudantes. Logo, uma História que se queira comprometida com a cidadania não ocorrerá pelo silenciamento dos feitos europeus, mas, pela sua devida análise, discussão e problematização.

Via de exemplo, se tomarmos o regime político brasileiro que se constitui em uma república federativa presidencialista, na qual escolhemos os nossos representantes políticos por meio do voto democrático, é importante que os discentes saibam que as palavras república, federação e democracia, são “heranças” da Antiguidade Mediterrânea, manifestando os *usos do passado* e a *recepção* de traços culturais de outras realidades espaço-temporais. Assim, parafraseando Ivan Jablonka (2024, p. 54) os Estudos da Antiguidade são produtos da contemporaneidade; mais do que isso, Lorna Hardwick e Christopher Stray (2008, p. 1-4) pontuam que todos os estudos que realizamos sobre o Mundo Antigo são formas de *recepção*. Neville Morley (2018, p. 57-64) nos adverte que as *recepções* da Antiguidade e os *usos do passado* mediterrâneo estão comprometidos, na sua maioria, com o entretenimento do seu público-alvo, mas, também, reinventando e ressignificando práticas e valores de outrora para legitimar ações políticas contemporâneas.

Assim, visto que a Antiguidade Mediterrânea integra a nossa formação cultural e sabendo que os valores daquele mundo são ressignificados por meio de seus *usos* e de sua *recepção*, é importante que os professores e pesquisadores se utilizem desse material como um meio de nos aproximarmos de nossos estudantes. Isso porque os alunos da Educação Básica, bem como do Ensino Superior, são usuários e consumidores de informações e tecnologias digitais, cujo conteúdo nem sempre está comprometido com alguma rigorosidade temática, acadêmica e ética. Logo, se nós, especialistas, não mobilizarmos a nossa experiência e conhecimento a favor de uma educação para a cidadania, qualquer outra mídia o fará e sem o compromisso que temos com o aprimoramento da consciência histórica de nossos alunos (Moerbeck; Santos, 2023, p. 179).

Diante do exposto, temos a coletânea **Antiguidade e Usos do Passado – desafios e propostas de ensino, pesquisa e extensão (Volume 3)**, que é o resultado do “II Encontro do Grupo de Trabalho em História Antiga de Mato Grosso do Sul – Desafios e possibilidades para o Ensino de História Antiga no

século XXI”, realizado em 2022, promovido pelo Laboratório ATRIVM, na Faculdade de Ciências Humanas da UFMS. Este trabalho evidencia que as Antiguidades se fazem presentes em nossa existência, tanto pelas imagens que delas se apropriam, quanto pelo tratamento dado aos indícios de outrora, em prol de uma investigação comprometida com a percepção crítica de nossa sociedade e profissão. Com isso, se os *usos do passado* europeu, africano, asiático e americano são inevitáveis, que estes sejam feitos com os devidos rigores da profissão, porém, empregando linguagens e mídias diversas para que os nossos alunos vejam a importância dos Estudos das Antiguidades em sua formação social, além de se interessarem pela área e os seus conhecimentos.

Os 20 textos nessa coletânea apresentam possibilidades de ensino, pesquisa e extensão com as temáticas oriundas das Antiguidades, as quais se tornam ferramentas para favorecer a divulgação científica junto à sociedade brasileira. A obra foi dividida em duas seções temáticas, a saber **Estudos das Antiguidades: desafios, usos do passado e recepção**, com 12 textos no total; e **Ações de ensino e extensão nos Estudos das Antiguidades**, com 8 textos. A organização dos artigos de cada eixo obedeceu a ordem alfabética, a partir do primeiro nome de seus autores, não havendo qualquer priorização de um tema ou abordagem sobre outro.

Dessa maneira, o texto que abre a seção **Estudos das Antiguidades: desafios, usos do passado e recepção**, se intitula “Inventar a história: ideias da historiografia tradicional chinesa para ler e ensinar o passado”, de autoria de André Bueno. Em sua análise, Bueno fez um traçado da maneira como a antiguidade chinesa foi mobilizada no decorrer do tempo, através da prática da “analogia” e da “inversão”, mas, sem ignorar a possível “originalidade” que se dá nesse processo. A sua abordagem esteve empenhada em evidenciar como a historiografia chinesa produziu o seu conhecimento acerca do passado, utilizando da sua “tradição” histórica para dar sentido à contemporaneidade que a mobilizava para os mais variados fins, até os dias atuais.

O artigo seguinte, de Arturo Sánchez Sanz versa sobre “Amazonas. Mujeres guerreras en el cómic franco-belga del s. XXI”, analisa a *recepção* do mito das amazonas em duas histórias em quadrinhos – “Le Coeur des Amazones” (2018) e “Reconquêtes” (2011). O grande mérito do trabalho reside no uso de documentos literários da Antiguidade para explicitar as inspirações e as modificações que os autores destas obras realizaram, em sua releitura acerca destas mulheres guerreiras. Sanz reitera que o uso de HQ com temas do Mundo Antigo helênico se constitui em uma ferramenta inigualável de ensino, desde que os professores saibam como mobiliza-las em suas aulas e demais práticas acadêmicas.

Já Claudio Umpierre Carlan, no trabalho “Moeda e Arqueologia: reflexo do passado romano presente no mundo moderno”, discute a importância dos estudos de numismática para se entender as dinâmicas político-sociais do Mundo Antigo, evidenciando a atualidade do tema e do próprio objeto de pesquisa, a saber, as moedas. O autor aponta para a capacidade comunicacional deste artefato arqueológico e como o seu conteúdo pode enriquecer as atividades em sala de aula, porém, adverte que as moedas romanas tinham um valor que superava o aquecimento de sua economia, visto que as mensagens presentes em cada um desses indícios exprimiam e difundiam informações pelo império.

No artigo “A comédia antiga zoa os privilegiados”, Cristina de Souza Agostini explicita como o gênero cômico do teatro helênico foi mobilizado no decorrer do tempo, chegando aos nossos dias a se fazer notar na prática de comediantes brasileiros. A autora destaca que certas características da comédia antiga acabavam consagrando representações e percepções de práticas, de grupos sociais e de alguns sujeitos em particular. No entanto, Agostini não perde de vista a caráter paidêutico, ou seja, pedagógico, que o teatro exercia na Atenas clássica, manifestando a *recepção* de assuntos míticos ou de acontecimentos recentes em prol da crítica e da advertência sociopolítica, mesmo visando o riso. Em nossa sociedade, por sua vez, é preciso que a *recepção* da

comédia aristofânica se dê sem que percamos de vista a desigualdade que constitui a nossa História e como as injustiças perpetradas no decorrer do tempo continuam fortes em meio aos nossos, portanto, se queremos que o riso seja pedagógico nos cabe perceber que nem tudo é risível, como certos comediantes tendem a acreditar no Brasil atual.

O texto “Fontes documentais de um ‘quebra-cabeça’ metodológico: questões sociopolíticas do teatro grego antigo”, de Dolores Puga, evidencia as sutilezas da *recepção*, pois, ao apresentar a maneira como o teatro ateniense de finais do século V se organizava, a autora expôs um conjunto de práticas comuns até os dias de hoje, isto é, o financiamento de obras e apresentações artísticas. Embora pareça uma prática corriqueira, recordamos que o financiador, ou grupo de financiadores, figuram nos “créditos” da representação artística, chegando a emular modelos de conduta social. Portanto, o teatro ateniense era um mecanismo político-social que legitimava a estrutura hegemônica desta *pólis*, ensinando aos sujeitos o lugar social de cada um. Assim, as redes de sociabilidade que favoreciam a patronagem dos eventos teatrais serviam como um instrumento político para as elites atenienses consolidarem os seus poderes e a sua influência para além da “tradição ancestral”, mesmo no interior da democracia – algo que podemos verificar mesmo no Brasil, nos dias de hoje, demarcando a *recepção* desta prática.

Em “Casa a tu hija cuando convenga, pero lo antes posible: reflexiones sobre la edad y el matrimonio en la Atenas Clásica”, Elena Duce Pastor evidencia que as estratégias matrimoniais na Atenas Clássica estavam diretamente relacionadas à formação de redes políticas entre famílias, de modo que as influências, o poder e a autoridade de ambas servissem aos interesses de seus membros. Esse ideal aristocrático, como verificamos no “Econômico” de Xenofonte, parece ter sido comum na comunidade ateniense, porém, considerando o seu caráter masculino e a necessidade de corresponder às demandas do universo dos homens, a mulher é representada em uma posição de vulnerabilidade e submissão, tornando a procriação uma

espécie de “trabalho feminino” por excelência. O que nos chama a atenção é perceber que esse ideal sofreu *recepção* em diversas culturas e sociedades, já no início da Modernidade, sendo verificável em certas regiões do mundo contemporâneo – evidenciando a atualidade da proposta e da temática discutida.

Fernando Pesce e Pedro Paulo Funari, no artigo “Perspectivas sobre o passado: antiquarismo colonial e arqueologias indígenas na Guatemala”, discorrem acerca da maneira como os espanhóis interagiram, já no século XVI, com os indícios materiais das comunidades indígenas na América Central e, concomitantemente, cita a relação de grupos indígenas americanos com os vestígios antigos de sua cultura. No entanto, os autores pontuam que os *usos do passado* gualtemalteca se deu de maneira singular, posto que obedeceu aos estudos desenvolvidos na Europa junto à Arqueologia. Contudo, com a reabilitação da perspectiva ameríndia sobre o passado, as pesquisas avançaram sobremaneira, dando voz aqueles que foram silenciados com o colonialismo europeu, mesmo ao falarem de sua própria cultura e história.

No texto “Romanização e (re)leituras do passado na África romana: o caso de Ghirza (sécs. III-IV)”, Gilvan Ventura da Silva e Belchior Monteiro Lima Neto exploram a maneira como as lideranças locais de Ghirza se utilizaram de traços culturais romanos para promover a sua autoridade junto à população de seu território, na África. Aqui temos o indício de como os chefes da Líbia se utilizaram da *recepção* para garantir a sua agência sobre a localidade, negociando com a potência estrangeira, que era Roma, e legitimando o seu poder em um nível local.

Em “*Traduzindo a antiguidade helênica em Cavaleiros do Zodíaco – considerações para o ensino de história antiga*”, Luis Filipe Bantim de Assumpção se utiliza do conceito de *tradução*, desenvolvido por Lorna Hardwick, para demonstrar como o *mangá* Cavaleiros do Zodíaco cria uma *recepção* específica dos mitos helênicos para criar o seu enredo. Sabendo que o *mangá*, enquanto história em quadrinhos, dialoga com a indústria, o contexto e o público-alvo que o fomenta, a obra em questão pode ser

empregada como ferramenta pedagógica para o Ensino de História Antiga, como aponta o autor.

O trabalho intitulado “Apuntes sobre la paz en Hesíodo. De *Teogonía* a *Trabajos y días*. Una lectura antropológica del tópico”, María Cecilia Colombani demonstra que a narrativa hesiódica – em ambos os poemas – retratam cenários de guerra, sendo esta um sinal de desmedida dos sujeitos envolvidos. Entretanto, a autora explicita que em *Trabalho e dias*, Hesíodo cria uma resposta ao contexto histórico em que vivia, de modo que os *usos do passado* mítico seja capaz de promover uma educação para a paz.

Já Nathalia Monseff Junqueira, em “O cotidiano nas terras do faraó: a descrição dos comportamentos egípcios em Heródoto de Halicarnasso”, demarca que a representação dos egípcios na narrativa herodoteana ultrapassa a oposição entre helenos e bárbaros, proposta pelo autor. Segundo Junqueira, o Egito de Heródoto ajuda a legitimar a identidade dos helenos, visto que, inicialmente, os egípcios teriam costumes muito distantes dos helenos, mas, no decorrer da narrativa, o autor considera que os cultos egípcios, por exemplo, serviram de base para aqueles da Hélade. Dito isso, a *recepção* que Heródoto cria do Egito não deixa de ser um *uso do passado* mediterrânico no contexto de estabelecer o que era “ser heleno”, em detrimento dos bárbaros da Pérsia.

Por fim, o último artigo da primeira seção temática é da autoria de Ricardo de Souza Nogueira, intitulado “Análise da lista dos mortos na guerra (vv. 302-30) na tragédia *Persas*, de Ésquilo, por meio da teoria conceitual de metáfora de Lakoff e Johnson”. O autor destaca que *Persas* se constitui tanto em um *uso do passado* das Guerras Pérsicas, quanto de uma *recepção* dos eventos ali ocorridos. No decorrer da peça, Ésquilo estabelece metáforas para fazer com que a audiência de atenienses pudesse decodificar as mensagens presentes na tragédia, de modo que estas contribuíssem para a sua percepção da realidade do século V. Dessa maneira, a tragédia *Persas* serve como uma propaganda política que enaltece o poder e a relevância de Atenas, junto à Hélade, em função do seu envolvimento decisivo na batalha contra essa hoste de bárbaros.

A integração entre extensão, ensino e pesquisa é fundamental para a difusão do conhecimento sobre a Antiguidade, promovendo a valorização do patrimônio cultural e a formação crítica de estudantes e comunidades. Nesta segunda seção, apresentamos uma série de iniciativas que ilustram como os estudos da Antiguidade podem ser aplicados em contextos educativos e de extensão, contribuindo para a democratização do conhecimento e a conscientização patrimonial. No texto “Uma mulher não é uma trípode: lendo a *Ilíada* na sala de aula”, Adriane da Silva Duarte apresenta um relato de sua experiência com a leitura da *Ilíada* em sala de aula, destacando estratégias para abordar temas sensíveis, como a condição feminina, e contextualizar o poema à luz das discussões contemporâneas sobre direitos das minorias.

Em “Uma moeda de cada vez: animações, alfabetização e popularização científica do patrimônio numismático romano do Museu Histórico Nacional pelo ATRIVM/UFMS”, Carlos Eduardo da Costa Campos, Luis Miguel Pereira Lacerda, João Guilherme Vieira Poiati, Miguel Ângelo Oliveira de Almeida e Pedro Paulo Pereira Lacerda descrevem o projeto do laboratório ATRIVM de popularização da numismática romana por meio de animações, cartilhas e jogos, visando engajar alunos do ensino básico e promover a educação patrimonial.

Em “Do campo ao laboratório: a metodologia aplicada ao estudo do espólio cerâmico das antigas cavaliças de Braga (Portugal)”, Eduardo Alves, Lara Fernandes, Fernanda Magalhães apresentam a metodologia aplicada ao estudo de cerâmicas encontradas nas Antigas Cavaliças de Braga, destacando a análise de fragmentos de ânforas, cerâmica comum e *terra sigillata*.

No capítulo “Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas da UFRJ: ensino, pesquisa e extensão com letras clássicas na FBN”, Fábio Frohwein de Salles Moniz apresenta o Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas (NDLC), destacando a sua atuação na extensão universitária e na integração entre ensino, pesquisa e difusão do conhecimento sobre línguas clássicas. Em “A História Antiga e a Educação de Jovens e Adultos: prioridades

entre sujeitos e um manual didático”, Leandro Mendonça Barbosa defende a importância dos manuais didáticos no ensino de História Antiga, analisando criticamente um manual escolhido e ressaltando seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

No texto “O contributo da arqueologia na análise da morfologia urbana na longa duração. A metodologia de estudo do sistema viário de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal)”, Letícia Ruela, Maria do Carmo Ribeiro, Fernanda Magalhães explanam sobre a metodologia usada para estudar o sistema viário de *Bracara Augusta*, destacando o cruzamento de dados arqueológicos, históricos e cartográficos para compreender a evolução urbana da cidade.

Em “A construção de um projeto de Ensino de História e o lugar da História Antiga nas escolas secundárias do século XIX”, Nádia Narcisa de Brito Santos e José Petrúcio de Farias Junior analisam o ensino de História Antiga no Brasil oitocentista, com foco nos compêndios utilizados no Imperial Colégio Pedro II e sua relevância para a formação do currículo escolar.

No capítulo “Barbaridade! Pesquisa, ensino e extensão sobre identidades e alteridades na literatura greco-romana”, Semíramis Corsi Silva apresenta os resultados do projeto "Barbaridade", que investiga identidades e alteridades na literatura greco-romana, com desdobramentos em ensino e extensão.

Feitas as devidas apresentações esperamos que os leitores interessados se apropriem dos conhecimentos aqui desenvolvidos para aprimorarmos a História Antiga, demarcando a sua atualidade e a sua contribuição para a formação identitária dos grupos sociais na contemporaneidade – cada qual à sua maneira.

Com votos de uma ótima leitura,

Carlos Eduardo da Costa Campos
Luis Filipe Bantim de Assumpção
Cristina de Souza Agostini
Leandro Hecko
(Organizadores da coletânea)

Referências bibliográficas

- CAMPOS, C. E. da C.; ASSUMPCÃO, L. F. B. de. A HQ Hades: o senhor dos mortos e o Ensino de História Antiga. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 133-151, Jan. 2023. DOI: 10.20949/rhhj.v12i24.984
- HARDWICK, L.; STRAY, C. Introduction: Making Connections. In: HARDWICK, L.; STRAY, C. (Eds.). **A companion to classical receptions**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2008, p. 1-10.
- JABLONKA, I. **O terceiro continente ou a literatura do real**. Trad.: E. Lessa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.
- MOERBECK, G. Em defesa do ensino de história antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. **Brathair**, n.21, v.1, p. 50-91, 2021. DOI: 10.18817/brathair.v1i21.2525
- MOERBECK, G.; SANTOS, J. M. dos. Ao menos aqui, as mulheres têm voz? Temas sensíveis, percursos temáticos e a História da Grécia Antiga para o Ensino Fundamental. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 178-210, Jan. 2023. DOI: 10.20949/rhhj.v12i24.970
- MORLEY, N. **Classics: Why it matters**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- SANTOS, D. O Ensino de História Antiga no Brasil e o debate da BNCC. **Outros Tempos**, v. 16, nº 28, p. 128-145, 2019. DOI: 10.18817/ot.v16i28.703

SEÇÃO I
ESTUDOS DAS ANTIGUIDADES: DESAFIOS, *USOS*
DO PASSADO E RECEPÇÃO

INVENTAR A HISTÓRIA: IDEIAS DA HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL CHINESA PARA LER E ENSINAR O PASSADO

André Bueno

A História Tradicional Chinesa, dentro dos próprios critérios que essa civilização desenvolveu, é uma forma de literatura. Ela tem suas características específicas, no que diz respeito a transmissão de ideias ao longo do tempo e da preservação da cultura. Em um texto anterior (Bueno, 2012), trabalhamos com os aspectos da criação e do imaginário na construção das narrativas, mostrando como a concepção de história entre os chineses admite a intervenção da imaginação sobre os eventos e evidências. O que me proponho nesse texto que agora apresentamos é analisar dois procedimentos metodológicos básicos para operar a investigação histórica, que são a “Analogia” (*Biyu* 比喻 ou *Leibi* 類比) e a “Inversão” ou “Anomalia” (*Xiangfan* 相反 ou *Yili* 異例).

“Analogia” e “Inversão” são dois meios pelos quais nos aproximamos do objeto histórico pretendido, tendo em vista que ele já ocorreu. Desse modo, o exame das evidências, com o fito de contextualizar e ponderar o evento, nos leva a compará-lo com algo já ocorrido e conhecido (analogia), ou empregá-lo como modelo inspirador do passado. Noutro sentido, uma situação cujo conjunto de fatores aponta para conclusões sutis e não declaradas constitui um episódio ou imagem que deve ser lida “ao contrário” (inversão). Por fim, existem ainda narrativas que podem vir a requisitar o uso de ambos os mecanismos, principalmente pela percepção de uma situação inédita ou inovadora.

No entanto, esses dois procedimentos não apontam, necessariamente, para uma conservação do material histórico: ao contrário, a inovação na análise (a originalidade) é entendida como um recurso necessário e derivado da capacidade investigar o objeto histórico por outros ângulos possíveis. Analogias sem princípios comuns são tão inválidas quanto inversões sem

fundamentos críticos, e disso os chineses estavam absolutamente conscientes. As histórias dinásticas oficiais (*Zhengshilei* 正史類), por exemplo, tinham a tendência a se engessarem com o relato descritivo e as analogias com os tempos antigos, sem uma proposição relativamente inédita; as histórias alternativas (como o *Zizhi Tongjian* 資治通鑑 ou “Espelho do bom governo”, de Sima Guang 司馬光), por outro lado, empregaram a inversão para propor novas visões sobre o passado, mas por vezes não estabelecem conclusões factíveis, indispensáveis ao juízo ético que a história chinesa pretende apresentar.

Apresentaremos aqui, de forma bem rápida, o uso desses dois métodos tradicionais, que podem nos levar a compreender a construção de uma originalidade histórica, baseada nas possibilidades documentais e teóricas que se apresentam. Com base no domínio dessas duas estratégias metodológicas, veremos como é possível ensinar a leitura da história de forma mais crítica e instigante, algo que os antigos chineses já haviam constatado.

A história na mutação

O que chamamos de “mundo real” – isto é, a cosmovisão integrada das realidades materiais e simbólicas – é aquilo que os chineses denominavam como “mundo da mutação” (*Yi* 易) ou “tudo abaixo do Céu” (*Tianxia* 天下). A história se desenrola e acompanha a mutação desse mesmo mundo, tentando interpretar os princípios ou estruturas (*Li* 理) que fundamentam os eventos históricos. Eis a razão pela qual ela produz “verdades”, dentro das possibilidades. O texto histórico é uma metáfora do que foi, tentando apreender, pelos restos das evidências, o princípio ou sentido do acontecimento que lhe subjaz.

Deste modo, a reconstrução histórica é uma resignificação de um pretendido evento, posto que sua reconstituição, interpretação e parecer decorrem das possibilidades associativas que podem ser feitas entre ele e seus vestígios documentais. Tal consciência histórica já era objeto de análises críticas desde a

antiguidade, pois os problemas ligados ao uso da linguagem e da interpretação já se faziam presentes, e se manifestavam diretamente na forma como se podia explicar a “realidade”. Essa é a razão pela qual Zhuangzi 莊子 (369-286aec), por exemplo, desqualificava as teorias inobserváveis, construídas com base no passado, por meio de uma analogia com a cosmologia:

Suponhamos que haja uma afirmativa. Não sabemos se pertence a uma categoria ou a outra. Mas se reunirmos as diferentes categorias numa única, então, as diferenças de categorias deixam de existir. Devo explicar, entretanto. Se houver um começo, então houve uma época antes desse começo, e uma época antes da época que ficava antes da do começo. Se há uma existência, deve ter havido uma não-existência. E se houve um tempo em que nada existia, então deve ter havido uma época em que nem mesmo o nada existiu. O nada veio a existir repentinamente. Alguém pode dizer realmente se pertence à categoria da existência ou da não-existência? Até mesmo as palavras que acabo de proferir - não posso dizer se significam, ou não, alguma coisa. (*Zhuangzi* 莊子: 齊物論, 2)

Embora a preocupação de Zhuangzi não fosse estritamente com a história (mas com certeza, com o passado e o uso conceitual das ideias e palavras), sua observação foi amplamente útil para os historiadores, que conceberam, a partir disso, que a investigação só poderia ser feita a partir de elementos disponíveis. Ou seja: não se pode explicar um evento histórico sem qualquer fonte sobre ele – e por isso, ele “não existiu” enquanto não surgirem indícios de sua ocorrência. Essa categorização seguia a lógica de oposição complementar, conceito caro aos chineses desde a época da escrita do *Yijing* 易經 (o *Livro das Mutações*), seu primeiro manual de ciências sobre a natureza. Zhuangzi continua a usar esse expediente de contrastar as imagens-palavras, de modo a fazer perceber (ou não) seus sentidos:

Não há nada que não seja "isto"; não há nada que não seja "aquilo". O que não pode ser visto por "aquilo" (a outra pessoa) pode ser compreendido por mim. Daí eu digo, "isto" emana "daquilo"; "aquilo" também deriva "disto". Esta é a teoria da interdependência "disto" e "daquilo" (relatividade dos padrões). (*Zhuangzi* 莊子: 齊物論, 2)

Mas enquanto Zhuangzi acreditava que o “Dao” 道 (Caminho) para harmonizar essas duas categorizações passava pela anulação de suas identidades superficiais, os historiadores – em sua maioria, confucionistas – defendiam que a relação entre os objetos históricos se dava, justamente, pela sua oposição reveladora, que os tornavam vestígios investigáveis. Os “aquilo” e “isto” a que Zhuangzi se referia seriam aspectos externalizados de objetos aos quais se buscava dar sentido – contexto histórico, mensagem, ideia – o que permitiria capturar, então, o entendimento do princípio que se manifestaria em cada caso em questão. Enquanto “isto” seria o que afirmo por analogia, “aquilo” é o que não seria “isto” por inversão. “Aquilo” torna-se “isto”, porém, se por analogia de princípios ele mantém uma afinidade de categoria, se aproximando mais do que se excluindo. Do mesmo modo, quando a analogia não se verifica válida, inverte-se o procedimento, identificando nas diferenças ou ausências o ponto de aprofundamento.

Analogias (*Biyu* 比喻 ou *Leibi* 類比)

Portanto, para a analogia ser eficaz, é necessário que se conheça os materiais e os propósitos de quem a fez – ou, do que se pretende fazer. Há uma raiz na interpretação do princípio que é dada pelo autor e por quem a interpreta. É o que Confúcio fez, por exemplo, no *Chunqiu* 春秋 (*Primaveras e Outonos*), quando citava pequenos fragmentos históricos que deviam ser compreendidos a partir do entendimento de sua gramática

filosófica e linguística; mas suas indicações cronológicas e eventuais (que eram base de reflexão) se perderam com o passar do tempo, e tiveram que ser reinterpretadas posteriormente, como no caso do livro *Zuozhuan* 左傳, que acabou se cristalizando como a “mais adequada” análise (na tradição chinesa) sobre o texto de Confúcio (Bueno, 2015). Mesmo assim, outros comentários sobre o mesmo *Chunqiu* surgiram, como o *Guliang* 穀梁傳 e *Gongyang* 公羊傳, que se consolidaram e mostraram que era possível criar múltiplas analogias, imagens e entendimentos sobre as mesmas passagens. Depois disso, foram feitos ainda comentários sobre os comentários... indicando uma ampla gama de possibilidades determinadas pela descoberta gradual de documentos ou, pela inversão das análises. Isso deixa claro e evidente que, ao nos inspirarmos no passado, buscando modelos idealizados de referência, o que fazemos muitas vezes é idealizar os próprios modelos, e projetamos os mesmo sobre a leitura dos eventos. Não há leitura isenta; contudo, existem buscas que partem com um intuito definido de reelaborar imagens do passado a partir de propósitos particulares. Essa é a dificuldade de construir ou identificar analogias eficazes. Um trecho interessante do intelectual Wang Chong 王充 (27-97ec), da dinastia Han, evidencia a importância da analogia no processo do conhecimento histórico:

Para as pessoas comuns, os sábios sabem prever a boa ou má sorte porque sabem deduzir partindo de sintomas insignificantes, e prever o resultado final a partir dos começos, iniciando pelas trivialidades das pessoas na rua para chegar a comentar, por analogia, os assuntos importantes da corte e alcançar, pelo que é mais facilmente visível, o que está oculto e invisível. [...] os sábios não devem sua capacidade de entendimento a dotes excepcionais, mas ao seu raciocínio baseado na classificação das coisas. (Wang, *Lunheng* 論衡, 71).

Wang Chong queria claramente demonstra que, sem uma classificação crítica das ideias, poderíamos construir analogias ineficazes, incapazes de ilustrar o conhecimento histórico. As analogias teriam por objetivo construir as categorias de conhecimento, quer fosse pela formação do conjunto (indução), quer fosse pela identificação do objeto dentro de um contexto (dedução). Esse jogo de relações entre o entendimento das narrativas do passado e sua associação com o presente foram continuamente debatidas ao longo da história e da filosofia chinesa. Hanfeizi 韓非子 (280-233aec), autor anterior a Wang Chong, propunha, inclusive, que as analogias com o passado fossem abandonadas como modelos e inspiradores e deixassem de servir para a compreensão histórica, mesmo que isso implicasse no uso de analogias para dar exemplos (Bueno, 2015).

Séculos depois, esse tema crucial continuava a permear as técnicas de leitura e redação do passado para os chineses. O grande renovador do pensamento acadêmico, Zhu Xi 朱熹 (1130-1200ec), em seu *Tongjian Gangmu* 通鑑綱目 (algo como *Comentários e orientações do Espelho do Bom governo*) escreveu uma narrativa baseada em exemplos morais, aplicando-lhes a conceituação ética que julgava necessária, criticando a obra de Sima Guang e aproximando-se do sistema de comentário das *Primaveras e Outonos*. De fato, Zhu Xi concordava com a ideia de que os princípios estavam contidos nos eventos (motivo pelo qual eles haviam sido registrados), e entendia que a busca do sentido se fazia pela reflexão letrada – que, ao mesmo tempo em que se pautava nas tradições, buscava nelas a originalidade do entendimento (a razão esclarecedora). Por isso, era necessário aprender a ler os eventos históricos e as narrativas por meio dessa metodologia interpretativa sutil:

Dar com a fonte de um enunciado significa identificar a base que o sustenta. É exatamente como construir um edifício; temos que construir bases sólidas, e só depois podemos erguê-lo. Se os alicerces não forem sólidos, toda a madeira empregada na construção será inútil, e

somente servirá para edificar um prédio tão frágil quanto suas bases. (Zhu, *Zhuzi Yulei* 朱子語類: 11 學五)

Ou seja; utilizando de uma analogia, Zhuxi explicava que a análise do texto consistia em depurar seus excessos, detalhes e disfarces para decodificá-lo, e concluir a mensagem (ou ideia fundadora) nele contido (princípio, estrutura, Li) por comparação a tradições morais cuja essência, em sua maioria, se remetiam ao cânone confucionista.



Fig. 1 – Um exemplo de analogia: “Execução dos Letrados”, de Zhong Hongnian 张红年 (2003). Entre 213-212aec, o imperador chinês Qinshi Huangdi 秦始皇帝 ordenou a queima de livros e o enterramento dos acadêmicos (*Fenshu Kengru* 焚書坑儒) que criticavam o regime. A ideia viera das influências legistas na dinastia (como Hanfeizi), para quem era necessário abolir o passado e suprimir as críticas (Bueno, 2015). Milênios depois, Mao Zedong 毛泽东 acreditaria novamente que a solução para a China seria exterminar o passado, estimulando a *Grande Revolução Cultural* 无产阶级文化大革命 (1966-1974) que destruiu milhares de livros, monumentos e perseguiu maciçamente os intelectuais considerados adversários do regime. Contudo, há uma contradição clara no uso dessa analogia: se os legistas defendiam que o passado

deveria ser abandonado, então, como se inspirar em um evento histórico antiquíssimo para mudar o futuro? **Fonte:** <http://www.zhanghongnian.com/works/epic/execution-scholars> Acesso: 13-04-2023.

Inversão ou “Anomalia” (Xiangfan相反 ou Yili異例)

Por outro lado, os “não ditos”, ausências, ou visões restritas da história nos levam a uma indispensável inversão do discurso. Vejamos a própria obra de Confúcio: ela feita numa época em que as mesmas tradições que o mestre pregava estavam em desuso. Confúcio na verdade nos informava que elas estavam em decadência: contudo, tal afirmação é tanto mais válida quando observamos, realmente, o quanto elas demoraram para serem resgatadas como uma doutrina oficial do império (na época Han, praticamente três séculos depois). Aqui inversão e analogia se combinam, mas a regra está presente: quanto mais se afirma algo, há um forte indício de que esse algo esteja em franco desaparecimento ou perda de força.

Um exemplo clássico disso são os chamados livros femininos confucionistas, dos quais se destacam os *Nu Sishu* 女四書 (os *Quatro livros femininos*, manuais sobre a questão das mulheres na sociedade chinesa; ver Pang-White, 2018; Bueno, 2022): quanto mais essas obras legislavam sobre as mulheres, mais eles evidenciavam, também, o desejo de certos grupos misóginos em impor um controle social, político e econômico de que não dispunham. Discursos moralistas sempre implicam na perda de poder por parte de um grupo, que busca preservar-se frente as mudanças sociais e culturais. Por outro lado, vários textos daoístas provavam que existia uma ideia de harmonia com o feminino, discordante do propósito de submissão (Cleary, 1999).

Isso significa que, quando lemos sobre o passado, devemos ter um enorme cuidado em não acreditar diretamente nas narrativas, por mais simples que pareçam. De modo similar, mesmo que uma determinada informação seja exaustivamente repetida, isso não significa que ela é verdadeira ou responde ao

ponto de vista da maior parte das pessoas. Os meios de comunicação contemporâneos são especializados nesse tipo de procedimento. O problema, justamente, é que a história pode ser escrita por agentes distanciados da realidade, mas engajados numa formulação ideológica. Liu Zhiji 劉知幾 (661-721ec), historiador da época Tang, deixara isso bem claro no seu manual da história, o *Shitong* 史通:

Nos tempos antigos os historiadores tornaram públicas as suas palavras sem receio de desagradar os poderosos. Contudo, nos tempos de hoje, os historiadores escrevem suas histórias em segredo, dentro do palácio, tentando não importunar pessoas poderosas ou interessadas; no entanto, dado o grande número de envolvidos nessas histórias, tornou-se impossível escrever qualquer coisa sem ter que atender as objeções desses poderosos [...] com isso, a escrita histórica é vítima de intromissões arbitrárias e contraditórias, que deturpam severamente seus sentidos, e precisa necessariamente ser reinterpretadas pelas histórias privadas. (Liu, *Shitong* 史通: 外篇, 1 史官建置)

Como Zhou Wenji (2007) mostrou, Liu Zhiji contribuiu decisivamente para construir uma nova forma de análise crítica da História, tentando afastar sua leitura de dogmatizações ou de influências claramente dirigidas. Desde essa época, portanto, já era preciso fazer leituras “invertidas” de certos discursos. As analogias estavam sendo usadas para reinventar narrativas, mas dentro de visões particularistas que não contribuía, necessariamente, para interpretar as evidências e textos. Essa consideração era importante: Liu Zhiji estava ciente de que talvez não existisse uma “única verdade” histórica, e sim, entendimentos possíveis sobre as mesmas fontes e episódios; mas determinadas construções históricas seriam “falsas” por não guardarem qualquer concatenação possível com os mesmos episódios, saindo do âmbito da história (Shi, 2003). O já citado Sima Guang 司馬光 (1019-1086ec), representante notável dessa forma de

compreender as construções históricas, afirmou no mesmo sentido que:

Primeiro, observe as versões rejeitadas [...], e verifique as indicações de que “tal livro prova tal coisa”, se não há provas de fato ou se elas estão ou não de acordo com as circunstâncias do caso. [...] às vezes, quando não temos como decidir entre uma versão e outra, mantém-se as duas. Histórias oficiais não são absolutamente verdadeiras, bem como anedotas e histórias diversas não são sem fundamento. Faça uma escolha a partir do seu próprio entendimento. (Sima, *Zizhi Tongjian Kaoyi* 資治通鑑考異: 32 資治通鑑釋例)

As inversões servem, portanto, a desconstrução do próprio senso-comum que se forma nas versões historiográficas consolidadas. Segundo Wu Huaiqi (1988, p. 30-32), essa perspectiva serviu para orientar as histórias alternativas, e o reconhecimento de Sima Guang nesse sentido foi rápido, tanto pelos seus continuadores quanto pela oposição Neo-Confucionista que – envolvida com o governo – acabou refutando suas teorias. Essa é mais uma característica das inversões; a negação é afirmação indireta de uma posição intelectual.

Como construção histórica, a inversão e a anomalia também têm seus aspectos problemáticos de uso. Para citar um exemplo mais próximo de nós: no caso da filosofia grega, a vasta produção intelectual engana os leitores pouco familiarizados, fazendo-os crer que o mundo grego era um mundo de filósofos. Com uma ampla parcela da população analfabeta, a filosofia era restrita a umas poucas cidades (e depois de um certo período, praticamente a Atenas), sendo um exercício de alguns seletos, com pouco apelo popular. A Grécia da época era religiosa, vivendo plenamente seus mitos; mesmo a população de Atenas condenou Sócrates, gostava de sofismas e muitos admiravam Esparta (sua antítese intelectual). Mas quem escrevia sobre isso? A ausência de escritos ou visões populares diretas, motivada pelo desinteresse da maioria em narrar a si mesma, dá a falsa impressão de que os textos

filosóficos sobreviventes representariam uma sociedade culta e esclarecida que nunca existiu. A filosofia grega era de uma elite, que teve a possibilidade de se perpetuar como imagem e conteúdo, mas não como realidade. As idealizações sobre esse passado reinventaram por completo sua forma, invertendo o que seria mais próximo da realidade; por isso, é preciso também detectar os silenciamentos, os não-ditos, as “anomalias” no discurso corrente, ou o que é a própria visão filosófica, para subverter essa paisagem romântica. Porém, essa não é uma exceção do Ocidente: no caso chinês, o acesso a escolarização também representou, até um período recente, um grande desafio para a sociedade; e as visões de mundo dessa cultura foram, de uma forma ou de outra, articuladas pelos seus leitores-escritores.

Mesmo assim, a historiografia chinesa foi responsável por preservar o passado como o cimento cultural de sua civilização, transferindo para a transmissão das narrativas históricas o papel cumprido, em outros lugares do mundo, pelas religiões. Esse foi um feito notável, que torna ainda mais séria e profunda a necessidade de analisar analogias e inversões. Por essa razão, Yuan Mei 袁枚 (1716-1798ec) afirmou que o passado é uma fonte inspiradora, mas para fazer uma análise consciente é indispensável um exame crítico cuja busca das falhas ou brechas (as anomalias) denota as possibilidades de inversão:

No estudo cotidiano, a presença imaginária das figuras da antiguidade é imprescindível, porque somente assim alguém pode contar com uma base sólida. No entanto, quando alguém se põe a escrever, é conveniente que estas gentes antigas se afastem, pois só assim é possível a plena manifestação da personalidade original. (Feng, 1986, p. 168)

Na modernidade, um caso claro de analogia e inversão se deu com a formação da historiografia comunista a partir de Mao Zedong 毛泽东. Mao gostava de fazer uso de analogias com o passado para provar que suas propostas eram válidas, empregando

amplamente os raciocínios legistas de Shang Yang 商鞅 e Hanfei 韓非, como vimos anteriormente. O exame dos erros da política maoísta só pode ser feito após sua morte, por meio de inversões de seus procedimentos e da revelação de fontes que quebravam as afirmações oficiais. Contudo, a imagem final do líder ainda está em construção, havendo uma tensão entre uma “tradição comunista” oficial e as propostas originais independentes.



Fig. 2 – Um exemplo de inversão: “Estude o espírito de batalha do Exército Vermelho durante a Longa Marcha, conquiste a natureza, construa nossa nação”, 1953. Pôster publicado pelo governo comunista chinês para estimular o feminismo na sociedade. A ideia era renovar o papel da mulher na cultura chinesa, até então marcada pela submissão a misoginia e ao patriarcalismo herdados do período final do império. O cartaz, portanto, constituía parte de um projeto político do governo, e pretendia mostrar algo que ainda não se difundira em larga escala,

enfrentando diversos tipos de dificuldades. **Fonte:**
<https://chinese posters.net/posters/e15-832> Acesso: 13-04-2023.

Originalidade (Duchuang Xin 獨創性)

Ambos os procedimentos, analogia e inversão, buscam recriar e aproximar-se dos acontecimentos, como afirmamos antes. A consciência disso seria a verdadeira consciência histórica, na visão chinesa. A originalidade não é puramente uma invenção fictícia, mas a reinvenção de um evento por meio dos elementos disponíveis. Com eles, podemos reinterpretar os dados por ângulos diferenciados, criando o “novo” sobre o passado - esse “imaginar histórico” que abordamos em outro texto (Bueno, 2012). O historiador Zhang Xuecheng 章學誠 (1738-1801ec) apontou devidamente que: “No estudo acadêmico, nada é mais valioso do que a originalidade. [...] Nos últimos tempos temos visto se generalizar o hábito dos estudiosos se fixarem em detalhes, descuidando de desenvolver novas propostas, o que recorda um bicho da seda que se limita a comer folhas de amoreira, mas não produz seda” (Feng, 1986, p.167-68).

Na época em que escrevia isso, Zhang vivia sob o domínio manchu, responsável por uma dogmatização do confucionismo que o perverteu e o tornou caquético, tornando a prática da história uma farsa de repetições inúteis, cujas analogias eram desprovidas de objetividade, bom senso e criticidade. O fim em si da história, nessa época, era a aprovação em exames oficiais do funcionalismo público, e seu conteúdo se fossilizou em versões acrílicas, em que nem mesmo as inversões eram possíveis (ou desejadas, na verdade).

Isso significava que os autores não buscavam reinterpretar, de forma original, os eventos do passado, mas decorar versões já prontas, sem usar critérios analógicos ou inversivos que pudessem ajudar a desconstruir essas visões. Essas iniciativas estatais de controlar e empobrecer a história e a literatura tiveram efeitos devastadores, que depois do século 18 gradualmente perdeu seu dinamismo cultural, econômico e tecnológico. Lu Xun 魯迅

(1881-1936ec), o escritor revolucionário da China Moderna, afirmava, com razão, que: “A autoridade dos mestres antigos foi excessiva, e me parece absurda e repugnante. Me parece, ainda, que o que mantém esta autoridade (a tradição) é absurdo, e não vejo inconveniente em rebelar-se contra isso” (Feng, 1986, p.158).

Lu Xun simplesmente realiza aí uma inversão, indicando que a tradição - que se afirmava necessária para a manutenção do regime - era justamente a principal causa de falência do mesmo. Disso resulta que, inevitavelmente, a boa história seria a reinventada, reimaginada, e necessariamente crítica - e o mais incrível de tudo, isso seria... tornar-se um cânone! Por analogia, os piores momentos da história chinesa foram narrados (isto é, “construídos”) por autores preocupados em dizer o que se queria ouvir (pois eram pagos pelo sistema), mas não o que se devia dizer. Se pudermos nos remeter ao passado (por analogia), o hexagrama 47 (Opressão, Exaustão) do *Yijing* (*Livro das Mutações*) deixava isso bem claro: “O grande homem promove a boa fortuna; Nenhuma culpa; Quando ele fala, não lhe dão crédito. [...] Assim a pessoa superior arrisca sua vida para seguir sua vontade”. O historiador, assim como o sábio, deveria buscar a expressão autêntica de sua visão de mundo, sem o que, tornam-se meras repetidoras... e expressar a verdade, por fim, seria sempre uma atividade excruciante em um mundo de desinformação.

A construção da crítica sobre o passado - que embasa o presente, e o decifra em seus problemas - é um ato, portanto, de originalidade, capacidade e coragem.

Para isso, pode-se utilizar a analogia com as experiências vividas, ou invertendo os paradigmas da acomodação, e percebendo as falhas do discurso. Quando alguém se abstém, propositalmente, de raciocinar criticamente a história e a cultura, estabelece aí a semente da degradação e do esgotamento. Esse é um grande perigo para a sociedade, cuja história é o alicerce de sua ideologia moral. Como afirmou Lu Xun, novamente: “Alguém que lê de forma acrítica prejudica, antes de tudo, a si mesmo. Mas quando ele abre a boca, espalha suas besteiras pelo ar, e prejudica

todos ao redor. No entanto, ninguém pode ficar bem se não lê” (Feng, 1986, p.145).

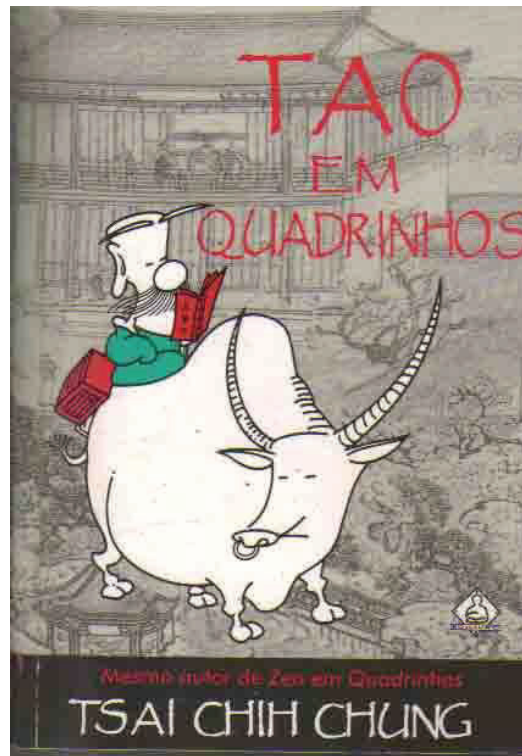


Fig. 3 – Um exemplo de originalidade: *Tao em Quadrinhos*, de Tsai Chih Chung (1997). Tsai Chih Chung (ou Cai Zhizhong 蔡志忠) é um cartunista taiwanês, nascido em 1948, que revolucionou os quadrinhos chineses ao recriar os textos da literatura clássica em um estilo acessível e descontraído. O trabalho de Tsai tornou-se referencial pelo seu sensível e primoroso trabalho em transpor para a linguagem gráfica fragmentos das mais diversas tradições filosóficas chinesas, tornando esses fragmentos igualmente acessíveis ao grande público leigo. Contudo, a recepção ao trabalho de Tsai foi além: suas obras usualmente são recebidas não como meras vulgarizações, mas como um meio alternativo de expressão desses mesmos clássicos literários – ele usa fragmentos textuais destacados dos originais, sem alterações. Isso implicou numa nova e original forma de ler os textos antigos, renovando o interesse do público síncico. Fonte: ver Bueno (2020).

E com esses aparentes paradoxos, a história chinesa nos dá os indícios de como opera uma interpretação do passado que, longe de estar escangalhada, se mostra ainda original, necessária, inventiva e estimulante – para quem puder entendê-la como tal. Ler o passado é compará-lo, invertê-lo e reinventá-lo; e ao ensinar história, é algo bem próximo disso que se esperaria dos historiadores chineses antigos – ou será de nós, até hoje?

Fontes

FENG Tianyu. **中国思想家论智力** (La inteligencia a los ojos de los pensadores chinos). Shanghai: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1986.

LIU Zhiji. **Shitong 史通**. Disponível em: <https://ctext.org/wiki.pl?if=en&res=198945>
Acesso: 13-04-2023.

SIMA Guang. **Zizhi Tongjian Kaoyi 資治通鑑考異**. Disponível em: <https://ctext.org/wiki.pl?if=gb&chapter=251039> Acesso: 13-04-2023.

WANG Chong. **Lunheng 論衡**. Disponível em: <https://ctext.org/lunheng> Acesso: 13-04-2023.

YIJING. Disponível em: <https://ctext.org/book-of-changes/ens>
Acesso: 13-04-2023.

ZHU Xi. **Zhuzi Yulei 朱子語類**. Disponível em: <https://ctext.org/zhuzi-yulei/zh> Acesso: 13-04-2023.

ZHUANGZI. **Zhuangzi 莊子**. Disponível em: <https://ctext.org/zhuangzi> Acesso: 13-04-2023.

Referências Bibliográficas

BUENO, A. A História Imaginária da China. In: SOUZA NETO, J. M. (org.) **Antigas Leituras: Diálogos entre História e Literatura**. Recife: Edupe, 2012, p.145-155.

- BUENO, A. Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 18, p. 29-42, 14 set. 2015.
- BUENO, A. Não invento, apenas transmito: Reinterpretando a escrita historiográfica de Confúcio. In: **X Semana de História Política da UERJ**. Rio de Janeiro, 2015, v. 1. p.251-261.
- BUENO, A. Sinologia e novas mídias: Tsai Chih Chung e a literatura clássica chinesa em quadrinhos. In: CAMPOS, C. E.; ASSUMPCÃO, L. F. B. de; SOUZA NETO, J. M. (Org.). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. São João de Meriti: Desalinho, 2020, v. 1, p. 217-238.
- BUENO, A. (Org.). **Mulheres na China Imperial**. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo/UERJ, 2022.
- CAO Pengcheng. 朱熹創設綱目體的立意及背景. In: 《**国学**》 n.1, p. 349-357, 2014.
- CLEARY, T. **Sex, Health, and Long Life: Manuals of Taoist Practice**. New York: Shambhala, 1999.
- PANG-WHITE, A. **The Confucian Four Books for Women: A New Translation of the Nü Sishu and the Commentary of Wang Xiang**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SHI Ding. 刘知几“实录”论 In: 《**史学理论研究**》, n.4, p. 466-476, 2003.
- TSAI Chih Chung. **Tao em quadrinhos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- WU Huaiqi. 资治通鉴’的价值和司马光的历史观 In 《**史学史研究**》 n.2, p. 22-32, 1988.
- ZHOU Wenjiu. 刘知几史学批评的特点 In: 《**史学史研究**》, n.2, p. 24-33, 2007.

AMAZONAS. MUJERES GUERRERAS EN EL CÓMIC FRANCO- BELGA DEL S. XXI

Arturo Sánchez Sanz

Introducción

Los mitos amazónicos siempre han permanecido vivos en el imaginario colectivo desde su creación hace al menos tres milenios (Sanchez Sanz, 2017, p. 146). Sin embargo, el mundo del cómic alcanzó un enorme éxito hace relativamente poco tiempo, menos de un siglo, y a pesar de ello, la posibilidad de ofrecer un nuevo formato narrativo a través de escenas contextualizadas se ha convertido en enormemente popular. Por tanto, no es extraño que el universo mítico amazónico terminara por inundar el mundo del cómic, igual que ha sucedido en otros medios de entretenimiento como el cine, la TV o los videojuegos. Todos ellos se han convertido, indirectamente, en herramientas educativas, por cuanto sin ser esa su finalidad, transmiten conocimientos relativos al ambiente en el que se desarrolla su trama. Ese tipo de conocimiento “implícito” logra asentarse en la memoria de un modo mucho más determinante que el surgido a través de los libros de texto que empleamos en las aulas, ya que la forma en que se ofrece es mucho más atractiva y lúdica.

De hecho, más allá de las formas textuales de transmisión del conocimiento, la imagen visual se ha utilizado siempre como un medio alternativo de aprendizaje, desde el mismo momento en que el ser humano comenzó a crear el arte rupestre. Los dibujos, obras de arte e imágenes han acompañado a los textos alfabéticos durante toda la historia, incluso creando formas de comunicación ideográfica o pictórica, como la escritura jeroglífica egipcia. Con el paso del tiempo, los libros ilustrados se extendieron ya desde el periodo medieval combinando imágenes con textos para generar significados más profundos sobre las ideas que deseaban transmitir. Por tanto, nuestra principal misión como docentes

debería consistir en analizar y refinar el modo en que los estudiantes son capaces de construir significados importantes a partir de una amplia variedad de medios, incluidos los textos y las imágenes no en rangos supeditados, sino relacionados de un modo directo (Gluibizzi, 2007, p. 28). Los avances tecnológicos permiten crear nuevos modos de alfabetización capaces de estimular el aprendizaje. De ese modo, en la novela gráfica la imagen interactúa con las palabras (Meyer; Jiménez, 2017, p. 153) para ayudar a que los lectores se enfrenten con mayor interés a un contenido desconocido y a veces de escaso atractivo personal en cuanto a sus propias preferencias, es decir, un contenido que deben aprender de forma obligatoria y no voluntaria en el ámbito escolar.

Las nuevas generaciones han crecido en un entorno saturado de estimulación visual que transmite información a un ritmo acelerado, por lo que esperan que sus materiales de lectura reúnan esas mismas características (Downey, 2009, p. 183). Sin embargo, los libros de texto están estructurados para integrar gran cantidad de información resumida en un espacio relativamente pequeño, basados en definiciones esenciales y conceptos fundamentales en sintonía con los estándares educativos. En ellos, las imágenes suelen utilizarse como elementos secundarios, a pesar de contribuir a fijar conocimientos; mientras que, las novelas gráficas no solo incorporan imágenes dentro del flujo principal de la información, adquiriendo la misma importancia, sino que transmiten significado para ampliar la información codificada no solo en sí mismas (Groensteen, 2007, p. 1), sino a través del modo en que se elaboran, formando un todo que puede asimilarse y recordarse más fácilmente. No en vano, el lector participa en el desarrollo de la narración, acercándose mucho más al proceso creativo de representación del pasado, cautivado por los elementos visuales (Lander, 2005, p. 117). Así, toda la información relevante se sitúa exclusivamente en el flujo primario, evitando que el lector no dedique tiempo a elementos secundarios (mapas, tablas, etc.) que aparecen en los libros tradicionales y no siempre reciben la atención necesaria.

Al igual que en los textos, las imágenes permiten varios niveles de análisis, no solo por la información que transmiten, sino por la que deciden omitir de forma consciente, lo que se encuentra estrechamente relacionado con la perspectiva del autor y el modo que este ha elegido para dar vida a la narración. Es más, el estilo o el uso del color aportan datos adicionales y colaboran para crear el ambiente necesario destinado a lograr que el lector se involucre de una forma más personal. De ese modo, imagen y texto adquieren un orden y significado específicos, pero no excluyen otros marcos interpretativos basados en el propio modo de pensar de cada receptor. Por tanto, es necesario enseñar a los estudiantes a deconstruir la información gráfica que se encuentra omnipresente en los medios electrónicos (Barbre et alii, 2022, p. 5) aportando conocimientos de forma transversal (Bucher; Manning, 2004, p. 71), mediante múltiples niveles de interpretación (Williams, 2008, p. 13).

Sin duda, es imprescindible elegir adecuadamente el tipo de obra, la utilidad del mensaje que transmite y el modo en que lo hace, analizando detenidamente la oferta a nuestra disposición y su calidad (no solo a nivel gráfico sino educativo). Tanto es así que novelas gráficas sobre temas apropiados están cada vez más disponibles a medida que las grandes editoriales comprenden su potencial de ganancias (Lapp et alii, 2012, p. 25), y es por ese motivo que hemos elegido estos dos interesantes ejemplos relacionados con el estudio de los mitos amazónicos. No en vano, se ha demostrado que las novelas gráficas promueven las habilidades de lectura y comprensión, así como complementan otras áreas del currículo (McTaggart 2008, p. 33), aumentando su éxito en la lectoescritura y despertando el interés de los estudiantes no solo por aprender, sino por ampliar la información recibida y adoptar una actitud crítica (Carter, 2009, p. 69; Weiner, 2004, p. 115).

Cuando Spiegelman ganó un premio Pulitzer por “Maus: A Survivor's Tale” (1986), el arte secuencial en forma de novelas gráficas comenzó a ser reconocido como medio serio de expresión artística en la cultura contemporánea. El término “novela gráfica”,

sin embargo, es inapropiado. En realidad, estas obras no son exclusivamente gráficas, ni son necesariamente novelas, ya que el formato incluye no solo historias de ficción, sino también ensayos, memorias, biografías e, incluso, tratados filosóficos usando texto e imagen según los convencionalismos del cómic (Boerman-Cornell, 2015, p. 211). No se trata solo de “literatura ligera”, han creado un género que los lectores pueden usar para explorar multitud de campos como: la filosofía, la Historia, las matemáticas, las interacciones humanas, la alfabetización, los valores, las relaciones sociales, etc., mejorando el aprendizaje no solo de los contenidos, sino a nivel general, incluso o quizá especialmente, entre los estudiantes con dificultades.

Lo que comenzó como una narración secuencial de historias en cuevas, evolucionó a tiras cómicas, luego a libros de historietas y, finalmente, a historias más largas y desarrolladas mediante novelas gráficas que siguen un ritmo que no solo busca guiar a los lectores a lo largo de la trama, sino que mantiene la atención y facilita la transmisión de información generando en el lector un impacto que las palabras no son capaces de alcanzar por sí solas, a través de sentimientos y emociones que experimentan como miembros activos de la narrativa. Sin duda, ningún tipo de narración puede considerarse como una forma discursiva es neutral, implica elecciones ontológicas y epistémicas basadas en discursos ideológicos o, incluso, políticos (White, 1987, p. 9), jugando con el espacio y los detalles para controlar el tono, el tiempo y la velocidad de la narración.

Sin duda, el dibujo es un tema básico para todos los tipos de novelas gráficas, sobre todo cuando cada ilustrador ha desarrollado un estilo propio tanto para el trazo como en la elección de los colores. Sin embargo, existen aspectos comunes que establecen una estética subyacente para este grupo de obras, donde suelen predominar los tonos marrones, amarillos, grises o variaciones del blanco y negro con la intención de crear distancia frente al desbordante colorido utilizado de forma tradicional en los comics de superhéroes. De ese modo, se otorga mayor importancia a los detalles y se ensalza el dibujo a mano alzada

(Frey, 2017, p. 155) con la intención de incrementar la sensación de autenticidad en estas obras, creando la impresión de que las escenas dibujadas son en realidad antiguas fotografías. Por si fuera poco, el uso de vestuario adecuado, personajes que actúan y se expresan en consonancia a la época en que transcurre la trama y el uso de ambientaciones realistas contribuyen a mejorar no solo su credibilidad, sino la posibilidad de que el lector se involucre en la trama mas fácilmente.

Un estudio realizado por la Asociación Histórica Estadounidense (AHA) en 2020 muestra que el 66 % de los adultos estadounidenses encuestados definen la Historia como “nombres, fechas y otros hechos sobre lo que sucedió en el pasado” (Burkholder; Shaffer, 2021, p. 9). De ese modo, el uso de material gráfico combinado con el texto para formar ese flujo primario de información permite crear un formato narrativo mucho mas sencillo de asimilar, asumiendo que existen distintos niveles de interpretación susceptibles de generar una visión crítica y comprendiendo que la narración no es una experiencia estrictamente lineal para alcanzar una finalidad. No cabe duda de que estudiantes y lectores se desaniman fácilmente ante la idea de invertir tiempo y energía para asimilar conocimientos si no se presentan de una forma estimulante o atractiva. Por ese motivo, la accesibilidad es clave para la acción pedagógica, y las novelas graficas agregan la estética como valor añadido para crear tramas multimodales que involucran múltiples significados (Jacobs, 2007, p. 21), capaces de estimular la percepción a través de las emociones y motivaciones de los personajes (Richardson, 2017, p. 24) para generar conocimiento duradero.

Como muy adecuadamente indica Rimmereide “las novelas gráficas negocian la percepción y la comprensión de la cultura por parte de los lectores y promueven la competencia intercultural al redefinir las construcciones del Yo y el Otro a través de un texto literario, mientras que la visualización crea impresiones que no se transmiten tan fácilmente a través de la descripción verbal” (Rimmereide, 2022, p. 107). Por ese motivo, hemos elegido “Le coeur des amazonas (Bindi; Rossi, 2018) y

“Reconquêtes” (Miville-Deschênes; Runberg, 2011), ya que se trata de exponentes muy recientes en cuanto al interés que aun suscitan los mitos amazónicos, relacionados estrechamente con la actual lucha por los derechos de la mujer, cuyos defensores han reconvertido la imagen amazónica hasta convertirla en modelo de empoderamiento frente a la tradicional sociedad patriarcal. Con todo, se trata de dos versiones muy distintas, cuya finalidad es divergente, por cuanto la obra de Miville-Deschênes y Runberg se asocia más fácilmente al entretenimiento; mientras que, el trabajo de Bindi y Rossi pretende ir más allá., generando en el lector un dilema relacionado con la actual deriva de la lucha de género.

Le Coeur des Amazones¹ (2018)

Sinopsis: Desde la sangrienta rebelión que las convirtió en mujeres libres, las Amazonas juraron que jamás volverían a someterse. Hasta que Pentesilea, su reina, desafió a Aquiles, poniendo en tela de juicio uno de los principales cimientos de la sociedad amazónica: el odio a los hombres.

La novela de Bindi y Rossi tiene su inspiración en la gran obra Homérica, la *Ilíada*, puesto que se enmarca durante la famosa Guerra de Troya, por lo que se basa en el mito de Aquiles y Pentesilea. Sin embargo, aunque Homero menciona a las Amazonas en dos ocasiones, en realidad, no incluye referencia a Pentesilea. Es más, la *Ilíada* termina cuando los aqueos permitieron a Príamo recuperar el cadáver de su hijo Héctor, momento que la tradición clásica sitúa inmediatamente antes de que las Amazonas se convirtieran en sus aliadas, por lo que el relato de Bindi y Rossi alude realmente a los aportes que otros autores clásicos hicieron para completar este relato épico. Tanto es así que en el mito original, Pentesilea acude en apoyo de los troyanos precisamente porque han perdido a su principal guerrero a manos de Aquiles, aunque la novela que nos ocupa se enmarca

¹ Para a ficha técnica da obra, vide anexo.

cronológicamente en el séptimo, no en el décimo año en que se habría producido su aparición.

La historia transcurre en un idílico bosque cerca de Troya, donde las amazonas habitan más como una tribu selvática que como miembros de un reino cuya capital, Temiscira, destacaba por su esplendor². De hecho, viven en pequeños refugios al abrigo de los árboles, sin ningún tipo de construcción, ni siquiera templos para honrar a los dioses. De ese modo, establecen una conexión aun más cercana con la naturaleza, por otro lado elemento clave en la definición clásica de las amazonas (Blake, 2001, p. 71; Mercury, 2009, p. 26; Diel, 2004, p. 85; Ortega Balanza, 2017, p. 193), que se entendía actuaban contrariamente al orden establecido debido a que se dejaron dominar por esa parte de su ser, intrínsecamente asociado al género femenino. No en vano, en la novela viven protegidas por la diosa Ártemis (se hacen llamar sus hijas), siempre vinculada a este tipo de espacios liminales por su faceta de cazadora (Sanchez Sanz, 2019a, p. 93). Es ella quien impide con su poder que nadie sea capaz de localizar el asentamiento. Sin embargo, en la obra solo encontraremos mención a su verdadero padre en la mitología helena, Ares, como apodo que los mirmidones dan a uno de los canes empleadas para tratar de rastrear el poblado amazónico en el bosque, aunque en uno de sus diálogos ellos mismos afirman que se las conocía como hijas de Ares³, lo que se une a otros elementos de la obra que a veces generan cierta confusión en la narración.

En ese idílico paraje las amazonas se presentan al lector como una tribu que tan solo tres generaciones atrás vivían formando parte de una sociedad patriarcal tradicional, donde las mujeres estaban subordinadas al varón, hasta que sus ruegos fueron escuchados por la diosa y con su apoyo se liberaron de los hombres jurando no volver a convivir con ellos, aunque veremos

² Apolonio de Rodas (II, 378-390 y 990-1000); Diodoro (II, 45); Agías de Trecén (cfr. Pausanias, I, 2).

³ Esquilo (*Euménides*, 625-630, 681-695); Lisias (II, 4-6); Apolonio de Rodas (II, 378-390); Justino (*Eptóme*, II, 12); Filóstrato (*Heroico*, XXIII, 56-57); Estrabón (II, 5. 24); Quinto de Esmirna (I, 456-463).

que la trama trata precisamente de mostrar la existencia de alternativas a ese convencimiento. De hecho, en su afán de venganza, las amazonas acaban reproduciendo el comportamiento masculino, los roles de dominación y castigo, las leyes injustas y discriminatorias contra las que un día se rebelaron.

Tanto es así, que ni siquiera Ártemis es capaz de asegurar la perpetuación de sus protegidas sin la ayuda del varón, motivo por el cual todas las primaveras celebraban una ceremonia denominada como la “Fiesta de las Flores”. Es cierto que algunos autores convencidos de su carácter histórico trataron de explicar cómo pudo surgir una sociedad enteramente femenina, afirmando que, el pueblo amazónico contaba con varones y se organizaba al estilo patriarcal, de forma que eran estos quienes protagonizaron las campañas destinadas a controlar los reinos vecinos. En una de estas acciones parece que fueron derrotados, lo que en la práctica supuso la erradicación del varón en este nuevo reino, haciendo posible que las féminas alcanzaran el poder como origen del mito amazónico⁴. De hecho, aquellos elementos masculinos que no habían perecido en combate fueron asesinados, quedando instituida la unión ritual anual con sus vecinos para la perpetuación de esta nueva cultura.

En la novela consiste en buscar grupos de varones durante una fecha señalada para utilizarlos únicamente con fines reproductivos, después de lo cual eran asesinados, ya que no admitían su incorporación a una tribu exclusivamente femenina. Este ritual se corresponde con las fuentes clásicas que señalan la reunión anual de las amazonas con los gargáreos durante dos meses (primavera), en un monte que marcaba la frontera entre ambos reinos⁵, aunque con importantes diferencias. Los gargáreos

⁴ Esa misma teoría defiende Webster Wilde (2000, p. 151), probablemente extraída de Justino (*Epítome*, II, 1) para explicar el incremento que se produce en momentos determinados de enterramientos femeninos con armas, frente a su disminución en las tumbas masculinas para la cultura celta de La-Tène.

⁵ Plutarco (*Pompeyo*, 35); Filóstrato (*Heroico*, XXIII, 56-57); Estrabón (XI, 5. 1-3); Flavio Arriano de Nicomedia (FHG. III, 597. 58); Justino (*Epítome*, II, 3) y probablemente Metrodoro de Escepsio (FGH. III, 204, 4) al situar a los

eran un pueblo vecino que aceptó reunirse con las Amazonas por ese motivo, llegando incluso a realizar sacrificios comunes. Tras la celebración, regresaban a sus hogares sin daño alguno, con la promesa de que si el fruto de esta unión era femenino se incorporaría a la sociedad amazónica y nunca más tendrían noticias; mientras que, si era masculino, sus madres se los entregarían para que los criaran como gargáreos para erradicar toda diversidad de género.

Los gargáreos acogían y reconocían a estos niños como hijos legítimos, aun sin saber nunca quiénes de ellos formaban parte de su verdadera progenie. Sin embargo, Filóstrato de Lemnos ofrece otra posibilidad sin mencionar ese carácter mixto original ni su identificación como gargáreos⁶. Afirma la existencia de una sociedad masculina dentro del reino amazónico, en torno al río Halis, pero no formaban un reino autónomo, sino que les permitían asentarse en sus dominios únicamente con fines prácticos. Vivían de manera aislada, recibiendo los frutos varones de aquellas uniones ritualizadas (excluyendo cualquier mutilación). No obstante, añade que los progenitores, ante la imposibilidad de distinguir a sus propios herederos, no los aceptaban entre ellos como legítimos al estilo de lo que indicara Estrabón (9. 5, 1-3), sino que los convertían en esclavos. Por otro lado, Hipócrates manifestó su escepticismo acerca de la mutilación del elemento masculino en la sociedad amazónica, aunque acepta que pudo utilizarse en casos reducidos⁷. En su opinión, el proceso pudo consistir en dislocar las rodillas o la cadera durante su infancia, cuando eran incapaces de oponerse. Esta tradición se convirtió, por tanto, en un elemento esencial para el predominio femenino, asignando a los varones labores que no se veían afectadas por su

gargáreos como sus vecinos. En contra de aquellos autores contemporáneos que defendían el celibato como una de las características básicas de la imagen amazónica (Voisset-Vesseyre, 2010, p. 11).

⁶ Filóstrato (*Heroico*, XXIII, 56-57).

⁷ Hipócrates (*Sobre Aires, Aguas y Lugares*, 53). Práctica defendida por Mimnermo dos siglos antes (Mimnermo trágico, CURFRAG.tlg-0255.18).

minusvalía, como la artesanía, aunque no duda en recordar el carácter mítico de estos relatos.

La situación que presenta la novela es mucho más drástica, pues los progenitores nunca o casi nunca sobreviven. Algunos varones vivían entre ellas como esclavos, pero los niños nacidos aquí se sacrifican al estilo espartano (Plut. *Lic.* 16. 1-2), lanzándolos por un acantilado. Por tanto, numerosas fuentes en realidad afirman que la sociedad amazónica no era exclusivamente femenina, sino mixta, pero controlada por las mujeres, gracias a su capacidad militar. Existían varones en la sociedad amazónica, pero como total inversión del mundo ordenado y defendido por los helenos, estos adquirirían siempre la condición de esclavos, a veces recurriendo al *topos* literario⁸ de la mutilación para evitar posibles rebeliones, cercenándoles un pie o una mano durante la infancia. Esta acción también actuaba como medida de control social para reducir la capacidad masculina de recuperar el poder por medio de las armas, pero sin hacer a los varones totalmente dependientes, de manera que pudieran contribuir al desarrollo colectivo.

De hecho, en nuestro caso, la narradora (entendemos que femenina) reconoce la sabiduría de la naturaleza para evitar muertes innecesarias favoreciendo que la mayoría de nacimientos fueran femeninos. En nuestro caso, los condenados progenitores son aquí mirmidones capturados en su campamento mientras participaban en el conflicto troyano, una relación que nunca se establece entre los clásicos. No en vano, Temiscira, el reino amazónico por excelencia, se ubicaba tradicionalmente al norte de Anatolia, a miles de kilómetros de Troya, y los mitos que narran las hazañas de Penthesilea nunca incluyen este tipo de unión con sus enemigos. No hay lugar para el amor en este relato más allá del que se despertó en Aquiles tras ver el rostro de la reina amazona ya muerta entre sus brazos; mientras que en la novela sí apreciamos el surgimiento del amor imposible entre uno de los mirmidones y su captora, aunque con un trágico y conocido

⁸ Diodoro (II, 45); Hipócrates (*Sobre Aires, Aguas y Lugares*, 17 y 22); Mimnermo trágico (CURFRAG.tlg-0255.18).

desenlace. Por tanto, las amazonas no intervienen aquí contra los aqueos en virtud de su alianza con Príamo, sino que los capturan por otros motivos. Finalmente, las amazonas tienen noticia de que entre los griegos se encuentra un famoso héroe, Aquiles, y Pentesilea decide tratar de capturarlo sin éxito, aunque logra su propósito prioritario poco antes de escapar tras haber sido derrotada y apresada por su enemigo.

La tensión surge entre las amazonas porque solo la mitad de ellas podían participar en este ritual, de forma que si quedaban en cinta, el resto se encargaría de proteger a la tribu, y la propia Pentesilea termina por sumarse a las primeras. Es interesante como siempre se la presenta inhalando una especie de hierbas cuyos efectos simulan algún tipo de droga que las propias amazonas llaman “euforizante” justo antes de la batalla⁹, y explica su extraordinaria habilidad combativa. De hecho, en la novela no se trata de una característica intrínsecamente asociada a las amazonas, sino provocada, y solo utilizada por la propia Pentesilea, hasta el punto de mostrar cierta adicción.

Reunidos los prisioneros, una amazona explica que la Fiesta de las Flores es una ceremonia consagrada a Ártemis solo con fines reproductivos, y por tanto estas no elegían a los varones a los que se iban a unir, de forma que pudieran evitar cualquier lazo afectivo. Es en este momento cuando también aparecen en escena las ancianas de la tribu, que actúan como sus guías, un rasgo que tampoco se menciona nunca en los mitos amazónicos. En este punto de la historia, la criada de la troyana Casandra profetiza que Aquiles destruirá Troya y al pueblo amazónico si el amor de una mujer no lo detiene, y pide a las amazonas que lo secuestren para entregárselo a Pentesilea. Parece ahora que Ártemis no puede evitar el poder de Eros, como indica la propia narradora, lo que sitúa al amor por encima de las diferencias ideológicas que separaban ambos pueblos. De hecho, la diosa no aprueba este arrebató de la reina amazona, pero su propio deseo o lujuria

⁹ Que recuerda al frenesí mencionado por Virgilio (*Eneida*, I, 488-493) como característica de las amazonas legendarias, lo cual inspiraba un enorme temor entre sus enemigos.

pueden más que ella misma, lo que de nuevo alude a la vinculación femenina con la naturaleza y su incapacidad para controlar sus deseos (Blake, 2001, p. 71; Mercury, 2009, p. 26; Diel, 2004, p. 85; Ortega Balanza, 2017, p. 193), como de hecho opinaban los helenos que sucedía con las féminas si no se ejercía sobre ellas un riguroso control por parte del varón.

Las amazonas atacan a los griegos de forma precipitada, peor no encuentran a Aquiles, que ha abandonado el combate como represalia por la pérdida de Briseida a manos de Agamenón, y sufren severas bajas. De hecho, sienten que han ofendido a la diosa y deciden sacrificar a uno de sus esclavos varones (práctica que reconocen aborrecer y solo emplear para como medio de expiación de sus pecados), que por primera vez aparecen encerrados en una cueva. Este acaba asetaado por numerosas flechas, aunque solo disparadas por aquellas que lo desearan, reconociendo que los utilizaban solo como mano de obra. Es ahora cuando deciden recurrir al oráculo para saber cómo actuar y, aunque sabemos que la tradición recuerda a las amazonas realizando bailes y ceremonias rituales (Call. *Dian*, 3. 238), nunca se indica que realizaran este tipo de práctica, por otro lado común en la Antigüedad. Según la profetisa, si una amazona llega a enamorarse de un aqueo su sociedad desaparecerá, ya que la diosa no las liberó para que volvieran a unirse a los hombres.

Sin embargo, una amazona llamada Asteria se enamora de un mirmidón, Anteo, y decide ayudarlo a escapar tras convertirse en prisionero, pero es ejecutado. Y ni siquiera este hecho disuade a Penthesilea, que decide atacar el campamento griego, donde Aquiles la derrota y se enamoran poco antes de que esta logre escapar. Aquí los autores inciden en el poder del amor por encima de todo, incluso del deseo de libertad amazónico o el rencor hacia los varones por el pasado. De hecho, Penthesilea se siente culpable por enamorarse de su enemigo conociendo lo que había vaticinado el oráculo, por lo que es la loba que siempre la acompaña la que decide atacar a Aquiles para facilitar su fuga, siguiendo su instinto animal más diligentemente que las propias

amazonas, y cumpliendo así con la voluntad de Ártemis donde la reina no fue capaz.

De regreso al campamento se produce una interesante conversación entre la amazona Protea y su más anciana homóloga, donde la primera asegura que su sociedad no sobrevivirá si mantiene su odio a los hombres, pero no pretende regresar al momento en que las mujeres vivían subyugadas, sino instaurar un nuevo periodo de igualdad; mientras que, aquella entiende ese sentimiento como algo “justo” por las afrentas que las mujeres recibieron. Las más jóvenes están a favor, pero tienen que enfrentarse a su propia tradición. Y es que, tal y como algunas opinan, han acabado convirtiéndose en aquello que tanto les costó superar, una sociedad en la que la desigualdad, la discriminación por género y la injusticia eran sus señas de identidad.

Pasa el tiempo, se prepara una nueva Fiesta de las Flores mientras la guerra continúa en Troya. La novela vuelve a revertir los acontecimientos que aparecen en los mitos y presenta ahora la muerte de Héctor a manos de Aquiles, cuando la aparición de Pentesilea en la *Ilíada* siempre se presenta posterior a este hecho. Sin embargo, en la siguiente escena Aquiles muere cuando recibe una flecha en su talón. Al mismo tiempo, Pentesilea da a luz un varón. Protea se enfrenta a las ancianas para evitar que acaben con su vida, afirmando que Ártemis solo las utiliza por despecho, ya que ella misma no consiguió unirse con Apolo y desde ese día odió a los varones. Una reflexión interesante, por cuanto no hace a las Amazonas responsables de sus actos sino por obediencia a la diosa.

Finalmente, la narración concluye cuando Pentesilea decide abandonar el poblado con su hijo para aplacar a la diosa, y pone rumbo a Capadocia, cuya región se sitúa en Anatolia Central, lejos de Troya pero consecuente con la legendaria ubicación del reino amazónico más al norte, en el Ponto meridional. Llega el final de la obra y las Amazonas que siguieron sus costumbres siguen aferradas al odio; mientras que, Pentesilea y las pocas que decidieron acompañarla inician un nuevo camino. Los mitos amazónicos suponían la total inversión de los valores sociales y tradicionales aceptados por los Helenos, y con este desenlace Bindi

y Rossi convierten su obra en una inversión de sus propios relatos, donde aquí es Aquiles quien muere y Penthesilea la que sobrevive. No en vano, la trama pone mucha importancia en la Fiesta de las Flores, remarcando así que una comunidad de mujeres no puede existir sin los hombres, por lo que la única vía pasa por encontrar un punto de entendimiento y respeto mutuos. Así, Penthesilea y algunas de sus compañeras terminan “combatiendo” en dos frentes. Uno interno destinado a definir su identidad en el futuro, que se podría extrapolar a la dialéctica actual entre el feminismo radical y las corrientes más moderadas e integradoras (Sanchez Sanz, 2018, p. 235); frente a otro externo, contra una sociedad patriarcal que las ha menospreciado durante años y ante la que respondieron con fiereza reclamando su libertad.

El apartado estético corresponde al reconocido artista Christian Rossi, un maestro del dibujo que ha logrado dotar a la trama tanto de la suficiente belleza, como de la crudeza necesaria para abordar un relato marcado por la sensualidad y la violencia, logrando una extraordinaria fluidez visual. En este sentido, destaca también el acabado final, que mezcla la tinta aguada y el guache con la elección de tonos ocre y sepia, siempre asociados al ámbito histórico por cuanto son capaces de transportarnos a otra época. Esa elección impregna a las viñetas cierta distancia con la realidad, un aspecto que se remarca mediante el uso ocasional de fondos sin color, apenas esbozados, que colaboran para fijar la atención del lector en la trama. Las figuras reflejan su tradicional delicadeza en el trazo y dominio de la anatomía humana, aportando un enorme realismo a las escenas, muchas de ellas de especial crudeza, y adoptando una apariencia de dinamismo impregnado de gracilidad muy apropiado para un relato trepidante que se presenta de este modo al lector como si presenciara una narración cinematográfica. No en vano, todos los personajes reflejan una gran expresividad que ayuda a sentir la tensión presente en muchas de las escenas sexuales y de combates.

Sin embargo, se aprecia claramente en este apartado artístico la influencia de trabajos anteriores producidos por Rossi, en concreto, de la obra titulada “WEST” (editada en Francia por

Dargaud en 2013), ambientada en el lejano Oeste (1901), ya que las Amazonas no solo aparecen representadas al estilo de los indios americanos, sino que viven en poblados de características similares. Las Amazonas aparecen portando tocados de plumas, prácticamente desnudas y con pinturas en el rostro, de un modo muy diferente a la imagen aportada por las fuentes escritas y arqueológicas en la Antigüedad. De hecho, en las representaciones amazónicas de la antigüedad, estas nunca aparecen desnudas, sino principalmente vistiendo el equipo tradicional griego hoplítico o los trajes ajustados de influencia oriental (Sanchez Sanz, 2019a, p. 484), pero no se muestran desnudas, salvo por el seno derecho, que en ningún caso aparece amputado como sugiere la mayoría de autores clásicos (Sanchez Sanz, 2019a, p. 227), salvo excepciones, sino expuesto, como se aprecia en las famosas esculturas de las Amazonas heridas (Koch; Börner, 2010, p. 72-73).

Es más, el final de la novela sitúa el destino de Penthesilea y sus seguidoras en la región de Capadocia (actual Asia Menor), lo que se correspondería con el lugar asignado al mítico reino de las Amazonas asiáticas; sin embargo, cuando durante todo el relato se las hizo vivir en una especie de poblado inserto en lo profundo de un bosque, ahora aparecen en una ciudad situada al abrigo de un elevado risco, con casas de adobe cuya estética es idéntica a la que muestran los restos arqueológicos del pueblo indio Anasazi, situados en el Parque Nacional de Mesa Verde (Colorado, EE.UU.).

Reconquêtes¹⁰ (2011)

Sinopsis: La historia se desarrolla a lo largo de cuatro volúmenes, cronológicamente ambientada en una Antigüedad mítica donde los sucesos transcurren en Asia Menor. Cuando los hititas conquistaron el reino de Urar, provocaron la ira de tres tribus escitas: los marak, los kymris y los simissée, que decidieron revivir su alianza ancestral que se conocía como la “Horda de los Vivos”.

¹⁰ Para la ficha técnica de la obra, vide anexo.

La horda logra derrotar a los hititas, pero las disputas internas entre los líderes de las tribus provocan un enfrentamiento que amenaza con disolver la coalición. Los hititas tratan de aprovecharlo y toman ventaja en la guerra, por lo que las tribus deciden tratar de asesinar al rey hitita para vencer.

El guion de esta *bande dessinée* corresponde al belga Sylvain Runberg (1971), conocido por adaptar la saga *Millennium*, del escritor sueco Stieg Larsson, quien en el momento de publicación de esta obra (2011) recibió el Premio Internacional del Manga otorgado por el Ministerio de Relaciones Exteriores de Japón; mientras que la parte artística corresponde al dibujante canadiense François Miville-Deschênes (1969) para ambientar esta obra de fantasía heroica. No en vano, a pesar de encontrarnos ante un trabajo dedicado al ámbito mítico, sus dibujos son sumamente realistas y los tonos de color empleados mejoran aun mas su aspecto visual.

Siempre es complicado analizar cualquier obra artística relacionada con la Historia desde el punto de vista académico, por cuanto solemos centrarnos más en los errores que se hayan podido cometer no solo en cuanto al guion, sino a la ambientación, tanto cultural como visual. Esta tarea no suele dar buenos resultados, ya que el lector que se aproxima desde un conocimiento mas profundo del contexto en el que se enmarca suele acabar frustrado, independientemente del tipo de adaptación que se haya realizado, es decir, en formato novela gráfica, serie de TV, largometraje, etc., incluso en las obras de arte. Por ese motivo, debemos tratar de apreciar el valor que nos ofrece como medio de aproximación inicial a un contexto histórico-mítico, a partir del cual el público menos versado puede disfrutarla en toda su extensión y, si queda atrapado, buscar información adicional sobre aspectos culturales de la historia que hasta ese momento desconocía. Es mas, en el caso de los estudiantes no universitarios, la dificultad de impartir enseñanza histórica es aun mayor, por lo que toda herramienta que permita generar en ellos un interés

mayor sobre la materia que deben aprender puede resultar muy interesante si lo utilizamos adecuadamente.

No en vano, la obra menciona varios pueblos históricos, como los escitas, hititas, sármatas, cimerios, filisteos, babilonios, etc., a partir de los cuales se articula una narración fantástica pero brillantemente ambientada. Incluso muchos de los nombres de personajes, divinidades, ciudades, etc., corresponden con el contexto del antiguo Oriente Próximo, como Hammurabi, Mursili, Hattusili, Puduhepa o Mitra, son reales, lo que ayuda a que el lector se sumerja en una narración a la que este tipo de aspectos aportan una mayor veracidad, aunque sin olvidar nunca que se trata de una adaptación fantástica de un pasado mítico cuya trama nunca sucedió.

De hecho, cualquier similitud con la realidad histórica termina aquí, ya que la mayoría de estas alusiones se emplean de un modo totalmente arbitrario, fruto de esa contextualización en un pasado aun mas lejano que la Antigüedad, una época de mitos y leyendas. No en vano, la trama se centra en el enfrentamiento entre dos grandes enemigos, los hititas, que ciertamente controlaron un extenso reino en Asia Menor en el II Milenio a.C. (González Salazar, 2003, p. 11; Bryce, 2001, p. 61-66; Freu; Mazoyer, 2007, p. 33-35) y una coalición de tribus escitas. Sin embargo, en ese momento ni siquiera existía aun la cultura escita o, al menos, no se encontraba asentada en Asia Menor, sino en Asia Central o Siberia (Jacobson, 1995, p. 29), y entre sus grandes migraciones la mas importante no se produjo hasta el s. VII a.C. (se mencionan por primera vez en las inscripciones del rey asirio Assarhaddon, 681-669 a. C.) (Lanfranchi, 2009-2011, p. 581), donde en realidad expulsaron a los cimerios de su territorio tradicional en el Ponto septentrional (Hdt. 4. 16). Si que es cierto que en su lucha, los escitas protagonizaron varios ataques al territorio de Asia Menor, por entonces bajo dominio del Imperio aqueménida, pero nunca llegaron a enfrentarse a los hititas, por cuanto su cultura había ya desaparecido entonces (Collins, 2007, p. 80-85; Sanchez Sanz, 2021, p. 6).

A pesar de todo, existen aspectos reales, ya que los escitas nunca formaron una nación, sino que se organizaban a partir de distintas tribus bajo dominio de una de ellas (Sanchez Sanz, 2019c, p. 61), los conocidos como “escitas reales” (Hdt. 4. 53). Ninguna de las tribus escitas tenía nombres como los que se emplean en esta obra, ni se organizaron formando una horda al estilo mongol muy posterior, lo que forma parte de los elementos que responden a la imaginación de Runberg. Es mas, las amazonas aparecen como una tribu de los escitas, cuando nunca se trató del mismo pueblo, uno real y el otro mítico (Sanchez Sanz, 2019a, p. 530), hasta el punto de que la tribu escita amazona recibe el nombre de sármatas, el cual era otro pueblo real de origen indoiranio (al igual que los escitas), pero en nada emparentado con estos, hasta el punto de que los sármatas emigraron hacia el territorio escita en el s. IV a.C., logrando acabar con más de trescientos años de dominio en el Ponto septentrional (Scegllov, 1968, p. 336-337; Macinskij, 1971, p. 46-51; Kostenko, 1983, p. 74-77).

Sármatas y amazonas tienen igualmente poco que ver, salvo para Heródoto (4. 117), y su referencia ni siquiera es directa, pues no menciona a los sármatas sino a los saurómatas, como un pueblo mítico surgido de la unión entre amazonas y escitas. Sin duda, la presencia de mujeres guerreras entre los sármatas hizo posible que estableciera este nexo de unión que, por otro lado, nunca existió realmente, pero es interesante cómo los autores hacen uso de estas referencias para emparentar pueblos míticos y reales, sin duda siguiendo la tendencia actual del feminismo que otorga a las amazonas una base real que nunca existió¹¹.

Incluso, en la obra, la llamada “la horda de los vivos”, que está integrada por cimerios, callípidos y amazonas sármatas, cuenta con la ayuda de Hammurabi de Babilonia y de un poderoso grupo de magos atlantes. Por supuesto, Hammurabi es un personaje real, soberano de Babilonia, pero cuyo reinado se sitúa incluso mucho antes del momento en que se desarrolló la cultura

¹¹ Vide Davis-Kimball (2002, p. 5-9); Mayor (2014, p. 37-38; 2016, p. 939); MacLachlan (2013, p. 180); Guliaev (2003, p. 114); Pastre (1996, p. 278-279); Germain (2012, p. 93-94); Bond (2008, p. 174-175), entre otros/as.

hitita, es decir, entre el 1810-1750 a.C. (Arnold, 2005, p. 7), por lo que se trata de otro elemento anacrónico de la obra, incluso un milenio anterior a la llegada de los escitas al Ponto septentrional. Más fantástica aun es la alusión al mítico pueblo de los atlantes, mencionado por Platón (*Timeo*, 23e), aunque por esa misma razón sí podemos encontrar aquí un nexo de unión con las no menos legendarias amazonas en el imaginario griego gracias a Diodoro de Sicilia (3. 53, 4), quien explica que existían dos pueblos de amazonas míticas, las orientales y las occidentales. Estas últimas se asentaban en algún punto indeterminado del África noroccidental, precisamente muy cerca del supuesto territorio atlante, por cuanto afirma que se enfrentaron a ellos y lograron derrotarlos en combate.

Volviendo a la trama de esta novela. El desencadenante del enfrentamiento entre los hititas y las supuestas tribus escitas es la agresión de los pueblos del mar (probablemente los filisteos, representados con las características típicas de este pueblo según la iconografía egipcia¹²) frente a los hititas, otra referencia histórica pero que ahora señala a una coalición de pueblos que supuestamente sembraron el terror en el Mediterráneo oriental atacando a minoicos, micénicos, egipcios, etc., hacia el momento final en que desapareció la propia cultura hitita. Esto supone un acontecimiento histórico real (Bryce, 2001, p. 401-422; Freu; Mazoyer, 2010, p. 217-265), que vuelve a mezclar elementos veraces en una trama principalmente fantástica.

En la obra, los hititas sufrieron una severa derrota frente a los pueblos del mar, lo que provocó que iniciaran una campaña militar hacia territorios limítrofes para recuperar parte de su influencia perdida en esta región, lo que provocó un enfrentamiento con los escitas. Sin embargo, como ya hemos mencionado, el reino hitita se alcanzaba la mayor parte de Asia Menor; mientras que, los escitas son históricamente muy posteriores, y sus dominios se encontraban al otro lado del Ponto

¹² Yasur-Landau (2013).

Euxino, es decir, en las actuales regiones de Ucrania, Crimea y el sur de Rusia (Ivantchik, 2005, p. 453).

A estos anacronismos se suman otros muchos, esta vez relacionados no solo con los escenarios de la trama, sino también con las armas utilizadas por los distintos grupos en guerra. Los hititas utilizan escudos de tipo micénico, que si bien podrían corresponderse cronológicamente con el período en que sus dos reinos florecieron, es decir, mediados del II Milenio a.C., este tipo de escudos eran más comunes entre los aqueos, por lo que no tenemos constancia de que fueran empleados por los hititas. Sin embargo, su forma y gran tamaño provocan un impacto visual que sin duda alentó a los responsables de la obra para incluirlos en la trama. Algo parecido sucede con la presencia de caballería en estos ejércitos, muy típica de los pueblos esteparios de carácter nómada o seminómada, pero que no se empleó en combate hasta el s. IX a.C. (Dalley, 1985; Dezsö, 2012, p. 13) y al contrario sucede con el uso de catapultas (Vidal, 2019, p. 106) o los carros de guerra con guadañas incorporadas a las ruedas, ya que no se atestiguan en las fuentes hasta mucho después, en el s. V a.C. Por tanto, en la obra aparecen personajes, pueblos, formaciones y armas que cronológicamente existieron con más de un milenio de diferencia, a veces incluso geográfica, por no decir que el término mongol “horda”, no surgió hasta la Edad Media, lo que se suma a todos los elementos fantásticos que nutren la obra.

Cualquier obra rigurosamente histórica requiere conocimientos especializados o, al menos, asesoramiento en este sentido, aunque eso es algo poco común en la actualidad, y no siempre se debe a la ausencia de criterio por parte de los autores, sino más bien de un hecho básico. La ambientación está al servicio de la trama, y si la trama no requiere rigor o busca exagerar el apartado visual y estético para generar mayor expectación ni siquiera se atiende a tales aspectos. No en vano, la mayoría del público que acudirá a la obra tiene un nivel de conocimientos similar o incluso inferior sobre el contexto histórico en que se sitúa la trama que los propios creadores, por lo que no suele ser un elemento al que se preste especial importancia, salvo para evitar

fallos de gran magnitud que hasta el público en general podría identificar y afectar a la credibilidad de la trama.

Por tanto, “Reconquista” no es una obra histórica, ni lo pretende, sino solo un producto visual muy elaborado al servicio de una trama que mezcla realidad y ficción, que es la base del género fantástico. Sin embargo, cumple con la función de entretener, y como es lógico, el producto final es muy atractivo visualmente, por lo que su verdadero valor educativo debemos situarlo en ese aspecto. Es mas, la obra ni siquiera añade un valor moralizante, como sí ocurre con “El corazón de las amazonas”, pero es muy útil para introducir a los neófitos en aspectos de la Historia Antigua, generando la necesidad de profundizar en diversos temas que pueden resultar llamativos.

No en vano, la obra incluso muestra otras muchas influencias no solo culturales, sino también asociadas a otros ámbitos como es el mundo del videojuego, puesto que las batallas incluyen la aparición de bestias a veces míticas y otras anacrónicas (osos, toros, jabalíes gigantes, elefantes, criaturas fantásticas como los grius o, incluso, mastodontes que como el resto de dinosaurios pertenecen a épocas anteriores a la aparición del género humano y que aquí se muestran como animales entrenados para la guerra en la región de Sudán) que recuerdan los celebres combates épicos de Warhammer o la obra de Tolkien. Eso por no mencionar a los magos aportados por el no menos mítico pueblo atlante, aunque este tipo de personajes ni siquiera aparecen en la narración de Platón.

A pesar de todo, en una obra tan extensa e interesada en utilizar la imagen amazónica, no podía faltar un importante trasfondo asociado al género. Y no nos referimos a las frecuentes escenas sexuales que también aparecen en la obra de Bindi y Rossi casi como si de una necesidad asociada a la importancia de atraer al lector no solo por la épica, sino también a través del erotismo, puesto que también aparece en clave de empoderamiento. Ciertamente, en ambas obras las supuestas amazonas actúan e interactúan prácticamente desnudas (Picazo, 2008, p. 48), lo que en las fuentes iconográficas de la Antigüedad no sucede nunca

(Sanchez Sanz, 2014, p. 33) salvo por la exhibición del seno derecho, que destaca sobre todo en escultura y alude a la legendaria creencia en que lo amputaban para convertirse en arqueras más precisas, cuando entre miles de ejemplos apenas se muestra en el arte antiguo (Sanchez Sanz, 2019a, p. 434-435). Tanto es así, que en muchas escenas intrascendentes de la trama las féminas parecen posar como si estuvieran en una sesión de fotografía, lo que llega a restar credibilidad y dificulta seguir el hilo conductor del relato distrayendo la mirada del lector. No nos referimos solo a las Amazonas que actúan en la obra, sino también a otros personajes femeninos como la reina hitita Puduhepa pues, aunque se trata de un personaje real que vivió en el s. XIII a.C. (esposa de Hattusili III) (Bryce, 2001, p. 13-14), parece actuar como una soberana Amazona, cuando sabemos que la sociedad hitita era profundamente patriarcal (Kleinbaum, 1983, p. 201; Gurney, 1990, p. 103).

Sin embargo, para explicar esta situación Puduhepa aparece como una soberana despiadada y calculadora que utiliza su atractivo sexual para imponerse a un Hattusili incapaz. No cabe duda de que Runberg y Miville-Deschénes trataron de llevar a cabo una somera investigación previa antes de crear esta obra, ya que las fuentes describen a Puduhepa como un personaje capaz de imponerse a la tradición patriarcal para convertirse en una hábil diplomática y política no solo durante la vida de su esposo, sino también como regente de su hijo Tudhaliya IV, pero nunca mencionan una actitud como la mostrada en *Reconquista*, que a la postre provocaría su muerte atroz. Estos episodios que acabamos de mencionar ejemplifican a la perfección la forma de trabajar de Runberg y Miville-Deschénes. Una forma de trabajar consistente en buscar datos históricos que sirvan no solo para añadir interés y credibilidad a la obra final, sino como inspiración para la construcción de un relato literario de carácter fantástico, cuyo resultado final no tiene nada que ver con la historia documentada.

Reconquistas también hace un uso común de tópicos orientalistas que distorsionan la imagen de las culturas orientales, siempre inferiores frente al Occidente civilizado y racional y, por

tanto, susceptible de ser dominado. Hititas y escitas muestran un gusto desmedido por el lujo, el erotismo y el despotismo. A menudo aparecen descritos textual y visualmente como crédulos, crueles, mentirosos, desconfiados, aduladores y serviles. Estas son todas características tradicionalmente asignadas al “otro”, esa figura que el mundo occidental ha empleado desde hace siglos para caracterizar a los pueblos orientales por oposición a sí mismos, es decir, ejemplo de todo lo malo que servía para definir lo bueno que encarnaban ellos mismos. La barbarie frente a la civilización, el lujo frente a la mesura, el desenfreno frente a la razón, etc. se trataba de definir lo propio a partir del “Otro”, de lo ajeno como ejemplo de alteridad, y los mitos amazónicos surgieron de ese modo, hundiendo sus raíces en la alteridad generada por un modelo cultural aplicado a lo ajeno, externo, al “Otro” como inversión de los valores y normas aceptados basados en la preeminencia del género masculino, con la intención de explicar su estructura social y generar estabilidad en la comunidad.

Conclusión

La industria del cómic ha visto un florecimiento de voces nuevas e independientes y un aumento en la madurez de gran parte de su tema en las últimas cuatro décadas (Decker; Castro, 2012, p. 172); pero no solo eso, se ha producido un redescubrimiento de la importancia que aun mantienen los mitos clásicos como base de la cultura occidental y fuente de inagotables historias capaces de seguir atrayendo la atención del gran público. Por ese motivo, es necesario aprovechar el valor de las historietas (no solo en el formato de las novelas gráficas sino también del cómic) como valiosas herramientas de enseñanza, en cuyo proceso resulta fundamental analizar individualmente tanto las fortalezas como las debilidades que subyacen no solo en cuanto a este tipo de formato, sino a las ideas que los autores suelen transmitir para atraer el público, pues no debemos olvidar que originalmente no se concibieron como herramientas de enseñanza sino como productos de entretenimiento.

Si bien la gran mayoría del mercado de las historietas consiste en adultos en edad universitaria o superior, los lectores maduros de cómics tienden a tener una mayor libertad en el manejo de temas controvertidos. Es por ese motivo que muchas de estas obras no tratan de ofrecer un contenido adaptado al público juvenil, lo que da rienda suelta a sus autores para elaborar el tipo de narrativa y arte visual que realmente desean para expresar su relato, el cual suele incluir grandes dosis de erotismo y violencia como algunos de los elementos fundamentales para atraer al público maduro. Sin embargo, no se trata de los únicos, ni tampoco los más importantes dentro del proceso que consistiría en ampliar la utilidad de este tipo de obras hasta introducirlas en el ámbito educativo, puesto que lo más interesante es la forma en que muestran ese relato a través de imágenes y un guion atractivo para enganchar al público, del mismo modo que se lleva a cabo en el cine o la TV. Ese es el verdadero valor de estas obras cuando se trata de introducirlas en un contexto para el cual no estaban originalmente diseñadas, pero al cual puede resultar tremendamente útil, por cuanto toda posibilidad de introducir en los estudiantes nuevos estímulos para el aprendizaje siempre es bienvenida, sobre todo en materias que pueden resultar menos atractivas para los adolescentes. Gracias a ello, las posibilidades son ilimitadas (Letcher, 2008, p. 94).

Por lo general, los adolescentes cuentan con medios de entretenimiento mucho más espectaculares que los cómics, como sobre todo los videojuegos y quizá el cine y la TV, por lo que su acceso al mundo del comic es limitado y los productos que por ello, y por razón de edad, se les ofrecen suelen ser adaptados a sus gustos, muchas veces dedicados a historias banales o simplemente divertidas, alejados de temas complejos, ideologías, etc., de un modo diferente a lo que sucede con los comics adultos. Por ese motivo surge la pregunta, ¿pensarían los estudiantes que un cómic podría ofrecerles algo más? ¿Serían capaces de captar las complejidades de la guerra y la violencia dentro de este contexto? Los comics dedicados a estas etapas suelen dedicarse a personajes entrañables, divertidos cuyas historias rozan lo intrascendente,

puesto que su misión es la de entretener sin mayores complicaciones. Los comics de superhéroes y aventuras fantásticas tienen, como todos ellos, la misma finalidad, pero con un trasfondo muy diferente, hasta el punto de que ya empiezan a incluir la aparición de dilemas, las luchas entre el bien y el mal y asuntos de complejidad moral e ideológica para los lectores. Y son ellos los que más asemejaban su estructura a los relatos de la antigua mitología.

Ciertamente, los comics dedicados a la religión griega o a los relatos míticos helenos no son desconocidos, y cuentan ya con una tradición interesante, lo mismo que sucede con el uso de comics con fines educativos, pero la mezcla de ambos conceptos no ha sido tan tratada, aun cuando ofrece una gran oportunidad para introducir esta temática en las aulas de un modo mucho más atractivo (Barbre et alii, 2022, p. 11). Entonces, ¿merece la pena cruzar la línea de emplear comics para adultos en la enseñanza secundaria? Lamentablemente, el control que la sociedad puede ejercer sobre los adolescentes en una Era Digital, y a través suyo, del acceso a contenidos poco adecuados a su edad es mucho más limitado de lo que nos gustaría, motivo por el cual, con la adecuada supervisión, es posible “procesar” este tipo de obras para adaptarlas al contexto necesario, empleando lo que de útiles pueden ofrecer a la enseñanza sin ceder completamente a todos los aspectos que incluyen como parte de su contenido. Gran parte del contenido que deseamos transmitir ya les ha llegado a través de diversas plataformas sin que apenas nos hayamos dado cuenta, como sucede por ejemplo con la IIGM a través de videojuegos ambientados en la Alemania nazi, por lo que adquieren así un conocimiento del tema sesgado, y a veces mucho más nocivo de lo que podamos imaginar.

En nuestro caso, y teniendo esto en cuenta, es importante aprovechar la gran oportunidad de convertir el material de estudio en algo atractivo, que no solo permita su asimilación, sino que incluso despierta la curiosidad para ampliar aun más ese contenido. Mas aun cuando tratar de evitar el conocimiento de la cruda realidad histórica es a veces una tarea fútil, que hoy día se

centra más en redirigir los conocimientos que a veces han adquirido de forma directa e indirecta a través de otros medios, y muchas veces erróneos o basados en estereotipos nocivos, que de protegerlos, lo que supone una tarea casi imposible con el nivel de acceso a la información que existe hoy en día.

Lo más significativo de ambas obras es que se prestan bien a las discusiones en el aula sobre diversas e importantes cuestiones no solo históricas y mitológicas, sino también sociales, de género, relacionadas con los valores, la convivencia, la resolución de conflictos, la violencia, etc., pero sobre todo, promueven el pensamiento crítico. Por supuesto, el desafío de usar cómics en el aula supone para los docentes llenar los vacíos existentes que de forma intencional o por desconocimiento de sus autores a la hora de llevar a cabo una completa labor investigadora para ambientar su obra se muestran en ella, pero también comentar aquellos otros aspectos que deliberadamente se han tergiversado, omitido o añadido para hacer más atractiva la propia historia relatada en la obra que por ofrece un producto riguroso en cuanto al conocimiento histórico o mítico.

Por lo tanto, es responsabilidad del docente situar el texto dentro de un contexto histórico más amplio, así como pensar detenidamente cuándo y cómo introducir y presentar el tema a los estudiantes. Aunque la novela gráfica presenta una variedad de desafíos pedagógicos únicos, tiene el potencial de animar drásticamente cualquier salón de clases. Sin embargo, a día de hoy y aunque las encuestas muestran que el grado de aceptación en el uso de este tipo de materiales para el aprendizaje entre los docentes es cada vez mayor, luego no suele traducirse en un elevado uso real en las aulas (Lapp et alii, 2012, p. 30), por lo que es necesario seguir promoviendo este tipo de materiales alternativos por su elevado valor educativo, aun cuando los docentes tienen poco margen para introducirlos en el plan de estudios fuera de lo que está legislado por las autoridades educativas en cuanto a las materias que integran el currículo oficial; mientras que la mayor parte del aprendizaje histórico ocurre fuera del aula académica.

La obra de Bindi y Rossi, tiene un trasfondo mas ambicioso, por cuanto el desenlace pretende generar acalorados debates y posiciones enconadas a partir de personajes cuyas motivaciones divergentes se centran no solo en la lucha de género, sino en su resolución por medio de la vía pacífica. No cabe duda de que el enfoque principal trata de ofrecer una salida conciliadora para esta lucha interminable, de forma muy diferente a lo que podemos extraer de las fuentes clásicas, lo cual es de agradecer, sobre todo en un momento, el actual, en que la defensa de los derechos de la mujer es entendida por determinados colectivos feministas radicales como necesariamente ligada a la “deconstrucción” del género masculino. De forma que más allá de buscar la igualdad, lo que parece pretenderse es una nueva inversión social, donde el hombre sea ahora la figura subordinada en la sociedad. Y es precisamente esta opinión la que muy acertadamente intenta combatir esta obra.

En el caso que nos ocupa, el aspecto más importante que emplean ambas obras es la aparición de un tipo de personaje mítico especialmente reconocible, como son las guerreras amazonas, que en el ultimo siglo se han convertido en paradigma de la mujer combativa en oposición a la razón que impulso a los griegos para crear este universo mítico, que no era otra que mostrar con su derrota la necesidad de que la mujer ocupara un lugar secundario y subordinado en la sociedad patriarcal (Preusser, 2010, p. 36). Milenios mas tarde, los movimientos feministas vieron en ellas el reflejo de lo que una mujer podía ser capaz de lograr en un mundo de hombres, olvidando la moraleja de los relatos helenos en la que siempre aparecen derrotadas frente a los héroes masculinos como final lógico a su ambición (Sanchez Sanz, 2019b, p. 40), y al hecho de haber tratado de transgredir las normas sociales establecidas (Pomeroy, 1991, p. 157). Por si fuera poco, en los últimos años, largometrajes basados en importantes figuras de comic como Wonder Woman, han ayudado a universalizar aun mas los mitos amazónicos, desde una perspectiva que poco tiene que ver con su universo mítico original, y eso se aprecia igualmente en ambas obras.

Reconquêtes y El coeur des amazones no son obras históricas, sino que se sirven de aspectos pseudohistórico y míticos capaces de generar interés y curiosidad en los lectores para atraerlos a una narración muy personal, que ni siquiera se acerca a los relatos míticos griegos protagonizados por las amazonas. En ambos casos, tanto la trama como los aspectos visuales buscan ser veraces en su fondo, pero no en su forma, que queda relegada al servicio de la trama. El uso de escudos micénicos (Sanchez Sanz, 2013, p. 190), catapultas, etc., en Reconquista trata de aportar veracidad cuando en realidad aluden a momentos cronológicos separados por milenios; mientras que en El coeur des amazones, sucede algo similar, al mezclar un contexto como fue la Guerra de Troya, con elementos visuales típicamente asociados a los indios americanos.

No se trata tanto de que los autores no hayan realizado un serio trabajo de investigación para evitar tales anacronismos, pues incluso con el apoyo de un historiador habría sido sencillo evitarlos sin emplear mucho tiempo en este sentido, pero no sucede porque no se trata de un aspecto tan relevante en el producto final, y por ello se evita conscientemente. De lo contrario, habría sido imposible mostrar una conversación entre Hammurabi y los escitas, o que los mirmidones se convirtieran en esclavos de las amazonas, pues muchos, por no decir la mayoría, de aspectos que orbitan alrededor de la trama no son coherentes no ya en el aspecto histórico, sino ni siquiera en los mitos originales.

Por supuesto, esto no quiere decir que ambas obras no tengan un importante valor educativo, pues solo implica que debemos aproximarnos a ellas desde el simple disfrute que proporcionan obras catalogadas en el género de la fantasía heroica, donde la necesidad de incluir cada vez más elementos femeninos con igual o mayor protagonismo que los masculinos ha hecho que la aparición de las míticas amazonas en todo tipo de obras artísticas sea cada vez mayor, y será a partir de ese valor inicial que pretende estimular la curiosidad de los lectores, que será necesario

ampliar la información que contienen y contextualizarla adecuadamente para convertirlos en herramientas didácticas.

Bibliografía

- ARNOLD, B. T. **Who Were the Babylonians?** Leiden: Brill Publishers, 2005.
- BARBRE, J.; TOLBERT, J.; CARROLL, J. Comic Literature and Graphic Novel Uses in History, Literature, Math, and Science. **SANE journal: Sequential Art Narrative in Education**, 2 (7), Article 3, p. 1-35, 2022.
- BLAKE TYRRELL, W. **Las amazonas**: un estudio de los mitos atenienses. México: F. Cultura Económica, 2001.
- BOERMAN-CORNELL, W. Using Historical Graphic Novels in High School History Classes: Potential for Contextualization, Sourcing, and Corroborating. **The History Teacher**, 48(2), p. 209-224, 2015.
- BOND, W. **Mermaids, Witches and Amazons**. The Censored Her-Story of the Sea-People. Raleigh: Lulu publishing, 2008.
- BRYCE, T. **El reino de los hititas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- BUCHER, K.; MANNING, M. Bringing Graphic Novels into a School's Curriculum. **The Clearing House**, 78(2), p. 67-72, 2004.
- BURKHOLDER, P.; SCHAFFER D. **History, the Past, and Public Culture**: Results from a National Survey. Washington, DC: American Historical Association, 2021.
- CARTER, J. B. Going graphic. **Educational Leadership**, 66(6), p. 68-73, 2009.
- COLLINS, B. J. **The hittites and their world**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.
- DALLEY, S. Foreign Chariotry and Cavalry in the Armies of Tiglath-Pileser III and Sargon II. **Iraq** 47, p. 31-48, 1985.
- DAVIS-KIMBALL, J. **Warrior Women**: An Archaeologists Search for History's Hidden Heroines. New York: Warner Books, 2002.

- DECKER, A.; CASTRO, M. Teaching History with Comic Books: A Case Study of Violence, War, and the Graphic Novel. **The History Teacher**, 45(2), p. 169-187, 2012.
- DEZSÖ, T. **The Assyrian Army. I.** The Structure of the Neo-Assyrian Army. 2. Cavalry and Chariotry. Budapest: Eötvös University Press, 2012.
- DIEL, P. **Le Symbolisme dans les Mythes**. Paris: Payot, 2004.
- DOWNEY, E. Graphic Novels in Curriculum and Instruction Collections. **Reference & User Services Quarterly**, 49(2), p. 181–188, 2009.
- FREU, J.; MAZOYER, M. **Des origines à la fin de l'ancien royaume hittite**. Paris: Groupe L'Harmattan, 2007.
- FREU, J.; MAZOYER, M. **Le déclin et la chute du Nouvel Empire hittite: Les Hittites et leur histoire**. Paris: Groupe L'Harmattan, 2010.
- FREY, H. Historical Fiction. In TABACHNICK, S. (Ed.). **The Cambridge Companion to The Graphic Novel**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 150-178.
- GERMAIN, Y. **Amazones et Femmes de Guerre dans L'Antiquité**. Clermont-Ferrand: Éd. Paleo, 2012.
- GLUIBIZZI, A. The Aesthetics and Academics of Graphic Novels and Comics. Art Documentation. **Journal of the Art Libraries Society of North America**, 26(1), p. 28–30, 2007.
- GONZÁLEZ SALAZAR, J. M. El Imperio Hitita. Características esenciales y cauces de desarrollo de una organización imperial hegemónica del Oriente Próximo (II milenio a.C.). **Gerión. Revista de Historia Antigua**, 21(1), p. 11-25, 2003.
- GROENSTEEN, T. **The System of Comics**. Jackson, MS: University of Mississippi Press, 2007.
- GULIAEV, V. I. Amazons in the Scythia: New Finds at the Middle Don, Southern Russia. **World Archaeology**, 35(1), p. 112-125, 2003.
- GURNEY, O. R. **Los hititas**. Barcelona: Laertes, 1990.
- IVANTCHIK, A. Le dêmos et la polis des Cimmériens dans l'Odyssée (XI, 14): le contenu de l'image épique. **Pont-Euxin et**

- polis: polis hellenis et polis barbaron. Actes du Xe Symposium de Vani**, 23-26 septembre 2002, p. 83-98, 2005.
- JACOBS, D. More than Words: Comics as a Means of Teaching Multiple Literacies. **The English Journal**, 96(3), p. 19–25, 2007.
- JACOBSON, E. **The Art of the Scythians**. New York: E. J. Brill, 1995.
- KLEINBAUM, A. W. **The War Against the Amazons**. New York: New Press, 1983.
- KOCH, A.; BORNER, L. **Amazonen: Geheimnisvolle Kriegerinnen**. Speyer: Historisches Museum der Pfalz, 2010.
- KOSTENKO, V. I. **Sarmatskrye pamyatniki Dnepro-Donskogo mezhdurech'ya III v. do n. e.-ser. III v. n. e.** Dnepropetrovsk, 1983.
- LANDER, B. Graphic Novels as History: Representing and Reliving the Past. **Left History**, 10(2), p. 113-126, 2005.
- LANFRANCHI, G. B. Skythen. **Reallexikon del Assyriologie**, 12, p. 581-583, 2009-2011.
- LAPP, D.; DEVERE WOLSEY, T.; FISHER, D.; FREY, N. Graphic Novels: What Elementary Teachers Think About Their Instructional Value. **The Journal of Education**, 192(1), p. 23-35, 2012.
- LETCHER, M. Off the Shelves: Graphically Speaking: Graphic Novels with Appeal for Teens and Teachers. **The English Journal**, 98(1), p. 93–97, 2008.
- MACINSKIJ, D. A. O vremeni pervogo aktivnogo vystuplenija sarmatov v Podneprov'e po svidetel'stvam anticnych pis'mennyh istocnikov. **ASbor**, 13, p. 30-54, 1971.
- MAYOR, A. **The Amazons: Lives and Legends of Warrior Women across the Ancient World**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- MAYOR, A. (2016). Warrior Women. The Archaeology of Amazons. In: BUDIN, S.; MACINTOSH, J. (Eds.). **Women in Antiquity: Real Women across the Ancient World**. London: Routledge, 2016.
- MACLACHLAN, B. **Women in Ancient Greece: a Sourcebook**. London: Continuum, 2012.

MCTAGGART, J. Graphic novels: The good, the bad, and the ugly. In: FISHER, D., FREY, N. (Eds.). **Teaching visual literacy**: Using comic books, graphic novels, anime, cartoons, and more to develop comprehension and thinking skills. Thousand Oaks, CA: Corwin Press, 2008, p. 27-46.

MERCURY F. N. **Figures de Femmes de la Méditerranée Ancienne**. Ajaccio: A. Piazzola, 2009.

MEYER, C. K.; JIMÉNEZ, L. M. Using Every Word and Image: Framing Graphic Novel Instruction in the Expanded Four Resources Model. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, 61(2), p. 153-161, 2017.

ORTEGA BALANZA, M. La violencia como constructor de identidad en la gladiatura femenina. In: ANTELA-BERNÁRDEZ, B.; ZARAGOZÁ SERRANO, C.; GUIMERÁ MARTÍNEZ, A. (Eds.). **Placer y dolor**. Las mujeres en la Antigüedad. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la UHA, 2017, p. 179-197.

PASTRE, G. **Les Amazones**: du Mythe à l'histoire. Paris: Ed. Geneviève Pastre, 1996.

PICAZO GURINA, M. **Alguien se acordará de nosotras**: mujeres en la ciudad griega antigua. Barcelona: Bellaterra, 2008.

POMEROY, S. B. **Diosas, rameras, esposas y esclavas**. Mujeres en la Antigüedad Clásica. Madrid: Akal, 1991.

PREUSSER, H. P. Der Mythos der Amazonen, eine Männliche Konstruktion und ihre Feministischen Fehldeutungen. In: FRANKE-PENSKI, U.; PREUSSER, H. P.; RYTZ, J.; STEINER, A.; SCHUTZ, S. (eds.). **Amazonen**. Kriegerische Frauen. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2010, p. 35-48.

RICHARDSON, E. M. Graphic Novels Are Real Books. Comparing Graphic Novels to Traditional Text Novels. **Delta Kappa Gamma Bulletin**, 83(5), p. 24-31, 2017.

RIMMEREIDE, H. E. Graphic novels in the EAL classroom: a pedagogical approach based on multimodal and intercultural understandings. In: DIAMANTOPOULOU, S.; ØREVIK, S. (eds.). **Multimodality in English Language Learning**. New York: Routledge, 2022, p. 99-114.

- SANCHEZ SANZ, A. Los ejércitos micénicos. **Revista de Historia Militar del Ministerio de Defensa**, 113, p. 177-212, 2013.
- SANCHEZ SANZ, A. Aproximación al mito de las amazonas en la iconografía griega Arcaica y Clásica. **Revista Historias del Orbis Terrarum**, 12, p. 14-42, 2014.
- SANCHEZ SANZ, A. Mujeres guerreras. El mito amazónico en la Grecia Arcaica y Clásica. In: BARCELLOS DIAS, C.; CORSI SILVA, S.; COSTA CAMPOS, C. E. (eds.). **Expêriencias religiosas no Mundo Antigo**. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 145-168.
- SANCHEZ SANZ, A. El desarrollo teórico del matriarcado en el s. XIX y los primeros estudios sobre el mito amazónico. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**, 37, p. 221-238, 2018.
- SANCHEZ SANZ, A. **Ars Amazónica**. Estudio de fuentes y análisis comparativo. Tesis Doctoral, Madrid: Univ. Complutense de Madrid, 2019a.
- SANCHEZ SANZ, A. Belerofonte y las amazonas. **Journal of Intercultural and Interdisciplinary Archaeology (JIIA)**, 3, p. 39-45, 2019b.
- SANCHEZ SANZ, A. Héroes y grifos. El góritos escita y el arte griego en la estepa euroasiática. **Journal of Intercultural and Interdisciplinary Archaeology (JIIA)**, 3, p. 61-74, 2019c.
- SANCHEZ SANZ, A. Physis en la Antigua Grecia. In: BUENO, A.; CAMPOS, C. E.; BORGES, A. (eds.). **Ensino de Historia Antiga**. Río de Janeiro: Sobre Ontens, 2020, p. 17-22.
- SANCHEZ SANZ, A. Cimerios, amazonas y el arte griego. **Studia Histórica. Historia Antigua**, 39, p. 5-26, 2021.
- SCEGLOV, A. N. Osnovnye etapy istorii Zapadnogo Kryma v anticnuju epochu. In: GAJDUKEVIC, V. F. (ed.). **Antičnaja istorija i kultura Sredizemnomor'ja i pričernomor'ja**: sbornik statej. Leningrad: Leningradskoe Otd., 1968, p. 332-342.
- VIDAL, J. Hittites i escites enfrontats en una batalla de Warhammer. **HISTORIAE**, 16, p. 105-109, 2019.
- VOISSET-VEYSSEYRE, C. **Des Amazones et des Femmes**. Paris: Harmattan, 2010.


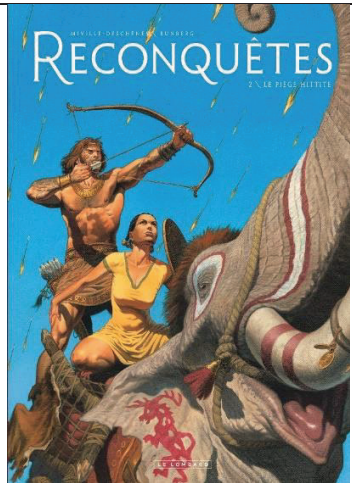
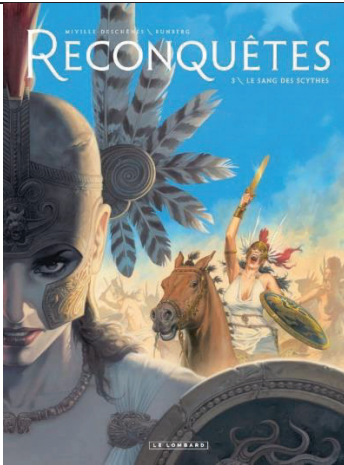
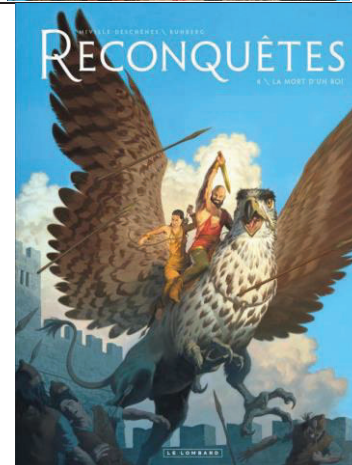
- WEBSTER WILDE, L. **On the Trail of the Women Warriors: The Amazons in Myth and History.** New York: St. Martin's Press, 2000.
- WEINER, S. Show, don't tell: Graphic novels in the classroom. **The English Journal**, 94(2), p. 114-117, 2004.
- WHITE, H. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.
- WILLIAMS, R. Image, Text, and Story: Comics and Graphic Novels in the Classroom. **Art Education**, 61(6), p. 13–19, 2008.
- YASUR-LANDAU, A. The 'feathered helmets' of the Sea Peoples: joining the iconographic and archaeological evidence. **Talanta**, 44, p. 27-40, 2012.

Ficha Técnica

Título original: Le Coeur des Amazones	ISBN: 978-84-679-3588-2
Guion: Géraldine Bindi	Idioma: Francés
Arte: Christian Rossi	Lanzamiento: 14/03/2018
Editorial: Casterman	



Ficha Técnica

<p>Título: Reconquêtes Guion: Sylvain Runberg Arte: François Miville-Deschênes Editorial: Le Lombard</p>	<p>ISBN: 978-2803627530 Idioma: Francés Lanzamiento: 19/05/2011</p>
	
	

MOEDA E ARQUEOLOGIA: REFLEXO DO PASSADO ROMANO PRESENTE NO MUNDO MODERNO¹

Cláudio Umpierre Carlan

Introdução

A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, muitos deles analfabetos, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política.

A moeda tem sido estudada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a história social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade à nível de salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes. O estudioso da moeda se tem preocupado mais com o corpo econômico e social que ela servia do que com o metal que a produzia e a informava. Estruturalmente este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

A numismática, ou ciência que estuda as moedas e medalhas, durante muitos anos, foi analisada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a História Social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade ao nível de salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes.

O estudioso da moeda se tem preocupado mais com o corpo econômico e social que ela servia do que com o metal que

¹ Agradecimentos: Aos amigos e colegas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em especial a Carlos Eduardo da Costa Campos e Leandro Hecko, pela oportunidade de trocarmos ideias: a Pedro Paulo Funari, André Leonardo Chevitarese, Margarida Maria de Carvalho, Maria Beatriz Florenzano, Ciro Flamarion Santana Cardoso (*in memoriam*).

a produzia e a informava. Estruturalmente este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

Os seres humanos, desenvolveram diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência. Nesse sentido, a representação imagética, presente nos aversos e reversos monetários procurou ser universal, legitimando diversos regimes políticos.

A moeda, como documento, pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético. Essa impressão iconográfica revela figuras diversas, como animais, vegetais, brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados.

Moedas: estudo e herança da Antiguidade Tardia

Apesar de não haver criações notáveis no período sobre as representações numismáticas, devemos citar que muitos reversos exibem o tema das portas de cidades, uma maneira dos imperadores demonstrarem seu interesse em manter a segurança da população quanto aos ataques “bárbaros”. As duas únicas exceções, de acordo com Gomes Marques, são as portas de Trêves, em um sólido de Constantino; e um medalhão que representa os portões de Londres, de Constâncio II (Marques, 1982, p. 133).

Existe uma controvérsia quanto a esta afirmação de Gomes Marques. Sears concorda com ele, identificando o averso como os portões de Londres. Cohen afirma ser um campo militar ou praça forte. Dezesesseis das dezoito peças do acervo do MHN pertencentes a esta categoria traz uma estrela que, segundo RIC (Roman Imperial Coinage) e o próprio Cohen (Cohen, 1892, p. 437), identifica as moedas cunhadas no Oriente. Ao analisarmos os respectivos exergos, achando ARLQ (Arles), RΩQ (Roma), SAMNTH (Antioquia), SMHA (Heracléia), SMNE (Nicomédia),

SMKΓ (Sisico) entre outras, concordamos com os autores acima citados.

A partir do século III começa a haver uma variação das amoedações que trazem edifícios ou construções militares como tema. Neste caso devemos destacar uma certa originalidade da cunhagem, pois não foram encontradas outras representações iguais nas coleções referentes ao século IV, tanto no MHN como nos catálogos mais antigos por nós pesquisados.



Fig. 1 – Moeda do Imperador Constâncio II, filho e herdeiro político de Constantino I, o grande. Peça de bronze, denominada AE3, cunhada entre os anos de 324 e 337, em Nicomédia (exergo ou linha de terra SMNE, segunda casa monetária). Excelente visualização tanto do anverso quanto do reverso. No anverso, a legenda FL IVL CONSTANCIVS NOB C (Flávio Júlio Constâncio Nobilíssimo César, o título nobilíssimo era destinado aos membros da família imperial). Os detalhes do cabelo, manto e diadema estão muito bem representados. No reverso, aparece uma representação de construção, fortaleza ou catedral, com duas torres circulares e uma estrela logo acima. Segundo Cohen seria parte de um campo militar aberto. Gomes Marques acrescenta que, tanto as peças de Constâncio II como a de seu pai, Constantino, são as que melhor representam os temas que envolvem as construções. Estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1.01mm, peso de 2.17g, alto reverso 11 horas. **Fonte:** Foto de Cláudio Umpierre Carlan, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

Muitos desses “generais/governantes” permitiram o ingresso dos povos germanos, vulgarmente chamado de bárbaros, nas fronteiras imperiais. Porém, tinham que cultivar a terra, servir no exército romano (comandados por seus chefes) e vigiar as

fronteiras. Mesmo assim, Aureliano, preocupado com quantidade de povos que entravam no império, mandou construir uma rede de fortificações, que servirá de modelo para os povos vindouros. Como podemos analisar na representação a seguir:



Fig. 2 - Portão São Paulo, Muralha de Aureliano, Roma, Itália. Muralha construída pelo Imperador Aureliano (214 ou 215 – 275), para impedir as invasões dos povos bárbaros. Dos 19 km originais, sobreviveram aproximadamente 12km. As paredes eram de 3,5 m de espessura, por 8 m de altura. Durante o governo do Imperador Honório (384 – 423), foram construídas as torres circulares (característica da Antiguidade Tardia) e ampliada a altura dos muros para 16 m. Inicialmente o portão recebeu o nome de Ostiense, porque era caminho do comércio para porto de Óstia (ânforas de vinho e azeite), via rio Tibre. Mais tarde, foi rebatizado de São Paulo. A frente do portão está voltada para Basílica de São Paulo, na mesma avenida. Hoje, está localizada próxima a Estação Ostiense, no bairro de Testaccio, construído por Mussolini para abrigar a classe operária. **Fonte:** Foto de Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007.

De acordo com o *Dicionário de Semiótica*, o significado do termo “construção”, aparece como um sinônimo de “artificial” opondo-se a “natural”, uma referência à ação do homem que transforma a natureza (Greimas; Courtés, 1979, p. 80). Em uma

política imperial no qual a moeda tem um grande poder de circulação, os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento da obra realizada pelo seu governante. Além disso, ainda há o significado da segurança representada pela própria fortificação.

Infelizmente, certos centros acadêmicos brasileiros continuam presos ao modelo positivista e historicista do século XIX: “sem documentação textual, não existe História”. Esse pensamento prejudica tanto o trabalho sobre Mundo Antigo, quanto os estudos em Brasil Colônia, períodos em que a documentação escrita é mais rara e complexa. Assim, muitos jovens e promissores pesquisadores são afastados da Antiguidade, sendo obrigados a se adaptarem em outra linha de pesquisa, de preferência História do Brasil, séculos XIX e XX.

Muitas vezes esquecemos a ampliação da noção de documento, defendida pela Escola dos Annales, em 1930, descritas no livro *Combate pela História* Lucien Febvre:

...A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem... (Febvre, 1985, p. 249).

Em contrapartida, possuímos no Brasil, uma grande quantidade de documentação, iconográfica ou não, referente à Antiguidade Clássica. Há um imenso leque de ação para os jovens pesquisadores que querem trilhar por esse caminho. Muitas vezes

nós professores desestimulamos ou ensinamos o caminho errado para os nossos alunos. Escolhemos o mais prático e fácil para eles, ou para nós. Indicamos um site na Internet ao invés da coleção de um museu. Tenho observado em muitos congressos, alunos apresentando imagens de sites poucos confiáveis, sem identificá-los adequadamente.




Fig. 3 - Anverso ou cara, busto só (nu), de Constantino I, à direita. Na legenda a alusão ao Imperador como *Augustus* (CONSTANTINVS AVG). No reverso, os votos de 20 anos de governo, circundados por uma coroa de louros. **Fonte:** Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto de Cláudio Umpierre Carlan, maio de 2002. As moedas laudatórias tinham por função passar uma mensagem de louvor e compromisso entre governante e governados. Constantino pretendia comemorar os seus 20 anos de governo, cunhando peças semelhantes às da tetrarquia (da qual se achava o legítimo sucessor). A estrela existente depois da inscrição VOT XX remete aos tempos de Otávio Augusto (ele mesmo legítimo sucessor de Júlio César, assassinado no Senado). Otávio teria visto uma estrela cadente ou cometa cruzando os céus. Ele interpretou como uma mensagem de Júlio César, reconhecendo Augusto como seu sucessor. Legitimando dessa forma o poder imperial. Essa amoedação data de 324 – 325, em Heracléia (Macedônia). Trata-se de um *aes*, pequena moeda de bronze, uma das mais antigas de Roma. Utilizada, principalmente, para o pagamento das tropas e pequenas operações econômicas.

Pouco antes da batalha da ponte Mílvia, contra Maxêncio, Constantino ordenou aos seus legionários pintarem nos escudo o monograma cristão (✠). Assim o usurpador Maxêncio foi derrotado. Essa passagem é citada por Lactâncio e Eusébio de Cesaréia, e este último a cita duas vezes: na *História Eclesiástica* e *De Vita Constantini*. A tradição cristã diz que, pouco antes de entrar

em combate contra Maxêncio, o imperador “rezava e fazia frequentes súplicas”, segundo o apologista Eusébio de Cesaréia (Eusebivs Pampili, 1902, Livro III, 210), quando surgiu um sinal divino no céu: as iniciais da palavra Cristo em grego (*XPTO*), acompanhada da inscrição *hoc signus vinces* (com esse sinal vencerás). Há controvérsias sobre os detalhes dessa aparição, mas o sentido geral consiste na intervenção direta de Deus, para que Constantino se convertesse.

Constantino teria mandado pintar o sinal nos escudos dos soldados, vencendo assim a batalha, com um exército numericamente inferior ao adversário. Segundo o retórico cristão Lactânncio, contemporâneo de Eusébio de Cesaréia, a visão de Constantino ocorreu durante o sono, pouco antes do combate (Lactânncio, 1954, Livro I, 126). Lembramos ainda que Eusébio escreveu a sua obra em grego e Lactânncio em latim.

Essas variações da política religiosa foram dirigidas ao mesmo tempo pela paixão e pelo cálculo, que se refletem nas diversas moedas, demonstrando que a atuação do cristianismo era sentida e passava a ser incorporada, durante esse longo período. O lábaro cristão de Constantino aparece tanto nas moedas de seu filho e sucessor, Constâncio II, como na de outros imperadores, como Joviano e Valentiniano I, acompanhado da legenda, contida no reverso, *FEL TEMP REPARATIO*, ou seja, um ressurgimento da grandeza romana por meio do baluarte cristão.

Notamos também o reaparecimento, muito mais tarde, dessa influência nas moedas cunhadas durante o reinado de dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal. Nas peças aparecem o símbolo cristão de Constantino, uma letra X, virada transversalmente e cuja ponta superior era inflectida (presente no *labarum* imperial de Constâncio: ) , acompanhado da frase: *IN HOC SIGNO VINCES (POR ESTE SINAL VENCERÁS)*. Como novo imperador, Constantino mandou cunhar uma série de moedas que lembravam este fato. Outros governantes, séculos mais tarde, “copiaram” o modelo constantiniano cunhando peças com a mesma legenda e iconografia, como, por exemplo, D.

Manoel, o venturoso, de Portugal; D. Pedro I e D. Pedro II do Brasil.



Fig. 4 – Descrição da Moeda: Anverso: DN CONSTANTIVS PF AVG; Reverso: FEL TEMP REPARATIO / RQ; No anverso, aparece o busto de Constantino, face voltada à direita do observador, com o diadema de duas pontas, o manto imperial preso aos ombros. Imagem nítida, mas a parte superior está faltando (quebrada), atingindo a legenda DN CONSTAN (TIVS PF) AVG. No reverso, a imagem representa um soldado ou legionário romano (ou o próprio imperador) derrotando um inimigo. Segundo Ward-Perkins, um soldado germânico. Esse, por sua vez, pedindo misericórdia. Em outros exemplares notamos tratar-se de uma representação de um inimigo persa, pois o uniforme estava mais destacado. A riqueza dos detalhes, como escudo, a lança, a espada do vencido caindo ao solo, o escudo sendo pisoteado pelo vencedor demonstra a importância em destacar tal fato. Na legenda FEL TEMP (REPA) RATIO, o exergo ou linha de terra, RQ□, referente a Roma. **Fonte:** Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto de Cláudio Umpierre Carlan. **Observações:** Peça de bronze, estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1,3 mm, peso de 2.77g, alto reverso 10 horas, Existem 68 variantes desta peça na coleção, dos mais variados centros monetários (Carlan, 2013, p. 125).

De fato, Constantino adotava, de início, uma religião solar, de tendência monoteísta, culto ao sol, *sol invictus* (também representado em suas amoedações). Ele se considerava inspirado por um Deus Único, mas mal definido, e mantinha as funções de *pontifex maximus* (chefe sacerdotal ou chefe da religião, a partir de 391, título do Bispo de Roma ou Papa) e mestre do paganismo.

É importante ressaltar que os símbolos cristãos surgem nas moedas de Constantino, a partir do ano de 315, sendo, aos

poucos, associados a uma simbologia pagã (Funari; Carlan, 2007, p. 26). Analisando várias cunhagens de diferentes épocas, notamos que a simbologia pagã está presente nas amoedações até os dias atuais. Os imperadores cristãos do século IV e V, colocavam em suas amoedações toda essa simbologia. Durante o governo de Juliano, ocorrem algumas mudanças. O touro, símbolo pagão do sacrifício, pronto para ser imolado, substitui o lábaro cristão.

A obra religiosa de Constantino é de fundamental importância, pois levou o estabelecimento de um Império Cristão. As mudanças religiosas se aprofundaram na parte Oriental do Império, sobretudo na cidade de Constantinopla. Entre os anos de 315 e 326, Constantino, em uma visita à cidade de Roma, segundo Eusébio de Cesareia, teria se recusado a assistir a um sacrifício pagão no Capitólio. Uma ofensa ao Senado e à população romana. Durante o século IV, a corte imperial deu um impulso decisivo ao processo de cristianização do Império. A conversão, ainda que fosse um ato pessoal, não exerceu sua influência no vazio, mas dentro de um entorno em que o cristianismo se converteria na principal religião do Império, favorecida, de maneira decisiva, pelo poder imperial.

A Numismática como Documento Histórico

A numismática não está restrita aos museus, apesar de durante décadas ficar “presa” a catálogos, e acervos guardados a sete chaves. Ela parte de um interesse mais amplo, colaborando com diversas disciplinas, auxiliando nas mais variadas pesquisas, tanto arqueológicas, quanto relacionadas com a Antiguidade Clássica ou demais períodos históricos. Trata-se de um veículo propagandístico, com mensagens, arte, religião (magias e superstições), ideologia e política, ideia defendida por Eckhel, no século XVIII, considerado por muitos como fundador da numismática como ciência.

Joseph Hilarius Eckhel, nasceu em Enzesfeld, nordeste da Áustria, em 1737. Era filho do administrador do príncipe de Montecuccoli, nobre austríaco de origem italiana. Teve uma forte

formação jesuíta, entrando para ordem no ano de 1764 (Carlan, 2013, p. 48). Enviado para Florença, estudou e analisou, o tesouro numismático do cardeal Leopoldo de Médici (1617 – 1675). Em 1775, retorna a Viena e assume a direção do Gabinete Numismático Imperial, sendo nomeado professor de Antiguidade e de ciências auxiliares da História (Universidade de Viena).

Eckhel utilizou um novo critério para organização dos acervos numismáticos antigos. Não mais em ordem alfabética, como era o costume na época, mas sim em dois departamentos distintos: moedas gregas, cunhadas em cidades gregas ou sobre sua influência, a que são adicionadas regiões da Península Ibérica, Ásia e África, com base no contato dessas civilizações com o Mar Mediterrâneo. E moedas romanas, cunhadas sob a autoridade de Roma, em todo o império, seguindo ordem cronológica de cunhagem.

Ainda nesse período, escreveu *Catalogus Musei Caesariensis*, analisando a coleção do Gabinete Numismático da Áustria Imperial, tendo como base científica seu novo método. Sua obra mais importante, foi escrita entre 1792 – 1798, é a *Doctrina Numorum Veterum, Doutrina das Moedas Antigas*, dividida em oito volumes e que serviu de modelo para a organização dos gabinetes numismáticos europeus e americanos.

Algo mais que um meio de comunicação, ou de exposição dos grandes mistérios da mitologia, religião, poder, ideologia e política, a revolução da imagem inicia outros caminhos. A exposição pública passa ser contemplada em salões e museus. Sendo a moeda um objeto fabricado pela mão do homem, o metal utilizado para fabricação das peças, como também as gravuras e legendas, trazem à luz a História Política e das Artes (Carlan, 2013, p. 49).

A circulação monetária, auxiliada por um trabalho metodológico de conhecimento das técnicas de análises, são de ajuda fundamental para o estudo da História Econômica.

Nas amoedações mais antigas seu trabalho chega a ser artesanal. Certas emissões possuem características próprias, como podemos notar nos modelos abaixo.



Fig. 5 – Descrição da Moeda: Anverso: IMP C FL VAL CONSTANTINVS PF AVG; Reverso: IOVI CONSERVATORI AVGG; **Descrição da Iconografia:** Anverso: busto radiado de Constantino I, o grande, á direita, apresentado como Imperador, César e Augusto (IMP CAVG); Reverso: representação de Júpiter nú, voltado para esquerda, lábaro na mão esquerda, sen do coroado pela *Victoria* (mão direita). Ao seus pés, esquerda do observador, uma águia com uma coroa de louros no bico. Á direita, um prisioneiro amarrado, olha para divindade. No exergo ou linha de terra, SNKA, referente a segunda casa monetária de Nicomédia. Cunhada entre os anos de 313 e 317. Alto reveros 12 horas, diâmetro de 1,92 mm. **Fonte:** Coleção do Museu Histórico Nacional (MHN), Rio de Janeiro. Foto de Cláudio Umpierre Carlan, junho de 2004.

Águia, um dos símbolos mais antigos representados pelo homem, em Roma (*Aquila Romana*), identificava o poder e a coragem, sendo um dos símbolos mais fortes do imperialismo, antigo ou moderno. Sua popularidade alcançou o apogeu com Carlos Magno, que se auto denominou sucessor dos Imperadores Romanos.

Enquanto que a coroa, simboliza a realeza, o poder real e sua autoridade máxima. A coroa de louros, vitória, triunfo sobre seus oponentes.

Nessas cunhagens, há sinais de *pátina*. Pátina era um composto químico, geralmente de prata, que os artesãos monetários romanos adicionavam as peças de bronze. No caso do bronze, a pátina serve como camada protetora, aumentando o valor da moeda, porque se mantém fixa ao metal, não se soltando. Os químicos também chamam de pátina as camadas esverdeadas

(azinhavre), formada pela oxidação do bronze em ação com a umidade.

Existem 12 variantes dessas moedas no MHN.



Fig. 6 – Descrição sucinta da moeda: Mesma série da imagem anterior, apenas com algumas variações. No anverso, cabeça de Constantino, não busto completo com manto imperial. No reverso, prisioneiro não está representado, cunhagem foi realizada em Tessalônica, no mesmo período. Azinhavre começa a cobrir a pátina da moeda. O furo localizado acima da cabeça de Constantino, provavelmente, seu antigo dono usou como enfeite ou colar. **Fonte:** Coleção do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto de Cláudio Umpierre Carlan, junho de 2004.

Essas cunhagens de uma mesma série, chamadas de variantes, podem aparentar diferenças voluntárias ou involuntárias (Corvisier, 1997, p. 162) graças a incidentes das batidas. Esses incidentes são conhecidos por que na época da cunhagem, a peça escapava do controle dos artesãos. Pode-se dizer que a pancada do martelo foi fraca na tentativa de reduplicar a moeda, ou até mesmo que houve desinteresse dos responsáveis, que poderiam estar precisando que aquela peça entrasse logo em circulação.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas com as imagens de anverso e reverso. Ocorrendo assim a união escrita / imagem. O receptor daquela peça saberia identificar o seu governante, suas mensagens simbólicas. Existiam todas as espécies de signos, figuras geométricas, signo de pontuação, astros, animais, vegetais, brasões, que levavam uma mensagem governante / governado, ao vasto mundo romano.

Nas representações políticas a riqueza iconográfica está mais destacada no período da tetrarquia, mas não negligenciaremos os outros períodos da História Romana. Como exemplo, *PROVIDENTIA DEORVM, IOVI / HERCVLES* (Diocleciano e Maximiano juntos), *VIRTVTI AVGG, PAX* (figura feminina), *PRINCI A INVENTVTIS, BEATA* (Altar com os votos nas amoedações de Crispus), *PROVIDENTIA CAESS* (campo militar ou fortaleza, Constantino I e II, Constâncio II, Galo, Constante, Valentiniano I), a loba amamentando Rômulo e Remo (sem legenda, Constantino), *PROVIDENTIA AVGG* (campo militar, Licínio), *IOVI / CAESAR, VIRTVS* (Licínio filho), *CASTOR / POLVX* (Maxêncio); templo com a cúpula redonda, sem legenda, cunhado após à morte do filho de Maxêncio, Rômulo, ainda criança (alusão a nomeação de César no anverso).

A Reestruturação Política do Império no século IV

Durante os séculos III, IV e V, o mundo romano sofreu uma série de reformas administrativas, políticas, sociais, militares, econômicas e religiosas, numa tentativa de salvaguardar e modernizar o império. Essas mudanças estão presentes nas cunhagens monetárias do período, numa clara política de propaganda e legitimação, de uma elite que circula na orla do poder imperial.

O período que antecede a administração de Valentiniano I (321 – 375), segundo Grant o último grande governante do império (Grant, 2009, p. 43), foi também de grandes transformações. No século III e IV, após a Anarquia Militar, houveram várias reformas empreendidas por imperadores como Diocleciano e Constantino.

Em sua administração, Diocleciano (244 – 311 d.C.), iniciou um dos programas de reformas mais importantes da História Romana. O Estado foi transformado em uma monarquia absoluta, em que o imperador possuía a autoridade máxima. Diocleciano teve como modelo, as monarquias orientais, nas quais

tudo o que cercava o rei era considerado sagrado. Primeiramente, organiza a *diarquia* (governo de dois) ao lado de Maximiano (285/286-305), amigo e colega de armas.

O sistema de *diarquia* é ampliado para *tetrarquia*. Os tetrarcas tentavam demonstrar à população que os tempos do *Principado*², ou seja, do apogeu do Império, estavam de volta.

Durante século IV, foram organizadas três dinastias no império romano: a constantiniana, a valentiniana e a teodosiana. Ambas ligadas entre si, através do grau de parentesco.

Por meio das fontes numismáticas, podemos observar alguns aspectos do período, além da política. Representada pela figura do Imperador há também a religiosidade, dentre outros.

Através dessas imagens, observamos uma mescla de elementos cristãos e pagãos, como a deusa Niké (Vitória) da tradição pagã grega, coroando o governante. O Imperador segura com a mão direita o estandarte, o *vexillum* que representa a força e a autoridade suprema, que possui ainda o sinal de Constantino PX, iniciais da palavra Cristo em grego (Crismon ou Quirô). Observamos ainda ao seu lado, a cruz cristã.

Ao seu lado direito a cruz cristã, e no esquerdo a deusa Vitória. Através destas observações, percebemos que mesmo o cristianismo conquistando vários adeptos no Império, inclusive vários imperadores ao longo dos anos, não há extinção dos elementos pagãos, havendo assim um sincretismo religioso.

Estes elementos sobrevivem em conjunto à antiga cultura pagã, e esta ainda sobrevive por meio de símbolos e costumes adquiridos ao longo dos séculos. Ou seja, não há uma total negação da ao antigo culto, o que há é uma assimilação.

Através do estudo das fontes escritas e materiais, percebemos vários aspectos da sociedade romana que estava em transformação, neste caso a religiosidade.

Outro ponto importante que devemos abordar é a inclusão de povos bárbaros no exército romano. Alguns

² O Principado tem início com o governo de Otávio Augusto em 27 a. C., considerado como o apogeu do Império Romano.

indivíduos atingiam altos cargos na hierarquia militar, chegando a participar da proclamação de Imperadores como é o caso de Victor, Arinteo, Nevitta e Dagalaifo.

Amiano Marcelino diz em um de seus livros que, após a morte de Juliano, se reuniram os generais e convocaram os líderes das diferentes legiões e das tropas da cavalaria que debateram durante a eleição do novo imperador. Porém, estavam divididos, suas opiniões eram opostas, pois Arinteo (germano), Victor e os demais que pertenciam à corte de Constâncio tentavam eleger alguém de seu bando. Contrariamente Nevita, Dagalaifo (ambos germanos) e os nobres galos buscavam algum candidato similar em seu próprio grupo. No entanto, é preciso ressaltar que os indivíduos pertencentes a povos bárbaros não chegaram a alcançar cargos na administração imperial.

Devemos observar que os elementos bárbaros e romanos conviviam, e conseqüentemente, há uma troca. Peter Burke resalta que cultura é uma palavra imprecisa, com muitas definições concorrentes, porém diz que sua definição é a de um “sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são impressos ou encarnados” (Burke, 2010, p. 11).

Deste modo, entendemos que se há interação entre romanos e bárbaros, conseqüentemente há uma contribuição para a cultura romana, pois há atitudes e valores compartilhados entre os diferentes povos.

Assim, percebemos um conjunto de elementos que contribuíram para uma nova forma do Império, uma transição da antiguidade para o período medieval muitas vezes nomeado pejorativamente como a idade das trevas. Entendemos que em todos os períodos há uma contribuição em vários sentidos.

Devemos lembrar também que, mesmo com a queda do Império Romano do Ocidente, há uma continuidade do Império Romano do Oriente, preservando assim a cultura romana, portanto não há uma extinção, a ruína total da mesma.

Considerações Finais

A Antiguidade Tardia foi um período de transformações. Na política, com estruturação após a Anarquia Militar, promovida por Diocleciano e Constantino, este último, instituindo a sucessão familiar para garantir estabilidade governamental.

Culturalmente, no campo da religiosidade, há o aumento de adeptos do cristianismo, porém não deixando de lado os elementos pagãos, denotando assim, um sincretismo religioso. Ainda neste sentido, a agregação de povos bárbaros na sociedade romana participando do exército, da política e contribuindo também nos aspectos culturais que a nosso ver, é consequência da convivência entre estes povos.

Em nossa pesquisa, percebemos a importância das moedas como fonte para análise deste período. A iconografia pode nos trazer várias informações relevantes, e só têm a contribuir para o estudo dos vários períodos da história. As imagens transmitem aspectos interessantes da cultura, não somente a romana, mas também a nossa que absorveu vários costumes através da Cultura Material. Elas também expressam sentimentos, uma ideologia e legítima o poder de um determinado governante.

Deste modo, entendemos que a importância de estudá-las e tomá-las como fontes é algo enriquecedor e nos traz informações que contribuem para o entendimento das sociedades antigas, e conseqüentemente o entendimento da nossa cultura e nossa sociedade.

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Ou seja, aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospectos de uma sociedade. Ela testemunha determinadas relações culturais importantes para o historiador. Mas também não podemos esquecer que a moeda como documento, não é reflexo de um simples aquecimento econômico, e sim trata-se de outro acontecimento paralelo. Uma materialidade, constituída por camadas sedimentares de

interpretações: “o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento” (Jenkins, 2001, p. 11).

Em Roma, a moeda unificava todo um território que estava submetido a um mesmo poder político. Mais que a língua e a religião, era um dos poucos instrumentos que permanecia imutável de uma parte a outra do Império. As variações correspondiam às oficinas monetárias e ao chefe do governo. É possível considerá-la como uma transmissora de uma ideologia e do poder político.

Nesse sentido, as amoedações emitiam mensagens do poder de um soberano. Pelo metal precioso, ou não, em que estava lavrada, ela veiculava também a ideologia comum a uma civilização, nesse caso a cristã ocidental ou a orientação política de um governante. As suas legendas e tipos, refletiam a estrutura político - ideológica de um povo ou de vários povos, como também retratavam o fato vivido, seu dia a dia, suas conquistas.

A numismática conserva um fragmento da história do homem e, segundo Frère:

...se coloca hoje como uma disciplina científica através da qual podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade. É uma ciência que tira da aridez do seu estudo grandes subsídios históricos (Frère, 1984, p. 11).

Fontes

ACERVO NUMISMÁTICO do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Coleção referente aos Imperadores, *Augustus e Césares*, Imperatrizes e Usurpadores dos séculos III e IV.

Medalheiro de Número 3; Lotes Números: 11 ao 37, dando um total de 1828 peças.

Moedas de Bronze: Diocleciano, Galério, Maximiano, Constâncio Cloro, Severo Augusto, Maximino Daia, Galéria, Maxêncio, Rômulo, Licínio (pai e filho), Fausta, Helena, Constantino I, Crispus, Constantino II, Constâncio II, Eusébia, Constante, Galo,

Magnêncio, Juliano, Joviano, Procópio, Valente, Valentiniano I, Graciano, Valentiniano II, Flacilla, Eugênio, Teodósio I, Máximo, Eudoxia, Honório e Arcádio; pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional/Rio de Janeiro:

Referências bibliográficas

- CARLAN, C. U. Antiguidade Clássica e Numismática: representações e pesquisas no ensino fundamental. In: CHEVITARESE, A.; CORNELLI, G.; SILVA, M. A. O. **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium Editora, 2008.
- CARLAN, C. U. **Moeda e Poder em Roma**: um mundo em transformação. São Paulo: Annablume, 2013.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. 8a. ed. Tradução: V. Costa e Silva, R. de S. Barbosa, Â. Melim, L. Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.
- CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. **Judaísmo, Cristianismo, Helenismo**. Ensaio sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo. Ituí: Ottoni Editora, 2003.
- COHEN, H. **Description Historique des Monnaies.Frappés Sous L'Empire Romain**. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollin e Feuardent, Éditeurs, 1880-1892.
- FRÈRE, H. **Numismática**. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação. Tradução e Adaptação: A. Costilhes; M. B. Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.
- FEBVRE, L. **Combates pela História**. 2a. ed. Tradução de L. M. Simões; G. Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985, p.249.
- FUNARI, P. P. A. **A Vida Cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.
- FUNARI, P. P. A. A Renovação do Ensino de História Antiga. In: KARNAL, L. (Org.). **História em Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

- JENKINS, K. **A História Repensada**. Tradução M. Vilela. Revisão Técnica M. Rago. São Paulo: Contexto, 2001.
- JUNGE, E. **The Seaby Coin Encyclopaedia**. Second impression with revisions. London: British Library, 1994.
- KENT, J. P. C. **Roman Coins**. Photographs by M. Hirmer; A. Hirmer. Department of Coins And Madals the British Museum. London: Thames and Hudson, 1978.
- MARQUES, M. G. **Introdução à Numismática**. 1a. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.
- THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by H. Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VI, VII, VIII. London: Spink and Sons Ltda, 1983.

A COMÉDIA ANTIGA ZOA OS PRIVILEGIADOS

Cristina de Souza Agostini

Ao longo dos anos 2000, o debate que questiona os conteúdos abordados pelos comediantes brasileiros em suas sátiras e piadas começa a ganhar espaço mais desenvolvido nas mídias de informação e entretenimento como canais de rádio e de televisão. Com o avanço da internet, de determinadas conquistas sociais e da difusão acerca de diferentes pautas identitárias, uma diversidade de agentes engaja-se na produção e disseminação de esquetes humorísticas, por um lado e, por outro, expõem explicitamente posicionamentos críticos sobre os rumos do humor no Brasil. Piadas e bordões naturalizados entre os anos 1970 até meados dos anos 1990, cuja ridicularização recaía basicamente sobre tipos estaque como o “homossexual hiper efeminado”, “a mulher fútil e interesseira” e “portadores de necessidades especiais” foram trazidos para a reflexão e análise sobre o mecanismo cômico que faz rir de pessoas que historicamente, em sociedade, são marginalizadas, discriminadas e vítimas de diversos modos de violência. Atrelada a essa discussão, a pauta acerca dos “limites do humor” passou a ser articulada. Assim, um grupo de indivíduos desenvolve uma argumentação em prol da liberdade total humorística fundamentada em uma espécie de essência cômica. Nesse caso, a comédia caracteriza-se pela livre possibilidade de tratar de todos os assuntos na medida em que não pretende *dizer o que ou como as coisas são*, mas, por meio do exagero, apresentar caricaturas que provocam o riso no público que *sabe* tratar-se *apenas* de uma piada e não da *verdade*. Contudo, outros defendem que há determinados limites para a sátira, cujo estabelecimento se encontra na própria sensibilidade dos temas e dos agentes ridicularizados e, desse modo, haveria uma grande fita de isolamento que o comediante jamais deve ultrapassar.

Com efeito, não raro é presenciar-se os defensores da total liberdade cômica acusando os defensores do estabelecimento dos limites ao humor de que tais incentivam a censura e contrapõem-

se à própria democracia brasileira. Todavia, os que alertam para o problema da comédia total e irrestrita apontam para o fato de que a ridicularização de pessoas ou classes que *na vida real* sofrem constante preconceito não é engraçada, mas constrangedora na medida em que reforça os estereótipos e fomenta mais discriminação. Assim, o argumento dos que afirmam que nem tudo é motivo de piada leva em consideração o fato de que a sátira pode legitimar preconceitos quando ridiculariza a diversidade e, desse modo, promove, precisamente, aquilo que deve ser combatido em sociedades plurais e inclusivas, como, teoricamente, o são as democracias¹.

Nesse sentido, tendo como horizonte o embate argumentativo que se dá no Brasil, nos últimos anos, acerca do livre e irrestrito fazer cômico contraposto à ridicularização limitada a determinados assuntos e personagens, proponho discutir alguns aspectos da comédia aristofânica que podem auxiliar professores e professoras de filosofia, em sala de aula, tanto no ensino médio quanto em cursos de graduação a utilizarem Aristófanes enquanto fonte inspiradora para a discussão e criação de materiais didáticos que visem refletir criticamente, com a utilização do ridículo, sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes, visando, ao mesmo tempo, na sátira uma possibilidade paidêutica capaz de engendrar engajamento dos alunos para questões de urgência em nosso país.

Desse modo, em um primeiro momento, apresentarei o teatro de Aristófanes delimitado pelo gênero cômico e pela estrutura estanque que o caracteriza. Em um segundo momento, abordarei o papel paidêutico arrogado pelo poeta em algumas parábases. Ora, pensar acerca da função estabelecida pelo dramaturgo para a sua arte é fundamental, pois confere à comédia objetivos precisos que não se resumem a apenas “ser engraçada”. No terceiro momento, a partir de exemplos aristofânicos, traçarei uma perspectiva acerca dos personagens da comédia relativamente

¹ Para um panorama do debate que se intensificou no ano de 2023, ver <https://www.metropoles.com/entretenimento/humor-tem-limite-assunto-voltou-a-tona-apos-decisao-judicial-entenda>. Acesso em: 19/11/2023.

ao sucesso e à derrota com os quais arcam, como consequência de suas condutas em sociedade. E, por fim, apontarei como a sátira à democracia ainda hoje deve ser fonte de questionamento para nossas instituições democráticas, tendo em vista que é o regime democrático que possibilita a existência da comédia enquanto potência criadora de chacota e de ridículo sobre o próprio sistema de governo que a torna possível. Em outros termos, é a liberdade de expressão enquanto um dos sustentáculos da democracia que permite ao poeta exercer a crítica na forma de sátira à política.

O gênero cômico

Aristófanes é o grande representante da comédia Ática Antiga. Juntamente com Eupolis e Cratino forma a tríade clássica de dramaturgos cômicos que disputaram os concursos das Leneias e das Grandes Dionísias durante o período marcado pela Guerra do Peloponeso. Ora, mais especificamente, a produção aristofânica ocorre entre os anos de 423 a 388 a.C. e, nesse sentido, é correto afirmar que sua produção se desenvolve concomitantemente ao auge e fim da Guerra, mas também aos principais desdobramentos da democracia ateniense até sua grande crise. Todavia, pode surgir a dúvida: por que optar por abordar somente a comédia de Aristófanes e não a de seus contemporâneos? A tal pergunta segue-se uma resposta pragmática: porque foi deste poeta que tivemos acesso, na íntegra, a algumas de suas peças. Com efeito, das mais de quarenta comédias escritas pelo dramaturgo, onze chegaram até nós. Já em relação aos outros poetas cômicos desse período, temos apenas fragmentos que nos dão noções acerca da temática dos dramas e, assim, possibilitam o estabelecimento de conjecturas sem, contudo, ser possível reconstituir o enredo das peças em sua totalidade. Ademais, Aristófanes também foi feito personagem por Platão, no diálogo *Symposium*, tendo, portanto, papel fundamental para a perspectiva filosófica acerca da função e escopo da poesia no século V a.C.

Tanto as comédias quanto as tragédias gregas ao longo de tal período foram representadas em concursos dramáticos que compunham festivais cívico-culturais em homenagem ao deus Dioniso. Na medida em que o objetivo do dramaturgo consiste em vencer a disputa, o enredo teatral deve gerar engajamento do público e, no que diz respeito à comédia, isso significa que a sátira deve ser compreendida de imediato, pois a piada que provoca o riso é aquela cuja apreensão não é dependente de explicação. Assim, o material da chacota cômica, grosso modo, é composto por acontecimentos reconhecíveis pelo público que lotava o teatro, bem como por personalidades de reputação amplamente difundida.

Desse modo, os eventos da Guerra do Peloponeso, os mitos de conhecimento geral, o contexto das assembleias e tribunais da democracia de Atenas, as figuras políticas e indivíduos de destaque na sociedade, tais como poetas e filósofos foram a fonte inspiradora para que o dramaturgo cômico, por meio da sátira, delineasse enredos capazes de levar os espectadores a rir sem descolar-se inteiramente da realidade na qual estavam inseridos. Como a matéria-prima de composição da comédia é o contexto social, político e econômico em que as marcas da caricatura e ridicularização são impressas, torna-se impossível romper de modo completo com a efetividade da vida cotidiana. Ter isso em mente é fundamental para qualquer tentativa de estabelecimento de uma vinculação entre a comédia de Aristófanes e o fazer cômico atual, no Brasil. Ou seja, de modo geral, na comédia Antiga, e de modo específico, em termos aristofânicos, o riso é provocado pelos assuntos, mitos e indivíduos *públicos* ou de conhecimento *público*. As intrigas e questões domésticas compõem o conteúdo de outro tipo de comédia, a saber, a Comédia Nova, cujo grande representante é Menandro, no século IV a.C.

Além de ter como delineamento a sátira e o riso enquanto elementos constitutivos, a Comédia Antiga define-se enquanto gênero a partir de uma estrutura dramática fixa. Nesse sentido, no século V a.C, não é apenas o fato de ridicularizar situações ou

pessoas o que torna uma peça teatral cômica apta a disputar o prêmio nos festivais, mas são parâmetros de composição previamente definidos. Acerca destes, apresento o seguinte esquema baseado em (Carrière, 1979, p. 86):

- a) Um problema afeta o herói cômico que, imediatamente, concebe uma ideia para solucioná-lo.
- b) O herói busca os meios pelos quais executará seus planos.
- c) A princípio, o coro faz oposição à empreitada do herói.
- d) O herói vence o ágon estabelecido contra o coro.
- e) Em uma série de episódios que ocorrem após a parábase, os charlatães são desmascarados e repelidos pelo herói.
- f) O herói casa-se, banqueteia-se ou goza de prazeres sexuais, demonstrando a todos que escolheu o melhor caminho.

Certamente, esses parâmetros não se aplicam de modo unívoco a todas as comédias de Aristófanes, vide *As Nuvens* que apresenta como desfecho a morte e lamentação de personagens². Contudo, “toda comédia antiga põe em cena a realização de uma grande ideia” (Carrière, 1979, p.86) que pretende dar conta de um problema que afeta a *pólis* em seu conjunto e não somente um personagem em específico. O engendramento do enredo cômico distorce, assim, a efetividade por meio da criação de uma imagem que, na cena ridícula, é bastante plausível como meio eficaz para colocar em marcha os planos do herói enquanto solução para os males que a *pólis* enfrenta. Entretanto, se, de um lado, afirmamos corretamente que o real é matéria para a obra cômica, de outro lado, a maneira segundo a qual esse real é encenado não é verossimilhante: aves que destronam os deuses, um camponês que

² Para uma discussão detalhada acerca das duas versões de *Nuvens* e de que modo, provavelmente, a primeira versão tem final destoante da peça que chegou a nossas mãos, ver Dover (1989).

estabelece tréguas privadas com Esparta, mulheres que conseguem estabelecer o fim da Guerra do Peloponeso³ são situações impraticáveis no efetivo contexto ateniense do século V a.C. Com efeito, a partir disso, já podemos compreender o porquê a comédia Antiga é instrumento valioso para a educação básica e o ensino superior. Ora, como teatro que provoca o pensamento, por meio da imaginação, a vislumbrar outras possibilidades de mundo, cuja paz e a fertilidade compõem o grande final, consequentes da subversão das estruturas sociais, a comédia aristofânica apresenta amplo potencial para a formação de um raciocínio crítico e ao mesmo tempo eficaz no desvelamento de caminhos que possibilitem aos agentes colocar em prática suas ideias.

A comédia educa

A demanda pelo papel educativo da comédia e do comediógrafo como educador é também objeto do teatro de Aristófanes. A fim de compreendermos de que maneira o poeta arroga para si e para a sua arte a função paidéutica tanto por via de personagens quanto por sua própria voz, na parábase, analisarei alguns momentos de diferentes peças que demonstram a maneira segundo a qual o teatro cômico se insere no contexto do debate que visa a formação dos cidadãos da *pólis* ateniense.

Em *Acarnenses*, encenada em 425 a.C no concurso das Leneias, após ter travestido-se de mendigo, Diceópolis dirige-se ao público nos seguintes termos:

μή μοι φθονήσητ' ἄνδρες οἱ θεώμενοι,
εἰ πτωχὸς ὢν ἔπειτ' ἐν Ἀθηναίοις λέγειν
μέλλω περὶ τῆς πόλεως, τρυγφῶδιαν ποιῶν.
τὸ γὰρ δίκαιον οἶδε καὶ τρυγφῶδία.
ἐγὼ δὲ λέξω δεινὰ μὲν δίκαια δέ.

Não me levem a mal, espectadores

³ Respectivamente: *Aves*, *Acarnenses* e *Lisístrata*.

Que eu, a despeito de ser mendigo deva falar entre
atenienses
Sobre a cidade em uma composição cômica.
De fato, a comédia também conhece o que é justo
Assim, falarei coisas arriscadas, porém, justas⁴.
(Aristófanes, *Acarnenses*, vv. 497-501)

Ora, o herói posiciona-se acerca do tipo de assunto que permeia a comédia, ao mesmo tempo em que aponta para a *função* do cômico. Todavia, não é novidade para o público que acompanha a peça, no século V a.C, que o poeta detém o estatuto de educador, sendo *Iliada* e *Odisseia* os dois poemas exemplares de uma tradição poético-educativa que prosseguirá com as representações trágicas. Assim, na medida em que a tragédia, enquanto gênero, grosso modo, delimita como matéria para a reinvenção do poeta muitas das narrativas míticas encontradas em Homero e Hesíodo, ela assume o papel de discutir questões importantes de seu presente por meio de personagens míticos, situados em cidades estrangeiras. Nesse sentido, é de conhecimento público que a tragédia visa educar: os enredos perfazem dilemas sensíveis ao pensamento humano -o que hoje alguns nomeiam “tabus” - demonstrando de que modo a confiança exacerbada na racionalidade humana gera a catástrofe, como desejos privados podem opor-se violentamente a determinações públicas, de que modo as relações familiares, na maior parte das vezes, não são completamente confiáveis, e ainda, suicídio, assassinatos, estupro, incesto, matricídio, parricídio e filicídio. Certamente, a tragédia grega traz um combo completo de temas que deixam qualquer almoço, seja da aclamada trupe lacradora progressista ou da família brasileira de bem, muito indigesto.

É, portanto, levando em consideração tal pano de fundo, que Diceópolis se dirige aos seus concidadãos, espectadores, para justificar o motivo pelo qual, não uma tragédia, mas uma comédia, coloca em cena questões relativas à *pólis*: abordar assuntos sérios e

⁴ Tradução minha.

sensíveis à sociedade não está sob o monopólio do gênero teatral cujas personagens principais são de alta estirpe. Assim, o camponês sustenta que o cômico tem competência para tratar de temáticas relevantes à vida dos cidadãos, pois conhece as coisas justas. Nesse sentido, o herói legitima a possibilidade de exprimir-se livremente acerca de temas difíceis (δεινὰ), uma vez que tem como parâmetro para a chacota a fita métrica da justiça. Disso, segue-se que a comédia aristofânica delimita uma função cômica atrelada a uma compreensão de mundo estabelecida por elementos dionisíacos. Ora, na medida em que a educação é função cômica, conseqüentemente, piadas de estrito entretenimento, facilmente esquecidas, produzidas para a promoção de um pensamento mitigado ou mesmo do não pensar, não se adequam ao objetivo que o poeta delimita para a sua obra. “Eliminando defeitos deste tipo, grosserias e bufonarias vulgares/criou para nós uma grande arte e, ao construir, fortificou-a/com grandes versos, pensamentos e gracejos que não são da feira⁵” (Aristófanes, *A Paz*, vv.748-50), diz o coro, na parábase d’*A Paz*. Logo, faz-se necessário, efetivamente, que a comédia articule questões já enraizadas nos debates públicos, cujos espectadores enquanto cidadãos estão aptos para questionar, discutir e propor soluções, mas que durante a encenação cômica serão repensadas sob uma perspectiva que subverte o real. A paz, o sexo, a comida, a bebida e a fertilidade enquanto elementos do dionisismo contrapõem-se à realidade do contexto histórico no qual o teatro de Aristófanes é representado. A Guerra do Peloponeso e suas conseqüências: belicismo, fome, morte, esterilidade, carestia são, assim, confrontadas com uma outra configuração de vida que faz a plateia rir e, ao mesmo tempo, pensar.

Ainda em *Acarnenses*, mas agora na parábase, o coro elogia a disposição do poeta de intervir na sociedade de modo benéfico:

⁵τοιαῦτ’ ἀφελὸν κακὰ καὶ φόρτον καὶ βωμολοχεύματ’ ἀγεννῆ/ἔποιησε τέχνην μὲν ἐγγάλην ἡμῶν ἀπύργωσ’ οἰκοδομήσας/ἔπεσιν μεγάλους καὶ διανοίας καὶ σκώμματασιν οὐκ ἀγοραίοις

άνηρ νικά τοῖσι λόγοισιν, καί τόν δῆμον μεταπίθει
περὶ τῶν σπονδῶν. [...]
ἔξ οὗ γε χοροῖσιν ἐφέστηκεν τραγικοῖς ὁ διδάσκαλος ἡμ
ῶν,
οὐπω παρέβη πρὸς τὸ θέατρον λέξων ὡς δεξιός ἐστιν·
διαβαλλόμενος δ' ὑπὸ τῶν ἐχθρῶν ἐν Ἀθηναίοις ταχυβ
ούλοις,
ὡς κωμωδεῖ τὴν πόλιν ἡμῶν καὶ τὸν δῆμον καθυβρίζει,
ἀποκρίνασθαι δεῖται νυνὶ πρὸς Ἀθηναίους μεταβούλους.
φησὶν δ' εἶναι πολλῶν ἀγαθῶν ἄξιος ὑμῖν ὁ ποιητής,
παύσας ὑμᾶς ξενικοῖσι λόγοις μὴ λίαν ἐξαπατᾶσθαι,
μὴθ' ἥδεσθαι θωπευομένους, μὴτ' εἶναι χαυνοπολίτας.
[...]
ταῦτα ποιήσας πολλῶν ἀγαθῶν αἴτιος ὑμῖν γεγένηται,
καὶ τοὺς δῆμους ἐν ταῖς πόλεσιν δείξας ὡς δημοκρατοῦ
νται.

Esse homem vence com argumentos e faz o povo
mudar de ideia
Acerca da trégua. [...]
Desde que o nosso mestre se ocupa de coros cômicos,
Jamais se apresentou no teatro para dizer que é hábil.
Acusado por seus inimigos diante dos atenienses
rápidos nas decisões
De satirizar nossa cidade nas comédias e de insultar o
povo,
É preciso que ele responda agora diante dos atenienses
prontos a mudar de ideia.
Diz o poeta que é responsável por muitos benefícios
para vocês,
Impedindo-os de serem tapeados demais por discursos
estrangeiros,
De gostar de serem bajulados, de serem simplórios.
[...]
Isso tendo feito, tornou-se o responsável por muitos
benefícios para vocês,

Mostrando ao povo nas cidades que são governados democraticamente⁶.

(Aristófanes, *Acarnenses*, vv. 626-42)

Assim, a educação propagada pela comédia, de acordo com o coro cômico, pode ser observada na prática da *pólis* democrática. Os cidadãos atenienses, cuja volatilidade nas decisões lhe é característica, têm sido ensinados pelo poeta a não ser enganados por discursos bajuladores de homens cuja finalidade é usufruir dos atenienses enquanto massa de manobra para a aprovação de pautas e a execução de decisões que beneficiem somente o grupo que sabe dizer o que o povo quer ouvir. Nesse sentido, a explicitação cômica acerca dos vícios da *pólis*, tal que a adulação, é fundamental para que os cidadãos compreendam que aquela, no campo democrático, serve apenas como instrumento de manipulação dos desejos da assembleia, com objetivos particulares escusos. Ter a clareza acerca dessa dimensão do discurso retórico, de acordo com o coro, é o que, de fato, demonstra o exercício do governo democrático, na medida em que as vontades que estão em jogo na discussão política não foram fabricadas por argutos experts em discursos, mas são genuínas do *demos* que decide os rumos da *pólis*. E, assim, o poeta cômico educa para a vivência na democracia.

Já na parábase principal d'*Os Cavaleiros*, temos:

εἰ μὲν τις ἀνήρ τῶν ἀρχαίων κωμφοδοδιδάσκαλος ἡμᾶς
ἠνάγκαζεν λέξοντας ἔπη πρὸς τὸ θέατρον παραβῆναι,
οὐκ ἂν φαύλως ἔτυχεν τούτου· νῦν δ' ἄξιός ἐσθ' ὁ ποιη
τής,
ὅτι τοὺς αὐτοὺς ἡμῖν μισεῖ τολμᾷ τε λέγειν τὰ δίκαια,
καὶ γενναίως πρὸς τὸν τυφῶ χωρεῖ καὶ τὴν ἐριώλην.

Se um dos antigos diretores de comédias nos tivesse forçado

⁶ Tradução de Adriane Duarte (2000, p. 234).

A avançar em direção ao público durante a parábase
para recitar seus versos,
Não o teria conseguido com facilidade, mas hoje esse
poeta o merece
Porque os mesmos que nós ele odeia, ousa dizer o que
é justo
E avança nobremente contra Tifão e o ciclone.⁷
(Aristófanes, *Os Cavaleiros*, vv. 507-11)

O coro apresenta o comediógrafo enquanto aliado na luta contra um inimigo comum, com discurso tenaz em prol da justiça e, sobretudo, intrépido no combate contra os poderosos, na pele de Tifão⁸ e ciclone. Assim, o poeta cômico exerce a função poética em favor da *pólis*, sendo sua peça teatral o produto de uma arte que defende os cidadãos dos impostores. Em uma terminologia atual, diríamos que a comédia é uma poesia socialmente engajada na defesa dos interesses comuns da população.

Desse modo, é lícito dizer que a comédia *tem lado*. Não há neutralidade ou isenção na ridicularização e, por isso, faz parte de seu engendramento deixar claro para os espectadores *qual* é essa direção, bem como contra quem se destinam as invectivas. A noção de que o amor e a união devem superar as desavenças não é dionisíaca, mas delimitada por uma espécie de ideologia da resistência cristã. Enquanto paidêutica e inserida no festival em honra a Dioniso, o fazer cômico censura tanto os políticos corruptos quanto o povo que se deixa levar pela doce lábia dos embusteiros, ensinando-nos, assim, que o Brasil do século XXI precisa ridicularizar seus saqueadores, vândalos e usurpadores sem qualquer empatia, nem contaminação da bondade gratiluz.

λοιδορήσαι τοὺς πονηροὺς οὐδέν ἐστ' ἐπιφθονον,
ἀλλὰ τιμὴ τοῖσι χρηστοῖς, ὅστις εὖ λογιζέται.
εἰ μὲν οὖν ἄνθρωπος, ὃν δεῖ πόλλ' ἀκοῦσαι καὶ κακὰ,

⁷ Tradução de Adriane Duarte (2000, p. 239).

⁸ Tifão e ciclone servem para caracterizar o estrategista Cléon, de acordo com Taillardat (1965, § 338)

αὐτὸς ἦν ἔνδηλος, οὐκ ἂν ἀνδρὸς ἐμνήσθην φίλου.

Insultar os maus não é nada censurável,
É, ao contrário, uma honraria para os bons, para quem
quer que raciocine bem.
Se o homem que deve ouvir muitas palavras duras
Fosse por si só evidente, eu não teria que mencionar
um amigo.⁹ (Aristófanes, *Os Cavaleiros*, vv. 1273-6)

A sátira não gasta aleatoriamente a arte dos ultrajes que a ridicularização compõe. Apenas os que contribuem para a violação da boa vida, fomentando guerra, fome e morte, vituperando, assim, Dioniso, merecem ser açoitados pelas palavras e ações desempenhadas na cena cômica. Quanto aos que se comportam de modo vicioso porque incitados pelos indivíduos pérfidos e experts em charlatanismo, o poeta cômico está disposto a ensinar o caminho da paz: “Agora, meu povo, prestem atenção, se amam o que é puro./Censurar os espectadores é o desejo do poeta agora”(Aristófanes, *As Vespas*, vv. 1015-6)¹⁰, para que possam aprender com os erros e se tornarem melhores. Ora, a caricatura ridícula é fundamental para fazer rir e aplicada a todos os personagens e situações, entretanto, a ofensa e humilhação destinam-se a figuras acerca das quais não há esperança de que possam ser educadas, pois suas motivações são, *em essência*, vis, mesquinhas e em benefício próprio.

Assim, passemos à distinção, no teatro aristofânico, entre, de um lado, os tipos de personagens que são objeto da injúria e derrota, e aqueles, de outro lado, que desfrutam as delícias da vitória.

Sucesso e derrota cômicas

⁹ Tradução de Adriane Duarte (2000, p. 245).

¹⁰ νῦν αὖτε λεῖψ προσέχετε τὸν νοῦν, εἴπερ καθαρὸν τι φιλεῖτε./μέμψασθαι γὰρ τοῖσι θεαταῖς ὁ ποιητὴς νῦν ἐπιθυμεῖ. Tradução de Adriane Duarte (2000, p. 248)

Representar no teatro um mundo cujos agentes que, cotidianamente, na *pólis*, têm sua capacidade argumentativa invisibilizada, mitigada e desconsiderada pelos discursos hegemônicos da filosofia, poesia e história, de modo a lhes conceder voz e protagonismo nas ações é o que faz a comédia aristofânica. À impossibilidade prática de que mulheres atuem ativamente das decisões referentes à Guerra do Peloponeso ou a qualquer outro tipo de discussão pública, à ideia irrealizável de que um camponês faça tréguas privadas com o inimigo lacônio, à inverossimilhança de que um incauto suplante Cléon¹¹, o teatro de Aristófanes demonstra por meio da subversão das estruturas político-sociais do século V a.C. uma realidade retorcida, em que figuras reconhecidas por sua primazia e destaque social são sobrepujadas por personagens que na efetividade histórica, tanto se confundem a uma massa ignara de trabalhadores quanto vivenciam a marginalidade da atuação política. Desse modo, é lícito afirmar que a comédia instaura no palco, em certo sentido, a reviravolta dos estratos da sociedade, tornando aqueles que, na vida empírica, detêm posição de destaque e privilégio no discurso e opinião públicos, como políticos, estrategos e poetas, motivo de chacota e difamação. Contudo, figuras tais que mulheres, camponeses e velhos, cujo protagonismo no âmbito do discurso decisório político é nulo ou quase, adquirem voz e relevância na transformação do mundo. Nesse sentido, se outros comediantes escarnecem de tipos populares ou do grupo feminino, Aristófanes faz questão de diferenciar-se deles:

οὐκ ἰδιώτας ἀνθρωπίσκους κωμῳδῶν οὐδὲ γυναῖκας,
 ἀλλ' Ἡρακλέους ὀργήν τιν' ἔχων τοῖσι μεγίστοις ἐπεχεί
 ρει,
 διαβὰς βυρσῶν ὄσμάς δεινὰς κάπειλὰς βορβοροθύμους
 ,
 καὶ πρῶτον μὲν μάχομαι πάντων αὐτῷ τῷ κάρχαρόδον
 τι,

¹¹ Respectivamente: *Lisístrata*, *Acarnenses* e *Vespas*.

755οὔ δεινόταται μὲν ἀπ' ὀφθαλμῶν Κύννης ἀκτῖνες ἔλ
 αμπον,
 ἕκατὸν δὲ κύβλω κεφαλαὶ κολάκων οἰμωξομένων ἐλιχμ
 ῶντο
 περὶ τὴν κεφαλὴν, φωνὴν δ' εἶχεν χαράδρας ὄλεθρον τε
 τοκυίας,
 φώκης δ' ὀσμὴν, Λαμίας ὄρχεις ἀπλύτους, πρωκτὸν δὲ
 καμήλου.
 τοιοῦτον ἰδὼν τέρας οὐ κατέδεις', ἀλλ' ὑπὲρ ὑμῶν πολ
 εμίζων
 ἀντεῖχον αἰεὶ καὶ τῶν ἄλλων νήσων.

Sem *zōar* em suas comédias homenzinhos comuns nem
 mulheres,
 Mas, com um ardor de Héracles, atacava os mais
 importantes
 Tendo atravessado o mau cheiro dos couros e ameaças
 enlameadas.
 E, antes de todos, venho lutando contra aquele mesmo,
 o de dentes afiados,
 De cujos olhos, olhos de Cina brilhavam os raios mais
 terríveis,
 Enquanto cem cabeças de bajuladores em roda,
 lamentando-se, lambiam-lhe
 A cabeça, e tinham a voz de uma torrente que gera
 destruição,
 Cheiro de foca, testículos imundos de Lâmia, *cu* de
 camelo.
 Ao ver tal aparição não tive medo, mas, guerreando por
 vocês
 E também pelas ilhas, resistia sempre.¹²
 (Aristófanes, *A Paz*, vv.751-60)

Na parábase d'*A Paz*, o poeta deixa claro aos espectadores quem deve ser atacado pela comédia: os homens reputados relevantes pela *pólis*. Entretanto, o mero fato de ter evidência na

¹² Tradução de Adriane Duarte (2000, p. 258), com modificações feitas por mim, nos grifos.

sociedade não justifica, isoladamente, as invectivas cômicas, senão estas poderiam ser consideradas gratuitas e, conseqüentemente, vulgares. Desse modo, os versos precedentes mostram que o poeta se dirige abertamente contra Cléon, na medida em que faz referência aos couros e concebe outras invectivas bem conhecidas do público para caracterizar o estrategista. Ora, Cléon foi grande entusiasta do prosseguimento das hostilidades de Atenas contra Esparta e, portanto, um dos responsáveis pelo empobrecimento, mortes e fome que assolaram a Hélade. Logo, é preciso detratá-lo publicamente para que os cidadãos *aprendam* que estão sendo enganados e não caiam mais em seus discursos. Assim, é sob a perspectiva de que homens de grande destaque, na verdade, não são o que aparentam ser, que deve, em certo sentido, ser compreendida a infâmia cômica: estrategistas, adivinhos, filósofos e outros serão desmascarados ao público, deixando entrever que suas razões têm em vista a promoção pessoal, sendo seus concidadãos marionetes para o alcance de objetivos personalistas.

Assim, vejamos alguns trechos das comédias *Acarneuses*, *Tesmoforiantes*, *Lisístrata* e *Cavaleiros* que demonstram o *modus operandi* da subversão da realidade operada pela sátira aristofânica, cujos vencedores e perdedores cômicos espelham a inconformidade da ficção imaginativa em relação a Atenas do período Clássico.

Como vimos nos versos 751-60 de *Paz*, Cleon é o estrategista ateniense que merece ser difamado dada a importância e empenho com os quais, segundo a perspectiva cômica, conferiu suporte ao prosseguimento da guerra contra a Lacedemônia. Em *Cavaleiros*, o político, ridicularizado na pele do personagem Paflagônio, demonstra que de todas as coisas que se gabava fornecer ao povo-*demos*, guardava para si mesmo a maior parte. Assim, é em vista de usurpar o erário público que Paflagônio bajula os cidadãos, para que não percebam que o que recebem em troca do pagamento de impostos é fração mínima da inteireza que o curtureiro toma para si. Assim, na comédia de Aristófanes, o herói que desmascara o impostor não é um cidadão proveniente das fileiras mais cultas e refinadas intelectualmente, nem sequer

dotado de parco acultramento. Com efeito, o Salsicheiro, dentre os atenienses, é o mais incauto e menos afeito às Musas. É o homem ideal para desmascarar, sem a utilização de recursos intelectuais, o Paflagônio que, de modo perspicaz, conseguiu atuar com fraude por tanto tempo, sem ser notado por figuras muito mais sagazes que ele próprio. Em sua queda, na fala derradeira, o impostor joga a toalha e aceita que perdeu para aquele cujo único saber consiste em separar as vísceras:

οἶμοι πέπρακται τοῦ θεοῦ τὸ θέσφατον.
κυλίνδεται εἴσω τόνδε τὸν δυσδαίμονα.
ὧ στέφανε χαιρών ἄπιθι, κεῖ σ' ἄκων ἐγὼ
λείπω· σὲ δ' ἄλλος τις λαβὼν κερτήσεται,
κλέπτῃς μὲν οὐκ ἂν μᾶλλον, εὐτυχῆς δ' ἴσως.

Ai de mim, cumpriu-se o oráculo do deus.
Rolem para dentro este desgraçado que sou.
Ó coroa, saúdo e me despeço, é constrangido que
Te abandono. Um outro te pegando a conquistará
Se por um lado, não mais ladrão que eu, por outro,
talvez, mais feliz¹³.
(Aristófanes, *Cavaleiros*, vv.1248-52)

Já, em *Acarnenses*, após o protagonista Diceópolis conseguir estabelecer para si e para sua família tréguas com Esparta, provando à *pólis* que este é o melhor caminho para aproveitar os prazeres da vida, vários personagens procuram-no a fim de conseguir um pouco de paz. Contudo, o velho recusa-se a compartilhar sua suada conquista com os homens que o buscam, sem comover-se com lágrimas e lamúrias deles; até o momento em que uma madrinha de casamento surge em cena, representando a noiva:

φέρε δὴ τί σὺ λέγεις; ὡς γέλοιον ὧ θεοὶ
τὸ δέημα τῆς νύμφης ὃ δεῖται μου σφόδρα,

¹³ Tradução minha.

ὅπως ἂν οἰκουρῇ τὸ πέος τοῦ νυμφίου.
φέρε δεῦρο τὰς σπονδάς, ἵν' αὐτῇ δῶ μόνῃ,
ὅτι ἡ γυνή 'στι τοῦ πολέμου τ' οὐκ αἰτία.

Venha cá, o que dizes? Que engraçado, ó deuses,
O pedido da noiva. Pede-me insistentemente
Para manter em casa o pau do noivo.
Traga aqui as tréguas, darei unicamente a ela,
Pois é mulher e não é responsável pela guerra¹⁴.
(Aristófanes, *Acarnenses*, vv. 1059-62)

Ora, após o herói cômico explicitar à cidade que a boa vida proporcionada pela paz é, indubitavelmente, preferível à morte e esterilidade provocada pelo belicismo, todos os que apoiavam e deram suporte ao combate ateniense contra os espartanos correm atrás daquele que fora calado na assembleia democrática quando exigiu a discussão acerca do término da guerra¹⁵. Contudo, apenas à noiva, Diceópolis cede tréguas para que possa desfrutar, sem preocupações, do prazer sexual, pois ela, diferentemente dos outros pedintes, não pode ser responsabilizada pela postura bélica dos atenienses, na medida em que está excluída das deliberações que ocorrem na Pnyx. Assim, em *Acarnenses*, enquanto a mulher sai vitoriosa, o importante estrategista Lâmaco é arruinado:

ἀτταταῖ ἀτταταῖ
στυγερὰ τάδε γε κρυερὰ πάθεα· τάλας ἐγώ.
διόλλυμαι δορὸς ὑπὸ πολεμίου τυπείς.
ἐκεῖνο δ' οὖν αἰακτὸν ἂν γένοιτο,
Δικαιόπολις εἴ μ' ἴδοι τετραμένον
κατ' ἐγχάνοι ταῖς ἐμαῖς τύχαισιν.

Ai ai ai! Ai ai ai!
Que abomináveis e gélidas essas dores! Miserável sou!
Sendo destruído pela lança do inimigo que me golpeia.

¹⁴ Tradução minha.

¹⁵ Nos versos 59 e 64, Diceópolis é intimado, pelo arauto, durante a assembleia democrática, a calar-se.

Mas mais lamentável seria se aquele
Diceópolis me visse ferido
E risse dos meus males¹⁶.
(Aristófanes, *Acarnenses*, vv. 1190-5)

E o herói camponês, outrora invisibilizado pelos discursos dos embaixadores e congêneres na reunião democrática ateniense, agora, assim como a noiva, sobrepuja a todos os outros na possibilidade de desfrutar docemente o gozo sexual:

ἀτταταῖ ἀτταταῖ
τῶν τιθίων, ὡς σιληρὰ καὶ κυδώνια.
φιλήσατόν με μαλθακῶς ὃ χρυσίω
τὸ περιπεταστὸν κάπιμανδαλωτόν.
τὸν γὰρ χοῦ πρῶτος ἐκπέπωκα.

Ai ai ai! Ai ai ai!
Que tetinhas, como são duras, uns marmelos.
Beijem-me com carinho, meus tesouros
Espalhem beijos de língua molhada.
Fui o primeiro a ter bebido o litrão¹⁷.
(Aristófanes, *Acarnenses*, vv. 1196-1201)

Com efeito, *Acarnenses* dá mostras de que a construção da ridicularização se fundamenta em uma perspectiva que considera, de antemão, a efetividade do contexto social. Porque tem clareza acerca de quem são os privilegiados na *pólis*, Aristófanes consegue levar ao palco a sociedade disforme para que os indivíduos cuja existência é pautada pelas agruras da dureza cotidiana não sofram duas vezes: 1-trabalhando de modo incansável para alimentar suas famílias ao mesmo tempo em que 2-se veem representados publicamente como merecedores de vitupérios cômicos.

Aliás, é em virtude da clareza sobre a totalidade em que se insere que, em *Tesmoforiantes*, Aristófanes pode lançar a invectiva contra o grande trágico Eurípides, pela boca de Mica:

¹⁶ Tradução minha.

¹⁷ Tradução minha.

φιλοτιμία μὲν οὐδεμιᾶ μὰ τῷ θεῷ
λέξουσ' ἀνέστην ὧ γυναῖκες· ἀλλὰ γὰρ
βαρέως φέρω τάλαινα πολὺν ἤδη χρόνον
προπηλακίζομένας ὁρῶς ἡμᾶς ὑπὸ
Εὐριπίδου τοῦ τῆς λαχανοπωλητρίας
καὶ πολλὰ καὶ παντοῦ ἄκουούσας κακὰ.

Caras mulheres, movida por nenhuma ambição,
Me ergui para falar, juro pelas duas deusas. Mas
já há muito, pobre de mim, suporte mal
ver-nos jogadas à lama
por Eurípidēs, o filho da verdureira,
ver-nos vítimas de tanta maledicência.¹⁸
(Aristófanes, *Tesmoforiantes*, vv. 383-8)

Atacar a mãe é um dos mais eficazes recursos de difamação e, por isso mesmo, não deve ser destilado, aleatoriamente, a qualquer indivíduo. Desse modo, quem é satirizado pela profissão pouco nobre da genitora, na comédia aristofânica, é Eurípidēs: o poeta que tem fama, posses e muitos prêmios em decorrência de uma arte que se arroga a função de educar, ao colocar em cena mulheres como Fedra e Medeia...Assim, em *Tesmoforiantes*, Eurípidēs é zoado e vítima de complô conspiratório por mulheres que foram prejudicadas em seus lares pelas tragédias do filho da mãe. Em outros termos, o problema abordado não consiste na representação de mulheres trágicas, mas no fato de que, em suas peças, o tragediógrafo concebe aquelas enquanto prostitutas, suscitando a desconfiança generalizada de todos os maridos da *pólis*. Portanto, é chegada a hora da vingança feminina contra Eurípidēs e a comprovação de que Aristófanes traduz o mundo de cabeça para baixo em uma espiral que chega ao ponto de que mulheres tenham poder para forçar os homens a decretarem o fim da Guerra do Peloponeso cristaliza-se em *Lísístrata*:

¹⁸ Tradução de Adriane Duarte (2005)

τουτὶ τὸ πρᾶγμα πανταχόθεν ζυνομώμοται
ὑπὸ τῶν γυναικῶν· ἄρτι νυνὶ μανθάνω.
ἀλλ' ὡς τάχιστα φράζε περιὶ διαλλαγῶν
αὐτοκράτορας πρέσβεις ἀποπέμπειν ἐνθαδί.
ἐγὼ δ' ἐτέρους ἐνθένδε τῆ βουλῆ φράσω
πρέσβεις ἐλέσθαι τὸ πέος ἐπιδείξας τοδί.

Trata-se de uma conjuração geral
Da parte das mulheres. Agora eu compreendo.
Bem, diga que enviem aqui o mais rápido
Embaixadores com plenos poderes para tratar da paz.
E eu direi ao Conselho que elejam outros
Embaixadores aqui, mostrando-lhes esta *rola* aqui.¹⁹
(Aristófanes, *Lisístrata*, vv.1007-1013)

Utilizando a greve sexual como mecanismo para dar fim à guerra, as mulheres obtêm êxito. Não é pegando em armas, portanto, e tentando igualar-se a homens em combate, mas é com a verossimilhante ameaça de extinção dos gregos por meio da inviabilidade da fecundação, que elas obrigam seus maridos a abandonarem os escudos²⁰. Assim, com a união de todas as mulheres gregas, em *Lisístrata*, estabelece-se o acordo entre a Liga de Delos e a Liga Peloponésia em prol da paz, e uma vida feliz pode ser desfrutada por todos os homens e mulheres helênicos.

Democracia e comédia

Com efeito, para o poeta Aristófanes, determinar a função da comédia é essencial, pois, é a partir desta que a estrutura cômica se delimita. Nesse sentido, enquanto veículo de educação pública,

¹⁹ Tradução de Adriane Duarte (2005), com modificação minha no grifo.

²⁰ Embora a não concretização do desejo sexual dos homens pelas mulheres, no coito, seja amplamente explorada como motivo que leva ao acordo pacifista entre gregos, é fato que para além da cópula, a grande problemática da interdição de relações heterossexuais tem como corolário a impossibilidade da procriação e, portanto, da ameaça da própria extinção da cidadania helênica.

cuja melhoria das ações dos cidadãos é visada, é contrário ao papel da poesia aristofânica aprofundar revanchismos que em nada contribuirão para a união da *pólis*. Derrotar com a ridicularização camponeses, mulheres e escravos, ou seja, a maior parte da população de Atenas do séc. V a.C., é contribuir para o elogio da manutenção das estruturas que aprofundam a pauperização e o abreviamento da vida de inúmeros atenienses durante a Guerra. Além disso, em termos cômicos, qual seria a graça em contemplar no palco instaurado pela imaginação do dramaturgo a humilhação de indivíduos que sofrem cotidianamente a desonra? Como é possível que a derrota de classes já marginalizadas e perdedoras provoque o riso durante uma encenação que, por definição, é ficcional? Logo, é também por uma questão de arte cômica fazer-se necessário derrubar os que têm importância e privilégios. E, certamente, isso educa, pois rompe a barreira do real, possibilitando aos agentes vislumbrarem outros modos de existência: mais justos, mais pacíficos, mais humanos.

Assim, a comédia aristofânica apresenta enorme potencial educativo e instrutivo para o ensino básico e universitário, na medida em que abre caminhos para a discussão acerca do próprio teatro, mas, sobretudo, promove o debate histórico acerca do período da Guerra do Peloponeso, e incita os alunos tanto a lapidarem o gosto em relação à piada, quanto a utilizar o riso em um processo criativo e emancipador. O estudo do gênero cômico e da estrutura do enredo auxiliam na formação de um espectador crítico que, ao compreender o uso e finalidade da técnica, saberá que um esquete, programa ou stand-up de comédias, para serem elaborados, necessitam, previamente, de um sólido saber referente ao contexto político-econômico-social ao qual se destinam a fim de não fraudar o ridículo com a mimetização da realidade envernizada por uma caricatura hiperbólica.

Ademais, porque a democracia é o regime que confere a liberdade de expressão da qual a comédia precisa para efetivar-se, o fazer político pode beneficiar-se com a sátira. Com efeito, assim como os bajuladores retratados na Comédia Antiga tentavam fabricar a vontade popular com objetivos escusos para votarem

pautas benéficas a um grupo muito restrito de cidadãos, o sistema democrático brasileiro, embora seja indireto, de modo muito luminoso, continua a expor as mazelas que enfraquecem suas possibilidades de justiça social e inclusão. Infelizmente, um dos inúmeros cancros de nossa democracia repete, em essência, o contexto da *pólis* do século de Aristófanes: políticos corruptos que visam aprovar leis e emendas constitucionais em benefício privado, moldando, para isso, os desejos de seus espoliados concidadãos. Seguramente, qualquer estudante brasileiro que se aproprie das bases da Comédia Antiga, entenderá que o conhecimento crítico de nosso contexto é a chave para o fortalecimento das instituições democráticas e caminho para a gargalhada que corrige velhos hábitos.

Logo, percebe-se que a discussão, no Brasil, manipulada por determinados comediantes e figuras, por si só, dignas de riso, acerca dos limites da comédia está completamente desajustada porque se sobrepõe à compreensão da própria finalidade cômica. Enquanto os comediantes atuais e o público não tiverem diante de si clareza sobre o papel que a comédia ocupa em nossa sociedade, continuaremos tateando acerca dos “limites do humor”, em infindáveis debates sobre a “liberdade de expressão cômica”.

O maior poeta cômico de todos os tempos, Aristófanes, mostra para o Brasil do século XXI que, consciente de sua função e arte, a comédia pode ridicularizar tudo e, ainda assim, jamais irá tornar os fracos, excluídos e em estado de vulnerabilidade, ignóbeis. E, se, por acaso, o que é nomeado “cômico” sujeita homossexuais, negros, mulheres, pobres, incultos, indígenas e portadores de necessidades especiais ao riso infame pela tortura e humilhação de agentes mais fortes e mais poderosos, definitivamente, somos imbecis: desconhecemos a crueza de nossa realidade histórica e mergulhados no chorume da perversidade de nosso comodismo, iremos todos ser julgados culpados pelo juízo final que se instaura no nascer do sol do amanhã.

Fontes

ARISTÓFANES. **Duas comédias:** Lisístrata e As tesmoforiantes. Tradução: A. Duarte. Ed.1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓFANES. **Os Cavaleiros.** Introdução, versão do grego e notas de M. de F. Sousa e Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ARISTOPHANES. **Acharnians.** Edited with Introduction and Commentary by S. Douglas Olson. New York: Oxford University Press, 2007.

ARISTOPHANES. **Clouds.** Edited with Introduction and Commentary by K. J. Dover. New York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1989.

Referências bibliográficas

ANDRADE, R. Humor tem limite? Assunto voltou à tona após decisão judicial: entenda. **Matéria do site Metrôpoles.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/humor-tem-limite-assunto-voltou-a-tona-apos-decisao-judicial-entenda>. Acesso em: 19/11/2023.

CARRIÈRE, J.-C. **Le carnaval et la politique.** Une introduction à la comédie grecque suivie d'un choix de fragments. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

DUARTE, A. **O dono da voz e a voz do dono.** A parábase na comédia de Aristófanes. Ed. 1. São Paulo: Editora Humanitas, 2000.

TAILLARDAT, J. **Les images d'Aristophane.** Paris: Les Belles-Lettres, 1965.

FONTES DOCUMENTAIS DE UM “QUEBRA-CABEÇA” METODOLÓGICO: QUESTÕES SOCIOPOLÍTICAS DO TEATRO GREGO ANTIGO

Dolores Puga

Este trabalho parte da análise do teatro grego clássico de finais do século V. Pensando na proposta de reflexão sobre as fontes e os métodos da pesquisa, me debrucei sobre o exercício feito na produção da minha tese de doutoramento. Convido os leitores a fazerem esse caminho de investigação antes traçado. Ao partir da hipótese que era: demonstrar a participação de grupos políticos (ou *hetairias*) na produção e financiamento das peças de teatro grego nos festivais da antiguidade (os *choregoi* e o sistema da *choregia*), percebi que apenas me pautar de uma metodologia de análise direta da narrativa e da linguagem teatral não seria o suficiente.

Obviamente que ter me pautado nisso foi necessário e relevante, visto que, estudos como de Eni Orlandi (2001), por exemplo, foram essenciais para a compreensão das obras escolhidas. A proposta era construir uma comparação analítica entre a tragédia *As Bacantes*, de Eurípides, e a comédia *As Rãs*, de Aristófanes, ambas vencedoras no festival da Grande Dionísia em 405 AEC.

A escolha por um mesmo espaço-tempo (Atenas, 405 AEC), por uma obra trágica e outra cômica, e por ambas terem sido vitoriosas no mesmo ano, não foi uma decisão aleatória de pesquisa. Se em muitos estudos, os olhares mitológicos e religiosos acerca do teatro grego era o que imperava, situar essas questões facilitaria o exercício não apenas comparativo, mas permitiria adentrar de forma mais aprofundada na atuação dos sujeitos históricos envolvidos nas apresentações teatrais, de forma a pensar que atingiriam um mesmo público, com a apresentação de gêneros dramáticos diferentes, e resultados positivos para as duas obras, cuja premiação me permitiria entender a aceitação da plateia e a possibilidade de algum registro dos vencedores. O ano

de 405, logo antes da instituição dos Trinta Tiranos no poder após o golpe oligárquico de 411, também foi de fundamental escolha, visto que se o interesse era conduzir análises de atuação sociopolítica nas peças, mais registros históricos me seriam possíveis de serem identificados, diante do contexto do fim da Guerra do Peloponeso e a crise ateniense.

O fato é que os registros da atuação desses grupos políticos, pelo próprio interesse de que se mantivessem às escondidas diante de tentativas de sublevação de poder, sempre foram escassos, e a existência de uma ou mais fontes documentais que atestassem a atuação direta desses grupos no teatro então é algo ainda a ser descoberto. Eu precisava de uma perspectiva metodológica que me permitisse cruzar os poucos registros indiretos que eu detinha em mãos, de forma a criar uma espécie de quebra-cabeça, como um detetive, que Ginzburg tanto defendeu em seu método dos “indícios, emblemas e sinais” (1989) diante dos fragmentos encontrados pelo historiador e as lacunas que, assim, este deveria preencher. Carlo Ginzburg, então, foi o caminho escolhido nessa empreitada de pesquisa.

Além da análise de discurso de Orlandi, a partir da qual foi possível aprofundar na compreensão das obras, fundamentando-as como objetos simbólicos produtores de sentido, a narrativa, as personagens e as ideias estéticas e sociopolíticas iam assim sendo delineadas a partir da análise direta dessas fontes teatrais. Em contrapartida, eu entrecruzei fontes diferentes da sociedade grega, as quais me proporcionaram uma visão mais ampla desse “quebra-cabeça” metodológico. São elas que me debruço aqui nesse capítulo.

Dentre os indícios da atuação política no teatro através do registro de fontes documentais, é possível citar o exemplo das orações nas assembleias públicas, as quais, em diversos momentos expuseram os conflitos de interesse, também no teatro, revelando, igualmente, os posicionamentos de cada indivíduo e as inimizades políticas. Como o caso do discurso de Demóstenes, intitulado *Contra Mídias*, uma ação judicial que, mesmo sendo do século IV AEC, situava claramente as disputas no jogo do poder, pelo teatro,

quando Demóstenes havia reclamado ao público da assembleia o fato de Mídias ter se oposto à isenção de todo o seu coro para o serviço militar e para a guerra (aquele mesmo coro em que ele estava financiando e que atuaria nas dionísias daquele ano). Demóstenes reivindica, igualmente, o apreço dos cidadãos da assembleia, quando aponta que Mídias teria destruído as vestes e as coroas de ouro produzidas para o coro. Fala também do fato de Mídias ter corrompido o treinador do coro entre outras questões (Demóstenes, *Kata Meidion*, 21, 14-18).

Dentro da perspectiva do quebra-cabeça, tentei conseguir registros que pudessem ser reveladores do período em que eu estudava, retornando ao final do século V em Atenas. Assim o fiz, quando constatei o sistema da *sinchoregia* – dois *choregoi* financiando uma peça teatral ao invés de apenas um –, sistema instituído ao final do século V.

O conhecimento da *sinchoregia* está vinculado às considerações do escoliasta de Aristófanes sobre a peça *Batrachoi* (*As Rãs*), quando ele cita uma passagem de Aristóteles referente a uma obra perdida intitulada *Vitórias Dionísíacas*, na qual ele apontava que durante o arcontado de Cálías um decreto foi estabelecido: para cada tragédia e comédia apresentada na Grande Dionísia, haveria o provimento de dois *choregoi* designados pelo arconte (Capps, 1896, p. 319) ao invés de apenas um.

Apesar de Cálías ter sido arconte-epônimo em Atenas durante os anos de 412/411 e 406/405, a *sinchoregia* teria sido instituída em uma data posterior a 411, conforme Lisias (*Apologia dorodokias aparasemos*, 21, 1). Nesse sentido, a constituição da *sinchoregia* teria sido efetivada durante as produções de *As Rãs* e *As Bacantes* em Atenas – respectivamente obras de Aristófanes e Eurípides –, e, portanto, na Grande Dionísia de 406/405.

Este período, no final dos conflitos do Peloponeso, demarca um momento histórico de complexidades políticas e econômicas. Para Capps, a *sinchoregia* serviria simplesmente para cumprir a necessidade de divisão de verbas para atender um momento de dificuldades financeiras (Capps, 1896, p. 327).

Analisar a existência da *sinchoregia* meramente pela necessidade de nutrir um período de “dificuldades econômicas” é perder a potencialidade de avaliação da estrutura de poder instituída nesse momento histórico de reviravoltas políticas em Atenas e golpes oligárquicos. O próprio autor Edward Capps vincula o elevado poder do arconte-epônimo de designação de *choregoi* ao estabelecimento da *sinchoregia*, visto que, segundo ele “a seleção [de *choregoi* nas peças cômicas] pelas tribos veio somente quando a *sinchoregia* foi abandonada.” (Capps, 1896, p. 327). Também o autor é capaz de apontar que, mesmo Atenas tendo melhorado suas condições econômicas por volta de 388 a. C. (um período após o restabelecimento do estado democrático e do final das batalhas do Peloponeso), a *sinchoregia* continuou e, portanto, igualmente o poder de escolha do arconte. Essas condições favoreciam os mais ricos atenienses, aqueles que estariam no ápice da atuação do sistema geral da *choregia*, uma vez que o foco de importância em poucos indivíduos também diminuía a distribuição das tarefas e, conseqüentemente, enfraquecia o acesso às realizações de honrarias e reconhecimentos sociais.

Apenas poucos nomes mais imponentes eram escolhidos até então para os cargos, os quais estariam diretamente ligados a pequenos grupos de interesse, e quanto maior a disputa pela obtenção de um melhor resultado nos concursos dramáticos – fruto de um período ainda mais intenso de querelas e lideranças oligárquicas –, mais esses grupos sociais se uniam e disputavam entre si em nome de uma melhor atuação.

Por isso, reduzir a *sinchoregia* como medida encontrada apenas para suprir “dificuldades econômicas” é não avaliar o contexto histórico de Atenas em finais do século V. Tendo em vista um processo de golpe na busca de poucas lideranças políticas no poder entre 411 e 404, a *sinchoregia* se sistematizaria como ferramenta de uma maior participação de cidadãos ricos ligados a grupos de disputa, uma vez que era possível colocar em ação dois indivíduos como *choregoi* que muito provavelmente interagem dentro de uma mesma coligação – o que teria ocorrido justamente no período das obras dramáticas analisadas na pesquisa.

Infelizmente, embora Edward Capps tenha descoberto um fragmento pertencente à inscrição epigráfica IG II² 2318 referente à lista dos vitoriosos da Grande Dionísia – incluindo o nome dos *choregoi* da *sinchoregia* de finais do século V e início do IV (Capps, 1943, p. 7) –, o mesmo encontra-se incompleto no ano de 405 entre outros períodos. Essa data demarcaria inclusive a informação sobre os dois *choregoi* da peça *As Bacantes* e os dois de *As Rãs* – e que auxiliaria na compreensão dos grupos que fizeram parte de suas produções e, por conseguinte, ajudaria na composição do meu “quebra-cabeça” metodológico.

Mesmo sem uma resposta efetiva acerca dos *choregoi* das obras de Eurípides e Aristófanes que eu havia escolhido estudar, foi possível ao menos problematizar o próprio fundamento da legitimação da *sinchoregia* de maneira geral. Para tanto, partiu-se da necessidade de análise acerca do papel do arconte Cálías nesse processo – magistrado responsável pela constituição de dois *choregoi* para cada obra.

Diante disso, também outra fonte documental foi de extrema relevância na minha discussão: a delação de Andócides em 415 AEC intitulada *Sobre os Mistérios (Peri ton Mysterion)*. Nesta obra, Andócides aponta a existência de três grupos políticos de *betaireias* que teriam, em conjunto, portanto em uma *sinomosia* (conjuração), concordado em realizar paródias eleusinas e mutilar a cabeça dos Hermes da cidade. As conjurações eram feitas em nome e em busca da constatação de fidelidade dos integrantes dos grupos por um juramento.

Entre esses grupos estaria o grupo de Alcibíades; grupo em que Cálías fazia parte segundo esse documento de Andócides (Aurenche, 1974, p. 46). Trata-se de uma associação política que se mostra inicialmente com características de interesses múltiplos e mesclados, visto que era formada tanto por aristocratas de famílias tradicionais, quanto de metecos (Aurenche, 1974, p. 109). Em sua origem, esse grupo visava buscar forças de aliança com a Pérsia para barganharem poder em Atenas, questões que definiram os posteriores movimentos de um regime oligárquico.

Uma vez que esses nomes se interessariam em seu agrupamento para o alcance e manutenção de domínio político – haja vista o delinear do movimento oligárquico – a própria *sinchoregia*, na figura de Cálías, se fundamentaria como síntese dessa busca de sustentação. Porém, a hipótese da tese é de que na medida em que os interesses específicos se apresentariam de forma mais latente ao longo do processo político de Atenas de final do século V, os próprios usos que os dois *choregoi* fariam de seu trabalho conjunto em cada obra na *sinchoregia* – incluindo no caso das obras dramáticas analisadas de Eurípides e Aristófanes – auxiliariam na criação de ideias socioculturais e políticas que demonstrariam a formação de grupos que partiriam desses primeiros, apontados por Andócides.

Nesse sentido, a partir do fundamento das obras dramáticas, é possível perceber ideias mais voltadas para o apelo, ora tradicional e aristocrático, ora de representação de comerciantes ricos e/ou estrangeiros que lutariam por reconhecimento na cidade. Em um primeiro momento, o historiador tende a analisar as religiosidades presentes em uma obra dramática fundamentando sua compreensão no apelo ao seu grupo social pelo âmbito simbólico, mas, da mesma maneira, os rituais e as personagens míticas da trama podem revelar pontos de interesse nos quais os posicionamentos políticos se encontram, mesmo que implicitamente.

Depois das guerras greco-persas houve uma invasão de deuses bárbaros na Ática, pela tomada da costa do mar Egeu pela frota ateniense, cujas colônias eram formadas de marinheiros e soldados que trouxeram de sua pátria as religiões da Trácia, da Frígia e Chipre. Numerosos estrangeiros que se propagaram atraídos pelo comércio do Pireu se desenvolveram de tal forma que forneceram sujeitos à tragédia e inquietaram os poetas cômicos que, segundo Foucart, defenderam a religião da cidade contra estrangeiros (Foucart, 1873, p. 57). Como exemplo disso é possível apontar a comédia *Baptai* de Eupólide (entre 417-415 AEC), anterior à expedição de Sicília, obra que retrata a sociedade que trouxe à Ática o culto da deusa trácia Cotytto, com numerosos

seguidores em Corinto cujas colônias haviam precedido àquelas de Atenas sob a costa da Trácia. As lendas e ritos da nova religião eram bem conhecidos em Atenas e estavam em juízo pelo teatro trágico. Na análise do processo histórico ateniense no período da produção dessa peça de Eupólide, é possível associar *Baptai* pelo financiamento de Frínico ou algum dos integrantes de sua *betaireia* – grupo apresentado por Andócides em sua delação em 415. Liderado por Leogoras, o grupo seria um dos responsáveis por realizar paródias eleusinas e mutilar a cabeça dos Hermes (Andócides, *Peri ton Mysterion*, 1, 17-18).

Essa constatação do financiamento da peça *Baptai* pela *betaireia* de Frínico (na figura de Leogoras) pode ser compreendida pela crítica à Alcibiades nessa obra de Eupólide, segundo as próprias afirmações de Foucart (1873, p. 60), e que Eupólide teria, assim, utilizado essa obra para atingir o grupo político de Alcibiades. Trata-se de um momento histórico (415) em que Alcibiades começa a buscar alianças externas com a Pérsia barganhando poder. A peça de Eupólide demonstra um olhar crítico sobre os ritos estrangeiros perdulários de Cotytto sendo praticados em Atenas. Nas próprias palavras de Tucídides, o comandante Frínico foi o principal opositor das ideias de Alcibiades, tanto na aliança com a Pérsia, quanto na constituição de um regime oligárquico em Atenas em 415 – apenas um discurso inicial em nome da disputa de poder –, atestando que era apenas uma maneira de Alcibiades retornar para a cidade sem sofrer julgamentos pelos atos nas paródias eleusinas (Tucídides, *Historiai*, 8, 48).

Além disso, seguindo a lista delatada por Andócides, Frínico teria participado em 415 do mesmo grupo de Crítias, um dos 30 tiranos que tomaram o poder em Atenas em 404 (Andócides, *Peri ton Mysterion*, 1, 17-18), momento posterior à decisão de Alcibiades que, por estratégia política, teria mudado sua perspectiva da proposição de um regime oligárquico para o discurso do regime democrático moderado em detrimento das viradas do jogo político entre as *betaireias* da cidade após a

dissolução dos 400, ao disputar a liderança pela facção popular (Tucídides, *Historiai*, 1, 89).

De maneira geral, a fundamentação da pesquisa – em que se configura a ação das *betairias* no teatro antigo – se determina com a discussão apresentada por Keith Sidwell, quando este problematiza o direcionamento das mensagens de obras dramáticas como críticas políticas individuais devido ao financiamento de grupos intelectuais e políticos na produção das mesmas (Sidwell, 2009, p. 48-49). Para tanto, Sidwell compara a comédia *Cavaleiros* (*Hippeis*) de Aristófanes (de 424) e *Maricas*, de Eupólide (de 421) e aquilo que ele denomina de “mútuo desrespeito” entre ambos os comediógrafos.

A base de seu mútuo desrespeito é [...] política. Há uma distinção política a ser traçada entre *Os Cavaleiros* e *Maricas*: a primeira peça ataca Cléon e a segunda Hipérbolo. Parece da minha análise da parábase de *As Nuvens* [ou *Nephelai*: peça de Aristófanes de 423] que Aristófanes era um defensor de Hipérbolo (ou pelo menos estava preparado para escrever peças patrocinadas por seus apoiadores), enquanto Eupólide era um inimigo de Hipérbolo. Em tais circunstâncias é difícil acreditar [...] que por trás da construção dessas peças não se encontre uma clara motivação política pessoal. (Sidwell, 2009, p. 49).

Na parábase de *As Nuvens* (Aristófanes, *Nephelai*, 552-562), o comediógrafo parece justificar a maneira como satiriza Cléon, apontando, assim, seu descontentamento com as paródias feitas por outros poetas a partir da figura de Hipérbolo. Por meio desse documento, Sidwell situa suas análises pontualmente como um questionamento sobre as razões tanto da justificativa quanto da contrariedade apresentadas por Aristófanes, avaliando que as considerações aos políticos do período teriam um fator predominante na caracterização da mensagem cômica das peças teatrais e apresenta esse caráter de importância pelo viés do

financiamento das produções artísticas e dos grupos por trás desse subsídio.

Além disso, a defesa da figura de Hipérbolo¹ na parábase da peça *As Nuvens* (Aristófanes, *Nephelai*, 552-562), bem como as palavras de Sidwell – no que tange a possível ação de Hipérbolo com apoio de sua *betaireia* como *choregos* de Aristófanes em um determinado momento histórico – são até mesmo elucidativas para desconstruir o senso comum na deliberação de que as mensagens das comédias antigas sempre direcionariam necessariamente críticas aos novos ricos, comerciantes, metecos e estrangeiros na sociedade ateniense, bem como, por isso, críticas fundamentalmente aos deuses estrangeiros dentro das obras. Dentro dessa visão predominante, em que os novos ricos seriam ridicularizados pela maioria dos comediógrafos do século V (Connor, 1992, p. 168), assim afirma Walter Connor:

A Comédia Antiga era verdadeiramente uma forma de arte popular, um apelo para o cidadão ateniense. Ela opera dentro de atitudes democráticas tradicionais. Existem poucas as quais podem ser chamadas de anti-democráticas; essencialmente não existe ideologia oligárquica, nem nenhuma chamada de reação para formas não-democráticas. Existe, para ser exato, criticismo social e escapismo, mas nada para ofender os princípios fundamentais de uma *polis* democrática. Em particular, é preciso admitir, os escritores da comédia devem ter se ressentido das revoluções oligárquicas, mas, se foram, suas peças não expressavam suas

¹ “Hipérbolo foi um dos demagogos que dominaram a vida política ateniense no final do século V. Como Cléon, a quem sucedeu nos favores do *demos*, sua origem não era aristocrata. Seus adversários chegavam a afirmar que seria um escravo alforriado. Também como Cléon, tirava sua renda de uma oficina de escravos, no caso uma olaria, o que era considerado uma atividade degradante. Ainda assim, não deixou de se tornar, nos anos imediatamente após a Paz de Nícias, um dos políticos mais influentes, a ponto de unir contra si Alcibíades e Nícias, então ferrenhos oponentes à política exterior da cidade. Condenado ao ostracismo em 417, refugiou-se em Samos, onde foi assassinado pelos oligarcas.” (Mossé, 2004, p. 166-167).

políticas. Em vez disso seus trabalhos têm um amplo apelo e seus criticismos são normalmente feitos de pontos de vista populares. (Connor, 1992, p. 170).

Em outras palavras, o autor sentencia que a antiga comédia não tinha necessariamente uma atitude aristocrática (no sentido mais tradicional do termo social), mas apelava para uma *atitude democrática* (Connor, 1992, p. 171). No entanto, desde Finley é possível afirmar que até mesmo o sistema político de Atenas estava permeado de barganhas e manipulações (Finley, 1985, p. 67). Se a questão era se atentar ao convencimento dos cidadãos que assistiam às comédias, a perspectiva democrática era, na realidade, um forte elemento de discurso.

É provável que grupos aristocráticos tenham percebido no financiamento da comédia uma excelente estratégia de disputa de espaço político, uma vez que ao diminuir, parodiar e ironizar um adversário cujas características são costumeiramente consideradas “inferiores” socialmente (tais como a falta de *genos*), tenha uma grande repercussão de descrédito para com os cidadãos que assistiam aos espetáculos e, conseqüentemente, nas assembleias. Não é coincidência que, já no século IV, com a *Poética*, Aristóteles, na busca por uma fundamentação da tragédia e da comédia, vai apontar a comédia como a caracterização e *imitação dos homens piores* (Aristóteles, *Poiesis*, 1448a;1449a).

Dentro da atuação política nas produções teatrais, faz-se necessário retomar o período de 405 – momento histórico de apresentação das peças teatrais analisadas na pesquisa –, discutindo, então, o *lugar político* na figura de Cálías dentro da *betaireia* de Alcibíades na instituição da *sinchoregia*, conforme problematização anteriormente suscitada. Nesse ínterim, quais os possíveis significados do estabelecimento da *sinchoregia* por um cidadão como Cálías? Com a informação de que este pertencia ao grupo de Alcibíades na lista de Andócides (Aurenche, 1974, p. 46), que sentido a instituição de dois *choregoi* teria nesse contexto histórico de 405?

Cálias era cunhado de Alcibíades (este último era casado com a irmã de Cálias, chamada Hipparete), e, portanto, demarcando uma aliança maior que apenas de interesses comuns dentro da *betaireia* por simples *philia*. Assim, Olivier Aurenche aponta se o fato da ausência do nome de Cálias na paródia dos Mistérios de Elêusis seria suficiente para comprovar que ele não teria mesmo feito parte do processo, questionando até mesmo se o casamento de Alcibíades com sua irmã não teria sido o ponto de partida para ser integrante da *betaireia* ou se seria uma consequência da mesma (Aurenche, 1974, p. 59). Para o autor, Cálias, assim como um certo número de parentes de Alcibíades, pertencia ao demos de Alopeke,² reforçando ainda mais os laços entre ambos e, além disso, era herdeiro de uma das mais ricas famílias da Grécia (Aurenche, 1974, p. 104; 141).

As informações sobre o histórico de Cálias e sua ligação com Alcibíades são cruciais para compreender seu arcontado e sua determinação pela *sinchoregia* em 405, um momento cada vez maior de ebulição das disputas políticas presentes em uma Atenas em crise e em meio aos conflitos do Peloponeso. Se a primeira e inicial tentativa de centralização do poder – por meio da barganha de Alcibíades com a Pérsia e a visita de Pisandro aos grupos políticos para se unirem em nome da trama do alcmeônida – se tornou frustrada com os acontecimentos históricos de vitória oligárquica com os 400 inimigos da *betaireia* de Alcibíades no domínio em 411, as novas tentativas de disputa de poder ainda estavam em jogo no ano de 405 quando este tentava novamente o retorno à Atenas após sua condenação de exílio após a Batalha de Arginusa (em 406) – e portanto anteriormente ao outro golpe de 404.

Dessa forma, a instituição da *sinchoregia* no teatro auxiliaria na fundamentação do caráter centralizador de atuação dos ricos cidadãos em Atenas a partir da possibilidade de operação de dois *choregoi* de uma mesma coligação, fortalecendo suas bases

² Alopeke (ou Alopece) era um demos situado a leste de Atenas e pertencia à décima tribo instituída por Clístenes (Antiochis) (Whitehead, 1986, p. 373).

ideológicas por meio da determinação da mensagem política da peça teatral por eles financiada. Nesse sentido, mais que um elemento criado em nome de uma simples e possível “solução econômica” para os fundos de subsídio dos festivais de teatro de Atenas ao final do século V – talvez uma resposta superficial à questão –, a *sinchoregia* seria antes uma ferramenta política de fomento de *misthos* e ideias a um dos principais veículos de comunicação na antiguidade: o teatro e as obras dramáticas.

De maneira geral, para uma ampla análise teórica da pesquisa, todas essas questões são necessárias para a compreensão do conceito de *representação* de Chartier, quando o autor explica que se define pela construção e organização da realidade a partir das classificações, divisões e categorias de interesse dos grupos sociais (Chartier, 1985, p. 17). Neste ínterim, as representações são formas de imposição de ideias e valores na realidade por parte desses grupos políticos, ou *betaireias*.

Ampliando o debate, o historiador nos apresenta que existem, inclusive, *lutas representacionais* em jogo dentro dos processos históricos. Segundo ele: “[...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas [...]” (Chartier, 1985, p. 17). Isso significa afirmar que os conflitos das classificações representacionais não se afastam do mundo social concreto, uma vez que sustentam o reconhecimento e a escolha de identidades que serão definidas dentro das práticas sociais. O historiador debate que esses conflitos presentes são justamente as negociações para o *reconhecimento das identidades* traduzindo *relações simbólicas de força* (Chartier, 2002, p. 10), o que é possível de se aplicar no caso da atuação política por meio das produções teatrais e nas assembleias. Segundo o autor:

Enfim, renunciando o primado tirânico do recorte social para dar conta das variações culturais, a história em seus últimos avanços mostrou, conjuntamente, que é impossível qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos em uma sociedade dada não se organizam necessariamente de

acordo com divisões sociais prévias, identificadas a partir de estado e de fortuna. As novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social são, pois, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos compartilhados. (Chartier, 2002, p. 67).

Para Chartier, é preciso perceber as diferenças existentes dentro da *pluralidade de clivagens* que uma mesma sociedade apresenta (Chartier, 2002, p. 43; 67). Essas lutas fazem parte inclusive de uma tentativa de construção de *representações coletivas* por parte de cada grupo, com objetivo, cada qual, de traduzir a construção de um mundo social (Chartier, 1985, p. 18). Em outras palavras, pretendem simbolizar a coerência e a estabilização de identidades, porém, na concretude, suscitam divisões múltiplas e por vezes inesperadas do mundo social na organização de esquemas de percepção e legitimação de ideias nas práticas.

Em linhas gerais, a política possui facetas múltiplas passíveis de serem exploradas pelos sujeitos históricos. Partindo do pressuposto da existência de um dinamismo nas perspectivas da sociedade ateniense ao serem examinadas em seus vários âmbitos, sobretudo institucionais, compreende-se a multiplicidade do fazer político por meio dos pensamentos e ações dos cidadãos resultantes de diversas estratégias, não exclusivamente na concretude de suas atividades em cargos públicos, mas até mesmo nas brechas apontadas pelos discursos no interesse persuasivo, e pela existência dos grupos de interesse mútuo. Avaliada dessa forma, a política se mostra um campo mais complexo e abstrato e permite compreender mais claramente os *lugares políticos* dos sujeitos históricos em suas inconstâncias e entrelinhas, a depender de suas atuações dentro da sociedade ateniense. Permite analisar suas crises, seus acordos, e golpes em nome de interesses ao final do século V, utilizando a máquina teatral a seu favor, seja para a criação de simbolismos e discursos os quais todos seriam resultantes na implicação efetiva de votações e decisões nas

assembleias públicas – eventos que ocorriam após os festivais teatrais atenienses – seja, assim, em nome das disputas de poder.

E assim eu finalizo minhas considerações sobre meu “quebra-cabeça metodológico” para enfatizar que, embora o estudo narrativo e discursivo da tragédia e da comédia escolhidas por mim como análise da tese tenha sido de extrema importância, ter considerado demais fontes documentais bem como análises teóricas fundamental para o preenchimento das lacunas de sentido em minha pesquisa.

Fontes

ANDÓCIDES. **Peri ton Mysterion**. Minor Attic Orators. Tradução para o Inglês de K. J. Maidment. M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press / London: William Heinemann Ltd., 1968. Disponível em: <

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0018>> Acesso em: 24 de jun. 2016.

ARISTÓFANES. **As Rãs**. Tradução de A. da C. Ramalho. Coimbra: Edições 70, 2008.

ARISTÓFANES. **Nephelai**. The Comedies of Aristophanes. Tradução para o Inglês de W. J. Hickie. London: Bohn, 1853. Disponível em: <

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0241>>. Acesso em: 23 de set. 2016.

ARISTÓFANES. **Hippeis**. The Complete Greek Drama. Tradução para o Inglês de E. O’Neill Jr. New York: Random House, 1938. Disponível em: <

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0034>>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

ARISTÓTELES. **Poiesis**. Tradução para o inglês de W. H. Fyfe. Cambridge, MA / London: Harvard University Press / William Heinemann Ltd., 1932. Disponível em: <

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0056>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

DEMÓSTENES. **Kata Meidiou**. Tradução para o inglês de A. T. Murray. Cambridge / London: Harvard University Press / William Heinemann Ltd, 1939. Disponível em: <www.perseus.tufts.edu>. Acesso em: 02 dez. 2015.

EUPÓLIDE. Baptaí / Maricas. Eupolis. In: HENDERSON, J. (Org.). **Fragments of Old Comedy**. Vol 2. Cambridge: Loeb Classical Library, 2011, p. 26-267.

EURÍPIDES. **As Bacantes**. Tradução de T. Vieira. Edição Bilingue. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LISIAS. **Apologia dorodokias aparasemos**. Tradução para o inglês de W. R. M, Lamb. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd, 1967, p. 474-489.

TUCÍDIDES. **Historiai**. Tradução de T. Hobbes. London: Bohn, 1843. Disponível em: <www.perseus.tufts.edu>. Acesso em: 14 de mai. 2014.

Referências bibliográficas

AURENCHE, O. **Les groupes d'Alcibiade, de Léogoras et de Teucros** – remarques sur la vie politique athénienne en 415 avant J.C. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

CAPPS, E. The Dramatic Synchoregia at Athens. **The American Journal of Philology**, v. 17, n. 3, 1896, p. 319-328. Disponível em: <www.jstor.com>. Acesso em: 28 ago. 2015.

CAPPS, E. Greek Inscriptions: A New Fragment of the List of Victors at the City Dionisia. **Hesperia**, n. 12, v. 1, p. 1-11, 1943. Disponível em: <www.jstor.com>. Acesso em: 03 set. 2015.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1985.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia** – A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FINLEY, M. **A Política no Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FOUCART, M. P. **Des Associations Religieuses Chez les Grecs** – Thiasés, Éranes, Orgéons. Paris: Chez Klincksieck, 1873.

- GINZBURG, C. **Mitos Emblemas Sinais** – Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MOSSÉ, C. **Dicionário da Civilização Grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CONNOR, W. R. **The new politicians of fifth-century Athens**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1992.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2001.
- SIDWELL, K. **Aristophanes the Democrat** – The Politics of Satirical Comedy during the Peloponnesian War. Cambridge University Press, 2009.
- WHITEHEAD, D. **The Demes of Attica 508/7-ca. 250 B. C.** – A Political and Social Study. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

CASA A TU HIJA CUANDO TE CONVENGA, PERO LO ANTES POSIBLE: REFLEXIONES SOBRE LA EDAD Y EL MATRIMONIO EN LA ATENAS CLÁSICA

Elena Duce Pastor

Introducción

El matrimonio griego, como el actual, suponía la unión de dos personas en un vínculo legal (Vial, 1998, p. 232). Las implicaciones religiosas pueden cambiar con el tiempo, aun manteniendo siempre cierto simbolismo, al igual que las sociales. No obstante, hay cosas imperturbables a lo largo de los siglos: es un momento de visibilidad de las familias, implica un ritual y casi siempre hay un gasto económico. Además, la novia es especialmente visibilizada y se convierte en el centro del ritual (Duce, 2022a, p. 234-256).

Para los antiguos varones griegos, el matrimonio era un mal necesario para tener descendencia legítima. Tanto pobres como ricos debían hacer uso del matrimonio para que su herencia cayera en las manos adecuadas. Casarse no era una opción y la soltería podía estar penada (Beteta, 2012, p. 110). En cambio, las mujeres parecen educadas para el matrimonio, siendo el momento más importante de su vida y el rito de paso en el que dejan de ser parthenos (muchacha) y se convierten en gyne (mujer) (Ferrari, 2013, p. 27-42). En este artículo estudiaremos el matrimonio desigual y la conveniencia de griegos de diferentes momentos históricos para procurarse una esposa adecuada acorde a los intereses que determinaban su estrato social y su lugar de residencia.

Finalmente el matrimonio griego era desigual, esto quiere decir que el varón accedía al matrimonio a una edad mucho mayor que su esposa. También que su devenir vital, en cuanto a educación y expectativas, era muy superior al de su esposa, que

había sido educada para el matrimonio¹. Esta situación derivaba del propio ciclo vital de ambos sexos: mientras que el hombre debía controlar la gestión de propiedades o haber adquirido un papel en la política, la mujer se casaba cerca de la pubertad, para aprovechar los años fértiles y porque su padre la había criado para dicho fin. Cuando un padre decidía mantener a una hija y no exponerla, lo hacía con la intención de casarla bien. Para ello la criaba y alimentaba durante años y le daba una dote, que dependiendo de la polis era más o menos sustanciosa (Duce, 2022b). Esta práctica deriva en que las mujeres están muy atadas al territorio donde nacen, pues no conviene que se vayan lejos, pues el padre habría perdido su inversión (Domínguez, 1986; Duce, 2022b). Por otro, implica un matrimonio precoz, pues lo hacen siempre a conveniencia de los varones de la familia, que las casan lo antes posible. Desde el punto de vista social, el momento de la *partheneia* era complicado, pues la mujer era apetecible y por lo tanto vulnerable (Lefkowitz, 1995). Afectaba por igual a mujeres pobres o ricas pues una agresión sexual conocida por la comunidad desprestigiaba no solo a la muchacha, sino a su familia. Por lo tanto, cuidar a las doncellas casaderas era una prioridad según llegaban a la pubertad, y casarlas lo antes posible era una manera de transitar hasta un nuevo estatus donde ya las debía cuidar el marido. Pese a que consideramos que esta ideología estaba presente en todas las capas sociales, el ideal filosófico que nos han transmitido las fuentes procede de las elites. Las clases pudientes cuidan a sus mujeres igual que el resto, pero el envoltorio que las envuelve está determinado por el privilegio de permitirse que no trabajen en la unidad familia y vivan recluidas. Si bien en esencia era el mismo, la realidad y los intereses para conseguir y elegir una esposa eran diferentes. Por motivos de espacio nos vamos a centrar en dos ejemplos fuera de los círculos aristocráticos: el campo y la ciudad de los trabajadores, para ver

¹ A partir de este momento hablaremos de matrimonio desigual sin especificar, entendiendo que el lector conoce este término.

cómo los matrimonios desiguales funcionaban de manera parecida si bien nos responden de manera exacta al ideal de las elites.

La filosofía del matrimonio: producto de las elites

Las fuentes filosóficas presentan modelos de conducta que se consideran ideales, y que no tienen por qué responder a una realidad, o ni siquiera ser los más frecuentes. En la antigua ciudad de Atenas, la filosofía analizaba asuntos complejos que preocupaban al ser humano como la presencia del alma, la bondad o el amor. Detrás de estas preguntas, hay preconcepciones culturales y sociales, pues los filósofos eran personas de la elite que habían recibido educación y recursos. Jenofonte, en su obra *el Económico*, plantea el modelo de matrimonio ideal, basado en la armonía diaria de la pareja. Este autor nos demuestra que escoger una esposa y mantener un hogar era digno de reflexión. Por ello, nos ofrece su propia versión. En un discurso filosófico dedicado a la economía doméstica y la gestión de los bienes en virtud del ahorro (Jenofonte, *Económico*, 2, 10), inaugura una imagen de la esposa sufrida, invisible, que cuida de su casa y es educada por su marido desde la tierna infancia. Plantea un matrimonio profundamente desigual, no solo en edad sino también en educación y cultura. Aunque se promueva que la mujer sea tratada como una colaboradora para no perjudicar al hogar (Jenofonte, *Económico*, 3, 10), la casa se entiende como propiedad del marido. Si bien la mujer ha de asumir idealmente un rol de responsabilidad, deriva de que su marido la ha educado personalmente (Jenofonte, *Económico*, 3, 11). Un matrimonio temprano ayuda a establecer una unión armoniosa y educativa. En las propias palabras de Jenofonte:

En cualquier caso, Critóbulo, sincérate con nosotros, ya que los presentes somos tus amigos: ¿hay alguien a quien confíes asuntos más importantes que a tu mujer?

— Nadie.

— ¿Y hay alguien con quien hables menos que con tu mujer?

— De haberlos, no son muchos, respondió.
— ¿No te casaste con ella cuando sólo era una niña y había visto y oído lo menos posible?
— Desde luego.
— Entonces será mucho más raro que sepa decir o hacer lo debido que el que se equivoque (Jenofonte, *Económico*, 3, 12-13)².

El término que hemos traducido como “apenas una niña” (παῖδα νέαν), enfatiza la juventud extrema, apenas rozando la pubertad. Por lo tanto, implica también que la producción rápida de herederos, si bien es posible, implica partos más laboriosos (Aristóteles, *Historia An.* 582a) y un riesgo mayor por infecciones y desgarros en una sociedad donde la tasa de mortalidad ya era muy elevada (Blundell, 1995; Epstein, 2010. p. 47).

En definitiva, se prioriza la edad moldeable para los intereses del marido. Está despersonalizada, no tiene especiales virtudes salvo haber visto y oído lo menos posible. La ignorancia inicial es deseable para poder adaptarse a las necesidades de la nueva casa y acaba teniendo como consecuencia que las mujeres que se desposan más jóvenes sean las de las elites. En la idealización de Jenofonte no tienen cabida intereses más allá que el *oikos* como un espacio que se ha de gestionar independientemente de los otros ámbitos. Tras un periodo de adaptación después del matrimonio, comienza la labor educativa del marido que ha de amoldar a su esposa a sus gustos.

La educaste tú personalmente hasta que llegó a ser como es debido o, ¿cuándo la recibiste de su padre y de su madre, ya sabía administrar lo que le incumbe?
- ¿Y qué podía saber cuándo la recibí por esposa, si cuando vino a mi casa aún no había cumplido los quince años y antes vivió sometida a una gran vigilancia, para que viera, oyera y preguntara lo menos posible? ¿No te parece que pude estar contento si llegó a mi casa sin saber otra cosa que hacer un manto, si

² Todas las traducciones son de la editorial Gredos.

recibía la lana, o sin haber visto otra cosa que cómo se reparte el trabajo de la hilatura entre las criadas? Y en cuanto a la gula se refiere, Sócrates, vino perfectamente educada (Jenofonte, *Económico*, 7, 4-6).

La visión de Jenofonte, implica una esposa desconocida para los ojos públicos, aislada y vigilada y que sólo ha sido instruida en el manejo del telar. Desde el procesamiento de la lana hasta la elaboración de la pieza final, el manejo y producción de tejidos se consideraba la actividad ejemplificadora de la virtud femenina (Barber, 1994; Larsson Loven, 1998, p. 35-95) en todas las clases sociales. La mujer que está en casa encerrada en sus lanas, no es conocida por la sociedad. Por lo tanto, no hay elementos de juicio para que sea escogida, más allá de su inocencia.

Debemos preguntarnos ¿Cuál es el objetivo que refleja esta visión del matrimonio? Deriva sin duda de la clásica interpretación de la *polis* y el *oikos* como dos lugares antagónicos: el espacio masculino y el femenino. El varón pasa el tiempo tranquilo en el ágora porque su mujer está en casa gestionando la casa. Es, sin duda, un discurso idealizado de la vida en la ciudad (Rotroff y Lamberton, 2006, p. 3) asentado en la desigualdad de las personas y los lugares. La casa es un espacio inferior que ha de ser cuidado por mujeres y esclavos para permitir al varón atender a la ciudad, que es el espacio jerárquicamente superior (Schott, 1982, p. 69-70). No obstante, la gestión de la economía es un proceso dual, y ninguno de los dos se deja de lado (Fragana, 1994, p. 564). En ese sentido el varón ha educado a su esposa, que es inferior en naturaleza y raciocinio, para poder delegar en su buen hacer. Las mujeres son glotonas por naturaleza, se dejan llevar por sus pasiones (Notario, 2013, p. 248) por lo que esa educación previa era esencial.

Si bien esta clásica interpretación de los espacios antagónicos ha sido rechazada (Katz, 1995, p. 36) porque no era viable ni siquiera en las clases más altas, de nuevo volvemos a que estamos analizando un texto filosófico. Aunque no haya una división radical de espacios ni dentro ni fuera de la casa (Montón,

2000, p. 48) y el *oikos* sea sin duda un conjunto conformado por la casa, una serie de personas de ambos sexos que varían en edad y función y un patrimonio (Ferruci, 2006, p. 183), estamos ante una proyección ideal de armonía. No podemos separar al varón de un espacio que también le pertenece y Jenofonte nos muestra, desde la excelencia, como ha de gestionarlo.

No obstante, Jenofonte deja un elemento de las elites en la oscuridad. Parecen demasiado inescrutables los motivos que llevaban a los atenienses a escoger una esposa. Jenofonte señala la virtud como única razón válida para escoger esposa:

Dime, mujer, ¿te has dado ya cuenta del motivo por el que te tomé por esposa y tus padres te entregaron a mí? Porque estoy seguro de que también tú te das perfecta cuenta de que no habría existido ningún problema en encontrar otra persona con la que compartir el lecho. Yo, por mi parte, pensando en mi interés, y tus padres en el tuyo, deliberando sobre quién sería mejor como consorte para el hogar y los hijos, te escogí a ti, y tus padres, por lo visto, me eligieron a mí entre todos los partidos posibles. Si la divinidad algún día nos concede hijos, entonces pensaremos cuál es la mejor manera de educarlos, pues también éste es un bien común a ambos, encontrar los mejores aliados y el mejor sostén posible en la vejez (Jenofonte, *Económico* 7, 10-12).

Este texto, por omisión, evidencia que un varón ateniense escogía con quién hacer alianzas y la mujer siempre está relegada a la decisión paterna. Aunque Jenofonte quiera promover la virtud, había intereses políticos en juego. No en vano, se esperaba que la esposa supiera adaptarse al *oikos* y que educase a los hijos conforme a los valores cívicos (Reboreda, 2010). Los hijos son la base del matrimonio, pues sin una unión legítima los hijos no serían ciudadanos (Blok, 2005; 2017), partidarios de los intereses políticos y económicos del padre. Aunque no aparezca en casi ninguna fuente, suponemos que las mujeres habían sido educadas para entender el matrimonio como un *telos* (τέλος), un objetivo

final. Aunque no tuvieran capacidad de escoger, el matrimonio seguía siendo deseable (Stafford, 2013, p. 175-208). No obstante, entendemos que el matrimonio era una apuesta del marido, donde la mujer está condicionada por su pertenencia a una familia y su rol será pasivo y dentro del hogar. El marido era quien “arriesgaba” escogiendo a una muchacha, mientras que ella, si bien podía desear el matrimonio, era completamente pasiva. No obstante, hay un cabo suelto en este texto. ¿De verdad quiere expresar Jenofonte que no se valoraban otros elementos asociados a la mujer, como su pertenencia familiar o los contactos políticos? ¿Es viable pensar que en Atenas, cualquier mujer joven y silenciosa era igualmente apetecible para el matrimonio? Sabemos que no era así, todas las fuentes apuntan en otra dirección y lo que hace Jenofonte es criticar los otros intereses para formar un matrimonio que iban más allá de la búsqueda de la virtud.

En los círculos aristocráticos se consolidaban alianzas políticas y económicas a través de las uniones matrimoniales. De hecho, los aristócratas se casan entre sí, nunca con gente de otros grupos sociales. Tenemos muchos datos sobre ello, pues un matrimonio se suponía que era una unión duradera que unía dos facciones. Con el nacimiento de los hijos, ambas familias quedaban fusionadas. Es lógico pensar que los matrimonios aristocráticos satisfacían otros intereses que iban más allá de la virtud. Usaremos el ejemplo de los tiranos pisistrátidas, pues conocemos muchos datos (Lavelle, 2005). En primer lugar, señalamos el caso del tirano Pisístrato, que tuvo varias esposas, todas ellas pertenecientes a la elite (Iriarte, 2022a, p. 117-130). La madre de sus hijos Hipias e Hiparco, desconocida pero sin duda aristócrata. Posteriormente, la hija de Megacles, el líder de la facción política alcmeónida (Heródoto, 1, 59, 6-60), fue dada en matrimonio a Pisístrato para consolidar una nueva alianza política. No obstante, cuando la unión fue improductiva, por deseo del propio tirano aunque lo mantuviera en secreto, la alianza política también se debilitó (Aristóteles, *Constitución de los atenienses*, 15, 1) El mismo personaje casó a su hijo con una mujer del demo de Peania, Fia, para consolidar una nueva unión (Iriarte, 2022b, p.

321-322). Este es un ejemplo de las políticas matrimoniales de los tiranos (Gernet, 1968, p. 299-312; Sinos, 1993, p. 73-91), que no dejan de ser aristócratas que buscan satisfacer intereses políticos y económicos por medio de las uniones matrimoniales. En ningún caso se unen por la virtud de las mujeres, sino que son los padres y los esposos los que fijan la unión atendiendo a la gestión política.

Lo mismo ocurre con otros datos que tenemos, si bien no de manera detallada, relacionados con otros miembros de la élite. Antes de la promulgación de la ley de Pericles del 451/450 los atenienses se casaban con mujeres del exterior. El motivo de dejar de hacerlo es que dicha ley negaba la ciudadanía a los hijos de padres que no fueran nacidos en el Atica, generando problemas (Humphreys, 1978; Osborne, 1997; Duce, 2023). Personajes tan conocidos como Milcíades, el héroe de Maratón, procedía de una familia tracia, o la familia de Tucídides tenía lazos en la misma zona (Blok, 2017, p. 251). Este tipo de uniones respondían a alianzas económicas en sitios de interés para Atenas. No olvidemos que el control del trigo, que se importaba para alimentar a una ciudad dedicada al monocultivo de aceite y vino, era esencial para su supervivencia (Jardé, 1979). Estos intereses están muy alejados de la virtud que plantea Jenofonte. Además, esta endogamia en las uniones matrimoniales de la élite (Vérilhac y Vial, 1998, p. 42-81) no se daba solo en Atenas, sino en otras poleis como Mileto, Esparta, Rodas, Delos, Cos o Tenos (Wilgoux, 2000).

El discurso de Jenofonte es sin duda una justificación ideológica y simbólica del comportamiento excelente, que trata de ser universal pero que responde a las élites. Por un lado hay una crítica velada a la elección de esposa conforme a intereses políticos o económicos. Por otro, el autor no puede evitar mostrar una realidad minoritaria, la de aquellos que se pueden permitir que las mujeres se queden en el *oikos*. No obstante, hay patrones comunes. *El Económico* nos habla de la juventud temprana de la novia, de su inocencia y de que ha de estar al servicio del marido. Debemos preguntarnos si esos valores estaban presentes en otros grupos sociales, concretamente entre los campesinos y entre los artesanos

de la ciudad. Esencialmente su vida era diferente, pues la supervivencia era mucho más precaria. Sin embargo, también necesitaban una esposa para tener hijos que sobrevivieran a sus padres y tomaran la herencia.

El matrimonio en el campo

Lo cierto es que siempre nos fijamos en las familias ciudadanas adineradas, concretamente en los atenienses de época Clásica, por ser los que más fuentes nos han dejado. Es cierto que a los griegos no les preocuparon demasiado los extranjeros, ni los no ciudadanos. De hecho, tenemos una visión profundamente marcada por los intereses de las elites. Para trabajar la interseccionalidad, necesitamos categorías y subcategorías que interfieran entre sí. De otro modo no podemos conocer como infiere ser hombre o mujer si es aristócrata o esclavo (Sjoberg, 2012, p. 48-59). Por ello, queremos pensar también en el campesinado, en la conveniencia matrimonial que impulsaba al trabajador del campo a escoger una esposa.

El mundo rural ha permanecido inmutable hasta hace poco tiempo y lo mismo sucedía en la Grecia Antigua (Halstead, 2002, p. 53-70). Los campesinos vivían en sus tierras dedicadas a las labores agrícolas, en cierto sentido fuera de las dinámicas políticas. Con el sinecismo, comenzaron a tener derechos políticos, pero no sabemos si los ejercían de manera activa. Los repartos de tierra y la presencia de pequeños propietarios garantiza la supervivencia de la ciudad (Gallego, 2009; 2016), aunque hubo muchos conflictos entre los campesinos y su debilidad como población dependiente con respecto a los grandes propietarios (Valdés, 2006; 2014).

No obstante, los campesinos también necesitaban casarse y tener descendencia. Gracias a la conservación de la obra de Hesíodo, un aristócrata menor de los siglos Oscuros procedente de Askra (Beocia), conocemos los intereses de los campesinos (Nelson, 2005). De la mano de un miembro de la elite menos privilegiado, conservamos el primer documento que habla de la

vida cotidiana, justo una generación después de la fijación del ciclo homérico (Espejo, 1998, p. 167-178). Si bien el mundo homérico es una idealización de la familia como modelo donde abundan las riquezas, Hesíodo, compone dos obras complementarias. En la *Teogonía* ordena el mundo de los dioses en diversas generaciones y en *Los trabajos y los días* ofrece un catálogo de la convivencia diaria donde los problemas con la esposa dependen de la planificación (Arthur, 1984, p. 22). En contraste con los poemas homéricos, donde las mujeres pueden permitirse quedar ociosas ante cualquier eventualidad, y que se acercan a la realidad filosófica que hemos analizado en el apartado anterior, Hesíodo ofrece otra realidad mucho más humilde. El trabajo, teóricamente denostado en los poemas homéricos, era percibido como algo importante en la sociedad (Sussman, 1984, p. 82-83), especialmente asociado al trabajo de la tierra frente a otras actividades. *Los trabajos y los días* es una obra moral, donde Hesíodo recoge una tradición de literatura sapiencial de la Antigüedad (Sánchez de la Torre, 2012, p. 195). Con la excusa de dar consejos a su hermano Perses, el cual ha recibido la mayor parte de la herencia paterna, Hesíodo hace un recorrido por el ciclo vital y del campo. La actitud del poeta está marcada por una oposición a la mujer que aparece como un antagonismo naturaleza/cultura. Hesíodo relata con detalle la vida de un hombre adulto que tiene la responsabilidad de sostenerse a sí mismo y a su familia y no ver mermar su hacienda. A través de las buenas conductas, se asocia de manera clara matrimonio, herencia y propiedades. Por lo tanto, el matrimonio, los hijos y la gestión de los bienes son prioritarios. Como ya hemos señalado, el hombre necesita hijos para no ver dividida su hacienda. La importancia que da Hesíodo a que el hombre “meta en casa” a una mujer virtuosa le hace ofrecer una larga descripción, muy alejada de la filosofía de Jenofonte.

A madura edad llévate una mujer a tu casa,
cuando ni te falte demasiado para los treinta años
ni los sobrepases en exceso; ese es el matrimonio que
te conviene.

La mujer debe pasar cuatro años de juventud y al quinto casarse.
Cásate con una doncella, para que le enseñes buenos hábitos.
Sobre todo, cástate con la que vive cerca de ti, fijándote muy bien en todo por ambos lados, no sea que te cases con el hazmerreír de los vecinos, pues nada mejor le depara a la suerte al hombre que la buena esposa y, por el contrario, nada más terrible que la mala, siempre pegada a la mesa y que, por muy fuerte que sea su marido, le va requemando sin antorcha y le entrega a una vejez prematura (Hesíodo, *Los trabajos y los días*, 695-707).

Estamos ante varios patrones mediterráneos que señalan la conveniencia de la edad del matrimonio y de las características de la buena esposa. Por un lado, la edad del matrimonio es desigual y, por el otro, la sociedad de la vergüenza y un modelo de familia basado en la exhibición de la virtud de cara al exterior (Dodds, 1997). Coincide con el apartado anterior a este artículo en que se aconseja escoger a una mujer es mucho más joven que el varón, pero no parece que la motivación sea la educación. Esta coincidencia en la edad superior del varón tiene que ver con la herencia, que los varones no reciben hasta la muerte de su padre (Gallant, 2003, p. 103). Por lo tanto, el futuro marido es un hombre experimentado que puede salir a buscar a su esposa cuando ya tiene un patrimonio que gestionar. Por el contrario, la mujer es deseablemente joven para aprovechar sus años reproductivos ya que muchos de sus hijos morirían sin alcanzar la edad adulta (Parkin, 2013).

Este fragmento también nos habla de la endogamia selectiva, en el sentido de que se buscan esposas en un radio corto o medio del espacio para saber cuál ha sido su devenir vital (Abou-Zeid, 1963, p. 44). Tanto las familias como las mujeres de alrededor conservan una reputación que les afecta en sus

posibilidades matrimoniales. De ello deducimos dos datos: las niñas tienen vida pública y llegan a la pubertad con una buena/mala fama. Además, las uniones en esta endogamia selectiva facilitan la cooperación y soporte mutuo en momentos de carestía. Las mujeres permanecen en la tierra donde nacen, y sus matrimonios se celebran con personas de los alrededores y la fama individual es importante. Finalmente debemos atender a la sociabilidad femenina de cara al exterior. Para que una mujer sea conocida por sus vecinos ha de salir y ser vista. Como ya señaló Fried (1967, p. 100) la sociabilidad femenina también existe, si bien no es tan visible como la masculina. En su estudio de Antropología a lo largo de la historia demostró cómo las mujeres se unen en los festivales religiosos y crean su propia red de estatus y de conectividad, pero de manera muy local. Por lo tanto, la estrecha relación del marido para conocer a su mujer en el momento previo al matrimonio depende mucho de que viva cerca de él. Pero es una mujer muy diferente a la que nos tenían acostumbrados los poemas homéricos y las fuentes aristocráticas, no es una mujer cultivada y conversadora con extranjeros, llena de historias y dotada de una dignidad plena (Raaflaub, 1997, p. 639-640).

Este dato está relacionado con el segundo punto: la aprobación de los vecinos. Es un concepto no aristocrático donde existe una comunidad vecinal de soporte mutuo. Los parientes pueden residir alejados unos de otros y las personas que viven cerca se convierten en una especie de pseudo familia (Gallant, 2003, p. 107). Ya Gallego (2003, p. 371) habla de la rigidez moral y control social de las sociedades campesinas para con sus miembros, que generan dinámicas de estatus basadas en la fama y no en la riqueza. La importancia de los vecinos también ha sido señalada por Hanson (1990, p. 138) relacionado con las fiestas locales. Son un lugar de reunión de la comunidad para reducir las tensiones vecinales. Por otro lado, Dubisch (1993, p. 278) estudió cómo las comunidades rurales tienden a despreciar a las mujeres de fuera, consideradas extranjeras, aunque sean de un pueblo de relativa distancia, porque no son conocidas por la comunidad y se

duda de su fiabilidad. Esta situación ha estado presente en la sociedad griega hasta épocas recientes y muestra cómo es importante casarse con una mujer conocida (Cowan, 1996, p. 451-562). En definitiva es esencial que la futura esposa sea conocida por ser trabajadora por los vecinos, que aprueban colectivamente la unión.

Por lo tanto, podemos determinar que el matrimonio es la primera tarea del hombre que hereda, escoger bien a la esposa y realizar una boda de cara a la comunidad. Además, ha de ser una unión desprovista de atracción o deseo, fruto de un cálculo que asiente el patrimonio y lo perpetúe para las siguientes generaciones. Esta conveniencia señalada por Hesíodo será una constante en el resto de *poleis* dónde documentamos, con mayor o menor margen, siempre un matrimonio desigual en el que el varón es mayor y un deseo de que las mujeres se mantengan cercanas a su lugar de origen. Sabemos poco sobre la ceremonia del matrimonio o sobre cómo se efectúa en tiempos de Hesíodo. No hay referencias explícitas la dote ni al beneficio que se puede obtener de la misma. El beneficio es la cooperación en las dos familias que se unen, que se sostendrán en momentos de dificultad. Tenemos datos de dicho comportamiento no solo en época arcaica sino hasta el siglo IV (Millett, 1999, p. 54). No parece ilógico si pensamos que en el campo un padre puede dotar a su hija de manera muy limitada y hará todo lo posible por evitar dividir sus tierras. La herencia recae en el primogénito que ha de cuidar a su padre hasta su muerte. Entendemos, por lo tanto, que la dote sería simbólica, y que era la promesa de ayuda mutua lo más interesante (no olvidemos que la época de Hesíodo corresponde con sequías y de malas cosechas) (Camp, 1979, p. 397-411; Starr, 1977, p. 41-42).

Es precisamente esa percepción de malos tiempos, lo que lleva a la cuidadosa elección de la esposa. La misma guardiana del *oikos* puede ser su devoradora (Lyons, 2003, p. 99) por lo que la importancia de “comprar a la esposa” se convierte en una prioridad. Una mujer seleccionada, con unas características concretas:

En primer lugar procúrate casa, mujer y buey de labor
[-la mujer comprada, no casada por su voluntad, para
que también vaya detrás de los bueyes-] (Hesíodo, *Los
trabajos y los días*, 405-408).

Aunque inicialmente se pensó que Hesíodo aconsejaba casarse con una esclava (Scheidel, 1996, p. 2), se refiere más bien a que sea su padre el que decida, y que la conduzca al altar del matrimonio. Las negociaciones previas podían ser un intercambio de regalos con el padre de la novia, siendo el matrimonio un negocio más del *oikos*. Es tan extremo que Hesíodo rechaza la atracción sexual:

Y que no te haga perder la cabeza una mujer de trasero
emperifollado
que susurre palabras dulces mientras busca tu granero.
El que confía en una mujer, confía en los ladrones
(Hesíodo, *Los trabajos y los días*, 373-375).

Los glúteos son el elemento erótico por excelencia en el mundo griego antiguo. Aunque el desnudo femenino sea más tardío en el mundo griego, hay un gusto por unos glúteos rotundos en las estatuas (Sánchez, 2005, p. 33; Stafford, 2005, p. 98-100; Panto, 2013, p. 14-15; Jenkins, 2015, p. 19; Duce, 2017, p. 85). Hesíodo huye de la mujer consciente de su belleza, porque es peligrosa (García Romero, 2016, p. 84-85). Aunque Pomeroy (1987, p. 64-65) sugería que el trasero adornado hacía referencia al coito anal que era necesario para tener solo un hijo, consideramos que este pasaje va más en la línea de la atracción sexual. Realmente la anticoncepción en sociedades con tal alta mortalidad no es tan frecuente. Aunque solo un hijo herede, había que tener muchos para conseguir que uno llegara a la edad adulta. Por otro lado, no solo el sexo anal es un medio anticonceptivo.

Ahora debemos plantearnos por qué se insiste tanto en las características de la mujer, y es que el mayor peligro del campesino es la pauperización. Como ya ha señalado Gallego (2005, p. 15), la

pérdida de bienes económicos es una pérdida automática de derechos políticos. Quizá en este momento la participación política en la comunidad aún no está reglada en virtud de la propiedad, pero verse despojado del patrimonio y convertirse en un asalariado es motivo de vergüenza y de degradación social. La belleza y el deseo pueden nublar al varón, pero no se contempla lo que nosotros llamaríamos “enamoramiento” en favor del virtuosismo laboral. Inicialmente se pensaba que el trabajo de las mujeres en el campo era anecdótico, atendiendo a la idea de la inclusión en casa. No obstante, tras una revisión del tema (Brock, 1994), se hizo evidente que las mujeres participaban en las labores del campo, quizá de manera intermitente combinando con otras tareas de la casa, pero siempre como sustento de la unidad familiar. El campesinado como colectivo no es unitario, hay algunos que pueden auto sustentarse y otros que van cayendo en arriendos que les pueden arruinar³. Pero todos buscan la autosuficiencia de sus tierras, especialmente en tiempos previos a los grandes legisladores donde aún pueden caer en la esclavitud por deudas. Si bien el caso más conocido es el de Atenas, podemos presuponer que pudo darse de la misma manera en otras regiones. En nuestra interpretación ha habido una fuerte revisión desde las escuelas neoclásicas que veían al campesino de una manera romántica, como el idílico erudito encerrado en su mundo auto gestionado y que es capaz de prever las fluctuaciones del mercado (Morris, 2002, p. 42). No obstante, todos debieron cuidarse mucho de guardar grano para el año próximo, cuando no lo lograban no era por desconocimiento. El control sexual de la mujer y su fidelidad al *oikos* debemos interpretarlo desde la participación en las tareas de gestión del hogar (Sussman, 1984, p. 86-87).

El propio Hesíodo nos sugiere que las mujeres participan en las tareas domésticas (Hesíodo, *Los trabajos y los días*, 405-407). Suponemos que ocasionalmente acudían al campo, pero de

³ Si bien tenemos en cuenta la discusión Osborne (1993, p. 25) sobre las diferencias en la tierra que presupone que un campesino ha de tener 100 ha de tierra para conseguir 300 o 400 talentos pero que no toda la tierra que se arrienda es agrícola.

manera intensiva en casa organizando los productos recién recogidos (Mirón, 2014, p. 21) que irían mucho más allá de la triada mediterránea. A lo largo del año se procesaban todo tipo de productos (Sarpaki, 1992, p. 72-73) aumentando los momentos de esfuerzo en el campo y en casa, en un modelo de policultivo (Garnsey, 1998, p. 210). Por otro lado, el mundo griego antiguo nunca se interesó en la especialización de sus trabajadores en el campo, por lo que todos echan una mano en todas las tareas (Harris, 2002, p. 83). El sistema de procesamiento de alimentos estaría liderado por la esposa, asistida por los hijos. Los espacios domésticos son lugares de producción donde el espacio se divide por zonas de trabajo (Trumper, 2011, p. 32-52). Los mayores colaborarían en el campo, así que, desde muy pequeños, estarían dedicados a todo tipo de labores. La tendencia es que, a mayor nivel adquisitivo, los hijos casados salen de la casa paterna en cuanto contraen matrimonio y permanecen más tiempo cuando no pueden establecerse por su cuenta (Huebner, 2011, p. 73-91).

Además de los alimentos, procesamiento y conservación, había otras tareas, como el trabajo del telar (Harris, 2014, p. 185). Como bien señala Iriarte (2003, p. 278), es un trabajo no despreciable ya que “el ama de casa realizaba tanto la indumentaria de los miembros que componían su hogar, como la ropa de cama y los propios almohadones, sin contar los tejidos de mimbre con los que creaban todo tipo de recipientes necesarios en la vida cotidiana”. Este pensamiento sobre el trabajo contribuirá a los tópicos que ya hemos señalado en la filosofía (Jenofonte, *Económico*, 7, 21). Scheidel (1995, p. 204) señaló el silencio de las mujeres en las fuentes sobre economía y trabajo, especialmente en las mujeres trabajadores que salen al exterior para realizar labores en el campo pero que no son percibidas por las fuentes, por estar “ayudando” a sus esposos. En ese sentido Hesíodo es una buena muestra de cómo se espera de una mujer que participe en las labores del campo de manera activa, quizá de manera intermitente, yendo y viniendo en función de la preparación de la comida o el cuidado de los hijos más pequeños.

El objetivo de este matrimonio campesino radica en la conservación y aumento del patrimonio, pues la pobreza supone caer en la marginación social (Valdés, 2012, p. 190). Por lo tanto, consideramos que la importancia de escoger a una esposa comprada, es un juego de valores que hacía que las mujeres se desposaran pronto pero habiendo adquirido conocimientos en el manejo del hogar. Este panorama debió mantenerse a lo largo de la historia griega, lo cierto es que tenemos pocos datos del mundo rural pero hay pequeñas pinceladas, como el discurso de Lisias “En defensa de la muerte de Eratóstenes” donde el campesino Eufileto nos habla de su apacible vida en el campo, hasta que descubre que su esposa le es infiel (Lisias, 1. 5-8). Entendemos que la virtud de las mujeres en el campo iba asociada a sus labores como gestoras del hogar y conocedoras de los ciclos del campo. Era deseable su juventud, pero por motivos reproductivos. En definitiva, la mentalidad que daba lógica a la búsqueda de una esposa estaba a la vez alejada y muy cerca de la aristocracia.

El matrimonio en la ciudad

Lo mismo ocurre con la otra realidad que escogemos estudiar, los matrimonios ciudadanos fuera de las elites. No todos los griegos eran adinerados, no todos hacían carrera en las facciones políticas que lideraban la polis. Por lo tanto, hay leyes de cuidado y sostén de los padres y los hijos que cobran sentido. Era una obligación paterna desde las leyes de Solón enseñar a los hijos un oficio (Plutarco, *Solón*, 22. 1). Este dato se complementaba con la obligación de los hijos de sostener a sus padres en la vejez (Iseo 8. 32). Por lo tanto, podemos deducir que había familias con problemas para sobrevivir, especialmente en momentos de crisis, como nos evidencia el desgaste de Atenas durante la guerra del Peloponeso. Tras años de asedio por parte de Esparta, las familias se veían empobrecidas y el estado tuvo que ofrecer incluso subvenciones públicas para paliar esta situación. En el año 445/444 hubo un reparto de cereal gratuito a los ciudadanos, que tuvieron que inscribirse (Philoc. FGrH328 F119 = Escolio en

Artistóteles, v. 715-8). Posiblemente, estos repartos eran muy excepcionales e implicaban que los ciudadanos registraran su bienes y carestías (Sancho, 2022, p. 58). No fueron las únicas ayudas, había otro tipo de subsidios más prolongados en el tiempo que iban desde ayudas a inválidos de guerra, como a huérfanos y viudas (Valdés y Prieto, 2022, p. 23-52). No obstante, eran percibidos como algo negativo, pues hacían perezosos a los ciudadanos (Platón, *Gorgias*, 515e), especialmente los que estaban relacionados con la asistencia a las asambleas. Es importante resaltar que estos datos nos hablan de una ciudadanía diametralmente opuesta a la que vemos en las fuentes filosóficas. No existía solo una elite que vivía holgadamente en sus propiedades urbanas y extraurbanas. También existían los artesanos y pequeños comerciantes que sufrían ante cualquier crisis. No obstante, eran igual de ciudadanos porque la democracia les había insertado plenamente (Sancho, 2021) y estaban interesados en conservar ese privilegio. Es por ello que el matrimonio es clave en la ciudadanía de la Atenas democrática, siendo esencial escoger a una esposa adecuada.

Queda claro que el matrimonio estaba condicionado por una serie de factores que iban más allá de lo personal, del deseo o del placer. Las leyes marcaban quien tenía derecho a ser ciudadano y el lugar de origen y la posesión de cierta cantidad de riqueza te situaba en un grupo social. Para un ciudadano ateniense, por muy pobre que fuera en recursos, le interesaba no perder sus derechos, que le protegían tanto a él como a sus descendientes. Por ejemplo, desde El siglo V. existían las ayudas a los huérfanos (Aristóteles, *Athenaion Politeia*, 24. 3) o incluso apoyos a que las mujeres más pobres tuvieran una dote (Valdés y Prieto, 2022, p. 23-52). Si bien la cantidad era simbólica, suponía una ayuda que un ciudadano pobre no podía menospreciar. Solo si se casaba acorde a las reglas del matrimonio ciudadano sus hijos serían reconocidos y, en caso de necesidad, podrían optar a los subsidios. Por lo tanto deducimos que se daba un doble acuerdo: por un lado el estado ateniense protegía solo y exclusivamente a sus ciudadanos, pues

no quería perderlos y los ciudadanos, incluso los más pobres, se mantenían dentro de los matrimonios legítimos.

Además, tenemos datos de un intento de cerrar filas y controlar quienes entraban en la categoría de “ciudadano”. No casualmente, el matrimonio era la clave. En la Atenas democrática, durante varios momentos en el siglo V y IV, estuvo vigente la ley de Pericles (451/450), que permitía el matrimonio cívico únicamente a los hijos de padre y madre atenienses (Loroux, 1997). Este tipo de acceso a la ciudadanía era excluyente y estaba relacionado con el concepto de familia. Además, era coercitivo, pues penaba con serias multas y la confiscación de bienes a aquellos varones que quisieran hacer pasar por ciudadano a un hijo bastardo (Hin, 2012, p. 27-47). Con esta ley, que fue axial a la historia de la democracia atenienses, aunque se derogara en momentos de crisis (Duce, 2023), los matrimonios eran controlados por los ciudadanos a través de las fraternías, grupos de varones ciudadanos esenciales para la elección de los magistrados y para el reconocimiento de los hijos. Por lo tanto, deducimos que los matrimonios con metecos y otro tipo de colectivos no eran atractivos para los atenienses, que preferían una ceremonia más pobre pero dentro de los límites del sistema. Escoger a la novia, al menos entre las familias pobres, no iba a estar determinado por una dote cuantiosa, sino por otra serie de factores condicionadas por su lugar de origen y su familia.

En primer lugar debemos repasar brevemente el matrimonio cívico ateniense de época clásica, que estaba basado en la ostentación y derroche para incluir al mayor número de personas (Oakley y Sinos, 1993). Un matrimonio ciudadano tenía una parte legal, otra religiosa y una tercera festiva. Tras el pacto privado, donde se fijaba una dote entre el futuro marido y el padre, el anuncio de la boda se debía hacer en el mes de las gamelias ante los compañeros de fraternía. El padre debía pagar un sacrificio animal que era consumido por todos los fráteres (Notario, 2013, p. 274). Posteriormente, tras una serie de celebraciones, y con una boda de tres días que implicaba baño nupcial, celebración, traslado de la novia y consumación, el matrimonio se daba por finalizado.

Todos estos actos son semiprivados, pues implican a un número limitado de individuos. No obstante, la parte legal del anuncio implicaba que se fijara en el recuerdo y era la esencial. Nadie controlaba cuanto se gastaba en los banquetes privados, pero si era necesario anunciar la boda oficialmente. Lo cierto es que un matrimonio legítimo tenía como finalidad la producción de otros matrimonios legítimos en el futuro (Perenditis, 2002, p. 24) pues los fráteres debían recordar y testificar la unión. Como ya hemos señalado en este artículo, la novia se casaba lo antes posible, pues era una boca que alimentar y el padre conseguía beneficios económicos y políticos con su matrimonio. En ese sentido las partes legales de la ceremonia podían solventarse de manera mucho más económica. El hecho de que los anuncios a la fraternidad se concentraran en el mes de las gamelias, que implicaba también el anuncio de los nacidos (Demóstenes, 57. 53-54), tenía como consecuencia que todos los varones que querían anunciar una boda o un nacimiento pagaran entre todos el sacrificio animal (Iseo, 3. 75; 79; 8. 18-19). Esto repercutía en un menor gasto. Por otro lado, la dote podía ser simbólica, pues era un acuerdo entre el padre y el futuro marido. La ceremonia de matrimonio en las clases más humildes no estaba exenta de la celebración y el consumo. No estamos diciendo que los artesanos vivieran en la pobreza. De hecho, la pobreza es motivo de exclusión en una sociedad antigua, porque no se pueden participar en los ritos esenciales como son los sacrificios comunales, el culto a los muertos y los festejos familiares (Taylor, 2017, p. 23). No obstante, la realidad es que debió existir una gran masa de mujeres con dotes pequeñas o prácticamente inexistentes que teóricamente lo único que podían aportar era ser de familias ciudadanas.

Esta argumentación nos lleva a una deducción ¿Qué era lo que hacía apetecible a una ciudadana pobre por encima del resto de sus vecinas? Si pensamos que era sólo el estatus ciudadano, todas las muchachas serían igualmente elegibles. Sin duda hubo otros motivos añadidos. No podía ser la “virtud”, en el sentido que la entiende Jenofonte, para ser moldeadas por su marido, como ocurría en las elites. Muy posiblemente la clave esté en el

aprendizaje que hubiesen recibido durante la infancia. Consideramos que las mujeres de familias humildes, pasarían toda su vida trabajando en el negocio familiar, o realizando actividades de producción destinadas a la venta (Cisneros, 2016; 2019; 2013). Este trabajo implicaba una especialización femenina, que no documentamos salvo de manera secundaria. Tenemos alguna inscripción como la de Clodia, trenzadora de coronas de flores (IG V, 1 209, lín. 32), la iconografía de la famosa hidria Caputi que muestra a una muchacha pintando un vaso, o pinceladas aisladas como las tablillas de maldición en las que se desea la desgracia a mujeres que regentan un negocio como cierta posadera (DTA 87), que llevaba el negocio sola. También hay datos de matrimonios, como es el caso de Ofilión y Ofilime de las maldiciones DTA 71 y DT 72, que regentaban juntos una posada. Estas mujeres estarían insertas en un barrio, construyendo lazos afectivos con mujeres de la misma zona y oficio, pertenecientes a su mismo estrato social (Taylor, 2013, p. 213-230).

Las mujeres trabajaban como parte de su unidad familiar, pues la gestión del negocio formaba parte de las tareas familiares. Estos conocimientos se adquirían en la más tierna infancia y se iban implementando con tareas más complejas. Se ha documentado la profunda relación entre el *oikos* como lugar de vivienda y como unidad productiva, identificando casas-taller que estaban comunicados con el exterior o cuya producción estaba destinada a la venta (Ault, 1994; Cahill, 2002; Nevett, 1999; Thompson y Wycherley, 1972, p. 173-185). El *oikos* y su segregación sexual, no deja de ser una mitificación simbólica de una realidad mucho más compleja. Las mujeres y los hombres conviven en un mismo espacio realizando tareas que ayudan a su supervivencia, aunque el discurso político relegue a las mujeres al gineceo y a los hombres al andrón (Mirón, 2014, p. 11-33). La mayor parte de las salas eran polivalentes y los patios, dependiendo de las inclemencias del tiempo, espacios con luz y sombra para las actividades artesanas (bien documentadas en lugares como Olinto (Foxhall, 2000)). Las separaciones tajantes de los espacios son prácticamente imposibles (Nevett, 2010, p. 16-

20). Por lo tanto, debemos imaginar a las hijas y las esposas participando en las labores de taller familiar.

En definitiva, tenemos datos de mujeres humildes, conocidas en su círculo y con la posibilidad de ser valoradas por su trabajo. El mito de la segregación sexual era una ilusión de las elites, alejada de la realidad cotidiana. Una muchacha hacendosa, conocedora del oficio, estaba aportando en especie una dote que supondría el futuro económico del matrimonio. Por ello, las mujeres artesanas tendían a casarse con hombres del mismo gremio, posiblemente porque parte de su dote implicaba los conocimientos adquiridos durante el aprendizaje. En el momento de dar a una hija en matrimonio tenía sentido que su valor fuera mayor entre los del mismo gremio. Por un lado, tenía conocimientos especializados, por otro, como hemos visto en Hesíodo, su fama era conocida en sociedades pequeñas, más aún en un grupo de artesanos dedicados a lo mismo. Interesaba a ambos varones: por su parte, el padre estaba ofreciendo una dote en especie en la forma de conocimiento. A cambio, el marido adquiría una esposa capaz de gestionar el negocio familiar. Esto también explica qué en las tablillas de maldición aparezca la mención explícita de la esposa, pues debía estar presente de manera casi permanente en el negocio.

Estas esposas estaban capacitadas para regentar el negocio si el marido fallecía y sacar adelante a sus hijos con su trabajo. Tenemos datos de mujeres trabajando de manera activa en la gestión de bancos (Cohen, 1992, p. 101–110; Thür, 2001, p. 147–155; Cohen, 2016). De hecho, la gestión del banco implicaba un conocimiento profundo de operaciones matemáticas y de conversión para el que se requería formación. Sabemos por un discurso del orador Demóstenes (36. 29), que cuando fallecía el marido, la gestión del banco pasaba a la viuda y no a los familiares del esposo. Esto nos indica que la mujer ya estaba instruida y era capaz de sacar adelante el negocio. Este dato nos lleva a pensar que las mujeres de familias de banqueros eran especialmente deseables para el matrimonio, pues como parte de su educación se las formaba en el manejo de divisa y de conversión que facilitaba

que se incorporaran al negocio de su esposo y, en caso de fallecimiento, poder sacar adelante el negocio.

De hecho, estas mujeres contaban con cierta ventaja para defender sus intereses cuando quedaban en situación de vulnerabilidad. Ciertas mujeres de banqueros pudieron demostrar tras la muerte de su marido sus inversiones y deudas pendientes (Lisias, 32. 5), reclamándolas ante los tribunales. La pregunta esencial es ¿dónde se generaba el origen de estas uniones? Sin duda en un matrimonio entre familias dedicadas al mismo oficio. Puede que la dote ofrecida no fuera sustanciosa a nivel económico, pero sí a nivel de recursos. Estas muchachas accedían al matrimonio de manera temprana para aprovechar sus años fértiles mientras que su esposo ya había asumido el negocio. Era por lo tanto otro matrimonio desigual, pero también basado en los intereses masculinos entre el padre y el esposo. Eran novias con menos posibilidades económicas, pero conocidas en su círculo y capaces de aportar conocimientos que daban más posibilidades a la supervivencia del matrimonio y de los hijos.

Conclusiones

En este artículo hemos tratado de establecer las causas de que el matrimonio desigual en edad en el mundo griego fuese una constante en realidades sociales y económicas diversas. Las mujeres se casaban más jóvenes que sus maridos por un motivo biológico y social. Por un lado, había que aprovechar sus años reproductivos por la alta tasa de mortalidad infantil. Por el otro, el esposo no podía contraer matrimonio hasta haber adquirido una posición económica estable y ser capaz de gestionar su casa.

Sin embargo, el concepto de hogar y del papel de la mujer cambia considerablemente en los diferentes ambientes, construyendo imágenes diversas de la virtud femenina. La diferencia de edad sería notable, pero siempre se buscaban ciertos valores en las esposas. Para la aristocracia, la mujer virtuosa era extremadamente joven, quizás la más joven de todas, pues lo que se buscaba era su ignorancia. El marido tenía la función de

educarla y moldearla acorde a sus intereses, para convertirla en una gestora del hogar. Esa gestión era teóricamente antagónica a la de su marido en la vida pública. Mientras que el esposo acudía tranquilo al agora, la mujer estaba en casa controlando a los esclavos. Esta visión, además de idealizada, pues no responde si quiera a los datos de las elites, está marcada por un estatus social económico muy elevado. La realidad era que la mayoría de las mujeres no podían vivir en el gineceo pues debían aportar a la economía familiar.

Con este propósito, hemos analizado dos espacios, el campo y la ciudad. En el campo constatamos un matrimonio desigual, pues el esposo había de haber heredado la tierra que cultivar. No obstante, se insiste en que la esposa debía ser conocida por todos y reconocida por su buena fama, evidenciando una vida pública femenina. Las niñas campesinas estarían implicadas en las labores agrícolas y en el procesamiento y conservación de alimentos desde época muy temprana. Esta participación era la base de su rol posterior como esposas. Además, su matrimonio era también una garantía de sostén mutuo en caso de necesidad. El espacio urbano se parecía mucho al campo, pues las niñas y adolescentes estaban implicadas en las labores del negocio familiar. Insertas en la vida de su barrio, eran conocidas en la comunidad, y desposadas con varones que sustentaban el mismo tipo de negocio. Por un lado, suponemos que ambos negocios se sostendrían mutuamente en momentos de necesidad. Por el otro, las muchachas estaban aportando todos esos conocimientos adquiridos durante su infancia asociados a un negocio, siendo capaces de trabajar en el mismo e, incluso en ciertos casos, defender sus intereses ante los tribunales. Es por ello que los griegos casaban a sus hijas cuando les convenía, lo antes posible, sí, pues una mujer en edad casadera era peligrosa porque había que cuidar de su honra. También es cierto que la casaban con quien más convenía, en función de su estatus, lugar de residencia y las posibilidades que les daba la unión con otra familia. Por eso las aristócratas acabaron idílicamente encerradas en sus casas, las campesinas gestionando y procesando los productos del

campo y las ciudadanas artesanas en los mismos oficios que aprendieron de sus padres.

Referências bibliográficas

ABOU-ZEID, A. M. Migrant labour and social structure in Kharga Oasis. In: PITT-RIVERS J. (Ed.). **Mediterranean countrymen, essays in the social anthropology in the Mediterranean**. París: Mouton, 1963, p. 41–54.

AULT, B. A. **Classical houses and households**. An architectural and artifactual case study from Halieis, Greece. Michigan: Michigan University Press, 1994.

ARTHUR, M. B. Early Greece: The origins of the western attitude toward women. In: PERADOTTO, J.; SULLIVAN J. P (Eds.). **Women in the Ancient World**. New York: SUNY series in Classical studies, 1984, p. 7–58.

BARBER, E. W. **Women's work, the first 20.000 Years**. Women, cloth and society in Early Times. New York: Norton, 1994.

BETETA MARTÍN, Y. La feminidad normativa y la violencia sexual en el III Reich. La deconstrucción de las identidades femeninas y la explotación sexual de las mujeres en los campos de concentración y exterminio. **El Futuro Del Pasado**, vol. 3, p. 107–135, 2012.

BLOK, J. **Citizenship in Classical Athens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BLOK, J. Becoming citizens. Some notes on the semantics of citizen in Archaic Greece and Classical Athens. **Clio**, 87, p. 7-40, 2005.

BLUNDELL, S. **Women in Ancient Greece**. Londres: Museo británico, 1995.

BROCK, R. The labour of women in Classical Athens. **The Classical Quaterly**, vol. 44.2, p. 336-346, 1994.

CAMP, J. M. A drought in the late eight century B. C. **Hesperia**, vol. 48, p. 397-411, 1979.

- CAHILL, N. **Household and city organization at Olynthus**. Yale: Yale University Press, 2002.
- CISNEROS ABELLÁN, I. De hacer pan en casa a venderlo en la calle: la presencia de las mujeres en el ágora (s. V-IV). **Antesteria**, vol. 5, p. 65-80, 2016.
- CISNEROS ABELLÁN, I. Stephanopolides, Las vendedoras de coronas en la Antigua Atenas. In: GARCÍA SÁNCHEZ, M.; SENNA GARRAFONI, R. (Eds.). **Mujeres, Género y Estudios Clásicos**. Un diálogo entre España y Brasil. Barcelona: Instrumenta, 2019, p. 67–84.
- CISNEROS ABELLÁN, I. **Dentro y fuera**. Las trabajadoras en la Atenas de los siglos V y IV a. de C. Oviedo: Trabe, 2023.
- COHEN, E. E. **Athenian economy and society**. A banking perspective. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- COHEN, E. E. The athenian businesswoman. In: BUDIN, L.; MACINTOSH, J. (Eds.) **Women in Antiquity Women across the Ancient World**. Londres: Routledge, 2016, p. 714-730.
- COWAN, J. Comment una ville de la Grèce septentrionale exprime corporellement dans son rituel de mariage ses conceptions du genre, de la parenté et de la communauté. In: CAVALIER, O. (Ed.). **Silence et fureur**. La femme et le mariage en Grèce. Les antiquités grecques du Musée Calvet. Avignon: Fondation du musée Calvet, 1996, p. 451-462
- DODDS, E. R. **Los Griegos y Lo Irracional**. Madrid: Alianza, 1997.
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. J. Consideraciones acerca del papel de la mujer en las colonias griegas del Mediterráneo Occidental. In: GARRIDO, E. (Ed.). **La mujer en el mundo antiguo actas de las quintas jornadas de investigación interdisciplinaria**. Madrid: Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1986, p. 143–152.
- DUBISCH, J. Foreign chickens' and other outsiders: gender and community in Greece. **American Ethnologist**, vol. 20, p. 272-287, 1993.
- DUCE PASTOR, E. Expresando el amor: la afectividad en el mundo griego antiguo. **Antesteria**, vol. 6, p. 77-94, 2017.

- DUCE PASTOR, E. Qué hay detrás de un vestido nupcial? la novia en la Grecia Antigua. **La camera blu, rivista di studi di genere**, vol. 24, p. 234-256, 2022a.
- DUCE PASTOR, E. Mixed identities in the first generations of archaic greek colonies: the female contribution. In: CHAPINAL, D.; MAURO, C. M.; VALDÉS, M. (Eds.). **People on the move across the Greek World**. Sevilla: EUS, 2022b, p. 187–209.
- DUCE PASTOR, E. ¿Quién puede molestarnos esta democracia? revisando la ley de ciudadanía de Pericles del 451 a.C. desde una perspectiva de género. In: FORNIS, C.; GARCÍA, M.; SANCHO, L. (Eds.). **La democracia griega y sus intérpretes**. Madrid: Tecnos, 2023, p. 68–92.
- EPSTEIN, R. H. **¿Cómo se sale de aquí?** Una historia del parto. Madrid: Turner, 2010.
- ESPEJO MURIEL, C. Sociedad, religión e ideología en Hesíodo. In: SAEZ P.; ORDÓÑEZ S. (Eds.). **Homenaje al profesor Presedo**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1994, p. 167-178
- FERNÁNDEZ PRIETO, A.; VALDÉS GUÍA, M. Familia, pobreza y vulnerabilidad en la Atenas Clásica: ancianos, viudas y huérfanos de guerra. In: MARCO SIMÓN, F.; PINA POLO, F.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Eds.). **La pobreza en el mundo antiguo**. Barcelona: Instrumenta, 2022, p. 23–52.
- FARAGUNA, M.. Alle origini dell'oikonomia: dall'anonimo di Giamblico ad Aristotele. In: **Atti della academia nazionale del Licei**. Roma: Academia del licei, 1994, p. 551–89.
- FERRARI, G. What kind of rite of passage was the Ancient Greek wedding? In: DODD, B. D.; FARAONE, C. A. (Eds.). **Initiation in Ancient Greek rituals and narratives**. New critical perspectives. London: Routledge, 2013, p. 27-42.
- FERRUCCI, F. L'oikos nel diritto attico. pubblico, privato e individuale nella democrazia ateniese attica. **Dike: rivista di storia del diritto greco ed ellenistico**, vol. 9, p. 183-210, 2006.
- FOXHALL, L. The running sands of time: archaeology and shortterm timescales. **World Archaeology**, vol. 31.3, p. 484-498, 2010.

- FRIELD, E. Some aspects of dowry and inheritance in Boetia. In: PITT-RIVERS J. (Ed.). **Mediterranean countrymen, essays in the social anthropology in the Mediterranean**. Paris: Mouton, 1963, p. 113–135.
- GALLANT, T. W. Los hogares antiguos y su ciclo de vida. In: GALLEGO J. (Ed.). **El mundo rural en la grecia antigua**. Madrid: Akal, 2003, p. 103–133.
- GALLEGO, J. Comunidad aldeana y sociabilidad campesina en la Grecia antigua. In: GALLEGO, J. (Ed.). **El mundo rural en la Grecia Antigua**. Madrid: Akal, 2003, p. 327–380.
- GALLEGO, J. **Campesinos en la ciudad, bases agrarias de las polis griega y la infantería hoplítica**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2005.
- GALLEGO, J. **El campesinado en la Grecia Antigua, una historia de la igualdad**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- GALLEGO, J. El campesinado y la distribución de la tierra en la Atenas del siglo IV a.C. **Gerión**, vol. 34, p. 43-75, 2016.
- GARCÍA ROMERO, F. Educación física femenina en la Grecia Arcaica y Clásica: una comparación entre Esparta, Atenas y las Ciudades Ideales. **Rivista italiana di pedagogia dello sport**, vol. 1, p. 83-97, 2016.
- GARNSEY, P. **Cities, peasants and food in classical Antiquity**. Essays in social and economic History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- GARNSEY, P. El campesinado: subsistencia y supervivencia. In: GALLEGO J. (Ed.). **El mundo rural en la Grecia Antigua**. Madrid: Akal, 2003, p. 71-102.
- GERNET, L. **Antropología de La Grecia Antigua**. Madrid: Taurus, 1968.
- HALSTEAD, P. Traditional and ancient rural economy in Mediterranean Europe: plus qa change?. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Eds.). **The Ancient Economy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, p. 53–70.
- HANSON, A. E. The medical's writer woman. In: HALPERIN, D. M. et al. (Eds.). **Before Sexuality**. The Construction of Erotic

- Experience in the Ancient Greek World. Princeton: Princeton University Press, 1990, p. 310–338.
- HARRIS, E. M. Workshop, marketplace and household, the nature of technical specialization in Classical Athens and its influence on economy and society. In: CARTLEDGE, P.; COHEN E. E.; FOXHALL L. (Eds.). **Money, labour and land: Approaches to the economies of Ancient Greece**. Londres: Routledge, 2002, p. 67–99.
- HARRIS, E. M. Wife, household, and marketplace the role of women in the economy of Classical Athens. In: BULTRIGHINI, U.; DIMAURO, E. (Eds.). **Donne che contanno nella storia greca**. Lanciano: Carabba, 2014, p. 185–207.
- HIN, S. Taking a wider view: greco-roman families and political demography theory. In: LAURENCE, R.; STROMBERG, A. (Eds.). **Families in the Greco-Roman World**. New York: Continuum, 2012, p. 27–47.
- HUEBNER, S. R. Household composition in the Ancient Mediterranean-what do we really know? In: RAWSON, B. (Ed.) **A Companion to families in the Greek and Roman World**. Oxford: Willey-Blackwell, 2011, p. 73–91.
- HUMPHREYS, S. C. **Anthropology and the Greeks**. London: Routledge, 1978.
- IRIARTE ASARTA, U. Las mujeres como motor de cambio en la tiranía de los Pisistrátidas. **Dialogues d'histoire Ancienne**, vol. 48.2, p. 117-130, 2022a.
- IRIARTE ASARTA, U. **La tiranía de los Pisistrátidas (561-510 a. C.)**. Mecanismos de legitimación de un poder unipersonal en la Antigua Grecia. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2022b.
- IRIARTE, A. El ciudadano al desnudo y los seres encubiertos en la Antigua Grecia. **Veleia**, vol. 20, p. 273-296, 2003.
- JARDE, A. **Les céréales dans l'antiquité grecque**. Paris: De Boccard, 1979.
- JENKINS, I. **Defining beauty the body in ancient greek art**. Londres: The British Museum Press, 2015.

- KATZ, M. A. Ideology and the status of women in Ancient Greece. In: HAWLEY R.; LEVICK B. (Eds.). **Women in Antiquity**. New assessments. London: Routledge, 1995, p. 21–43.
- LARSSON LOVEN, L. LANAM FECIT — Woolworking and female virtue. In: LARSSON L.; STRÖMBERG A. (Eds.). **Aspects of women in Antiquity**: proceedings of the first nordic symposium on women's lives in Antiquity, Göteborg 12-15 June 1997. Jonsered: Paul Amstroms Forlag, 1998, p. 35–95.
- LAVELLE, B. M. **Fame, money, and power**: The rise of Peisistratos and “Democratic” Tyranny at Athens. Michigan: University of Michigan Press, 2005.
- LEFKOWITZ, M. R. The last hours of the Parthenos. In: REEDER, E. (Ed.). **Pandora: Women in Classical Greece**. Baltimore: Princeton University Press, 1995, p. 32-38
- LORAUX, N. **Nacido de la tierra**: mito y política en Atenas. Buenos Aires: El cuenco de la plata, 2007.
- LYONS, D. Dangerous gifts: ideologies of marriage and exchange in Ancient Greece. **Classical Antiquity**, vol. 22, p. 93-134, 2003.
- MILLETT, P. **Lending and borrowing in Ancient Athens**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MIRÓN, M. D. Entre la casa y el ágora: género, espacio y poder en la polis griega. **La Aljaba: segunda época, revista de estudios de la mujer**, vol. 18, p. 11-33, 2014.
- MONTÓN SUBÍAS, S. Las mujeres y su espacio: una historia de los espacios sin espacio en la historia. **Arqueología Espacial**, vol. 22, p. 45-59, 2000.
- MORRIS, I. Hard Surfaces. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E. E.; FOXHALL, L. (Eds.). **Money, labour and land**: Approaches to the economies of Ancient Greece. Londres: Routledge, 2002, p. 8–43.
- NELSON, S. Hesiod. In: FOLEY, M. (Ed.). **A Companion to Ancient Epic**. Oxford: Blackwell, 2005, p. 330–43.
- NEVETT, L. **House and society in the Ancient Greek World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- NEVETT, L. C. **Domestic space in Classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- NOTARIO PACHECO, F. **La democracia devorada**: ideología, sociología, banquetes y alimentación en la Atenas del siglo IV a. C. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2013.
- OAKLEY, J. H.; SINOS, R. H. **The Wedding in Ancient Athens**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1993.
- OSBORNE, R. **La construcción social de la realidad**. Un debate en la sociología contemporánea de la mujer. Madrid: Cátedra, 1993.
- OSBORNE, R. Men without clothes: heroic nakedness and greek art. **Gender and History**, vol. 9.3, p. 504-528, 1997.
- PANTO, G. **I modi dell'eros**. Reperti archeologici a tema erotico del museo di antichità di Torino. Turín: Museo di Torino, 2013.
- PARKIN, T. The demography of infancy and early childhood in the Ancient World. In: GRUBBS, J. E.; PARKIN, T.; BELL, R. (Eds.). **Childhood and education in the Classical World**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 40–61.
- PERENDITIS, S. **Pratiques de mariage et nuance de continuité dans le mon grec**. Paris: Publications de l'Université Paul Valéry, 2002.
- POMEROY, S. **Diosas, ramerías, esposas y esclavas**: Mujeres en la antigüedad clásica. Barcelona: Akal, 1987.
- RAAFLAUB, K. A. Homeric society. In: MORRIS, I.; POWELL, B. (Eds.). **A new companion to Homer**. Leiden: Brill, 1997, p. 624–48.
- REBOREDA MORILLO, S. El papel educativo de la mujer en la antigua Grecia y su importancia en el mantenimiento de la polis. **Saldvie**, vol. 10, p. 159-175, 2010.
- ROTHOFF, S. I.; LAMBERTON, R. D. **Women in the athenian agora**. Atenas: American school of Classical studies at Athens, 2006.
- SÁNCHEZ DE LA TORRE, Á. **Hesíodo**: caos y cosmos. Madrid: Ediciones clásicas, 2012.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C. **Arte y erotismo en el mundo clásico**. Madrid: Siruela, 2005.
- SARPAKI, A. The Palaeoethnobotanical approach, the mediterranean triad or is it a quartet?. In: WELLS, B. (Ed.).

Agriculture in Ancient Greece. Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens, 16-17 May 1990. Estocolmo: Paul Astroms Forlag, 1992, p. 61–76.

SCHEIDEL, W. The most silent women of Greece and Rome: rural labour and women’s life in the Ancient World (II). **Greece & Rome**, vol. 43, no. 1, p. 1-10, 1996.

SCHOTT, R. Aristotle on women. **Kinesis: Graduate Journal in Philosophy**, vol. 11, p.69-84, 1982.

STAFFORD, E. J. Viewing and obscuring the female breast: glimpses of the ancient bra. In: CLEZAND, L.; HARLOW, M.; LLEWELLYN-JONES, L. (Eds.). **The clothed body in the Ancient World**. Oxford: Oxbow books, 2005, p. 96–112.

STAFFORD, E. J. From the gymnasium to the wedding: eros in athenian art and cults. In: SANDERS, E.; THUMIGER, C.; CAREY, C.; LOWE, N. (Eds.). **Eros in Ancient Greece**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 175–208.

STARR, C. G. **The economic and social growth of Early Greece**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

SINOS, R. Divine selection: epiphany and politics in Archaic Greece. In: DOUGHERTY, C.; KURKE, L. (Eds.). **Cultural poetics in Archaic Greece: cult, performance, politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 73–91.

SJOBORG, B. L. More than just gender: the classical oikos as a site of intersectionality. In: LAURENCE, R.; STROMBERG, A. (Eds.). **Families in the Greco-Roman World**. New York: Continuum, 2012, p. 48–59.

SANCHO ROCHER, L. **El nacimiento de la democracia, el experimento político ateniense (508-322 a. C.)**. Barcelona: Ático de los libros, 2021.

SANCHO ROCHER, L. La política democrática de los subsidios: de Pericles a Eubulo. In: MARCO SIMÓN, F.; PINA POLO, F.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Eds.). **La pobreza en el mundo antiguo**. Barcelona: Instrumenta, 2022, p. 53–72.

SUSSMAN, L. S. Workers and drones: labor, idleness and gender definition in hesiod’s beehive. In: PERADOTTO, J.;

- SULLIVAN, J. P (Eds.). **Women in the Ancient World**. New York: SUNY series in Classical studies, 1984, p. 79–94.
- TAYLOR, C. Women’s social networks and female friendship in the ancient greek city. In: FOXHALL, L.; NEHER, G. (Eds.). **Gender and the city before modernity**. Oxford: Willey-Blackwell, 2013, p. 213–230.
- TAYLOR, C. **Poverty, wealth and well-being**. Experiencing penia in democratic Athens. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- THOMPSON, H. A.; WYCHERLEY, R. E. **The Agora of Athens**. The history, shape and uses of an ancient city center. Athens: The American School of Classic Studies, 1972.
- THÜR, G. Recht im hellenistischen Athen (Ephobie. Kassel/Austin PCg, Adespota 1152. Basanos). In: CANTARELLA, E.; THÜR, G. (Eds.). **Symposion 1997**. Cologne, Germany: Böhlau Verlag, 2001, p. 141–164.
- TRUMPER, M. Space and social relationships in the greek oikos of the classical and hellenistic periods. In: RAWSON, B. (Ed.). **A Companion to families in the greek and roman world**. Oxford: Willey-Blackwell, 2011, p. 32–52.
- VALDÉS GUÍA, M. La tierra “esclava” del Ática en el s. VII a.C: campesinos endeudados y hectémoros. **Gerión**, 24.1, p. 143-161, 2006.
- VALDÉS GUÍA, M. Dependencia y marginación en Homero y en Hesíodo. **Atti del XXXIII Convegno internazionale GIREA dedicati alla memoria di Franco Salerno, Naples, ottobre 2012**, 2012, p. 189–203.
- VALDÉS GUÍA, M. Thetes y hectémoros en la Atenas presoloniana. **ATHENAEUM studi periodici di letteratura e storia dell’Antichita**, p. 5-24, 2014.
- VÉRILHAC, A.-M.; VIAL, C. **Le mariage grec, du VI siècle av. J. C. à l’époque d’Auguste**. Atenas: De Boccard, 1998.
- WILGAUX, J. Entre inceste et échange sur le modèle matrimonial athénien. **L’Homme**, n. 154-155, p. 659-676, 2000.

PERSPECTIVAS SOBRE O PASSADO: ANTIQUARISMO COLONIAL E ARQUEOLOGIAS INDÍGENAS NA GUATEMALA

Fernando Pesce
Pedro Paulo Funari

Introdução

O passado só existe como narrativa no presente e, por isso mesmo, não pode ser expressado sem perspectivas subjetivas e contextualizadas no tempo e no espaço. Esses presentes são também múltiplos, não só o aqui e agora, mas outros anteriores, no que se costuma designar de historiografia. Neste artigo, debruçamo-nos sobre como a atenção às perspectivas diferentes ajudam a compreender as narrativas sobre o passado, a partir de um estudo de caso. Começamos por caracterizar a prática arqueológica no período colonial, em seu contexto mais amplo. Em seguida tratamos da especificidade do estudo de caso e do interesse antiquário na Guatemala Colonial, de modo a chegar ao multinaturalismo e às Arqueologias indígenas. Destacamos o papel tanto heurístico e epistemológico como social do perspectivismo, para concluirmos como os sistemas de conhecimento ameríndios são relevantes para Arqueologia.

Prática arqueológica no período colonial

Trajetória comum nas muitas histórias da Arqueologia e, por certo, nas histórias da maioria das disciplinas de forma geral, é a distinção feita entre os períodos anteriores e posteriores a sua institucionalização. Esse processo seria marcado pela formação de sociedades científicas, o início das primeiras revistas acadêmicas, a criação de cadeiras dedicadas ao tema nas universidades e sua eventual profissionalização. Diante dessa articulação e desenvolvimento, o período anterior passa a ser considerado uma época de amadorismo.

O processo de institucionalização da Arqueologia demonstra, de certo modo, o que Thomas Kunh (1998, p. 29) denominou de “ciência normal”, uma pesquisa que possuía o reconhecimento da comunidade, fundamentos comuns e baseada em realizações científicas passadas. Em particular, essas realizações pretéritas deveriam oferecer um modelo para o surgimento de tradições científicas – um paradigma – que, a partir da prática científica, agrupe leis, teorias, metodologias e instrumentação para o corpo de tal ciência e seus praticantes (Kunh, 1998, p. 30-31).

Para a Arqueologia, o marco dessa institucionalização acontece no século XIX, dentro do contexto da formação dos estados nacionais. Destaca-se, em especial, a disseminação das ideias elaboradas por Christian Thomsen ao organizar as coleções do Museu das Antiguidades Nacionais da Dinamarca. Thomsen propôs uma nova maneira de ordenar os objetos pré-históricos. Por meio de seriações e tipologias, sua classificação e a organização cronológica com o sistema das Três Idades (Pedra, Cobre e Ferro) ofereceu, em particular à Pré-História, uma metodologia própria da Arqueologia que logo se espalhou pela Europa (Bicho, 2018, p. 36-39). Soma-se a isso os avanços no campo da geologia com a influente publicação de Charles Lyell, *Principles of Geology*, que proporcionaram um alargamento temporal do passado geológico e humano (Trigger, 2004, p. 89-91).

As muitas histórias da Arqueologia já escritas parecem seguir esse modelo, onde o aparecimento de um corpo de práticas aceitas e a formação de uma comunidade acadêmica institucionalizada oferece a ruptura entre o antiquarismo e a Arqueologia como ciência (Trigger, 2004; Díaz-Andreu, 2007; Funari; Grillo, 2015). No entanto, aqui nos ocuparemos de um período muito anterior a esse, onde a profissão de arqueólogo sequer existia e mesmo o interesse pelas antiguidades estava condicionado a outros fatores.

É bem verdade que certas práticas do estudo da Arqueologia usadas ainda hoje já estavam presentes muito antes de sua institucionalização. Os antiquários do século XV também

se valiam da classificação em suas descrições rigorosas da cultura material do passado. Tanto a numismática, quanto a epigrafia eram metodologias correntes aqueles estudiosos voltados para a Antiguidade Clássica. Nesse sentido, é interessante levar em conta as considerações feitas por Steven Shapin e Simon Schaffer sobre as questões referentes ao método científico. Em sua obra, esses autores não tratam a metodologia de Hobbes ou Boyle como algo determinante de uma prática intelectual, são parte de uma declaração formal de como produzir conhecimento que está integrada a um contexto social específico (Shapin; Schaffer, 2011, p. 14).

Ao analisar o desenvolvimento da Óptica Física, Kuhn constata que, ao se examinar a produção anterior a Newton, o resultado alcançado “era algo menos que ciência” (Kuhn, 1998, p. 33). Ainda segundo Kuhn, como não se dispunha de um paradigma, cada autor era forçado a construir seu campo desde o zero. Porém, os antiquários nem sempre partilhavam dessa mesma preocupação. Arnaldo Momigliano (2014, p. 22) ressalta que os antiquários “coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas”. Ou seja, o antiquário é, antes de mais nada, um colecionador, que não precisa formular uma narrativa acerca dos objetos que reúne.

Há também que se observar, por vezes, que o conhecimento arqueológico que nos foi transmitido por fontes antigas era parte de observações colaterais e não o objeto final de análise de cronistas, viajantes, estudiosos e geógrafos. Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, 1, 8) identifica os túmulos encontrados em Delos como pertencentes aos antigos cários, a partir dos costumes funerários e objetos encontrados em seus túmulos. No entanto, Tucídides não era um arqueólogo, em sentido antigo ou moderno do termo. Sua observação pode ser considerada fruto do acaso, já que foi devido à purificação da ilha pelos atenienses que as tumbas foram exumadas.

Isso é ainda mais evidente quando analisamos relatos de ruínas que não dizem respeito ao passado europeu e para o qual

os métodos e fontes escritas sobre a antiguidade clássica não serviam para orientar a produção de conhecimento.

Interesse antiquário na Guatemala Colonial

O interesse arqueológico espanhol nas Américas acompanha o desenrolar dos acontecimentos ligados ao antiquarismo, a descoberta de sítios arqueológicos e ao desenterramento de objetos de valor da antiguidade na Europa. Em particular, a partir da escavação sistemática de Herculano em 1738 e, mais tarde, em Pompéia e Estábia, a monarquia tomou para si o controle não só sobre os vestígios materiais, mas também a produção de conhecimento e publicações sobre os achados das cidades soterradas pela erupção do Vesúvio.

Como parte da política de Carlos VII de engrandecimento e prestígio napolitano, o acesso aos locais de escavação era controlado de forma rígida, sempre acompanhados de funcionários da coroa, o acesso às coleções era feito por meio de dispensa real, todos os objetos encontrados foram declarados propriedade pessoal do rei e estava proibida a elaboração de esboços dos achados, sua disseminação e publicação (Gordon, 2007, p. 40-43). No entanto, essas medidas não impediram que informações clandestinas das escavações circulassem em panfletos publicados por toda a Europa.

Já em 1748 observa-se a circulação no Vice-Reino da Nova Espanha de notícias e descrições apócrifas sobre as descobertas em Herculano (López Luján, 2016, p. 315-321). Agora ocupando o trono espanhol como Carlos III de Bourbon, o interesse arqueológico demonstrado pela antiguidade clássica em Nápoles se traduziria, nas Américas, em ordens do monarca Bourbon para que fossem produzidas descrições e feita a coleta de objetos.

Algumas décadas mais tarde foram elaborados os primeiros relatórios sobre a descoberta das ruínas de Palenque localizadas no atual estado de Chiapas, México. Talvez influenciado pelas notícias dos sítios soterrados pela erupção do

Vesúvio, o presidente da Audiência de Guatemala José Estachería elabora instruções precisas para uma das expedições que partiram para o sítio em missiva datada para 29 de janeiro de 1785:

São objetos de revisão:

Primeiro: que se faça mérito de tudo aquilo que possa influir para formar ideia da antiguidade daquela fundação; e daquilo que possa lançar luzes para inquirir a Nação ou gentes a quem se deve sua origem.

Segundo: qual foi a indústria, comércio ou meios com os quais subsistiram seus habitantes.

Terceiro: que fatalidade, alteração ou tragédia causaria a destruição daquela cidade e o extermínio de seus habitantes.

Quarto: saber a constituição e magnificência dela.

Quinto e último: averiguar a ordem, que a sua arquitetura assinala as notícias históricas de dita faculdade; isto é, próprias de que Nação e tempo foram as regras com que se dirigiu [...] (Estachería *apud* Cabello Carro, 1992, p. 91. Tradução nossa)

Para além da busca em se descobrir a antiguidade, vestígios de seus meios de subsistência, extensão e possível identificação de estilo arquitetônico do sítio arqueológico chama nossa atenção o interesse nas causas de seu abandono. Mais adiante, ao detalhar o terceiro ponto, Estachería pede ao arquiteto Antonio Bernasconi, comissionado para tal expedição, que faça o reconhecimento material das colinas que se encontram próximas das ruínas para verificar se “constam das matérias que dão de si as erupções de vulcões” (Estachería *apud* Cabello Carro, 1992, p. 93).

A relevância das ruínas de Palenque para a coroa fica clara se observarmos os diversos ataques protestantes aos espanhóis e suas possessões coloniais, classificados como atrasados e fomentado também pelo próprio interesse colonialista de outros países europeus. O retrato negativo estendeu-se também à historiografia sobre os povos ameríndios e ao passado pré-hispânico, como resultado o relato de conquistadores e cronistas

do Novo Mundo foram desacreditados ao longo do século XVIII por diversos autores europeus (Cañizares-Esguerra, 2011, p. 18-19).

Sobre as descrições que Hernán Cortés faz em suas cartas das diversas cidades que visitou no planalto central mexicano, como Tlaxcala e México-Tenochtitlán, o historiador escocês William Robertson (1777, VII, p. 275-276) comentaria que as estimativas de habitantes feitas pelo conquistador “são extremamente vagas e geralmente muito exageradas” e que “a fim de exaltar o mérito de suas próprias descobertas e conquistas” as descrições de Cortés estariam “abaixo da verdade”. Não à toa, ao receber os relatórios das investigações de Palenque o cosmógrafo maior de Índias, Juan Bautista Muñoz, concluí que “temos nestas ruínas uma demonstração ocular da veracidade de nossos Conquistadores e Historiadores primitivos em termos dos edifícios encontrados na Nova Espanha” (Baustista Muñoz *apud* Cabello Carro, 1992, p. 118). A reação espanhola buscava, como ressalta Jorge Cañizares-Esguerra (2011, p. 19), reabilitar as fontes ibéricas e reconstruir sua própria identidade diante da ideia de atraso em relação ao resto da Europa propagada no século XVIII. Restaurar a credibilidade das fontes significava reestabelecer a suposta glória advinda da conquista da América.

Multinaturalismo e Arqueologias indígenas

Assim como em outras partes do mundo, a consciência de culturas pregressas ou lugares antigos estava presente entre os povos do continente americano. Essa consciência pode se exprimir nas sociedades ameríndias por meio da recuperação e reuso de objetos antigos e da inclusão desses lugares em sua cosmogonia. Para a historiadora da arte Emily Umberger (1987, p. 63) a forma de se relacionar com o passado entre os povos da Mesoamérica e dos Andes Centrais tomou a forma do antiquarismo, por meio da veneração e reuso de antigas cidades abandonadas, a coleção de objetos antigos e a criação de cópias arcaizantes. Por sua vez, Byron Hamann (2002) a partir de uma

visão mais ampla, considera a Arqueologia como uma prática de reinterpretação dos vestígios materiais do passado por sociedades posteriores. Esses materiais transformam o espaço social e físico do presente, tal como propõe Tim Ingold (2011), para quem as propriedades materiais das coisas não são atributos fixos, mas histórias que podem variar de acordo com o envolvimento destas com a totalidade dos ambientes ao seu redor, de igual maneira para humanos e não-humanos.

No Brasil, as investigações sobre Arqueologias indígenas demonstram que a consciência sobre a existência de vestígios do passado produz diferentes formas de se interpretar sua própria antiguidade. A arqueóloga Fabíola Silva (2002, p. 181) menciona que os Assurini do Xingú “reconhecem os vestígios arqueológicos como pertencentes aos antigos” e interpretam cacos cerâmicos e sítios de oficinas líticas como parte de seu passado, incluindo esses lugares e objetos em seus mitos de criação. Do mesmo modo, entre os Wajãpi do Amapá, os vestígios materiais do passado podem ser explicados a partir das marcas deixadas por demiurgos no início dos tempos (Cabral, 2021, p. 41).

Entre os povos da Mesoamérica é bem conhecido o caso mexica e sua relação com as ruínas de Teotihuacan, em particular a partir da descoberta de objetos antigos de origem teotihuacana em oferendas do Templo Maior de Tenochtitlan. Os mexicas realizaram peregrinações cerimoniais às ruínas da antiga cidade, onde desenterravam artefatos que, posteriormente, eram ressignificados a partir de suas crenças (Umberger, 1987; López Luján, 1989, p. 43-49). Hamann (2002) observa que as práticas arqueológicas dos Mexicas estavam associadas à religião e reforçavam, do ponto de vista social e político, a posição das elites em sua função de mediadoras com o sobrenatural.

Para melhor compreender como as sociedades mesoamericanas se relacionavam com seu passado acreditamos ser necessário o emprego de noções advindas do estudo de sociedades das terras baixas da América do Sul, em particular a Amazônia, as quais apresentamos de forma simplificada.

O conceito de perspectivismo baseia-se na ideia central a partir da concepção de que a humanidade é uma questão de perspectiva e que está presente em muitas cosmologias ameríndias (Viveiros de Castro, 1996; 2013, p. 347). Explorado de maneira mais consistente as etnografias amazônicas, mas presente em outras culturas da América do Norte e Ásia, o perspectivismo diz respeito à concepção ameríndia que os seres providos de alma reconhecem a si mesmos e a quem são aparentados como humanos, mas são percebidos por outros seres a partir de outra perspectiva: na forma de não-humanos. O humano é sempre a forma da percepção de si, enquanto a percepção do outro assume a forma de animais, plantas, espíritos, objetos (Viveiros de Castro, 2013, p. 350-352).

Ainda na mesma linha, Eduardo Viveiros de Castro (2013, p. 248-249) sugere o termo multinaturalismo para assinalar essa característica do pensamento ameríndio que percebe a existência de múltiplas ontologias e uma unidade cultural. Ou seja, a concepção ameríndia supõe, ao contrário do pensamento ocidental, uma unidade cultural (ou espírito) e uma diversidade de corpos. Nesse sentido, para os ameríndios, não se aplicaria a distinção entre Natureza e Cultura, pois a interação entre esses dois espectros se dá de maneira relacional, por meio de pontos de vista ou perspectivas.

Essas ideias, cada vez mais influentes no pensamento antropológico brasileiro, ainda são pouco exploradas pelos estudiosos das culturas da Mesoamérica, área cultural que abrange grande parte do México e América Central. Contudo, impulsionadas pela virada material antropológica, arqueólogas mayistas tem se dedicado a investigar a relação entre coisas e pessoas, humanos e não-humanos. Os referenciais teóricos são variados, podendo englobar a vida social ou itinerário das coisas (Hamman 2002; Joyce; Gillespie, 2015). Desde outro viés, compreende-se também a potencialidade da matéria (Houston 2014), assim como a capacidade de protagonismo (*agency*), compreendida nas ontologias mayas de maneira relacional, onde é requerida a ação humana para transferência de protagonismo a

objetos (Houston; Stuart, 1998; Houston, 2014; Harrison-Buck; Hendon, 2018).

Viveiros de Castro, seguindo Lévi-Strauss, recorda que o mito é lugar fundamental no pensamento ameríndio onde o estado de indiferenciação entre humanos e não-humanos está presente. Esse sincretismo de seres mostra que “a condição original comum aos humanos e não-humanos não é a animalidade, mas a humanidade” (Viveiros de Castro, 2013, p. 355). No Brasil, as investigações sobre Arqueologias indígenas demonstram que a consciência sobre a existência de vestígios do passado produz diferentes formas de se interpretar sua própria antiguidade (Silva, 2002; Cabral, 2021)

A indefinição de entre humanos e não-humanos também está presente nas cosmologias mesoamericanas, onde seres nomeados como objetos e animais, ou cujos corpos são constituídos de matéria aparentemente inanimada, agem, dialogam e se transformam. Dentre diversos exemplos, destacamos aqui a passagem famosa do Popol Vuh sobre a revolta dos não-humanos; mas antes se fazem necessárias algumas palavras sobre a obra.

A versão mais antiga do Popol Vuh que conhecemos é uma cópia feita em Rabinal de outra cópia produzida em Chichicastenango a partir de um original em k'iche' a meados do século XVI, ambas localizadas nas terras altas da Guatemala (Brotherston, 1992, p. 215). O frei Francisco Ximénez, dominicano possuidor de um conhecimento vasto nas línguas indígenas da região, em inícios do século XVIII teve acesso à cópia de Chichicastenango e fez sua primeira tradução ao espanhol, acompanhada da transcrição em k'iche' do texto original.

Ainda segundo Gordon Brotherston (1992, p. 218-220) o Popol Vuh pode ser dividido em duas partes bem definidas: a primeira trata das origens do mundo e dos seres, com a tentativa por parte dos Formadores e Criadores de gerar um ser que os adorasse e nutrisse. Essa criação passa por diversas tentativas, primeiro os animais, seguido da gente de barro e da gente de madeira. Esta história cosmogônica é adiada para dar lugar ao episódio mitológico de dois pares de irmãos, que enfrentam uma

série de provações no Inframundo. Já a segunda parte nos conta sobre a criação final da gente a partir da massa do milho branco e amarelo e a história dos K'iche', suas linhagens, governantes e cidades.

O episódio da revolta dos não-humanos se passa pouco antes da destruição da gente de madeira, pois esses não se lembraram de seus criadores. Sua destruição dá-se por uma forte chuva de resina e uma enchente, seguido do ataque de diversos seres não-humanos relatado a seguir:

Então vieram os pequenos animais e os grandes animais. Paus e pedras desfiguraram suas caras. Tudo falava: suas moringas, seus comales, suas vasilhas, suas panelas de barro, seus nixtamales, suas pedras de moer; tudo que havia desfigurou suas caras.

- Dolorosas foram vossas ações contra nós. Éramos comidos por vós. Pois hoje nós é que vos devoraremos – disseram os cães e os peruss-ocelados.

E as pedras de moer:

- Todo dia, todo dia nossas faces eram socadas por vós, noite e dia, sem parar, roli, roli, ruc, ruc nossas caras moíam por vós. Foi esse o serviço que primeiro vos prestamos, quando éreis as primeiras pessoas. Pois hoje conhecereis nossa força. Tereis vossas carnes socadas, moídas por nós – disseram a eles as pedras de moer (Popol Vuh, 2019, p. 130).

O sofrimento da gente de madeira continua como ataque de cães e panelas. Seus potes lhes dizem “Nossas bocas estão tismadas, nossas faces estão tismadas [...]. Sereis queimados.” (Popol Vuh, 2019, p. 130). Por fim, os sobreviventes fogem e se conta que o que sobrou deles são os macacos que hoje estão na floresta:

Dizem que os macacos-aranha que existem hoje na floresta descendem deles. Restaram como um vestígio daqueles cujas carnes foram feitas, pelo Criador, pelo Formador, só de madeira.

Por isso, esse macaco é parecido com o homem: é um indício daquela geração de seres criados, de seres formados como meros bonecos, meros entalhes de madeira (Popol Vuh, 2019, p. 131).

Todo esse episódio da revolta dos não-humanos é representativo para ilustrar a questão do multinaturalismo entre os K'iche'. Objetos e animais assumem cultura (ou espírito) humano, falam e se referem aos seus corpos como sendo corpos humanos. A transformação final das pessoas de madeira em macacos também é significativa da perspectiva de que esses animais em particular possuíam algo de humanidade. Trata-se, portanto, de uma cosmologia construccional (Santos-Granero, 2009), onde materiais de diversas origens são combinados por demiurgos para a formação de corpos humanos e não-humanos, muitas vezes com o auxílio de outras entidades; onde humanidades progressas sofrem metamorfoses corporais e assumem novas formas, tornam-se animais desde a perspectiva dos humanos.

Um episódio em particular da obra do cronista guatemalteco Francisco Antonio de Fuentes y Guzmán nos faz refletir sobre como observar questões relacionadas às ontologias ameríndias nas fontes históricas e na literatura antiquaria. Shapin e Schaffer (2011, p. 6-7) propõe identificar e examinar episódios de controvérsia na formulação do conhecimento científico, seu objetivo final seria derrubar a aura de evidência intrínseca aos meios experimentais de produzir conhecimento no século XVII (Shapin; Schaffer, 2011, p. 13). Nosso caso é um pouco mais sensível, já que não contamos com uma controvérsia científica. De fato, os primeiros debates sobre antiquarismo nas colônias só surgiria um século mais tarde, envolvendo a descoberta dos grandes monumentos da Pedra do Sol, Coatlicue e Pedra de Tizok na Praça Central da Cidade do México (Bernal, 1980, p. 81-85).

Contudo, a ideia de controvérsia mostra-se fértil quando desejamos apresentar outras perspectivas presentes no relato de Fuentes y Guzmán. Há, sem dúvida, uma relação de poder desigual entre colonizador e colonizado. Porém, ao explorar os

relatos de ruínas é possível encontrar como os indígenas se relacionavam com esses vestígios arqueológicos. Essa relação passa, claro, por uma lógica bem distinta daquela do colonizador como veremos a seguir.

Em seu relato da região de Mixco, na Guatemala, Fuentes y Guzmán (1932, I, p. 292) apresenta o caso curioso de “um ídolo bem grande” que se encontrava nas terras de D. Gabriel Esteban de Salazar, nas imediações do referido povoado. É bem possível o mencionado ídolo se tratar de uma das esculturas do que hoje é o sítio arqueológico de Kaminaljuyu, onde muitas outras esculturas pré-hispânicas foram encontradas. Vale lembrar que Kaminaljuyu foi abandonado ao final do século IX d.C. assim que, na época colonial, havia apenas vestígios do sítio pela região. Essa escultura, após repetidos esforços para removê-la do local onde estava e jogá-la de um barranco – e de seu inexplicável retorno ao mesmo lugar - teria sido destruída no episódio destacado abaixo:

Por terceira instância persistiram em seu propósito, e por terceira reincidência o encontraram no próprio sítio, até que resolveram, por último acordo, entregá-lo à violência e voracidade do fogo; executado com grande lamentável sentimento e resistência dos índios de serviço do próprio labor, vendo que o fogo, alviões e barras reduziam a pedaços e fragmentos aquela maldita figura (Fuentes y Guzmán, 1932, I, p. 292. Tradução nossa).

Fica claro, a partir do relato que a população indígena da região de Mixco mantinha muitos laços com as ruínas de Kaminaljuyu, inclusive religiosos. A resistência dos indígenas pokomchi que Fuentes y Guzmán relata formam nossa controvérsia. Indícios linguísticos e etnográficos sugerem que os povos da Mesoamérica acreditavam que a matéria animada poderia associar-se a humanos (Houston, 2014, p. 75). Em seu estudo sobre a representação de governantes na arte maya do período Clássico, Stephen Houston e David Stuart (Houston; Stuart, 1998, p. 86) propõem que a ação de esculpir, modelar ou

pintar transferia identidade e agência ou protagonismo à coisa formada, concedia vitalidade às imagens. Nesse sentido, a escultura não seria apenas uma imagem sagrada ligada às práticas religiosas, mas assumiria forma e agência humana, ou melhor, não-humana e de cunho espiritual. De certo modo, eles foram condenados a matá-la.

Outra ocasião similar corrobora a noção de que as imagens de deuses cultuadas pelos mayas durante o período colonial eram mais do que apenas esculturas. O dominicano inglês Thomas Gage relata o caso da destruição de uma escultura de madeira que os indígenas cultuavam em uma caverna próxima de Mixco (Gage, 1648, p. 171-175). Gage, preocupado em combater a idolatria, descobre onde é a tal caverna, leva consigo a escultura em madeira e a queima diante de todos na missa de domingo. Segundo seu relato, o sermão aquele dia mostrava preocupação com objetos que, para ele, eram inanimados, mas que os indígenas creditavam com habilidades humanas como falar e ouvir. Uma passagem resume bem a posição de Gage: “disse-lhes que, como sendo este apenas madeira, teria sido feito e modelado pelas mãos do homem e, portanto, era apenas um ídolo morto” (Gage, 1648, p. 174. Tradução nossa).

Thomas Gage, instruído pelo bispo inquisidor, manda chamar quatro irmãos da família Fuentes que, em sua avaliação, eram os responsáveis pela tal imagem e acusados de idolatria. Os quatro eram, ademais, os mais ricos e principais do povoado de Mixco. Gage reproduz o diálogo em sua obra, de onde destacamos o trecho abaixo:

Mas um deles respondeu com audácia, que sabiam que se tratava de um pedaço de madeira e que por si não poderia falar, mas vendo que havia falado (como todos eles eram testemunha) este era um milagre pelo qual deveriam ser guiados, e eles então acreditavam que Deus estava naquele pedaço de madeira, o qual desde que proferira seu discurso era mais do que um ordinário pedaço de pau, tendo Deus dentro de si, e, portanto, merecedor de mais oferendas e adoração

que aqueles santos na igreja, que nunca falavam às pessoas (Gage, 1648, p. 175. Tradução nossa).

Os principais de comunidades eram descendentes dos antigos senhores de cada região, dentro dessa lógica é possível conjecturar a partir do diálogo dos irmãos com Gage que eles se consideravam guardiões de saberes antigos, o conhecimento da religião de seus avós (Gage, 1648, p. 175). Do mesmo modo, os autores do Popol Vuh também faziam parte da elite indígena, que tinha acesso a e salvaguarda dos conhecimentos tidos exotéricos como o calendário e a escrita.

Assim como os potes e pratos relatados no Popol Vuh, a escultura de madeira destruída por Gage fala com as pessoas. Ainda que não esteja presente no relato de Fuentes y Guzmán, podemos aqui especular que o retorno mal explicado da escultura ao seu local original seria fruto de conversas similares. Este episódio demonstra que, para além da perseguição à idolatria relatada pelo cronista, havia uma outra maneira de se relacionar com objetos do passado. Ademais, esses objetos eram possuidores de uma essência que, em alguma medida, partilhava da condição humana.

Considerações finais

Nossa breve análise buscou atrelar duas questões na aparência dissonantes. De um lado, pensar a prática científica e antiquária em um contexto colonial. Buscamos demonstrar como, diferente das análises científicas na Europa ou mesmo em outras disciplinas, questões centrais do fazer científico se colocam de maneiras muito particulares em cada contexto, em particular quando tratamos de disciplinas humanistas como é o caso da Arqueologia. Assim mesmo, era necessário observar métodos descritivos, objetivos e interpretações de cronistas e funcionários da coroa espanhola em diálogo com seu contexto específico. O uso que se faz do passado ameríndio passa pela reabilitação de sua própria identidade, que projeta na antiguidade americana suas

glórias e feitos passados. Restaurar o prestígio das fontes ibéricas que tratam das culturas ameríndias a partir da evidência material encontrada na América engrandecia o feito dos próprios espanhóis como colonizadores.

De outro lado, a partir dos conceitos de perspectivismo e multinaturalismo, buscamos observar na obra de Fuentes y Guzmán e Thomas Gage episódios de controvérsia que nos conduzissem a perceber as maneiras como diferentes pessoas da sociedade colonial se relacionavam com o passado daquela região. O paralelo com o contexto amazônico e a aplicação dos conceitos de perspectivismo e multinaturalismo nos indica que o tempo mítico mesoamericano revela um estado de indiferenciação entre os seres, traduzido no episódio da revolta dos não-humanos e nos dois casos de idolatria relatados nas crônicas. Não queremos com isso sugerir que noções amazônicas podem ser universalizadas e aplicadas de forma direta ao contexto mesoamericano, mas sim que essas concepções advindas do pensamento ameríndio podem auxiliar a compreender como as sociedades da Mesoamérica se relacionavam com seu passado.

Por fim, vozes indígenas parecem estar sempre às margens do conhecimento antiquário do Novo Mundo, tal qual os sistemas de conhecimento ameríndios diante da moderna Arqueologia. Recuperá-las e compreender a maneira como essas sociedades se relacionavam com seu próprio passado se mostra um caminho promissor para futuras análises. A inclusão das perspectivas das pessoas pode enriquecer e tornar mais complexas as interpretações do passado.

Fontes

FUENTES Y GUZMÁN, F. A. de. *Recordacion Florida: discurso historial y demonstracion natural, material, militar y politica del Reyno de Guatemala*. (3 Tomos). Guatemala: Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala, 1932.

GAGE, T. *The English-American his Travail by Sea and Land: or, A New Survey of the West-India's*. Londres: R. Coates, 1648.

POPOL VUH - *O esplendor da palavra antiga dos Maias-Quiché de Quauhtlemallan: aurora sangrenta, história e mito.* Trad. e notas Josely Vianna Baptista. Introdução e notas de Adrián Recinos Ávila. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso.* Prefácio de Helio Jaguaribe. Trad. De Mário da Gama Kury. 4ª Ed. Brasília: Editora da UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

Referências bibliográficas

BERNAL, I. **A History of Mexican Archaeology.** New York: Thames and Hudson, 1980.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006

BROTHERSTON, G. **Book of the fourth world:** Reading the Native Americas through their literature. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1992

CABELLO CARRO, P. (Ed.). **Política investigadora de la época de Carlos III en el área maya.** Madri: Ediciones de la Torre, 1992.

CABRAL, M. P. Quando un pájaro viviente es un vestigio arqueológico: Considerando la arqueología desde una perspectiva de conocimiento diferente. In: ROJAS, F.; HAMANN, B. E.; ANDERSON, B. (Eds.). **Otros pasados:** Ontologías alternativas en el estudio del pasado Bogotá: Universidad de los Andes & Fondo de Cultura Económica, 2021.

CAÑIZARES-ESGUERRA, J. **Como escrever a História do Novo Mundo:** Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do Século XVIII. São Paulo: Edusp, 2011.

DÍAZ-ANDREU, M **A world history of nineteenth-century archaeology:** nationalism, colonialism, and the past. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

GILLESPIE, S. D.; JOYCE, R. **Things in Motion:** Objects Itineraries in Anthropological Practice. New Mexico: School for Advanced Research Press, 2015.

- GORDON, A. R. Subverting the Secret of Herculaneum: Archaeological Espionage in the Kingdom of Naples. In: COATS, V. C. G.; SEYDL, J. L. (Eds.). **Antiquity Recovered: the legacy of Pompeii and Herculaneum**. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2007.
- GRILLO, J. G. C.; FUNARI, P. P. A. **Arqueologia Clássica: o cotidiano de gregos e romanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- HAMMAN, B. E. The social life of pre-sunrise things: Indigenous Mesoamerica archaeology. **Current Anthropology**, v. 43, n. 3, p. 351-382, 2002.
- HARRISON-BUCK, E.; HENDON, J. A. **Relational Identities and Other-than-Human Agency in Archaeology**. Louisville: University Press of Colorado, 2018.
- HOUSTON, S. D. **The life within: classic Maya and the matter of permanence**. New Haven: Yale University Press, 2014.
- HOUSTON, S.; STUART, D. The ancient Maya self: personhood and portraiture in the Classic period. **RES: Anthropology and Aesthetics**, v. 33, n. 1, p. 73-101, 1998.
- INGOLD, T. **Being Alive: Essays on movement, knowledge and description**. London and Nova Iorque: Routledge, 2011.
- KUNH, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LÓPEZ LUJÁN, L. **La recuperación mexicana del pasado teotihuacano**. Cidade do México: Asociación de Amigos del Templo Mayor/ INAH/ García Valadés, 1989.
- LÓPEZ LUJÁN, L. Alia Herculanea: Pre-Hispanic Sites and Antiquities in Late Bourbon New Spain. In: POHL, J. M.; LYONS, C. (Eds.). **Altera Roma: Art and Empire from Mérida to Mexico**. Los Angeles: The Cotsen Institute of Archaeology Press, 2016.
- MOMIGLIANO, A. História antiga e o antiquário. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, 2014.
- ROBERTSON, W. **The History of America**. (3 vols.). Dublin: Price, 1777.

- SANTOS-GRANERO, F. (Ed.). **The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood.** Tucson: The University of Arizona Press, 2009.
- SHAPIN, S.; SCHAFFER, S. **Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life.** Princeton: Princeton University Press, 2011.
- SILVA, F. A. Mito e Arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu - Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 175-187, 2002.
- TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- UMBERGER, E. Antiques, Revivals, and References to the past in Aztec Art. **RES: Anthropology and Aesthetics**, v. 13, p. 62-105, 1987.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ROMANIZAÇÃO E (RE)LEITURAS DO PASSADO NA ÁFRICA ROMANA: O CASO DE GHIRZA (SÉCS. III-IV)

Gilvan Ventura da Silva
Belchior Monteiro Lima Neto

Palavras iniciais

Num ensaio publicado em 1996,¹ o jamaicano Stuart Hall (2003), um dos mais emblemáticos teóricos dos Estudos Culturais e do impacto da experiência colonial tanto sobre povos e territórios submetidos à exploração estrangeira quanto sobre as suas respectivas metrópoles, se dedicava a refletir acerca dos contornos daquilo que então se designava como “pós-colonial”, adjetivo empregado amiúde para definir seja uma fase histórica (aquela que sucedia à colonização), seja um conjunto de pressupostos teóricos que assinalariam um novo paradigma científico ou mesmo uma maneira peculiar de compreender as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, num mundo cada vez mais globalizado. Não obstante as ambiguidades e inconsistências contidas no vocábulo, tal como demonstrado por diversos críticos, Hall (2003, p. 111) se propõe a esclarecer o que, para ele, constituiria o fundamento do pós-colonial: “a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo, a multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas, os movimentos e migrações que compõem hoje o mundo”. Nesse sentido, poderíamos tomar o pós-colonial como uma forma de pensamento que não apenas interpreta o passado, desde pelo menos 1492, nos termos de um processo abrangente de expansão das potências europeias quando da criação do capitalismo, mas também o futuro, assinalando uma ruptura com modos de pensar e agir condicionados por uma lógica

¹ Nos referimos aqui ao artigo “When was ‘the Post-colonial’? Thinking at the limit”, incluído na coletânea *Da diáspora: identidades e mediações culturais* organizada, em 2003, por Liv Sovik.

binária segundo a qual colonizadores e colonizados seriam categorias mutuamente excludentes, o que acarretaria, por um lado, a valorização de todas as modalidades de encontro, diálogo e fusão cultural e, por outro, a possibilidade de descentrar os sujeitos cognoscentes, uma vez que não se trataria mais de priorizar o ponto de vista daqueles posicionados no “centro”, mas de reconhecer a possibilidade de as “periferias” produzirem suas próprias reflexões e *insights* à revelia dos cânones então estabelecidos, procedimento que, na avaliação de Hall, nos permitiria não apenas criticar e desconstruir o pensamento colonial, mas também ir além dele, propondo-lhe alternativas.

Ainda que a fundação de uma epistemologia pós-colonial baseada em racionalidades outras ou naquilo que, de modo um tanto ou quanto pejorativo, costuma-se denominar “saber local”, ou seja, usos e costumes tidos como irrelevantes ou inócuos por uma tradição filosófico-científica calcada em parâmetros característicos da cultura ocidental, vale dizer, europeia, seja uma tarefa difícil de se realizar em sua completude, na opinião de Mata (2014), em determinados domínios, como o dos estudos literários e históricos, é perfeitamente viável experimentarmos, com base no *background* cultural daqueles situados fora do “centro”, novas perspectivas capazes de desafiar as interpretações tidas como clássicas e ao mesmo tempo de reformá-las e enriquecê-las. Tal pressuposto parece se revelar bastante útil quando o aplicamos, por exemplo, à História Antiga – em particular, a Grécia e Roma – e à Arqueologia Clássica, disciplinas que, a rigor, não podem nem devem ser confundidas com o continente europeu *stricto sensu*, uma vez que tanto a sociedade grega quanto a romana não se mantiveram, em absoluto, circunscritas às Penínsulas Balcânica e Itálica e às ilhas do Egeu, mas se espraíram por toda a bacia do Mediterrâneo e mesmo além, atingindo territórios longínquos como a Britânia e a Mesopotâmia. Muito embora os pesquisadores europeus sejam detentores incontestáveis de uma longa e sólida tradição nos Estudos Clássicos, é preciso reconhecer que a história e a cultura dos antigos, suas instituições, idiomas, valores, concepções, monumentos e artefatos são um

patrimônio universal, não havendo razão para que pesquisadores como nós, brasileiros, que nunca integramos a zona de influência greco-romana, nos sintamos desconfortáveis em tratar de uma realidade que *a priori* nos seria estranha (Souza, 2022, p. 83), ainda mais pelo fato de que, conforme defendeu certa vez Paul Veyne (1989), estudamos a história não para conhecer a nós mesmos, mas para travar contato com aquilo que não somos e que muitas vezes nos desafia e desinstala, ou seja, para dialogar com a alteridade e a diferença. Desse ponto de vista, o pensamento pós-colonial constitui um valioso instrumento de descentralização da História Antiga, permitindo-nos visitar o passado de Grécia e Roma sob as lentes de uma historiografia afinada com temas, objetos e diretrizes teórico-metodológicas nem sempre compartilhados pelos colegas europeus e norte-americanos, sem que isso represente qualquer demérito para a História Antiga que fazemos ou desejamos fazer. Se isso é válido para os pesquisadores sul-americanos, o é decerto muito mais para aqueles oriundos de territórios outrora ocupados por gregos e romanos, a exemplo do norte da África, onde vemos florescer, desde meados da década de 1960, uma escola historiográfica comprometida em iluminar as sociedades do Magreb² – correspondentes às atuais nações do Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia – por elas mesmas, amiúde a contrapelo do conhecimento produzido pelos acadêmicos europeus, em especial pelos franceses, italianos, espanhóis e britânicos, que, a partir das últimas décadas do século XIX, invadiram a região e deram início a todo um movimento de descoberta e/ou restauração dos monumentos antigos, pretendendo, com isso, estabelecer uma continuidade entre os conquistadores do passado e aqueles do presente.³ De fato, ao

² Na época tardia do Império Romano, o Magreb se encontrava repartido em dez províncias no sentido Ocidente-Oriente, a saber: Mauritânia Tingitana, Mauritânia Cesarense, Mauritânia Tábica, Numídia Cirtense, Numídia Militiana, África Proconsular, Bizacena, Tripolitânia, Líbia Superior e Líbia Inferior, cf. Cameron (1993).

³ Os franceses iniciaram sua ocupação do norte da África em 1830, ao se apoderarem de Argel, completando o domínio sobre o restante do país (a

recuperarem as antiguidades romanas, os historiadores e arqueólogos europeus supunham estar apropriando-se de algo que lhes pertencia por direito, como herdeiros que eram de Roma. Além disso, assim como os romanos, encontravam-se imbuídos da missão de “civilizar” os povos norte-africanos, o que estabelecia de imediato uma conexão entre a *práxis* imperialista antiga e a contemporânea (Lepelley, 2016, p. 421).

Estimulados pela onda de descolonização dos países do Magreb e pela emergência do paradigma pós-colonial, os intelectuais norte-africanos começaram a se voltar para a sua própria história que, a certa altura, se confundia com a história dos gregos e, de modo muito mais evidente, com a dos romanos, cuja dominação, no norte da África, foi muito mais duradoura e profunda. Ao fazerem isso, foram capazes de desvelar, nas entrelinhas dos estudos de natureza histórica, geográfica e arqueológica levados a cabo pelos acadêmicos europeus, uma plethora de argumentos e concepções em sintonia, não com o passado romano-africano propriamente dito, mas com a experiência imperialista de final do século XIX e início do XX. Todo esse arcabouço ideológico foi então posto à prova pela emergência dos estudos pós-coloniais, operando-se uma ampla revisão historiográfica que colocava a nu a instrumentalização do passado romano com o propósito de justificar o domínio das potências europeias sobre o Magreb, razão pela qual tudo aquilo que envolve a história da região configura um notável “laboratório” para compreendermos como a presença greco-romana no norte da África foi reelaborada ao longo do tempo segundo a lógica dos “usos do passado”, um campo dedicado à reflexão sobre como os acontecimentos pretéritos, em determinadas circunstâncias, são mobilizados de modo

Argélia) nas décadas seguintes. Em 1881, invadiram a Tunísia, onde, em 1883, instalaram um protetorado. O Marrocos, por sua vez, se tornou um protetorado francês em 1912, embora os territórios da zona setentrional tenham permanecido nas mãos dos espanhóis. Por fim, em 1911, a Líbia foi anexada pelos italianos, que aí se mantiveram até 1942, quando foram substituídos pelos britânicos (Annandale, 2001, p. 3; Mattingly, 1996, p. 49).

instrumental, amiúde com o propósito de sustentar esta ou aquela plataforma político-ideológica (Silva; Funari; Garraffoni, 2020).⁴ Em se tratando do diálogo presente/passado em torno da fundação do Império Romano, um dos conceitos mais empregados, na literatura especializada, para descrever os mecanismos de controle de Roma sobre as províncias – inclusive aquelas situadas no norte da África – é o de romanização, cunhado à época do imperialismo, o que tem lhe rendido, nas últimas décadas, muitas críticas e reparos. Nesse sentido, acompanhar a história da formulação, aplicação e transformação do conceito é, sem dúvida, um exercício bastante útil para ilustrar como o passado pode ser lido e relido de acordo com as inquietudes do presente.

Tomando como referência o paradigma pós-colonial e o conceito de romanização, nosso propósito, nesse capítulo, é examinar o caso de Ghirza, uma aldeia fortificada (*castellum*) situada a cerca de 250 km ao sul de Oea (a atual Trípoli, na Líbia), cidade que, na época tardia, fazia parte da província da Tripolitânia. Erguida no limite do deserto (o assim denominado *limes Tripolitanus*), Ghirza, nos séculos III e IV, era uma comunidade agrícola composta por famílias que, sob a liderança de uma chefia tribal, mantinha aliança com o Estado romano, muito provavelmente com a incumbência de defender a zona de fronteira. Em Ghirza, os arqueólogos identificaram diversos mausoléus que replicavam, em suas colunas, arcos e capitéis, os padrões clássicos, além de ostentar inscrições epigráficas em latim. Malgrado o emprego de técnicas greco-latinas em sua construção, esses monumentos não poderiam ser classificados como “romanos”, uma vez que exibiam traços evidentes da cultura local. Sob essas estruturas foram descobertas câmaras mortuárias cujas

⁴ No âmbito das investigações acerca da Antiguidade, os usos do passado são uma das expressões possíveis dos estudos de recepção dos clássicos, ou seja, da maneira como a tradição greco-romana foi transmitida e recebida ao longo do tempo, o que lhe confere uma dimensão trans-histórica, tal como proposto por Martindale (1993), autor que deve ser, a justo título, reconhecido como o pioneiro neste domínio (Souza, 2022, p. 75).

antessalas destinavam-se à execução de ritos oníricos segundo a tradição líbia. Além disso, o sítio continha também uma inscrição na qual são mencionados, sob a designação de *parentalia*, sacrifícios em honra a Gurzil, divindade protetora dos grupos agnados da Líbia. Interpretadas à luz dos estudos pós-coloniais, essas evidências sugerem, não a replicação pura e simples das técnicas arquitetônicas greco-romanas e da epigrafia latina pelos aldeões, mas a existência de um intercâmbio cultural por meio do qual marcadores identitários romanos foram reinterpretados por uma elite local desejosa de afirmar sua superioridade diante de seus compatriotas, compelindo-nos assim a tratar a romanização como um intrincado processo de negociação no qual tanto os colonizadores quanto os colonizados desempenharam o papel de protagonistas, o que rompe frontalmente com as antigas teorias acerca da passividade das sociedades norte-africanas, que pouco teriam contribuído para o desenvolvimento da sua própria história (Lepelley, 2016, p. 426).

O conceito de romanização e suas metamorfoses

O conceito de romanização, ou seja, a concepção segundo a qual, ao longo do tempo, a cultura dos povos e sociedades submetidos ao domínio romano tenderia a reproduzir aquela de Roma, de maneira que o “destino manifesto” das províncias, por assim dizer, seria se converter, ao fim e ao cabo, numa *mimesis* ou réplica da metrópole, foi articulado pela primeira vez, de maneira consistente, pelo historiador e arqueólogo britânico Frances Haverfield, em sua obra *The Romanization of the Roman Britain*, uma conferência publicada em 1906 e republicada, com acréscimos, em 1912. Nela, o autor estabeleceu o modelo para as mudanças observadas na Britânia após a conquista pelos romanos em conformidade com os estudos históricos e antropológicos de então, que pretendiam explicar – e, decerto, justificar – o imperialismo europeu como uma experiência capaz de incentivar o “progresso” e o “desenvolvimento” das regiões conquistadas, de maneira que a presença romana na ilha era interpretada como

o cumprimento, por parte de Roma, de uma “missão civilizatória”, ofertando-se assim aos nativos a oportunidade de compartilhar um sistema cultural superior. Na ótica de Haverfield, a romanização teria sido um acontecimento unidirecional e progressivo por meio do qual os povos da Britânia, ao se submeterem às determinações do governo imperial, teriam absorvido de bom grado os costumes, valores e práticas romanos, galgando assim um patamar superior de organização social (Hingley, 2010, p. 33-34). Após a formulação inicial por Haverfield, o conceito de romanização começou a ser empregado de modo recorrente, não apenas para descrever as interações entre as sociedades da Britânia e os romanos, mas também entre Roma e as demais províncias. Ao longo do tempo, no entanto, o conceito foi objeto de inúmeras críticas e adaptações, passando seu conteúdo por uma aguda transformação à medida que, por um lado, aumentavam as evidências acerca do modo como se processou a conquista dos territórios provinciais, em boa parte graças ao trabalho dos arqueólogos, e, por outro, observavam-se alterações substantivas na maneira pela qual as relações entre colonizados e colonizadores eram interpretadas, em particular após a Segunda Guerra Mundial, quando recrudescer o movimento de descolonização afro-asiático (Mendes, 2007, p. 2). Desse modo, se o conceito serviu, num primeiro momento, para justificar, com base no imperialismo romano, as pretensões colonialistas de potências como Inglaterra, França, Espanha e Itália, tidas como herdeiras de Roma e, por conseguinte, da sua “missão civilizatória”, num momento posterior, o conceito sofreu uma profunda revisão, havendo mesmo aqueles que advoguem pelo seu total abandono.

Seja como for, à medida que os estudos culturais sofisticavam o seu aparato teórico, a romanização deixou de ser considerada um acontecimento capaz de proporcionar qualquer melhoria substantiva nas condições de vida dos povos submetidos ao domínio romano, mais não fosse pela rejeição dos antropólogos à própria ideia de progresso, irremediavelmente comprometida com os pressupostos ideológicos que orientavam

as nações europeias de fins do século XIX e início do XX, dentre os quais contava-se uma filosofia da História segundo a qual a humanidade caminharia, de modo inexorável, rumo ao aprimoramento científico, social e moral (Le Goff, 1994, p. 264), o que justificava as pretensões de controle da Europa, o “berço” da Revolução Industrial, sobre o planeta. Num segundo momento, a romanização passou a ser tratada nos termos de um processo de aculturação no qual a sociedade nativa, posta em contato com os conquistadores, assimilaria de imediato as inovações trazidas por estes, o que resultaria numa alteração radical do seu *modus vivendi*. De acordo com essa nova diretriz, as elites locais desempenharam um papel decisivo para o desencadear da romanização, pois teriam sido elas as responsáveis por absorver e reproduzir a cultura romana, não apenas com o propósito de se alinhar às elites imperiais, compostas por membros das ordens senatorial e equestre, mas também por potencializar o seu prestígio diante dos pares. Muito embora o pressuposto segundo o qual as protagonistas da romanização tenham sido as elites locais não seja decerto um equívoco, uma vez que os indivíduos que as compunham eram aqueles em melhor condição de aprender o latim ou o grego e de investir na aquisição de todo um repertório de marcadores identitários característicos da civilização greco-romana, a exemplo dos elementos arquitetônicos, amiúde os mais onerosos, importa mencionar que, ao interpretar a romanização como um processo de aculturação, os autores continuavam a priorizar a assimilação de uma cultura dominante pelos habitantes da periferia, sem prestar a devida atenção aos mecanismos pelos quais os símbolos inerentes a essa cultura eram apropriados e investidos de novos sentidos de acordo com os interesses, propósitos e convicções daqueles que os manipulavam, o que os levava a ignorar a agência dos provinciais diante da dominação imposta por Roma ao mesmo tempo que ratificavam o “mito” da passividade colonial (Mendes, 2007, p. 4).

Confrontado por essas críticas, o conceito de romanização experimenta uma sensível reformulação, passando a definir, não a difusão mais ou menos uniforme da cultura romana pelas

províncias e sua absorção mais ou menos passiva pelas elites locais, mas uma experiência altamente complexa por meio da qual os nativos de cada localidade do *orbis Romanorum* lidaram ao seu modo com as técnicas, ideias, valores e concepções provenientes do centro, o que nos obriga, pois, a descentralizar os estudos relativos à romanização mediante o deslocamento do olhar da Península Itálica, em geral, e da cidade de Roma, em particular, para observar aquilo que ocorria nas províncias, e isso tanto em âmbito urbano quanto em âmbito rural, pois não podemos nos esquecer que as elites locais, embora tivessem a cidade como principal cenário de atuação, retiravam sua riqueza da zona agrícola circundante, razão pela qual, ao contrário do que poderíamos supor se privilegiamos o estudo da cultura urbana, mesmo o *ager* ou a *khora* não foram espaços refratários aos influxos provenientes do centro. Tal conclusão simplesmente implode a possibilidade de tratarmos a romanização de modo padronizado, impondo-se assim a necessidade de valorizarmos suas múltiplas expressões, tanto no que diz respeito à diversidade geográfica quanto à sucessão cronológica, tal como proposto por Hingley (2010, p. 38). Além disso, não é mais possível, como tantas vezes se fez, tratar a romanização como um acontecimento imune a tensões e conflitos, o que tem estimulado os pesquisadores a considerar, no contexto das interações entre romanos e provinciais, os mecanismos de resistência aberta ou velada à dominação imperial, havendo sempre a possibilidade de que, ao internalizar determinados códigos da cultura greco-romana, os nativos tenham se valido desses mesmos códigos para se opor aos conquistadores, como podemos supor no caso das técnicas de combate. Por todos esses motivos, a romanização, hoje, tem sido cada vez mais encarada como um acontecimento que, liderado pelas elites locais e condicionado pelas variações de tempo e espaço, produziu, nas províncias, mudanças socioculturais de relevo conforme uma dinâmica de assimilação, ajustamento, conflito, negociação e resistência, devendo-se reconhecer que, não obstante a dominação imposta por Roma, as populações nativas não foram, em absoluto, espectadoras passivas da construção do

sistema imperial, mas desempenharam um papel decisivo na empresa colonizadora (Mendes, 2007, p. 8).

Romanização, africanidade e resistência

Em se tratando do norte da África, o conceito de romanização é empregado pela primeira vez por Thomas Broughton que, em 1929, publica *Romanization of Africa Proconsularis*, obra na qual defendia que, ao contrário da Britânia, a penetração da cultura romana no Magreb havia sido muito mais superficial devido ao pouco interesse de Roma em incentivar as populações locais a adotar o seu *modus vivendi*, pelo que apenas o culto às divindades imperiais e as alianças forjadas com as tribos nômades teriam sido objeto de atenção por parte dos conquistadores, ainda que estes tenham levado aos africanos paz e prosperidade, conforme a lógica subjacente ao conceito tal como formulado por Haverfield, ponto de vista mais tarde superado, em definitivo, pela historiografia alinhada com os estudos pós-coloniais (Annandale, 2001, p. 17). A bem da verdade, os reparos mais consistentes ao conceito de romanização, tal como ele havia sido empregado por décadas a fio, provieram do trabalho dos autores norte-africanos, que, tomando a si a tarefa de escrever – ou reescrever – sua própria história, decidiram passar em revista os fundamentos de uma prática historiográfica informada pelos cânones da tradição acadêmica europeia, num momento em que os antigos protetorados europeus no Magreb começavam a se tornar independentes.⁵ A emancipação das nações norte-africanas deu margem à difusão de um profundo sentimento anticolonialista contra tudo o que os invasores representavam, como vemos em *Décoloniser l'histoire*, um opúsculo de 1965, no qual o escritor argelino Mohamed Sahli denunciava os historiadores, arqueólogos e geógrafos que, tendo estudado a Argélia, o fizeram tão somente

⁵ A independência da Líbia data de 1951, seguida pela do Marrocos (1956), da Tunísia (1957) e da Argélia (1963). Neste último caso, a guerra de libertação movida pelos argelinos contra a França é considerada um dos mais sangrentos conflitos coloniais do Pós-Guerra (Mattingly, 1996, p. 49).

com o propósito de reforçar o domínio francês sobre o país, uma acusação não apenas grave, como também excessiva devido ao seu alto grau de generalização, fruto de uma conjuntura política marcada pela acentuada polarização entre estrangeiros e nativos (Lepelley, 2016, p. 427). Malgrado os inflamados arroubos nacionalistas de então, o fato é que a descolonização do Magreb propiciou a valorização das experiências coloniais em detrimento de uma perspectiva cujo epicentro eram sempre as metrópoles. A esse respeito, é impossível não mencionar o ensaio seminal do filósofo e historiador marroquino Abdallah Laroui, que publica, em 1970, *L'Histoire du Maghreb: un essai de synthèse*, obra na qual contesta acidamente a ideia de que a romanização do norte da África tenha representado, sob qualquer aspecto, um benefício para as populações locais. Segundo o autor, com exceção de uma elite bastante restrita, a cultura romana não penetrou profundamente em África, além do que as evidências arqueológicas da presença romana na região deveriam ser atribuídas a imigrantes romanos e não a africanos romanizados. Por esse motivo, em lugar de enfatizar a romanização, Laroui preferiu deter-se na resistência dos norte-africanos ao domínio romano, resistência esta que não deveria ser interpretada como uma tendência inata dos nativos à rebelião ou como uma rejeição obtusa aos ganhos proporcionados pela civilização, mas antes como uma oposição metódica ao jugo ao qual se encontravam sujeitos, propondo assim uma leitura do passado romano da África que Mattingly (1996, p. 57) considera por demais influenciada pelo *Zeitgeist*.

Em todo caso, à época a obra de Laroui encerrava um inequívoco frescor intelectual ao demonstrar como a história do Magreb, na Antiguidade, havia sido “sequestrada” pelos interesses colonialistas europeus, abrindo assim caminho para um elenco de trabalhos posteriores afinados com uma historiografia que já poderíamos qualificar como pós-colonial, a exemplo da obra do autor franco-marroquino Marcel Benabou, que, em 1976, publica *La résistance africaine à la romanisation*. Nela, Benabou defende a hipótese segundo a qual é virtualmente impossível separar o

estudo da resistência africana aos potentados europeus do estudo da romanização. Além disso, numa crítica aberta aos argumentos de Laroui, reputa estéril o emprego de categorias dicotômicas para descrever a sociedade norte-africana, a exemplo de cidadãos romanizados e camponeses aferrados às tradições indígenas, sugerindo antes a existência, sob o Império, de pelo menos três grupos sociais bastante visíveis: os romanos por nascimento ou adoção, que monopolizavam a atenção dos investigadores; os africanos que se mantiveram ao abrigo do domínio romano direto pelo fato de habitarem regiões mais interioranas, como o deserto da Tripolitânia; e os segmentos parcialmente romanizados, tidos pelo autor como os mais importantes quando se trata de compreender a interação entre a cultura romana e as culturas nativas, já que teriam sido eles a força motriz da romanização (Annandale, 2001, p. 19-20). As reflexões de Benabou foram importantes não apenas para a releitura do conceito de romanização segundo uma ótica que trazia a primeiro plano o estranhamento entre colonizados e colonizadores, mas também por antecipar aquilo que mais tarde veio a ser conhecido como “africanidade”, ou seja, a agência dos nativos ao lidar com os influxos culturais advindos do centro, pois, em sua avaliação, os norte-africanos interferiram diretamente na escolha dos deuses do panteão greco-romano que cultuaram, na associação das línguas líbico-africanas com o latim e na atribuição de nomes latinos àqueles que adquiriam a cidadania romana (Mattingly, 1996, p. 58).

Em conjunto, as reflexões de Laroui e Benabou forneceram a base para que a investigação sobre a presença romana no norte da África adquirisse maior refinamento e densidade ao trazerem para o centro do debate acadêmico o papel desempenhado pelos povos do Magreb diante da empresa conquistadora liderada por Roma, o que tornava inviável de uma vez por todas o estudo da romanização – ou de algo equivalente – à revelia das próprias sociedades e/ou culturas submetidas. Mediante a conjugação dos conceitos de romanização, africanidade e resistência verificamos, na atualidade, alguns avanços relevantes na investigação da realidade norte-africana sob

o Império Romano. Em primeiro lugar, despidos do ideário imperialista, os epigrafistas, ao visitar o extenso *corpus* de inscrições latinas provenientes das províncias que compunham o Magreb, têm estabelecido, de modo categórico, que a maioria dos cidadãos romanos residentes na região, tanto civis quanto militares, era de origem africana, o que torna obsoleta a antiga tese da migração maciça de indivíduos da Península Itálica para o continente africano.⁶ Em segundo lugar, os estudos de História das Religiões têm demonstrado que a maioria das divindades púnicas e africanas, a exemplo de Baal-Hammon e Gurzil, ao serem sincretizadas com as divindades greco-romanas, experimentaram uma longevidade insuspeita. Em terceiro lugar, os arqueólogos têm evidenciado cada vez mais, tanto em âmbito público quanto em âmbito doméstico, a influência da arquitetura púnica sobre a greco-romana, inclusive no que se refere à construção de redes hidráulicas, pois, ao contrário do que comumente se supunha, não foram os romanos os responsáveis por introduzir essa técnica na região, que possui seus antecedentes em meios indígenas (Mattingly, 1996, p. 59 *et sequ.*). Da mesma maneira, a implantação do modo de vida urbano em sítios fora da zona de influência dos cartagineses não é mais considerada uma criação *ex nihilo* dos romanos, uma vez que antes mesmo da chegada dos conquistadores já se verificava, em diferentes lugares, a fundação de núcleos urbanos autóctones (Kormikiari, 2009, p. 151 *et sequ.*). Além disso, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre o sistema econômico vigente no Magreb à época romana, os historiadores têm se concentrado na exploração das zonas rurais e no sucesso obtido pelos produtos agrícolas norte-africanos nos mercados do ultramar. Desse modo, começamos pouco a pouco a ver emergir uma História da África

⁶ Em fins do século XIX, o eminente epigrafista E. Masqueray, ao propor uma análise estatística da romanização da África com base na população europeia da Argélia, supunha ter havido a migração de pelo menos 4 milhões de pessoas da Península Itálica para o Magreb, única explicação que julgava plausível para o grande número de *civitates* e de inscrições latinas encontradas na região. Hoje, esse raciocínio não mais se sustenta (Lepelley, 2016, p. 423).

Romana menos comprometida, é certo, com o discurso colonial, mas ao mesmo tempo atenta à importância dos romanos para o desenvolvimento das sociedades magrebina, o que, por sua vez, assinala a superação do ufanismo próprio das décadas de 1970 e 1980, quando o estudo da romanização constituía quase sempre um pretexto para reafirmar a resistência africana ao invasor. Hoje, a abordagem da presença romana no norte da África se mostra muito mais complexa e apta a captar, por um lado, a diversidade na recepção da cultura greco-romana pelos provinciais e, por outro, as opções, soluções e arranjos que as sociedades nativas, tendo em vista os seus próprios interesses, encontraram para se compor com tudo aquilo que provinha de Roma e impactava o seu cotidiano, como vemos em Ghirza.

Os mausoléus de Ghirza: apropriações locais da cultura romana

Trazido à luz pelo trabalho pioneiro de escavação realizado por Brogan e Smith, na década de 1950,⁷ o sítio arqueológico de Ghirza localiza-se, como mencionamos, a 250 km ao sul da costa mediterrânea. Nesta localidade, aparentemente inóspita, instalou-se, a partir do século III, o maior assentamento líbio do interior da Tripolitânia,⁸ configurando uma aldeia

⁷ As escavações levadas a cabo por Brogan e Smith em Ghirza foram sistematizadas na publicação dos relatórios de escavação presentes na obra *Ghirza: a Libyan settlement in the Roman period* (1984).

⁸ A Tripolitânia, na Antiguidade, correspondia às terras a leste de Cartago e a oeste da Cirenaica, sendo constituída por três zonas geográficas bem definidas: Gefara, Gebel e Dahar. A primeira, próxima à costa, era uma planície de clima mediterrâneo, com pluviosidade e fertilidade do solo propícias a uma variedade de culturas agrícolas, fato que potencializou, nos períodos púnico e romano, a prosperidade de três grandes aglomerações urbanas: Lepcis, Oea e Sabrata. Ao Sul, ergue-se a cadeia montanhosa do Gebel, de clima semiárido, mas com solo fértil e intensamente explorado na oleicultura. Por fim, próximo ao Saara, localiza-se o Dahar, de clima predominantemente desértico, onde a agricultura e a vida sedentária se desenvolviam ao redor dos oásis e dos rios intermitentes que banhavam a região (Lima Neto, 2016, p. 97-99).

composta por 40 habitações de dimensões diversas que variavam de construções modestas de apenas dois cômodos a grandes *Gsur*, isto é, edifícios de dois ou mais andares, fortificados com muros e torres de vigília e constituídos com pátio interno a céu aberto ao redor do qual se distribuía uma série de compartimentos destinados à habitação dos membros das principais famílias locais (Mattingly; Dore, 1996, p. 127-128).⁹

Fixada numa região de clima desértico, mas banhada por um dos afluentes do *Wadi Zemzem*, uma bacia hidrográfica intermitente abastecida sazonalmente pelas águas da chuva que descem das encostas dos vales circundantes, Ghirza se desenvolveu a partir da exploração intensiva do aluvião do leito do rio que a margeava, onde foram encontrados, por uma distância de aproximadamente 3 km, traços de paredes transversais e laterais empregadas, ao que tudo indica, segundo uma técnica agrícola que consistia no aproveitamento sistemático do solo fertilizado pelos sedimentos trazidos pelas águas pluviais, possibilitando assim o cultivo de um território localizado em plena área desértica. Como demonstram os vestígios botânicos descobertos em seu sítio arqueológico, em Ghirza eram cultivados trigo, cevada, azeitona, uva, figo, tâmara e leguminosas (Brogan; Smith, 1984, p. 308-311).

Desde meados do século II, observa-se a ampliação do território agrícola em regiões semiáridas e desérticas no interior da Tripolitânia. Esses assentamentos, denominados pelas fontes

⁹ Segundo dados arqueológicos apresentados pela *Unesco Libyan Valleys Archaeological Survey*, o *Gasr* (plural *Gsur*) refere-se aos edifícios agrícolas fortificados, protegidos por grossas muralhas de alvenaria e formados por torres com dois ou mais andares, com pátio a céu aberto e uma única entrada. A partir do século III, tais construções se disseminaram pelas regiões desérticas do norte da África, tornando-se o modelo das habitações das elites líbias que dominavam amplos territórios agrícolas, a exemplo dos dois amplos *Gsur* descobertos em Ghirza (Edifícios 31 e 34), que provavelmente serviam de *habitat* às chefias locais (Barker, 1996; Mattingly; Dore, 1996, p. 127-133).

latinas como *oppida*, *castella* ou *castra*,¹⁰ se formaram, em muitas ocasiões, a partir de centros tribais sedentários, que tiveram seu desenvolvimento incentivado pelas demandas mediterrâneas de produtos agrícolas e, além disso, pelo incremento das trocas transaarianas realizadas pelos garamantes do Fezã.¹¹ Neste contexto, deve-se ainda perspectivar, no início do século III, a instalação de uma série de fortes, fortalezas e pontos de vigília no *limes Tripolitanus*, fato que provavelmente potencializou o estabelecimento de trocas comerciais na região, inserindo, em grande medida, os assentamentos agrícolas locais na economia monetária romana (Mattingly, 1996, p. 319-320).¹² É possível que Ghirza tenha se beneficiado deste processo, aproveitando-se de sua localização estratégica, a meio caminho dos fortes romanos de *Bu Njem* e de *Gheriat el-Garbia*. Corroborando tal conjectura, podem-se citar as ostracas (76-79) descobertas em *Bu Njem*, que atestam seu abastecimento com produtos agrícolas provenientes de caravanas de camelos chefiadas por indivíduos de alcunha líbia – a exemplo de Iassuchtan, Iaremaban e Macargo –, assim como os próprios frisos dos mausoléus de Ghirza, que representam, em várias cenas, o carregamento de dromedários com víveres cultivados localmente (Marichal, 1979, p. 436-452; Brogan; Smith, 1984, plate 67b, 65b, 110b).

¹⁰ Para uma análise pormenorizada acerca das experiências urbanas autóctones no norte da África e suas denominações presentes nas fontes greco-latinas, vide Kormikiari (2009).

¹¹ A importância dos garamantes no tráfico transaariano e suas intensas relações com o Império Romano foram evidenciadas a partir das investigações anglo-líbicas do *Fazzan Project* levadas a cabo entre 1997 e 2001 e publicadas nos quatro volumes de *The Archaeology of Fazzan* (2003; 2007; 2010; 2013). Outra importante contribuição histórico-arqueológica foi a Missão Ítalo-Líbia no *Wadi Tanazzuft* e na cidadela fronteiriça de *Aghram Nadharif*, organizada por pesquisadores associados à Università La Sapienza, de Roma, com destaque para Liverani (2003, p. 23-36; 2006) e Mori (2010, p. 17-30; 2013, p. 195-216).

¹² Em Ghirza, temos a comprovação do uso de numerário romano mediante inscrições epigráficas encontradas nos mausoléus Norte B e C, especificando que os promotores das obras gastaram a quantia de milhares de *folles* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 898, 900; Brogan; Smith, 1984, p. 261).

A despeito das razões pelas quais Ghirza experimenta tal desenvolvimento, percebe-se que as principais beneficiárias desse processo foram as famílias da elite dirigente, que, mediante a centralização do poder no interior de um sistema tribal tradicional, monopolizaram a posse de terras – quiçá anteriormente comunais – e se enriqueceram economicamente com sua exploração e a consequente comercialização dos excedentes obtidos (Mattingly, 1996, p. 321-324). Evidência material do fortalecimento das chefias de Ghirza são os inúmeros mausoléus construídos em dois dos cemitérios adjacentes ao assentamento.¹³ Como afirma Nikolaus (2016, p. 204), tais monumentos funerários eram importantes marcadores de propriedade e de status, exaltando, por intermédio de suas inscrições e de seus frisos decorados com representações simbólicas, o poder político e a dignidade dos membros das mais distintas famílias locais.¹⁴

Infelizmente, em decorrência da falta de documentação, não temos condições de definir, com precisão, o tipo de chefia existente em Ghirza. Mattingly (2005, p. 29-31), baseando-se numa classificação proposta por Fentress (1982) e no sistema tribal das sociedades berberes do atual Marrocos, sugere que os grupos líbios, na Antiguidade, se organizavam politicamente a partir de laços de parentesco constituídos em diversos graus hierárquicos de poder. Em termos gerais, percebe-se o

¹³ Como apontam Brogan e Smith (1984, p. 40-43), havia dois cemitérios monumentais em Ghirza, cada um com sete mausoléus. Um que se denomina como Norte e que se localizava à direita do leito do rio, próximo ao assentamento propriamente dito, contendo os mausoléus NA, NB, NC, ND, NE, NF, NG; e outro cemitério, conhecido como Sul e situado na margem esquerda, a uma distância de cerca de 3 km das habitações da aldeia, que abrigava os mausoléus SA, SB, SC, SD, SE, SF, SG. Segundo os autores, a existência de dois cemitérios monumentais, associada à ocorrência de dois grandes *Gsur* (Edifícios 31 e 34), indica a possibilidade de a elite dirigente de Ghirza repartir-se em dois ramos familiares.

¹⁴ De acordo com Nikolaus (2016, p. 203-204), somente nas regiões semiáridas e desérticas da Tripolitânia foram catalogados 76 mausoléus, nos quais realizava-se uma prática funerária levada a cabo pelas elites líbias da região entre os séculos II e V.

entrelaçamento de diferentes chefias oriundas de famílias ampliadas compostas por parentes consanguíneos, dependentes e escravos; de clãs que reuniam, mediante alianças matrimoniais, diversas famílias; de tribos formadas pela reunião de certo número de clãs sob uma mesma autoridade; e de confederações que agrupavam as diferentes tribos sob a liderança militar e carismática da chefia de uma tribo hegemônica. Para o caso de Ghirza, pode-se conjecturar que sua liderança era representada por um chefe tribal com autoridade sobre o assentamento e sobre uma região circunvizinha mais extensa, como indica a comemoração de um ritual religioso denominado de *parentalia* (I.R.T., 994; Brogan; Smith, 1984, p. 182; 262),¹⁵ que congregava, sob a supervisão cerimonial das elites dirigentes locais, um contingente de pessoas que, com grande probabilidade, excedia o quantitativo dos habitantes da aldeia. Tal evidência nos habilita a postular que Ghirza tenha sido uma espécie de centro político-religioso de um grupo tribal no interior da Tripolitânia (Mattingly, 2011, p. 265).

Como liderança regional, a elite dirigente de Ghirza manteve relações amistosas com o Império Romano, tornando-se assim uma parceira estratégica de Roma no sentido de viabilizar a governança no *limes Tripolitanus*. Ademais, com a diminuição sistemática dos contingentes militares romanos na Tripolitânia, a partir do início do século IV, a dependência em relação aos potentados locais se tornou cada vez mais evidente, tendo sido decisiva, do ponto de vista imperial, a conservação de uma sólida aliança diplomática com os *principes gentium* (Mattingly, 1996, p. 338-341). Foi neste contexto que se manifestaram as relações culturais de Ghirza com Roma, expressas nos inúmeros monumentos funerários erguidos pelas principais famílias do assentamento. No sítio de Ghirza, foram revelados três tipos de mausoléus com evidente influência romana e helenística: um em forma de obelisco com *aedicula*, um mausoléu com templo colunado perimetral e dez com templos colunados com arcadas

¹⁵ Segundo Mattingly (2005, p. 332-333), o emprego do termo latino *parentalia* provavelmente não se referia ao festival romano tradicional, mas a um culto ancestral líbio identificado com o que parecia ser seu equivalente mais próximo.

(respectivamente, Figuras 1 e 2). O que se deduz das tumbas da elite de Ghirza é que elas faziam parte de um processo intenso de apropriação cultural, uma vez que os mausoléus foram construídos com uma série de artefatos de inegável estilo mediterrâneo, fazendo-se uso de frisos, colunas, arcos, arcadas, assim como de inscrições epigráficas latinas. Apesar de possuírem autonomia frente às ingerências político-militares romanas, as lideranças locais claramente exaltavam suas reivindicações de status e poder por intermédio da exibição de marcadores simbólicos que assinalavam sua proximidade com o Império Romano (Nikolaus, 2016, p. 211-212).



Fig. 1 – Mausoléu Sul A. Fonte: Imagem em Domínio Público. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Girza#/media/File:42_tomb_S_A.jpg.



Fig. 2 – Mausoléus Norte C, B e A. Fonte: Imagem em Domínio Público. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:35_tombs_N_A-C.jpg.

Novas perspectivas historiográficas, sistematizadas por Brogan & Smith (1984), Fontana (1997), Mattingly (2011), Audley-Miller (2012) e Nikolaus (2016),¹⁶ qualificam como um equívoco a interpretação tradicional dos artefatos materiais descobertos em Ghirza como exemplos de aculturação, o que denotaria, por conseguinte, a submissão da cultura local diante dos aportes da romanização. Atualmente, os autores que se debruçam sobre o sítio arqueológico de Ghirza buscam compreender a influência da cultura greco-romana segundo a lógica da região, considerando sua apropriação como signos de diferenciação de uma elite que almejava colocar-se numa posição excelsa perante seus pares. De todo modo, qualquer que tenha sido o interesse em manipular elementos estrangeiros, as chefias locais não se eximiram de mesclá-los com suas tradições ancestrais, visto que, interagindo

¹⁶ Para uma visão de conjunto acerca das discussões historiográficas referentes aos mausoléus de Ghirza, vide Nikolaus (2016, p. 199-200).

com mausoléus de um inequívoco caráter mediterrâneo, verifica-se uma gama de características inegavelmente autóctones.

Um dos vestígios mais evidentes da influência romana em Ghirza é o uso da língua latina. Em três mausoléus localizados no cemitério Norte do assentamento (NA, NB e NC), foram descobertas inscrições epigráficas situadas na entrada de suas respectivas *cellae*, quer dizer, no cômodo que se sobrepõe à câmara mortuária subterrânea. Por meio destas inscrições, temos acesso aos nomes dos indivíduos inumados e dos familiares que comissionaram a construção dos monumentos. Observa-se, desse modo, que eles foram erguidos por membros de uma mesma família, que se autodenominava *Marchii*. A latinização do sobrenome familiar poderia significar a concessão da cidadania romana ou mesmo um estratagema específico para explicitar as relações umbilicais da chefia de Ghirza com o Império Romano. Seja qual for a explicação para o uso da alcunha latina, tais indivíduos não se furtavam em exibir sua filiação líbia tradicional, como fica evidente nos casos de *Marchius Metusan*, *Marchia Matblich* e *Marchius Nasif* (I.R.T., 898, 899, 900). Fora do contexto funerário, o mesmo *Marchius Nasif* é mencionado em outra epígrafe, só que agora reproduzindo vocábulos da língua líbia com base no alfabeto latino, fato que demonstra a adaptação do idioma local a um conjunto de fonemas que lhe eram originalmente estranhos (I.R.T., 903). Em outra inscrição, o mesmo fenômeno é evidenciado, só que com o amálgama de palavras latinas e líbias, no texto epigráfico “*a memoria mufelath*”, “em memória de Mufelath” (I.R.T., 901).¹⁷

Outra constatação que indica a apropriação local do idioma latino é o seu uso para exprimir a ancestralidade e o culto familiar. Por intermédio das inscrições existentes nos mausoléus, pode-se reconstruir a árvore genealógica dos *Marchii*, observando-se que *Marchius Nasif*, inumado em NA, era pai de *Marchius Nimira* e *Fydel*. Este último, por conseguinte, foi enterrado em NB por

¹⁷ Ambas as inscrições (I.R.T., 901, 903) foram encontradas nas ruínas dos edifícios de habitação de Ghirza (Brogan; Smith, 1984, p. 261).

ordem de seu filho, *Marchius Metusan* (Brogan; Smith, 1984, p. 123, 135, 151). Temos aqui a consagração de três gerações dos *Marchii*, que especificam em suas epígrafes, além disso, a necessidade do culto aos antepassados: “*feliciter legan[t et] uissitent filios et nepotes meos et tales faciant*”; “Que meus filhos e netos leiam e visitem o monumento em boa fortuna e possam também fazê-lo” (I.R.T., 900). Tal prática religiosa é confirmada, de forma incontestada, por inúmeros dutos de libação que conectavam as tumbas dos mortos ao exterior dos monumentos funerários, assim como pelos próprios mausoléus NG e SB, localizados estrategicamente no centro de seus respectivos cemitérios e construídos com antecâmaras subterrâneas destinadas a um rito onírico no qual os parentes do defunto faziam uso de uma espécie de leito para pernoitar (Mattingly, 2011, p. 263-264). Podemos vislumbrar a realização desse ritual mediante as descrições oferecidas pelos autores greco-latinos, como Heródoto (*Historiae*, 4, 172) e Pompônio Mela (*Corographia*, 1, 8, 45), que reconhecem a prática estabelecida pelas tribos líbias norte-africanas de perscrutar, em sonhos, os oráculos dos espíritos de seus ancestrais, utilizando, para tanto, o próprio túmulo dos mortos.¹⁸

Os mausoléus em Ghirza também foram eminentes veículos de celebração do poder das chefias locais. Nos frisos dos monumentos funerários, eram representadas cenas que explicitavam o *status* político, econômico e militar da elite dirigente do assentamento. Uma das imagens mais impressionantes provém do mausoléu NC, no qual *Marchius Chullam* é apresentado

¹⁸ Em consonância com Mattingly (2005, p. 60), consideramos que a veneração dos mortos foi um traço comum em sucessivas culturas norte-africanas, assumindo muitas formas, desde o culto aos ancestrais até a consulta de seus espíritos em elaboradas cerimônias realizadas em seus túmulos. Mesmo no período cristão, práticas semelhantes continuaram, a exemplo das atividades dos circuncelões durante o cisma donatista, uma vez que seu nome sugere uma associação com pequenos santuários ou túmulos, sendo os donatistas conhecidos pela veneração dos mártires. A prática religiosa de culto aos mortos teve, sem dúvida, uma longa história no norte da África, influenciando inclusive a época islâmica, como pode ser percebido na tendência ao culto diante dos túmulos dos marabus.

portando diadema, segurando em suas mãos um rolo de papiro ou um cetro, além de estar sentado numa cadeira dobrável sobre uma espécie de estrado, de onde é agraciado com uma série de presentes (Brogan; Smith, 1984, plate 78). Cena afim também se repete em NB, na qual *Marchius Fydel* é representado em dois momentos distintos, recebendo jarras, cetros, taças, entre outras dádivas de diferentes personagens (Figura 3) (Brogan; Smith, 1984, plate 63). A percepção do poder dos chefes em Ghirza é reforçada ainda por uma gama de representações bélicas e de caça. Diversas são as imagens de homens montados a cavalo em ações militares, em atos de execução de inimigos, além de indivíduos armados com escudos e lanças (Brogan; Smith, 1984, plate 61b, 62a, 69b, 79a, 80b, 82b). Destacam-se também as cenas de caça e de luta corporal contra animais selvagens, tais como leões, veados, guepardos e leopardos, reforçando-se assim uma percepção que exaltava o caráter viril e a força física dos chefes tribais (Brogan; Smith, 1984, plate 68a, 68b, 68c).



Fig. 3 – Entrega de presentes à chefia de Ghirza.

Fonte: Imagem em Domínio Público. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/59/76_Museum.jpg.

A riqueza da elite dirigente de Ghirza é outro elemento que se distingue nas imagens dos frisos dos mausoléus. Inúmeras cenas representando o plantio, a semeadura e a colheita dos produtos cultivados em suas terras são apresentadas em associação com caravanas de camelos abarrotadas de víveres, denotando uma prática agrícola intimamente relacionada à comercialização de excedentes (Brogan; Smith, 1984, plate 64, 65, 66, 67a, 77a, 79c, 80a, 82c, 110a, 110b). Os intercâmbios comerciais eram, com grande probabilidade, a principal fonte de

riqueza das chefias locais, sendo realizados, ao que tudo indica, com os fortes romanos de *Bu Njem* e de *Gberiat el-Garbia*. A prosperidade econômica dos *Marchii*, por exemplo, é expressa nas inscrições epigráficas de seus monumentos funerários, como quando *Marchius Nimmire* e *Maccurasan* afirmam terem arcado com o pagamento de salários equivalentes a 45.600 *follis*, além de custearem a alimentação dos trabalhadores empregados na obra (I.R.T., 898).

Para além de sua riqueza econômica, força militar e autoridade política, não se pode perder de vista que a legitimidade da chefia tribal em Ghirza estava relacionada também à sua posição como oficiante do culto ao deus líbio Gurzil, progênie com cabeça de touro de Amon, divindade ctônica responsável por oráculos e originária do Oásis de Siwa, no Egito, cujo culto difundiu-se para o Ocidente através do Deserto Líbico (Mattingly, 2005, p. 60). No mausoléu NA, observa-se, inclusive, a cena de sacrifício de um touro, provavelmente simulando a celebração de um ritual em honra a Gurzil executado pelo chefe inumado, *Marchius Nasif*. Em outras cenas, reproduzidas nos mausoléus SC e SD, veem-se dois leões prendendo com as patas a cabeça de um touro, assim como uma pessoa carregando um touro entre os bustos de um homem e de uma mulher (Brogan; Smith, 1984, plate 52c, 108b, 111a, 111b). Podemos ainda citar uma inscrição epigráfica latina, descoberta nas proximidades do mausoléu NA, que, ao recordar a comemoração de uma festa denominada *parentalia*, menciona a realização do sacrifício de 51 touros e de 38 cabras (I.R.T., 994; Brogan; Smith, 1984, p. 182; 262). Ao que parece, os sacrifícios em honra de Gurzil eram celebrados num templo especialmente consagrado à divindade. O Edifício 32 do sítio arqueológico foi caracterizado por Brogan e Smith (1984, p. 80-92) como um santuário dedicado a Gurzil devido à sua arquitetura única no assentamento, compreendendo a existência de três pequenas capelas situadas de frente para um conjunto de 20 altares de sacrifício, decoradas com nichos, estátuas e epígrafes escritas em alfabeto líbio. Reforçando a identificação dos chefes tribais de Ghirza como sacerdotes de Gurzil, pode-se também

notar que o templo consagrado à divindade se localizava entre dois grandes *Gsmr* (Edifícios 31 e 34), ou seja, nas imediações dos prédios destinados à habitação da elite dirigente da aldeia.

Considerações finais

Da análise dos mausoléus de Ghirza, é possível afirmar que estas estruturas, não obstante seu inequívoco caráter mediterrâneo, foram instrumentalizadas politicamente por uma chefia tribal ávida por reafirmar sua autoridade e poder, delimitando signos de distinção que exaltavam uma representação excelsa diante de seus pares. Há, em Ghirza, uma evidente apropriação cultural de elementos estrangeiros, intrinsecamente mesclados com tradições locais, a exemplo do uso do latim para a glorificação da ancestralidade e do culto aos antepassados, da existência, na própria arquitetura dos mausoléus, de dutos de libação e de antecâmaras especificamente construídas para rituais oníricos, assim como a utilização de seus frisos – amplamente visíveis – para a representação simbólica do status político, militar, econômico e religioso das mais proeminentes famílias do assentamento.

Nossas reflexões acerca do sítio arqueológico de Ghirza nos levam, por conseguinte, a uma contraposição patente em relação às interpretações historiográficas tradicionais, que, não raras vezes, reproduziam uma visão limitada e condicionada pelo conceito de romanização. O que se compreende com base no exame da cultura material do assentamento é a existência de uma relação complexa e dialógica dos chefes tribais com Roma, em termos econômicos, políticos e, sobretudo, culturais. Percebe-se, em Ghirza, que os afluxos culturais romanos foram apropriados pelas famílias dirigentes como uma estratégia de reforço de sua autoridade visando a posicionar-se como *principes gentium* e como intermediárias privilegiadas entre a população local e uma potência estrangeira. Além disso, o caso de Ghirza aqui considerado enfatiza a agência histórica dos líbios na Antiguidade. Os diversos expedientes empregados pela elite local para responder, de acordo

com seus interesses, às pressões exercidas por Roma configuram uma oportunidade ímpar para repensarmos a atuação política dos norte-africanos à luz dos estudos pós-coloniais, levando-nos assim a tomá-los como protagonistas da sua própria história, o que nos afasta de qualquer interpretação que os qualifique como aculturados, passivos ou inimigos incorrigíveis de Roma. Em suma, as novas perspectivas historiográficas, ao lançar luz sobre o papel ativo, no cotidiano provincial, desempenhado por grupos vistos antes como marginais à ordem romana, expressam modos originais de perceber e interpretar o passado, sublinhando a contribuição das investigações acerca das sociedades do Magreb, na Antiguidade, para o avanço da Africanologia.

Fontes

HERÓDOTO. **Histórias**. Tradução de M. de F. Silva e C. A. Guerreiro. Lisboa: Edições 70, 2001.

POMPONIVS MELA. **Description of the world**. Translated by E. F. Romer. Michigan: The University of Michigan Press, 2001.

BARKER, G. **Farming the desert**. Tripoli: Unesco, 1996.

BROGAN, O.; SMITH, D. J. **Ghirza: a libyan settlement in the roman period**. London: Libyan Antiquities, 1984.

INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA. Rome: British School at Rome, 1952.

MATTINGLY, D. **The Archaeology of Fazzan**. London: Society for Libyan Studies, 2003. v. 1.

MATTINGLY, D. **The Archaeology of Fazzan**. London: Society for Libyan Studies, 2007. v. 2.

MATTINGLY, D. **The Archaeology of Fazzan**. London: Society for Libyan Studies, 2010. v. 3.

MATTINGLY, D. **The Archaeology of Fazzan**. London: Society for Libyan Studies, 2013. v. 4.

Referências bibliográficas

- ANNANDALE, R. Historiography, post-colonial theory, and Roman North Africa: a study of the impact of cultural beliefs on historical knowledge. 2001. **Thesis** (Master of Arts), Department of Classics of the University of Manitoba, Winnipeg, 2001.
- AUDLEY-MILLER, L. Dress to impress: the tomb sculpture of Ghirza in Tripolitania. In: CAROLL, M.; WILD, J. P. (ed.). **Dressing the dead in Classical Antiquity**. Stroud: Amberley, 2012, p. 99-114.
- BÉNABOU, M. **La résistance africaine à la Romanization**. Paris: Maspero, 1976.
- BROUGHTON, T. R. S. **The Romanization of Africa Proconsularis**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1929.
- CAMERON, A. **The Later Roman Empire**. London: Fontana Press, 1993.
- FENTRESS, E. Tribe and faction: the case of the Gaetuli. **Mélanges de l'École Française de Rome**, n. 94, p. 325-334, 1982.
- FONTANA, S. Il predeserto tripolitano: mausolei e rappresentazione del potere. **Libya Antiqua**, n. 3, p. 149-163, 1997.
- HAVERFIELD, F. **The Romanization of Roman Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1912.
- HINGLEY, R. **O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Annablume, 2010.
- KORMIKIARI, M. C. N. O conceito de “cidade” no mundo antigo e seu significado para o Norte da África berbere. In: FLORENZANO, M. B.; HIRATA, E. F. V. (org.). **Estudos sobre a cidade antiga**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 137-172
- LAROUÏ, A. **L'histoire du Maghreb: un essai de synthèse**. Paris: Maspero, 1970.
- LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. **Heródoto**, v. 1, n. 1, p. 418-437, 2016.

- LIMA NETO, B. M. **Entre a filosofia e a magia**: o caso da estigmatização de Apuleio na África romana (sec. II d.C.). Curitiba: Prisma, 2016.
- LIVERANI, M. **Aghram Nadarif**: a Garamantian citadel in the Wadi Tannezzuft. Florence: Society for Libyan Studies, 2006.
- LIVERANI, M. Aghram Nadharif and the southern border of the Garamantian kingdom. In: LIVERANI, M. **Arid lands in Roman times**. Firenze: Edizioni All'insegna del Giglio, 2003, p. 23-36.
- LIVERANI, M. The Libyan caravan road in Herodotus IV. **Journal of the Economic and Social History of Orient**, n. 43, p. 496-520, 2000.
- MARICHAL, R. Les ostraca de Bu Njem. **Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, n. 123-3, p. 436-452, 1979.
- MARTINDALE, C. **Redeeming the text**: Latin poetry and the hermeneutics of reception. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MATA, I. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.
- MATTINGLY, D. J. Explanations: people as agency. In: BARKER, G. (ed.). **Farming the desert**. Tripoli: Unesco, 1996, p. 319-342.
- MATTINGLY, D. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. (ed.). **Roman imperialism**: post-colonial perspectives. Leicester: School of Archaeological Studies, 1996, p. 49-69.
- MATTINGLY, D. J. **Imperialism, power and identity**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- MATTINGLY, D. J. **Tripolitania**. London: Taylor & Francis, 2005.
- MATTINGLY, D.; DORE, J. Romano-Libyan settlement: typology and chronology. In: BARKER, G. (ed.). **Farming the desert**. Tripoli: Unesco, 1996, p. 111-158.
- MENDES, N. M. O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de romanização. **Fênix**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2007.

- MORI, L. Between the Saara and the Mediterranean coast: the archaeological research in oasis of Fewet and the rediscovery of the Garamantes. **Bolletino di Archeologia on line**, n. 330, p. 17-30, 2010.
- MORI, L. Fortified citadels and castels in Garamantian times. In: FRIEDERIKE, J.; VOGEL, C. (ed.). **The power of the walls: fortifications in Ancient Northeastern Africa**. Cologne: University of Cologne, 2013, p. 195-216.
- NIKOLAUS, J. Beyond Ghirza: Roman-period mausolea in Tripolitania. In: MUGNAI, N.; NILOLAUS, J.; RAY, N. (ed.). **De Africa Romaque: merging cultures across north Africa**. London: Society for Libyan Studies, 2016, p. 199-214.
- SAHLI, M. **Décoloniser P'histoire: introduction à l'histoire du Maghreb**. Paris: Maspero, 1965
- SILVA, G. J.; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.
- SOUZA, M. V. Recepção dos clássicos, estudos pós-coloniais e decoloniais: reflexões preliminares sobre uma pesquisa de doutorado e o fantasma da colonialidade dos Estudos Clássicos. **Humanidades em Revista**, v. 4, n. 1, p. 67-86, 2022.
- VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. Lisboa: Gradiva, 1989.

TRADUZINDO A ANTIGUIDADE HELÊNICA EM CAVALEIROS DO ZODÍACO – CONSIDERAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Introdução – Ensino de História Antiga, o uso de histórias em quadrinhos e as suas possibilidades

O presente artigo analisa como o *mangaká* Masami Kurumada promoveu a *recepção* da Antiguidade Clássica Helênica para desenvolver o *mangá Cavaleiros do Zodíaco* (Saint Seiya). Nos chama a atenção que as narrativas míticas helênicas serviram apenas como pano de fundo para Kurumada criar esta obra, havendo pouquíssima correspondência entre os elementos da cultura clássica helênica e as personagens desenvolvidas pelo autor. Mas, em que medida essa constatação pode contribuir para o Ensino de História Antiga?

Fábio Morales (2017, p. 79-80) destaca que a História Antiga vem se defendendo dos ataques acadêmicos oriundos de especialistas de outras áreas do conhecimento histórico e historiográfico, em função de seu eurocentrismo e da sua aparente inadequação à memória coletiva brasileira. Daí seria interessante pensarmos, e discutirmos, a importância da Antiguidade na formação acadêmica das/os estudantes, afinal, o problema não reside na área, e sim na maneira como os seus temas vêm sendo abordados no processo de ensino-aprendizagem. Efetivamente, verifica-se que ainda é comum na grade curricular dos cursos de licenciatura em História a tendência quadripartite do conhecimento histórico, cuja matriz está diretamente atrelada ao colonialismo epistemológico difundido pelo Norte Global, sobretudo, a partir do século XIX.

Essa postura acadêmica é perceptível na Educação Básica, visto que ainda é comum a linearidade temporal para lidar com o desenvolvimento das comunidades e culturas humanas. Essa informação se encontra na Base Nacional Comum Curricular

(2018, p. 417) ao destacar que no 6º ano do Ensino Fundamental devem ser discutidos “[...] procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo”. A centralidade da história mediterrânica como a “base” da cultura europeia e, quiçá, estadunidense continua tendo os seus alicerces reforçados por uma perspectiva que ignora a simultaneidade e a transculturalidade entre as regiões do chamado “mundo antigo”.

Embora haja alternativas a esse cenário – como é o caso da História Global¹, por exemplo – o período dedicado à análise, à discussão, à produção de conhecimento e à problematização da Antiguidade, tanto na Educação Básica quanto na Superior, é insuficiente para alcançarmos resultados aprazíveis e capazes de descolonizar a História Antiga. Corroboramos Alessandro Gregori (2023, p. 83) ao destacar que esta ainda é tratada por meio de exotismo e da familiaridade, haja vista as relações paradoxais que a nossa cultura estabelece com o passado do Norte Global. Assim, mobilizamos Luis Filipe de Assumpção e Carlos Eduardo da Costa Campos (2020, p. 66-67) por advertirem que o Ensino de História deve favorecer a reflexão, a contextualização e a sensibilidade na produção do conhecimento histórico, afinal, como vivemos em comunidade interagimos “[...] com condutas políticas, culturais, sociais, econômicas e simbólicas no tempo e no espaço”.

Adaptando esse viés, o Ensino de História Antiga comprometido em fomentar a percepção crítica das/os estudantes nos leva a pensar a alteridade e a verificar que as experiências

¹ Como destaca Marcelo Candido da Silva (2020, p. 7-8) ao tratar da História Global e o uso do comparatismo e da circularidade, ou ainda com Fábio Morales e Uiran da Silva (2020, p. 127) ao pontuarem que a História Global nos permite organizar uma macronarrativa através de categorias espaciais que superam a centralidade europeia. Ainda que tenhamos citado somente dois textos, a História Global vem se desenvolvendo de modo considerável entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros para se trabalhar com a Antiguidade e o Medievo, visando a superação das narrativas eurocentradas e colonialistas que ainda vigoram nos estudos dessas temporalidades.

humanas são diversas, se modificando pela interação cultural e as transformações espaço-temporais vivenciadas, as quais são interpretadas aos olhos e em função dos interesses da contemporaneidade. Perspectiva reiterada por Dominique Santos (2019, p. 133-134) ao defender que o Ensino de História Antiga ajuda a desnaturalizar a ideia de organização social, facilitando o encontro do sujeito com o outro, exercitando a alteridade e permitindo o desenvolvimento da consciência das pessoas com o seu passado e as suas ligações com o presente.

Como a produção de conhecimento histórico em sala de aula é um processo que requer esforço, atenção, imaginação e envolvimento dos sujeitos ali imersos, é importante que as/os docentes estejam empenhadas/os em dialogar com linguagens alternativas em suas atividades didático-pedagógicas. Carlos Eduardo da Costa Campos e Luis Filipe de Assumpção (2023, p. 134) sugerem a utilização da linguagem quadrinística para impulsionar o Ensino de História Antiga, posto que esta é acessível tanto para jovens quanto para adultos. Guilherme Moerbeck (2021, p. 69) reforça essa concepção, afinal, a História Antiga e os seus temas permitem que as/os alunas/os questionem a sua própria existência e sociedade, ao identificar os usos que distorcem a Antiguidade para os mais variados fins, sobretudo, políticos. Assim, a alteridade inerente ao mundo antigo leva as/os discentes a repensarem o seu lugar no meio social em que vivem, nesse caso em particular, o brasileiro.

Borja Antela-Bernárdez (2019) nos ajuda a endossar tal pressuposto, visto que a História é uma proposta pessoal desenvolvida pelo/a historiador/a, pautada em sua análise e perspectiva, fruto de sua vivência contemporânea. Logo, isso impede que o nosso posicionamento seja definitivo, e sim um eterno ponto de partida para novas interpretações de mundo. Assim, o uso da linguagem quadrinística junto ao Ensino de História Antiga nos leva a pensar a atuação docente e a dinâmica em sala de aula através dos recursos que dispomos no presente, de modo que este atenda às especificidades das turmas com as quais interagimos em função do local em que estas se encontram e se

desenvolvem. A partir do exposto, defendemos que o *mangá Cavaleiros do Zodíaco* pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem da História Antiga, ainda que a sua *recepção* da Antiguidade clássica se dê por meio de *traduções* e *versões* (Hardwick, 2003, p. 10) do mundo antigo.

A *recepção* do mundo antigo helênico e a sua presença na contemporaneidade

Para lidar com esta premissa, é importante discutirmos o conceito de *recepção* e as possibilidades levantadas pelas *traduções* e as *versões* do mundo antigo, na perspectiva de Lorna Hardwick. Essas categorias se mostraram mais adequadas do que outros referenciais teórico-conceituais para pensar a apropriação da antiguidade pela contemporaneidade, no caso de *Cavaleiros do Zodíaco*. A autora aponta que a *recepção* está longe de ser uma prática passiva, afinal, os textos e as iconografias clássicas são tomados e trabalhados visando objetivos do tempo presente de quem as utiliza. Tal característica evidencia que os estudos de *recepção* precisam tratar do processo que envolve a seleção dos escritos e representações do mundo antigo, em conformidade à amplitude cultural que formata e compõe a maneira como a Antiguidade será mobilizada em períodos posteriores (Hardwick, 2003, p. 3-6).

Ao dialogarmos com Charles Martindale (2013, p. 171) este esclarece que a *recepção* pretende materializar um diálogo bidirecional – ou seja, para frente e para trás – que nos leva a iluminar a antiguidade e a modernidade. Esse processo, por sua vez, não é fácil de se controlar, pois somos incapazes de moderar as variáveis e os receptores imersos no processo de *recepção* (Martindale, 2007, p. 297). Anderson Vargas (2021) enfatiza que a *recepção* lida com a negociação, visto que compreende as estruturas através das quais lemos e interpretamos um texto e/ou uma obra. Sendo assim, a *recepção* é um ato dialético de leitura e interpretação que pressupõe a forma como interagimos com os clássicos da Antiguidade, os quais serão mobilizados e representados em função de nossos anseios contemporâneos (Assumpção, 2024, p.

97). Contudo, a relação que temos com esse mundo antigo também influencia em nossa expectativa quanto ao seu uso, ainda que toda a sua (re)leitura esteja longe da imparcialidade. O que nos leva a James Porter (2008, p. 469-470), para quem a *recepção* manifesta o quão promissor é esse contato entre temporalidades.

Por sua vez, Hardwick (2016, p. 75) destaca que as narrativas míticas da antiga Hélade superam as fronteiras nacionais e culturais, com o potencial de se tornarem “literaturas mundiais”. Essa condição de mudança dos mitos lida com a sua maleabilidade, favorecendo o emprego das figuras míticas e das tradições que estão vinculadas às narrativas de outrora. Logo, “[...] Essa fluidez traz para a equação as diferentes maneiras pelas quais os mitos são articulados, tanto dentro da estética de um escritor particular quanto no contexto mais amplo de sua (re)geração e circulação” (Hardwick, 2016, p. 76). Já Salvatore Settis (2016, p. 9-14) pontua que a *recepção* da antiguidade greco-romana se utiliza da história antiga como um “reservatório de exemplos” para a atualidade e com variados fins. Isso fez com que a antiguidade clássica se constituísse em um “monumento”, um “bem universal”, disponível para a utilização da posteridade de qualquer território. Com isso, o uso dos mitos na ficção é um meio de se alcançar, metaforicamente, as sensibilidades que não são suficientemente percebidas por uma parcela dos leitores, fazendo com que as experiências quadrinísticas favoreçam a interação dos jovens com as obras antigas e culminando em uma *recepção* moderna de seu conteúdo. Assim, a sensibilidade dos leitores está aparentemente condicionada às suas diferentes experiências de vida, as quais precisam ser inseridas em uma relação com aquilo que se encontra nas narrativas míticas e ficcionais.

No caso de *Cavaleiros do Zodíaco*, Nicholas Theisen (2016, p. 81) nos permite afirmar que existe um vínculo irrevogável entre a obra de Masami Kurumada e a antiguidade helênica, sobretudo, no que concerne às narrativas míticas. Entretanto, *Cavaleiros do Zodíaco* emprega os mitos da Hélade como um instrumento, bem como matéria-prima, para engendrar uma obra quadrinística da categoria *sentai*, isto é, um *mangá* que trata de um grupo de sujeitos

que despertam poderes para proteger o planeta Terra (Theisen, 2011, p. 62). Essa afirmação foi reiterada por Andreia Paz e Luis Filipe de Assumpção (2024, p. 56, 60) ao destacarem que os *mangás*, na condição de histórias em quadrinhos japonesas, correspondem ao seu contexto de produção, convergindo com as demandas do público-alvo ideal, oriundos de sua categoria etária e de gênero – sendo esta uma realidade em *Cavaleiros do Zodíaco*.

Theisen (2011, p. 59) nos adverte acerca dos cuidados de pensarmos a *recepção* dos clássicos mediterrânicos pela indústria quadrinística japonesa, visto que, não existe uma relação identitária entre a maior parte do público-alvo dos *mangás* no Japão e a tradição cultural helênica mobilizada em *Cavaleiros do Zodíaco*, por exemplo. Neville Morley (2018, p. 57-61) reforça que as *recepções* reinventam a antiguidade e, na maioria dos casos, pretendem apenas divertir ou difundir ideias, sem uma abordagem acadêmica, se constituindo em uma versão imaginária e não na cópia fiel de algo real. Portanto, mesmo o tratamento que *Cavaleiros do Zodíaco* dá aos mitos helênicos cumpre, exclusivamente, aos interesses midiáticos da obra, a qual se utiliza do repertório temático das narrativas tradicionais da Hélade para elaborar uma história em quadrinhos *sentai*, cujo conteúdo está empenhado em divertir um público-alvo ideal.

Dessa forma, não podemos negar a dupla influência que os *mangás* recebem em seu processo de desenvolvimento, ou seja, tanto da cultura oriental quanto da cultura ocidental. Logo, embora o público-alvo imediato dos *mangakás* seja composto por japoneses, em conformidade à faixa etária de seus trabalhos, o *mangá* é uma mídia contemporânea diretamente impactada pelo pós-segunda guerra mundial e a influência estadunidense sobre o território e a sociedade japonesas. O que nos leva a afirmar que, na maioria dos casos, a indústria quadrinística está empenhada em alcançar o mercado internacional com a sua produção. Assim, a utilização de elementos da cultura helênica em um *mangá* facilitaria a identificação de um público-alvo mundial impactado, na sua maioria, pelas demandas do Norte Global – como foi o caso do Brasil e a relação de uma parcela da juventude com a narrativa de

Cavaleiros do Zodíaco quando este foi exibido no formato *anime* pela TV Manchete, na década de 1990.

Por sua vez, Theisen (2011, p. 62-63) declara que, no Japão, é comum que o leitor tenha entendido a narrativa de *Cavaleiros do Zodíaco* por uma lógica de grupo de jovens adolescentes guiados por um ser sobrenatural para assegurar a vida da humanidade, tendo a mitologia grega como um pano de fundo superficial e de menor importância para o desenvolvimento da obra. Assim, para Theisen (2011, p. 69) o *mangá* cria uma tradução particular da cultura helênica para que esta se adapte aos interesses do seu autor. No caso de *Cavaleiros do Zodíaco*, o aspecto mitológico é puramente nominal, fazendo com que esta narrativa quadrinística não se insira em um movimento de relevância na história da *recepção*. Ainda assim, as colocações acima nos levam a considerar este *mangá* como uma forma de mídia que, enquanto um fenômeno social, condicionado pela lógica econômica, política e cultural, cria discursos que veiculam ideias, premissas, valores e interesses dos grupos que o produz (Charaudeau, 2013, p. 14-16). Na condição de mídia, os *mangás* são condicionados pelas variáveis externas, as quais ditam o seu gênero, o assunto e o teor de suas abordagens textuais e imagéticas como condição de mercado e instrumento de difusão de informações e ideais. Como destaca Patrick Charaudeau (2013, p. 16-17) a mídia promove um “jogo de espelhos” que reflete o seu meio social, na mesma proporção que é refletido por ele, criando e manipulando signos que alcancem sentidos e significados alinhados aos interesses da indústria midiática, mas, dotado de uma identidade pessoal que manifesta a identidade de seu autor.

Mesmo diante desse cenário, corroboramos Roman Rosenbaum (2013, p. 256) ao pontuar que o *mangá* é, na sua maioria, uma mídia pedagógica e de entretenimento associada à sensibilidade da cultura japonesa, a qual conecta os leitores com uma tradição não familiar à sua e a novas experiências históricas. Tal característica fomenta a relevância e a possibilidade de utilizarmos os *mangás* como um mecanismo em prol do aprimoramento pedagógico de nossos estudantes, afinal, como

linguagem alternativa, as histórias em quadrinhos contribuem para que as/os nossas/os estudantes e professoras/es se mostrem mais empenhados com o processo de ensino-aprendizagem da História Antiga.

A recepção do mundo antigo em Cavaleiros do Zodíaco

Partindo dos apontamentos acima e convergindo com Hardwick (2003, p. 10) sugerimos que a *recepção* promovida por Masami Kurumada em *Cavaleiros do Zodíaco* estaria imersa na perspectiva da *tradução* e da *versão* da antiguidade clássica. A autora esclarece que a *tradução* seria um procedimento que passa uma linguagem para outra, isto é, o sujeito mobiliza a antiguidade e ao realizar a sua *recepção* passa as imagens presentes nos indícios do mundo antigo para uma outra linguagem, a qual modifica e adapta a maneira como as narrativas de outrora serão apresentadas na contemporaneidade. Todavia, no que concerne a Kurumada e o seu *mangá* em questão identificamos, também, uma prática de *versão*. Esta, segundo Hardwick (2003, p. 10), lida com a refiguração dos indícios da antiguidade, chegando a assegurar maior liberdade para que estes sejam mobilizados e adaptados às demandas de quem os utiliza. Embora a autora não tenha criado uma relação de interdependência entre os dois conceitos que mobilizamos para lidar com a *recepção* do mundo antigo em *Cavaleiros do Zodíaco*, defendemos que Masami Kurumada primeiro realizou uma *tradução* dos clássicos da Hélade para daí criar uma *versão* desses indícios que se adequassem às suas demandas e expectativas no interior da indústria quadrinística de *mangás* do Japão, na década de 1980.

A *recepção* do mundo antigo proposta por Kurumada se associa à tentativa do mercado japonês em consolidar a sua posição no cenário mundial. Assim, o uso da tradição clássica e de personagens de nacionalidades diversas – e não somente japonesa – permitiria que o seu *mangá* circulasse para além das fronteiras nipônicas. Sonia Luyten (2012, p. 56-57) esclarece que os *mangás*, tal como as histórias em quadrinhos estadunidenses e europeias,

se utilizam de traços de aparência e personalidade em suas personagens para gerar a identificação do público-leitor com o material produzido em suas páginas.

Se tomarmos essa perspectiva para o caso de *Cavaleiros do Zodíaco*, as aparências das personagens principais do *mangá*² são diversas e complementares, além de não estarem circunscritas aos traços fenotípicos dos japoneses. Isso facilitaria a aproximação dos leitores não-japoneses com as personagens apresentadas e em *Cavaleiros do Zodíaco*, a tradução e a versão estabelecida pela recepção das narrativas míticas helênicas, favoreceram o interesse das culturas e sociedades sob a influência do Norte Global e que conserva traços identitários com a tradição mitológica e com a astrologia greco-mediterrânica. Supawan Supaneedis (2020, p. 5-6, 52-53) sugere que os aspectos físicos das personagens de *mangá*, sobretudo os *shonen*³, remontam a paradigmas estéticos do ocidente para fomentar uma identidade de resistência diante das grandes potências econômicas da Europa e dos EUA⁴. Bryan

² Aqui estamos falando da série original de *Cavaleiros do Zodíaco*, na qual as personagens principais eram cinco cavaleiros de bronze, a saber Seiya de Pégaso, Shiryu de Dragão, Shun de Andrômeda, Hyoga de Cisne e Ikki de Fênix. Vale destacar que os cavaleiros de bronze correspondiam ao patamar mais baixo dos guerreiros da deusa Atena, representada pela sua encarnação na figura de Saori Kido.

³ Segundo Robin Brenner (2007, p. 30) *shonen* pressupõe a ideia de jovem do gênero masculino. Com isso, os *mangás shonen* detêm um formato interessado em discutir assuntos do interesse de jovens adolescentes do gênero masculino.

⁴ Embora não seja o nosso enfoque nesse artigo, temos a hipótese de que os cinco cavaleiros de bronze principais também representavam uma resistência à Europa e aos EUA, visto que destes três tinham mães japonesas, uma chinesa e outro russa. Se tomarmos a localização geopolítica do Japão, da China e da Rússia na década de 1980, teríamos um cenário de supremacia de governos socialistas, bem como a tentativa japonesa de consolidar a sua autonomia política anos após a derrota na segunda guerra mundial. Na década de 1980, o Japão e a China estavam se aproximando em vista de alcançarem um maior desenvolvimento econômico no sudeste asiático (Kim, 1985). No caso do Japão com a Rússia, havia um desgaste nas relações político-econômicas japonesas com a URSS, em função do controle que esta exercia em territórios ao norte da península nipônica (Togo, 2011), algo que poderia ser traduzido na

Hartzeim (2015, p. 17) expande essas considerações, afinal, com o enfraquecimento da Guerra Fria, houve um desgaste da supremacia ocidental sobre o Japão, os japoneses se apropriaram do físico, da aparência e das narrativas do Ocidente para edificarem um novo paradigma de personagem, cujo objetivo era enaltecer a identidade e o poder japoneses. No entanto, diferentemente da maioria dos heróis da indústria quadrinística europeia e estadunidense, a força e o corpo avantajado dos guerreiros japoneses viriam com base no seu esforço e no seu treinamento físico. Um indício deste argumento é a personagem Seiya, cujo treinamento para se tornar um cavaleiro se deu no santuário de Atena, na Grécia, sendo realizado por uma mulher japonesa, a amazona Marin de Águia (Kurumada, 2016, p. 11). Daí, embora Seiya tenha iniciado a sua preparação como um cavaleiro de Atena na Europa, foi graças ao seu esforço e ímpeto heroico que as suas técnicas se aprimoraram, endossando a lógica da resistência sugerida por Supaneedis e Hartzeim.

Do mesmo modo, destacamos a importância do Japão na figura do magnata e filantropo Mitsumasa Kido, o qual recebeu de Aiolos de Sagitário a responsabilidade de cuidar da deusa Atena (Kurumada, 2017c, p. 69, 88-89). Nesse sentido, Kido aceita a incumbência de proteger e auxiliar a deusa em sua jornada pela manutenção do equilíbrio do planeta Terra (Kurumada, 2017a, p. 96-100). Posteriormente, somos informados de que Kido tinha quase cem filhos ao redor do mundo e, tal como Abraão, sente o chamado de deus para sacrificá-los por meio de um treinamento extenuante, em prol da salvação da humanidade. Esta informação foi dada pela deusa Atena, criada como neta de Mitsumasa Kido, sob a alcunha de Saori Kido, ou seja, de que o seu “avô” aceitou o chamado divino mesmo sabendo que os seus filhos o odiariam por isso (Kurumada, 2017c, p. 88-89).

Assim, Mitsumasa Kido se utiliza dos recursos da sua fundação, chamada Graad, e considerada a mais rica da Ásia, para

desconfiança que alguns cavaleiros de bronze detêm com Hyoga de Cisne, filho de Mitsumasa Kido e uma mulher russa.

mapear a localização das armaduras dos cavaleiros de Atena e enviar os seus filhos para essas regiões com o intuito de obtê-las. O objetivo era que esses jovens retornassem para o Japão, cada um com uma armadura, após três anos de treinamento (Kurumada, 2016, p. 110; Kurumada, 2017b, p. 54-55). Logo, não somente Atena, considerada no *mangá* a protetora da humanidade estava sendo protegida por um japonês, como também este estava criando meios para que uma parcela dos guerreiros da divindade fosse de descendência nipônica.

Esse cenário corrobora Supanedis e Hartzeim, afinal, o Japão foi representado por Kurumada como o lugar responsável pela salvação do planeta, ao proteger a deusa e se preocupar em criar mecanismos para que esta atuasse em suas derradeiras batalhas. A *versão* que a *recepção* do *mangaká* Masami Kurumada cria da antiguidade helênica aponta para a necessidade de Atena, enquanto divindade, ser a responsável por salvar o mundo com o auxílio de guerreiros, haja vista que esta deusa não gostava de violência, lutava somente para se defender e preferia o combate sem armas (Kurumada, 2016, p. 22-26). Essa perspectiva dialoga com a sua *tradução* dos indícios helênicos os quais, supostamente, o artista teve acesso.

Entretanto, o *Hino Homérico a Atena* (28.1-18) aponta que esta deusa, ao nascer, saiu da cabeça de seu pai Zeus portando uma armadura brilhante e agitando a sua lança. Esse gesto fez com que o Olimpo tremesse, houvesse um eclipse e as ondas do mar se abatessem com intensidade. Tal *Hino* descreve que Atena portava uma armadura e uma lança, o que não se adequa a ideia de que esta deusa não gostava de combates, realizando-os somente em defesa própria – como temos no *mangá*. Por sua vez, Hesíodo (*Teogonia*, v. 924-926) demonstra que a filha de Zeus se deleitava com os conflitos bélicos, despertando o tumulto nas batalhas. Efetivamente, essa representação da deusa Atena não condiz com a *versão* que Kurumada fez em sua *recepção* do mundo antigo helênico.

Susan Deacy (2008, p. 144-145) nos relembra que com a emergência do cristianismo como sistema de crenças oficial de

Roma, no século IV e.c., a virgem Maria se tornou aquilo que a deusa Atena representava no panteão helênico, a saber, uma mulher poderosa que endossava a ordem patriarcal. Outro dado curioso é o fato de que os santuários para Atena foram convertidos em santuários para Maria de Nazaré, afinal, ambas as divindades eram virgens. Considerando que Atena foi descontextualizada pelos pensadores do cristianismo, já na Antiguidade, os seus atributos foram adaptados para a virgem Maria. Nessa mescla entre cultura clássica helênica e os pressupostos do cristianismo vemos que a mãe de Jesus hibridizou características da deusa Atena, de modo que a sua coragem, força e impetuosidade fossem mescladas à virgem Maria.

Por outro lado, quando tomamos a *recepção* de Atena realizada por Kurumada em *Cavaleiros do Zodíaco*, verificamos que a lógica da não violência atribuída à deusa, bem como o ato de sofrer pela humanidade, estariam atrelados à uma concepção cristã que hibridizou a deusa virgem de olhos glaucos com a mãe de Jesus. Essa tendência, na condição de *tradução* e *versão* produzidas por Kurumada em sua *recepção* da Antiguidade helênica também favoreceu a identificação do público europeu e de todo o continente americano que, na sua maioria, professa o cristianismo como sistema de crenças oficial⁵. Considerando a referência que Kurumada faz a Abraão no antigo testamento e as características da virgem Maria sendo equacionadas à Atena, supomos que o *mangaká* criador de *Cavaleiros do Zodíaco* tenha recebido alguma formação cristã no decorrer de sua vida.

Somado ao exposto, Djota Carvalho (2006, p. 53-56) destaca que embora os *mangás* tenham se inserido no mercado internacional, eles ainda trazem elementos da tradição cultural japonesa, tais como a necessidade e a valorização do esforço pessoal, a importância de se obedecer aos valores sociais de grupo, a necessidade de se lutar pelo bem-comum e de que a superação

⁵ Ainda que nem todo sistema de crenças cristão reconheça a santidade da mãe de Jesus, ela é uma figura inegável na mítica do cristianismo e, portanto, facilitaria a identificação das ações de Saori Kido – na condição de Atena – com o gesto de sofrimento de Maria de Nazaré.

dos momentos difíceis só ocorre quando reconhecemos as nossas limitações e lutamos para supera-las. Essas concepções de ordem ética e cultural podem ser devidamente adaptadas para outras nacionalidades e culturas, além de servir como mecanismo pedagógico para que as/os estudantes se identifiquem com estas atitudes e se vejam motivadas/os a lutarem pelos seus objetivos pessoais.

Diante do apresentado, temos que *Cavaleiros do Zodíaco* cumpre o seu papel enquanto produto da máquina midiática e da indústria quadrinística japonesa, permitindo que os seus autores mobilizem traços de culturas em temporalidades diversas para edificar um cenário atrativo ao público-alvo ideal de suas obras. Para tanto, temos a hipótese de que Masami Kurumada edificou uma *recepção* da Antiguidade helênica almejando que a sua obra fosse devidamente consumida para além do Japão. Logo, a ideia de um *mangá sentai* atenderia às demandas do público jovem em um formato *shonen*, enquanto a *tradução* e a *versão* do mundo antigo, com ênfase aos mitos da Hélade, seria a maneira de garantir a identificação da juventude do Norte Global e/ou sob a influência deste, como no caso do Brasil, por tomarem a antiga Grécia como parte de sua tradição cultural.

Ensino de História Antiga, *recepção* da antiguidade helênica e *Cavaleiros do Zodíaco*: um experimento possível

O que nos interessa pensar para o Ensino de História Antiga, em particular, é que *Cavaleiros do Zodíaco* retoma a ancestralidade helênica por meio dos mitos e nos ajuda a (re)pensa-los e problematiza-los. Como havíamos discutido em outra ocasião, uma narrativa mítica fornece explicações sobre a fundação ou a organização de algo, tal como uma cidade, uma etnia, uma prática (Assumpção, 2011, p. 2395). Como os mitos helênicos lidam com o sagrado, a presença do sobrenatural se torna marca fundamental destas narrativas e servem para ratificar os pressupostos e ideias ali presentes. Uma vez que estas narrativas integram e reforçam a tradição cultural de um grupo de pessoas, é

comum que acontecimentos político-sociais sejam rememorados em seu conteúdo, justificando o *modus operandi* dos sujeitos que delas se utilizam (Assumpção, 2011, p. 2396). Portanto, os mitos atuam como mediadores de encontros culturais e nos ajuda a entender a identidade dos grupos étnicos na Antiguidade arcaica e clássica (Sousa; Assumpção, 2022, p. 274). Tais apontamentos demonstram que as narrativas míticas são providas de sentidos específicos para os sujeitos que as edificaram, adaptaram e veicularam, o que se distancia da perspectiva do senso comum de que estas são meras ficções ou fabulações da realidade.

No entanto, como esclarece Lorna Hardwick (2016, p. 75-76) os mitos são maleáveis desde a antiguidade, favorecendo articulações e *traduções* dos seus conteúdos em temporalidades posteriores àquelas em que foram criadas. Daí mesmo sabendo que as narrativas míticas não são ficções, mas, parte da tradição cultural de um povo e/ou etnia, isso não inviabiliza o seu uso em mídias contemporâneas interessadas com o ficcional. Segundo Hardwick (2016, p. 77) a *recepção* dos mitos na ficção almeja as sensibilidades que não são suficientemente perceptíveis em função da consanguinidade dos leitores com aquelas experiências animadas nas obras antigas e modernas. Do mesmo modo, a sensibilidade dos leitores está aparentemente condicionada às situações e experiências de vida, que devem ser relacionadas com o conteúdo das narrativas míticas e ficcionais – tal como o faz *Cavaleiros do Zodíaco*.

As discussões e os esclarecimentos feitos até aqui nos ajuda a perceber que o Ensino de História Antiga pode se beneficiar com o uso de linguagens alternativas, como o caso do *mangá*, para demonstrar que a Antiguidade vem sendo ressignificada por meio da *recepção*. Esse processo dialético permite que as práticas, ideias e percepções oriundas do mundo antigo helênico, em particular, sejam adaptadas para corresponder às demandas da contemporaneidade. Contudo, na mesma proporção que são mobilizadas pelos pensadores da atualidade, os valores do passado impactam em nossa maneira de entender o presente, reiterando que a *recepção* é uma via de mão dupla. Mas, em que

medida, *Cavaleiros do Zodíaco* pode ser utilizado para otimizar o Ensino de História Antiga?

A princípio temos duas sugestões de atividade para serem utilizadas no Ensino de História Antiga, uma para o Ensino Fundamental – Anos Finais e uma para o Ensino Médio. No primeiro caso, selecionamos o conteúdo de História para o 6º Ano do Ensino Fundamental, especificamente na Unidade Temática “Lógicas de organização política”, no Objeto do Conhecimento “As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma”, na Habilidade “(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais” (Brasil, 2018, p. 420-421). Para tratar desse assunto, a maioria dos livros didáticos aborda a formação das *pólis* em função do “colapso” dos reinos micênicos. Todavia, o que nos interessa é pensar em conformidade a Assumpção (2011) e a Sousa e Assumpção (2022), para os quais as narrativas míticas serviam como instrumentos de legitimação de práticas político-sociais e para justificar os costumes e a tradição de um povo e/ou etnia.

Partindo da fundação de Atenas, a documentação literária aponta que houve uma disputa entre as divindades Atena e Poseidon pela supremacia sobre as terras da Ática, de modo que estas realizassem os seus cultos. Pausânias (1.24.5) afirma que no frontão traseiro do Partenon havia a representação da disputa entre os deuses citados pelo direito sobre Atenas. Pseudo-Apolodoro (*Biblioteca*, 3.14.1) nos informa que Atena venceu essa disputa por ter plantado a primeira oliveira na Ática, sendo o julgamento tomado pelos doze deuses do Olimpo. Considerando a importância do azeite de oliva para a cultura helênica como um todo e para a economia ateniense em particular, a escolha de Atena como divindade tutelar da cidade de Atenas é justificável.

Por meio de uma discussão em sala, as/os professoras/es podem apontar que a fundação de Atenas, enquanto *pólis*, foi realizada por Atena tornando este um território sagrado à esta deusa. Caso haja algum tipo de contestação é importante demarcarmos que cada comunidade humana detém a sua própria cultura e maneira de ver o mundo, algo que não as torna piores do

que a nossa, apenas diferentes. Com isso, podemos trazer a narrativa de *Cavaleiros do Zodíaco* na qual Poseidon, ao ser despertado, entra em guerra com Atena pelo domínio sobre o planeta. Na ocasião, o deus da terra e dos mares fez chover por muitos dias, de modo que pudesse destruir a humanidade, criando o seu reinado (Kurumada, 2018, p. 83).



Figura 1 – Thetis, a sereia, explica a Poseidon que Atena sempre interferiu nos seus planos (Kurumada, 2018, p. 83)

Na Figura 1 temos a informação da contenda entre Atena e Poseidon, mas, nenhum tipo de esclarecimento acerca das motivações envolvidas. Como no *mangá* Atena é a deusa da guerra e da justiça, é de se esperar que todos os enfrentamentos travados entre essas divindades tenham colocado Poseidon na condição de injusto e, por extensão, malvado. Essa dicotomia ocorre em toda a obra de Kurumada, na qual as personagens que se colocam em uma posição oposta à Atena são tomadas como ruins e demoníacas – no sentido cristão da palavra. Outro ponto que a/o docente pode se utilizar é na contextualização da imagem de fundo no trecho destacado do *mangá*, afinal, este é uma reprodução da trípole ática de figuras negras, atribuída ao C painter, e narrando

o nascimento de Atena da cabeça de Zeus⁶. Portanto, qual o significado de utiliza-la como fundo de uma afirmação que coloca a deusa de olhos glaucos contra o senhor da terra e dos mares? A pergunta suscitada pode levar a inúmeras respostas, as quais nos ajudam a promover a dinâmica em sala de aula, em prol de um conhecimento significativo. Ainda nessa perspectiva, reiteramos a necessidade de um planejamento prévio, com a apresentação de trechos do *mangá* e da documentação literária traduzida, de modo que as/os estudantes tenham a possibilidade de analisá-los em contraponto ao livro didático, criando interpretações diversas junto a esse material e à *recepção* do mundo antigo.

Ao interagirmos com a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 463), esta declara que devemos considerar as juventudes em sua pluralidade, o que significa “[...] não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas”, a qual converge com a seguinte “Finalidade do Ensino Médio na contemporaneidade”, a saber “garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política” (Brasil, 2018, p. 465) e que se insere na consolidação e no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos (Brasil, 2018, p. 464).

Dito isso, sugerimos a análise crítica do diálogo entre os cavaleiros de ouro, Dohko de Libra e Máscara da Morte de Câncer acerca do significado da justiça. Como havíamos exposto em *Cavaleiros do Zodíaco* todas as personagens que se colocam contra Atena são consideradas ruins e avessas à uma ideia de justiça atrelada a esta deusa. Anteriormente a esse cenário temos a

⁶ A imagem da trípole se encontra disponível em < https://theshieldofachilles.net/shield-characters-references/a-glossary-of-ancient-greek-characters/exaleiptron_birth_athena_louvre_ca616_resized_glare-reduced_black-bg/> Acessado em 26 de dezembro de 2024.

informação de que Saori Kido, a encarnação de Atena, foi levada do santuário pelo cavaleiro de Sagitário, Aiolos, que fugiu do local mortalmente ferido após salvar a divindade de uma tentativa de assassinato. O mentor dessa ação contra a deusa foi o então mestre do santuário que, no decorrer da trama, descobrimos ser o cavaleiro de ouro de Gêmeos, Saga. Foi esse o motivo pelo o qual a jovem Atena ficou sob os cuidados do japonês Mitsumasa Kido, sendo adotada pelo idoso e tratada como sua neta. Retomando ao nosso objeto de atividade, o cavaleiro de Libra manifestou o seu apoio à jovem Saori Kido, reconhecendo-a como a deusa Atena, e por isso foi considerado traidor pelo mestre do santuário. O cavaleiro de Câncer, no entanto, foi designado responsável por assassinar o cavaleiro “traidor” e, nesse momento, tecem algumas considerações políticas, sociais, éticas e filosóficas.

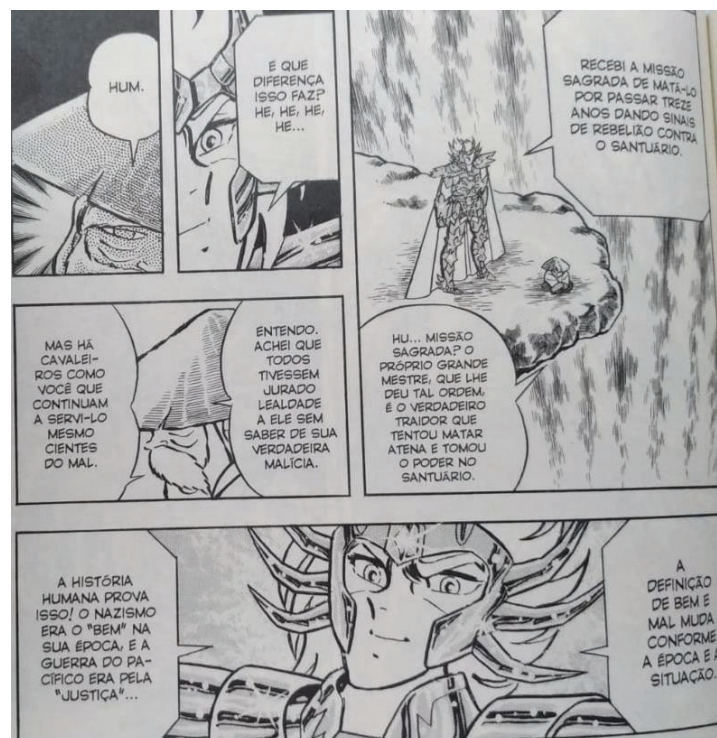


Figura 2 – Máscara da Morte discute sobre a definição de bem, mal e justiça para justificar as suas ações contra Atena (Kurumada, 2017c, p. 125)

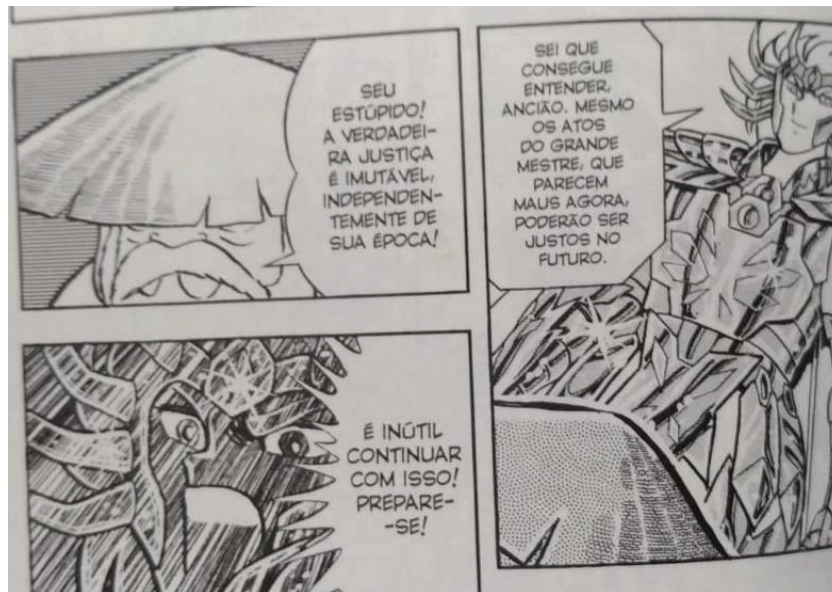


Figura 3 – Dohko de Libra afirma que a justiça é imutável, tornando o argumento de Máscara da Morte uma insensatez (Kurumada, 2017c, p. 125)

As figuras 2 e 3 nos permite discutir a participação social ativa dos estudantes em sala de aula, como preconiza a BNCC, visto que almeja a sua autonomia intelectual e política. De imediato, sugerimos iniciar com a definição de justiça na antiguidade helênica, pois, essa temporalidade serviu de referência para a criação do roteiro de *Cavaleiros do Zodíaco*. Em suma, existem duas definições de justiça no vocabulário do pensamento grego clássico, a saber, *thémis* e *diké/dikaioσύne*. Nos dizeres de Pamela Donleavy e Ann Shearer (2008, p. 1-3) a justiça associada à *Thémis*, enquanto divindade, é aquela da lei natural estabelecida para que homens e deuses a sigam. As autoras afirmam que a sua concepção na contemporaneidade não é possível de ser apreendida na prática jurídica e legal, visto que está associada ao divino e ao natural. Marinella Corsano (1988, p. 5-6) complementa

tal perspectiva, definindo que *thémis* seria a justiça que precede a comunidade politicamente organizada. Nesse sentido, *thémis* é a “[...] justiça que preside à ordem universal” (Malhadas; Dezotti; Neves, 2007, p. 211). Essa visão dialoga com a afirmação de Dohko de Libra na figura 3, posto que este cavaleiro de ouro defende a justiça como imutável, em função de sua natureza.

Já *diké* seria a norma, o costume, o comportamento esperado dos membros de uma comunidade política (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 241) e poderia ser concebida como uma justiça ampla que impacta a todos os seres humanos no interior de uma *pólis* (Havelock, 1978, p. 312). Na condição de divindade, *Diké* seria a filha de Zeus e de *Thémis*, demonstrando que a sua essência estaria atrelada ao senhor do Olimpo, como sinônimo de ordem, e à justiça primordial na figura de sua mãe (Hes. *Teogonia*, v. 901). Nesse sentido, *Diké* seria um *daimón*, ou seja, uma entidade sobrenatural e um intermediário entre os deuses (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 194). Entretanto, considerando a dinâmica das *pólis*, a sua justiça precisa ser devidamente organizada para se adequar às demandas do tempo e do espaço. Logo, a justiça atrelada a *diké* é passível de transformação, haja vista a transitoriedade da cultura humana. Isso não significa que *diké* permita excessos de conduta e comportamento dos sujeitos, afinal, as leis helênicas e as suas constituições eram divinas. Sendo assim, tanto *thémis* quanto *diké* não se adequam a afirmação de Máscara da Morte de Câncer, como temos na figura 2, ao relativizar a ideia de justiça. A postura deste cavaleiro destaca que a justiça seria uma ideia frágil e passível de alteração conforme os interesses políticos dos envolvidos, o que inviabiliza o equilíbrio entre as sociedades.

Interagindo com Felix Oppenheim (2000, p. 663) a discussão destes cavaleiros de ouro se insere no campo da justiça formal, a qual não pressupõe a sua aplicação inteiramente jurídica. Desse modo, se não estamos falando de leis estabelecidas em uma comunidade, então é difícil pensar em meios de qualifica-las enquanto justas ou injustas, moralmente boas ou más. Ao que parece existe uma confusão na fala de Dohko e Máscara da Morte,

visto que o primeiro concebe a existência de um princípio moral que qualifica ações como moralmente justas, enquanto o segundo entende que a justiça é um artifício retórico empregado por um sujeito ou grupo de sujeitos que se saíram vencedores em uma disputa, de modo que possam legitimar os seus gestos em um período posterior, endossando e justificando a sua condição de vitoriosos.

Partindo dessas considerações, a aula para o Ensino Médio será para o primeiro ano, onde existe um momento específico para pensarmos formas de governo e a emergência da democracia em Atenas. Nesse caso, é importante que o/a professor/a tenha discutido o conceito de democracia e de justiça, de modo que as/os jovens entendam os limites entre ambos e que a sua aplicação na contemporaneidade brasileira detém especificidades quando comparada a qualquer outra sociedade e cultura, no tempo e no espaço. A *recepção* de *Cavaleiros do Zodíaco* e a *tradução* proposta por Kurumada serve de mote para que as/os estudantes discutam acerca dos conceitos de justiça e democracia, percebendo as diferenças nas suas respectivas aplicações na realidade do Brasil. É muito possível que diante do cenário político que vivemos e dos efeitos causados pela transição entre governos na presidência da República em 2022, as opiniões sejam bastante polarizadas, disparatadas e até mesmo intransigentes, com um lado defendendo a sua percepção de governo com tanta intensidade quanto o outro. Contudo, em conformidade à BNCC, a História como parte das Ciências Humanas deve contribuir para a formação crítica das/os jovens enquanto cidadãos/ãos, fazendo com que discussões mediadas sobre o tema sejam meios para desenvolvermos a percepção da diferença e a necessidade do debate como instrumento democrático e de justiça em nosso meio social.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo discutir a *tradução* e a *versão* propostas por Masami Kurumada por meio da *recepção* da

antiguidade helênica desenvolvida em *Cavaleiros do Zodíaco*. Com isso, alguns aspectos não podem ser perdidos de vista para finalizarmos tal análise, a saber, o contexto histórico e o lugar social do autor, bem como o fato de estarmos trabalhando com um produto da indústria quadrinística japonesa e, portanto, um veículo midiático de comunicação. Tais elementos são importantes se queremos, a princípio, entender as motivações de Kurumada ao criar uma *recepção* da tradição ancestral helênica em sua obra, mas, também, se estivermos interessados em utilizar o *mangá* em questão no Ensino de História Antiga.

De imediato, relembramos que *Cavaleiros do Zodíaco* foi criado para atender ao público japonês da década de 1980 que, como já nos esclareceu Bryan Hartzheim (2015), estava empenhado em promover a sua identidade diante do enfraquecimento da influência estadunidense no Japão, com o final da Guerra Fria. Entretanto, como este não foi o primeiro *mangá* de Masami Kurumada, o uso da cultura helênica estaria empenhado em garantir a expansão de sua obra e a identificação de um público para além dos limites geográficos japoneses, através de personagens que mobilizassem poderes sobrenaturais por meio de divindades e narrativas míticas familiares à chamada “cultura ocidental”. Esta proposição coaduna Supawan Supaneedis (2020) ao considerar que os *mangaká* se utilizavam dos valores ocidentais importados pelo Japão para promover mecanismos de resistência político-social, enfatizando as potencialidades do “ser japonês”. Logo, o posicionamento de Supaneedis remonta a Patrick Charaudeau (2013, p. 16) de que a mídia cria um “jogo de espelhos” entre o seu conteúdo e o meio social que o promove, refletindo e sendo refletido pelos lugares e sujeitos que o difundem, consomem e se identificam com o seu conteúdo.

Mediante esses esclarecimentos, reforçamos a hipótese anteriormente suscitada de que Masami Kurumada teve algum tipo de formação cristã em sua trajetória de vida, uma vez que o cristianismo é a terceira religião de maior proeminência no Japão – ficando consideravelmente atrás do xintoísmo e do budismo. Portanto, o uso de elementos do cristianismo foi menos

deliberado que aquele das narrativas míticas helênicas. O autor parecia conhecer bem alguns trechos do antigo testamento cristão, como o sofrimento de Abraão, o dilúvio de Noé etc., mas pareceu não se interessar em problematizar as características objetivas e subjetivas subjacentes à tradição ancestral da Hélade. Dessa feita, *Cavaleiros do Zodíaco* mobiliza os deuses helênicos para promover um *mangá sentai*, cujo propósito é valorizar o trabalho em equipe e o esforço como condição de sucesso e superação de situações adversas. Assim, a deusa Atena estaria muito próxima a um ideal de conduta incapaz de ser vislumbrado no início da narrativa quadrinística, posto que esta também se encontra em desenvolvimento no corpo de Saori Kido. Portanto, *Cavaleiros do Zodíaco* trata de superação e companheirismo, de esforço e luta, de perseverança e sofrimento como traços do aprimoramento dos seres humanos.

Por sua vez, o seu uso no Ensino de História Antiga requer planejamento, afinal, o *mangá* não foi pensado como instrumento pedagógico em sala de aula. Daí cabe a/o docente realizar uma verificação acerca de quais temas podem ser trabalhados nas escolas, tendo *Cavaleiros do Zodíaco* como um facilitador, isto é, uma linguagem alternativa que aproxima as/os alunas/os de assuntos a serem discutidos nas aulas de História, para além dos livros didáticos. Os exemplos abordados neste estudo foram sugestões criadas a partir de nossa experiência com a prática pedagógica em turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais e de Ensino Médio, e da nossa familiaridade com o *mangá* selecionado. O principal, nesse cenário, é criarmos condições para que as/os jovens se vejam contemplados por mídias e narrativas com as quais se identifiquem, rompendo com o tradicionalismo do uso dos materiais didáticos nas escolas.

Sendo assim, *Cavaleiros do Zodíaco* mobiliza temáticas que podem ser discutidas em salas de aula, mas, não podemos esquecer de selecionarmos o material, apresenta-lo com antecedência e estabelecer objetivos básicos a serem alcançados com a sua utilização nas escolas. Outro dado importante é a preocupação com a faixa etária das/os estudantes, além de estarmos cientes de

que as discussões promovidas estão empenhadas em assegurar o aprimoramento da percepção crítica de nossas/os alunas/os, favorecendo a compreensão da diferença como parte fundamental da democracia e não como uma agressão a esta. Com isso, esperamos que a dinamização quanto ao uso de linguagens alternativas no Ensino de História Antiga aproxime os sujeitos desta temporalidade que, por meio da *recepção*, tem se mostrado mais presente em nossas vidas do que a maioria das pessoas acredita e pode perceber.

Documentação literária

ANONYMOUS. **The Homeric Hymns and Homerica**. Trans.: H. G. Evelyn-White. Cambridge: Harvard University Press, 1914.
HESIOD. **Theogony**. Trans.: H. G. Evelyn-White. Cambridge: MA., Harvard University Press, 1914.
PAUSANIAS. **Description of Greece**. Book 1. Trans.: W.H.S. Jones. London: William Heinemann Ltd., 1918.
PSEUDO-APOLLODORUS. **The Library**. Trans.: Sir J. G. Frazer. 2 Volumes. London: William Heinemann Ltd. 1921

Referências bibliográficas

ANTELA-BERNÁRDEZ, B. **Historia viva**. Barcelona: Editorial UOC, 2019.
ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. As instituições de poder na Esparta clássica: diarquia e narrativa mítica. In: **Anais do V Congresso Internacional de História**. Maringá-PR: UEM/PPG/DHI, 2011, p. 2390-2398.
ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. Um ensaio sobre a *recepção* espartana no *mangá* Hokuto no Ken. **Phoïnix**, Dossiê Antiguidade: Recepção e Usos do Passado, ano 30, vol. 30, n. 1, p. 95-118, 2024.
ASSUMPÇÃO, L. F. B. de; CAMPOS, C. E. da C. O livro didático e o ensino de história antiga – desafios no presente e problemas do passado. **Perspectivas e diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v.2, n.6, p. 66-87, jul./dez. 2020.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRENNER, R. N. **Understanding Manga and Anime**. Westport: Libraries unlimited, 2007.
- CAMPOS, C. E. da C.; ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. A HQ Hades: o senhor dos mortos e o Ensino de História Antiga. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 133-151, 2023.
- CARVALHO, D. **A educação está no gibi**. São Paulo: Papirus Editora, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Trad.: A. M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.
- CORSANO, M. **Themis**: La norma e l'oracolo nella Grecia Antica. Galatina: Congedo Editore, 1988.
- DEACY, S. **Athena**. London; New York: Routledge, 2008.
- DONLEAVY, P.; SHEARER, A. **From Ancient Myth to Modern Healing**. Themis: Goddess of Heart-Soul, Justice and Reconciliation. New York: Routledge, 2008.
- GREGORI, A. M. Entre os tempos de ouro da Antiguidade e a criminalização da política no Brasil contemporâneo: consciência histórica, saberes escolares e representações sociais. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 82-107, janeiro de 2023.
- HARDWICK, L. **Reception Studies**. Cambridge: Oxford University Press, 2003.
- HARDWICK, L. Translating Myths, Translating Fictions. In: McCONNELL, J.; HALL, E. (Ed.). **Ancient Greek Myth in World Fiction since 1989**. London: Bloomsbury, 2016, p. 75-90.
- HARTZHEIM, B. H. Training Grounds: Postwar Manga Magazines and Shueisha's Weekly Shonen Jump. **Reitaku Review**, 21, p. 3-22, 2015.
- HAVELOCK, E. **The Greek Concept of Justice**: From Its Shadow in Homer to Its Substance in Plato. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- KIM, H. N. Japan and China in the 1980's. **Current History**, v.84, n. 506, p. 426-430, dec. 1985.
- KURUMADA, M. **Saint Seiya – Cavaleiros do Zodíaco**. Kanzenban, vol.1. São Paulo: Editora JBC, 2016.

- KURUMADA, M. **Saint Seiya – Cavaleiros do Zodíaco**. Kanzenban, vol.4. São Paulo: Editora JBC, 2017a.
- KURUMADA, M. **Saint Seiya – Cavaleiros do Zodíaco**. Kanzenban, vol.5. São Paulo: Editora JBC, 2017b.
- KURUMADA, M. **Saint Seiya – Cavaleiros do Zodíaco**. Kanzenban, vol.6. São Paulo: Editora JBC, 2017c.
- KURUMADA, M. **Saint Seiya – Cavaleiros do Zodíaco**. Kanzenban, vol.11. São Paulo: Editora JBC, 2018.
- LUYTEN, S. D. **Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses**. São Paulo, SP: Hedra, 2012.
- MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. de M. (Coord.). **Dicionário grego-português (DGP)**. Vol. 1. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.
- MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. de M. (Coord.). **Dicionário grego-português (DGP)**. Vol. 2. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- MARTINDALE, C. Reception. In: KALLENDORF, C. W. (Ed.). **A Companion to the Classical Tradition**. Oxford: Blackwell, 2007, p. 297-311.
- MARTINDALE, C. Reception – a new humanism?: Receptivity, pedagogy, the transhistorical. **Classical Receptions Journal**, v.5, n.2, p. 169-183, 2013.
- MOERBECK, G. Em defesa do ensino de história antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. **Brathair**, n.21, v.1, p. 50-91, 2021.
- MORALES, F. A. Por uma didática da história antiga no ensino superior. **Mare Nostrum**, 8 (8), p. 79-114, 2017.
- MORALES, F. A.; SILVA, U. G. da. História Antiga e História Global: afluentes e confluente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n.83, p. 125-150, 2020.
- MORLEY, N. **Classics: Why it matters**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- OPPENHEIM, F. E. Justiça. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 660-666.

- PAZ, A. C. A.; ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. *Mangá e ensino de história: Um breve estudo sobre relação de poderes na obra One Piece de Eiichiro Oda*. In: ASSUMPÇÃO, L. F. B. de; CAMPOS, C. E. da C. (Orgs.). **História em quadrinhos na perspectiva da prática de ensino**. Vassouras: Editora Universidade de Vassouras, 2024, p. 55-80.
- PORTER, J. Reception Studies. In: HARDWICK, L.; STRAY, C. (Eds.). **A Companion to Classical Receptions**. Oxford: Blackwell, 2008, p. 469-481.
- ROSENBAUM, R. Towards a summation: How do manga represent history? In: ROSENBAUM, R. (Ed.). **Manga and the Representation of Japanese History**. London; New York: Routledge, 2013, p.251-258.
- SANTOS, D. O Ensino de História Antiga no Brasil e o debate da BNCC. **Outros Tempos**, v. 16, n° 28, p. 128-145, 2019.
- SETTIS, S. **Futuro del “classico”**. Turim: Einaudi, 2016.
- SILVA, M. C. da. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na idade média. **Revista de História**, n. 179, p.1-19, 2020.
- SOUSA, R. C. de; ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. Hércules e o elogio a Atenas: mito e política em Eurípides. In: ASSUMPÇÃO, L. F. B. de; MONTEIRO, A. F.; AUGUSTO, B. B. (Org.). **Para além do Vale do Café: ensaios em História, Patrimônio Cultural e Educação**. Vassouras, RJ: Editora Universidade de Vassouras, 2022, p. 271-292.
- SUPANEEDIS, S. Muscular Manga of the 1980's: The Creative Process Influenced by Western Art and Cultures. **Theses** (Master's degree in Art Theory), Silpakorn University, Painting Sculpture and Graphic Arts, Bangkok, Thailand, 2020.
- THEISEN, N. A. Declassicizing the Classical in Japanese Comics: Osamu Tezuka's Apollo's Song. In: KOVACS, G.; MARSHALL, C. W. (Ed.). **Classics and Comics**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 59-72.
- THEISEN, N. (Un)Reading the Odyssey in Nausicaä of the Valley of the Wind. In: KOVACS, G.; MARSHALL, C. W. (Ed.). **Son of**

Classics and Comics. New York: Oxford University Press, 2016, p.79-94.

TOGO, K. The inside story of the negotiations on the Northern Territories: five lost WINDOWS of opportunity. **Japan Forum**, v. 23, n. 1, p.123-145, jun. 2011.

VARGAS, A. Z. Charles Martindale: a recepção da Antiguidades e os estudos clássicos. In: SILVA, G. J. da; CARVALHO, A. G. (Org.). **Como se escreve a História da Antiguidade:** Olhares sobre o antigo. São Paulo: Editora Unifesp, 2021 (versão epub).

APUNTES SOBRE LA PAZ EN HESÍODO. DE TEOGONÍA A TRABAJOS Y DÍAS. UNA LECTURA ANTROPOLÓGICA DEL TÓPICO

María Cecilia Colombani

Introducción

El proyecto de la presente comunicación se propone analizar tres situaciones donde reina la paz en la producción narrativa de Hesíodo. La perspectiva del poeta que hubiera preferido nacer en otro tiempo y no en la edad de los hombres de hierro, suele ser de registro negativo y es la guerra la que se enseñorea en ambos poemas. Tomamos el concepto de guerra y de paz en un sentido simbólico, y asociamos la guerra, fundamentalmente, al reinado de la *hybris* que tan fuertemente marca el relato hesiódico. Asimismo, establecemos el maridaje entre guerra y *eris* negativa para recordar que la disputa también marca estructuralmente el relato. No obstante, el fondo último del pensamiento hesiódico da lugar a un atisbo de esperanza, a partir del dispositivo didáctico que cohesiona la obra. Desde este moderado optimismo nos instalamos en tres episodios o circunstancias donde parece reinar la paz.

Seguiremos el propio orden en que tales circunstancias aparecen lo que nos permite pensar en un plano mítico y en un plano histórico, convencidos de que *Trabajos y Días* constituye una respuesta política del autor a su tiempo histórico. En el primer episodio nos situaremos en la tifonomaquia, última batalla librada por Zeus en el marco de la dramática divina. Allí la paz resulta de la victoria del Egidífero sobre la fuerza a-cósmica que representa el último hijo de Gea, habido en contacto amoroso con Tártaro. En este caso, la paz está estrechamente ligada a la derrota de la *hybris* que el monstruo representa, así como la aniquilación de la *eris* portadora de guerras y muertes.

El segundo episodio, también inscrito en el plano mítico, da cuenta de un tiempo idílico donde la paz es el estado que se

respira. Nos referimos a la edad de oro, primera de las cinco edades que el mito de las razas despliega en su trazo narrativo. La ausencia del mal antes de la progresiva degradación antropológica que el mito refiere, permite respirar un clima de paz que analizaremos en sus tópicos convergentes.

El tercer episodio se inscribe en el plano histórico y nos inspira la relación entre la paz y la justicia. Trabajaremos las consecuencias del obrar justo de los gobernantes para ver en qué medida su conducta es capaz de brindar la ansiada paz que no se logra en tiempos de injusticia, cuando las torcidas sentencias producen calamidades para la ciudad y los hombres que la habitan.

Tres momentos de paz que dejan traslucir un cierto optimismo en Hesíodo y que reafirman la imagen de un Zeus garante de la justicia que, por extensión, y a partir de la solidaridad propuesta, se convierte también en el garante de la paz.

El plano mítico. La paz en términos de soberanía

Una vez derrotados los titanes por la estratégica alianza de Zeus y los Hecatónquiros, artífices de la victoria, el propio Crónida es quien no permite que se cumpla la posibilidad de que Tifón gobierne, lo cual significaría el triunfo de su potencia desterritorializante y a-cósmica. Ha llegado el momento de recorrer el segmento que indica la acumulación por parte de Zeus de un tipo de poder del orden de la representación¹ y la definitiva consolidación de la paz, a partir de la guerra entre dioses que la titanomaquia y la tifonomaquia constituyen como espacios agonísticos.

Zeus personifica el poder porque es el garante de la justicia y de la preservación de un orden que estuvo a punto de sucumbir. Es la cabeza visible de un modelo de funcionamiento de poder vertical que desde esa pirámide gobierna un *κόσμος* que se

¹ En *Las redes del poder* (1992), Foucault analiza los distintos mecanismos del funcionamiento del poder y alude a un tipo de poder del orden de la representación, donde la figura del soberano es la cara visible de una concentración del mismo. Cf. Colombani, María Cecilia, *Foucault y lo político*.

mantiene regulado porque él mismo constituye el principio de inteligibilidad.

Recorrer el episodio de la tifonomaquia instalados en el corazón del combate nos permite inteligir esa acumulación de poder que reafirma la consolidación de la soberanía de Zeus y la paz definitiva, al tiempo que define políticamente los *τόποι* diferenciados de lo Mismo y de lo Otro. Tifón desde su alteridad reafirma la identidad de Zeus.

Zeὺς δ' ἐπεὶ οὖν κόρθυνεν ἐὼν μένος, εἴλετο δ' ὄπλα,
Βροντὴν τε στεροπὴν τε καὶ αἰθαλόεντα κεραυνόν,
πλήξεν ἀπ' Οὐλύμποιο ἐπάλμενος: ἀμφὶ δὲ πάσας
ἔπρεσε θεσπεσίας κεφαλὰς δεινοῖο πελώρου.
αὐτὰρ ἐπεὶ δὴ μιν δάμασεν πληγῆσιν ἰμάσσας,
ἤριπε γυιωθεῖς, στενάχιζε δὲ γαῖα πελώρη.

Zeus, una vez que acumuló su valor, tomó sus armas,
el trueno, el relámpago y el ardiente rayo.
Lanzándose desde el Olimpo, lo hirió, y en derredor
todas
las divinas cabezas del terrible monstruo incendió.
Una vez que lo dañó, fustigándolo con sus golpes,
lo derribó, mutilado. Y se lamentaba la enorme tierra
(Hesíodo, *Teogonía*, 853-858).

La huella lexical del verbo κορθύνω, “alzar, amontonar”, nos ubica en la acumulación del valor que venimos tematizando y en la consecuente posesión de poder, corroborada por el hecho de tomar sus armas, ὄπλα. Alzarse con el valor y desplegar el poder mortífero de sus armas constituyen el pasaporte a una victoria que conoce su punto de arranque cuando Zeus lo hirió. El campo del verbo πλήσσω, “golpear, pegar, herir”, abre la metáfora agonística del enemigo derrotado, cuando en realidad se trata de la derrota de esa fuerza a-cósmica que jaqueaba el principio de legalidad de lo real en su conjunto y ponía en jaque la paz que por tanto tiempo se veía negada.

No hacemos referencia a una mera victoria divina, sino a la posibilidad ontológica de que el *κόσμος* permanezca y conserve su identidad. Zeus incendió con su arma las divinas cabezas del monstruo siguiendo la huella del verbo *πιμπρημι*, “quemar, incendiar”. El modelo que toma la batalla se juega en el escenario de las llamas como castigo ejemplar. El castigo resulta directamente proporcional a la falta cometida. La paz exige un castigo ejemplar como modo de conjurar los peligros y avatares de la guerra.

Entonces, fustigándolo con sus golpes, dio por terminado el episodio. El campo lexical del verbo *δαμάζω* reafirma el poder de Zeus, “domar, amansar, someter, dominar, derribar”. En realidad, el Crónida está derribando cualquier conjura contra el orden que inexorablemente avanza hacia formas más justas y equilibradas. Ese es el gran mensaje de *Teogonía*. Al amansar al monstruo, domina toda forma de Otredad que atenta contra su soberanía regia y que atenta contra la paz cuidadosamente instituida.

El verbo *ἐρείπω*, “echar abajo, destruir, aniquilar”, remata la cristalización de la soberanía e invierte definitivamente la ecuación originaria. Tifón pretendía derrotar a Zeus y es el derrotado. El triunfo del monstruo hubiese invertido el desarrollo teogónico y hubiese retrotraído el *κόσμος* a un estado de indefinición que hubiera aniquilado la progresión exitosa y optimista. Tal como sostiene Gernet, cuando se refiere a la existencia de dos razas o dos mundos impermeables, la humana y la divina, recogida por esa especie de filosofía popular que es la poesía sapiencial (Gernet, 1981, p. 16), la visión del *κόσμος* es optimista ya que, más allá de los avatares que jaquean la regularidad y normatividad, el orden está asegurado por el principio de inteligibilidad que Zeus representa desde su soberanía ingentemente construida.

φλόξ δὲ κεραυνωθέντος ἀπέσσυτο τοῖο ἄνακτος
οὔρεος ἐν βήσσησιν αἰδνῆς παιπαλοέσσης,
πληγέντος. πολλὴ δὲ πελώρη καίετο γαῖα

Una llama se precipitó del soberano fundido por el rayo,
En los valles sombríos y escarpados de la montaña,
Golpeado; ampliamente la enorme tierra ardía
(Hesíodo, *Teogonía*, 859-861)

Tifón ha pretendido transgredir el *tópos* que le corresponde frente a la soberanía de Zeus Padre, conocedor de designios, y ello amerita una forma de castigo ejemplar que genere en los mortales e inmortales esa memoria constante y fija de la que habla Nietzsche para que ningún mortal ose una gesta semejante. Se abre entonces el espectáculo del castigo, el ceremonial de la pena; porque sólo el castigo que se acompaña con una ritualización que apela a la percepción del cuerpo supliciado se inscribe en la memoria. En esta empresa de ficcionar una memoria, “tal vez no haya, en la entera prehistoria del hombre, nada más terrible y siniestro que su mnemotécnica. Para que algo permanezca en la memoria se lo graba a fuego; sólo lo que no cesa de doler permanece en la memoria” (Nietzsche, 1972, p. 69). Las imágenes dantescas que estamos visualizando y el destino último de Tifón es la imagen más rotunda de la relación castigo-cuerpo. El cuerpo del que ha transgredido una norma ancestral es el teatro de operaciones de un castigo que hace memoria.

Zeus, en su calidad de garante de la justicia, de la paz y de los *tópoi* que no deben ser transgredidos para que se conserve la armonía del *kósmos*, es quien dispone estas marcas. Entonces, el castigo es el brazo ejecutor de la memoria que los hombres deben incorporar para no cometer la falta del hijo de Gea. Zeus ha sido provocado y el castigo ejemplar es el rito que cierra la transgresión; el sufrimiento físico y el dolor del cuerpo, los elementos constitutivos de la pena. Zeus ha sufrido una afrenta que lo ha herido en su calidad de Padre. Entonces, el castigo se presenta como un verdadero arte de las sensaciones. El espectáculo del fuego es un festival visual que recuerda el “no debes”, al tiempo que visibiliza las delicias de la paz como forma de consolidación del *kósmos*.

La paz en términos de felicidad

Los primeros hombres parecen estar alejados de este escenario que la guerra impone y, lejos de su oscuridad estructural, su vida transcurre por los apacibles senderos de una tierra prometida, luminosa y diáfana.

Χρύσειον μὲν πρῶτιστα γένος μερόπων ἀνθρώπων
ἀθάνατοι ποίησαν Ὀλύμπια δώματ' ἔχοντες.

Dorada la primerísima raza de los mortales hombres
hicieron los inmortales, los que habitan olímpicas
moradas (Hesíodo, *Trabajos y días*, 106-109)

La consideración que se impone es el poder de la divinidad frente a los hombres, vientres tan solo, en términos teogónicos. Los Inmortales, los magníficos ἀθάνατοι, hicieron, ποίησαν, esa raza de hombres; se trata de un *poiesis*, inscrita en el campo lexical el verbo ποίεω, hacer, fabricar, construir, engendrar, edificar; acepciones todas que dan cuenta de la acción productora de los dioses como artesanos máximos, a quienes se deben todas las cosas y a quienes se agradece la idea reguladora de *kósmos*, en tanto visión optimista de un mundo que tras el *khao*s aparente guarda una regulación intrínseca. Esto reafirma la dualidad estructural que advertiéramos y ubica a los Inmortales en el rol activo de una producción. La raza de los mortales hombres es el fruto de una acción que define el poder y el saber de los dioses.

Ahora bien, definida esa superioridad de los Inmortales, se nos impone rastrear la excepcionalidad de los hombres de la raza dorada. Sin confundirse estatutariamente con la divinidad, estos hombres gozan de ciertas marcas que los ubican en un plano extraordinario, vale decir, más allá de lo ordinario

οἱ μὲν ἐπὶ Κρόνου ἦσαν, ὅτ' οὐρανῷ ἐμβασιλευεν
ὥστε θεοὶ δ' ἔζων ἀκηδέα θυμὸν ἔχοντες
νόσφιν ἄτερ τε πόνων καὶ οἰζύος: οὐδέ τι δειλὸν

γῆρας ἐπῆν, αἰεὶ δὲ πόδας καὶ χεῖρας ὁμοῖοι
115τέροντ' ἐν θαλίῃσι κακῶν ἔκτοσθεν ἀπάντων

Ellos existían en la era de Crono, cuando en el cielo reinaba;
vivían como los dioses, con el ánimo despreocupado,
sin penas ni pesadumbre, y de ningún modo la cobarde
vejez los amenazaba, sino que siempre en pies y manos
por igual
se deleitaban en los festines, apartados de los males
todos; (Hesíodo, *Trabajos y días*, 110-115).

En efecto, la excepcionalidad está marcada por el peculiar privilegio de vivir “como dioses”, aún sin serlo. Estatuto extraordinario de una vida que dista de las marcas que luego los hombres conocerán y padecerán en doloroso contacto. Se trata de un tipo de vida que los hombres asociarán a un tiempo remoto, sin retorno, tal como de ello da cuenta, habitualmente, todo mito que recree un tiempo áureo. El vivir como dioses habla de una cierta familiaridad que retorna en un clima de convivialidad que marca un tipo de existencia, inscrita en el registro de la paz como actitud de vida.

Ahora bien, ¿qué significa vivir como los dioses? ¿Qué tipo de existencia es aquella que no tiene las marcas de lo humano? Sin duda, la ausencia del dolor gana la escena, ya que el pesar es una nota antropológica inscrita en la propia degradación humana. Poseían el ánimo despreocupado, ἀκηδέα θυμὸν, exento de aflicciones, porque en realidad no parecían depender de nada que les turbase el ánimo. Vivían sin penas ni pesadumbre, ἄτερ τε πόνων καὶ ὀϊζύος, patrimonio exclusivo de los sufridos mortales. El campo semántico de ambos sustantivos nos ubica en un territorio de marcada impronta antropológica si consideramos al dolor como una bisagra constitutiva de la condición humana. Los dorados hombres no lo conocen y por ello su vida se asemeja a la de los Inmortales, eternamente áureos. La excepcionalidad roza también una dimensión temporal, ya que no conocen la cobarde

vejez, δειλὸν γῆρας, como rasgo, precisamente, de su excepcionalidad.

Otra condición excepcional es el registro festivo que los define. Al agobio y la fatiga que implica la obligación del trabajo como única condición de subsistencia, los hombres dorados se deleitaban en festines, ἐν θαλιῆσι, momento de vida colectiva que reporta placer y conjura la fatiga del trabajo. La dimensión del verbo τέρω abre el campo del deleite y de una vida placentera que no parece coincidir con la funesta vida de los hombres sometidos al yugo de las labores. En resumen, lejos de los males, del trabajo, de la vejez y de la muerte cruel, la vida es una verdadera fiesta, coronada por la paz como regalo y don.

Ahora bien, sabemos que los hombres son mortales y esa situación límite implica necesariamente una cierta forma de morir. ¿Cómo mueren los hombres de la raza dorada? ¿Qué significa morir en esta tierra prometida? ¿Si la muerte entraña un registro de dolor y éste parece estar ausente, qué significa exactamente morir? Morir en paz; esa es la clave de la excepcionalidad. θνήσκον δ' ὥσθ' ὕπνω δεδμημένοι / morían como si fueran sometidos por el sueño. (Hesíodo, *Trabajos y Días*, 116-117)

Los hombres son sometidos, δεδμημένοι, por el sueño, especie de φάρμακον reparador; el campo del verbo define la imagen de una muerte apacible, de una sucesión de continuidad entre sueño y muerte, en contraposición a la violencia de una muerte más cruel. Hay muchas maneras de morir y el mundo antiguo las conoce en sus finísimos rasgos. Pero ésta parece ser una muerte en paz.

En el marco de la excepcionalidad ontológica de estos hombres, el trabajo no existe, como sí existirá más tarde, cuando los hombres deban trabajar para construir la ciudad justa; en esta tierra maravillosa, bendecida por los bienaventurados, la abundancia los sorprende en su espontánea generosidad.

ἔσθλα δὲ πάντα
τοῖσιν ἔην: καρπὸν δ' ἔφερε ζείδωρος ἄρουρα
αὐτομάτη πολλὸν τε καὶ ἄφθονον: οἱ δ' ἔθειλε μοῖ

ἦσυχοι ἔργ' ἐνέμοντο σὺν ἐσθλοῖσιν πολέεσσιν.
ἀφνειοὶ μῆλοισι, φίλοι μακάρεσσι θεοῖσιν.

Y todos los bienes tenían; el fecundo labrantío ofrecía
fruto
espontáneo, abundante y no envidiado; y ellos,
voluntarios,
tranquilos, se nutrían de los campos con bienes
copiosos;
[ricos en rebaños, queridos por los bienaventurados
dioses.] (Hesíodo, *Trabajos y Días*, 116-120)

La tierra prometida es una tierra pródiga. Espontáneamente brota de ella el fruto, καρπὸν. El fecundo labrantío, prodigioso regalo de los dioses, produce espontáneamente aquello que los hombres necesitan para vivir y los retira de las vicisitudes del trabajo.

Paz, armonía y felicidad parecen ser las marcas de esta tierra prometida, de este tiempo áureo, inscrito en un linaje positivo y luminoso. La abundancia evita la competencia dañina, portadora de una conflictividad destructora del tejido social. Esto constituye una nota fuerte de esta primera raza de hombres porque la violencia es el hilo conductor de la destrucción que el mito narra en su intento explicativo de la degradación humana como pérdida, entre otras cosas, de la tierra prometida. Tierra luminosa y pródiga, asimilada, en esta imagen peculiar, con un fecundo labrantío, ζεῖδωρος ἄρουρα. En la misma línea, dos adjetivos enfatizan las características de estos mortales que, tranquilos y voluntarios, vivían exentos de la dependencia que el grano implica como forma de conjurar el hambre, terrible amenaza para los hombres comedores de pan: ἐθελήμοι y ἦσυχοι, son las marcas de la positividad estatutaria de estos mortales. Que el fruto esté al alcance de la mano, sin esfuerzo ni trabajo, genera una doble tranquilidad, la del cuerpo, que no se somete a los arduos *Trabajos y Días* del campo, *erga kai hemerai*, y la del alma, que no se distrae en cuestiones que la alejan de su estado de armonía.

La tierra prometida es ella misma fuente de nutrición, condición de posibilidad de la vida de todos los mortales que la habitan, manantial de placeres y dispensadora de las mayores riquezas; por ello, los hombres se nutrían con bienes copiosos, ἐνέμοντο σὺν ἔσθλοῖσιν πολέεσσιν. Frutos y rebaños. Nada falta en esta tierra exuberantemente generosa, capaz de cubrir todas las exigencias humanas con su prodigalidad; tierra prometida que vuelve a sus habitantes ricos en rebaños, ἀφνειοὶ μῆλοισι, y amados por los bienaventurados dioses, φίλοι μακάρεσσι θεοῖσιν.

Esta es, sin duda, la mayor bendición que este tiempo ofrece a los hombres dorados. El amor y la protección de los dioses constituyen los máximos privilegios que se pueda tener. Al tiempo que ese amor reafirma la distancia ontológica que separa a ambas razas, constituye también la marca de una proximidad. El amor aproxima, quiebra la radical brecha entre ambos planos y asegura una felicidad que supera ampliamente la tranquilidad de tener cubiertas las necesidades básicas. El amor de los dioses es la huella de un reconocimiento divino, de una protección que representa una garantía de felicidad duradera.

El plano social. La paz en términos de justicia y trabajo

Οἱ δὲ δίκας ζεῖνοισι καὶ ἐνδήμοισι διδοῦσιν
ἰθείας καὶ μὴ τι παρεκβαίνουσι δικαίου,
τοῖσι τέθληε πόλις, λαοὶ δ' ἀνθεῦσιν ἐν αὐτῇ:
εἰρήνη δ' ἀνὰ γῆν κουροτρόφος, οὐδέ ποτ' αὐτοῖς
ἀργαλέον πόλεμον τεκμαίρεται εὐρύοπα Ζεὺς:
οὐδέ ποτ' ἰθυδίησι μετ' ἀνδράσι λιμὸς ὀπηδεῖ
οὐδ' ἄτη, θαλίης δὲ μεμηλότα ἔργα νέμονται.

Pero quienes dan para extranjeros y conciudadanos
sentencias
justas, y no se apartan en nada de lo justo.
Por ellos prospera la ciudad y la gente florece en ella;
y en la tierra, la paz que alimenta a los jóvenes, a los que
nunca
terrible guerra asigna Zeus de larga mirada;

y nunca a los hombres de justicias rectas acompaña el
hambre
ni la calamidad, sino que en banquetes se nutren de
campos cultivados
con esmero. (Hesíodo, *Trabajos y Días*, 225-232).

Hemos elegido estos versos como modo de asociar la justicia con la paz y el trabajo. A nuestro criterio constituyen las caras de una misma moneda. Describen las marcas luminosas y positivas de la ciudad justa que se beneficia con las consecuencias del recto obrar. En este clima donde impera la ausencia de conflicto aparece la necesaria referencia a las bondades de la tierra y los beneficios de un tiempo de paz, sostenido, entre otras cosas, por el trabajo como motor del bienestar.

En estos versos se distingue claramente la diferencia entre esta ciudad justa y la edad de oro que encabeza el mito de las edades. Allí no es necesario el trabajo porque la tierra en su abundancia ofrece todo cuanto es necesario para vivir. En la ciudad justa el trabajo es necesario, forma parte de ese dispositivo que se asienta sobre la justicia como *ethos*. Es ese mismo trabajo el que garantiza el bienestar social. Son la justicia y el trabajo sostenido los que determinan que la ciudad prospere y la gente florezca en ella, al tiempo que goza de las delicias de la paz, a partir de los sabores que siempre la injusticia acarrea.

Dos verbos marcan el espíritu de los versos. El campo lexical del verbo θάλλω, “florecer, lozanear, verdeguear, prosperar”, abre el escenario de una ciudad que se halla en la plenitud de sus fuerzas. Por otra parte, el campo lexical del verbo ἀνθῆω, “florecer, brotar, estar en flor”, enfatiza la metáfora agraria que extiende las bondades de la tierra al plano social. El trabajo se da sobre una tierra fecunda y por ello ni la injusticia ni el hambre acompaña a los hombres que en los banquetes parecen celebrar las bondades de la vida y la paz. Los campos cultivados con esmero contribuyen sin duda a esta pintura positiva de la ciudad justa. Por la importancia que cobra el trabajo en la economía general del pensamiento hesiódico no puede haber paz y justicia

sin trabajo, fundamentalmente porque evita las querellas. En este sentido la paz también viene de la mano del trabajo como eje articulador de vínculos interpersonales.

El final de los versos ratifica las marcas de la ciudad floreciente. Alejada la discordia y reinando la paz entre los hombres, éstos se deleitan en banquetes, *θαλίης*, gozando del fruto del trabajo. El campo lexical del verbo *νέμω*, “repartir, asignar, distribuir”, alude, precisamente, a ese valor social de la tierra cultivada que otorga los frutos que se disfrutaban en los banquetes como momentos de vida colectiva. Una vida colectiva que se instituye a partir de la conjura de la *eris* malévola, destructora del vínculo social. Sólo cuando la justicia la desterritorializa de la ciudad, florece la paz.

Conclusiones

La presente comunicación se propuso relevar tres situaciones donde la paz constituye un registro existencial cuyos beneficios se hacen visibles desde distintos matices. Aceptando que el fondo último del pensamiento hesiódico da lugar a un atisbo de esperanza, a partir del dispositivo didáctico que cohesiona la obra, nos instalamos en los tres episodios o circunstancias donde parece reinar la paz. En el primer episodio nos situamos en la tifonomaquia, donde la paz está estrechamente ligada a la derrota de la *hybris* que el monstruo representa. El segundo episodio, nos retrotrajo a un tiempo idílico donde la paz es el estado que se respira. El tercer episodio se inscribe en el plano histórico y nos sugiere la relación entre la paz y la justicia. En ese contexto el obrar justo es capaz de brindar la ansiada paz que no se logra en tiempos de injusticia.

Tres momentos donde la paz se vuelve protagonista y reafirma cierto optimismo en la narrativa hesiódica y la imagen de un Zeus garante de la justicia que, por extensión, se convierte también en el garante de la paz.

Bibliografía

- COLOMBANI, M. C. **Hesíodo**. Una introducción crítica. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2005
- COLOMBANI, M. C. **Foucault y lo político**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- COLOMBANI, M. C. **Hesíodo**. Discurso y Linaje. Una aproximación arqueológica. Mar del Plata: EUDEM, 2016.
- DETIENNE, M. **Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica**. Madrid: Taurus, 1986.
- FOUCAULT, M. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Almagesto, 1992.
- GERNET, L. **Antropología de la Grecia Antigua**. Madrid: Taurus, 1981.
- HESÍODO. **Obras y fragmentos**. Madrid: Gredos, 2000.
- HESÍODO. **Teogonía, Trabajos y Días**. Edición bilingüe. Trad.: L. Liñares. Buenos Aires: Losada, 2005.
- NIETZSCHE, F. **La genealogía de la moral**. Buenos Aires: Alianza, 1972.
- VIANELLO DE CÓRDOVA, P. **Hesíodo Teogonía**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.

O COTIDIANO NAS TERRAS DO FARAÓ: A DESCRIÇÃO DOS COMPORTAMENTOS EGÍPCIOS EM HERÓDOTO DE HALICARNASSO¹

Nathalia Monseff Junqueira

Considerações iniciais

Há uma frase escrita pelo escritor italiano Arnaldo Momigliano (1966, p. 129) que ilustra a importância do historiador nascido em Halicarnasso para o campo da História: “Não existe Heródoto antes de Heródoto”. A sua nova metodologia na forma de investigar os caminhos que levaram gregos e persas a guerrearem² no início do século V A.E.C., além da descrição dos povos que acabaram sendo inseridos nesta contenda, impactaram a maneira de se narrar os eventos históricos na Antiguidade, que estavam ligados aos desejos e caprichos dos deuses. Devido a essa inovação, Heródoto recebeu o epíteto de pai da História (*Herodotum patrem historiae*) do escritor romano Cícero (*Leg.* 1.1.5).

Ao longo dos séculos subsequentes, sua obra, *Histórias*³, foi copiada traduzida, lida, relida devido à maneira cativante da construção discursiva, além de inspirar uma gama variada de artistas, literatos e viajantes. Isso pode ser confirmado através das inúmeras publicações derivadas de sua obra, principalmente nos campos político e militar, sobre as incoerências nos relatos de alguns acontecimentos, a geografia e a etnografia dos diferentes povos descritos na sua narrativa. Além disso, com a expansão da

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *As mulheres egípcias e a construção da identidade na Antiguidade: os relatos etnográficos de Heródoto (V a.C.) e Estrabão (I a.C. – I d.C.)*, (2021-2023), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

² Conforme informado no Prólogo de sua obra *Histórias*.

³ A palavra “ἱστορία” somente passou a significar o estudo dos acontecimentos do passado após o IV a.C.” (Asheri et. al., 2007, p. 08), ou seja, um século depois do uso feito por Heródoto.

internet, agora é possível ver e “caminhar” virtualmente pelos vários sítios arqueológicos descritos nesta obra⁴.

O objetivo deste capítulo é justamente trabalhar dentro do campo da etnografia: discutir o *logos* dedicado ao Egito no momento em que Heródoto retrata a vida cotidiana dessa sociedade. Para isso, será necessário contrastar o discurso escrito com a iconografia egípcia encontrada em tumbas e templos nas quais homens e mulheres são retratados em conjunto. Isso se faz necessário na medida que estamos trabalhando com fontes históricas produzidas por homens e que idealizam os comportamentos sociais, especialmente o feminino, por isso a necessidade de diversificar os tipos de discursos produzidos na Antiguidade. É por meio do olhar direcionado às construções de masculino e feminino, que somos capazes de elaborar uma proposta que ultrapasse a visão metodológica centrada na divisão entre gregos e bárbaros, permitindo compreender que o relato sobre a diversidade de atuação da população egípcia se tornaria uma ferramenta de reforço da identidade grega desse autor, em um período de expansão da influência política dos atenienses na Antiguidade.

O contato entre egípcios e gregos

O arqueólogo John Boardman, em seu livro *The Greeks overseas: their early colonies and trade* (1980) trabalha com a cultura material proveniente do encontro entre gregos e não-gregos por volta do século V A.E.C., demonstrando como o comércio influenciou o contato entre as culturas na região do Oriente Próximo, Egito e territórios de cultura helênica. No capítulo *The Greeks in Egypt*, afirma que os egípcios já tinham um contato com os gregos micênicos restrito ao comércio, o que não gerou um maior interesse por essa região neste primeiro momento. Essa afirmação se concretizaria na cultura material micênica encontrada

⁴ Um exemplo é o projeto *Hestia*, que insere a investigação de Heródoto no mundo virtual: <https://hestia.open.ac.uk/>.

no Egito em diferentes locais ao longo do Nilo e “achados isolados são relatados mais ao sul, como Aswan e Núbia” (Boardman, 1980, p. 111).

Contudo, observaremos uma mudança nesse cenário a partir do século VII A.E.C., quando o Egito estaria livre do assédio dos assírios e núbios. Um maior relacionamento entre os egípcios e os helenos pode ser atestado pela arqueologia, muito provavelmente advindos de um comércio direto entre esses povos. Heródoto descreve que no reinado de Psamético⁵ (2.154), os cários e iônicos, que teriam atuado como soldados mercenários, receberam algumas terras às margens do Nilo pelos serviços prestados, sendo os primeiros estrangeiros a se instalarem no Egito.

Entretanto, a cidade mais conhecida por abrigar helenos no Egito foi Náucratis, situada na região do Delta do Nilo. De acordo com o relato herodotiano (2.179), nos tempos antigos

Náucratis era o único local de comércio marítimo do Egito. Se alguém chegasse a qualquer outra das embocaduras do Nilo, era preciso que fizesse o juramento de que não viera voluntariamente para lá e, depois de ter feito o seu juramento, navegava em sua própria embarcação em direção à embocadura Canópica; ou, se não fosse possível navegar por ela por causa dos ventos contrários, as mercadorias deveriam ser transferidas para as barcas egípcias, passando em torno do Delta, até onde se alcançasse a cidade de Náucratis. Assim, de fato, Náucratis era uma cidade estimada (Silva, 2016, p. 140-1).

A construção desta cidade ocorreu no governo do faraó Amásis (Hdt. 2.178)⁶, que concedeu a permissão para que os helenos pudessem se estabelecer nesse local, construindo santuários semelhantes aos encontrados em outras *polis* helênicas. J.

⁵ Psamético teria sido o primeiro faraó da XXVI dinastia (690-610 A.E.C.).

⁶ O reinado de Amásis teria acontecido entre os anos 570-526 A.E.C.

Boardman (1980, p. 117) e Maria Aparecida de Oliveira Silva (2016, p. 139) declararam que Naucrátis teria sido fundada no século VII A.E.C por colonizadores de Mileto, informação também compartilhada pelo geógrafo Estrabão (*Geogr.* 17.1.18), que teria viajado ao Egito por volta do ano 25 A.E.C.. Christopher Baron (2021, p. 962) pondera que as discrepâncias dos relatos antigos acerca dessa cidade ainda geram vários debates entre os estudiosos acerca das origens de Naucrátis, que se tornou um importante local de contato entre os gregos e os egípcios na Antiguidade.

Dessa forma, quando Heródoto decidiu viajar pelas terras banhadas pelo Nilo, essa região não era totalmente desconhecida no mundo helênico. Halicarnasso⁷, cidade onde o historiador nasceu por volta de 484 A.E.C.⁸, recebia comerciantes de diferentes partes do mundo, e podemos inferir que existiam navegantes egípcios neste grupo, devido ao seu movimentado porto, favorecendo as trocas comerciais e culturais nessa localidade (Hart, 1982, p. 159). Após ter sido exilado de sua terra natal ao seu unir em oposição ao governante Ligdamis, Heródoto teria se deslocado para várias regiões do Oriente Próximo e do Mar Mediterrâneo, como as cidades de Tiro, na Fenícia, e Tasos (Hdt. 2.44), uma ilha localizada no Mar Egeu.

Flore Kimmel-Clauzet (2013, p. 35) acredita que o historiador grego tenha atracado no Egito por volta do ano 450 a.C., devido à datação da morte do faraó Méris em 1350 a.C. através da seguinte afirmação encontrada no Livro II: “não havia passado ainda novecentos anos da morte de Méris, quando eu ouvi esses relatos dos sacerdotes” (Hdt. 2.13). Nesse momento, esse território já estava anexado ao império persa, uma vez que o leitor é avisado que o Egito e outras regiões pagavam tributos a Dario, além do complemento que provinha do lago Méris (Hdt. 3.91).

⁷ A cidade de Halicarnasso, atualmente Bodrum, estava localizada na costa da região da Cária, situada na parte sul da Turquia.

⁸ Para mais detalhes a respeito do debate em torno da data de nascimento de Heródoto, consultar o primeiro capítulo da tese de Doutorado *Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste*. (2011).

O responsável por esta conquista foi Cambises, filho do Grande Rei persa Ciro, que havia herdado o império do pai recém-falecido (Hdt. 2.1), reunindo todo o exército e os escravos conquistados pelo patriarca com o intuito de realizar uma expedição militar contra o Egito em 525 A.E.C. O rei persa havia conseguido vencer os egípcios, avançando com suas tropas pelas cidades, o que era uma tática usual dos conquistadores. Tudo corria bem até a sua chegada em Mênfis, pois ao assassinar o deus Ápis (Hdt. 3.28-29), que se configurou como um ato injusto e desencadeou eventos que levaram Cambises a loucura (Hdt. 3.30).

As fontes históricas: Histórias e a iconografia egípcia

Ainda há um grande debate a respeito das escolhas de Heródoto. Uma delas diz respeito aos motivos que levaram o historiador grego a viajar por diversas regiões do mundo habitado. Typhaine Haziza (2012, p. 17), defende que a ideia de que a composição de uma obra cuja finalidade seria recordar a “glória das grandes e admiráveis ações, tanto dos bárbaros quanto dos gregos; e, sobretudo, os motivos que levaram a guerrearem uns contra os outros” (Hdt. Prólogo) teria se iniciado, justamente, com as viagens empreendidas pelo mundo conhecido. Esse posicionamento não é compartilhado por David Asheri (Asheri *et al.*, 2007, p. 07), que propõe que essas viagens, no início, não teriam o objetivo específico de uma pesquisa histórica, e não se sabe quando Heródoto concebeu a ideia de compor sua obra magna *Histórias*⁹ ou alguma composição literária, tal como afirma John Hart (1982, p. 162).

⁹ Segundo Airton Pollini (2016, p. 47), a obra de Heródoto seria “o resultado de uma compilação de uma grande massa de informações diferentes”, provenientes daquilo que ele mesmo testemunhou e daquilo que ele ouviu a partir de seus questionamentos. Para Catherine Darbo-Peschanski (1988, p. 96), “a *opsis* e a *akoe* fornecem, então, subsídios de valor comparável, e só a natureza do objeto estudado faz com que o investigador recorra mais a uma do que a outra”. Para A. Momigliano (2004, p. 62), Heródoto deixa claro em sua narrativa o limite entre a observação pessoal, isto é, aquilo que ele viu, e as suas

Nesse ponto, devemos ressaltar que a audiência da obra deveria ser o público heleno, e esse fato poderia influenciar na maneira como a obra foi pensada e composta, e a maneira como ele descreveria certas sociedades, costumes e as leis locais. Apesar de não haver um consenso entre os historiadores a respeito da leitura pública da obra *Histórias*, F. Kimmel-Clauzet (2013, p. 20) afirma que o estilo desta narrativa se assemelha com as “práticas arcaicas ligadas a um modelo de composição oral”, uma vez que a oralidade preenchia um lugar importante na cultura grega (Pollini, 2016, p. 47). Já John Myres (1999, p. 12) salienta que talvez a obra não estivesse completa quando ocorreu a leitura para a Bulé ateniense.

A estrutura do Livro II, uma das fontes de análise para esse capítulo, é dividida em duas grandes partes: a primeira, direcionada para a descrição da geografia e da etnografia da região, que termina no capítulo 98 e a segunda, sobre a história do Antigo Egito, centrada na descrição das dinastias faraônicas a partir do capítulo 99. Essa também é a divisão a respeito daquilo que ele viu (*opsis*) e ouviu (*akoe*) (Hdt. 2.99): “Até aqui, o que foi dito provém do que vi, julguei e investiguei; a partir de agora, vou falar das histórias egípcias que ouvi, a essas acrescentei alguma coisa que eu mesmo vi” (Moraes, 1999, p. 177)¹⁰. Acreditamos ainda haver uma terceira parte desse relato, o início do Livro III, que seria a conquista do território egípcio pelo rei persa Cambises.

fontes orais, isto é, aquilo que ele ouviu. A obra foi, posteriormente, dividida em nove livros (Asheri et al., 2007, p. 11).

¹⁰ C. Darbo-Peschanski (1988, p. 96) explicita que a *opsis* apresenta maior valor, pois ela é o resultado da “experiência direta do investigador”, afirmação compartilhada por Jorge Lozano (1994, p. 19), para quem os relatos orais não teriam o mesmo peso que o testemunho pessoal, uma vez que a memória dessa outra pessoa, algumas vezes, não seria confiável. Entretanto, o historiador de Halicarnasso reforça, em alguns momentos, a credibilidade de suas fontes, assinalando, quando pertinente, que seu informante é capacitado para fornecer aquele tipo de informação, um dos pontos mais característicos do método crítico utilizado pelo historiador grego na sua investigação (Momigliano, 2004, p. 63).

De acordo com a nossa explanação nas primeiras linhas deste artigo, contrastaremos a narrativa herodotiana com a iconografia egípcia e por isso, devemos ressaltar algumas informações a respeito deste tipo de cultura material. Muitos historiadores são categóricos em afirmar que as belas imagens que visualizamos em pedra ou pintadas nas tumbas seriam uma idealização dos pintores¹¹ e dos grupos abastados, que pagaram para a construção dessas tumbas. Além disso, as imagens e artefatos encontrados nas sepulturas representariam um mundo perfeito esperado após a morte e não as ações cotidianas dos egípcios (Tyldesley, 1999, p. 46).

Inclusive, haveria um ideal feminino nas representações das mulheres egípcias, como reitera Christiane Desroches Noblecourt (1994, p. 201): “físico de pernas compridas e finas, quadril saliente, cintura estreita, seio alto e firme e, sobretudo, para cada um dos dois tipos descritos – a mulher nua ou vestida – um penteado encantador”, além de serem representada com a pele mais clara que a dos homens.

Em muitas estátuas, observamos que o marido rodeava o corpo da esposa com o seu braço, repousando a mão no seu ombro. Para Joyce Tyldesley (1999, p. 29), não há como afirmar se essa postura seria um sinal de “atitude servil ou um sinal de solidariedade conjugal”. Para Carolyn Routledge (2008, p. 157) as representações apontariam para uma posição de passividade feminina em relação aos homens nessa arte tumular. Muitos historiadores afirmam que estamos lidando com uma representação dos papéis que as personagens dessas cenas deveriam desempenhar nessa sociedade e devemos considerar que algumas mulheres chegaram a atuar em altos cargos administrativos e algumas, como Hatshepsut, ocupando o trono

¹¹ Assim como na produção dos vasos áticos na Antiguidade, não podemos descartar a presença feminina no grupo de executores da ornamentação das tumbas no Egito Antigo, mas podemos afirmar que o número delas seria muito menor em comparação ao de homens, considerando a documentação proveniente de Deir el-Medina, por exemplo.

egípcio e precisando se adaptar aos afazeres e posições que eram tradicionalmente ligadas ao faraó¹².

Apesar de a estatura das rainhas representadas nas estátuas e nas imagens serem bem menores em relação à altura dos faraós, as suas esposas e filhos, muitas vezes, estão representadas em cenas do cotidiano dessa família. Esse é o caso da estela conservada no Museu do Cairo¹³ no qual observamos Akenaton e sua esposa, Nefertiti, brincando com as suas filhas. Na cena, apesar de o tamanho da figura do faraó ser um pouco maior que a de sua esposa, ambos são representados um de frente para o outro, como se estivessem se olhando enquanto divertem as crianças. Dessa forma, podemos inferir que, em determinados momentos do cotidiano, homens e mulheres desempenhariam as mesmas atividades, o que justificaria a nossa escolha pelo uso da iconografia nesse trabalho. Além disso, não podemos descartar a hipótese de que as imagens retratadas pela iconografia teriam uma inspiração nos elementos, atividades e características daquelas sociedades que elas representam e, por isso, são reconhecidas como fontes para as pesquisas históricas.

Os costumes egípcios pelos olhos de Heródoto

F. Kimmel-Clauzet (2013, p. 18), em seu estudo a respeito do segundo livro da obra *Histórias*, propõe uma divisão dos primeiros 98 capítulos deste *logos* em três partes: uma pequena introdução (2. 1-4), a descrição da geografia física da região (2. 5-34) e a última parte, dedicada à etnografia (2. 35-98). Para esse capítulo, o foco será a descrição e análise de alguns costumes egípcios separados por Heródoto em dois grupos: os homens que

¹² A respeito das atividades que devem ser realizadas pelos homens, consultar o texto *Did women 'do thinks' in Ancient Egypt?* (c. 2600–1050 BCE), de Carolyn Routledge (2008).

¹³ Estela de Akenaton e sua família. Egypt, Cairo, Egyptian Museum, main floor, gallery 8, JE 44865 (H = 44 cm). Egyptian Museum (JE 44865)

habitam o território que é semeado (2. 77-91) e os egípcios que habitam os pântanos, descritos nos capítulos 92 a 95.

Após descrever o rio Nilo, as terras cultiváveis, a extensão territorial da terra dos faraós e suas fronteiras, no capítulo trinta e cinco, entendemos a escolha do Egito como local a ser conhecido e relatado em sua obra: “Ao mesmo tempo em que o clima egípcio é diferente, o rio apresenta uma natureza contrária àquela de outros rios, e de fato muitas leis e costumes se estabelecem contrários aos dos outros homens (Hdt. 2.35). Essa frase talvez seja uma das respostas referentes ao motivo dessa região apresentar o maior relato na obra *Histórias*: o fato de apresentar não só uma natureza contrária a de outros povos, como apresentar grandes obras maravilhosas, que se apresenta como um dos propósitos da empreitada da obra herodotiana. Outro ponto importante: a natureza contrária aos outros povos poderia ser um grande laboratório para Heródoto, local no qual ele poderia colocar em prática todas as etapas do seu método de investigação.

A etnografia faz parte da investigação de Heródoto, já que ela aparece em outros relatos como, por exemplo, os babilônicos (1.192-200), os lídios (1.93-94) e os citas (4.59-82), relato que proporcionou ao historiador François Hartog (1999) trabalhar com alteridade na análise de *Histórias*. Apresentamos como hipótese de trabalho, que Heródoto usa um filtro cultural heleno ao se deparar com os costumes de outros povos, ou seja, “o mundo em que se conta e o mundo que se conta” (Hartog, 1999, p. 229) utilizando-se da diversidade cultural desses povos como um elemento de reforço de sua própria cultura, quando necessário.

Esses relatos etnográficos se centram, na maior parte das vezes, na alimentação, nas vestimentas, espaços de habitação, nas relações matrimoniais, na estrutura religiosa, nos ritos funerários e nas atividades que cada agente social deveria desempenhar na sociedade. Isto posto, o primeiro trecho selecionado para a nossa análise diz respeito aos papéis sociais que as mulheres e os homens desempenhavam na região egípcia:

Por um lado, as mulheres vão à ágora e realizam o comércio, por outro lado, os homens que ficam em casa tecendo. Enquanto os outros empurram a trama para cima, os egípcios a empurram para baixo. As mulheres urinam em pé, os homens, sentados (...) a mulher não pode ser sacerdotisa de nenhum deus ou deusa, os homens podem ser sacerdote de ambos. (Hdt. 2.35).

A fabricação de tecidos, na Antiguidade, estava associada aos afazeres femininos. Podemos observar isso na quantidade de imagens encontradas na cerâmica ática que apresenta uma mulher ou um grupo se dedicando a essa tarefa (Junqueira, 2011) ou na maquete encontrada na tumba egípcia de Meketre¹⁴. Em Deir el-Medina, as oficinas de produção de tecidos eram compostas por mulheres e homens, em menor número. Até o Médio Reinado, as fibras eram tramadas em um tear de madeira horizontal, utilizado por homens e mulheres nestas oficinas comerciais. Entretanto, a partir da inserção dos teares verticais pelos invasores hicsos, que eram mais eficientes, somente os homens trabalhariam no manuseio desses objetos (Robin, 1996, p. 128; Tyldesley, 1999, p. 114). Dessa forma, era fácil encontrar peças de tecido, principalmente de linho, e trocá-las por algum produto doméstico ou vendê-las nos mercados, o que desobrigaria as mulheres da aprendizagem do tear. Talvez seja esta a situação com a qual Heródoto tenha se deparado (2.35): esses teares, que trouxeram uma nova forma de manusear a trama dos tecidos, que inseria os homens dentro desse mundo que seria, em um primeiro olhar, estritamente feminino.

Nesta perspectiva, observamos a importância das mulheres na economia doméstica, já que muitas delas precisariam complementar o valor que os maridos receberiam por suas atividades. No campo dos ofícios, as mulheres egípcias poderiam

¹⁴ Maquete de uma oficina de tecelagem e tecidos encontrada na tumba de Meketre. Egypt, Cairo, Egyptian Museum, JE 46723.

ser divididas em três categorias: às que haviam recebido alguma instrução e estavam inseridas dentro de uma rede com boas conexões, ocupando cargos como administradoras ou supervisoras domésticas; outras, que tinham alguma habilidade ou dom musical, dedicavam-se aos espaços funerários, produção de tecidos ou atuavam como musicistas; o último grupo, daquelas mulheres que não tinham instrução ou habilidade, caberia o serviço doméstico, ou seja, é possível perceber que os postos de trabalho designados para estas mulheres dependiam das oportunidades educativas (Robin, 1996; Tyldesley, 1999, p. 108).

É importante pontuar que a sociedade não se opôs no início à educação para as mulheres, entretanto, são poucas que receberam uma instrução que as possibilitassem ocupar um ofício como escriba ou posições mais altas na estrutura governamental da sociedade egípcia (Routledge, 2008, p. 166-7; Sabbahy, 2022, p. 47). Isso se deve mais ao fato de que elas iniciavam os ensinamentos referentes ao matrimônio e ao cuidado com a casa com a mesma idade que os jovens iniciavam a sua instrução formal (Robins, 1996, p. 119) do que a algum tipo de proibição aos cargos mais importantes (Tyldesley, 1999, p. 106). Entretanto, era esperado que elas auxiliassem seus maridos com na gestão dos negócios, chegando a ser representante oficial dele.¹⁵ Além disso, muitas mulheres auxiliavam nos ofícios dos seus maridos sem, necessariamente, sair de casa.

Mesmo sem uma educação formal, isso não as impedia de serem ensinadas a ler e a escrever, principalmente nas classes mais abastadas, e passar esse conhecimento para outras mulheres da próxima geração (Robins, 1996, p.121). Isso as capacitava para escrever cartas, realizar algumas transações, controlar os gastos da família, ler e escrever textos literários. É raro encontrar mulheres sendo representadas como escribas ou portando os elementos que pertenciam a esse ofício; a exceção seria a deusa da escrita, Seshat, representada com uma pluma e um pedaço de papel e as filhas do

¹⁵ Exemplo interessante é da esposa comissionada Henuttawi, a companheira de Esamenope, citada na obra de J. Tyldesley (1999, p. 106).

faraó, que provavelmente receberam alguma educação (Tyldesley, 1999, p. 105).

Entretanto, conforme a pesquisa empreendida por J. Tyldesley, são as ostraca¹⁶ encontradas na cidade de Deir el-Medina¹⁷, “que demonstram que algumas donas de casa sabiam ler e escrever” (1999, p.105), pois os textos encontrados nestes pedaços de cerâmicas eram lembretes dos afazeres femininos ou assuntos relacionados ao cotidiano dessas mulheres e que não faziam parte das obrigações dos escribas reais.

Muitas tumbas retratam cenas de mulheres auxiliando os pescadores na limpeza do pescado ou no campo, colhendo o linho com as mãos, plantando ou transportando as pesadas cestas para o armazém (Robins, 1996, p. 130; Sabbahy, 2022, p. 49; Tyldesley, 1999 p. 119). Nas imagens acerca do intercâmbio de mercadorias, são elas as responsáveis pela realização dessa tarefa, negociando o excedente da produção familiar. Gay Robins (1996, p. 127) e Lisa Sabbahy (2022, p. 49) ampliam essa lista, acrescentando a produção da cerveja e do pão e a oferta de alimento como atividades relacionadas às mulheres.

No campo, as egípcias poderiam possuir ou arrendar terras e cultivá-las, tanto como um investimento como para sustento próprio (Robins, 1996, p. 133). A dúvida seria se elas trabalhariam nessas terras ou contratariam outras pessoas, principalmente homens, para o serviço. Na figura encontrada na tumba de Sennedjem¹⁸, visualizamos uma mulher semeando, enquanto seu marido se encarrega do manuseio do arado, instrumento muito utilizado no campo para lavrar a terra e retirar pedras e ervas daninhas do solo, que era puxado por vacas. Na colheita, ela

¹⁶ Singular: ostracón.

¹⁷ Para Margaret Bakos, a descoberta da cidade de Deir el-Medina resultou em uma quantidade de fontes “diversas, ricas e incontestáveis” (2003, p. 30) para o estudo do cotidiano dos trabalhadores egípcios, apresentando um mosaico social e a experiência de muitos indivíduos da sociedade egípcia (Meskell, 1999).

¹⁸ Sennedjem foi um oficial egípcio que construiu uma tumba para ser sepultado junto com a sua família. Sennedjem and Ineferti in the Fields of Iaru. From Egypt, Upper Egypt, Thebes; Original Deir el-Medina, Tomb of Sennedjem (IT 1).

também estava presente, recolhendo o junco recém-cortado pelo marido. Essas imagens de trabalhadoras mostram que as mulheres estavam presentes nas atividades fundamentais do Egito, não sendo uma novidade para um egípcio, embora pudesse ser para um viajante, como Heródoto.

Em muitas representações, os homens aparecem ilustrados com a tonalidade da pele mais escura do que a das mulheres que o acompanham na cena. Tais imagens manteriam uma divisão idealizada e tradicional de que aos homens caberiam as atividades exteriores (ao sol), sendo os únicos provedores da casa, tornando a pele mais escura do que a das mulheres, que estariam realizando as tarefas no interior da casa. Essa divisão seria reforçada na literatura da época, nas pinturas e nas esculturas, espaços ocupados, na sua grande maioria, por homens, que reproduziriam aspectos da vida cotidiana, foco desse artigo, de uma forma estilizada, ocultando o fato de milhares de mulheres atuando fora de casa na busca pelo seu sustento.

Essa divisão dos ofícios que poderiam ser ocupados por homens e mulheres se inseria em uma tradição egípcia ((Robins, 1996; Tyldesley 1999), ou seja, alguns postos seriam vistos como masculinos ou femininos. Um exemplo encontrado na obra da autora supracitada vai ao encontro do afirmado por Heródoto (2.35) referente ao ofício do sacerdócio. Os rituais religiosos dos deuses eram realizados por homens, enquanto os das deusas, realizados por mulheres. Porém, o chefe local dos sacerdotes egípcios seria sempre um homem, assim como o sumo sacerdote, cargo pertencente as atribuições do faraó.

As práticas tangentes ao matrimônio também são relatadas por Heródoto ao descrever que as pessoas “que habitam os pântanos úmidos do Egito praticam os mesmos costumes que os demais egípcios e, entre outros, cada um deles vive com uma única mulher, como os helenos” (Hdt. 2.92). Alan Lloyd (Asheri et al., 2007, p. 304) afirma que Heródoto opta por narrar “uma prática padrão, em vez de toda uma gama de opções legais que ocorreriam no Egito”. A escolha por essa prática está ligada à teoria aceita

pelos estudiosos da Antiguidade de que Heródoto olha para o mundo habitado a partir das lentes helenas.

O casamento não era uma cerimônia oficializada durante um ritual religioso ou ato administrativo no Egito, e tanto o marido quanto a esposa podiam solicitar a separação mediante o pagamento de uma indenização. A mulher podia escolher o homem que quisesse para ser seu marido e o poder parental era instituído da seguinte forma: a responsabilidade do pai era proteger a filha, e não a obrigar a casar, a cuidar da casa e dos filhos, por exemplo. Ela tinha que respeitar o costume que a obrigava a ser virgem e ser fiel ao seu consorte, e o adultério era considerado uma ofensa grave pela sociedade egípcia. A fidelidade no casamento também era determinada para o homem, não sendo uma obrigação apenas da mulher. Nesses casos, o Estado interferia na resolução da sentença, para evitar algum tipo de vingança privada.

As egípcias podiam administrar a herança dos filhos caso o marido falecesse e gerenciar os imóveis familiares em sua ausência, além de “ter imóveis, adquiri-los, estabelecer livremente contratos ou obrigações” (Noblecourt, 1994, p. 208). Ou seja, exercia, de maneira viva, atividades produtivas e a gestão dos serviços. Além disso, elas tinham a liberdade de decidir para quem iria a sua herança (apesar da gestão ser de responsabilidade do marido geralmente), bem como de recebê-la do pai ou do marido. Este é o caso analisado pela historiadora Margaret M. Bakos no artigo “Desdobramentos de um desejo” (2003), referente à vontade da cidadã Naunakhete em relação ao destino de seus bens na comunidade de Deir el-Medina, no reinado de Ramsés V. Nesse trabalho, Bakos (2003) apresenta a contestação judicial de alguns filhos de Naunakhete por não estarem listados como herdeiros. Este caso reforçaria a hipótese de que tanto os filhos como as filhas pudessem receber a herança compartilhada igualmente pelos pais, um estatuto jurídico igual para os dois sexos (Bakos, 2003; Cardoso, 2003; Noblecourt, 1994).

Até o momento, as passagens selecionadas mostrariam que essas trocas culturais entre helenos e egípcios estariam

presentes somente no âmbito do discurso. Entretanto, Heródoto aponta para outra direção quando detalha a religião egípcia: “Ainda os nomes dos deuses, quase todos, vieram do Egito para a Hélade. Por esse motivo, eles vieram dos bárbaros, assim que eu descobri que eram, após ser informado; penso que vieram especialmente do Egito”. (Hdt. 2.50, *in* Silva, 2016, p. 53). No capítulo 51, ele reforça essa apropriação grega de costumes egípcios: “Portanto, esses e outros costumes além desses, os que eu relatarei, os helenos adotaram dos egípcios” (Silva, 2016, p. 54). Nesse sentido, fica evidente porque o historiador de Halicarnasso era considerado um filobárbaro por Tucídides, Plutarco e outros autores no período antigo.

A. Lloyd (Asheri et al., 2007, p. 272) e Martin Bernal (1993) têm opiniões diferentes a respeito dessas afirmações descritas por Heródoto. Enquanto o primeiro comenta a impossibilidade dos Pelasgos terem entregado os nomes dos deuses para os helenos da maneira como está descrito na obra, assegurando que o nome de Hércules é um nome de origem grega, não egípcia, por outro lado, M. Bernal (1993, p. 163), em seu livro *Black Athena: the Afroasiatic roots of classical civilization*, afirma que houve uma mescla das culturas egípcias e fenícias, além de outros invasores, para a formação da cultura grega. Dessa forma, a investigação que Heródoto empreendeu pelo Egito reforçaria a teoria das diversas influências culturais que os helenos receberam ao longo dos séculos.

O historiador grego informa que todos esses costumes relatados por ele foram entregues aos helenos através dos pelasgos, uma sociedade difícil de ser descrita, mas que muitos historiadores acreditam ser anterior aos gregos e que vivia nas margens do mar Egeu (principalmente na região da Tessália). Outro argumento que reforçaria que a cultura helena teria sido influência por costumes egípcios é a descrição do hino dedicado a Lino, cantado por vários povos, inclusive os helenos. Segundo a descrição encontrada no Livro II, Lino, conhecido como Maneros, era o único filho do primeiro rei do Egito, e teria morrido muito jovem, sendo homenageado através dos hinos fúnebres (Hdt. 2.79). O historiador de Halicarnasso informa, logo

no início do capítulo 79, que os egípcios adotam os costumes dos seus antepassados de maneira integral, ou seja, sem acréscimos. Caso concordemos com o relato de Heródoto que os egípcios seriam um dos povos mais antigos, somente atrás dos frígios (Hdt. 2.2), esse seria mais um argumento para a construção da ideia de que muitos elementos da cultura helênica poderiam ter sido adotados dos egípcios. F. Kimmel-Clauzet (2013, p. 23) chega a considerar que Heródoto possuía uma ideia fixa: reconhecer a dívida cultural e religiosa que os gregos teriam com os egípcios.

Até o momento, selecionamos alguns costumes relatados pelo historiador grego, nas quais ele somente as descreve, sem emitir alguma opinião. Isso muda na descrição dos ritos de adoração dedicados ao deus Pan, uma interpretação helênica do deus egípcio Mendes, que pertenceria aos oitos deuses anteriores aos doze deuses (Hdt. 2.46). O que intriga Heródoto seria a prática ritualística que ocorria na cidade de Mendes relacionada ao deus Pan: “aconteceu nessa província... uma coisa monstruosa: um bode teve relações sexuais abertamente com uma mulher; isso alcançou notoriedade entre os homens” (Silva, 2016, p. 51).

O deus Mendes era retratado com a cabeça e as pernas de bode nas pinturas e na cidade de Mendes os bodes, principalmente os machos, eram considerados sagrados e não poderiam ser sacrificados (Chuai, 2021, p. 1037). De acordo com A. Lloyd (Asheri et al., 2007, p. 270-1), além de Píndaro, Aristides, Estrabão e Clemente também relataram essa prática, retratada em uma iconografia em Mendes. Também de acordo com esse autor, as mulheres se expunham antes do sacrifício do animal para receber a fertilidade. Na opinião de Heródoto, essa prática seria monstruosa, alertando os seus leitores a respeito dessas particularidades do Egito (2.35).

Considerações finais

Em um contexto conturbado pela expansão do Império Persa pelo Oriente Próximo e a vitória empreendida pelo exército helênico contra os soldados do Grande Rei, Heródoto decide

iniciar várias viagens ao longo do mundo conhecido em busca dos motivos que levaram estes povos a guerrearem. No decorrer do caminho, o historiador se deparou com diversos povos, novas línguas, relatos fabulosos e construções inimagináveis. Todo esse material foi compilado em uma obra, *Histórias*, que influenciou diversas áreas de conhecimento nos séculos posteriores.

À luz das considerações anteriores, quando iniciamos a leitura do Livro II, temos a impressão de que para Heródoto, a região do Nilo seria só mais um local igual aos demais até então visitados. Entretanto, torna-se visível como o Egito encantou o historiador com as suas grandes construções, como as Pirâmides e o Labirinto do Lago Méris, assim como com os costumes um tanto peculiares dos egípcios.

Em um primeiro momento, ele parte para a descrição e a comparação desses costumes com aqueles da sua cultura, depois, para a crítica a alguns deles e, por último, passa para a percepção de que boa parte da cultura e da religião helênica, como os deuses e os cânticos, seriam provenientes do Egito. Essa afirmação causou uma grande repercussão ainda na Antiguidade.

Ao término da descrição do território egípcio e a investigação de Heródoto a respeito da história e dos costumes dessa sociedade, a impressão que permanece é a de que os helenos são muito parecidos com os egípcios, o que reforça a nossa hipótese de trabalho de que o historiador nascido em Halicarnasso utilizava-se da diversidade cultural desses povos como um elemento de reforço de sua própria cultura somente quando necessário. E se pudermos extrapolar os vários séculos que separam os dias atuais do período em que Heródoto esteve no Egito, podemos afirmar que nós também não diferimos tanto assim desses povos antigos.

Fontes

CÍCERO, M. T. **De Legibus**. Georges de Plinval. Paris: Belles Lettres, 1959.

HERODOTE. **Histoires**. Introduction, notice préliminaire sur la vie et la personnalité d'Herodote et sur la présente édition par E. Legran. Paris: Belles Lettres, 1932.

HERÓDOTO. **Histórias**: Livro II. Tradução, introdução e notas M. A. de O. Silva. São Paulo: Edipro, 2016.

HERÓDOTO. **Histórias**: Livro III. Tradução, introdução e notas M. A. de O. Silva. São Paulo: Edipro, 2017.

HERODOTUS. **The Histories**. With and English translation by A. D. Godley. Cambridge, Mass.; London: Harvard Univ.: Heinemann, 1990.

STRABO. **The Geography**. Book VIII. With and English translations by H. L. Jones. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.

Referências Bibliográficas

ASHERI, D.; LLOYD, A. & CORCELLA, A. **Herodotus Books I-IV**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BAKOS, M. Desdobramentos de um desejo. In: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). **Amor, desejo e poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 2003, p. 29-48.

BARON, C. Naucratis. In: BARON, C. (Ed.). **The Herodotus encyclopedia**. Hoboken: Wiley, 2021, p. 962.

BERNAL, M. **Atenea Negra**. Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica (Vol. 01). Barcelona: Crítica, 1993.

BOARDMAN, J. (1980). The Greeks in Egypt. In: **The Greeks Overseas**: their early colonies and trade. London: Thames and Hudson Limited, p. 111-160.

CARDOSO, C.F.S. (2003). Gênero e literatura ficcional: o caso do Antigo Egito no 2º milênio a.C. In: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C.; SILVA, G. J. (Orgs.). **Amor, desejo e poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora da Unicamp, p. 49-94.

CHIAI, G. F. Pan. In: BARON, C. (Ed.). **The Herodotus Encyclopedia**. Hoboken: Wiley, 2021, p. 1037.

DARBO-PESCHANSKI, C. **O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

HAIKAL, F. M. Private Collections and Temple Libraries in Ancient Egypt. In EL-ABBADI, M.; FATHALLAH, O. M. **What Happened to the Ancient Library of Alexandria?** Boston: Brill, 2008, p. 39-54.

HART, J. **Herodotus and Greek History**. New York: St. Martin's Press, 1982.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HAZIZA, T. De l'Égypte d'Hérodote à celle de Diodore: étude comparée des règnes des trois bâtisseurs des pyramides du plateau de Gîza. **Kentron**, 28, p. 17-52, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/kentron/1093#quotation>.

Acesso: 23 de novembro de 2022.

JUNQUEIRA, N. M. Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste. **Tese** (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

KIMMEL-CLAUZET, F. La composition du livre II de l'*Enquête*. Hérodote et l'Égypte. Regards croisés sur le Livre II de l'*Enquête* d'Hérodote. In **Actes de la journée d'étude organisée à la Maison de l'Orient et de la Méditerranée** – Lyon, le 10 mai 2010. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, 2013, p.17-44. (Collection de la Maison de l'Orient méditerranéen ancien. Série littéraire et philosophique, 51). Acesso em 21 de novembro de 2022, em www.persee.fr/doc/mom_0151-7015_2013_act_51_1_2254.

LOZANO, J. **El discurso histórico**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MESKELL, L. **Archaeologies of Social Life: Age, Sex, Class Etcetera in Ancient Egypt**. Oxford: Blackwell, 1999.

MOMIGLIANO, A. The Place of Herodotus in the History of Historiography. In: **Studies in Historiography**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1966, pp. 127-142.

- MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. M. B. B. Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MORAES, É. S. Heródoto e o Egito. Tradução e comentário do Livro II das Histórias. **Dissertação** (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 1999.
- MYRES, J. L. **Herodotus, father of history**. Oxford: Clarendon Press; Sandpiper Books, 1999.
- NOBLECOURT, C. D. **A mulher no tempo dos faraós**. Campinas: Papirus, 1994.
- POLLINI, A. Heródoto: historiador, etnólogo, geógrafo. In VARGAS, A.; MAGALHÃES, L. O.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). **Heródoto e Tucídides: História e Tradição**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2016, p. 41-70.
- ROBINS, G. **Las mujeres en el Antiguo Egipto**. Traducción M. V. G. Quintela. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- ROUTLEDGE, C. Did women ‘do thinks’ in Ancient Egypt? (c. 2600–1050 bce). In: COONEY, K. M. *et al.* **Sex and Gender in Ancient Egypt**: “Don Your Wig for a Joyful Hour”. Swansea: The Classical Press of Wales, 2008, p. 157-178. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctvvn98c> . Acesso em: 26 de novembro de 2022.
- SABBAHY, L. K. **Daily Life of Women in Ancient Egypt**. Santa Barbara, California: Greenwood, 2022.
- SILVA, M. A. de O. Heródoto e suas *Histórias*. **Revista de Teoria da História**, 7, 13, p. 39-51, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/35114>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.
- TYLDESLEY, J. **Hijas de Isis: la mujer en el Antiguo Egipto**. Barcelona: Martinez Roca, 1999.
- WATERS, K. H. **Heródoto El historiador: Sus Problemas, Métodos y Originalidad**. México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

**ANÁLISE DA LISTA DOS MORTOS NA GUERRA (VV.
302-30) NA TRAGÉDIA *PERSAS*, DE ÉSQUILO, POR
MEIO DA TEORIA CONCEITUAL DE METÁFORA DE
LAKOFF E JOHNSON**

Ricardo de Souza Nogueira

Um pequeno resumo da ação da tragédia *Persas* mostra-se necessário para se compreender o porquê de Ésquilo construir vários catálogos em meio a ação dessa peça, e, mais especificamente, o catálogo que informa os nomes e as mortes dos chefes persas na Batalha de Salamina (vv. 302-30), o *corpus* de estudo deste trabalho, que foi denominado, para fins de análise, como lista dos mortos na guerra. A explicação do fato perpassa pelo subgênero de tragédia a que *Persas* pertence: a tragédia histórica. A obra se afigura como a única tragédia sobrevivente para a posteridade a ter o seu enredo baseado em um fato histórico.¹

O tema de *Persas*, como salienta categoricamente Robertson, não é a vitória dos gregos na Batalha de Salamina, mas a derrota sofrida pelos persas nesse embate naval por causa da ὑβρις (excesso) de Xerxes (Robertson, 1967, p. 374). O grande rei persa, com seu grande exército, ousou transpor o Helesponto, com uma ponte atada por botes², e invadir a Grécia

¹ Anteriores a *Persas*, tem-se o registro de duas tragédias baseadas em fatos históricos da autoria de Frínico, um dos mais antigos tragediógrafos, que, segundo Harvey, floresceu entre 512 e 476 a.C. (Harvey, 1998, p. 240). Contudo, infelizmente, tais obras não sobreviveram para a posteridade. A primeira delas é *A Tomada de Mileto*, que segundo Hall, em Introdução de sua tradução de *Persas*, pode ou não ter sido encenada durante o arcontado de Temístocles, em 493-2 a.C. (Hall, 1997, p. 7). A segunda, apresentada em 476 a.C., é *As Fenícias*, tragédia essa que influenciou *Persas*.

² Tal excesso é mostrado em *Persas* por meio do uso da metáfora do jugo em vários momentos do enredo. Uma delas, em especial, é de grande beleza, por evocar toda a ação do boieiro ou cavaleiro para expressar a colocação da ponte de botes por parte de Xerxes sobre o Helesponto (vv. 71-2): ...πολύγομφον ὄδισμα ζυγόν ἀμφιβάλων ἀχένη πόντου (...após lançar o jugo,

Ocidental, destruindo estátuas de deuses e saqueando templos, como afirma o personagem Fantasma de Dario (vv. 809-10), pai de Xerxes e marido da rainha Atossa, após ser invocado ao mundo dos vivos para esclarecer os motivos que levaram os persas à derrota. O evento histórico se deu em 480 a.C., e a tragédia *Persas* foi primeiramente encenada em 472 a.C., ou seja, apenas oito anos após a batalha, um curto espaço de tempo impressionante.

Em sua peça, Ésquilo, por meio do mimetismo próprio da tragédia, leva a audiência grega para observar a reação dos persas após os acontecimentos que se deram na batalha naval de Salamina. Todos os personagens dessa tragédia são persas, não há gregos, pois não haveria tragédia se a ação trouxesse a comemoração dos atenienses pela vitória obtida (para haver tragédia, é preciso evocar o desespero e a tristeza pela derrota sofrida). O tempo da ação acontece após a batalha, mas, quando a tragédia começa, os integrantes do coro, composto por anciãos persas, ainda desconhecem o seu desfecho, e, assim, apesar de se mostrarem apreensivos pela falta de notícias, cantam o seu rei Xerxes e o seu exército no apogeu de suas forças. No primeiro episódio, surge o personagem mensageiro, testemunha ocular dos fatos que se sucederam em Salamina. Ele informa ao coro e à mãe de Xerxes, a rainha Atossa, que todos os combatentes do exército do rei perderam suas vidas, mas que Xerxes estava vivo. Em um curtíssimo segundo episódio, a rainha persa se empenha nos preparativos da invocação do marido morto. Segue-se a isso,

uma passagem de muitos pregos, em torno do pescoço do mar). Aliás esses versos estão inseridos no primeiro catálogo de *Persas* a ser brevemente comentado mais à frente. Outras passagens de interesse que fazem uso da imagem do jugo, com a presença do próprio substantivo ζυγόν (jugo) ou do verbo ζεύγνυμι (colocar o jugo, atrelar), ou ainda pelo uso do adjetivo ζευκτήριος (que coloca o jugo), encontram-se nos versos 50 (também inserido no primeiro catálogo), 191, 196 (esses dois últimos dentro do sonho da rainha Atossa), 594 e 722. Para maiores detalhes sobre essa metáfora, ver Dumortier (1975) e Nogueira (2017), que, em seus respectivos livros, apresentam um capítulo só sobre o assunto.

então, o aparecimento do já mencionado Fantasma de Dario, no terceiro episódio. Na última parte da peça, mais precisamente no êxodo, parte da tragédia em que o coro se retira do teatro após o fim do drama, enfim, surge o personagem Xerxes, que entoa, em alternância com o coro, um grande *kommós* (canto de lamento e de luto executado em cena) pelos jovens persas mortos na batalha.

Em vários momentos dessa ação que acabou de ser resumida, aparecem catálogos. Há um total de seis deles na tragédia *Persas*. O primeiro ocorre logo no início da tragédia (vv. 21-58), no párodo, parte da tragédia em que o coro entra em cena.³ Esse primeiro catálogo é, portanto, cantado pelo coro de anciãos persas, durante o seu trajeto até a orquestra, que, por sua vez, se define como a parte do teatro destinada às suas evoluções. Em seu traslado até a orquestra, o coro de *Persas* se apresenta em uma marcha determinada, sobretudo, pela utilização de versos anapésticos.⁴ Esse é o momento da exposição dos números impressionantes inerentes ao exército dos persas, que tem seu contingente de chefes e povos bárbaros citados em todo o seu incrível poderio. O segundo catálogo ocorre no primeiro episódio da peça, após as informações do mensageiro sobre a derrota dos persas (vv. 302-30). É

³ As tragédias mais antigas não possuíam prólogo, começando a ação com o párodo, e, sendo *Persas* a primeira tragédia supérstite, a obra se afigura como uma peça desse tipo. O termo grego *párodos* diz respeito, assim, tanto a uma parte específica da estrutura da obra literária quanto a uma parte do espaço do teatro grego, na verdade duas, pois há dois *párodoi*, ou seja, duas entradas laterais, sendo esse o motivo de o coro ser dividido em duas partes para cantar conjuntos de estrofes e antístrofes.

⁴ Hall, em seus comentários de sua tradução da tragédia *Persas*, menciona que o coro teria dado 119 passos, durante sua marcha em versos anapésticos, sendo que cada anapesto se refere a um duplo passo do coro em seu trajeto até a orquestra (Hall, 1997, p. 106). O pé anapéstico é formado pela sequência UU_ (anapesto simples), mas o metro anapéstico é duas vezes isso, ou seja, constituído por dois anapestos em sua unidade de movimento, na sequência UU_ UU_ , sendo que cada anapesto pode ser substituído por um espondeu (_ _) ou um dátilo (_ UU).

exatamente esse mesmo personagem que narra de maneira imagética a morte de vários chefes durante a Batalha de Salamina, e, por isso, é sobre as imagens produzidas por Ésquilo nesse catálogo, quando passíveis de serem analisadas por ferramentas próprias da teoria conceitual de Lakoff e Johnson, que o presente estudo se debruça. Depois deste catálogo, há ainda quatro mais curtos no decorrer do *kommós*, no final da tragédia (vv. 958-61, vv. 967-2, vv. 981-5 e vv. 993-9). Neles, o coro cita os chefes bárbaros, enquanto alternadamente o personagem Xerxes expõe, em pungente lamento, seus destinos.

A chamada lista dos mortos na guerra, se constrói, assim, em função da existência de um catálogo anterior que faz menção à armada de Xerxes em toda a sua grandeza, esplendor e poder.⁵ A partir do verso 249, a rainha Atossa e o próprio coro, que funciona como um personagem, serão informados pelo mensageiro de que todos os componentes da armada persa morreram, ou seja, aqueles indivíduos, com suas imagens evidenciando homens em pleno gozo de suas forças, que foram citados no catálogo do párodo, não mais existem. Em vista disso, o que sobrou para construção do próximo catálogo são imagens da morte.

O verbo *οἴχομαι*, que, literalmente, significa *ir, partir*, pode, de certa maneira, sintetizar o significado trágico que se espalha durante o anúncio dos dois primeiros catálogos, respectivamente, o do párodo e o da lista da morte, apesar de ele não se encontrar no interior de nenhum dos dois. O verbo é citado pouco antes do início de cada catálogo. Na verdade, ele é o primeiro verbo que aparece na tragédia, surgindo, primeiramente, em seu sentido literal, ao expressar um movimento de lugar para onde. O coro composto por anciãos persas, ao entrar em cena no párodo, irrompe pelas entradas

⁵ Nogueira (2012) empreendeu um estudo todo voltado para a construção deste catálogo. Vide bibliografia.

laterais do teatro, cantando em versos anapestos e fazendo menção exatamente ao exército de Xerxes (vv. 1-2):⁶

Τάδε μὲν Περσῶν τῶν οἰχομένων
Ἑλλάδ' ἐς αἶαν πιστὰ καλεῖται, (...)

Estes são conhecidos como os fiéis dos persas
que partiram para a terra da Hélade (...)

Poucos versos depois começa o catálogo que mostra em toda sua força como é composto o contingente desse imenso exército que partiu para a Grécia, ação determinada pela presença do verbo οἶχομαι. Posteriormente, o verbo é utilizado novamente, mas dessa vez em seu sentido figurado, expressando a ação de morrer. Os homens daquele grande exército que partiu para Grécia partiram, ou seja, morreram. O mensageiro entra em cena no primeiro episódio, fazendo menção à desgraça que se abateu sobre a armada de Xerxes (vv. 249-52):

ὧ γῆς ἀπάσης Ἀσιάδος πολισματα,
ὧ Περσὶς αἶα καὶ πολὺς πλοῦτου λιμῆν,
ὡς ἐν μιᾷ πληγῇ κατέφθαρται πολὺς
ὄλβος, τὸ Περσῶν δ' ἄνθος οἶχεται πεσόν.

Ó cidadelas de toda terra da Ásia,
ó terra persa e porto pleno de riqueza,
como num só golpe, está completamente destruída
uma grande prosperidade, e a flor dos persas, ao cair,
foi-se.

⁶ As traduções das passagens do texto de *Persas* contidas no presente estudo pertencem a Nogueira (2017), inclusive a que já foi citada na nota 1 sobre o jugo. Contudo, para o catálogo que constitui a lista dos mortos na guerra, decidiu-se fazer uma nova tradução que enfatize com mais clareza a presença de metáforas passíveis de serem analisadas por meio da teoria conceitual de Lakoff e Johnson. O texto grego utilizado pertence à edição crítica efetuada por Hall (1997).

A morte do contingente persa é transmitida pela ênfase própria da linguagem metafórica. A imagem, na fala do mensageiro, se apropria da fragilidade da flor, que se dobra no caule e cai, para falar da morte de jovens combatentes persas. O verbo *οἴχομαι*, agora traduzido de uma maneira mais condizente com seu uso figurado (ir no sentido de morrer) está em um contexto ficcional em que não há dúvida de que se refere à morte. Poucos versos depois começa o catálogo que vai apresentar a morte de vários chefes bárbaros pertencentes ao exército de Xerxes. Assim, por uma oposição entre uma ideia de vida em seu apogeu, proveniente do primeiro catálogo, e morte, constatação gerada com base na presença do mensageiro, constrói-se o segundo catálogo.

Conforme afirma Ebbott, a lista dos mortos na guerra da tragédia *Persas* parece ter sido inspirada, quanto a sua forma, nas listas de desastres atenienses cujo objetivo é louvar os indivíduos mortos em guerras, garantindo-lhes as honras fúnebres (Ebbott, 2000, p. 83). Contudo, o discurso trágico esquiliano vai subverter o significado de tais listas, ao apresentar, à audiência do teatro, inimigos mortos que foram deixados sem nenhuma sepultura. Todos os nomes citados na lista dos mortos idealizada por Ésquilo pertencem a chefes bárbaros. Não é possível saber se tais nomes são fictícios ou se trazem alguma fundamentação histórica, mas o fato é que, diferentemente do que ocorre no catálogo do párodo em que muitas vezes se enfatizava a coletividade, na lista dos mortos na guerra enfatiza-se a individualidade. Os chefes mortos são citados um a um, o que também reitera a relação dessa lista com as listas de desastres atenienses, em que se glorificava cada indivíduo pelo seu valor na batalha, concedendo-lhe uma glória imorredoura que era balizada pelas honras fúnebres.

Na lista de Ésquilo, há dezenove nomes de chefes mortos citados. O discurso do mensageiro ou mostra a imagem da própria morte dos chefes acontecendo ou a imagem deles já mortos, em determinadas condições. Todas as ideias imagéticas criadas por Ésquilo são de grande interesse, sendo o momento,

então, de mostrar quais delas se constituem metáforas e como serão analisadas por meio de uma teoria conceitual que visa a dar conta do fenômeno metafórico.

Na perspectiva da teoria conceitual de Lakoff e Johnson, as metáforas fazem parte da vida do ser humano, de seu cotidiano, estando inseridas no próprio sistema conceitual daqueles que compartilham de uma mesma sociedade e de uma língua em comum (Lakoff; Johnson, 2002, p. 45-8). Por esse prisma, a metáfora deixa de ser uma preocupação estética criada para embelezar determinado discurso literário ou retórico e passa a ser pensada como fenômeno inteligível, que se reflete através do idioma, por meio da fala ou escrita, simplesmente porque faz parte da maneira de pensar de um indivíduo.

As metáforas são usadas diariamente, independentemente do tipo de discurso empregado. Entretanto, seguindo a teoria de Lakoff e Johnson, pode-se dizer que a metáfora propriamente dita, na verdade, não se encontra em tais discursos, uma vez que eles, quando metafóricos, funcionam para refletir a metáfora que se encontra no sistema conceitual inteligível dos falantes de uma língua, em determinada sociedade. No geral, a metáfora é uma forma de “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 47-8), isto é, uma noção conceitual que se faz presente no discurso por meio de uma outra noção conceitual, que estabelece uma correspondência entre noções distintas. Em suma, a metáfora propriamente dita é um conceito inteligível, só existe na mente, e vai se manifestar no discurso por fazer parte do sistema conceitual, como dito. É por isso que os autores fazem a diferenciação entre metáfora e expressão metafórica, entendendo a primeira como um conceito inteligível, um pensamento que conceitua uma coisa por outra, e a segunda como a manifestação de várias maneiras possíveis desse conceito ou pensamento no discurso (Lakoff; Johnson, 2002, p. 49-50).⁷ A metáfora, portanto, é uma forma de

⁷ Na obra de Lakoff e Johnson, o termo “metáfora”, por vezes, é empregado para fazer menção tanto à metáfora conceitual inteligível quanto à expressão

manifestação do modo como um indivíduo, grupo ou sociedade concebeu algo, é um recurso do “processo do pensamento” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 48).

Pela distância no tempo e no espaço, expressões metafóricas em obras da Antiguidade merecem atenção particular, pois estudá-las é uma maneira de entender, na medida do possível, como pensavam os antigos. Por mais que seja difícil reconstruir a maneira de pensar de uma cultura distinta e pertencente a um tempo bastante remoto, os esforços para a compreensão da metáfora em seu próprio contexto de produção são necessários, pois é por meio deles que se traz o entendimento da arte poética textual antiga para a contemporaneidade.

Na perspectiva sobre a presença de expressões metafóricas na lista dos mortos na guerra, tomando-se por base a teoria conceitual de metáfora, considera-se que encontrar as metáforas conceituais subjacentes a tais expressões é a melhor maneira de proceder a análise, que contará com uma série de conceitos próprios do fenômeno metafórico da teoria conceitual que servem como verdadeiras ferramentas de análise discursiva para a investigação do texto. Em primeiro lugar, julga-se ser importante apresentar a lista dos mortos na guerra de *Persas* em sua íntegra, com texto grego e tradução, para em seguida desmembrá-la conforme a necessidade do estudo (vv. 302-330):

Ἀρτεμβάρης δὲ μυρίας ἵππου βραβεὺς
στύφλους παρ’ ἀκτὰς θείνεται Σιληνιδῶν.
χῶ χιλιαρχος Δαδάκης πληγῆ δορὸς
πήδημα κοῦφον ἐκ νεῶς ἀφήλατο· (305)
Τενάγων τ’ ἄριστος Βακτρῶν ἰθαγενῆς
θαλασσόπληκτον νῆσον Αἴαντος πολεῖ.
Λίλαιος, Ἀρσάμης τε κ’ Ἀργήστης τρίτος,

metafórica que se expressa no discurso. Entretanto, como os autores apresentam a distinção e sendo essa deveras importante para o entendimento da análise que se propõe, tratou-se aqui de seguir rigorosamente a distinção entre metáfora e expressão metafórica.

οἷδ' ἀμφὶ νῆσον τὴν πελειοθρέμμονα
νικώμενοι κύριссον ἰσχυρὰν χθόνα· (310)
πηγαῖς τε Νείλου γειτονῶν Αἰγυπτίου
Φαρνοῦχος, οἷ τε ναὸς ἐκ μιᾶς πέσον
Ἄρκτης, Ἀδεύης, καὶ Φερεσσεύης τρίτος.
Χρυσεὺς Μάταλλος μυριόνταρχος θανῶν
πυρσὴν ζαπληθῆ δάσκιον γενειάδα (315)
ἔτεγγ', ἀμείβων χρῶτα πορφυρᾷ βαφῆ.
καὶ Μᾶγος Ἄραβος, Ἄρτάβης τε Βάκτριος,
ἵππου μελαίνης ἡγεμῶν τρισμυρίας,
σκληρᾶς μέτοικος γῆς ἐκεῖ κατέφθιτο.
Ἄμιστρις Ἄμιστρεὺς τε πολύπονον δόρυ (320)
νωμῶν, ὅ τ' ἐσθλὸς Ἀριόμαρδος, Σάρδεσι
πένθος παρασχών, Σεισάμης θ' ὁ Μύσιος,
Θάρυβις τε πεντήκοντα πεντάκις νεῶν
ταγός, γένος Λυρναῖος, εὐειδῆς ἀνὴρ,
κεῖται θανῶν δειλαιος οὐ μάλ' εὐτυχῶς· (325)
Συέννεσίς τε πρῶτος εἰς εὐψυχίαν,
Κιλίκων ἄπαρχος, εἰς ἀνὴρ πλεῖστον πόνον
ἐχθροῖς παρασχών, εὐκλεῶς ἀπώλετο.
τοσσόνδε γ' ἀρχόντων ὑπεμνήσθην πέρι,
πολλῶν παρόντων δ' ὀλίγ' ἀπαγγέλλω κακὰ. (330)

Mas Artembares, comandante de uma cavalaria de dez mil,
bate de encontro às inflexíveis margens de Silenias.
E o quiliarco Dadaces, ao golpe de uma lança,
com um salto ligeiro, pulou da nau. (305)
O excelente Tenagon, de nobre origem entre os Bactrios,
move-se pela ilha de Ajax golpeada pelo mar.
Lílaio, Arsames e um terceiro, Argestes,
estes, em torno da ilha alimentadora de pombos,
vencidos, chifravam a vigorosa terra. (310)
E, vizinho às fontes do Nilo egípcio,
Farnouchos, e ainda os que caíram de uma nau,
Arcteus, Adeues e um terceiro, Feresseues.
Mátalos de Crisa, comandante de dez mil, ao morrer,

sua barba ruiva, cheia, umbrosa, (315)
 molhava, trocando a sua cor por meio de uma imersão
 púrpura.
 E Magos, o árabe, e Ártames, o Báctrio,
 general de uma cavalaria negra de trinta mil,
 um meteco em terra rude, ele foi ali consumido.
 Ámistris e Anfistreu, que maneja uma lança
 causadora (320)
 de muitas dores, o resoluto Ariórmados,
 que causou luto para Sardes, e Seisames, o Mísio,
 e Tárabis, comandante de cinco vezes cinquenta
 naus, descendência de Lirna, homem de bom aspecto,
 jaz, miserável, morto de modo não muito afortunado;
 (325)
 Siénesis, o primeiro em coragem,
 chefe dos Cilícios, um homem causador de muita dor
 para seus inimigos, sucumbiu gloriosamente.
 Desse tanto, lembrei-me dos chefes,
 mas, entre os muitos presentes, anuncio poucos
 males. (330)

O catálogo começa com um caráter adversativo devido à
 fala da rainha Atossa que o antecede (vv. 300-1) mostrando alívio
 pelo fato de o mensageiro ter lhe informado que seu filho, o rei
 Xerxes, está vivo (v. 299). Nesse sentido, o mensageiro exprime
 a morte de vários combatentes persas como uma contraposição a
 essa informação. O sabor amargo da morte, portanto, paira sobre
 a completude do catálogo.

Uma interessante característica do catálogo necessária
 primeiramente de ser trazida à baila, por ser importante para a
 determinação do primeiro tipo de metáfora a ser analisado, é a
 qualificação que Ésquilo faz de determinados fenômenos da
 natureza, trazendo-lhes atributos até mesmo humanos. Tomando
 por base a teoria conceitual da metáfora de Lakoff e Johnson,
 observa-se que os autores falam sobre metáforas ontológicas,
 que são aquelas que tomam algo não físico como entidades ou
 substâncias (Lakoff; Johnson, 2002, p. 75-6). Eles ainda
 consideram que o tipo de metáfora ontológica mais óbvio seria

aquele em que objetos físicos são concebidos como pessoas, concedendo a isso o nome de personificação (Lakoff; Johnson, 2002, p. 87-9). É exatamente isso que pode ser notado em determinados versos do catálogo que trazem expressões metafóricas, o que permite a formulação de uma primeira metáfora conceitual mais genérica que seria “fenômenos naturais são pessoas”. Contudo, de acordo com o que se vê no texto e diante das próprias ações perpetradas pela natureza, é possível perceber um caráter mais grave e onipotente nessas manifestações naturais, o que permitiria um aprimoramento dessa metáfora, restringindo-a à metáfora conceitual “a natureza é um ser poderoso, forte e cruel”.

A primeira expressão metafórica que evoca a metáfora “a natureza é um ser poderoso, forte e cruel” forma-se na adjetivação do substantivo ἄκτῆ (margem) pelo qualificativo στυφλός (inflexível, duro, cruel), que pode ser utilizado para falar de seres humanos intransigentes e austeros (v. 303). Então, ao trazer esse adjetivo e utilizá-lo para qualificar as margens onde Artembares, flutuando na água, está batendo com seu corpo morto, mais do que dizer que tal fenômeno natural é duro em sua compleição, Esquilo está concedendo uma certa crueldade à ação narrada pelo mensageiro, que enfatiza a situação inexorável em que o comandante persa se encontra, dando-se, portanto, a personificação.

Fenômeno um tanto semelhante se dá na qualificação do substantivo νῆσος (ilha) pelo adjetivo composto θαλασσόπληκτος (golpeado pelo mar), em um contexto em que se enfatiza a ação do mar diante da terra (v. 307). Antes, um termo cognato a tal adjetivo já havia aparecido. Fala-se aqui do substantivo πληγή (golpe, pancada), que aparece na expressão πληγή δορός (golpe de uma lança) para mencionar o que sofreu o comandante Dadaces ao ser alvejado por um projétil lançado por um grego (v. 304). Isso evidencia o quanto πληγή e o adjetivo que entra na composição de θαλασσόπληκτος, a saber, πλήκτης (que gosta de bater-se corpo a corpo, afeito a brigas, violento), servem para expressar ações humanas de violência. Dessa maneira, mesmo

que não se tenha no uso de *θαλασσόπληκτος* um ato de violência em si, ocorre o uso da personificação para expressar a força do mar, com suas ondas chocando-se contra a ilha da mesma maneira que alguém recebe uma pancada violenta diretamente de uma pessoa ou por meio de objeto que lhe é atirado. O fato de o corpo do comandante Tenagon estar à mercê dessa força concede ao texto o seu teor trágico.

Aliás, é de bom tom mencionar que a própria lança em *πληγή δορός* passa pelo fenômeno da personificação, tendo-se nessa expressão metafórica uma metáfora ontológica que poderia ser “a arma é uma pessoa cruel”. Essa metáfora também rege a expressão metafórica *πολύπονον δόρου* (lança causadora de muitas dores), em que o adjetivo *πολύπονος* (causador de muitas dores, que requer muito sofrimento) qualifica a lança com as características de uma pessoa violenta que faz mal a outrem (v. 320). Tal lança pertencia ao comandante Anfistreus, e, obviamente, ele é o autor da violência. Contudo, Ésquilo coloca essa característica no objeto e não no agente, inserindo poeticamente um desejo pelo sofrimento alheio na lança de Anfistreus, e daí a personificação. É interessante observar que pouco depois o chefe Siénesis será qualificado como um homem causador de muita dor, aparecendo nessa passagem o termo *πόνος* (pena, fadiga, trabalho fatigante, dor, sofrimento), em uma construção em que, de fato, o caráter brutal é posto em um homem (v. 327).

Pode-se dizer que a personificação, com base na metáfora ontológica “a natureza é um ser poderoso, forte e cruel”, aparece em mais dois momentos do catálogo, com certa semelhança entre si. Uma delas ocorre na expressão metafórica formada pela adjetivação do substantivo *χθών* (terra, solo) pelo qualificativo *ἰσχυρός* (sólido, resistente, forte, robusto, vigoroso, poderoso) e se encontra em uma imagem que, mais uma vez, enfatiza a relação entre terra e mar para formar uma situação trágica, no caso as cabeçadas involuntárias que alguns persas mortos davam na terra, com seus corpos (v. 310). A ação dessa imagem será tratada mais à frente, pois há nisso uma outra

interessante metáfora conceitual. Já, a outra expressão metafórica é construída pela união do substantivo γῆ (terra) com o adjetivo σκληρός (duro, seco, sem umidade, áspero, austero, inflexível) e caracteriza um lugar inóspito onde morre Ártames (v. 319). Aqui, também há mais uma notável metáfora conceitual a ser analisada posteriormente. Uma questão pode ser formulada: no caso mais especificamente dos adjetivos ἰσχυρός e σκληρός, será que se poderia argumentar que Ésquilo está falando exatamente da dureza da terra e que as expressões seriam literais? Tentar-se-á resolver a questão. Ora, a metodologia de o tradutor escolher um termo da língua de chegada que melhor se adegue àquilo que se tem na língua de partida consiste apenas em uma necessidade de selecionar uma palavra entre todas que se encontram em certo campo semântico. Contudo, pode-se partir do pressuposto que um termo grego não possui exatamente um dos significados que se apresentam arrolados nos campos semânticos construídos nos dicionários, mas sim uma pluralidade deles. Nesse sentido, os adjetivos ἰσχυρός e σκληρός estariam, ao mesmo tempo, falando da dureza da terra e proporcionando características de seres a esse mesmo elemento, observando-se, assim, expressões metafóricas condizentes com a metáfora ontológica de personificação em pauta.

A próxima metáfora a ser analisada permite falar de outro conceito presente na teoria conceitual de Lakoff e Johnson. Fala-se aqui do conceito de metáfora estrutural. O nome se deve ao fato de que, em tais metáforas conceituais, um conceito é estruturado por meio de outro. As metáforas estruturais, assim como outros tipos de metáforas apresentadas pelos autores, são construídas, na maior parte das vezes, por meio da utilização do verbo “ser” em uma relação de sujeito e predicado, o que é perfeitamente lógico no âmbito da teoria conceitual de Lakoff e Johnson, uma vez que o verbo “ser” é aquele que conceitua por excelência. Nesse sentido, as metáforas ontológicas já vistas, em que se viu o fenômeno da personificação, não deixam de ser também metáforas estruturais, uma vez que objetos ou fenômenos naturais são estruturados por meio de características

humanas. Entretanto, pelo didatismo, é propícia a separação entre metáfora ontológica e estrutural, falando de casos em que a personificação não se apresenta. Posto nestes termos, é o momento de analisar uma das expressões metafóricas mais curiosas do catálogo, utilizando para tanto o conceito de metáfora estrutural: a passagem em que as chifradas de animais são evocadas para expressar a ação involuntária de persas mortos.

A tétrica imagem dos cadáveres de três chefes persas, Lílaios, Arsames e Argestes, boiando sobre as águas e batendo com suas cabeças na costa de Salamina é estruturada por intermédio do ato de chifrar, ação pertencente a certos animais domésticos ou selvagens (vv. 308-10). A expressão metafórica se forma pela presença do verbo *κυρίσσω* (chifrar, cornar), que, de maneira abrangente e genérica, refletiria uma metáfora conceitual estrutural que pode ser representada na fórmula “o homem é um animal doméstico ou selvagem”. Contudo, parece faltar algo nessa metáfora conceitual que possa realmente dar conta da notável imagem esquiliana. É preciso lembrar que os chefes estão mortos e que isso, de alguma maneira, poderia ser contemplado pela metáfora. Afinal, Ésquilo utiliza ações de seres viventes para expressar ações de indivíduos que morreram. Assim, a metáfora conceitual estrutural “ações humanas involuntárias são ações de animais irracionais” talvez possa fornecer um aprimoramento que permita essa inserção, uma vez que mortos só podem fazer ações involuntárias, movidos, na verdade, por outras forças. Dessa maneira, o ato involuntário de um corpo morto é estruturado por meio de ações próprias de animais. Pode-se aqui observar uma base física que justificaria a metáfora e a consequente expressão metafórica formada pelo fato de ações humanas involuntárias serem desprovidas de razão, e, por isso, teoricamente bem representadas por atos oriundos dos chamados animais irracionais.⁸

⁸ O conceito de base física é utilizado por Lakoff e Johnson quando as metáforas orientacionais são explicadas. Tais metáforas se definem por serem

A expressão metafórica construída é de teor patético, pois faz com que o movimento involuntário de chefes persas mortos, levados pelo mar a bater com suas cabeças nas margens de Salamina, se assemelhe às chifradas de um animal. Não se pode afirmar que tal construção tenha um sentido pejorativo que recaia sobre os persas vencidos, que seriam diminuídos em sua humanidade ao receberem uma determinação animalesca. O que se vê, de fato, é uma bem sucedida tentativa de ênfase no trágico, pois, ao se enriquecer metaforicamente uma ação casual, sem participação consciente de homens, exprime-se uma ação vigorosa e terrível estruturada pela crueza do mundo animal.

Outra imagem de grande interesse se forma quando o mensageiro faz menção à barba do chefe bárbaro Mátalos. O fenômeno imagem, como síntese que é, focaliza a barba, mostrando a sua mudança de cor, apresentando como era antes e depois da morte do chefe (vv. 314-6). A barba ruiva do chefe é molhada de sangue, tornando-se púrpura. A narrativa nem menciona como se deu, de fato, a morte de Mátalos, mas a manifestação do trágico pela mudança da coloração da barba, de ruiva para vermelho escuro, ou seja, púrpuro, a cor da morte, é um tipo de expressão que dispensa qualquer outro procedimento estilístico. A metáfora estrutural subjacente à expressão metafórica parece ser algo como “vermelho é sangue ou morte”. Aqui também é possível pensar acerca de uma base física explicativa da metáfora, pois, em mortes trágicas, normalmente

orientações espaciais que justificam determinadas expressões metafóricas. Como exemplo, os autores mencionam a metáfora “feliz é para cima”, que explicaria a presença de expressões metafóricas como “Estou me sentindo para cima hoje”. Já, a expressão de tristeza se dá pelo movimento contrário, com a metáfora orientacional “triste é para baixo”. A base física relativa a expressões metafóricas desse tipo diz respeito ao fato de que “postura caída corresponde a tristeza e depressão, postura ereta corresponde a um estado emocional positivo” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 59-60). Entretanto, pode ser observado que a base física não é importante apenas para as chamadas metáforas orientacionais, uma vez que se mostra indispensável para o entendimento de determinadas metáforas estruturais, tais como a estudada aqui, que contempla a expressão metafórica formada pelo ato de chifrar.

há sangue, e esse é vermelho escuro. Contudo, a complexidade dessa expressão metafórica não se resume em uma simples cor representativa de morte. O que faz, de fato, a expressão ser metafórica é a evocação feita por Ésquilo do mundo têxtil helênico, com sua técnica de tingir tecidos por meio de sua imersão em uma tinta. O vocábulo βαφή (imersão de um objeto em um líquido, tintura, tinta, cor) se insere no âmbito desse trabalho, e o adjetivo que o determina, a saber, πορφύροϋς (de cor sombria, púrpura, vermelho escuro), diz respeito a uma cor passível de ser utilizada em tal ofício, concedendo ainda, como visto, a ideia de sangue e morte à realidade ficcional narrada pelo mensageiro. O fato de esses termos serem expressos no texto como um dativo instrumental reforça ainda mais a presença desse ofício característico do cotidiano do mundo grego. Nesse sentido, a complexidade da expressão metafórica exige a presença de mais uma estruturação que tente relacionar a produção têxtil helênica com um ser humano, no caso, o chefe Mátalos, e, desse modo, para complementação da análise, propõe-se mais uma metáfora estrutural, para ser acrescida à primeira, que seria “o corpo humano é matéria-prima”. Observa-se que o que foi tingido de vermelho, ou seja, de cor púrpura, foi a barba de Mátalos, parte de seu corpo, que toma o lugar do tecido no âmbito têxtil, o que torna essa metáfora conceitual plausível.⁹

⁹ Ter-se-ia, na metáfora “o corpo humano é matéria-prima”, um equivalente a uma metáfora estrutural do tipo “o corpo humano é uma máquina”, pois aqui a ideia de máquina estrutura o que se pensa da fisiologia humana, assim como a ideia de matéria prima estrutura a imagem da barba do chefe Mátalos sendo tingida de vermelho (sangue). Expressões metafóricas modernas como “estou sem energia hoje”, “preciso de combustível para aguentar o dia”, entre outras, ilustram bem a metáfora “o corpo humano é uma máquina”. Lakoff e Johnson mencionam a metáfora ontológica “a mente é uma máquina” e ainda “a mente é um objeto quebradiço”, apresentando, respectivamente, exemplos como “estou um pouco enferrujado hoje” e “a sua mente pifou” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 79 e 80). Esses são exemplos de metáforas ontológicas (mas não do tipo personificação) porque, como já visto, esse tipo de metáfora concebe alguma coisa não física (no caso, a mente) como uma entidade ou

A última expressão metafórica a ser analisada neste estudo está tão inserida no mundo político ateniense que fica um tanto difícil fazer a proposição de uma metáfora conceitual mais abrangente daquilo que pontualmente a expressão metafórica apresenta. Fala-se aqui da figura do meteco, condição a que ficava o indivíduo em situação de estrangeiro em Atenas.¹⁰ É necessário deter-se no conhecimento de suas características para entender de maneira apropriada a imagem trágica criada por Ésquilo.

Mossé informa que os metecos tinham como obrigação pagar uma taxa de residência anual, cujo valor era doze dracmas, no caso dos homens, e seis dracmas, no caso das mulheres, o *μετοίκιον*, imposto necessário para sua permanência na cidade. Com obrigações semelhantes às dos cidadãos de fato, mas sem os privilégios de que esses gozavam, pois a lei de 451 a.C., que fora atribuída a Péricles, limitava o acesso à cidadania aos indivíduos nascidos de pai e mãe ateniense, os metecos não possuíam direito à atividade política. Assim, não tendo direito a voto, não podiam nem participar da assembleia e muito menos ter uma função junto a ela. As restrições que caracterizam essa figura ao mesmo tempo política e apolítica podem ser percebidas na própria etimologia do nome, que significa *aquele que vive à*

substância (no caso, a máquina ou o objeto quebradiço). Entrementes, observa-se que as metáforas ontológicas citadas por Lakoff e Johnson vão ao encontro da metáfora estrutural “o corpo humano é uma máquina”, tanto que os exemplos que os autores citam também poderiam se inserir como expressões metafóricas dessa metáfora (“enferrujado”, por exemplo, pode tanto significar que a pessoa está com o corpo cansado quanto que não está raciocinando direito).

¹⁰ O meteco era um tipo de estrangeiro em particular. Jones evidencia brevemente que a diferença entre o meteco (em grego *μέτοικος*) e o estrangeiro propriamente dito (*ξένος*) é que o primeiro é o estrangeiro residente e o segundo o não residente, ou seja, aquele que está de passagem (Jones, 1997, p. 156). O mesmo autor, em momento posterior, complementa que o estrangeiro, ou seja, o *ξένος*, que ultrapassasse o tempo de um mês em Atenas, precisaria se registrar como meteco (*ibid.*, p. 190).

margem (Mossé, 2004, p. 200-1).¹¹ A autora complementa, que, em assuntos de seu interesse, era necessário que o meteco possuísse um προστάτης, um tipo de patrono que respondesse por ele diante das instâncias da cidade.¹² Não obstante essas restrições, os metecos participavam da vida ateniense dividindo, com os vários cidadãos, funções em comuns, principalmente militares, já que os metecos poderiam servir como hoplitas ou como remadores das naus pertencente à frota ateniense (*Ibid.*, p. 201). O meteco era uma figura legalizada em Atenas, um elemento próprio da estrutura política da sociedade ateniense, e, no século V a.C., os indivíduos que tinham essa condição eram, sobretudo, gregos que vinham de outras cidades. Os motivos que faziam com que esses homens abandonassem sua cidade de origem poderiam ser variados: problemas políticos com sua cidade natal, tentativa de enriquecimento pelo comércio numa cidade próspera como Atenas ou o prestígio intelectual ateniense, cuja fama espalhara-se por todo mundo antigo. O filósofo macedônico Aristóteles talvez seja o meteco mais conhecido da antiguidade.

Feito o adendo, observa-se que Ésquilo, com seu discurso trágico, usa o termo μέτοικος (v. 319) para fazer referência ao general Ártames. Obviamente, Ártames não é um meteco, e sim um invasor bárbaro, o que faz com que haja no verso uma expressão metafórica, cuja tentativa de se perceber uma metáfora conceitual geral é difícil, como já se afirmou. Talvez seja possível pensar em uma espécie de preconceito contra estrangeiros que possibilitaria uma metáfora conceitual do tipo “o estrangeiro é um invasor”, mas é necessário tomar

¹¹ O prefixo preposicional μετά indica passagem, transformação, transição e, daí, o sentido de *depois*, para o qual o significado de *à margem* constitui apenas um passo.

¹² O termo προστάτης possui o prefixo προ- (antes, diante), em um nítido sentido de favorecimento. Tendo ainda em sua formação a raiz στα-, proveniente do verbo ἵστημι (colocar de pé), junto ao sufixo -της de agente da ação, a palavra indica, em um sentido próximo ao literal, o indivíduo que se coloca perante alguém, em auxílio.

cuidado com a afirmação, pelo motivo de se estar colocando no homem grego do passado uma tendência xenófoba que se apresenta nas sociedades atuais. Entretanto, não há como negar que funciona essa metáfora conceitual estrutural, uma vez que o invasor estrutura a ideia de estrangeiro. Agora, de fato, a metáfora estrutural específica sobre a expressão metafórica seria, subvertendo a ordem da metáfora anteriormente proposta, “o invasor é um meteco”, pois, no texto, a ideia de meteco estrutura a ideia de invasor, sendo assim que o texto se constrói. Desse modo, o tragediógrafo faz, por meio de sua arte, uma evocação da figura política do meteco e da forma como esse se dispunha no seio da democracia ateniense para enfatizar o discurso trágico de sua peça. A figura pacífica do meteco ateniense é utilizada como uma expressão metafórica para evidenciar a imagem de um chefe bárbaro que morre numa terra, para ele, estrangeira, e daí a plausibilidade e a validade da metáfora conceitual inerente à expressão metafórica.

Considera-se que a análise das expressões metafóricas e das metáforas empreendida no estudo ora proposto foi satisfatória por esclarecer, em alguns aspectos, como funcionava o mundo helênico, mais precisamente, com foco na cidade de Atenas, e até mesmo o próprio sistema conceitual do homem grego do século V a.C., com a investida que se fez, sobretudo, no idioma grego. O fenômeno metafórico, tratado por meio do estabelecido na teoria conceitual de Lakoff e Johnson, foi compreendido não como uma construção estética oriunda de um uso incomum e extraordinário da língua (mesmo que, de fato, se torne isso na linguagem poetizada de Ésquilo), mas sim como expressões consagradas pelo uso, que faziam parte do próprio cotidiano da sociedade desse período, que vivia na cidade de Atenas.

Para se compreender a complexidade das expressões metafóricas cunhadas por Ésquilo foi necessário fazer a proposição de mais de uma metáfora conceitual para cada uma, normalmente, partindo-se de uma ideia mais geral acerca do todo para uma mais específica, que deixava mais claro a construção da

expressão no âmbito poético da tragédia grega. Deve-se frisar que, como dito, a apresentação das metáforas conceituais no estudo efetuado se resume a propostas, sendo que seria possível levantar outras, conforme o exercício de análise fosse desvendando cada vez mais as ideias que se encontram por trás das expressões esquilianas. Mesmo com esse adendo, julga-se que o que foi apresentado se mostrou suficiente para uma análise funcional de um texto poetizado da Antiguidade.

Percebeu-se que Ésquilo constrói um discurso para o seu personagem mensageiro, que, ao mesmo tempo em que se mostra direcionado aos personagens do drama, ou seja, ao coro de anciãos persas e à rainha Atossa, também possui elementos que são decodificados pela audiência ateniense, uma vez que, na verdade, é para ela que o discurso é endereçado para ser entendido, sendo as expressões metafóricas perfeitamente decodificadas pelo sistema conceitual dos atenienses. Pensando-se no catálogo como um todo, pode-se dizer que os receptores do teatro percebiam, mesmo que inconscientemente, a semelhança da lista dos mortos da guerra com as listas de desastre atenienses, fazendo ainda as associações que diferenciariam as duas para fins de expressão do trágico. Já, tomando-se cada morte de um chefe separadamente, essa mesma audiência notava códigos que igualmente lhe faziam perceber perfeitamente o trágico presente na narrativa, mesmo que o desastre incida, na realidade ficcional, sobre o outro, ou seja, sobre os persas, que são, na verdade, bárbaros construídos por um autor grego. Os persas da peça são como Ésquilo os vê e não como eles realmente eram, e daí obviamente o fato de as expressões metafóricas dizerem respeito ao cotidiano do homem grego.

Fontes

AESCHYLUS. **Persians**. Edited with an Introduction, Translation and Commentary by E. Hall. Warminster: Aris & Phillips LTD, 1997.

AESCHYLUS. **Suppliant Maidens; Persians; Prometheus; Seven against Thebes.** Greek text with an English translation by H. W. Smyth. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press/ Loeb Classical Library, 2001.

Referências Bibliográficas

- BAILLY, A. **Dictionnaire Grec-Français.** Paris: Librairie Hachette, 1963.
- DUMORTIER, J. **Les images dans la poésie d'Eschyle.** Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- EBBOTT, M. The list of the war dead in Aeschylus' Persians. **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 100, p. 83-96, 2000.
- GALVÃO, R. **Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega.** Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1994.
- HARVEY, P. **Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- HORTA, G. N. B. P. **Os gregos e seu idioma.** Rio de Janeiro: Ed. J. Di Giorgio, 1978, 1986. Tomos I e II.
- JONES, P. V. (organizador). **O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by.** Chicago, London: The University of Chicago Press, 1981.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana.** Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C.; NEVES, M. H. de M. (equipe de coordenação). **Dicionário Português-Grego.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. 5 vols.
- MOSSÉ, C. **Atenas: a história de uma democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- MOSSÉ, C. **Dicionário da civilização grega.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

NOGUEIRA, R. de S. **Persas de Ésquilo**: estudo sobre as metáforas trágicas, tradução e notas. São Paulo: Annablume, 2017.

NOGUEIRA, R. de S. A construção do catálogo do contingente do exército bárbaro no párodo de Persas de Ésquilo (v. 21-58). **Calíope: Presença Clássica**, nº 23, p. 126-144, 2012.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROBERTSON, H. G. The Hybristes in Aeschylus. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, vol. 98, p.373-382, 1967.

SEÇÃO II
AÇÕES DE ENSINO E EXTENSÃO NOS ESTUDOS
DAS ANTIGUIDADES

UMA MULHER NÃO É UMA TRÍPODE: LENDO A *ILÍADA* NA SALA DE AULA

Adriane da Silva Duarte

Somos convidados a ler e *Iliada* a partir dos olhos de Aquiles, herói cuja ira desmedida atrai para si e para os que o cercam, amigos e inimigos, sofrimentos indizíveis. O efeito do poema depende de entender as convenções que regem o gênero épico, as características de uma composição oral, e o código heroico, que determina as reações dos guerreiros, aceitando que a guerra é onde se põe à prova seu valor. Admirada por séculos, hoje a *Iliada* é contestada justamente por centrada em figuras heroicas que não mais representam um modelo ideal e cujos valores são amplamente contestados. Não vou entrar aqui no problema, equivocado, que é buscar exemplos literários e cobrar de personagens comportamentos éticos de acordo com os novos tempos – e a *Iliada* atravessou muitos novos tempos. Defendo, contudo, que é tarefa do professor fazer essa mediação, aproximando estudantes e leitores de hoje do poema antigo. Mediação é um termo chave, porque implica não impor o texto como dotado de qualidades incontestes, mas reconhecer os obstáculos que impedem sua apreciação pelas novas gerações. Ou seja, é dar ouvidos às inquietações e debatê-las abertamente.

Com frequência estou diante da situação de apresentar o canto I da *Iliada* a estudantes ingressantes em Letras, já que a disciplina Introdução aos Estudos Clássicos compõe o Ciclo Básico do curso na Universidade de São Paulo, em que leciono. A última década viu uma transformação no perfil discente em virtude da adoção de políticas públicas para tornar mais diverso e menos desigual o ensino superior. No âmbito das faculdades privadas, o Prouni, e, das universidades públicas, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de agosto de 2012) deram acesso à graduação a parcelas da população até então excluídas da formação universitária. A diversidade resultante trouxe também novos

olhares e expectativas quanto aos currículos acadêmicos, o que avalio ser um aspecto bastante positivo.

Um outro fator de transformação foi o impacto das redes sociais sobre a formação do debate público. O debate se horizontalizou, deslocando figuras antes centrais à sua coordenação para as margens (professores, jornalistas, os grandes formadores de opinião no passado), mas também se tornou mais superficial e emocional – os 280 caracteres padrão de uma postagem no Twitter (atual X) e a predominância da imagem sobre o texto no Instagram e Tiktok, dão bem a medida. Constatado que a cada ano o repertório dos estudantes é menor, mas, em contrapartida, cresce a sua verve crítica. As agendas das minorias, mais presente na universidade pública, e a conservadora, travam a guerra cultural no espaço virtual e fazem da sala de aula campo de batalha. O posicionamento político é parte inerente e formante da vida estudantil e não deve de modo algum ser cerceado, sendo igualmente importante a defesa dos marginalizados social e politicamente, mas a forma emocional como a discussão se dá e os subsequentes cancelamentos dos divergentes têm trazido consequências ruins ao ensino.

É inegável, no entanto, que a literatura greco-romana está associada a um programa de ensino de e para elites reafirmarem seus privilégios de classe com base em uma superioridade intelectual, num pacote que legitima a cultura ocidental, masculina, branca, sobre os demais recortes.¹ Isso é bem válido no hemisfério norte, mas o Brasil tem uma particularidade, o ensino das línguas e literaturas grega e latina está quase que totalmente limitado às universidades públicas, que, além de gratuitas, recebem um corpo discente diversificado em comparação com as instituições

¹ Cf. Too (1998:09): “In his study of Greek education and culture, *Paideia*, Werner Jaeger insisted upon the necessarily aristocratic nature of Greek education, insisting that 'all higher civilisation springs from the differentiation of social classes - a differentiation which is created by natural variations in physical and mental capacity between man and man.' With Jaeger, one suspects that the recognition of the elite politics of Greek education is a reflection of a personal agenda involving advocacy of an intellectual meritocracy”.

particulares, frequentadas pela elite. O desafio, então, é mostrar que os clássicos também dizem respeito à essa parcela da população, que deles podem se apropriar. Como propõe Too (1998, p. 15):

[...] a área de clássicas pode ser deslocada de sua posição como um assunto de “elite” que exclui vários grupos (mulheres, minorias, estudantes mais velhos) e ser restabelecida como uma disciplina mais democrática e plural que pode ajudar a fortalecer grupos menos empoderados.

É nesse cenário e com essa perspectiva que entro em sala de aula com a *Iliada* embaixo do braço diante do olhar desconfiado das turmas. Os sete versos iniciais, o proêmio do poema, ligam Aquiles às incontáveis dores que atingem os gregos, causando-lhes a morte. O melhor dos Aqueus é também o flagelo dos seus, uma vez que entregue a uma ira de caráter sobre-humano e consequências terríveis, que tem por fim resguardar a sua reputação. Na origem da ira uma disputa entre o filho de Tétis e Peleu, o Pelida, e o chefe do exército, Agamemnon.

Essa disputa, que ocupa quase que inteiramente o primeiro canto do poema, tem início com a convocação, por parte de Aquiles, de uma assembleia para descobrir por que o exército foi vitimado pela peste. O leitor sabe que a peste fora enviada por Apolo para punir o ultraje de Agamemnon a Crises, seu sacerdote, que “veio às naus velozes dos aqueus / recuperar a filha trazendo resgate sem-fim” (*Il. I. 12-13*, tradução de Christian Werner). O exército é de opinião que se deve aceitar a súplica do ancião, por respeito ao deus, e libertar a menina, mas Agamemnon pensa diferente. (*Il. I. 26-32*):

Ancião, que eu não tope contigo junto às cavas naus:
não te demores agora nem voltes mais tarde;
receio que o cetro e a grinalda do deus não te protejam.
Não libertarei tua filha; a velhice a pegará antes,
longe da pátria, em nossa propriedade em Argos,

ativa junto ao tear e procurando minha cama.
Para a salvo voltares, não me provoques.

As análises da passagem se concentram na relação entre os dois homens e na que ambos mantêm com o deus. Sobre a “cara menina” pouco se fala. Ela é apenas um dano colateral da guerra. E, no entanto, há tanto a se dizer! Simone Weil, em seu clássico ensaio “A *Iliada* ou o poema da força”, escrito e publicado nos primórdios da Segunda Guerra Mundial, diagnosticou bem a questão quando dispara: “O verdadeiro herói, o verdadeiro tema, o cento da *Iliada* é a força. A força que é manejada pelos homens, a força que submete os homens, a força que faz a carne dos homens se retrair” (2020, p. 1011). O destino daqueles privados da liberdade, é para Weil, ainda pior do que a morte. Sobre Criseida, filha de Crises, diz: “[...] uma vida que a morte congelou por muito tempo antes de suprimir” (2020, p. 1015).

Agamemnon é explícito sobre a sorte que aguarda as prisioneiras de guerra: a exploração da força de trabalho, o tear no caso, e a sexual, a cama. Não é de se estranhar o silêncio que cerca essa passagem incômoda. A tipificação do estupro enquanto crime de guerra é recente, apenas em 2014 o Tribunal Penal Internacional considerou a prática como arma de guerra, possibilitando ações de reparação das vítimas – em 1998, na esteira da Guerra dos Balcãs, a violência sexual praticada em contexto bélico fora classificada como crime contra a humanidade.² Essa mudança de legislação, consequência e causa da mudança de percepção sobre uma prática silenciada, afeta a recepção do poema de modo que, para as sensibilidades modernas, o maior problema ali não é a agressão ao deus através da expulsão do sacerdote, mas a forma como o comandante do exército se refere à moça. Se houve um tempo em que a passagem podia ser lida tranquilamente em sala de aula, hoje é impossível fazê-lo sem que o mal-estar

² Cf. Marina Verenez, Como e por que o estupro é usado como arma de guerra, *Carta Capital*, 31/05/2022. Online em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-e-por-que-o-estupro-e-utilizado-como-arma-de-guerra/>. Acessado em 07/01/25.

tome conta de todo o ambiente. Nesse caso, o melhor é trazer a luz o desconforto e debater o tema.

O estupro na antiguidade figura com frequência no mito³ e é normalizado na relação entre senhor e escravo. Na guerra, a prática também era frequente, como anota James no verbete “rape”, do *Oxford Classical Dictionary* (2020)⁴:

Wartime rape and post-war rape were standard military practices, first recorded as such at *Iliad* 2.355, when Nestor asserts that the Greeks should not go home until each of them has “slept with” a Trojan wife. The possible fate of all women in a city at war is enslavement; young women held particular value as sexual captives—a phenomenon also first recorded in the *Iliad*, in the disputes of Book 1 over spear-captives held by the Greek heroes, but seen as well when they are given as prizes in competitions, as at *Iliad* 23.262 and Verg. *Aen.* 5.284–285. The Greek term for converting a war-captive into an enslaved person is *andrapodizēin*. In a practice standard around the Mediterranean, the adult males of a conquered city would be killed, but the women and children would be andrapodized. Among the brutality and slave labor they endured was rape of boys and younger women. Episodes of piracy, experienced by their victims as forms of war-raid, followed the same practice. Greek histories give more, and more detailed, records of andrapodizing than Roman sources do, but the battle

³ Sobre o impacto dessas representações em sala de aula, cf. o artigo de Madeleine Kahn, “Why Are We Reading a Handbook on Rape?” *Young Women Transform a Classic* (Pedagogy, 4/3, 438-459, 2004), sobre a leitura das *Metamorfoses* de Ovídio.

⁴ Disponível em

<https://oxfordre.com/classics/display/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-8365?p=emailAEq.DuSLIUOcg&d=/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-8365>

Acessado em 07/01/25.

of Cremona offers a clear Roman example (Tac. *Hist.* 3.33).

Os estudos acadêmicos pouco se debruçam sobre essas tópicas, mas elas vêm ganhando espaço na literatura de ficção, sobretudo a escrita por mulheres. Livros como *A canção de Aquiles*, de Madeline Miller (2013; *The Song of Achilles*, 2012), *O silêncio das Mulheres*, de Pat Barker (2022; *The silence of the girls*, 2018), *A Thousand Ships: A Novel*, de Natalie Haynes (2019), grandes sucessos de vendas entre leitores jovens, cumprem o papel, além de entreter, de introduzir as novas gerações a obras e personagens da cultura clássica, mas de forma crítica.⁵ O propósito dessas autoras, algumas delas como Miller e Haynes, classicistas por formação, é dar voz às figuras silenciadas nos textos antigos, denunciando práticas que hoje são inaceitáveis moral e eticamente. Acreditando que é possível aprender com as leituras criativas, penso que trazer esses textos para a classe contribui para problematizar esse texto magnífico que é a *Iliada*.

Dentre os livros mencionados acima, *O silêncio das mulheres* é o mais crítico, tanto da figura do herói quanto na denúncia dos horrores da guerra. Pat Barker, que já havia escrito sobre a guerra, no caso a 1ª Guerra Mundial, em sua trilogia *Regeneration*,⁶ propõe recontar a *Iliada* da perspectiva de Briseida, a cativa que foi dada a Aquiles como prêmio por seu desempenho em batalha. Agamemnon a requisita para si quando se vê obrigado a restituir Criseida a seu pai, pressionado pela declaração do adivinho Calcas de que a peste que assola o exército grego fora enviada por Apolo como vingança pelo tratamento dispensado a seu sacerdote. Briseida está no centro da disputa entre os dois comandantes

⁵ Esses livros vêm na esteira de *Cassandra*, de Christa Wolf (*Kassandra*, 1983), em que a Guerra de Troia é contada da perspectiva de uma troiana, livro que também teve enorme sucesso editorial, sendo traduzido em várias línguas. A tradução brasileira, *Cassandra* (SP: Estação Liberdade, tradução de Marijane Vieira Lisboa) é de 2007.

⁶ A trilogia *Regeneration* é composta pelo romance de mesmo nome, publicado em 1991, e seguido por *The Eye in the Door* (1993) e *The Ghost Road* (1995). Todos têm caráter fortemente antibélico.

gregos, pois Agamemnon não admite ficar sem seu prêmio, o que deixa claro a Aquiles (*Il. I. 132-139*):

Acaso queres, para manter tua mercê, que eu assim
fique sentado carente, pedindo que eu a [i.e., Criseida]
devolva?

Se os animosos aqueus me derem uma mercê,
adequada a meu ânimo, aceito a compensação;
se não me derem, eu mesmo devo tomá-la,
ou mercê tua ou de Ájax ou de Odisseu
irei pegar e levar: terá raiva quem eu alcançar.

A palavra “mercê”, predominante no texto citado, corresponde ao grego *geras* (γέρας), o prêmio atribuído ao guerreiro como reconhecimento de seu valor, ou seja, mais do que um pagamento por um serviço prestado é um dom de honra. Criseida e Briseida, criaturas desprovidas de nome ou características próprias, uma vez que são referidas pelo patronímico (filha de Crises, filha de Brises) e compartilham o epíteto genérico “de belas faces” (καλλιπάρηος)⁷, são reduzidas aqui a um *geras* intercambiável. Pertencem a essa mesma categoria outros botins de guerra como cavalos de raça, peças de ouro, tecidos valiosos, trípodes de bronze, presentes com os quais o Atrida tentará reconciliar-se com Aquiles mais tarde (*Il. IX. 121-140*).⁸ Essa objetificação dos prisioneiros de guerra, anotada com perspicácia por Weil,⁹ é chocante e revoltante. Afinal, uma mulher não é uma trípode. E quem lê a *Iliada* não pode perder a

⁷ Para o uso do epíteto no primeiro canto da *Iliada*, cf. os versos 310, 323, 346, 369.

⁸ Entre os presentes que Agamemnon envia ele estão “sete mulheres versadas em obras impecáveis/ lésbias, que, quando Aquiles tomou Lesbos bem-construída, / peguei (venciam, em beleza, a raça das mulheres):/ essas lhe darei, e, entre elas, estará a que lhe tirei,/ a moça Briseida” (*Il. IX, 128-132*).

⁹ Weil (2020: 1012-1013): “Do poder de transformar um homem em coisa, fazendo-o morrer, procede outro poder, e muito mais prodigioso, o de transformar em coisa um homem que continua vivo. Ele está vivo, tem uma alma; contudo é uma coisa.”

capacidade de se indignar diante dessa situação. Mas o poema, que focaliza Aquiles, descreve em detalhes o sofrimento do herói ultrajado ao ser privado de seu prêmio, e nenhuma palavra é dita sobre a dor das moças. Mais do que isso, ao longo de todo o poema não têm palavra, com exceção dos quatorze versos que compõem o tocante discurso que Briseida faz diante do corpo de Pátroclo (*Il.* XIX. 287-300):

Pátroclo, alegria maior de meu ânimo de infeliz,
quando te deixei, ao partir da cabana, vivias,
e ao voltar te encontro morto, ó líder de tropa:
para mim, um mal sempre dá lugar a outro.
O varão, a quem me deram o pai e a senhora mãe,
vi diante da cidade, dilacerado pelo bronze agudo,
e meus três irmãos, que para mim gerou uma única mãe,
adorados, os quais alcançaram, todos o dia ruinoso.
Não me deixaste chorar quando o veloz Aquiles matou
meu marido e destruiu a cidade do divino Mines,
mas afirmaste que me tornaria a esposa legítima
do divino Aquiles, me levarias para Ftia nas naus
e darias festa pelas bodas entre os mirmidões.
Amável demais, por isso a ti, morto, choro forte.

De volta a *O silêncio das mulheres*, a constatação da ausência de opinião, poder e voz de Briseida levou Pat Barker a uma “urgência de suprir esse vazio”, fazendo de Briseida a narradora de seu livro.¹⁰ Sua principal fonte é a *Iliada*, mas aos olhos da cativa, os heróis homéricos são despidos de sua glória. Eis o que Briseida tem a dizer sobre Aquiles na abertura do romance (Barker, 2022, p. 13): “Grandioso Aquiles. Fenomenal Aquiles, resplandecente Aquiles, divino Aquiles... Como os epítetos se

¹⁰ Cf. entrevista com a escritora em https://www.waterstones.com/blog/the-interview-pat-barker-on-the-silence-of-the-girls?utm_source=WS_TheSilenceOfTheGirls&utm_medium=twitter&utm_campaign=april2019twitter, acessado em 07/01/2025.

acumulam. Nunca o chamamos de nada disso; nós só o chamávamos de ‘o açougueiro’.”

A cena em que Crises vai reclamar a devolução da filha ganha outra profundidade se contada por Briseida (Barker, 2022, p. 62):

Analisei ao redor, tentando encontrar um lugar de onde eu pudesse ver acima da multidão. Um movimento chamou a minha atenção. Era Criseida, parada bem no topo das dunas, à sombra de uma árvore raquítica que os ventos constantes haviam curvado em um arco. Corri para me juntar a ela. Quando cheguei mais perto, vi que um lado de seu rosto estava muito vermelho, o olho desse lado lacrimejava profusamente; ela levantava repetidas vezes a ponta do véu para enxugá-lo, mas não mencionou o ferimento, e eu também não. Apenas a abracei, então ficamos juntas observando a arena por cima da multidão. Ela agarrava meu braço e soluçou um pouco quando avistou o pai esperando perto da entrada.

O restante do capítulo segue bem de perto a narrativa homérica, com Agamemnom ignorando o sacerdote e o pedido do exército, mas o enquadramento, que coloca as cativas na cena, confere ao seu drama a visibilidade que o poema busca ocultar.

O livro se encerra com a reflexão de Briseida ao lado do túmulo de Aquiles, que é um texto bom para provocar uma discussão sobre o conceito de heroísmo na épica grega e sobre a forma como a lemos no decorrer dos séculos (Barker, 2022, p. 295):

Pensei: *Imagine, imagine que apenas uma vez, uma, em todos esses séculos, os deuses traiçoeiros mantenham sua palavra e que Aquiles receba glória eterna em troca de sua morte prematura sob as muralhas de Troia...?* O que pensarão de nós, o povo daqueles tempos inimaginavelmente distantes? De uma coisa eu sei: não vão querer a realidade brutal da conquista e da escravidão. Não vão querer ser

informados sobre os massacres dos homens e meninos, a escravidão de mulheres e garotas. Não vão querer saber que vivíamos em um campo de estupro. Não, vão preferir algo mais suave. Uma história de amor, talvez? Só espero que consigam entender quem eram os amantes.

Romancear a relação entre Aquiles e Briseida, algo frequente na fortuna crítica do poema, escamoteia o verdadeiro relacionamento que mantém, o de senhor e escrava. O acampamento grego é, sem meias-palavras, designado “campo de estupro” (*rape camp*), algo que remete às contemporâneas Guerra da Bósnia e Genocídio de Ruanda, eventos atrozes que foram determinantes para mudar a legislação sobre crimes de guerra. É, portanto, uma expressão carregada de sentido, que não aplicaríamos à *Ilíada* e sua “história de amor”. Enfrentar essas questões, que perpassam a cabeça de nossos alunos, é a única forma de garantir sobrevivência a esse poema. “Não querer” não é mais uma escolha. Não estou sugerindo trabalhar essas obras em classe, mas já indiquei o oitavo capítulo, o que focaliza o resgate de Criseida como contraponto à descrição homérica, centrada nos personagens masculinos como leitura complementar. Trata-se de um recurso para provocar o debate sobre a condição feminina no poema.

Em *A canção de Aquiles*, embora seja uma figura coadjuvante, testemunha dos amores entre Aquiles e Pátroclo, Briseida também catalisa os horrores de que são vítimas as mulheres na guerra. Veja-se, por exemplo, o parágrafo em que a jovem é introduzida na narrativa (Miller, 2021, p. 202-203):

Na terceira semana, viu-se uma jovem de pé no tablado em meio às espadas, aos tapetes e às peças de ouro. Era bonita, de pele morena e cabelos lustrosos. [...] O vestido, na altura do ombro, estava rasgado e manchado de sangue. Suas mãos estavam amarradas. Os homens se reuniram apressadamente. Sabiam o que significava a presença da jovem: Agamêmnon nos dava

permissão para ter prostitutas, viúvas de guerreiros abatidos e escravas sexuais. Até então, mulheres eram violentadas no campo e ali deixadas. Em nossas tendas, o arranjo seria bem mais conveniente.

Com certeza, textos como esses, de grande penetração, contribuem para mudar a forma como os poemas são percebidos. Esse novo juízo, que como foi dito, decorre de como a sociedade deixou de tolerar comportamentos antes vistos como danos colaterais em determinados contextos, também afeta a literatura acadêmica, que passou a dar maior relevo a personagens antes invisibilizadas. Um exemplo recente são os verbetes Criseida e Briseida no *Compêndio Histórico de Mulheres da Antiguidade: a presença das mulheres na Literatura e na História* (2021). Neles, Dourado (2021, p. 568) reconhece a violência a que essas mulheres estão submetidas:

As referências da *Iliada* mencionadas acima nos mostram que as mulheres —e, talvez, especialmente as mais jovens— estão frequentemente sujeitas ao que eventuais guerras ou saques fizerem delas, sejam solteiras, como Criseida, sejam esposas de homens vencidos, como Briseida e Andrômaca.

Para não me restringir apenas aos romances em língua inglesa, quero trazer um outro exemplo de texto literário, dessa vez uma coleção de poemas, crítica à *Iliada*. Trata-se do livro vencedor do Prêmio Jabuti 2022, *Também guardamos pedras aqui* (2021), da poeta paulista Luiza Romão. Em diversas declarações, mas principalmente na epígrafe do livro, fica clara a influência de *Cassandra* (1983), romance feminista de Christa Wolf, que narra a Guerra de Troia da perspectiva da princesa troiana. Os poemas são fruto do impacto da leitura combinada de *Cassandra* e da *Iliada*, a que Romão se refere no primeiro verso da obra: “a literatura ocidental começou com uma guerra” (Romão, 2021, p. 7), afirmação atualizada três versos depois para “a literatura ocidental começou com um massacre”.

O poema chamado *homero* (assim com letra minúscula) é graficamente eloquente (Romão, 2021, p. 10-11):

homero

os gregos foram capazes de



milhares de troianos

porém

no último canto de iliada
aquiles devolve a priamo
o corpo de seu filho heitor

hoje nesse momento aqui
no sul do sul do mundo
ainda não se tem notícia
dos mais de duzentos desaparecidos
na ditadura militar

um corpo é um atestado de barbárie

até os gregos tinham piedade

Romão aproxima e experiêcia da guerra e seus milhares de mortos com a das ditaduras latino-americanas e seus desaparecidos políticos. A morte equivale ao cancelamento expresso pelas tarjas pretas. Os gregos são equiparados aos agentes da repressão, mas com a diferença que, entre eles, o maior algoz dos troianos, Aquiles, demonstrou piedade para com Príamo, o rei troiano, e lhe restituiu o corpo de seu filho Heitor, para que recebesse as honras fúnebres, enquanto que entre nós, particularmente no Brasil, nada semelhante se fez e o assunto ainda hoje é tabu. É um poema que faz pensar nos gregos e nós,

nas consequências das guerras, mas que também cria empatia ao reconhecer piedade no gesto de Aquiles.

Nessa coletânea, há um poema intitulado briseida (também com minúscula):

primeiro esquecemos como se diz milharal
talvez porque nessa época eram irreconhecíveis
os grãos que chegavam em embalagens metálicas
depois esquecemos como se escreve legislatura

uma língua tomada de assalto
bênção de mãe unguento de retina
perdemos as vogais depois os rios
por fim ninguém mais engravidou

O poema trata de uma outra violência a que são submetidas as prisioneiras escravizadas, a privação gradual de sua língua materna: “uma língua tomada de assalto”. No poema de Homero todos falam grego, mas essa não devia ser a realidade das cativas. Em *A canção de Aquiles*, Miller (2021, p. 207) concebe uma Briseida falante de um “doce idioma anatoliano”, incapaz de se comunicar em grego, a não ser precariamente:

Descobri que a jovem sabia um pouco de grego.
Algumas palavras que o pai aprendera e lhe ensinara ao
ter notícia de que o exército se aproximava: *piedade, sim,*
por favor, o que deseja? – entre outras. Um pai ensinando
a filha a ser escrava.

E, mais adiante, sobre as escravas recém-capturadas, Miller (2021, p. 208) escreve que “teciam, tagarelavam em sua língua materna, ensinavam umas às outras as palavras que aprendiam conosco – palavras úteis como ‘queijo’, ‘água’ ou ‘lã’”.

Voltando ao poema, esquecer “como se diz milharal” é esquecer a liberdade de percorrê-lo, até mesmo com o olhar, pois só o milho só chegava enquanto grão, produto, desvinculado da terra; esquecer “como se escreve legislatura” é abdicar de todo o

direito. Está aí descrita a vida do escravizado: “perdemos as vogais depois os rios”. Com a língua vai-se o território, vai-se a esperança na justiça. Por último, vai-se a descendência: “por fim ninguém mais engravidou”, pelo menos não da perspectiva de dar continuidade ao seu *genos*. Os filhos do estupro repõem a mão de obra escrava apenas.

Em 2022, convidei a poeta para ler seus poemas e conversar com os alunos da disciplina Introdução aos Estudos Clássicos,¹¹ promovendo um debate sobre as questões incômodas, mas também evidenciando o poder de Homero para instigar respostas vigorosas. Em 2023, escolhi alguns poemas e discuti com os alunos na primeira aula da disciplina, adotando uma postura ativa, de problematizar o conteúdo antes mesmo dos estudantes se manifestarem.

Como visto, a área de Recepção dos Estudos Clássicos, em franca expansão no Brasil e com presença forte nas universidades estadunidenses e britânicas, é uma aliada nessa proposta de olhar para os clássicos de forma crítica, mas, ao mesmo tempo, buscando restituir ao texto-fonte a sua força motriz. Acredito que temos muito a aprender com as leituras criativas, como as de Pat Barker, Madeleine Miller e Luiza Romão, e que a sala de aula pode se beneficiar dessa dinâmica, na esperança de que, como apontam Pereira; Seffner (2018, p. 17):

Estudar os passados sensíveis não significa apresentar ao aluno um conteúdo disciplinado e frio[...], mas colocá-lo diante de algo que desperta indignação frente à injustiça e à violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos.¹²

¹¹ Encontro Recepção da Literatura Greco-latina com Luiza Romão, 22/09/2022.

¹² Agradeço à colega Greice Drumond (UFF/UFRJ), cuja apresentação “Discussão de temas controversos em

Referências bibliográficas

- BARKER, P. **O silêncio das mulheres**. Tradução de L. Machado. São Paulo: Exelsior, 2022.
- DOURADO-LOPES, A. O. Criseida. In: SILVA, S. C.; BRUNHARA, R.; VIEIRA NETO, I. (Eds.). **Compêndio Histórico de Mulheres da Antiguidade**: a presença das mulheres na Literatura e na História. Goiânia: Tempestiva, 2021, p. 559-564.
- DOURADO-LOPES, A. O. Briseida. In: SILVA, S. C.; BRUNHARA, R.; VIEIRA NETO, I. (Eds.). **Compêndio Histórico de Mulheres da Antiguidade**: a presença das mulheres na Literatura e na História. Goiânia: Tempestiva, 2021, p. 565-570.
- HOMERO. **Ilíada**. Tradução C. Werner. São Paulo: Editora do Sesi-SP/Ubu, 2018.
- MILLER, M. **A canção de Aquiles**. Tradução de G. C. C. de Sousa. São Paulo: Planeta do Brasil, 2021.
- PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427/275>. Acesso em 02/10/2023.
- ROMÃO, L. **Também guardamos pedras aqui**. São Paulo: Editora Noz, 2021.
- TOO, Yun Lee. Introduction. In: TOO, Y. L.; LIVINGSTONE, N. (Eds.). **Pedagogy and power**: Rhetorics of classical learning. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 1-15.

textos da Antiguidade clássica na prática docente”, no XXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (Belém, 25-29/09/2023), ajudou a iluminar algumas das questões discutidas nesse texto. O texto citado foi pensado para o ensino de história, mas se aplica igualmente a outras áreas dos Estudos Clássicos.

WEIL, S. *Ilíada* ou o poema da força. Tradução de A. Telles. In: HOMERO. ***Ilíada***. Tradução T. Vieira. São Paulo: Editora 34, 2020, p. 1011-1039.

**UMA MOEDA DE CADA VEZ: ANIMAÇÕES,
ALFABETIZAÇÃO E POPULARIZAÇÃO CIENTÍFICA
DO PATRIMÔNIO NUMISMÁTICO ROMANO DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL PELO ATRIVM /
UFMS PARA O ENSINO DE ANTIGUIDADE ROMANA**

Carlos Eduardo da Costa Campos
Luis Miguel Pereira Lacerda
João Guilherme Vieira Poiati
Miguel Ângelo Oliveira de Almeida
Pedro Paulo Pereira Lacerda

No contexto brasileiro, é possível observar uma ampliação de projetos que buscam popularizar cientificamente os museus e seus acervos, na tentativa de produzir uma conscientização patrimonial entre diversos públicos e camadas sociais. Citamos, como exemplo de projetos com sucesso, a ação “Museus, Escolas e Território: educação museal e popularização da ciência para transformação social”, que é promovido pela Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional¹. O Mato Grosso do Sul também está inserido nesse movimento nacional, pois temos o projeto de pesquisa da Bolsa de Produtividade CNPQ-PQ2 "Popularização da Ciência Numismática Romana Através do Museu Histórico Nacional" (2023-2026), que é desenvolvido pelo Prof. Dr. Carlos Campos, no Lab. ATRIVM / UFMS. A ação realiza educação museal e alfabetização científica patrimonial e numismática com escolas e instituições de ensino superior de Mato Grosso do Sul, através da produção de animações, cartilhas, jogos e exposições para engajar alunos do ensino básico, promovendo o diálogo sobre o patrimônio cultural e histórico por meio de abordagens práticas e interativas. Logo, o objetivo central desse artigo é descrever os produtos que foram realizados e como eles podem contribuir para enriquecer os currículos escolares, assim

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/saemuseunacional/> acessado em:28/12/2024

instigando o interesse dos alunos pela História Antiga e o Patrimônio Numismático que se faz presente no Museu Histórico Nacional de forma lúdico-pedagógica.

1. Popularização da Ciência: em busca de uma definição

É imprescindível destacar a relevância da popularização científica na área de Ciências Humanas, no Brasil, assim considerando que ela fomenta a formação de cidadãos mais críticos, esclarecidos e capacitados a tomar decisões fundamentadas em bases científicas. Essa iniciativa promove a acessibilidade ao conhecimento acadêmico / patrimonial, ampliando o acesso a informações e incentivando a participação em debates, pesquisas e / ou espaços museológicos que afetam diretamente a vida das pessoas e o seu contexto social. Essa abordagem é significativa em um país tão plural como o Brasil, onde as Ciências Humanas, os Estudos Patrimoniais e Museais, assim como as Humanidades Digitais deveriam desempenhar um papel essencial na promoção do desenvolvimento social, da sustentabilidade e na redução das desigualdades socioeconômicas. Entretanto, temos plena consciência do quanto essas áreas sofrem um processo de marginalização de recursos historicamente e se tornando alvo de disputas político-ideológicas, bem como relegadas ao descaso em nosso meio social.

Ao tomarmos como base o artigo "Popularização da Ciência: Uma Revisão Sistemática de Literatura" de Márcia Speguen de Quadros Piccoli e Nilda Stecanela (2023), que foi publicado na Revista Educação e Pesquisa, a popularização da ciência pode ser definida como um conjunto de ações e práticas que foram destinadas a ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico. Essa prática busca traduzir conteúdos científicos, muitas vezes complexos e especializados, em formatos mais acessíveis e compreensíveis, possibilitando que públicos diversos se apropriem do saber científico para refletir, decidir e agir no seu cotidiano.

Segundo Piccoli e Stecanela (2023) os termos "popularização do conhecimento", "popularização do conhecimento científico" e "popularização da ciência" são utilizados de maneira equivalente, destacando a importância de valorizar o conhecimento produzido a partir de resultados científicos, sem desconsiderar as contribuições oriundas do senso comum. Apesar das diferenças sutis que possam existir entre essas definições, fica evidente que a dimensão dialógica é um elemento central nas concepções apresentadas. Essa abordagem busca mediar as implicações sociais resultantes da ciência e as experiências sociais dos indivíduos e coletivos, assim reforçando a necessidade de um diálogo efetivo entre os diferentes públicos envolvidos.

Assim, nossa análise fundamenta-se no conceito de popularização da ciência, como abordado por Marcelo Gomes Germano e Wojciech Andrzej Kulesza no estudo "Popularização da Ciência: Uma Revisão Conceitual" (2007). Os autores estabelecem distinções importantes: a "vulgarização científica", que muitas vezes simplifica excessivamente o conhecimento; a "alfabetização científica", voltada para a capacitação básica em ciências; e a "divulgação científica", cujo objetivo é tornar o conhecimento científico acessível sem comprometer sua precisão. Por outro lado, a "popularização da ciência" propõe a integração da ciência à cultura popular, promovendo um diálogo significativo entre cientistas e o público. A diferença essencial entre "divulgação científica" e "popularização da ciência" está no enfoque: enquanto a primeira prioriza a transmissão clara e compreensível do conhecimento, a segunda vai além, buscando engajar e empoderar o público, incentivando sua participação ativa na ciência e nas questões sociais a ela relacionadas. Dessa forma, promove-se um diálogo inclusivo e participativo entre a comunidade científica e a sociedade.

Essas distinções são fundamentais para compreender a amplitude e os diferentes propósitos da popularização científica. Esse conceito deve ser entendido como parte de um esforço cultural emancipatório, voltado para uma abordagem crítica que

valorize a comunicação cuidadosa e o intercâmbio de ideias. O objetivo central é superar as barreiras que separam a comunidade científica do público leigo. Nesse sentido, a popularização dos acervos museológicos², patrimoniais e das ciências humanas requerem um engajamento ativo que se manifesta em múltiplos contextos: desde interações no cotidiano das ruas até iniciativas no ambiente escolar, passando pela ocupação de espaços públicos e digitais com conteúdo relevante e significativo, produzido por seus pesquisadores.

2. Reflexões sobre o projeto de pesquisa Popularização da Ciência Numismática Romana Através do Museu Histórico Nacional (2023-2026)

Baseando-nos em conceitos teóricos sólidos de popularização da ciência, desenvolvemos a iniciativa para o projeto de pesquisa da Bolsa de Produtividade CNPQ-PQ2 "Popularização da Ciência Numismática Romana Através do Museu Histórico Nacional" (2023-2026), ", alinhados ao artigo 215 da Constituição Federal do Brasil, que destaca o compromisso do Estado em garantir o acesso de todos os cidadãos às manifestações culturais e às fontes da cultura nacional. Este compromisso inclui o apoio e fomento à valorização e difusão das expressões culturais, com o artigo 216, parágrafo 3º, enfatizando a promoção de incentivos para a criação e disseminação de conhecimentos e valores culturais.

No contexto dessas diretrizes constitucionais, o projeto de pesquisa surgiu como uma inovação, reforçando a parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o Museu Histórico Nacional, que já havia sido formalizada pelo Acordo de Cooperação nº 71/2022-UFMS. Esse projeto visa popularizar o acervo museológico de numismática romana na região Centro-Oeste do Brasil, assim envolvendo professores da educação básica

² Para se aprofundar no contexto da educação museal brasileira e suas ações científicas, indicamos a obra: História da Educação Museal no Brasil (2024).

de Mato Grosso do Sul em atividades que permitem democratizar aos alunos e comunidade leiga o Museu Histórico Nacional. As ações incluem debates sobre o patrimônio numismático, exposições itinerantes e oficinas de educação patrimonial e deu como prosseguimento ações já desenvolvidas pela 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022, bem como as pesquisas numismáticas realizadas pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos no Museu Histórico Nacional, desde 2014.

O projeto objetiva transformar a percepção social sobre os museus e seus acervos, como meros locais de conservação da memória oficial para o entendimento desses espaços como vitais para a construção cidadã de uma sociedade. Apoiados pela definição do ICOM (2022), compreendemos os museus como instituições dedicadas à pesquisa, coleta, conservação, e interpretação do patrimônio, comprometidas com a acessibilidade, inclusão e sustentabilidade. Esse projeto visa, portanto, aproximar os museus da comunidade, superando a desconexão histórica e reforçando seu papel essencial na promoção cultural e interação social.

Além disso, reconhecemos os museus como pilares na construção da memória e identidade sociocultural, servindo como centros educacionais e de preservação do patrimônio. Eles são fundamentais na geração de renda, no estímulo à inovação social, no incentivo ao empreendedorismo e na promoção do desenvolvimento sustentável. A acessibilidade e a popularização dessas instituições entre todas as camadas sociais são cruciais para alcançar esses benefícios, democratizando o acesso à cultura e ao conhecimento científico, fortalecendo os museus como agentes de desenvolvimento e inovação para o Ensino de História Antiga, Arqueologia, Numismática e Patrimônio Cultural. Esse é o nosso objetivo com esse Acordo de Cooperação e projeto de pesquisa, em diálogo com o campo da Educação Museal.

Vale mencionar que o IBRAM, em sua página sobre Educação Museal³, argumenta que a educação é uma função essencial e inerente a todos os museus, transcendendo as atividades de preservação, conservação e comunicação de seus acervos. Dessa forma, é por meio da prática educativa que os museus realmente cumprem o seu papel como agentes de transformação social e de interpretação crítica da cultura e da memória. Assim, não basta simplesmente conhecer os bens musealizados de uma instituição; é necessário compreender o contexto social que os envolve, desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade que os cerca e extrapolar os seus muros e telas, especialmente no caso dos acervos digitais. Nesse sentido, para o IBRAM, a Educação Museal abrange os diversos processos teóricos, práticos e de planejamento que permitem aos espaços museais atuarem como mediadores e referenciais para a sociedade. Acrescenta-se que essa atividade também pode ser realizada em conjunto com outras instituições escolares e universitárias, como no caso da parceria entre o Laboratório ATRIVM da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Museu Histórico Nacional, que envolve o acervo de numismática e sua aplicação em Escolas de Mato Grosso do Sul. Além disso, o conceito de Educação Museal engloba metodologias, ferramentas e abordagens que fundamentam as ações educativas realizadas dentro e fora dos museus, sendo, portanto, uma dimensão central para o cumprimento de suas funções. Essas ações educativas não apenas estruturam os Programas Educativos e Culturais dos museus, mas também traduzem, de forma prática, a missão educativa dessas instituições e promovem a popularização científica. Elas constituem o ponto de convergência entre a função social do

³ Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/educacao-museal#:~:text=Assim%2C%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Museal%20diz,e%20referencial%20para%20a%20sociedade> Acessado em: 28/12/2024.

museu e sua relação transformadora com os diversos grupos sociais.

É importante enfatizar que compreendemos a alfabetização arqueológica, patrimonial e numismática como um processo científico que introduz uma comunidade ao conhecimento do seu patrimônio cultural que está contido em sua esfera local, regional, nacional e / ou mundial. Por meio dessa prática científica, busca-se formar cidadãos aptos a discernir informações, objetos, sítios e acervos, bem como compreender o contexto patrimonial, museal e numismático em que está inserido socialmente. Afinal, a falta da alfabetização científica pode comprometer a capacidade crítica na vida cidadã. Para Elisângela R. Fernandes (2016, p. 47) a alfabetização científica é a “precursora de um ensino mais relevante e significativo, que vise a envolver os alunos no mundo da pesquisa científica e conduzi-los a um efetivo Letramento Científico”. Desse modo, pontuamos que a alfabetização científica é um processo amplo e contínuo sobre questões que se articulam com a construção de análises pelo viés científico (Sasseron, 2015). Já o Letramento Científico, que muitas vezes é visto como seu sinônimo (Sasseron, 2015), é compreendido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como a habilidade de interpretar e transformar a realidade a partir de conhecimentos teóricos e processuais oriundos das Ciências (Brasil, 2017). Contudo, há uma literatura que discorda do Letramento Científico como preconizado pela BNCC, pois consideram que o conceito envolve, fundamentalmente, o processo ler e escrever. Para aprofundamento no debate veja o texto de Anderson Bertoldi, no artigo “Alfabetização científica versus letramento científico: um problema de denominação ou uma diferença conceitual?” (2020).

O projeto de pesquisa "Popularização da Ciência Numismática Romana Através do Museu Histórico Nacional", busca popularizar o acervo do Museu Histórico Nacional, ressaltando a sua importância no cenário científico e social brasileiro. Desde sua origem no século XVII, o local passou por transformações significativas, tornando-se um símbolo da

memória nacional. A colaboração com a UFMS nos últimos quatro anos reflete o compromisso com a promoção da ciência arqueológica, dos estudos patrimoniais, da História Antiga, a numismática e educação museal, destacando a importância da acessibilidade cultural.

Apoiado pelos recursos do CNPQ, o projeto visa fomentar a educação museal, a alfabetização arqueológica, patrimonial e numismática, atendendo a uma vasta gama de níveis educacionais e sublinhando a necessidade de inclusão cultural e educacional por meio do engajamento com objetos arqueológicos, museus e coleções científicas. A utilização de materiais audiovisuais, a realização de entrevistas, podcasts, cartilhas e a promoção de eventos em tempo online são estratégias chave para expandir a visibilidade do projeto. As mídias sociais do ATRIVM/UFMS oferecem visões abrangentes sobre as diversas ações e empreitadas do projeto, assim evidenciando a importância dos museus como centros de ensino e inclusão.

Para um entendimento mais profundo dos resultados e das informações adicionais relativas ao projeto, o site do laboratório e grupo de pesquisa ATRIVM/UFMS⁴ serve como um recurso valioso. A equipe também mantém uma presença constante no Instagram⁵, compartilhando atualizações frequentes sobre os progressos do projeto. Um aplicativo específico, criado para fins educativos, complementa as iniciativas do projeto, oferecendo um recurso extra para o enriquecimento da educação patrimonial. Por fim, uma variedade de conteúdos sobre o projeto e seus vários aspectos está disponível nos canais do ATRIVM/UFMS⁶ e "Um dia no Museu"⁷ no YouTube, constituindo uma fonte enriquecedora de informação e materiais educativos.

⁴ Site do: ATRIVM/UFMS: <https://www.atrivmufms.com/about-3>.

⁵ Página do Instagram: <https://www.instagram.com/atrivmufms/>

⁶ Canal do ATRIVM/UFMS:
<https://www.youtube.com/c/CANALATRIVMUFMS>

⁷ Canal do "Um dia no Museu":
<https://www.youtube.com/watch?v=OutPGyhWeAg>

3. A Animação “Uma Moeda de Cada Vez”

O projeto de extensão “*Imago*: animações para divulgação científica” (2024-2027) é sediado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e promovido pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade – ATRIVM. O projeto reúne professores do ensino superior e básico, bem como pesquisadores, educadores museais e discentes para debater o papel dos materiais didáticos e nas abordagens pedagógicas de popularização científica.

Reiteramos que o projeto de extensão “*Imago*” é uma iniciativa de popularização da ciência para o Ensino de História Antiga, assim congregando as animações do ATRIVM / UFMS “Um Dia no Museu” e “Uma Moeda de Cada Vez”. Através dessas animações, o projeto visa produzir conhecimento sobre temas relacionados à História Antiga, Arqueologia, Epigrafia e Numismática, Educação Museal e Patrimonial para um público amplo e diversificado. O objetivo central é a alfabetização científica para promover a valorização do saber acadêmico e o interesse pela ciência.

Em oposição à visão de que os ensinamentos de História e Patrimônio são disciplinas monótonas e desinteressantes, destacou-se o potencial emancipatório que esses campos podem oferecer quando mediados por linguagens inovadoras (Seffner, 2019, p. 21-42). Um Ensino de História e Patrimônio crítico, reflexivo e inclusivo pode se tornar uma ferramenta essencial para fomentar o pensamento crítico, a empatia e a consciência cívica dos estudantes. Isso requer a incorporação de múltiplas perspectivas históricas, especialmente aquelas provenientes de grupos marginalizados, além da promoção do debate e da análise crítica de fontes e narrativas.

Nesse contexto, o projeto priorizou a adoção de metodologias pedagógicas que estimulassem a participação ativa dos alunos no processo educacional, com o objetivo de aumentar o engajamento do público escolar e reduzir a passividade frente às

questões político-sociais. Tais abordagens também contribuem para revitalizar o Ensino de História, tornando-o mais atrativo, relevante e conectado às experiências do corpo discente e da comunidade como um todo (Fonseca, 2003, p. 91-107). A participação dos alunos na construção do material ocorre através de questões problemas que são postas durante as exposições itinerantes do ATRIVM / UFMS nas escolas de Mato Grosso do Sul, bem como nas visitas que o laboratório recebe através do Programa de Extensão VEM PRA UFMS. Dessa forma, os conhecimentos explorados em sala de aula sobre determinado objeto ou tema e as experiências, percepções e sentimentos próprios dos alunos auxiliam na construção dos nossos materiais pedagógicos. Essa integração permite que as informações adquiridas sejam ressignificadas por meio de suas formas únicas de ver e interpretar o mundo. Assim, esse processo se configura como um avanço significativo em direção ao desenvolvimento da consciência histórica, conforme proposto por Jörn Rüsen (2010) e Renan Marques Birro (2024).

Consideramos que a inclusão de materiais paradidáticos, como animações, livros complementares, jogos educativos e plataformas digitais, é essencial na transformação das práticas pedagógicas em História⁸ e na educação museal / patrimonial de uma metodologia centrada na memorização e observação para uma experiência de aprendizado mais envolvente e profunda. Defendemos que esses recursos devem ser acessíveis democraticamente, contribuindo significativamente para a reinterpretação e construção de conceitos, e permitindo que os estudantes percebam a história como uma trama complexa de

⁸ Circe Bittencourt (2008, p. 296) destaca uma evolução no cenário dos materiais didáticos nas escolas nas últimas décadas, enfatizando a diversificação e o enriquecimento desses recursos, incluindo a introdução de ferramentas digitais e audiovisuais, como animações e softwares educacionais, complementando os tradicionais textos escritos. Essa transformação chama atenção para a necessidade de uma análise crítica sobre o uso desses novos meios em ambientes educativos, sublinhando a necessidade de superar uma visão meramente pragmática.

eventos interligados, moldada por diversas perspectivas e contextos, e não apenas como uma sequência de acontecimentos passados.

Mario Marcello Neto (2012) defende que as animações, quando integradas ao ensino de História, oferecem uma abordagem crítica e reflexiva da realidade, permitindo que os alunos se identifiquem mais facilmente com o conteúdo. Essas animações possuem a capacidade de transmitir representações da sociedade de maneira simplificada e atraente, consolidando-se como um recurso didático poderoso para abordar temas históricos e sociais. Além disso, quando analisadas criticamente, as animações se configuram como fontes históricas que enriquecem a compreensão dos alunos, estimulando-os a enxergar a sociedade com um olhar mais crítico e consciente de seu papel histórico.

Entre os diversos materiais paradidáticos disponíveis, as animações se destacam por sua dinâmica e capacidade de atrair o interesse dos estudantes, promovendo a curiosidade e o pensamento crítico. Elas criam pontes entre o conteúdo histórico e a realidade dos estudantes, incentivando reflexões sobre os eventos que moldam nosso presente e nosso futuro. Ao engajar os alunos ativamente, as animações transformam o aprendizado em uma jornada participativa de descoberta e questionamento, atraindo ainda o interesse do público em geral por meio de sua abordagem direta, acessível e envolvente.

As animações, como ferramentas educativas valiosas, proporcionam informações e atividades de maneira interativa e envolvente, sendo particularmente eficazes para introduzir e desenvolver conteúdos, habilidades e competências de maneira integrada. Elas auxiliam no planejamento pedagógico e no desenvolvimento curricular, além de facilitar a avaliação formativa ao permitir que os educadores monitorem o avanço dos alunos e ajustem as estratégias de ensino conforme necessário.

A adoção desses recursos no Ensino de História Antiga representa uma estratégia efetiva para fomentar uma educação que valoriza a compreensão contextualizada dos eventos históricos, a interação entre passado e presente e o desenvolvimento de

competências essenciais para a participação ativa e crítica na sociedade. Contudo, reconhecemos a necessidade de selecionar cuidadosamente os conteúdos e fazer escolhas conscientes na produção desses materiais educativos, optando por desenvolver as animações em episódios temáticos para abordar de maneira eficiente os desafios orçamentários, limitações de conteúdo e linguagem.

Além disso, a equipe do ATRIVM desempenha um papel crucial no enfrentamento dos desafios associados ao uso de animações no Ensino de História Antiga. Afinal, muitas vezes, vemos pesquisadores que não conhecem a realidade escolar brasileira, o chão da escola, assim fazendo proposições que soam inovadoras para os seus pares nas universidades, porém que não condizem com o cotidiano de uma escola. Logo, não basta propor a utilidade de um recurso tecnológico, sem pensar na viabilidade dele. Convergimos com Renan Marques Birro (2024, p. 333) ao salientar que o uso das animações enfrenta desde a: “(...) realidade estrutural escolar, quer pelas condições discentes, quer ainda pelos contextos, formação e preparo por parte dos(as) professores de História”. Afinal, professores frequentemente enfrentam barreiras que vão da falta de equipamentos e manutenção dos aparelhos existentes, até mesmo a inexistência de internet nas escolas, o desconhecimento técnico sobre as TIC, assim como a resistência em incorporar novas tecnologias e abordagens pedagógicas que se distanciam dos métodos tradicionais. Esses desafios não se limitam à adaptação tecnológica, pois abrangem a necessidade de investimentos no sistema escolar para se aplicar e desenvolver as animações para enriquecer o aprendizado histórico.

A utilização das animações como fontes históricas requer estratégias pedagógicas que promovam não apenas o engajamento dos alunos, mas também uma exploração crítica e reflexiva dos conteúdos. Esse processo, embora enriquecedor, é complexo e demanda tempo, experimentação e ajustes contínuos. Embora as animações sejam ferramentas poderosas para captar a atenção dos alunos, o desafio reside em levá-los além do simples entretenimento, incentivando análises críticas e reflexões

aprofundadas sobre os temas históricos abordados. Nesse contexto, o papel do professor é essencial, pois ele deve mediar as discussões de forma a desvelar as camadas de significados e as perspectivas ideológicas presentes nas animações, transformando-as em catalisadoras de um aprendizado significativo e crítico. O ATRIVM atua nessas questões escolares, através da formação continuada dos docentes da rede básica e com educadores museais, assim como disponibilizando tais materiais nas suas redes sociais, assim possibilitando o acesso pelo celular e computadores. Ademais, levamos os equipamentos audiovisuais para serem aplicados nas escolas que demarcam não possuir tais recursos.

O projeto produziu cinco episódios para popularização científica numismática para o público em geral, assim como uso por professores e alunos em sala de aula, no Estado de Mato Grosso do Sul. Uma Moeda de Cada Vez: episódio 1 ⁹ (2023.2); Uma Moeda de Cada Vez: episódio 2 ¹⁰ (2023.2); Uma Moeda de Cada Vez: episódio 3 ¹¹ (2024.1); Uma Moeda de Cada Vez: episódio 4 ¹² (2024.2); Uma Moeda de Cada Vez: episódio 5 ¹³ (2024.2). A coordenação geral da produção é do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (Lab. ATRIVM / UFMS), assim contando com a editoração, narração e designer gráfico de Luís Miguel Pereira Lacerda (Técnico do Lab. ATRIVM / UFMS) e Pedro Paulo Pereira Lacerda (Membro do Lab. ATRIVM / UFMS). As moedas apresentadas são do acervo de numismática do Museu Histórico Nacional e as fotografias pertencem ao Laboratório ATRIVM / UFMS e foram feitas pela nossa equipe: João Guilherme Vieira Poiati e Miguel Ângelo Oliveira de

⁹ Disponível em <https://www.instagram.com/reel/CwoCsftp2EH/> Acessado em: 28/12/24.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0-F5qkpInG/> Acessado em: 28/12/24.

¹¹ Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C6WF_j1L6XW/ Acessado em: 28/12/24.

¹² Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_gxa00pWFE/ Acessado em: 28/12/24.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DC1FM76OL0S/> Acessado em: 28/12/24.

Almeida. A Pesquisa histórica: Germano Torres Neto (Lab ATRIVM / UFMS); João Gabriel da Silva Sanches (Lab ATRIVM / UFMS); João Guilherme Vieira Poiati (Lab ATRIVM / UFMS); Lara Karinina Viana de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS); Luis Miguel Pereira Lacerda (Lab ATRIVM / UFMS); Miguel Ângelo Oliveira de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS); Natalia Varone (Lab ATRIVM / UFMS); Paula Aranha (MHN); Pietra Ida Sol (Lab ATRIVM / UFMS); Vinícius Rotheman Felipe Ortega (Lab ATRIVM / UFMS). A assessoria executiva envolveu: Adriano Fagherazzi (UC); Arthur Rodrigues (UFF); Claudio Carlan (UNIFAL); Cristina Agostini (UFMS); Fernanda Magalhães (UMinho); Giselle Bastos Pereira (MHN); José Natal (UPE); Lara Fernandes (UMinho); Laura Pael Duarte (MuArq / UFMS); Letícia César Ruela (UMinho); Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (PROECE/UFMS); Pedro Collares (MHN).

As animações também contaram com o apoio institucional: Programas de Extensão Trilha Rupestre e Vem pra UFMS, Museus de Ciência e Tecnologia e de Arqueologia da UFMS; Fundect – MS; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFMS; Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História — PROFHIST / UEMS; Universidade de Vassouras e Fundação Educacional Severino Sombra; Cátedra Archai — UNB / UNESCO; Sociedade Numismática Brasileira; Universidade do Minho – Portugal; Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso do Sul.

As animações da série "Uma Moeda de Cada Vez" destacam-se pelo uso de uma combinação de ferramentas tecnológicas que garantem alta qualidade em sua produção e acessibilidade. Para a criação dos elementos animados, utiliza-se o *After Effects*, que permite a elaboração de narrativas visuais dinâmicas e interativas. O *Camva* é empregado no tratamento das imagens, aprimorando a apresentação gráfica e tornando os conteúdos mais atraentes e visualmente impactantes. A edição de vídeo e a inserção de legendas são realizadas no *CapCut*, uma ferramenta intuitiva que assegura fluidez e clareza na narrativa visual e textual. Por fim, a narração é produzida com o suporte da

inteligência artificial da *Eleventlabs*, garantindo uma voz clara, profissional e cativante, que aprimora a experiência do público com o conteúdo histórico e educativo das animações. Destaca-se nesse processo o trabalho árduo de Luis Miguel Pereira Lacerda e Pedro Paulo Pereira Lacerda, sob supervisão do coordenador do projeto, que trazem o tom, discurso e designer apropriado para a sala da aula.

A primeira animação foi intitulada "Uma Moeda de Cada Vez: episódio 1", produzida em 2023.2 (**fig.1**). Neste episódio, abordamos a moeda romana com registro 155936, que está localizada no acervo de numismática do Museu Histórico Nacional. O tipo da moeda é denário, o material é prata e com período entre 15 e 12 AEC. A região do achado é referente a antiga cidade de *Lugdunum* / Lugduno (atual cidade de Lyon - França).

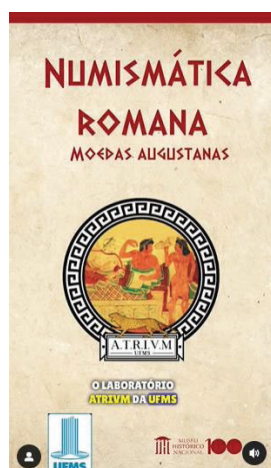


Fig. 1 – Uma Moeda de Cada Vez: episódio 1 (2023.2)

A moeda de denário analisada apresenta detalhes iconográficos e inscrições de grande relevância histórica e simbólica para os estudos romanos. No que tange as imagens contidas na moeda, no anverso apresenta o busto laureado de Augusto voltado para a direita, representando o imperador em uma posição de destaque e autoridade. Notável é a presença de

uma cruz na face de Augusto, um elemento peculiar que diferencia essa moeda de outras catalogadas. No reverso, há a imagem de um touro em movimento, atacando com seus chifres para a direita. Acima do touro, observa-se uma forma que se assemelha a uma lua crescente, com as pontas voltadas para a esquerda.



Fig.2 – Anverso do denário 155936 no Episódio 1



Fig.3 – Reverso do denário 155936 no Episódio 1

No que tange as inscrições, no anverso temos: "*AVGVSTVS DIVI. F.*" (Augusto, filho de um deus) — destacando a divinização de César e o status semidivino de Augusto. No reverso: "*IMP. X*" (Imperador pela décima vez) — referência à autoridade militar de Augusto, com destaque para o título de imperador. A moeda apresenta como referências bibliográficas: Henry Cohen (1880, vol. 1, p. 84, n:141); David R. Sear (2000, p. 319, n:1610); Carlos Eduardo da Costa Campos (2017); RIC 167^a; BMCRE 451. Contudo, apresenta particularidades distintas: a cruz no anverso e a forma lunar no reverso não são características catalogadas oficialmente. A peça encontra-se em bom estado de conservação, embora apresente algumas marcas em ambas as faces. O touro no reverso é um símbolo associado à força, ao poder e ao deus Júpiter. Destaca-se

como um elemento de significativa importância nos rituais e na cultura romana. Já a possível representação da lua crescente confere à moeda uma interpretação complementar, talvez remetendo a aspectos cósmicos ou rituais. Esta moeda é um recurso notável para se estudar as práticas da propaganda imperial de Augusto, refletindo o uso estratégico de imagens e símbolos para reforçar seu poder e legado, junto aos alunos do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio.

A segunda animação foi intitulada "Uma Moeda de Cada Vez: episódio 2", também produzida em 2023.2 (**fig.4**). Neste episódio, tratamos da moeda romana com registro 155929, que está situada no acervo de numismática do Museu Histórico Nacional. O tipo da moeda é denário, o material é prata e com período entre 02 AEC - 04 EC. A região do achado é referente a antiga cidade *Lugdunum* / Lugduno (atual cidade de Lyon - França).

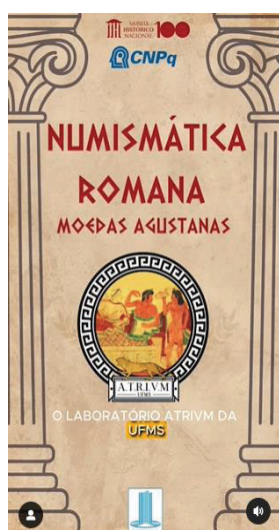


Fig.4 – Uma Moeda de Cada Vez: episódio 2 (2023.2)

A moeda de denário analisada oferece um panorama sobre a política de sucessão e a estratégia de construção do poder na

Roma de Augusto. Suas imagens e inscrições destacam não apenas a figura do próprio Augusto, mas também a projeção de seus herdeiros, Caio e Lúcio Césares. A imagem contida no anverso da moeda

apresenta o busto laureado de Augusto voltado para a direita, reforçando sua posição como líder e figura central do Império Romano. No reverso, vemos a imagem de Caio e Lúcio Césares, netos adotivos de Augusto e filhos de sua filha Júlia e Agripa. Eles estão representados em pé, portando hastes e escudos, acompanhados por dois símbolos religiosos de grande importância: o *simpulum* e o *lituus*.

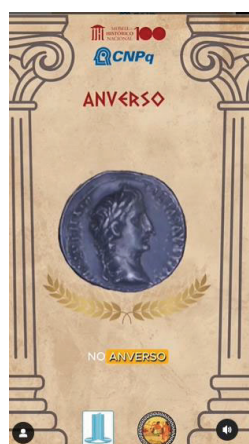


Fig.5 – Anverso do denário 155936 no Episódio 2



Fig.6 – Reverso do denário 155936 no Episódio 2

As inscrições epigráficas monetárias da legenda do anverso apresentam: "*CAESAR AVGVSTVS DIVI F. PATER PATRIAE*" — traduzido como "César Augusto, filho de um deus, Pai da Pátria". Essa inscrição reforça o status divino de Augusto e sua posição de protetor e líder do povo romano. No reverso, temos inscrito: "*C. L. CAESARES AVGVSTI F. COS. DESIG. PRINCI. IVVENT.*" — traduzido como "Caio e Lúcio Césares, filhos de Augusto, cônsules designados, líderes da juventude". Aqui, os

títulos ressaltam a posição de destaque e o papel dos herdeiros no cenário político romano. A moeda apresenta referências bibliográficas como: Henry Cohen (1880, vol. 1, p. 69, n:43); David R. Sear (2000, p. 313, n:1578); Carlos Eduardo da Costa Campos (2017); RIC 206; BMCRE 513. No entanto, apresenta variantes no reverso, incluindo possíveis diferenças na disposição dos escudos e símbolos religiosos.

Embora parcialmente desgastada e com parte da legenda cortada no anverso, a moeda é uma peça significativa para entender a política de sucessão de Augusto. Ao adotar seus netos, Caio e Lúcio, como herdeiros, Augusto iniciou um processo estratégico de legitimação, conferindo-lhes títulos e cargos públicos de destaque, como *princeps iuventutis* (líder da juventude). Os símbolos religiosos representados no reverso, o *simpulum* e o *lituus*, são instrumentos emblemáticos associados às práticas religiosas romanas. O *simpulum*, uma espécie de concha com cabo longo, era utilizado pelos pontífices em libações e rituais de sacrifício (Campos, 2017, p. 162; 2022). Já o *lituus*, um bastão em forma de gancho, era a insígnia dos áugures, usado para interpretar os desígnios divinos por meio da observação do céu (Campos, 2017, p. 161; 2022).

Historicamente, Caio foi nomeado sacerdote pontífice entre 5 AEC e 4 EC, enquanto Lúcio exerceu a função de áugure entre 3 AEC e 2 EC. Essas nomeações simbolizam o reconhecimento público de seus papéis como sucessores, reforçando a imagem de continuidade dinástica de Augusto. Esta moeda é um importante instrumento para a produção de pesquisas e ensino de política romana, assim, bem como dos complexos vínculos entre religião, poder e herança no contexto imperial romano.

A terceira animação foi nomeada como "Uma Moeda de Cada Vez: episódio 3" e elaborada em 2024.1 (**fig.7**). Neste episódio, tratamos da moeda romana com registro 155930, que também está situada no acervo de numismática do Museu Histórico Nacional. O tipo da moeda é denário, o material é prata e com período entre 15 AEC - 13 AEC. A região do achado é

referente a antiga cidade de *Lugdunum* / Lugduno (atual cidade de Lyon - França).

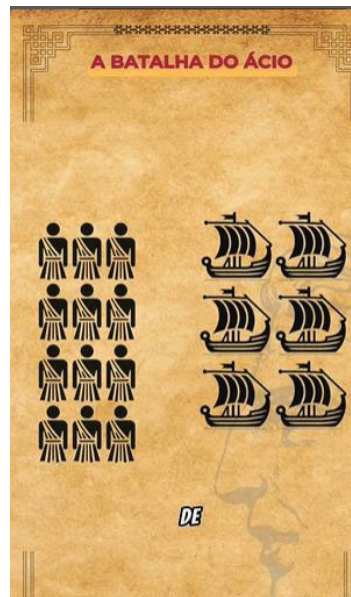


Fig.7 – Uma Moeda de Cada Vez: episódio 3 (2024.1)

A moeda analisada apresenta um conjunto iconográfico e epigráfico que reforça o discurso político de Augusto, especialmente no contexto de sua vitória na Batalha de Ácio, evento central no seu processo de consolidação no poder. O uso estratégico de imagens e inscrições remete a função da moeda como ferramenta de propaganda política na Roma Antiga, articulando a narrativa do restabelecimento da ordem e estabilidade social promovida por Augusto. No anverso há o busto de Augusto voltado para a direita. O reverso retrata um simulacro de Apolo Ácio, em pé e virado para a esquerda, segurando um *plectrum* na mão direita e uma lira na esquerda. A imagem de Apolo, deus associado à música, às artes e à ordem, estabelece um vínculo simbólico entre Augusto e os valores de harmonia e civilização.

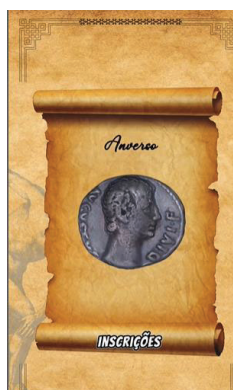


Fig.8 – Anverso do denário 155930 no Episódio 3



Fig.9 – Reverso do denário 155930 no Episódio 3

No anverso temos a inscrição "*AVGVST[VS] DIVI. F.*", traduzido como "Augusto, filho de um deus". Esta inscrição reforça a legitimidade divina de seu poder, uma estratégia recorrente para consolidar sua posição como líder máximo do Império Romano. No reverso temos "*IMP. X AC[T.]*" (*Imperator X Actium*) no campo e "Ácio" no exergo, que se referem à vitória do personagem como imperador pela décima vez, enfatizando a centralidade do confronto de Ácio como marco de sua trajetória política. A moeda é amplamente reconhecida nas referências numismáticas, com citações em: Henry Cohen (1880, vol.1, p.84, n:144); David R. Sear (2000, p.319, n:1611); Carlos Eduardo da Costa Campos (2017; 2021); RIC (171a); BMCRE (461).

Para o Ensino e Pesquisa em História Antiga, vale mencionar que esta moeda comemorativa foi emitida para celebrar a vitória de Augusto sobre Marco Antônio e Cleópatra na Batalha de Ácio (31 AEC), um evento que marcou o fim das guerras civis e o início do período de paz e estabilidade conhecido como *Pax Romana*. A escolha de Apolo como figura central reforça o caráter simbólico da vitória, associando-a ao favor divino e à proteção de uma divindade patrona. Em nossa análise, a moeda desempenha um papel significativo na narrativa imagética e textual de Augusto,

não apenas para rememorar sua vitória, mas também para perpetuar a ideia de sua liderança como restauradora da ordem social. A linguagem visual e escrita da moeda transcende seu valor econômico, operando como um meio de comunicação que vincula o governo de Augusto à longevidade, estabilidade e à renovação moral e cultural do Império Romano.

A quarta animação foi nomeada como "Uma Moeda de Cada Vez: episódio 4" e foi produzida em 2024.2 (**fig. 10**). Neste episódio, tratamos da moeda romana com registro 155932, situada no acervo de numismática do Museu Histórico Nacional. O tipo da moeda é denário, o material é prata e com período entre 41 AEC (?). A região do achado é a Síria, com localização imprecisa.

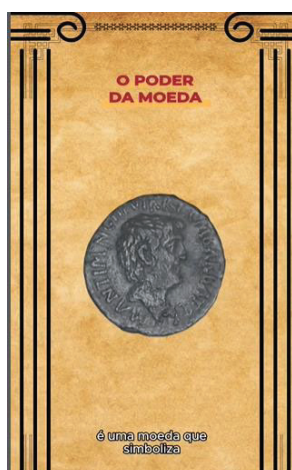


Fig.10 – Uma Moeda de Cada Vez: episódio 4 (2024.2)

A moeda apresenta um conjunto imagético que representa a cooperação temporária entre Marco Antônio e Otaviano, figuras centrais na história da República Romana durante o período do Segundo Triunvirato. No anverso, é exibido o busto de Marco Antônio voltado para a direita, destacando a sua posição de liderança militar e política durante esse período conturbado. Marco Antônio foi um dos protagonistas nas batalhas e alianças

que definiram o futuro de Roma, sendo muitas vezes retratado como um militar habilidoso, mas também como uma figura envolvida em controvérsias políticas e pessoais. No reverso, vemos o busto de Otaviano, também voltado para a direita, refletindo a sua ascensão como herdeiro político de Júlio César e figura pública.



Fig.11 – Anverso do denário 155932 no Episódio 4 **Fig.12** – Reverso do denário 155932 no Episódio 4

No anverso, a inscrição "*M. ANT. IMP. AVG. III. VIR R.P.C. M. BARBAT. Q. P.*", traduzida como Marco Antônio, imperador, augure, triúmviro pela restauração da República; Marco Barbató questor e pró-pretor. No reverso, a inscrição "*[CAESAR] [IMP. PONT. III [VIR] [R.P.]C.*" / César, imperador, pontífice, Triúmviro por ter Restituído a República. Essas inscrições reforçam a sua legitimidade e conexão com a tradição religiosa e cívica republicana romana, um elemento crucial para consolidar seu poder político.

As referências bibliográficas associadas à moeda podem ser vistas em: Ernest François Charles Babelon (1885, Vol.1, p.176, n.:50); Henry Cohen (1880, vol.1, p.49, n:07); David R. Sear (2000, p.288, n:1502); Carlos Eduardo da Costa Campos (2017; 2021; 2022); BMCRR EAST 98C.7; RRC517/1^a. Ao pensarmos

no Ensino e Pesquisa em Estudos da Antiguidade, a repetição do título de triúnviro e a menção aos papéis sacerdotais e militares em ambas as faces da moeda demonstram a tentativa de legitimar a autoridade dos líderes em um momento de instabilidade e transição. Assim, a moeda não apenas registra os títulos e funções de seus emissores, mas também reflete o delicado equilíbrio político e a busca por apoio popular durante o Segundo Triunvirato. A escolha iconográfica demonstra um momento de coexistência entre os dois líderes, marcado por uma frágil aliança que culminaria em conflitos decisivos, como a Batalha de Ácio, que consolidaria o poder de Otaviano. A dualidade apresentada na moeda simboliza não apenas a divisão de poder no período, mas também a transição da República para o Império. Ela serve como uma representação visual das complexas relações políticas de Roma, onde as disputas pelo poder eram equilibradas por alianças estratégicas temporárias, no contexto de reestabelecimento da ordem republicana após o assassinato de Júlio César.

A quinta animação foi nomeada como "Uma Moeda de Cada Vez: episódio 4" e foi produzida em 2024.2 (**fig. 13**). Neste episódio, tratamos da moeda romana com registro 155933, que integra o acervo de numismática do Museu Histórico Nacional. O tipo da moeda é denário, o material é prata e com período entre 18 - 16 AEC. A região do achado é referente a antiga *Colonia Patricia* / Colônia Patrícia (atual Córdoba – Espanha), com localização imprecisa.

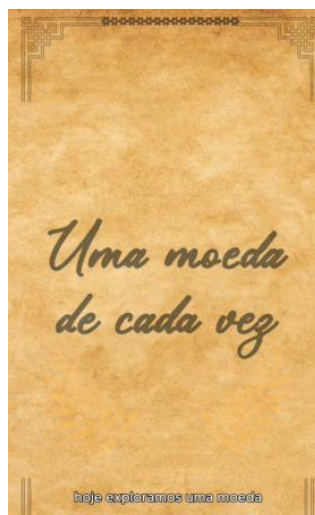


Fig.13 – Uma Moeda de Cada Vez: episódio 5 (2024.2)

No anverso, é retratado o busto de Augusto, virado para a direita, uma representação clássica que reforça sua imagem como o *princeps*, o primeiro cidadão de Roma, e a figura central da restauração da ordem e da estabilidade após um período de intensos conflitos civis. O reverso exibe um capricórnio virado para a direita, carregando um globo e um leme, enquanto uma cornucópia repousa em sua costa. Essa composição é carregada de significados astrológicos e simbólicos.



Fig.14 – Anverso do denário 155933 no Episódio 5



Fig.15 – Reverso do denário 155933 no Episódio 5

As inscrições presentes na moeda analisada apresentam características que reforçam essa simbologia associada ao poder e ao destino de Augusto. No **anverso**, a ausência de inscrições é significativa, pois concentra a atenção exclusivamente na iconografia, geralmente representada pelo busto do imperador. Essa escolha visual enfatiza a figura de Augusto como o principal elemento de identificação da moeda, destacando sua autoridade e centralidade no contexto político e social romano. No reverso, a inscrição "*AVGVSTVS*" / Augusto destaca o título pelo qual Otaviano passou a ser conhecido após assumir o poder como *princeps*. Esse título, concedido pelo Senado em 27 AEC, simboliza sua posição como restaurador da República e líder do Império Romano. A escolha de um reverso simples, mas poderoso, reforça a ideia de que o nome de Augusto, por si só, carregava todo o peso de sua legitimidade e influência.

As referências bibliográficas associadas à moeda podem ser vistas em: Henry Cohen (1880, vol.1, p.66, n:21); David R. Sear (2000, p.316, n:1592); Ana Teresa M. Gonçalves e Rodrigo Santos Oliveira (2017); Semíramis Corsi Silva e Vinícius de Oliveira Motta (2017); RIC 126; BMCRE 346. Os comentários e referências

históricos sobre a emissão dessas moedas revelam a conexão entre a astrologia e a construção do poder simbólico de Augusto, que podem instigar o aprendizado sobre os Estudos da Antiguidade Romana. De acordo com Caio Suetônio Tranquilo, na *Vida do Divino Augusto* (94), Otaviano teria consultado o astrólogo Teógenes em Apolônia da Ilíria, que previu um futuro grandioso para ele ao interpretar seu horóscopo (*thema*). Essa experiência foi tão marcante que levou Augusto a incorporar o signo do Capricórnio em suas moedas, frequentemente no reverso, como um símbolo de sucesso e poder divinamente favorecido. A presença dessas inscrições, associadas ao contexto astrológico e histórico, evidencia como Augusto utilizou as moedas como ferramentas de propaganda para legitimar seu governo e projetar uma narrativa de destino e prosperidade. A simplicidade do texto inscrito na moeda contrasta com sua carga simbólica, reafirmando Augusto como uma figura central que transcende a materialidade do objeto, simbolizando uma era de estabilidade e renovação para o povo romano.

A digitalização do acervo do MHN e sua popularização científica ilustram como a tecnologia e as humanidades digitais podem ampliar o acesso ao patrimônio cultural, promovendo a democratização do conhecimento e criando novas formas de interação com a história e os acervos museológicos. Esse avanço em direção à acessibilidade digital acompanha uma tendência global na preservação patrimonial, que visa não apenas salvaguardar os bens culturais, mas também conectá-los às novas gerações de maneira significativa e relevante.

Os roteiros das animações apresentam detalhes sobre a importância da numismática, dados de História Antiga que contribuem para o papel educativo dos acervos museológicos. Assim, objetivamos com essas animações a interatividade com o público, para engajar visitantes.

Essas animações, desenvolvidas em formatos acessíveis digitalmente, visam ampliar o acesso aberto ao conhecimento, alcançando um público mais amplo, para além da comunidade escolar envolvida no projeto. Distribuídas virtualmente, as

animações visam dialogar Acervo de Numismática do MHN e Escolas, utilizando recursos visuais e narrativas dinâmicas para enriquecer a experiência de aprendizagem sobre patrimônio histórico e numismático¹⁴. É importante demarcar o uso das legendas como recurso para garantir acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva. Dessa maneira, o projeto *Imago: animações para divulgação científica*, com protocolo ZSVE5.150224 de registro na UFMS, se consolidou como uma iniciativa de divulgação científica inovadora, congregando as atividades de animações do ATRIVM / UFMS, no projeto "Um Dia no Museu" e "Uma Moeda de Cada Vez".

Considerações Finais

Destacamos que a ação humana está profundamente enraizada na interpretação do passado, sempre em diálogo com as circunstâncias do presente e com as expectativas projetadas para o futuro (Cerri, 2011). Logo, pensar historicamente é um fenômeno inerente ao cotidiano e essencial para a experiência humana, questão essa que buscamos contemplar com as animações do projeto *Imago*.

A essa compreensão, somamos a importância do estudo do patrimônio cultural e dos acervos museológicos. Estes ampliam o nosso horizonte mental e capacidade de interpretar os eventos passados, assim como oferecem contextos materiais / imateriais que nos permitem apreciar a complexidade humana ao longo da história. O engajamento comunitário com o patrimônio cultural, arqueológico e museológico promove uma conexão mais

¹⁴ Escolas participantes do projeto Um dia no Museu e Imago – ATRIVM/UFMS: E. E. Marechal Castelo Branco, Água Clara - MS; Instituto Educacional Cecília Meireles, Água Clara - MS; E. P. M. R. Manoel Valério da Silva, Anastácio-MS; E. M. Honorivaldo Alves Albres, Anastácio - MS; E. M. Franklin Cassiano, Aquidauana - MS; Instituto Educacional Falcão, Aquidauana - MS; E. E. Profa Ada Teixeira, Campo Grande - MS; E. E. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, Campo Grande - MS; E. M. Oswaldo Cruz, Campo Grande - MS; E.E. José Ferreira da Costa, Costa Rica - MS; E. M. C. M. Prof. Adenocre Alexandre de Moraes, Costa Rica - MS; E.E. Viriato Bandeira, Coxim – MS.

profunda com as múltiplas dimensões de nossa identidade histórica. Além disso, fortalece a nossa consciência histórica, possibilitando uma visão mais crítica e reflexiva sobre o nosso lugar no mundo. Dessa forma, integrar essas animações ao processo de pensar historicamente é indispensável para uma compreensão abrangente da herança cultural e para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica em relação à nossa trajetória enquanto sociedade.

As animações do Projeto "Uma Moeda de Cada Vez", centradas na coleção numismática do Museu Histórico Nacional, representam um avanço inovador na educação museal / patrimonial / numismática e histórica. Esse recurso pedagógico não apenas cativa a atenção dos alunos de maneira mais eficaz, mas também torna acessíveis conceitos históricos complexos a um público diverso. Ao explorar a numismática por meio de animações, a História Antiga ganha uma nova dimensão, transformando o aprendizado em uma experiência dinâmica, envolvente e interativa.

A utilização de animações representa uma poderosa ferramenta para democratizar o acesso ao conhecimento. Ao tornar o conteúdo histórico mais acessível e inclusivo, essas produções contribuem para a promoção da equidade cultural e educacional, permitindo que estudantes de diversas origens explorem o patrimônio histórico e cultural do MHN de maneira significativa e interativa. Além disso, as experiências imersivas proporcionadas pelas animações fortalecem tanto a conexão emocional quanto a compreensão cognitiva dos alunos em relação ao material, despertando empatia e interesse por diferentes períodos históricos e culturas.

Os feedbacks de educadores e estudantes sobre o uso de animações no Ensino de História Antiga reforçam a sua eficácia como recurso pedagógico. Relatos, coletados nas escolas participantes, indicam um aumento expressivo no engajamento dos alunos e na assimilação dos conteúdos, evidenciando o impacto transformador dessas ferramentas na educação histórica. No entanto, desafios permanecem, como a necessidade de

investimentos adequados, o treinamento de educadores para integrar as animações ao cotidiano escolar e a garantia de rigor histórico no conteúdo apresentado. Superar essas barreiras é essencial para maximizar o potencial das animações como inovação educacional.

Em síntese, a integração das animações “Uma Moeda de Cada Vez” no ensino de História Antiga, fornecem uma abordagem inovadora com o material do acervo de numismática do Museu Histórico Nacional, assim marcando um avanço expressivo na promoção de um aprendizado mais dinâmico, inclusivo e significativo. Essa metodologia não apenas transforma a transmissão do conhecimento histórico, mas também fortalece a consciência sobre a preservação e a valorização do patrimônio cultural que está no Brasil. Para enfrentar os desafios remanescentes e explorar todo o potencial dessas ferramentas educacionais, é essencial investir na continuidade das pesquisas e no desenvolvimento de novas tecnologias que ampliem as possibilidades de engajamento e compreensão no Ensino da História Antiga e do Patrimônio Cultural que está musealizado.

Referências Numismáticas

BABELON, E. **Description historique et chronologique des monnaies de la République romaine vulgairement appelées monnaies consulaires**. Vol:1. Paris – França: Rollin et Feuardent, 1885.

BMCRE - MATTINGLY, H. & CARSON, R.A.G. **Coins of the Roman Empire in the British Museum**, Vol. 1. London, 1923 - 1963.

RIC - **Roman Imperial Coinage**, Vol., segunda edição. Por C. H. V. Sutherland e R. A. G. Carson, Londres - UK: Spike and Sons, 1984 (Primeira edição em 1923).

COHEN, H. **Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain**. Vol. 1. Paris: Chez MM. Rollin Feuardent, 1880.

MATTINGLY, H.; CARSON, R.A.G. **Coins of the Roman Empire in the British Museum**. London: BMP, 1976.
SEAR, D. R. **Roman coins and their values: The millennium edition**. Vol. I. London: Spink, 2000.
SUTHERLAND, C.H.V. **The Roman Imperial Coinage**. Vol. I. Revised edition, from 31 BC to AD 69. London: Spink, 1984.

Referências Bibliográficas:

BERTOLDI, A. Alfabetização científica versus letramento científico: um problema de denominação ou uma diferença conceitual? **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250036, 2020.
BIRRO, R. M. Ensino de História e Animações Digitais: relato de experiência e proposta de abordagem metodológica. **Revista Húmus**, v. 14, n. 43, 25 Nov 2024
BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.
CAIMI, F. E. et al. O livro didático e o currículo de história em transição. In: CAIMI, F. E. **O livro didático no contexto de transição dos paradigmas da história**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p.75-103.
CAMPOS, C. E. C. O *princeps* Otávio Augusto e a sua trajetória no poder romano: considerações sobre suas funções no consulado e no senado (I AEC – IEC). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, (16), p.5–21, 2019.
CAMPOS, C. E. C. O *princeps* Augusto e a sua trajetória no poder romano: considerações sobre o poder de *imperium* e a *tribunicia potestas* (I AEC – I EC). **De Rebus Antiquis**, (10), p. 205–223, 2021.
CAMPOS, C. E. C. As insígnias dos quattuor amplissima collegia sacerdotum e a consolidação do poder de Augusto: entre anverso e reverso. In: SOUSA, F. S.; HECKO, L., JUNQUEIRA, N. M. (Orgs.). **História em Combate - ciência e ensino, ética e engajamento**. 1. ed. São João de Meriti-RJ: Desalinho, 2022. v. 1, p. 105-226.

CAMPOS, C. E. C. Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas *nos quattuor amplissima collegia sacerdotum Romanorum* (29 AEC – 14 EC). **Tese** (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CERRI, L. F. **Ensino de história e Consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História**. 11 ed. Campinas/SP: Papyrus editora, 2003.

FARIAS, M. G. G.; LIMA, J. S. Iniciativas nacionais e internacionais para a popularização da ciência. In: FARIAS, M. G. G.; PINTO, V. B. (Orgs.). **Ciência da Informação em contextos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. p. 17-45.

FERNANDES, E. R. Letramento científico no ensino básico público no município de Palmas – Tocantins. **Dissertação** (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2016.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro De Ensino De Física**, 24(1), p. 7–25, 2008.

GONÇALVES, A. T. M.; OLIVEIRA, R. S. M. A ordem astral: a ação do príncipes Otávio Augusto pela legitimidade do seu poder. **Revista Hélade**, v. 3, n. 1, p. 11-26, 2017.

NETO, M. M. Que animação! Os desenhos animados e o ensino de História: um diálogo possível. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 4, n. 11, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30735>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PICCOLI, M. S. DE Q.; STECANELA, N. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. 1-20, 2023.

RÜSEN, J. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, A.; SCHMIDT, I. B.; MARTINS, E.R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: EdUFPR, 2010, p.23-40.

- SASSERON, L. H. Alfabetização científica, ensino por investigação e argumentação: relações entre ciências da natureza e escola. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências** (Belo Horizonte), v. 17, n. spe, p. 49–67, nov. 2015.
- SCHMIDT, B. B. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, 15 (28), 2009, 187–196. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7966>
- SEFFNER, F. Três territórios a compreender, um bem precioso a defender: estratégias escolares e Ensino de História em tempos turbulentos. *In*: MONTEIRO, A. M.; RALEJO, A. (orgs.). **Cartografias da Pesquisa em Ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 21-42.
- SILVA, M. A.; COSTA, A. F. (Orgs.). **História da Educação Museal no Brasil**. 1. ed. [S.l.]: ICOM-CECA, 2024.
- SILVA, S. C.; MOTTA, V. de O. da. Astrologia e poder no Império Romano: a adivinhação do Destino na Antologia, de *Vettius Valens* (século II d.C.). **Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos**, [S. l.], n. 9, p. 115–137, 2017.
- TOSTES, V. L. (Org.). **Museu Histórico Nacional**. São Paulo: Ed. Olhares, 2013.

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO EM LÍNGUAS
CLÁSSICAS DA UFRJ:
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM LETRAS
CLÁSSICAS NA FBN**

Fábio Frohwein de Salles Moniz

**Concepção e desenvolvimento do núcleo de documentação
em línguas clássicas**

A concepção e desenvolvimento do Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas (NDLC), projeto de Extensão da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizado em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), encontram-se estreitamente relacionados com o atual entendimento de Extensão universitária. A última Constituição brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu que as universidades devessem respeitar a relação indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Embora seja desnecessário discutirmos aqui o conceito de Ensino e Pesquisa, a ideia de Extensão merece algumas palavras nossas.

O primeiro documento em que apareceu o conceito de Extensão universitária foi o Decreto-lei 19.851, de 11 de abril de 1931, que, em seu artigo 42, estabeleceu que “a Extensão universitária será realizada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade”. Em outras palavras, a Extensão universitária começou como atividades em que a comunidade acadêmica, somente professores no início, apresentava à sociedade o conhecimento científico produzido por seus institutos.

Com a Lei básica da reforma universitária de 28 de novembro de 1968, a Extensão universitária passou a abarcar “programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”. Dessa forma, a

Extensão deixou de ser somente a comunicação do conhecimento científico produzido pela universidade para incluir ainda a aplicação do conhecimento aos problemas da sociedade. Mas a Resolução do Conselho Nacional de Educação de 18 de dezembro de 2018 registra oficialmente um fator de extrema importância para o atual entendimento sobre a Extensão universitária: o diálogo entre universidade e sociedade. Essa resolução estabeleceu que a Extensão é um “processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino universitário e outros setores da sociedade”. Dito em outras palavras, a Extensão deve gerar impactos e mudanças tanto na sociedade quanto na universidade.

Atualmente, o entendimento de Extensão universitária abarca as seguintes diretrizes:

- 1) Processo educativo, cultural e científico;
- 2) Relação transformadora entre universidade e sociedade;
- 3) Articulação entre Ensino e Pesquisa;
- 4) Espaço de elaboração da práxis de conhecimento acadêmico;
- 5) Intercâmbio sistematizado de conhecimentos acadêmicos e populares;
- 6) Produção de conhecimento desde o contato com a realidade brasileira;
- 7) Democratização do conhecimento acadêmico;
- 8) Participação da comunidade na atividade da universidade;
- 9) Visão integrada da sociedade.

A UFRJ, em resolução interna de 2013, estabeleceu que seus alunos devem realizar 10% da carga horária total dos cursos em atividades de Extensão, que podem ser programas, projetos, cursos ou eventos. Com respeito às atividades extensionistas para alunos de Bacharelado ou Licenciatura em Português-Latim e de

Português-Grego, o Departamento de Letras Clássicas da UFRJ, desde 2016, proporciona a possibilidade de atuação em vários projetos, cursos e eventos. Dedicar-nos-emos, aqui, à atividade que mais nos interessa neste texto, o NDLC, projeto de Extensão concebido a partir de duas observações fundamentais.

A primeira observação diz respeito ao fato de que, nas bibliotecas e arquivos brasileiros, há muitos itens biblioteconômicos e arquivísticos escritos em latim ou grego antigo. Esses documentos abarcam um grande período de tempo do conhecimento científico ocidental e também da história do Brasil, como por exemplo cartas, leis, decretos etc., que registram, em latim, a memória do povo brasileiro. A segunda observação relaciona-se ao crescimento expressivo de pesquisas, publicações, cursos, museus e laboratórios no Brasil sobre Antiguidade, Idade Média, Renascimento e outros temas relacionados, que fez com que os cursos de Graduação e Pós-Graduação melhorassem a estrutura de assessoria, pesquisa e formação de pessoas especializadas. Essas mudanças deram como resultado a formação de cerca de inúmeros grupos de pesquisa brasileiros sobre Antiguidade, Idade Média e Renascimento. Muitos desses grupos têm revistas científicas e promovem congressos, conferências, cursos etc., em que se apresentam professores e alunos inclusive de outros países, mostrando o potencial do Brasil para os estudos sobre Antiguidade, Idade Média e Renascimento. Com isso, houve também um aumento expressivo da busca por fontes primárias e secundárias de pesquisa em nossas bibliotecas e arquivos que estão em línguas clássicas.

Nesse mesmo contexto, o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), sediado na FBN, passou a desenvolver um catálogo *on-line* com descrições de obras raras depositadas em várias instituições brasileiras. O catálogo chama-se Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) e reúne, atualmente, cerca de 235 instituições participantes, contendo mais de 32.667 registros de obras raras,

cuja parcela significativa se encontra em latim. Mas a maior dificuldade de se obterem e reunirem informações sobre os livros em latim é que os bibliotecários, em geral, não têm conhecimento de língua latina.

No Brasil, em 1962, o então Conselho Federal de Educação, por meio de suas Normas para o Ensino Médio nos Termos da Lei 4024/61, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinada por João Goulart em 20 de dezembro de 1961, tornou o latim uma opção entre as disciplinas complementares na Educação Básica,¹ abrindo caminho para que fosse retirado dos *currícula* de várias escolas brasileiras. Atualmente, o latim é ensinado somente em algumas faculdades de Letras e de Direito, geralmente públicas.

¹ “Em atendimento à Lei, o CFE publicou, em 24 de abril de 1962, a Indicação s/n., contendo orientações para a organização dos quadros curriculares do ensino secundário ginasial e colegial. [...] Tal indicação trazia a lista de disciplinas obrigatórias para todos os sistemas do ensino médio secundário, bem como a lista de disciplinas complementares e optativas para o sistema federal de ensino, conforme a seguir: Disciplinas obrigatórias para o Ginásial e Colegial: Português (sete séries); História (seis séries); Geografia (cinco séries); Matemática (seis séries); Ciências (sob a forma de iniciação à Ciência, 2 séries, sob a forma de Ciências Físicas e Biológicas, 4 séries). O número de séries indicadas constitui o máximo, conforme Parágrafo único do Art. 1o.; Disciplinas complementares do sistema federal para o Ginásial e Colegial (Apenas uma das opções apresentadas): Desenho e Organização Social e Política Brasileira; Desenho e uma língua estrangeira moderna; Uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna; Ou duas línguas estrangeiras modernas, em ambos os ciclos; Uma língua estrangeira moderna e filosofia (no 2o ciclo); Disciplinas de escolha pelos estabelecimentos de ensino (apenas 2 optativas das opções apresentadas, sendo 1 por série): Ginásial - Línguas estrangeiras modernas; Música (canto orfeônico); Artes industriais; Técnicas comerciais; Técnicas agrícolas; Colegial - Línguas estrangeiras modernas; Grego; Desenho; Mineralogia e geologia; Estudos sociais; Psicologia; Lógica; Literatura; Introdução às artes; Direito usual; Elementos de economia; Noções de contabilidade; Noções de biblioteconomia; Puericultura; Higiene e dietética; Práticas Educativas para o Ginásial e Colegial (Educação Física + 1 optativa pela escola): Educação cívica; Educação artística; Educação doméstica; Artes femininas; Artes industriais; Outras indicadas pelas escolas” (Queiroz; Housome, 2018, p. 6-7 – Grifo nosso).

Por isso, catalogar obras raras em latim exige do bibliotecário o conhecimento de idiomas que não fazem parte de sua formação básica nem superior. O objetivo do NDLC é, por tanto, promover a integração entre a Faculdade de Letras da UFRJ e a FBN, empregando o conhecimento de latim e de grego antigos para 1) a melhoria das descrições catalográficas de livros e itens de arquivo abarcados pelo projeto; e 2) o aperfeiçoamento técnico dos profissionais de biblioteconomia e arquivística.

Ensino, pesquisa e extensão no NDLC

Pouco tempo depois de as atividades do NDLC terem sido iniciadas na FBN, o PLANOR, que, além do CPBN, promove também cursos de aperfeiçoamento técnico de profissionais atuantes em acervos raros, solicitou-nos um curso de Extensão de latim voltado a bibliotecários. O curso deveria realizar-se em uma semana para reduzir os gastos com estadia, transporte e alimentação feitos pelos alunos que viriam de outras cidades. Coletamos uma mostra de cem obras raras digitalizadas pela FBN a fim de identificarmos o conteúdo gramatical de maior utilidade para os bibliotecários no seu trabalho com páginas de rosto, *incipits*, *explicitis* e colofões. O curso foi oferecido presencialmente em 2018 e 2019, no auditório Machado de Assis, da FBN. Durante 2020, devido à pandemia de COVID-19, o curso foi dividido em nove módulos para ser ministrado de maneira remota por meio de plataforma digital. Na próxima seção, trataremos dos pressupostos teórico-metodológicos que nos serviram de ferramenta para a concepção e elaboração de nosso curso de extensão de latim voltado a bibliotecários.

Dos fundamentos teórico-metodológicos para concepção e elaboração de nosso curso de Extensão de latim voltado a bibliotecários

Devido às necessidades muito específicas de nosso público-alvo, optamos por não elaborar nosso curso de Extensão, intitulado *O Latim nas Obras Raras*, a partir de um livro-didático (LD) de latim já existente no mercado. Preferimos criar um LD mais coerente com o contexto dos alunos para servir de base ao planejamento das aulas. Albert Sidney Hornby, gramático e lexicógrafo inglês dedicado ao ensino, define LD como “*a book that gives instruction in a branch of learning*”.² Nessa perspectiva, podemos considerar o LD uma ferramenta útil tanto ao aluno, para guiá-lo no aprendizado de determinado conteúdo, quanto ao professor, para auxiliá-lo a preparar e ministrar aulas. Hornby adverte que a eficiência do LD depende de que seus objetivos sejam estabelecidos e desenvolvidos a partir das necessidades do aluno.

Conforme exporemos mais adiante, essa abordagem de Hornby demandou-nos um constructo metodológico em que se mesclaram pressupostos teóricos tomados do campo da Educação e da Pragmática. Partir das necessidades do aluno para elaborar um LD implica, antes de mais nada, em reconhecer, como gênese dessa ferramenta didática, o contexto de enunciação em que interagem professor e aluno. Nessa ótica, o aluno é entendido não apenas como um receptor passivo mas como coenunciador, na medida em que também é autor do discurso emitido pelo professor, uma vez que esse último elabora seu discurso em função do primeiro. Por esse prisma pragmático, compreendemos que o aluno também é autor do enunciado formado pelo professor e, ainda mais, do próprio conteúdo presente no LD, já que esse material foi construído com base em suas necessidades. É mister, portanto, conhecermos as demandas do aluno para elaborarmos um LD capaz de auxiliar professor e discente no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, importa que estejamos atentos ainda para outras questões: 1) identificação do que deve ser ensinado ou aprendido, 2) reflexão

²“Um livro que dá instruções em um ramo da aprendizagem” (Hornby et al., 1984, p. 1). Todas as traduções neste artigo são de nossa autoria.

acerca dos métodos a serem usados, 3) fornecimento de material necessário, 4) auxílio ao professor ou ao aluno na explicação.

Neville Grant, autor também atuante no campo da Educação, especializado em formação de professores, classifica o LD em duas categorias: livros de cursos tradicionais e livros de cursos comunicativos (Grant, 1989, p. 8). Na primeira categoria, o LD tem por objetivo central fazer com que os alunos aprendam o idioma como um sistema. Conforme Grant, LD's de curso tradicional caracterizam-se por enfatizar regras gramaticais, formas ou padrões de linguagem mais do que funções comunicativas da linguagem, concentrando-se em atividades de leitura e escrita, em vez de atividades de escuta e fala. Em geral, LD's dessa categoria abordam o sistema gramatical da primeira língua, pautam-se na importância da “correção” de flexões e construções, concentram-se em programas e exames e acabam por despertar o interesse de alguns professores, porque parecem mais fáceis de serem usados. Os LD's de curso de comunicação, por seu turno, buscam explorar as funções comunicativas da linguagem e habilidades na utilização do idioma, priorizando as necessidades e os interesses dos alunos, mais desejosos de aprender o idioma da vida cotidiana. Comumente, LD's dessa categoria propõem atividades práticas em grupos ou pares, são muito específicos em seus objetivos e buscam o equilíbrio entre as quatro habilidades linguísticas (ouvir, falar, ler e escrever), embora alguns valorizem a escuta e a fala em detrimento das demais.

Com relação às questões técnicas do LD abordadas por Hornby e Grant, partimos do pressuposto de que nossa proposta deveria pautar-se por uma metodologia de ensino e aprendizado em nível de língua instrumental. Em nosso entendimento, esse modelo coaduna-se mais com a necessidade prática, imediata e contextual do aluno, do que um método que priorize o aprendizado exaustivo de regras que podem não se verificar no contexto do discente e que, por isso, venham a se mostrar supérfluas ou incompreensíveis. Tom Hutchinson observa que,

originalmente, o ensino de língua instrumental surgiu do *English for Specific Purpose* (Inglês com Objetivos Específicos), um tipo de curso de inglês como segunda língua, normalmente destinado a estudantes universitários ou pessoas já empregadas, que explora vocabulário específico e habilidades de que esse público-alvo necessita (Hutchinson, 1987). Dessa forma, o ensino de língua instrumental concentra-se em uma ocupação ou profissão, como inglês técnico, inglês científico, inglês para médicos, inglês para turismo, entre outras.

No caso de nossa proposta, era fundamental, portanto, priorizar vocabulário, expressões e estruturas gramaticais latinas presentes em páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* de obras raras ou ainda palavras relacionadas ao universo da biblioteconomia, de preferência a vocabulário, expressões e estruturas gramaticais latinas recolhidas de poetas e prosadores da Latinidade clássica, como em geral fazem os autores de LD de latim existentes no mercado. Desse modo, até o estudo de uma língua clássica, como o latim, pode se voltar a uma determinada ciência ou profissão em que se deseja empregar o conhecimento linguístico, seja a teologia, a história antiga, a filosofia, a filologia ou, como o proposto aqui, a biblioteconomia. O indivíduo que trabalha nesse campo não necessariamente carece de conhecimento aprofundado de língua latina que o permita ler, traduzir e estudar autores latinos clássicos, mas pode adquirir o suficiente para o exercício de sua profissão e, por meio desse conhecimento-base, até mesmo alçar-se a um saber mais aprofundado, caso deseje.

Segundo Peter Strevens, o ensino de língua instrumental pode restringir-se a habilidades específicas de acordo com as necessidades do aluno, como, por exemplo, a leitura, o que vai mais ao encontro das demandas técnico-profissionais de bibliotecários (Strevens, 1988, p. 1-13). Nossa proposta de LD, assim, priorizou a leitura, no sentido de buscar desenvolver no público-alvo (coenunciadores) estratégias de localização e compreensão de informações biblioteconômicas em páginas de

rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* por meio de determinadas palavras e expressões latinas. Assim, os capítulos de nosso LD foram estruturados de maneira a alcançar esse objetivo em termos de habilidade linguística, apresentando essencialmente: 1) problematização inicial, feita a partir de algum dado linguístico recolhido de uma obra rara, que despertaria a curiosidade do leitor moderno e desconhecedor do latim; 2) exposição de regras gramaticais do latim a fim de responder a problematização inicial e atividades práticas com resposta ao final do LD; e 3) aplicação do conteúdo gramatical à leitura e compreensão de vocábulos e expressões latinas recorrentes em páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's*, juntamente com atividades práticas mais voltadas ao universo do bibliotecário de acervos raros, também com respostas ao fim do livro. Escusado dizermos que as atividades propostas de versão de frases ou pequenos textos do português para o latim não tinham a pretensão de desenvolver a habilidade da escrita mas tão somente de exercitar regras da gramática latina que seriam úteis à leitura.

Ainda quanto à classificação de Grant, elaboramos um LD de natureza mista, apresentando ao mesmo tempo características de LD's de cursos tradicionais e de cursos comunicativos devido às necessidades específicas do público-alvo. Por um lado, importava que o aluno conhecesse regras básicas do sistema gramatical latino, dentro de um recorte conteudístico estabelecido com base no levantamento de vocabulário e expressões feito a partir de páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's*, conforme exporemos mais adiante na próxima seção. No entanto, era imprescindível que o aluno soubesse aplicar esse conhecimento gramatical à compreensão de funções comunicativas de palavras e expressões latinas que identificam autor e título de obra, impressor/livreiro, ano, local, privilégio e licença de impressão/venda do livro.

Em suma, o desenvolvimento de *O Latim nas Obras Raras* foi precedido pela elaboração de um LD de latim voltado a uma finalidade muito particular: o uso pragmático da língua latina no

contexto técnico-profissional de bibliotecários de acervos raros. Empregamos aqui o adjetivo “pragmático(a)” em estreita relação com a Pragmática,³ disciplina dos estudos da linguagem, que, para Françoise Armengaud, interessa-se, basicamente, por dois objetos: fenômenos relativos à dimensão pragmática (falante e contexto da fala), a exemplo dos efeitos do discurso sobre os falantes-ouvintes; e a relação entre uso e significado de palavras/frases (Armengaud, 2006).

Um dos principais contributos da Pragmática para a concepção de nossos LD e curso de Extensão de latim foram os conceitos de ato, contexto e desempenho. Em sua instância discursiva, entendemos o LD, antes de mais nada, como um extenso enunciado preponderantemente motivado pelo ato ilocutório declarativo, isto é, pela intenção de produzir um enunciado em que, conforme Searle, haja “correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade” do enunciatário. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que: 1) o LD é, antes de mais nada, um macroato⁴ de linguagem, isto é, um extenso enunciado cujo objetivo é ensinar o todo necessário por meio dos vários atos de linguagem que o compõem e que são possíveis de serem consultados pelo enunciatário; 2) cujo conteúdo proposicional compõe-se, essencialmente, de explicações acerca de regras do sistema gramatical do latim; mas, 3) para que tenhamos competência comunicativa, esse enunciado deve estar inscrito na realidade do enunciatário, ou seja, em seu contexto, que é pensado, neste artigo, em sua natureza linguística, isto é, o

³ Em nosso entender, uma das primeiras distinções a serem feitas sobre a palavra “pragmática” diz respeito ao seu “valor muito instável, pois permite designar ao mesmo tempo uma *subdisciplina da linguística*, uma certa *corrente de estudo* do discurso ou, de modo mais amplo, uma certa *concepção de linguagem*” (Charaudeau; Maingueneau, 2016, p. 393). Portanto, grafaremos a palavra com inicial maiúscula sempre que a empregarmos como substantivo designativo da referida disciplina.

⁴ Teun Van Dijk (1981) entende o texto como complexa unidade pragmática, em que se articulam vários atos de fala funcionalmente interrelacionados, denominando-o, por isso, de macroato de fala.

ambiente verbal a que o enunciatório está exposto.

Nessa linha de raciocínio, compreendemos que o ambiente verbal relacionado à língua latina a que está exposto o bibliotecário de acervos raros são as fontes documentais manipuladas por ele para fins técnico-profissionais – identificar informações biblioteconômicas e extrair termos-tópico de assunto. Sendo assim, buscamos maior desempenho discursivo, tomando por base as mesmas fontes com as quais esse enunciatório lida no exercício de sua profissão – folhas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* de obras raras em latim –, com base em que procedemos à identificação e estudo de vocabulário, estruturas sintáticas e usos de linguagem a serem trabalhados no LD e, conseqüentemente, no curso *O Latim nas Obras Raras*.

Levantamento e seleção das fontes para delimitação de conteúdo programático de nossos LD e curso de Extensão de latim

O levantamento e seleção das fontes em que nos baseamos levou em consideração o próprio recorte do acervo de obras raras digitalizado e disponibilizado *on-line* em arquivo *PDF pela FBN em sua Biblioteca Digital (bndigital.bn.gov.br). Entendemos que esses itens refletem, simbolicamente, tanto para a referida instituição quanto para os bibliotecários de acervos especiais que compõem seus quadros, o que há de mais representativo em termos de obras raras.

Peculiaridades gráficas identificadas em nosso *corpus*

Em primeiro lugar, observamos que várias páginas de rosto, *incipit's*, *explicit's* e colofões de obras raras em latim apresentam alguns traços muito característicos de grafia: colapso do ditongo *ae*, variações de grafia, reduções, *linea nasalis* entre outros sinais diacríticos, além do uso de ligaduras. À guisa de exemplo, transcrevemos abaixo o início da *Bíblia de Gutenberg*,

mais conhecida como *Bíblia de Mogúncia*, cujos exemplares de 1461 e 1462 integram o acervo da Divisão de Obras Raras da FBN:

**ꝸncip̄ ep̄la sci iheronimi ad paulinū p̄biterū de
om̄ibꝫ diuine hystorie libris · ca · ipmū · Frater
ambrosius tua michi munuscula p̄ferens ·
detulit simul et suauissimas las: q̄ a p̄ncipio
amiciciaꝝ fidem p̄bate iam fidei: et veteris
amicicie noua p̄ferabant. Vera enī illa
necessitudo ē · et xp̄i glutino cop̄lata: qm̄ non
utilitas rei familiaris · non p̄ntia tantū corporū
· non subdola ⁊ palpās adulaçō: sꝫ dei timor et
diuinaz scripturaz studia ꝑciliāt. Legiꝰ in
veteribꝫ historijs · quosdā lustrasse puicias ·
nouos adijisse ꝑꝑlos · maria t̄n̄sisse: ut eos quos
ex libris nouerāt: coram q̄s uiderent.**

No excerto acima, destacamos os símbolos que representam reduções parciais ou totais de palavras: **ꝑciliāt** = *conciliant* (conciliam), **veteribꝫ** = *ueteribus* (em velhas [...]), **diuinaz** = *diuinarum* (das sagradas [...]), **legiꝰ** = *legimus* (lemos), **⁊** = *et* (e). Há casos em que sutis diferenças no traçado de uma letra implicam em prefixos distintos – ex. **p̄ferens** = *perferens* (cumpridor) X **p̄bate** = *probatae* (com comprovada [...]). Mencionamos, ainda, a presença da *linea nasalis*, isto é, do traço diacrítico empregado em substituição das letras “n” ou “m” pós-vocálicas: ex. **enī** > *enim* (de fato); **tantū** > *tantum* (somente); **nō** > *non* (não); **palpās** > *palpans* (elogioso). Esse traço diacrítico nada tem a ver com quantidade vocálica, embora se assemelhe

graficamente ao mácron. Ainda no que diz respeito a esse traço diacrítico, observamos seu uso em reduções de uma ou mais consoantes, como em *ē*, redução do verbo *est* (é; está; existe), que poderia ser confundida com a preposição latina *e*.

Outras peculiaridades gráficas que merecem destaque são: uso da letra “v” minúscula para grafar a vogal “u”: ex. **vtilitas** (*utilitas*) e **vltimus** (*ultimus*); uso da letra “j” para representar a vogal “i” em hiatos: ex. **hiflorijs** (*historijs*), **adijffe** (*adijsse*); influência de línguas modernas na grafia de palavras modernas: ex. **amiciciaz** (*amiciliarum* em lugar de *amiciliarum*), **adulacō** (*adulacio* em lugar de *adulatio*) por influência da língua italiana, **michi** (*michi* em lugar de *mibi*) e **nichil** (*nichil* em lugar de *nihil*) por influência da língua alemã; diversas grafias alternativas devido a hipóteses etimológicas da época: ex. *coelum*, *author* e *sylva* em lugar de *caelum*, *auctor* e *silva*, entre outras. Importante salientarmos que essas grafias não são devidamente explicadas em livros-didáticos, dicionários, tratados, gramáticas e cursos de língua latina existentes no mercado editorial. Frente a isso, tivemos de incluir, no conteúdo de nossos LD e curso de Extensão, esses usos gráficos presentes, sobretudo, em incunábulo e pós-incunábulo, não podendo nos limitar à mera apresentação do alfabeto e pronúncia do latim clássico, como de costume em LD's disponíveis no mercado editorial.

Peculiaridades lexicais identificadas em nosso *corpus*

No campo do léxico, verificamos, inicialmente, dois fenômenos básicos: 1) palavras que não vinham do latim clássico e 2) palavras advindas do léxico clássico mas que aparecem na documentação de obras raras com novos significados. Para enfrentar ambos os fenômenos, foi necessária a utilização de glossários e estudos sobre latim renascentista, além de glossários técnicos de Biblioteconomia. O advento da imprensa por tipos móveis deu-se em pleno Renascimento italiano, em que houve a renovação lexical do latim patente em neologismos de forma e

de significado que se encontram na documentação de obras raras a que o bibliotecário de acervos raros está exposto. O contexto do mundo moderno refletiu-se no latim renascentista por meio de novos substantivos e adjetivos inexistentes na Latinidade clássica, relacionados a nomes de autores, impressores, países, cidades, profissões, ciências etc., que incrementam as páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* das obras raras. Além do conhecimento do sistema gramatical latino, era essencial, portanto, apresentarmos ao nosso público-alvo empregos de expressões latinas nas obras raras, para que fosse desenvolvida a habilidade de se identificarem informações de nome de autor, título de obra, impressor, local, ano, privilégio e licença de impressão. Há ainda expressões que trazem detalhes técnicos sobre o livro, como características da tiragem/edição, mês e dia da impressão etc., e que complementam as informações de autor e título da obra, impressor, licença, privilégio, ano e local de impressão.

Em sua história do Renascimento, Jacob Burckhardt aborda a febre latina que assolou os nomes próprios na época:

Também a pura e simples tradução de um nome para o latim ou grego (que, na Alemanha, tornou-se hábito quase generalizado) é perdoável a uma geração que falava e escrevia latim e que necessitava de nomes não apenas declináveis, como também apropriados à prosa e ao verso. Censurável e amiúde ridículo era, isso sim, a mudança parcial de um nome, tanto de batismo quanto de família, com o intuito de conferir-lhe tom clássico e novo significado (Burckhardt, 2009, p. 236-237).

Assim, as páginas de rosto das obras raras exibem nomes como *Americus Vesputius*, *Carolus Linnaeus* e *Johannes Keplerus*, em lugar de Amerigo Vespucci, Carl von Linné e Johannes Kepler. Mas não só os nomes dos autores foram latinizados. Os próprios impressores se rebatizaram em latim, entre outros profissionais

da tipografia. Vinculados a esses nomes, figuram substantivos designativos de atividades artísticas e intelectuais ou de profissões tão antigas como *poeta* (poeta), *magister* (professor), quanto muito recentes como *impressor* (impressor) e *typographus* (tipógrafo). Ainda a respeito do surto de latinidade em nomes, Burckhardt refere um fator acima de modismos, intrínseco ao funcionamento do latim: uma vez que a língua latina era o veículo de internacionalização do conhecimento, os renascentistas precisavam de nomes declináveis. Dessa forma, os nomes de autor podiam vir expressos na página de rosto, flexionados nos casos do sistema gramatical latino.

Na documentação de obras raras, nomes de autor são acompanhados frequentemente de substantivos designativos de profissões, títulos ou distinções, como *doctor* (doutor), *magister* (professor) etc. Títulos e distinções podem ser referidos também por meio de adjetivo junto ao nome do autor, como *eruditus* (estudioso) e *litteratus* (culto). Em geral, esses adjetivos se constroem com o substantivo *vir* (homem), de tradução desnecessária, já que seu uso, no latim renascentista, fazia-se apenas para imitar o estilo dos autores latinos clássicos, que não adjetivavam antropônimos diretamente. Por vezes, esses adjetivos encontram-se no superlativo para exaltar as qualidades do autor da obra, bem ao estilo retórico dos renascentistas – *eruditissimus* (estudiosíssimo [ou muito estudioso]), *litteratissimus* (cultíssimo [ou muito culto]).

São muito comuns também adjetivos pátrios antigos e modernos junto a nomes de autor. Em títulos de obra, são muito recorrentes substantivos em nominativo singular ou plural que designam o gênero da obra ou seções do livro – ex. *articulus* (artigo), *tractatus* (tratado) entre outros. A esses, podem se vincular:

- 1) Antropônimos no genitivo ou ablativo para indicar autoria, conforme exposto anteriormente;
- 2) Substantivos comuns no genitivo para restringir o gênero ou abrangência temática da obra: ex. *Tabulae*

astronomiae (Pranchas de astronomia);

3) Expressões compostas da preposição *de* + substantivo no ablativo para indicar o tema da obra: ex. *Petri Nonii Salaciensis, de crepusculis liber* (Livro sobre os crepúsculos, de Pedro Nunes Salaciense).

Também são muito ocorrentes, em títulos de obra, adjetivos relacionados ao assunto abordado pelo autor. Nos livros em se que exploram questões científicas, verificam-se, obviamente, adjetivos oriundos dos nomes das ciências. Da mesma forma, em obras sobre religião, são recorrentes adjetivos relacionados à temática religiosa. Personalidades famosas no mundo das ciências e da religião emprestam seus nomes à formação de novos adjetivos latinos. Outro manancial de novos adjetivos são técnicas e instrumentos modernos, como a calcografia (*calcographia*) ou calcogravura, empregada para reprodução de gravuras por meio de matrizes de metal – *calx*, neologismo de sentido –, de onde se originou *calcographicus*; ou o astrolábio (*astrolabium*), desenvolvido no séc. XV para a navegação com base em teorias matemáticas antigas, de onde surgiu *astrolabicus*.

Há adjetivos que remetem especificamente a procedimentos adotados na elaboração da obra/livro, cuja maioria deriva de verbos: ex. *exprimere* (reproduzir) → *expressus* (reproduzido). Em geral, esses adjetivos se constroem com advérbios ou com substantivos no ablativo com ou sem preposição para informar circunstâncias de determinado expediente aplicado à produção do livro. Junto a esses adjetivos, podem ocorrer também antropônimos ou substantivos comuns no ablativo antecedido por *a/ab*, que identifica o responsável pelo referido procedimento. É comum que alguns verbos relacionados a expedientes realizados na produção do livro venham flexionados no pretérito perfeito. Em geral, esses verbos têm por sujeito personalidades que atuaram como autores primários ou secundários. Em obras com vários tomos, volumes ou livros, costumam aparecer os adjetivos *prior* (anterior), *posterior*

(posterior) ou *complectens* (que abrange) entre outros, para indicar a organização interna.

Em títulos de incunábulos, são muito ocorrentes os verbos *incipere* (começar) e *explicere* (terminar), empregados, respectivamente, para indicar início e fim da obra. Em geral, esses verbos aparecem na voz ativa do presente do indicativo, na 3a. pessoa do singular (*incipit*, começa; *explicit*, termina) ou do plural (*incipiunt*, começam; *expliciunt*, terminam). Em lugar de *explicere*, às vezes aparece o verbo *finire* (concluir) na voz passiva (*finitur*, é concluído(a) ou conclui-se). Importante aqui chamarmos atenção para a frequência de formas verbais passivas sem agente da passiva, conforme o último exemplo (*finitur* = conclui-se). Esse uso da voz passiva assemelha-se à passiva sintética do português (ex. vendem-se carros, contratam-se atendentes).

O local de impressão das obras raras é expresso por topônimos latinos de cidades, que aparecem geralmente no antigo locativo. Os mais encontrados são de cidades europeias: ex. *Antuerpia* (Antuérpia, Bélgica), *Basilea* (Basileia, Suíça). Embora o locativo tenha se consagrado internacionalmente no mundo tipográfico, registram-se expressões compostas da preposição *in* + topônimo em ablativo, forma menos clássica para circunstância de lugar. Alguns nomes compostos de cidade apresentam adjetivos gentílicos em genitivo plural referentes ao povo que habitou historicamente a região.

Inicialmente, informação de impressor/livreiro aparecia ao final da obra, nos *explicit's* dos incunábulos (séc. XV), mas já nos pós-incunábulos (séc. XVI) migrou para a página de rosto, podendo vir repetida ou complementada no colofão. Em geral, a indicação do impressor é feita por meio de expressões compostas das preposições *ex* ou *in* + substantivo – ex. *officina* (oficina), *typographia* (tipografia) e *aedis* (casa ou loja) – em ablativo + antropônimo em genitivo. Registra-se também o uso do substantivo *typus, i* (tipo) em ablativo plural sem preposição. Merecem menção expressões com os substantivos *bibliopola*

(livreiro), *typographus* (tipógrafo) e *impressor* (impressor) no acusativo. Esses substantivos também se constroem com antropônimos e são preposicionados por *apud*, que rege acusativo e significa “em” ou “em casa de”, em acepção mais clássica. No universo da tipografia, a referida preposição adquire o sentido de “à venda em casa de, na loja de”.

Verifica-se também o uso do verbo *vendere* (vender) na voz passiva junto a expressões com *apud*, com sentido semelhante à voz reflexiva do português, como já observamos. Outros verbos usados para indicar o nome do impressor são *premere* e seu composto *imprimere*, que costumam aparecer na 3a. pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo – *impressit*, *pressit* (imprimiu) – em colofões e *explicit*'s. Registram-se, ainda, variantes de uso de *imprimere* em que se emprega a voz passiva do pretérito perfeito do indicativo. No entanto, convém observarmos que nem sempre se verifica, nessas expressões verbais, a regra do latim clássico segundo a qual o agente da passiva vem em ablativo precedido da preposição *a/ab* para seres animados. Em grande parte das passivas de *imprimere* que indicam o impressor da obra, o agente da passiva vem em acusativo regido pela preposição *per*. Por fim, encontram-se, em indicações de impressor, expressões com o verbo *excudere* (produzir, compor), que remetem à composição das pranchas tipográficas com as quais a obra foi impressa. Nesse caso, o verbo aparece na 3a. pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo voz ativa, *excudebat* (compunha [a impressão], isto é, imprimia).

É importante termos em mente que, durante muito tempo, os próprios impressores vendiam seus livros. Portanto, o impressor por vezes era também livreiro, motivo para a preposição *apud* se generalizar e para serem dispensados os substantivos *typographus* e *impressor*. Mas havia livros que não eram comercializados por seu impressor: *ex officina Christophõri Plantini, apud Johannem Moretum* (da oficina de Christophe Plantin, à venda na loja de Johann Moret). Em lugar de *apud*, ocorre também *per*, preposição igualmente de acusativo que significa “por” ou, mais

adequadamente ao âmbito das imprentas, colofões e explicitos, “impresso por”. O local de venda da obra às vezes é informado com o verbo *prostare* (estar à venda ou em exposição), em geral na 3ª. pessoa do plural do presente do indicativo, porque remete aos exemplares do livro. Registra-se ainda, na indicação do local de venda da obra, expressões com *est venalis* (é o vendedor). A indicação de impressor pode ser feita também por meio de adjetivos derivados de nomes de tipógrafos famosos, como Christophe Plantin (*Plantinianus*). Esses adjetivos verificam-se comumente quando a imprenta indica que o livro saiu da oficina de um impressor mas quem o imprimiu foi outra pessoa, na maioria das vezes seu descendente. Há casos de livros que não se encontram à venda na livraria de quem o imprimiu: ex. *in officina Wecheliana, apud Danielem et Davidem Aubrios et Clementem Schleichium* (impresso na oficina de Whechel, à venda na livraria de Daniel e David Aubri e de Clemens Schleich).

Em algumas obras raras, consta a informação de livreiro junto à de impressor, por meio dos substantivos *impensa, ae* (custas) e *sumptus, us* (gastos). Essas palavras verificam-se no ablativo plural e acompanhadas de antropônimos em genitivo para indicar o(s) impressores. Há ainda imprentas que trazem três informações: impressor, financiador e livreiro – ex. *ex officina Alberti Henrici. Impensis authoris & Cornelii Nicolai, prostantque apud Aegidium Elsevirum* (da oficina de Albert Henri. Às custas do autor e de Cornelio Nicolau, e à venda na loja de Aegidius Elsevier).

A obra rara pode trazer também a informação do bairro do impressor/livreiro, por meio da expressão composta da preposição *in* + substantivo *vicus, i* (bairro) em ablativo + antropônimo em genitivo. Registram-se expressões com o substantivo *via, ae* (rua) em ablativo + antropônimo em genitivo para indicar a rua do livreiro. Merecem menção ainda expressões compostas da preposição *sub* + substantivos *scutum, i* (escudo) ou *signum, i* (sinal) em ablativo + algum substantivo em genitivo ou simplesmente da preposição *sub* + substantivo em ablativo,

expressões essa que designavam sinais identificadores da fachada de uma determinada livraria. Nas indicações de endereço do impressor/livreiro, o substantivo *via* constrói-se, por vezes, com o adjetivo participial *dictus* (chamado), de tradução desnecessária, e anuncia o nome do logradouro. Em lugar de *dictus*, pode ocorrer o adjetivo derivado do próprio nome da rua, como a *vie de Saint-Jacques*, que em latim era conhecida como *via Iacobaea* (rua de Jacques), lugar da capital francesa disputado por tipógrafos e livreiros devido à vizinhança com a universidade de Sorbonne. Há ainda designações em que se emprega o substantivo *vicus* (bairro) em lugar de *via*.

Para indicar o ano de impressão, as páginas de rosto, colofões e *explicit's* de obras raras traziam a expressão composta do substantivo *annus, i* (ano) em ablativo singular + numeral romano. Por vezes, *annus* vem suprimido ou reduzido pelas abreviaturas *an.* ou *d.*. Além do ano de impressão, há exemplares que trazem a informação do mês em que sua impressão foi concluída. Em geral, essa informação localiza-se no *explicit* ou colofão, onde se verifica a expressão composta do substantivo *mensis* (mês) + nome do mês. Na indicação do mês de impressão, há uma construção de genitivo singular junto a *mensis* no nominativo singular. Há exemplares que trazem ainda o detalhe do dia de término de impressão. Essa informação também se encontra comumente no *explicit* ou no colofão do livro, mas pode vir expressa de maneiras variadas. A forma clássica de se indicar o dia do mês utiliza os substantivos *Kalendae* ou *Calendae* (calendas), *Nonae* (nonas) e *Idus* (idos), que nas obras raras aparecem frequentemente abreviados: *kal.*, *cal.*, *calen.*, *non.* Esses substantivos representavam, na Antiguidade latina, três referências para a contagem dos dias:

dia		Meses
<i>kalendae</i>	1°	quaisquer
<i>nonae</i>	5°	<i>Januarius, Februarius, Aprilis, Junius, Augustus, September, November, December</i>
	7°	<i>Martius, Maius, Julius, October</i>
<i>idus</i>	13°	<i>Januarius, Februarius, Aprilis, Junius, Augustus, September, November, December</i>
	15°	<i>Martius, Maius, Julius, October</i>

Para indicar o dia anterior às *Calendae*, *Nonae* ou *Idus*, usava-se o advérbio *pridie* (na véspera): ex. *pridie Calendas Novembris* (na véspera das calendas de novembro, isto é, em 31 de outubro). Os demais dias eram indicados por meio da expressão *ante dies* (dias antes) + número de dias + nome do dia referência mais próximo em acusativo + nome do mês em gen.: ex. *ante dies IV Nonas Septembris* = 4 dias antes das nonas de setembro, isto é, em 2 de setembro. No entanto, essa expressão se simplificou com o tempo, de modo que, em colofões e *explicit's* de obras raras, às vezes não se verifica *ante dies*. Ainda assim, contam-se os dias retrospectivamente: ex. *IX Calen. Novembris* = 9 dias antes das calendas de novembro, isto é, em 24 de outubro. No entanto, há colofões e *explicit's* que documentam uma contagem de dias mais moderna, isto é, progressiva. Em lugar de *Calendae*, *Nonae* e *Idus*, usa-se o substantivo *dies* (dia) em ablativo + número de dias + [*mensis*] + nome do mês em genitivo: ex. *die 14 Augusti* (no dia 14 de Agosto).

No que diz respeito à licença de impressão, sabemos que sua concessão, assim como a elaboração de listas de livros proibidos e a fiscalização de livrarias, bibliotecas e tipografias, era incumbência do Conselho Geral da Inquisição. A partir de 1575, visitas anuais às tipografias passaram a ser feitas, em Portugal, por ordem do cardeal português D. Henrique I, para coibir a impressão de livros não autorizada pelo Conselho Geral da Inquisição. Integravam esse órgão os padres superiores da

Companhia de Jesus (*Superiores Societatis Jesu*), referidos pelo adjetivo *superior*, comparativo de superioridade de *superus* (alto, elevado), que significa o mais alto ou elevado e, portanto, o superior. A licença de impressão vem indicada no início ou ao final do livro, por meio de expressões compostas da preposição *cum* ou *ex/e* + substantivo – ex. *gratia, ae* (obséquio); *permissus, us* (permissão), *auctoritas, atis* (autorização); *facultas, atis* (permissão); *approbatio, onis* (aprovação) – em ablativo + *inquisitor, oris* (inquisidor) em genitivo. Na indicação da licença de impressão das obras raras, é muito comum o adjetivo *superior* vir em genitivo plural (*superiorum*). A licença de impressão pode ser expressa ainda por meio dos verbos *imprimere* (imprimir) ou *reimprimere* (reimprimir), na 3ª. pessoa do singular do presente do subjuntivo voz passiva (*imprimatur, imprima-se; reimprimatur, reimprima-se*). Essas formas verbais são empregadas no subjuntivo para que seja registrada a vontade/concessão das autoridades de que se imprima ou reimprima uma determinada obra.

Por fim, o privilégio de impressão consistia na cessão do direito de exclusividade para impressores publicarem e comercializarem uma obra perpetuamente ou por determinado tempo. Essa prática, iniciada na Itália em 1469, retirava a obra de domínio público, proibia sua importação e protegia os impressores dos concorrentes, impedindo que seus trabalhos fossem reproduzidos. Em Portugal, o primeiro privilégio de impressão data de 1502 e foi destinado à impressão do *Livro de Marco Pólo*. A indicação de privilégio vem no início ou no final do livro, por meio de expressões compostas da preposição *cum* + substantivo *privilegium, i* (privilégio) em ablativo [+ substantivo em genitivo]. Há ainda indicações de privilégio detalhando o tempo de duração por meio da expressão *ad annos* + numeral (até [...] anos). Nas indicações de privilégio de impressão, é frequente o uso de adjetivos designativos de autoridade como *regius* (real). Registra-se ainda o adjetivo *caesareus*, desviado de seu sentido clássico – relativo a César (Caesar) – e empregado como

sinônimo de *regius*.

Peculiaridades sintáticas identificadas em nosso *corpus*

No campo da sintaxe, nossa proposta de LD e de curso de Extensão de latim privilegiou os empregos sintáticos casuais mais recorrentes na documentação de obras raras, seguindo a orientação metodológica de Albert Sidney Hornby. Com relação ao nominativo, observamos seu uso limitado a sujeito em frases verbais ou, em frases nominais, a núcleo de sintagma nominal designando a ideia central da informação presente no teor da página de rosto. Depois do nominativo, o genitivo é um dos casos mais importantes para o trabalho técnico do bibliotecário, já que, em geral, aparece em nomes de autor, sobretudo quando em posição tópica na página de rosto. Outro uso bastante encontrado é o genitivo de matéria que, em vez de informar o material de que se compõe um objeto, apresenta o assunto ou a delimitação temática de que trata a obra. O acusativo tem sua maior frequência em expressões preposicionadas (*apud, per, ad* etc.). Dessa forma, aproveitamos a seção em que explicamos o acusativo para fazer uma explanação inicial sobre a preposição latina e suas peculiaridades gramaticais. Encontramos também o acusativo com *per* com um valor muito próximo ao de agente da passiva, o que mostramos na seção destinada à construção da voz passiva dos verbos latinos, em especial, quando tratamos das regras de construção de agente da passiva. O ablativo apresenta-se também em muitas expressões preposicionadas (*ex, sub, cum* etc.), o que nos ensejou a complementar as informações sobre a proposição latina apresentadas por meio do estudo iniciado com o acusativo. Além disso, existem outros usos sintáticos do ablativo que detectamos na documentação relacionados a local, tempo, modo, meio, instrumento e agente da passiva. No que diz respeito a local de impressão, como já sublinhado, verificamos a preferência pelo antigo locativo quando se trata de nome de cidade (*Romae, Parisiis, Lugduni* etc.), razão para dedicarmos no

LD e no curso uma seção dedicada ao locativo e, sobretudo, elaborarmos uma tabela com os nomes das principais cidades em locativo para facilitar o trabalho do bibliotecário. Quanto ao dativo, verificamos poucos usos no *corpus* analisado, entre os quais como objeto indireto e complemento nominal de adjetivo. Por fim, o vocativo quase inexistente no *corpus* analisado, razão para não termos planejado um capítulo do LD ou uma aula para abordá-lo especificamente, muito embora o mencionemos quando apresentamos uma visão panorâmica do sistema casual.

Definição de conteúdo programático de nossos LD e curso de Extensão de latim

Frente a esse levantamento de peculiaridades gráficas, lexicais e morfossintáticas identificadas no *corpus* analisado e com base nas questões teórico-metodológicas anteriormente expostas, buscamos definir os temas centrais dos capítulos do LD e dos módulos do curso. Uma de nossas principais preocupações foi conciliar as explicações acerca de fenômenos gramaticais com explanações que atendessem demandas técnicas da catalogação de um livro em nível básico. Dessa forma, optamos por organizar tanto o LD quanto o curso em nove módulos, a partir da eleição de nove temas mais coerentes com o universo do bibliotecário que, ao fim ao cabo, se encontram articulados com nove temas gramaticais. À guisa de conclusão, apresentamos a seguir o organograma básico do curso de Extensão *O Latim nas Obras Raras*, que resultou da aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos e dos dados obtidos da análise do *corpus* discutidos neste artigo.

MÓDULO 1: Nome de autor

Objetivo: Desenvolver a habilidade de identificar e recuperar a informação de nome de autor em páginas de rosto e *incipit's* de obras raras em latim.

Ementa: Nome de autor na documentação de obras raras em latim; substantivo latino; conceitos de

declinação e de caso latino; caso genitivo.

MÓDULO 2: Nome de impressor

Objetivo: Desenvolver a habilidade de identificar e recuperar a informação de nome de impressor em páginas de rosto, *incipit's*, colofões e *explicit's* de obras raras em latim.

Ementa: Nome de impressor na documentação de obras raras em latim; substantivo latino; preposições latinas; caso acusativo.

MÓDULO 3: Privilégio, licença e local de impressão

Objetivo: Desenvolver a habilidade de compreender expressões de licença e privilégio de impressão, além de outras expressões recorrentes em páginas de rosto e *incipit's* de obras raras em latim.

Ementa: Expressões de licença e privilégio de impressão; outras expressões recorrentes em páginas de rosto; caso ablativo; preposições de ablativo.

MÓDULO 4: Expressão de saudação

Objeto: Desenvolver a habilidade de compreender a fórmula de saudação em *incipit's* de incunábulo.

Ementa: Fórmula de saudação em *incipit's* de incunábulo; o dativo nas cinco declinações.

MÓDULO 5: Variantes de expressões

Objetivo: Desenvolver a habilidade de identificar o plural de substantivos em variantes de expressões estudadas nos módulos anteriores e em títulos de páginas de rosto e *incipit's* de obras raras em latim.

Ementa: Variantes de expressões recorrentes em páginas de rosto e *incipit's* de obras raras em latim; o plural de substantivos das cinco declinações.

MÓDULO 6: Prática de leitura de páginas de rosto I

Objetivo: Exercitar a leitura e análise de títulos de páginas de rosto e *incipit's* de obras raras em latim.

Ementa: Prática de leitura e de análise de títulos de

página de rosto e *incipit's* de obras raras em latim; tipos e classes de adjetivos; paradigma dos adjetivos.

MÓDULO 7: Data de impressão

Objetivo: Desenvolver a habilidade de identificar e recuperar a informação de data de impressão em páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* de obras raras em latim.

Ementa: Data de impressão em páginas de rosto, colofões, *incipit's* e *explicit's* de obras raras em latim; números e numerais romanos.

MÓDULO 8: As expressões de *nihil obstat*, *incipit*, *imprimatur* e *reimprimatur*

Objetivo: Desenvolver a habilidade de compreender expressões *nihil obstat*, *imprimi potest*, *imprimatur*, *reimprimatur*, e *impressus, a, um est* na documentação de obras raras em latim.

Ementa: Expressões *nihil obstat*, *imprimi potest*, *imprimatur*, *reimprimatur* e *impressus est* na documentação de obras raras em latim; verbo latino.

MÓDULO 9: Prática de leitura de páginas de rosto II

Objetivo: Exercitar a prática de leitura de páginas de rosto, *incipit's*, colofões e *explicit's* de obras raras em latim e a recuperação de informações básicas para catalogação.

Ementa: Estratégias de leitura e compreensão de frases nominais e verbais em latim; pronomes demonstrativos e relativos.

Referências bibliográficas

ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BURCKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 236-237.

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- GRANT, N. **Making the Most of Your Textbook**. New York: Longman, 1989.
- HORNBY, A. S. et al. **Textbook**. Oxford Advanced Learners' Dictionary of Current English. Oxford: Heineman Educational Press, 1984.
- HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for Specific Purposes: A Learning-centered Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- QUEIROZ, M. N. A.; HOUSOME, Y. As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 20, e9723, 2018.
- SEARLE, J. R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VAN DIJK, T. A. **Studies in the Pragmatic of Discourse**. The Hague: Mouton, 1981.

A HISTÓRIA ANTIGA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRIORIDADES ENTRE SUJEITOS E UM MANUAL DIDÁTICO

Leandro Mendonça Barbosa

No dia 01 de agosto de 2023 o Secretário Estadual de Educação de São Paulo anunciou que o Estado não aderiria ao Plano Nacional do Livro Didático/2024 para o Ensino Fundamental II, abrindo mão de 120 milhões de reais (APP-Sindicato, 2023), sob a alegação de que a Secretaria investiria em um conteúdo próprio atrelado ao Currículo Paulista, que já existe, e que os materiais para as aulas seriam digitais.

Após questionamento de Professores/as e especialistas, além da instauração de um inquérito civil por parte do Ministério Público de São Paulo, que atendeu ao pedido de uma ação popular protocolada pela Deputada Federal Luciene Cavalcante, pelo Deputado Estadual Carlos Giannazi e pelo Vereador Celso Giannazi, todos do PSoL (G1-SP, 2023), a Secretaria recuou, reforçando que não haveria adesão ao PNLD, mas que o material seria apostilado, impresso e unificado. Posterior a uma decisão da Justiça de São Paulo no dia 16 de agosto, o governo afirmou que acederia ao PNLD e alunos/as e Professores/as teriam acesso tanto ao material apostilado quanto aos manuais didáticos fornecidos pelo MEC (G1-SP, 2023).

Qual foi o objetivo do não acato ao PNLD? O Excelentíssimo Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) respondeu ao jornal *O Estado de São Paulo*, explicação que foi reproduzida pelo *site* de notícias *Terra*: “Qual o objetivo disso? Facilitar o esforço do professor e também padronizar, uniformizar. Então, isso vai garantir que um aluno que estará na ponta do Vale do Paraíba vai ter o mesmo conteúdo que vai ser ministrado no Alto Tietê, no Vale do Ribeira, no oeste do Estado, e na capital paulista.’ (...)” (Okumura, 2023).

Como o Governo preparou aulas digitais unificadas que deveriam ser ministradas pelos/as Professores/as, o material

impresso também deveria ser padronizado. Padronização é a ordem, pelo visto. A educação estadual paulista fechou os olhos para os diversos regionalismos que necessitam ser valorizados, apontando que todos deveriam, de forma enquadrada, estudar os mesmos conteúdos, independente da necessidade do alunado ou do contexto local, em um material uniformizado.

Obviamente o manual didático é apenas um entre os artifícios utilizados pelos/as docentes. Entretanto, por mais problemas que apresente, este traz pluralidade de temas, além de visões distintas e por vezes contrastantes, conforme o recomendado pelo PNLD. Uma apostila padrão tende a escamotear esta pluralidade. Ademais, há uma gama de possibilidades quando da escolha dos manuais por parte dos/das Professores/as, possibilitando a multiplicidade de ideias, além de reforçar a gestão democrática, o que é um princípio constitucional.

Nas discussões acerca dos manuais didáticos que permeiam as universidades, Conselhos de Educação, reuniões pedagógicas nas escolas e a burocracia do Ministério e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, está o fato de que estes não se conformam como os únicos materiais pedagógicos para o/a Professor/a, e que se trataria de um auxílio para a *práxis* docente. O caso é que, por falta de recursos nas escolas públicas, por dificuldades de acesso por parte dos sujeitos educandos e, muitas vezes, dos docentes, ao uso das tecnologias, ou ainda por ser um instrumento facilitador para as aulas, muitos/as Professores/as se debruçam ao manual didático como sua principal ferramenta.

É por este motivo que seu estudo é tão importante. Mesmo que em uma unidade escolar algum componente curricular não utilize o manual, é possível que o/a docente o empregue como conhecimento pessoal ou complementar para as aulas, sendo um dos grandes responsáveis pelas informações dos/as Professores/as (Silva, 2018, p. 808). Partindo deste mote, há de se pensar o fácil acesso aos manuais – mais do que a outros materiais com finalidades didáticas – e como eles pautam o planejamento.

A importância dos manuais aumenta dada a necessidade de os sujeitos na *práxis* pedagógica imbricarem-se a ele.

Neste sentido, este Capítulo é, antes de tudo, uma defesa dos manuais didáticos, essenciais no processo de ensino-aprendizagem. Por vezes estes são a porta de entrada para o apreço à leitura por parte do alunado. Neste trabalho analisaremos de maneira crítica o manual escolhido, sem ofensivas, como forma de exaltar a importância deste componente, que sofre acometas de alguns gestores e de alguns projetos político-ideológicos.

Iniciemos indagando o que define um manual didático. A qualidade material, como o tipo de papel ou o padrão da impressão? O apelo mercadológico e a força Editorial? A consonância com o PNLD e com as determinações do poder público? O quão bem elaborado e chamativo é, contando com imagens vistosas e ilustrações que prendem a atenção do/da educando/a? Aquele que direciona o/a docente no cotidiano da sala de aula? A conjunção de dois ou mais destes fatores?

Para Circe Bittencourt o manual didático é um objeto cultural de difícil definição: “(...) obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (Bittencourt, 2004, p. 301). É a partir deste ponto que o definiremos, pela forma com que dialoga com alunos/as e docentes, os sujeitos; e mais, quais discursos e narrativas intencionam passar. Dialogicamente, vislumbrar como os indivíduos são vistos e como enxergam o manual didático é essencial para entender os escopos deste material e seus reflexos nos distintos conhecimentos escolares.

No Capítulo, e apesar de notar que estas divisões podem levar a uma sistematização que, sem o cuidado teórico incorrerá em uma excessiva metodização, lidamos com a proposta de Bittencourt, entendendo o manual didático como obra informativa estabelecida, com desígnio de um material pedagógico para, a partir desta questão, prestar atenção à complexidade a qual a autora se referiu, bem como as interferências científicas, pedagógicas, mercadológicas, culturais e políticas que ocorrem no entorno deste tipo de obra.

Dentro desta questão, faz-se imprescindível notar a seleção do que será ensinado, quais serão as abordagens e de que forma serão expostas, levando em conta as acepções ideológicas de autores/as e coletâneas, sem esquecer que os manuais didáticos são produtos para o consumo – as editoras devem contentar as diretrizes do PNLD estipuladas para, assim, serem contempladas¹ – e que, longe de uma “neutralidade”, carregam uma carga de percepções e conceitos que são próprios dos sujeitos que os produziram.

Deste modo, o texto didático não deve ser entendido apenas pela perspectiva da formação intelectual de seus/suas autor/(es/as), mas seus repertórios e subjetividades, agregado a condicionantes no momento da escrita: interesses econômicos por parte das editoras, interesses políticos-pedagógicos por parte do Estado, políticas públicas (Salles, 2020, p. 90), várias delas resultado de discussões empreendidas pela sociedade civil organizada, são fatores considerados quando da escrita e confecção de um material didático.

A quem o manual é dirigido? Conforme o ano e o nível escolar, adota-se um diferente. E quando a modalidade de ensino se modifica? Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo, Educação Especial, Educação Profissional e Ensino que atenda às Medidas Socioeducativas de Internação são alguns exemplos. Nestes casos, o manual deve ser o mesmo, diferente, ou ainda uma versão resumida daqueles produzidos para os Ensinos Fundamental e Médio?

Em nosso trabalho perceberemos quais são as abordagens para um conhecimento específico, dentro de uma modalidade particular: o período comumente chamado História Antiga na Educação de Jovens e Adultos², tendo como fonte um manual

¹ Conforme Denise Bandeira (2009), o Manual Didático se configura como a maior fatia do mercado editorial brasileiro, sendo a tipologia dentro da categoria “Livro” que mais se comercializa no país.

² Conforme o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, temos a seguinte definição para a Educação de Jovens e Adultos: “Art. 37. A educação

didático desta especificidade de ensino, produzido para os anos equivalentes ao Ensino Fundamental II – Fases Intermediária e Final. Pretende-se, por intermédio deste objeto, descortinar as metodologias e as abordagens que um manual didático voltado à EJA³ lança mão.

Os saberes científicos centrados nesta modalidade deverão ser alcançados em relação aos sujeitos e às narrativas abordadas pela obra. Faz-se imprescindível clarear que nossa intenção não é a de abarcar um todo. Trata-se de uma fonte específica – o manual escolhido, de editora conhecida e de grande circulação nacional – para, recorrendo às epistemes da Educação de Jovens e Adultos, compreender como o período histórico particularmente selecionado foi tratado.

Estes sujeitos devem ser levados em conta em todas as etapas que concernem ao manual. A seleção e priorização dos conteúdos, como já dito, a forma de escrita, as discussões, os termos pedagógicos nos quais eles foram inseridos, as imagens e os aparatos culturais com os quais o manual trabalha, além dos temas que são selecionados em detrimento de outros.

Toda esta lógica e suas funções⁴ devem ser entendidas durante o processo de análise de materiais didáticos. O manual não é apenas um sedimento de conteúdos, mas uma ferramenta

de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.” (Brasil, 2017).

³ Abreviação de “Educação de Jovens e Adultos”.

⁴ Itamar Freitas de Oliveira (2009) aponta como funções para os manuais didáticos: reproduzir ideologia, difundir o currículo oficial, condensar princípios e fatos das ciências de referência, guiar os processos de ensino e de aprendizagem e possibilitar formação continuada.

portadora de ideologias, significâncias e ideias de uma determinada época. Deste modo, acaba como um produtor de cultura, feito por um grupo e fruto de ideologias socioeconômicas, políticas, teóricas etc. (Salles, 2020, p. 90).

No que concerne aos manuais didáticos direcionados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a questão de seleção e priorização dos conteúdos é fulcral. Com saberes condensados e temas direcionados para que os/as educandos/as consigam alçar as diversas temáticas de forma contextualizada, a prioridade que se dá a alguns assuntos do currículo é uma forma interessante de entender a lógica da obra. Observado o manual da EJA como um epítome, atingir de que forma foi feita esta síntese é salutar.

É por isso que o manual didático na Educação de Jovens e Adultos deve ser visto de maneira ainda mais particularizada. Aqui, não podemos negligenciar a heterogeneidade no cotidiano desta modalidade. A própria concepção “jovens e adultos” carrega uma carga abstrata que insere estes sujeitos em certos conjuntos de características e lugares sociais, homogeneizando grupos educacionais que por origem são heterogêneos. Estes pontos de vista são, de maneira geral, constituídos por referenciais partindo de uma estabilidade das classes médias escolarizadas e inseridas no mercado de trabalho (Santos; Laffin; Haracemiv, 2021, p. 06), o que está distante da realidade de grande parte dos sujeitos da EJA, em sua maioria oriundos de camadas com menor poder aquisitivo.

O/a adolescente que não conseguiu se adaptar em nenhuma escola; o/a jovem que cumpre medida socioeducativa de internação; o/a trabalhador/a que deseja tirar a carteira de motorista, reinserir-se no mercado de trabalho ou que almeja uma promoção; a mulher que é vítima de violência doméstica e tem nos momentos vividos na Escola ou na Igreja os únicos fora daquela realidade; o/a estudante que pretende ingressar no Ensino Superior; o/a idoso/a que espera conseguir ler e compreender a Bíblia são exemplos de sujeitos no processo de ensino-aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos.

Inteirar-se sobre esta realidade diversa na construção do saber escolar e do processo de ensino-aprendizagem também é

importante. Por mais que o Brasil tenha avançado em políticas públicas para a modalidade EJA, os sujeitos que comungam dela ainda são percebidos pelo poder público, pela mídia, pelo capital empresarial educacional e por parte da sociedade civil organizada por um prisma elitista de tendência neoliberal, como indivíduos que, por possuírem suas especificidades, acabam marginalizados ou veem seu processo educativo aproximado de um assistencialismo (Fávero, 2011, p. 34). Desta forma, a modalidade se construiu historicamente alijada dos debates centrais, praticamente sem se arrazoar em epistemologias e métodos específicos e impossibilitada de construir parcerias, sendo vista, até, como um “favor do Estado”.

No que tange aos manuais didáticos encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos, é essencial que percebam os sujeitos para quem se dirigem e interagem. Devem levar em conta a valorização do conhecimento já adquirido pelo educando, principalmente na questão empírica, mas também em processos de escolarização interrompidos ou abandonados (Fávero, 2007, p. 60), além do conhecimento adquirido por intermédio de filmes, documentários, livros, notícias, lugares da memória, oral e tradição popular. Se há tempos não se trata os sujeitos escolares como “tábulas rasas”, na EJA isto deve ser elevado ao seu máximo grau. Tanto o/a Professor/a quanto o manual devem partir deste introito.

Um esforço do manual que analisaremos neste trabalho, que integra a Coleção de Livros Didáticos da Editora Moderna⁵ - o amplamente distribuído pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande às escolas municipais que oferecem a

⁵ A Editora Moderna foi fundada por Ricardo Feltre, Professor de Química, em 1968. É a partir da década de 1980 que se especializa em manuais didáticos e livros infantis, sendo há algumas décadas destaque neste tipo de literatura. Feltre foi um crítico da insegurança jurídica no que toca os direitos autorais nos usos de imagens, defendendo que isto prejudicaria os manuais e a construção do saber escolar. Desde 2001 a Editora Moderna passou a integrar o Grupo Santillana, cuja sede se localiza na Espanha e cuja presença neste país e na América Latina é forte.

modalidade – deve ser levado em conta: o fato da aproximação dos temas com a realidade adulta no tocante aos assuntos relacionados à Antiguidade.

Ao abordar temas como moradia e saúde, o manual analisado está em consonância com os anseios desta modalidade de ensino, adaptando ao cotidiano do alunado seus conteúdos, de forma a escapar do simples resumo. A proposta do trabalho é, também, ponderar de maneira posicionada como estes conteúdos foram inseridos; entretanto, fica o registro deste esforço, já um exemplo do porquê a padronização da qual tratamos no início do Capítulo não é sana.

Trata-se do manual *EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos – 7º ano*. O material está de acordo com o PNLD-EJA do triênio 2014, 2015 e 2016⁶, sendo composto pelas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte e Língua Estrangeira Moderna-Inglês e Espanhol. Em um manual que possui 424 páginas é perceptível as informações concisas que apresenta. Os textos e atividades estão, em sua maioria, sobre um fundo branco – exceto alguns boxes destacados, de fundo azul – escritos em fonte de cor preta, com títulos e subtítulos em cor de fonte colorida. À exceção dos “Textos Complementares”, o manual traz a escrita em coluna única.

Como característico da Editora Moderna, os manuais são obras coletivas as quais especialistas de todas as áreas do conhecimento produzem o material que os integrará. A editora responsável é Virginia Aoki e há vinte e nove autores/as, sendo de maior porcentagem a área de Letras – compreensível, por contar com três disciplinas que demandam estes profissionais. No que tange ao total do componente curricular História, são dois

⁶ A escolha se deu pela versão mais atual deste manual, em consonância com o PNLD-EJA, que teve como última distribuição na cidade de Campo Grande o triênio supracitado.

escritores e duas escritoras, os quais dois possuem Licenciatura, um Bacharelado e uma Licenciatura e Bacharelado⁷.

Na seção de História no Sumário, na página 08, constam as duas unidades que compõem a divisão, cada uma com dois capítulos: Os conteúdos sobre História Antiga aparecem nos Capítulos 1 e 3. No primeiro, um tópico intitulado “Como viviam os primeiros seres humanos/As primeiras cidades”, e no terceiro o tópico “Os cuidados com a saúde na Antiguidade/O nascimento da medicina”. Na tabela abaixo é possível visualizar ambos os pontos no contexto geral dos Capítulos que integram:

UNIDADE 1 - MORADIA	Unidade 2- SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
Capítulo 1- Habitações e cidades na história do Brasil	Capítulo 3- A história da saúde
1. Como viviam os primeiros seres humanos	1. A saúde na Pré-História
As primeiras cidades	2. Os cuidados com a saúde na Antiguidade
2. Os primeiros habitantes do Brasil	O nascimento da medicina
3. Novas técnicas de construção	3. A saúde na Europa medieval
4. Os primeiros povoados	O pensamento cristão
5. No campo: escravizados e senhores	Os profissionais e as instituições de saúde
6. A expansão do território	Doenças e epidemias nas cidades

⁷ Aqui especificaremos os/as autores/as, conseguidos por meio dos dados retirados da página onde consta a Ficha Catalográfica da obra. São: Carla Rafaela Monteiro – Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade de São Paulo, com Mestrado em História Social pela mesma instituição – Denis Rafael Pereira – Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (SP) e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”, com atuação como Assessor Técnico-Pedagógico da Prefeitura de Itatiba (SP) – Paulo Gomes Coutinho – Bacharelado em História pela Faculdade de Humanidades Pedro II, com atuação como Professor da Educação de Jovens e Adultos – e Sílvia Maria Comege Busso – Licenciatura em História pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (PR). Com estas informações é possível aferir que todos possuem formação na área de História, ao menos dois possuem experiência no Ensino Básico – com um Docente específico na EJA e outro Técnico – e uma possui Pós-Graduação em nível *Scripto Sensu*.

O crescimento da vida urbana Atividades Texto complementar: “Moradias indígenas”	4. Idade Moderna: doenças e saúde além-mar Atividades
--	--

Tabela 01: Unidades e capítulos onde constam os temas relacionados à antiguidade

Atentando-se para a realidade dos/das educandos/as da EJA e retomando Circe Bittencourt (2004), temos que notar que conforme as preferências ideológicas de seus autores e da vontade dos interesses editoriais, os manuais didáticos se propõem em aderir a certos discursos para narrar os distintos conhecimentos escolares. Os manuais, assim, refletem uma época, são frutos do seu tempo. Longe de um material frio, são excelentes vetores de contextos históricos específicos, promovendo rupturas, mas também conservando permanências.

Para analisar a História Antiga em um manual didático são necessários alguns senões. Pergunta-se: as narrativas didáticas acompanham os avanços feitos pela historiografia especializada? Há diálogo entre os distintos pontos de vista sobre o período? Apresenta e analisa diferentes documentos históricos? Como trata a questão dos subalternizados – mulheres, pessoas escravizadas, estrangeiros etc.? A discussão está contextualizada para o cotidiano dos jovens, adultos e idosos? Propomos uma análise dos enfoques que constam no manual a partir destas prerrogativas.

Começemos a responder às indagações analisando a Bibliografia reservada à seção de História. Identificamos apenas um livro que especificamente aborda a História Antiga: *O Mundo Antigo: economia e sociedade* (1998), de Maria Beatriz Florenzano. Esta é uma obra clássica e referência nos estudos da Antiguidade no Brasil, apresentando, por meio de uma leitura historiográfica tradicional, as transformações socioeconômicas de algumas sociedades que estavam neste momento histórico, com grande ênfase na grega e na romana.

Contudo, a perspectiva da Antiguidade somente a partir desta obra é frágil, pois, apesar da substancial pesquisa e do

esforço de síntese, com quase duas décadas de publicação aquando o manual foi confeccionado, muitos debates ali presentes foram atualizados e outras abordagens e métodos foram experimentados – inclusive pela própria autora, que segue ativa em pesquisa e publicação sobre História Antiga e Arqueologia Grega.

Como tema que perpassa o mundo antigo, consta uma obra organizada por Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari intitulada *História da Alimentação* (2007), que conta com uma explanação sobre a cozinha mediterrânica na Antiguidade. Como percebemos, o manual não traz uma historiografia atualizada sobre o período histórico, contando com apenas uma obra de referência. Esta bibliografia não dá conta dos temas que o livro aborda. Já as imagens disponíveis seguem um padrão da maioria dos manuais didáticos: são meras ilustrações. Não há um trato específico com os componentes imagéticos, sendo utilizadas como complementos do texto escrito. Das atividades propostas, nenhuma versa sobre a Antiguidade, mesmo contando com um número razoável de páginas dedicadas ao período.

O primeiro ponto que analisaremos está no Capítulo 1, e ocupa toda a página 157. Percebe-se, pelo título do capítulo – ver Tabela 01 – que a preocupação é compreender como o Brasil tratou e trata a questão de moradia em sua realidade histórica e social. Desta forma, a História Antiga serve como base para a compreensão do desenvolvimento da moradia no mundo, em uma ideia evolutiva e cronológica da História.

O panorama do manual é tratar a questão da moradia enquanto problema gerado pela desigualdade social, o que já é explicitado no primeiro parágrafo da apresentação do Capítulo (EJA Moderna, 2013, p. 156). Nota-se, sobretudo no Período Colonial, enfatizando a escravidão no Brasil, e na Primeira República, uma preocupação em enquadrar o tema pelo viés da disparidade econômica.

Todavia, nos textos sobre a Antiguidade esta preocupação é inexistente. A dificuldade em notar nos estudos antigos formas de compreensão das desigualdades sociais é espelhada pelo

manual e reflexo de sua bibliografia, pois são vários os trabalhos que se preocupam com temas como disparidade socioeconômica e significados de pobreza no mundo antigo.

Um autor brasileiro de contribuição consolidada no campo dos estudos antigos, dentre eles a pobreza, é Fábio Faversani, que defendeu sua Dissertação de Mestrado intitulada *A Pobreza no Satyricon, de Petronio*, originando um livro de mesmo título. A investigação trata sobre o conceito e as práticas sociais da pobreza no século I EC romano, apontando para o fato de que as pessoas pobres livres possuíam, em grande parte, um cotidiano adverso, e que dependeriam de táticas específicas para resistirem. Teoriza também o conceito de “classe” neste período romano e nega estereótipos como o *panis et circensis*. Suas reflexões enriqueceriam o debate para sujeitos que, em grande parte, convivem com as agruras da pobreza no dia a dia.

O mundo antigo se inicia, então, no texto do tópico “Como viviam os primeiros seres humanos”, que apresenta os materiais das primeiras moradias e como foram confeccionadas, conforme a necessidade e as matérias-primas disponíveis. Apesar da ênfase na Pré-História, há a fotografia do vilarejo de Skara Brae, formado por oito casas de pedra com datação próxima de 3200 AEC, descoberto na Escócia. A imagem está para se perceber o tipo de elementos utilizados na construção das casas – pedras, no caso – não para uma problematização da ocupação humana ou do cotidiano doméstico, por exemplo.

É no tópico “As primeiras cidades” que se aborda o que tradicionalmente conhecemos como História Antiga. O livro inicia informando que as primeiras cidades surgiram na Ásia, na região da Mesopotâmia (EJA Moderna, 2013, p. 157). O texto explica o significado de “cidade” e o motivo pelo qual nesta região se estabeleceram grupos humanos, situando-a na região dos atuais Iraque e Kuwait.

O manual credita aos sumérios a fundação das primeiras cidades: Ur, Uruk, Eridu e Nipur. Esta visão demonstra que o texto não está em consonância com as pesquisas mais recentes quanto ao conceito de cidade antiga, como os modelos de conexão

ou mesmo de comparabilidade, que aventa as sociedades americanas, africanas e euroasiáticas dentro de uma noção de conjunto, escapando de um prisma evolutivo e do internalismo metodológico – no qual as sociedades sobrevinham-se na escala temporal conforme suas contribuições para o que o eurocentrismo nacionalista considerava “Civilização” (Morales; Silva, 2019, p. 127) – a medida em que considera que os processos de sedentarização se deram em distintas etapas ocorridas, por vezes, em períodos próximos, por vezes, distantes.

Essencial é o artigo publicado por Fábio Morales e Uiran Gebara da Silva, *História Antiga e História Global: afluentes e confluências*, que apresenta uma reflexão sobre como a historiografia, desde o século XIX, tratou a História Antiga centrada em um povo, unidade política ou região (Morales; Silva, 2019, p. 133). Os autores se voltam para uma apreciação dos debates sobre histórias conectadas que favoreceram a circulação de pessoas, ideias e artefatos, e cujos estudos ganharam bastante projeção no Brasil no século XXI (Morales; Silva, 2019, p.134).

No parágrafo seguinte o manual utiliza o termo “civilizações fluviais” para denominar os povos que se desenvolveram – a palavra usada pelos/as autores/as é “nasceram” – às margens de rios. Citando as cidades egípcias no vale do Rio Nilo, as chinesas nos vales dos rios Hoang-Ho e Yang-Tsé, a civilização harapense no vale do Rio Indo e a cidade de Çatal Hüyük na atual Turquia – a única a ser datada, cerca de 9 mil anos atrás – o texto, desta vez, busca sair da noção fechada de civilizações que se sobrepuseram a outra, propondo uma análise de conjunto que é mais interessante e mais utilizada pelos estudos históricos atuais, como apresentado por Morales e Silva (2019).

Já na parte inferior da página há um box de cor azul que explica sobre o ofício do Arqueólogo e onde um profissional deste ramo pode exercê-lo, tendo como base um livro de Pedro Paulo Funari, *Os Antigos Habitantes do Brasil* (2001). Há uma fotografia de uma escavação arqueológica feita em São José dos Campos que mostra uma Arqueóloga segurando um crânio humano recém retirado.

A ideação de “cidade”, o processo de urbanização e os problemas originados por este, como a questão fundiária, por exemplo, são caros aos/às alunos/as da EJA. Por se tratar de um público majoritariamente adulto/idoso, muitos em situação de vulnerabilidade social, problemas do cotidiano como acesso à moradia, especulação imobiliária, orçamento reservado para aluguel, desamparo patrimonial e precária infraestrutura em bairros e comunidades são vividos diariamente por muitos destes sujeitos.

Temas que o livro não explora minimamente quando trata do mundo antigo. De outro modo, descreve acriticamente o surgimento das primeiras cidades. Relacionado ao objeto da moradia na Antiguidade há discussões importantes, em livros amplamente distribuídos pelo mercado editorial e de fácil acesso. Um especialista bastante conhecido, brasileiro, e de obra difundida entre Historiadores/as é Marcelo Rede. Um de seus livros mais conhecidos é *Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia* (2007). Esta obra conta com estudos que podem ser remetidos ao cotidiano atual dos/as educandos/as, como contratos de compra e venda de casas e bens urbanos, transmissão do patrimônio entre familiares, os que compravam e os que vendiam e dívidas imobiliárias.

É possível que muito do exposto por Rede possa ser associado ao cotidiano dos/das alunos/as da EJA. Desta forma, contextualizar os problemas de moradia, especulação imobiliária e alta nos valores de aluguéis, por exemplo, atenderá às necessidades deste público majoritariamente adulto e trabalhador. Compreender a moradia como algo que norteia a vida nas antigas sociedades da Mesopotâmia, por exemplo, é entender historicamente a importância que tanto o poder quanto o consuetudo concedem ao patrimônio imobiliário.

Uma abordagem em que se estudassem os problemas legais recorrentes na moradia – atrelando com trechos do Código de Hamurabi, na tradução e notas de Emmanuel Bouzzon (2003), em um trabalho com documentação – como áreas de litígios, ocupação de espaços e direito à moradia seria importante para

os/as alunos/as entenderem a construção histórica de parte de sua realidade.

Para uma questão do cotidiano nas casas, a forma de construção destas e o modo de vida, Pierre Grimal, em obra com tradução para o português, *A Vida em Roma na Antiguidade* (1995), trata, dentre outros aspectos, de um panorama do dia a dia romano por meio das residências e da vida em família, brindando-nos, inclusive, com um desenho de uma planta de uma casa urbana (Grimal, 1995, p. 25), identificando seus diversos cômodos – as células – algo bastante pedagógico para o uso em sala de aula.

No Capítulo 3 recorre-se a ideia de percorrer a Antiguidade para explicar a Modernidade, apontando que hábitos constituídos no Mundo Antigo foram testados e aprimorados pela ciência contemporânea (EJA Moderna, 2013, p. 178), mais uma vez partindo de uma noção evolutiva da História. No tocante à saúde e seus cuidados na Antiguidade, o manual dedica duas páginas inteiras, 180 e 181. Na primeira página, a ênfase está na relação entre saúde e o que o texto configura como pensamento mágico-religioso. Há também a datação tradicional do que se considera como Idade Antiga: 4000 AEC a 476 EC (EJA Moderna, 2013, p. 180).

O escrito coloca que as doenças eram vistas como manifestações divinas e a saúde estaria presente nos hábitos de higiene, exemplificando com o costume de apresentar-se limpo em cultos, a regra hebraica de lavar as mãos antes e depois das refeições, o lazer de gregos e romanos nas termas e a cautela com a higiene bucal entre romanos e indianos. Mais uma vez usada somente como ilustração, sem nenhuma problematização enquanto um documento histórico, consta uma fotografia de uma preservada casa de banho construída pelos romanos, localizada na cidade de Bath, no Reino Unido.

Também lançando mão da mesma obra de Grimal, que é de fácil leitura, há uma relação entre as termas frequentadas pela elite romana e a higiene (Grimal, 1995, p. 109), associando a interação social com a saúde. A obra traz a importância da atividade física, em uma descrição do banho nas termas, que se

acreditava que só seria eficaz se associado aos exercícios (Grimal, 1995, p. 112). O autor cita, inclusive, homens em idade avançada que procuravam se exercitar.

A saúde do trabalhador e da pessoa idosa é um desafio para a EJA. As disciplinas têm, ou deveriam ter, um olhar especial para esta questão. Reforçamos que o manual didático da Editora Moderna está em consonância com esta realidade ao apresentar este assunto, contudo, limitado ao que foi apresentado. Uma reflexão sobre saúde e cotidiano na Roma antiga poderia incluir o incentivo a práticas de atividades físicas pelos heterogêneos públicos que integram a EJA.

Ainda dentro deste tema, pode-se trabalhar outra importância do banho para além da higiene, como é colocado pela conhecida obra *Nascer, Viver e Morrer na Grécia Antiga* (1996), de Maria Beatriz Florenzano, como a questão ritualística, no banho nupcial, que possuía o sentido de purificar e proteger os noivos neste rito que era considerado de transição (Florenzano, 1996, p. 49), ou o ato de lavar o corpo da pessoa morta e untá-lo com óleos perfumados (Florenzano, 1996, p. 68).

Na mesma página do manual, um box azul que ocupa mais de 1/3 é intitulado “Práticas funerárias no Egito Antigo”. Na caixa é explicado o significado da mumificação e como se dava o procedimento. Também se afirma que o método possibilitou o conhecimento da anatomia humana e do funcionamento do corpo, o que fez desenvolver a medicina nesta sociedade. Há uma fotografia do sarcófago de Tutancâmon, com uma legenda que explica os dados sobre a vida do faraó e sobre a descoberta arqueológica de sua tumba.

Na página 181 o tópico que tem como título “O nascimento da medicina” é o mais longo acerca da Antiguidade de todo o livro. Na primeira parte é explicado que em várias sociedades antigas era comum o tratamento de doenças devido ao conhecimento em anatomia, e havia vários tipos de cirurgia, como extração de dentes, retirada de tumores, cura de ferimentos e reparo de fraturas. É enfatizado também o uso de remédios à base de ervas e substâncias químicas (EJA Moderna, 2013, pág. 181).

Foi colocada a imagem de um *stamnos* – que o manual, na legenda, chama genericamente de “vaso” – do século VI AEC, retratando um médico que examina seu paciente.

Aqui há uma incongruência, pois na página anterior afirmou-se que durante a Idade Antiga a cura era “realizada por líderes espirituais” (EJA Moderna, 2013, p. 180), mas quando se refere à Grécia antiga, assegura que os “médicos” “desenvolveram uma posição crítica e investigativa diante dos eventos humanos e da natureza” e que esta crítica “permitiu a construção de um saber médico a partir de explicações racionais” (EJA Moderna, 2013, p. 181).

Ademais, a figura de Hipócrates de Cós é idealizada no subtópico “Hipócrates” como um pesquisador que estabeleceu parâmetros rigorosos no trato médico, assentando a Grécia antiga em um lugar canônico, no qual a razão e o método, caros a um pensamento civilizacional europeu imperialista oitocentista, colocasse-a em um pódio de merecimento e legado.

Convenhamos que a valorização positivista do documento escrito também contribuiu para esta visão de Hipócrates que o manual reproduz, uma vez que o *Corpus Hippocratium*, apesar de que vários textos reunidos não foram de autoria sua, colaboraram para a eternização do personagem, pois foram textos de referências para os estudos médicos até o século XVIII (Rebollo, 2006, p. 75), ao menos na Europa e nas Américas.

Esta exposição reforça o lugar-comum da Antiguidade europeia como o nascedouro da racionalidade, dentro da perspectiva canônica, escamoteando processos históricos desenvolvidos desde o início da humanidade, baseados nas experiências humanas. Afirma ainda que na antiga Grécia a Medicina se desenvolveu em paralelo com a Filosofia, o que fez com que os tratamentos adquirissem um tom crítico, em que o médico buscava explicar as causas das doenças por meio da

observação, desvinculando-a de causas divinas⁸ (EJA Moderna, 2013, p. 181).

Seria esta atitude investigativa que, de acordo com o texto, trouxe a racionalidade para o saber médico grego. Esta evolução das práticas mágicas para a racionalidade – ideia valorizada pelo Iluminismo – demonstra a percepção estandardizada de progresso histórico do manual, exaltando Hipócrates como fundamental por tecer critérios rígidos para o exercício da medicina.

Relacionando o ambiente e o modo de vida com o ser humano – ou “homem”, que é o termo usado pelo manual – com as doenças do período, Hipócrates, em suas orientações, concedia valor ao descanso, atividade física e alimentação saudável, mas nenhuma contextualização com o cotidiano da EJA é proposta, cabendo ao/à docente esta ação. Como ilustração, há a foto de uma cópia do original grego de seu busto, datada do século IV AEC.

O que se percebe no manual didático da Editora Moderna, por meio da afirmação de que povos “nasceram” de sociedades fluviais antigas e a medicina “nasceu” na Grécia antiga, é uma perspectiva que o campo da História Antiga relativiza de maneira clara atualmente: o ideal da Antiguidade enquanto lugar canônico, cujo sentido é sempre de origem. Como se os povos que constituíam o genericamente chamado mundo antigo – sobretudo o que hoje é o espaço europeu – fossem a origem do que conhecemos, partindo de um princípio eurocêntrico⁹.

O mundo antigo como um lugar de uma origem foi reforçado pela Modernidade, com o Renascimento e as Grandes Navegações, ganhou substância com as ideias iluministas de progresso e adentrou desta forma os séculos XIX – na justificativa

⁸ O livro não nega que havia um significado divino para as enfermidades, dando como exemplo os cultos às deidades da cura Asclépio – Grécia – e Esculápio – Roma. Entretanto, isto parece colocado um plano abaixo ante a racionalidade e saber analítico de Hipócrates.

⁹ Apesar do manual fazer menção a chineses e indianos antigos, abarca de uma forma superficial, além de não se ocupar de sociedades africanas como Núbia ou Cuxe, por exemplo.

ao imperialismo, além do advento da Arqueologia, que serviu ao mesmo propósito – e XX. O discurso da originalidade antiga – e uma Antiguidade essencialmente europeia – serviu como justificativa de dominação e imposição de poder por parte de uma sociedade a outras.

A História Antiga foi apregoada como ponto basal da sociedade ocidental: a razão, as leis e as artes consistiriam na herança legada pelas civilizações “europeizadas”, enquanto a Antiguidade médio-oriental compreenderia sociedades pretéritas que proporcionariam um protótipo para a construção de um modelo civilizacional perfeito (Morales; Silva, 2019, p. 126). No século XIX esta percepção se agudiza a partir de um conceito de civilização conforme critérios europeus (Morales; Silva, 2019, p. 127).

Desde a segunda metade do século XX, sobretudo em suas décadas finais, e o século XXI, as discussões sobre o período se transformam por meio de abordagens e métodos como a História Global, os Usos do Passado, as interações mediterrânicas, as subalternidades, as relações étnico-raciais e a decolonialidade, que apontam para uma Antiguidade fruto de processos históricos anteriores que levaram a inovações e tecnologias resultantes destas interações sociais, migratórias, culturais e econômicas que as diversas comunidades deste período mantiveram entre si. Pensar a Antiguidade europeia como origem atende a um estereótipo que serviu ao imperialismo e ao colonialismo, e que deve ser adversado pelos estudos históricos. O manual parece se sustentar nesta visão estandardizada em vários pontos no que concerne às origens.

Debrucemo-nos na questão ideológica do manual. Parece óbvio que a intenção não é reforçar a ideia de uma supremacia europeia; entretanto, este acaba por avigorar estereótipos e contribuir para uma visão canônica do antigo europeu a partir do momento em que considera realizações, sobretudo de gregos e romanos, com o “berço”, como a origem de algo que existe até a contemporaneidade, como se devêssemos a estas sociedades nossa raiz sociocultural, como se recebêssemos passivamente uma

herança de comunidades que nos legaram avanços técnico-científicos e padrões culturais, em uma visão arbitrária da História.

Nesta pesquisa percebemos as especificidades de um manual didático voltado para a História Antiga, tendo como objeto as narrativas em torno da moradia e da saúde. Com o desafio de trabalhar diversos conhecimentos escolares em um currículo reduzido e as habilidades a serem priorizadas para esta modalidade de ensino, o manual didático da Editora Moderna contempla discussões chave sobre temas pertinentes ao alunado, sem se contentar em resumir conteúdos quando analisamos os debates sobre a Antiguidade.

Todavia, ainda prioriza uma narrativa de visão eurocêntrica e canônica, sem muitos esforços para a certificação do debate historiográfico mais atualizado. Retomando Circe Bittencourt (2004), compreendemos que este manual didático possui uma finalidade objetiva, a de trabalhar os diversos conhecimentos escolares de História para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos de uma maneira sintetizada, atendo-se a temáticas que dialogam parcialmente com estes. Exigência do próprio PNLD-EJA, o compêndio, em nossa fonte, foi pensado e executado dentro de critérios pedagógicos, aumentando o repertório dos sujeitos educandos, porém que propiciaram apenas em partes as diferentes visões, narrativas e o entendimento da pesquisa histórica que tem como base métodos e fontes de diversas tipologias.

Sabemos que um manual didático, como produto cultural e ideológico, sempre abarcará certos discursos e visões. A ideia é, abrangendo o mínimo possível de juízos de valor, perceber qual era o discurso da obra no que tange à História Antiga. O propósito não foi, de forma alguma, identificar erros e atribuir culpa nem a obra, nem a seus autores, pois não se trata de chegar com ideias solutas, mesmo porque não há, pois uma imbricada teia que relaciona produção, usos por docentes e alunos/as, más condições das escolas, ataques político-ideológicos, mídia e mercado fogem ao controle dos/as autores/as. Mas analisar, isto é fundamental.

Documentação literária

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Ministério da Casa Civil, 1996.

AOKI, V. (Ed.). **EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos – 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2013.

Referências bibliográficas

APP-SINDICATO. Em São Paulo, Feder abole livros impressos das escolas e abre mão de recursos federais, **App – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná**, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/em-sao-paulo-feder-abole-livros-impressos-das-escolas-e-abre-mao-de-recursos-federais/>. Acesso em: 16/08/2023.

BANDEIRA, D. **Materiais Didáticos**. Curitiba: IESDE, 2009.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOUZON, E. **O Código de Hammurabi: introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários: 10ª edição**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FÁVERO, O. Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 39-62, 2007.

FÁVERO, O. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: SOUZA, J. dos S.; SALES, S. R. **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: Nau Editora/EDUR, 2011, p. 29-49.

FAVERSANI, F. A pobreza no *Satyricon*, de Petronio. 1995. **Dissertação** (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FLORENZANO, M. B. B. **Nascer, Viver e Morrer na Grécia Antiga**. São Paulo: Atual, 1996.

G1-SP. Após decisão da Justiça, Secretaria de Educação de SP afirma que voltará a aderir ao PNLD, **G1 – O Portal de Notícias da Globo**, São Paulo, ano 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/16/apos-decisao-da-justica-secretaria-da-educacao-de-sp-afirma-que-voltara-a-aderir-ao-pnld.ghtml>. Acesso em: 22/08/2023.

GRIMAL, P. **A Vida em Roma na Antiguidade**. Sintra: Publicações Europa-América, 1995.

MORALES, F.; SILVA, U. G. da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 38, p. 125-150, 2020.

OLIVEIRA, I. F. de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, M. M. D. de; OLIVEIRA, A. F. B. de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EdUFRN, 2009, p. 11-19.

OKUMURA, R. Governador de SP afirma que material didático será impresso, além de ter versão digital, **Portal Terra**, São Paulo, ano 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governador-de-sp-afirma-que-material-didatico-sera-impresso-alem-de-ter-versao-digital/>. Acesso em: 18/08/2023.

REBOLLO, R. A. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 04, n. 01, p. 45-82, 2006.

REDE, M. **Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SALLES A. M. Livros Didáticos, Práticas Pedagógicas e Professores de História. In: SQUINELO, A. P. (Org.). **Livro Didático e Paradidático de História em Tempos de Crise e Enfrentamento: sujeitos, imagens e leituras**. Campo Grande: Life: 2020, p. 85-113.

SANTOS, P. dos; LAFFIN, M. H. L. F.; HARACEMIV, S. M. C. As percepções sobre os sujeitos da EJA e os materiais didáticos utilizados na mediação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos. **Educação**, Santa Maria v. 46, p. 01-24, 2021.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2018.

**O CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA NA ANÁLISE
DA MORFOLOGIA URBANA NA LONGA DURAÇÃO.
A METODOLOGIA DE ESTUDO DO SISTEMA
VIÁRIO DE *BRACARA AUGUSTA* (BRAGA,
PORTUGAL)**

Letícia Ruela
Maria do Carmo Ribeiro
Fernanda Magalhães

Introdução

A análise da cidade histórica é fundamental para a compreensão das transformações sociais ao longo do tempo. Ao analisar a evolução dos espaços urbanos podemos avaliar a complexidade das sociedades que os habitaram, entender as grandes alterações que conheceram, mas também compreender outros aspetos da vida cidadina, como detalhes acerca do seu quotidiano, na estreita relação que se estabelece entre os vários componentes urbanos, que se entrelaçam para formalizar o tecido urbano que caracterizou as diferentes formas urbanas até aos dias de hoje.

No caso da cidade de Braga, o estudo da evolução urbana desde a sua fundação no século I a.C. até à atualidade tem sido possível graças ao desenvolvimento de vários projetos de investigação, desenvolvidos, de modo particular, no âmbito do projeto de Arqueologia Urbana da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Referimo-nos, em concreto, ao Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, iniciado há quase 50 anos, no âmbito do qual tem sido possível recuperar um vasto conjunto de vestígios e dados arqueológicos recolhidos em diversas intervenções realizadas na cidade e na sua periferia imediata (Lemos, 1996; Martins, 2004; Martins; Fontes, 2010).

Simultaneamente, em conjunto com os dados arqueológicos tem sido valorizada a utilização de fontes históricas como textos e documentos administrativos, produzidos no

âmbito da esfera religiosa, bem como plantas e iconografias antigas, como o Mapa de Braunio, datado de 1594, e reconhecido como a representação iconográfica mais antiga da cidade de Braga. Assim, tem sido aplicada uma metodologia baseada numa ampla recolha e análise de diferentes tipos de fontes e alicerçada na utilização de uma metodologia regressiva, ou seja, que procura a partir dos modelos mais recentes encontrar os elementos mais antigos fossilizados na paisagem e/ou na forma urbana. Deste modo, a informação resultante de uma extensa investigação tem permitido analisar o desenvolvimento urbano da cidade fundada por Augusto no século I a.C., até à atualidade, possibilitando uma interpretação mais aprofundada das transformações ocorridas desde o urbanismo bracaraugustano até à atualidade (Ribeiro, 2008; Martins; Ribeiro, 2013).

Também, paralelamente à interpretação das grandes etapas de desenvolvimento da cidade de Braga, têm sido realizados estudos sectoriais, centrados em alguns aspetos concretos da morfologia urbana, como o sistema viário (Ruela, 2024).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, alicerçado na metodologia já utilizada para Braga, é dar a conhecer os resultados da sua aplicabilidade no estudo das estruturas de comunicação existentes desde a fundação de Braga, na época romana, até finais da Antiguidade Tardia, procurando evidenciar os mais recentes dados arqueológicos, recuperados no âmbito do já referido projeto de Arqueologia Urbana.

Neste contexto, procura-se evidenciar a estrutura do plano urbano romano, nomeadamente os eixos ortogonais que o caracterizam e a hierarquização viária existente durante a ocupação romana, mas também as sucessivas alterações que conheceu originadas pela construção de uma poderosa muralha nos finais do século III/inícios do século IV e a mudança ocorrida com o aparecimento de novas centralidades resultantes da progressiva cristianização da paisagem urbana, e que introduzem novas problemáticas ao estudo da evolução urbana.

De facto, para entender e interpretar os processos históricos de uma cidade como Braga, é necessário compreender

e relacionar a forma urbana com as diferentes vivências e necessidades políticas, religiosas e socioeconómicas, sendo certo que a morfologia de uma cidade histórica constitui, também, um reflexo desses processos.

A forma e a cidade

A dificuldade em determinar um conceito único para definir cidade repercute a diversidade das formas, sociabilidades, poderes políticos e económicos que moldaram as paisagens urbanas ao longo dos séculos. Essas problemáticas tornam-se evidentes, desde logo, pela diversidade de conceitos associados à definição de cidade, sobre a qual se debruçaram desde figuras clássicas, até reflexões filosóficas e tratados mais técnicos que abordaram, inclusive, os processos construtivos, como a obra do arquiteto romano Vitruvius ou de Alberti, escrita no século XV (Chueca Goitia, 2010). Na verdade, uma das explicações resulta precisamente da sua vinculação aos processos históricos e geográficos específicos de cada sociedade (Ribeiro, 2008). Por isso, a compreensão das transformações sociais perpassa pelo estudo das cidades históricas e do seu plano urbano, pois possibilita o levantamento de questões a cerca do seu passado e da sua evolução. Neste sentido, as cidades históricas, e os seus componentes urbanos, como as ruas, um importante componente do plano urbano, devem ser compreendidas como factos e artefactos históricos (Martins; Ribeiro, 2009/2010). Ainda assim, a cidade histórica pode passar por uma complexa trajetória de transformações, com avanços e retrocessos morfológicos, resultantes de diversos fatores que se sobrepõem, formando uma forma urbana que apresenta diferentes traços característicos dos distintos períodos em que se desenvolveu, refletindo a multiplicidade dos conceitos de cidade. Estas complexas dinâmicas exigem uma abordagem multidisciplinar, envolvendo conceitos provenientes de áreas como Urbanismo, Arquitetura, Geografia, Sociologia, História e Arqueologia (Ribeiro, 2008).

Se na cidade grega, a diferenciação entre a área sagrada (Acrópole) e o centro onde se desenvolviam as atividades sociais, políticas e comerciais, a praça pública (Ágora) era evidente (Morris, 1992), a formalização dos ideais urbanos gregos, compostos por um traçado ortogonal com ruas retas e regulares, essencial para a organização funcional da cidade, teve com Hipódamo de Mileto o seu principal expoente, difundindo a racionalização do plano urbano (Capel, 2002). Por sua vez, a cidade romana integrou determinados princípios urbanísticos gregos e, apesar da forte influência visível no traçado ortogonal das ruas e no estilo arquitetônico, no aspeto construtivo e funcional, a imponência e ornamentação serão superadas a partir de uma metodização construtiva e universalização, transformando o conceito de cidade. Estruturalmente a cidade romana organizava-se a partir de uma monumentalidade aliada à funcionalidade, com uma estratégia de organização construtiva que atendia tanto às necessidades da população quanto vinculava os seus elementos como meio de propaganda imperialista (Mumford, 2004). Estes processos são visíveis mesmo em regiões tardiamente integradas no Império, com a implantação de novas cidades, organizadas a partir de uma traça ortogonal, com ruas perpendiculares que confluíam para o *forum*, espaço central. Espaços de sociabilidades e vivência urbana, como teatros, anfiteatros e termas, desempenhavam um papel crucial nas dinâmicas urbanas, funcionando como local de interação e demonstração pública do poder imperial e local. De maneira semelhante, as infraestruturas de drenagem e abastecimento de águas, e o próprio sistema de pavimentação das ruas, contribuíam para uma linguagem urbana uniforme (Capel, 2002; Mumford, 2004).

Com a crescente cristianização do império romano, fomentada pela conversão de Constantino nos inícios do século IV, regista-se um processo de materialização da simbologia cristã nas cidades romanas, que se traduz numa remodelação dos locais de cultos ligados às religiões greco-romanas e no surgimento de edifícios destinados ao culto cristão. Este processo impactou na

ordenação e entendimento da cidade a partir de uma movimentação em torno do apoderamento da paisagem urbana pela religião cristã, associada tanto à construção de igrejas, deslocando a centralidade das cidades, quanto ao surgimento do culto aos mártires, que acabam por incidir num processo de deslocamento populacional (Silva, 2010).

Na Antiguidade Tardia, a configuração urbana das cidades europeias começa a alterar-se, incluindo as suas vias de comunicação, assistindo-se, de maneira geral, a uma diminuição populacional e a uma retração das atividades urbanas, o que provocou a redução da área das cidades, e por vezes o seu desaparecimento completo. O poder passou a estar centralizado na Igreja, com as catedrais exercendo um poder de convergência para a população, que passa a se concentrar ao seu em torno (Mumford, 2004; Ribeiro, 2008). Contudo, este cenário pode ser divergente em determinados territórios, como alguns dados permitem perceber em determinadas cidades uma continuidade da prosperidade económica em determinados centros urbanos, das quais podemos diferenciar *Bracara Augusta* (Mendes, 2010).

A rua como fonte de investigação

Como um produto da sociedade, a morfologia urbana da cidade histórica compreende o resultado do seu percurso e das suas transformações, refletindo estruturalmente as dinâmicas do seu tempo, sendo assim o seu estudo parte essencial para perceber as características e os aspetos mais relevantes do contexto social e dos mecanismos urbanos que contribuíram para a sua formação (Capel, 2002). Dentre os elementos que estruturam as cidades podemos distinguir, no âmbito da morfologia urbana, as parcelas, os quarteirões, os edifícios, as praças e, o nosso objeto de estudo, as ruas. Em conjunto esses elementos formam o plano urbano, no qual as ruas desempenham um papel ativo nas transformações das cidades, como eixos de comunicação e circulação tanto de pessoas, como ideais políticos, culturais e materiais (Ribeiro, 2008)

As ruas desempenham um papel elementar e funcional no plano urbano, influenciando a sua forma e o desenvolvimento da sua estrutura, sendo de suma importância para a vida urbana, condicionando os quarteirões e as suas parcelas, que se organizam segundo o cruzamento dos eixos viários, impactando diretamente nos espaços construídos e no uso dos solos (Capel, 2002). Ademais, as estruturas de comunicação, sendo meio de mobilidade e de expressão das dinâmicas políticas e sociais urbanas, podem possuir distintas origens e constituir eixos de importância diferenciada, podendo ser utilizados ao longo de extensos períodos históricos. Por vezes, artérias simples convertem-se progressivamente em ruas de maior relevância ou ao contrário, como aconteceu com determinados eixos viários romanos nas cidades medievais, influenciando a comunicação entre o centro e a periferia, demonstrando a estreita relação existente entre caminho e cidade (Capel, 2002; Ribeiro, 2008).

Na realidade, enquanto os edifícios tendem a ser alterados com maior facilidade, os traçados viários podem permanecer preservados por longos períodos, justificando a análise do sistema viário numa cronologia mais ampla, o que permite identificar as influências dos eixos de comunicação antigos nas cidades modernas, reafirmando a importância das ruas como elementos centrais no estudo e compreensão da morfologia urbana (Capel, 2002).

A rua na cidade romana constituiu-se como um importante elemento de ligação entre os vários componentes do seu plano urbano, nomeadamente as *insulae* e os edifícios. Contudo, para além da sua expressão física, as ruas possuem também uma dimensão estética, relacionada com a imagem criada pelos pórticos ao longo dos eixos principais, interrompidos por monumentos de grande magnitude, empreendendo um fator de harmonia e representação da romanidade (Pelletier, 1982). A hierarquização viária representa ainda as dinâmicas urbanísticas das cidades romanas, como evidenciado nas cidades de fundação *ex novo*, constituídas por dois eixos viários perpendiculares principais, *cardo* e *decumanus maximus*, seguidos de ruas de

dimensões inferiores que seguiam o mesmo alinhamento, *kardo* e *decumanus menores* (Panerai, 2006). Da mesma forma, a pavimentação das ruas e a implantação de infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais também surgem como exemplos de hierarquização viária. As ruas principais eram normalmente pavimentadas, ladeadas por passeios e pórticos, sob as quais corriam as cloacas e os esgotos, enquanto as ruas secundárias permaneciam em terra batida (Pelletier, 1982; Ribeiro, 2008).

Enquadramento histórico e geográfico de *Bracara Augusta*

A cidade de Braga localiza-se na região do Entre Douro e Minho, um território de grande importância geoestratégica desde a proto-história, desempenhando um papel relevante como centro religioso, político e económico, cujo povoamento indica uma forte influência mediterrânica, antes mesmo da integração ao império romano, como evidenciado pelo desenvolvimento de grandes povoados tipo *oppida*, tendo alguns deles permanecido ocupados até ao século I da nossa era (Lemos, 1999; Cruz, 2015). Situada num território mais aplanado, de baixa altitude, a sua localização beneficia também de um fácil acesso a recursos como pedra, argila, madeira, solos férteis e água, tendo em conta que Braga se encontra entre as bacias dos rios Cávado, a norte, e Ave a sul, conjugando um amplo domínio visual da paisagem circundante (Martins *et al.*, 2012; 2017).



Figura 1. Distribuição administrativa da Hispânia com os limites provinciais e conventuais ©(Martins et al., 2018).

De modo a organizar o noroeste da Península Ibérica com o fim das guerras cantábricas entre 29 e 19 a.C., foram inaugurados instrumentos que permitiram uma maior articulação entre a capital do Império e as necessidades locais, designadamente os *conventus iuridici*, cuja implantação foi realizada ainda no período augustano (Martins, 2009). Assim, se compreende o contexto da fundação de *Bracara Augusta*, entre 16 e 13 a.C., capital do *conventus bracaraugusanus*. A implantação da urbe, diretamente relacionada com o povoamento e a rede de comunicações pré-existent, bem como a topografia favorável, foram elementos determinantes para a escolha deste local (Martins, 2009; Martins *et al.*, 2018). Este contexto justificava o estatuto desta cidade, dotada de elementos arquitetónicos aproximados aos padrões imperiais e inserida numa rede viária principal, que possibilitava a comunicação com outros importantes centros urbanos hispânicos, nomeadamente as cinco vias imperiais, XVI, XVII, XVIII, XIX e a via *per loca* marítima,

contribuindo para o seu dinamismo económico e urbano (Carvalho, 2008).

De maneira geral, o processo fundacional seguiria um conjunto de ritos, como a consulta aos auspícios, a orientação (*orientatio*), a delimitação (*delimitatio*) e a consagração (*consacratio*), cuja origem remonta à cultura etrusca. Estes ritos fundacionais seriam então determinantes para a definição do traçado e a orientação da cidade a ser implantada, reforçando a existência de um projeto urbanístico modular. Para *Bracara Augusta*, a orientação N/NO e S/SE, articulava-se com o cadastro rural, estruturação que antecedia a fundação de uma cidade *ex novo* (Carvalho, 2009; Martins *et al.*, 2012; 2017). Assim, terá sido definido o planeamento do espaço onde se projetou a malha urbana, com a definição das fronteiras entre o *ager* e o interior sacralizado do centro urbano, bem como se inscreveram jurídica e religiosamente os espaços, os seus *limites* e as suas funções a partir de um programa adaptado ao território e às características sociais e económicas da população, o que pressupõe que a conformação urbana poderia estar relacionada com uma projeção idealizada em colaboração com o corpo civil (Martins *et al.*, 2018).

Com grande probabilidade, a cidade já estaria ocupada em finais do século I a.C., com um povoamento de origem civil, como evidenciam os registos arqueológicos e epigráficos (Martins; Carvalho, 2016). A sua urbanização precoce começa a ter contornos de um programa construtivo de monumentalização durante o período flávio-antonino, com a construção de grandes edifícios, como o teatro, o antiteatro e termas públicas, de forma a atingir uma ocupação bastante significativa em meados do século II, período marcado pela presença da casa itálica clássica (*domus*) de *atrium* e *peristilo*, com banhos privados, e envolvida por pórticos, que dariam acesso às *tabernae* e possibilitavam a circulação dos pedestres (Magalhães, 2019; Magalhães *et al.*, 2015; Martins; Fontes, 2010; Martins *et al.*, 2012; 2017).

A configuração urbanística de *Bracara Augusta* sofreu algumas alterações entre finais do século III e inícios do IV, registada na remodelação de edifícios públicos e privados, a

partir da introdução de elementos de maior requinte (Magalhães, 2019). Promovida a capital da província da *Gallaecia* por Diocleciano, o núcleo urbano foi encerrado no interior de uma grande estrutura defensiva, cujas saídas eram delimitadas apenas por algumas portas, relacionadas com as principais vias regionais (Lemos *et al.*, 2002; Ribeiro, 2008). Para além das alterações diretamente relacionadas com construção da muralha, ao nível dos grandes edifícios públicos verificam-se significativas mudanças, advindas da adoção cada vez mais acentuada do Cristianismo, como o desmantelamento dos espaços associados ao ócio e ao entretenimento, característicos da cidade clássica, que foram perdendo sentido à medida que as novas centralidades acrescidas da cristianização do Ocidente se enraizavam na sociedade urbana (Fontes *et al.*, 2010; Martins *et al.*, 2012). Estes processos culminaram na redefinição das centralidades da cidade de Braga, associada à sua elevação a sede episcopal, sendo assim possível associar a cristianização de *Bracara Augusta* com as sucessivas transformações da topografia urbana (Martins *et al.*, 2015).

Metodologia e fontes para o estudo do sistema viário bracaraugustano

O estudo das ruas de *Bracara Augusta* foi organizado de forma a analisar e conjugar as distintas fontes documentais disponíveis para Braga, de modo a melhor compreender as transformações ocorridas no seu urbanismo na longa diacronia, tendo em vista que estes dados se constituem como testemunhos desses processos. Para isso, utilizaram-se os dados arqueológicos, cartográficos, iconográficos e escritos produzidos no âmbito das diferentes vivências da cidade de Braga, alinhados com os estudos realizados nas últimas décadas, como as publicações referentes à leitura da evolução da paisagem urbana em uma macroescala (Ribeiro, 2008), ou, ainda, a análise realizada acerca da arquitetura doméstica urbana de *Bracara Augusta*, fornecendo um panorama da cidade romana e da utilização de espaços públicos (Magalhães,

2019), bem como as publicações referentes à malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017).

Nesta análise, a Arqueologia Urbana desempenhou um papel central, fornecendo um conjunto variado de dados produzidos a partir das escavações desenvolvidas na cidade nos últimos 48 anos, no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*. Apesar dessas intervenções permitirem a interpretação de uma série de características do urbanismo e arquitetura de Braga, desde a sua fundação até às grandes transformações dos séculos XIX e XX, é importante reconhecer as suas limitações, pois as investigações arqueológicas estão limitadas pelos constrangimentos característicos da arqueologia praticada em meio urbano, com áreas intervencionadas de forma descontínua, reutilização de materiais romanos em construções de períodos subsequentes, destruições ocasionadas pela urbanização moderna e, por último, o grande volume de dados produzidos (Ruela, 2023).

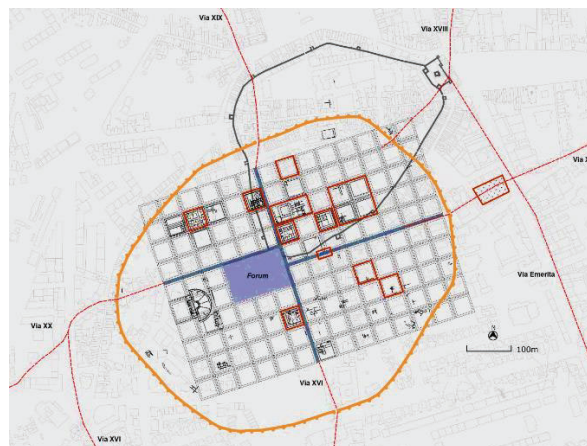


Figura 2. Sobreposição da planta romana sobre a definição do perímetro baixo medieval, com a identificação das intervenções arqueológicas analisadas, adaptada por Ribeiro (2008).

Dentre as fontes arqueológicas consultadas, foram utilizados os registos da base de dados da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (2ArchIS), assim como os elementos

que ainda fazem parte da malha urbana atual, conectando o passado arqueológico com a cidade contemporânea. De forma a organizar estes dados, optou-se por seguir a metodologia utilizada nas investigações anteriores, nomeadamente a proposta da malha urbana fundacional (Martins *et al.*, 2017), modelo onde estão identificadas as intervenções e os vestígios relevantes para esta investigação, nomeadamente as ruas, os limites dos pórticos, sistemas de saneamento e esquinas de quarteirões, no qual foram introduzidos os novos dados. Por outro lado, a utilização de diferentes tipos de dados, incluindo para além dos vestígios arqueológicos, as fontes escritas, cartográficas e iconográficas, demonstra-se essencial para o estudo dos processos de transformação urbana, visto que estas formalizam o resultado das transformações ocorridas na cidade em uma longa diacronia (Martins; Ribeiro, 2013).



Figura 3. Fragmento do Mapa das Ruas de Braga, século XVIII ©UAUM

Na realidade, com o avançar da Idade Moderna verifica-se um aumento do número e do tipo de fontes produzidos para Braga, incluindo iconografias como o já referido Mapa de Braunio, de 1594, com o título *Bracarum Anguste descriptio*, de Georg Braun, que constitui a primeira ilustração do espaço urbano, representando uma imagem geral do urbanismo bracarense no século XVI. Destaque-se, também, o *Mapa das Ruas de Braga* (MRB), elaborado em 1750 com o intuito de inventariar as propriedades urbanas eclesiásticas que o cabido possuía na cidade e o *Mapa da Cidade de Braga Primas*, elaborado pelo arquiteto bracarense André Soares, que projeta tridimensionalmente a forma urbana, ao estilo barroco (Ribeiro, 2008; Ribeiro *et al.*, 2018; Martins; Ribeiro, 2013; Bandeira, 2000).

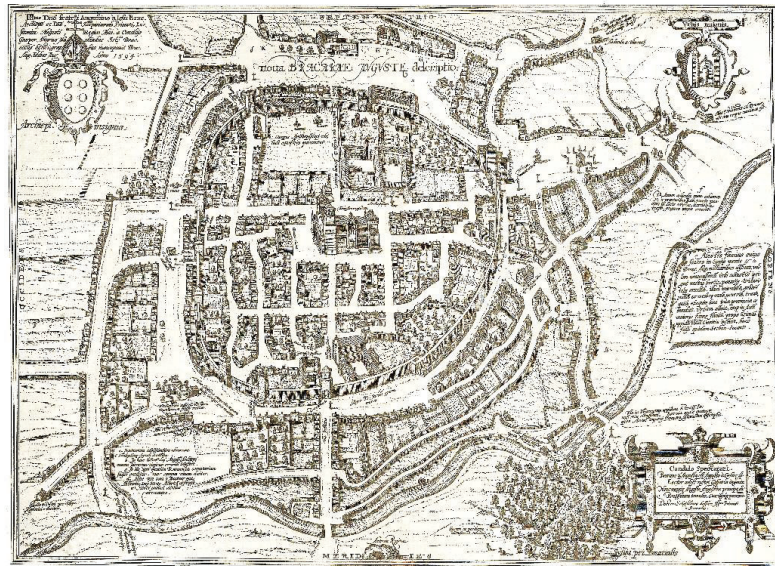


Figura 4. Bracarar Avgvste descriptio, por Georg Braun, 1594 ©UAUM

Temos, ainda, as fontes cartográficas oitocentistas, nomeadamente o mapa de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, à escala, 1:4000, que representa a massa construída do plano urbano antes das grandes intervenções realizadas em finais do século XIX ou o levantamento topográfico elaborado por Francisco Goullard, em 1883-1884, à escala de 1:500, um registo rigoroso e detalhado da cidade (Ribeiro *et al.*, 2018). A análise cruzada das distintas representações produzidas em diferentes fases de desenvolvimento da cidade permite a reconstituição da evolução do sistema viário, das principais estruturas urbanas e a identificação dos processos de reconfiguração do espaço urbano, reforçando a importância de uma abordagem interdisciplinar na investigação da história urbana de Braga. Um exemplo claro da utilização de representações de marcadores topográficos romanos pode ser observado no Mapa de Braunio (1594), que referencia na sua representação o antigo *forum* romano, um dos principais

centros de vida política, social e religiosa da *Bracara Augusta*, ou ainda a permanência de parte dos alinhamentos de alguns arruamentos romanos na cartografia medieval, moderna e contemporânea (Ribeiro; Martins, 2016).



Figura 5. Mapa da Cidade de Braga Primas, por André Ribeiro Soares da Silva, século XVIII, a escala de 1:2000 ©UAUM

Por fim, apesar da dificuldade em utilizar as fontes escritas para elaborar um estudo morfológico de uma cidade, a sua relevância verifica-se, nomeadamente, como indicadores de referência e o seu cruzamento com outras tipologias de fontes permite confirmar ou abrir novas perspetivas interpretativas (Ribeiro, 2008; Ribeiro *et al.*, 2018). Por exemplo, as fontes escritas oferecem por vezes informações acerca de estruturas ou espaços da cidade romana que previveram no espaço urbano e/ou foram sucessivamente reutilizadas, nomeadamente nos períodos medievais e modernos. Com as devidas ressalvas, é possível ocasionalmente perceber que alguns equipamentos urbanos de cronologia alto e baixo imperial teriam ainda relevância na cidade alto medieval, como por exemplo se verificava com o perímetro

norte da muralha baixo imperial, reutilizado até ao século XIII (Fontes et al., 1997/1998). Em concreto, o estudo da evolução urbana beneficia de diferentes tipologias de fontes escritas, de modo particular, das produzidas pela instituição capitular, disponíveis no Arquivo Distrital de Braga, que têm sido utilizadas em outros trabalhos sobre a cidade (Ribeiro, 2008; Martins; Ribeiro, 2013).

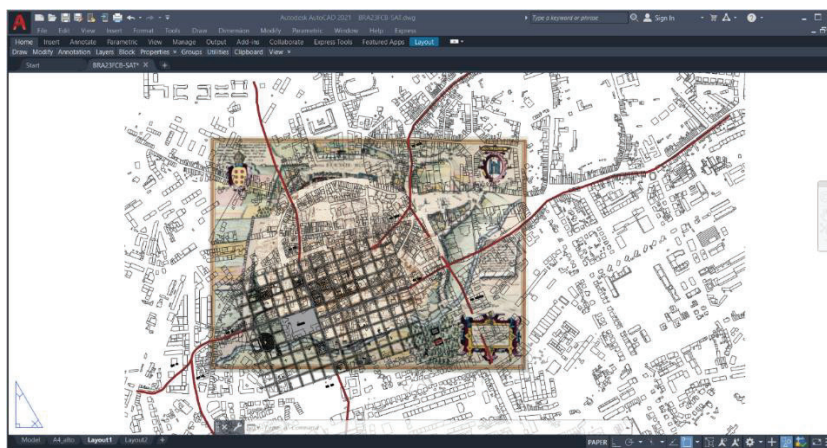


Figura 6. Layout de trabalho de imagens vetoriais em AutoCAD

Do ponto de vista metodológico, a análise do sistema viário romano desenvolvida beneficiou dos conhecimentos já produzidos para Braga, assim como dos métodos e ferramentas que tem vindo a ser aplicados em trabalhos anteriores. Graças ao cruzamento dos diferentes tipos de fontes disponíveis para Braga, combinado uma metodologia que, a partir do registo das evidências arqueológicas, incorporou os dados de natureza cartográfica, com base numa abordagem regressiva, foi possível valorizar as continuidades e descontinuidades morfológicas. Esta abordagem partiu da cartografia e levantamentos topográficos mais recentes, nos quais foram sobrepostos os elementos mais antigos, permitindo a compreensão dos processos ocorridos nos diferentes momentos de ocupação da cidade. Para tal os dados são

processados e analisados no seu conjunto a partir da utilização de software específico, nomeadamente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). No caso concreto, a nossa análise utilizou o Sistema de Informação de Braga, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Importa destacar igualmente a utilização de software de desenho arqueológico para o tratamento, manipulação e produção de imagens vetoriais (AutoCAD). Desta forma, é possível representar e caracterizar as alterações ocorridas nos elementos estruturantes do espaço urbano, nomeadamente no sistema viário e contribuir para a reconstituição planimétrica de *Bracara Augusta* (Ruela, 2023).

As ruas de *Bracara Augusta*: os dados

O sistema viário da cidade romana fundada por Augusto, no século I a.C., era composto por um conjunto de ruas regulares, dispostas perpendicularmente, conformando uma planta retangular, com quarteirões quadrados com cerca de 120 pés de lado. A projeção destes eixos, com aproximadamente 12 pés de largura (cerca de 3.60m) para os eixos secundários e 24 pés (7.24m) para os arruamentos principais, terá sido realizada ainda num contexto fundacional, a partir da implantação de silhares que formalizavam os limites dos quarteirões, orientados no sentido N/NO e S/SE, como testemunham os elementos identificados *in situ* na ‘Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’, mas também reaproveitados em reformas posteriores, ou mesmo a partir dos negativos das suas valas de saque (Martins *et al.*, 2017; Magalhães, 2019).



Figura 7. Silhares relacionados com a definição do limite dos quarteirões, Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital ©UAUM

Na realidade, os trabalhos arqueológicos realizados na cidade de Braga têm possibilitado exumar um conjunto de estruturas que, paulatinamente, têm permitido a definição da malha da cidade romana. Entre estas intervenções destaca-se a ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’, onde foram identificados os arruamentos que delimitavam uma unidade habitacional, única *domus* de átrio e peristilo escavada na totalidade em território bracaraugustano, permitindo inclusive a definição da dimensão dos quarteirões e de suas áreas porticadas (Magalhães, 2019). As investigações das últimas décadas permitiram perceber que o sistema viário de *Bracara Augusta* contemplava uma série de arruamentos, os *kardines* e os *decumani*, que seguiam uma orientação e dimensionamento muito próximos do modelo teórico (Martins *et al.*, 2017; Magalhães, 2019).



Figura 8. Núcleo de ruínas da Zona Arqueológica das Carvalheiras ©UAUM

A complementar os dados acerca da morfologia urbana de *Bracara Augusta* foram aos poucos identificados diferentes elementos que permitiram confirmar o modelo teórico proposto, bem como adicionar novos dados. Assim, de acordo com a última proposta de restituição da planta de Bracara Augusta (Martins *et al.*, 2017) foram enumerados pelo menos oito desses vestígios identificados na área a norte do *forum* romano (D2, D3, D4, D5, K13, K12, K9, K7), para além dos já referidos arruamentos da Zona Arqueológica das Carvalheiras, como os eixos que delimitavam o quarteirão identificado nas zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168, do Ex Albergue Distrital, da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 e do Seminário de Santiago. Os eixos viários registados a norte do *forum* encontravam-se no alinhamento proposto para a malha urbana fundacional, estando parte dos elementos reconhecidos em bom estado de conservação, com a manutenção de partes de lajeados de repavimentações posteriores ao século I. Outros, foram delimitados a partir de estruturas como os silhares que definiriam

os limites dos quarteirões, ou a partir dos alinhamentos dos edificad os alto e baixo imperiais (Martins, 1997/98; Martins *et al.*, 2017; Ruela, 2023).



Figura 9. Registo do lajeado do kardo maximus (UE085) ©UAUM

No entanto, no quadrante sul os vestígios identificados são mais escassos, mas nem por isso menos importantes. A sul do *forum* foi possível diferenciar três arruamentos romanos, D7, K6 e ainda um troço que seguiria o alinhamento do *kardo* K9, identificados respetivamente nas zonas arqueológicas da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31' e das Antigas Cavalariças. Assim, a interpretação referente a esse quadrante segue de maneira paralela ao setor setentrional, ou seja, os eixos viários situados a sul do plano urbano seguiriam as projeções e alinhamentos das ruas registadas em outros setores da cidade (Fernandes, 2018; Fernandes; Martins, 2021).

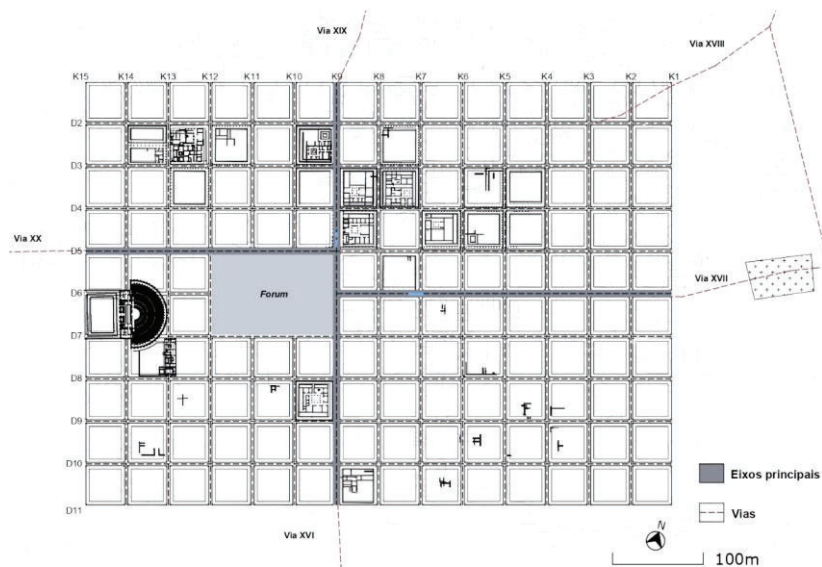


Figura 10 Planta de Bracara Augusta no Alto Império, com a marcação do kardo maximus e decumanus maximus adaptada de Martins *et al.* (2017).

Efetivamente, a linearidade das ruas identificadas para *Bracara Augusta* permite conformar uma planta retangular, organizada em ruas perpendiculares que formalizavam quarteirões quadrados. Também, paulatinamente, as intervenções arqueológicas realizadas em Braga permitiram identificar elementos que remetem para a hierarquização viária, organizada em *kardines* e *decumani maximi*, que desembocavam no *forum* (Martins *et al.*, 2017). Estas ruas, com larguras superiores aos restantes arruamentos da cidade, foram identificadas a partir tanto dos elementos que estruturavam o caminho quanto pelos vestígios do grande sistema de drenagem urbana, construído certamente ainda no período júlio-cláudio. Referimo-nos, em concreto, às duas cloacas registadas, uma na Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital e na ‘Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26’ e outra na ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20’ (Lemos; Leite, 2000; Fontes *et al.*, 2020; Magalhães, 2019).

Correspondendo a um dos principais eixos de comunicação das cidades romanas, o *kardo maximus* de *Bracara Augusta*, identificado como K9, faria a ligação entre o *forum* e duas importantes vias suburbanas, as vias XVI e XIX. Foi possível ainda reconhecer o seu alinhamento, que cortava a cidade no sentido N/S, com uma largura aproximada de 24 pés (cerca de 7.24m), a partir da identificação de elementos que estruturavam o caminho bem como o grande aparelho de drenagem a ele associado, que seguia sob toda a via, nas zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168, do Ex Albergue Distrital e das Antigas Cavalariças (Martins *et al.*, 2017; Magalhães, 2019).

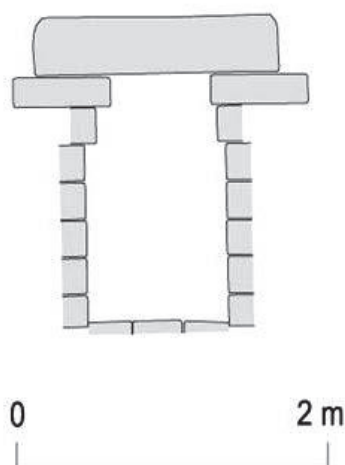


Figura 11. Pormenor da secção da cloaca maxima identificada na Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital @Magalhães, 2019

Por outro lado, o *decumanus maximus* é ainda pouco conhecido, sabe-se que se desenvolveria no sentido E/O, comunicando o centro da cidade romana com a Via XVII, responsável pela ligação a este entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, passando por *Aquae Flaviae*, e outros dois importantes

caminhos a oeste, a via *per loca maritima* (Via XX) e um eixo que orientava para sul, ligando-se à Via XVI, seguindo para *Cale* e de seguida *Olisipo* (Carvalho, 2008; Ribeiro; Martins, 2016; Martins *et al.*, 2017b). Atualmente, as interpretações remetem para um *decumanus maximus* que se desenvolvia a nascente do *forum*, nomeadamente pelo *decumanus* D6, identificado a partir da cloaca máxima verificada na ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20’, e a poente pelo *decumanus* D5, com seu alinhamento em parte preservado na atual rua de S. Sebastião (Carvalho, 2008; Ribeiro; Martins, 2016; Martins *et al.*, 2017; Lemos; Leite, 2000; Fontes *et al.*, 2020).



Figura 12. Troço da cloaca romana identificado ao longo da intervenção arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20 ©UAUM

A construção da muralha baixo imperial, implantada entre finais do século III e inícios do IV, teve um impacto profundo na configuração urbana da cidade, alterando a sua forma e a relação entre centro urbano e periferia imediata. Se anteriormente a cidade possuiria uma paisagem regular, com formas perpendiculares, a muralha dotou-a de uma forma elíptica, que reorganizou o espaço intramuros, ocasionando o corte de algumas construções situadas no limite do plano urbano, bem como o fecho de determinados eixos de comunicação (Ribeiro, 2008). Essa reorganização

impactou o crescimento da periferia imediata e resultou também numa hierarquização de certos eixos viários intramuros, que, com o tempo, foram progressivamente ocupados por novas construções, principalmente durante a Antiguidade Tardia (Ribeiro; Fontes, 2015). Este processo foi acentuado com as transformações medievais, que resultaram em arruamentos orgânicos e irregulares, fruto de um crescimento espontâneo, da contínua desarticulação de grande parte da antiga cidade romana e do enclausuramento da cidade em uma área diminuta circundada por uma cerca (Martins; Ribeiro, 2013; Martins *et al.*, 2016). Ainda, assim, alguns eixos viários romanos irão manter a sua regularidade até ao século XIX, como é o caso da Rua Verde, momento em que no centro histórico se inicia um substantivo processo de modernização através da regularização e alargamento de arruamentos, que conservavam ainda a sua matriz medieval.

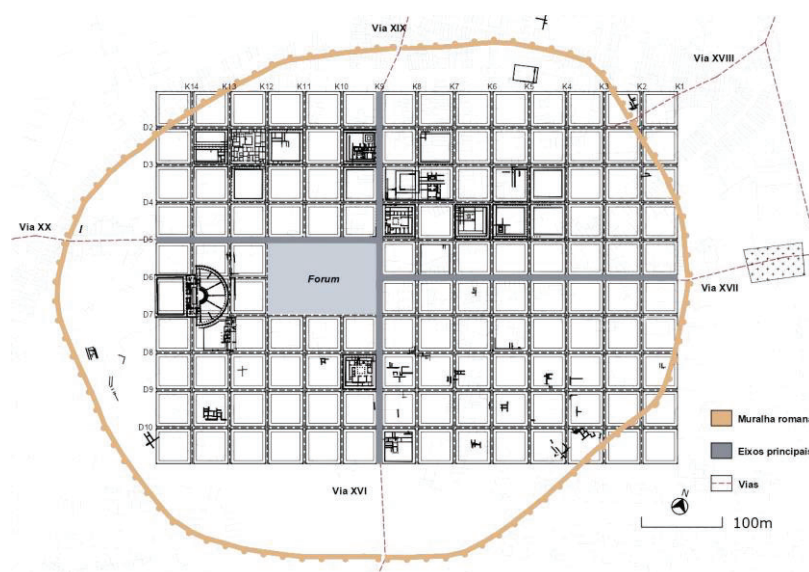


Figura 13. Transformações topográficas com a introdução da muralha baixo imperial adaptado de Ribeiro (2008) e Martins *et al.* (2017).

Considerações finais

Ao longo deste texto procurámos destacar a relevância da Arqueologia Urbana no estudo da morfologia urbana das cidades históricas, mas também a pertinência da utilização de uma metodologia multidisciplinar. A partir do caso de estudo de Braga, nomeadamente do sistema viário de Bracara Augusta, evidenciamos a importância em abordar a cidade como o resultado da sua longa ocupação, o contínuo processo de construção, reconstrução, avanços e recuos que conheceu, assim como a cidade histórica como reflexo das modificações que conheceu ao longo do tempo, ponto de partida essencial para contextualizar e interpretar as mudanças estruturais e funcionais que ocorrem em diferentes momentos históricos. De igual modo, o papel da Arqueologia é essencial para se compreender o fenómeno urbano na sua longa duração, possibilitando recuperar e interpretar as formas urbanas que se encontram sobrepostas, característica frequente das cidades históricas, onde formas e arquiteturas pretéritas podem estar camufladas, integradas ou terem sido recicladas nos processos urbanos posteriores. Por fim, a contribuição da conjugação das fontes escritas, cartográficas e iconográficas para uma análise mais profunda, tanto por se identificarem em alguns momentos como a única informação disponível, como também por complementarem outras fontes.

Por fim, destacar a necessidade de abordar o estudo da morfologia urbana em diferentes escalas. Na realidade, a identificação e caracterização dos elementos que compõem o plano de uma cidade, analisando as suas formas, contornos, distribuição espacial e as relações que esses elementos estabelecem entre si, é essencial para compreender a cidade do ponto de vista sincrónico e diacrónico. A partir da conjugação dos diferentes elementos que compõem o plano urbano procura-se entender sua origem, formação e organização, para além de possibilitar a análise da sua configuração com o meio que a envolve e onde se formou (Ribeiro, 2008). Porém, para que tal seja possível, é por vezes necessário realizar análises mais detalhadas, a uma escala micro,

ou média centradas em alguns dos componentes da forma urbana. A rua, enquanto elemento essencial da malha urbana, constitui mais do que um meio de circulação, refletindo os ideais políticos, religiosos e culturais de cada época. Relativamente a Braga, a evolução das suas ruas demonstra como o espaço urbano foi adaptado às diferentes influências e necessidades ao longo dos séculos, desde a racionalidade e o planeamento hierárquico da *Bracara Augusta*, fundada *ex novo* por Augusto, às mudanças de centralidade ocasionadas pelo cristianismo, até às influências do urbanismo moderno e barroco.

Bibliografia

BANDEIRA, M. D. **Diogo de Sousa, o urbanista**. Leituras e texturas de uma cidade refundada. Bracara Augusta: Câmara Municipal de Braga, 2000.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades: I**. sociedad, cultura y paisaje urbano. Ediciones del Serbal, 2002.

CARVALHO, H. O povoamento romano na fachada ocidental do Coventus Bracarensis. **Tese** (Doutorado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2008.

CHUECA GOITIA, F. **Breve História do Urbanismo**. Trad. E. C. Lima. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2010

CRUZ, G. O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Um reflexão sobre os oppida pré-romanos. In: MARTÍNEZ PEÑIN, R.; CAVERO DOMÍNGUEZ, G. (Eds.). **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica**. León; Braga: Instituto de Estudios Medievales da la Unviversidad de León; Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2015, p. 403-424.

FERNANDES, L. Urbanismo e arquitetura do quadrante sudeste da cidade romana de Bracara Augusta entre a época fundacional e a Antiguidade Tardia. **Dissertação** (Mestrado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2018. <https://hdl.handle.net/1822/59503>

FERNANDES, L.; MARTINS, M. Alterações urbanísticas no quadrante sudeste da cidade de Bracara Augusta do século I ao IV. In: PARRA-PÉREZ, S.; DÍAZ-NAVARRO, S.; FERNÁNDEZ-LOZANO, J.; JIMÉNEZ GADEA, J. (Eds.). **The archaeology of "Underdog Sites" in the Douro Valley**. From Prehistory to the Modern Age. Oxford: Archaeopress, 2021, p. 174–186.

FONTES, L.; MARTINS, M.; RIBEIRO, M.; CARVALHO, H. A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In: GARCÍA, A.; IZQUIERDO, R.; OLMO, L.; PERIS, D. (Eds.). **Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (siglos VI-VIII)**. Toledo: Toletum Visigodo, 2010, p. 255–262. <https://hdl.handle.net/1822/13377>

FONTES, L.; MAGALHÃES, F.; MACHADO, D.; SILVA, L.; ALVES, A.; CATALÃO, S.; FERNANDES, L. Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de remodelação e ampliação de edifício na Rua do Alcaide, nº 18-20, Braga. Relatório final. **Trabalhos arqueológicos da U.A.U.M/Memórias**, Volume I (97), 2020.

LEMOS, F. Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, **Forum**, nº 19, p. 49–56, 1996.

LEMOS, F. O contexto geográfico da fundação de Bracara Augusta, **Forum**, nº 25, p. 81–94, 1999.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEMOS, F.; LEITE, M. Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex Albergue Distrital): notícia preliminar. **Forum**, nº 27, p. 15–38, 2000.

MAGALHÃES, F. A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades. **Tese** (Doutorado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2019.

MARTINS, M. A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. **Cadernos de Arqueologia**, Série II (14/15), p. 23–24, 1997/98. <https://hdl.handle.net/1822/10409>

MARTINS, M. Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. **Simulacra Romae**. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos, p. 149–173, 2004.

MARTINS, M. Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In: DOPICO CAÍNZOS, M.; VILANUEVA ACUÑA, M.; CUBA RODRÍGUEZ, X.; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, P. (Eds.). **Do Castro á Cidade**. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea. Lugo: Deputación de Lugo, 2009, p. 181-211.

MARTINS, M.; CARVALHO, H. As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. **Revista de Historiografía**, 25, p. 219-243, 2016.

MARTINS, M.; FONTES, L. Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. In: **Simulacra Romae II**. Rome, les capitales de province (capita provinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique, Bulletin de la Société archéologique champenoise, p. 111–124, 2010.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. **Forum**, 44-45, p. 149–177, 2009/2010.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. Em torno da Rua Verde: a evolução urbana de Braga na longa duração. In: RIBEIRO, M.; MELO, A. (Eds.). **Evolução da paisagem urbana**: transformação morfológica dos tecidos históricos. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2013, p. 11-44.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; BOTICA, N. O urbanismo fundacional de Bracara Augusta e Lucus Augusti. In: DOPICO CAÍNZOS, M.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (Eds.). **Sine iniuria in pace vivatur**: a construción do Imperio durante os xulio-claudios, Philtáte, Studia et acta antiquae Callaeciae, Volume 3. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2018, p. 345-374.

- MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; MARTÍNEZ PEÑÍN, R.; RIBEIRO, J. The house evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. **Arqueologia Medieval**, VIII, p. 35–52, 2016. <https://hdl.handle.net/1822/41476>
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO, M.; MELO, A. (Eds.). **Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia**. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2012, p. 29-68.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C.; RIBEIRO, J.; MAR, R. Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In: DOPICO CAÍNZOS, M.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (Eds.). **Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat**. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017, p. 203-226.
- MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; RIBEIRO, J.; MARTÍNEZ PEÑÍN, R.; MAR, R. El teatro romano de Bracara Augusta y la urbanización del noroeste peninsular. **Férvedes**, 8, Vilalba, p. 321-330, 2015.
- MENDES, N. M. A região sul da Lusitânia: uma percepção arqueológica da mudança. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P.; FIELDMAN, S. A. (Eds.). **A cidade à prova do tempo**. Vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris-Est, 2010, p 63–80.
- MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana**: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial. Colección Arquitectura/Perspectivas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A, 1992.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

- PELLETIER, A. **L'urbanisme romain sous l'Empire**. Paris : Picard, 1982.
- RIBEIRO, M. C. Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. **Tese** (Doutorado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2008.
- RIBEIRO, M. C.; FONTES, L. The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries. In: PEÑIN MARTÍNEZ, R. (Ed.). **Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries**. Lleida; Braga: Universitat de Lleida; Unidade de Arqueologia Universidade do Minho, 2015, p. 29-45. <http://hdl.handle.net/1822/39013>.
- RIBEIRO, M. C.; MARTINS, M. O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In: CORREIA, J.; BANDEIRA, M. (Eds.). **Os Espaços da Morfologia Urbana**. Atas da 5a Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2016, 2016, p. 27-38.
- RIBEIRO, M.; MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; BOTICA, N. The urban morphology of Braga in the fourteenth and fifteenth centuries: an analysis methodology. In SABATÉ, F.; BRUFAL, J. (Eds.). **Medieval Territories**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2018, p. 351–381.
- RUELA, L. A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna. **Dissertação** (Mestrado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2023.
- SILVA, G. V. da. A apropriação do território urbano pelos cristãos no fim do Império Romano. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; NADER, M.B.; FRANCO, S. P.; FIELDMAN, S. A. **A cidade à prova do tempo**. Vida cotidiana e relações de poder ns ambientes urbanos. **Vitória**: GM Editora, 2010, p. 63-80.

DO CAMPO AO LABORATÓRIO: A METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO DO ESPÓLIO CERÂMICO DAS ANTIGAS CAVALARIÇAS DE BRAGA (PORTUGAL)

Eduardo Alves
Lara Fernandes
Fernanda Magalhães

Introdução

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) é de uma unidade cultural da mesma Universidade, criada em 1977, como forma de dar resposta às necessidades da atividade arqueológica praticada na cidade de Braga, fruto de um acelerado crescimento urbano da cidade (Martins; Fontes; Cunha, 2013).

A conjuntura relativa à criação do primeiro projeto de arqueologia urbana portuguesa foi marcada por uma grande pressão urbanística na cidade de Braga, fortemente sentida a partir do último quartel do século XX. Esse processo de expansão construtiva acarretou consequências marcantes sobre os vestígios arqueológicos da cidade romana de *Bracara Augusta*, refletindo uma emergente necessidade de defesa do património, o que resultou na criação, em 1976, do Campo Arqueológico de Braga, sob a tutela da Universidade do Minho (Martins; Fontes; Cunha, 2013).

Assim, a prorrogativa de salvaguarda da cidade romana, conduziu à criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho que ficaria responsável pela direção do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, que tem desde a sua criação como objetivo o estudo e a preservação do património arqueológico, a partir de uma prática recorrente de arqueologia urbana na cidade de Braga. atualmente, denomina-se de Projeto de Arqueologia de Braga (Martins; Fontes; Cunha, 2013; Martins; Lemos, 1997-98). Trata de um projeto inserido em meio urbano, onde tem sido crucial o esforço conjunto com o Gabinete de Arqueologia da

Câmara Municipal de Braga, criado em 1992. Em quase cinco décadas, este trabalho integrado conta com um número significativo de intervenções, que vêm contribuindo com resultados de sumária importância relativos ao estudo do urbanismo e das sociedades na longa diacronia, uma vez que a cidade de Braga conta com mais de dois mil anos de vivência histórica ininterrupta (Martins; Fontes; Cunha, 2013; Martins; Lemos, 1997-98).

Por outro lado, para além do contributo científico, os consecutivos trabalhos arqueológicos resultaram na musealização e integração de inúmeras ruínas da cidade romana à cidade moderna, em contextos públicos e privados, com um significativo valor histórico e patrimonial.

A cidade de *Bracara Augusta*

Bracara Augusta situa-se na zona noroeste da Península Ibérica, a sua fundação deu-se no século I a.C. aquando da necessidade de reorganização administrativa dos territórios norte peninsulares por parte do imperador Augusto. Dessa reorganização resultaram três grandes centros urbanos: *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, que aliados à criação de novas estruturas sociais e políticas permitem entender a fundação da cidade como um processo de convergência de interesses partilhados por Roma e pelas comunidades habitantes dos territórios ocupados (Martins *et al*, 2017).



Figura 1: Traçado ortogonal de *Bracara Augusta* no Alto Império (Martins *et al.*, 2012)

A cidade tem fundação *ex novo* de traçado ortogonal, com orientação NNO/SSE, que estruturava a rede viária interna, a malha dos quarteirões e as principais vias que ligavam a cidade ao exterior. (Figura 1). As primeiras construções aparecem ligadas a edifícios públicos, como o *forum*, assim como às primeiras infraestruturas urbanas, como de abastecimento de água, saneamento e os eixos viários (Martins *et al.*, 2012).

No século II, a cidade passa por um processo de monumentalização associado à construção de um teatro e de umas termas públicas anexas, localizados nos limites da área do *forum*. É, ainda, neste século que atinge a sua maior extensão, o que é evidenciado pelo espólio cerâmico documentado em muitas das intervenções arqueológicas. Já em finais do século III/ inícios do século IV, Diocleciano eleva *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia*, período no qual é construída uma grande muralha semelhante às existentes em Lugo, Astorga, León e Gijón, no

mesmo período regista-se um elevado dinamismo construtivo na urbe (Martins *et al*, 2012).

A zona arqueológica das Antigas Cavalariças

A zona arqueológica das Cavalariças, situava-se na área do atual Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, anteriormente ocupado pelos terrenos das antigas cavalariças do regimento de infantaria de Braga, abrangia uma área de 2800m² (Delgado; Martins, 1988) (Figura 2).

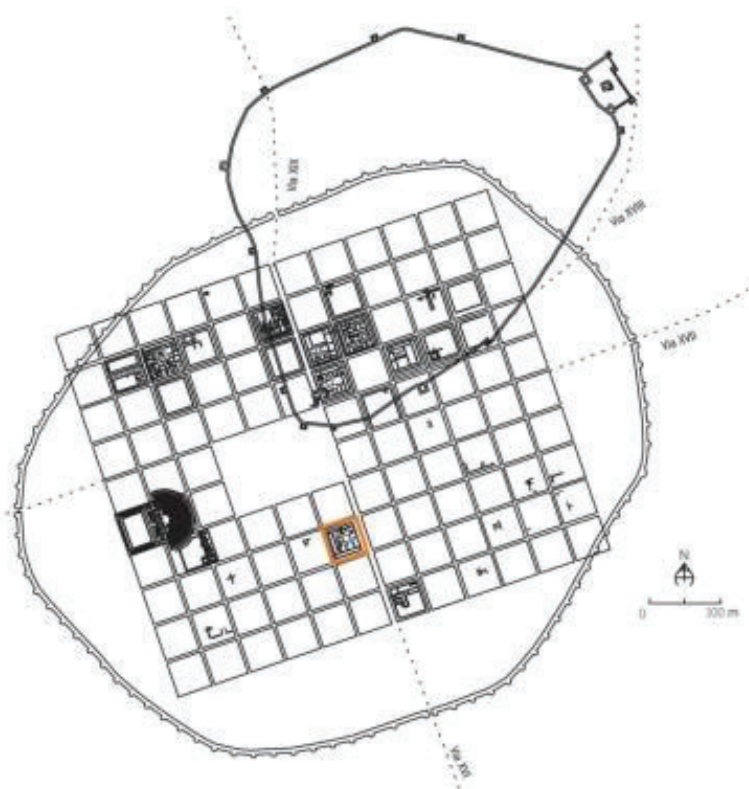


Figura 2: Localização da ZA das Cavalariças na planta da cidade romana, sobreposta pela muralha baixo imperial e fernandina (Magalhães, 2019, p. 236)

A necessidade de uma intervenção arqueológica neste local, deveu-se ao projeto de construção do atual Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa e, por isso, a primeira intervenção esteve relacionada com a necessidade de informar à cerca do potencial arqueológico do local. (Magalhães, 2019). Em 1986 regista-se a primeira campanha arqueológica, sob a responsabilidade de Manuela Delgado e Alexandra Gaspar, a abertura de três sondagens resultou na identificação de vestígios de um poço circular, de um muro que parece limitar a norte a área do poço e de dois pavimentos, um em *opus signinum* e outro composto por pedras talhadas em forma de losangos e retângulos (Delgado; Gaspar, 1986).



Figura3: Perspetiva geral da escavação da ZA das Cavalariças (MDDS)

A segunda campanha ocorreu entre 1988 e 1989, sob orientação de Manuela Martins e Manuela Delgado, na qual foram detetados indícios da existência de uma elevada densidade de estruturas, fruto de uma prospeção geofísica no terreno, da

responsabilidade do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro (Magalhães, 2019). Realizado este processo foram escavados os locais de maior potência arqueológica do qual resultaram um conjunto de muros, dois pilares alinhados com os muros, uma canalização, uma calçada, restos de pavimento, muros tardios e um muro de época flávia (Delgado; Martins, 1988).

Já em 1996, sob a responsabilidade de Francisco Sande Lemos, ocorreu a terceira campanha arqueológica, tendo em vista a ampliação da zona já escavada, intervencionando a área destinada ao futuro jardim do museu. Destes trabalhos resultou o aparecimento dos alicerces dos muros modernos das Antigas Cavalariças, um pavimento em terra batida e várias estruturas de diferentes fases de ocupação (Lemos, 1996).

Por fim, em 2002, na última intervenção realizada no local, dirigida por Francisco Sande Lemos e José Leite, foram colocados a descoberto um conjunto de muros que definem grandes salas com *opus signinum*, restos de tesselas e zonas de hipocaustos. Estes vestígios sugerem a presença de um balneário de época romana (Martins; Ribeiro, 2012). Esta última intervenção caracteriza-se pela dispersão das sondagens da qual se destaca a sondagem n.º 8, de onde provém o espólio que será objeto de estudo neste trabalho. O material cerâmico exumado caracteriza-se tanto pela quantidade como pela qualidade, sendo constituído por um conjunto composto por um grande número de fragmentos.

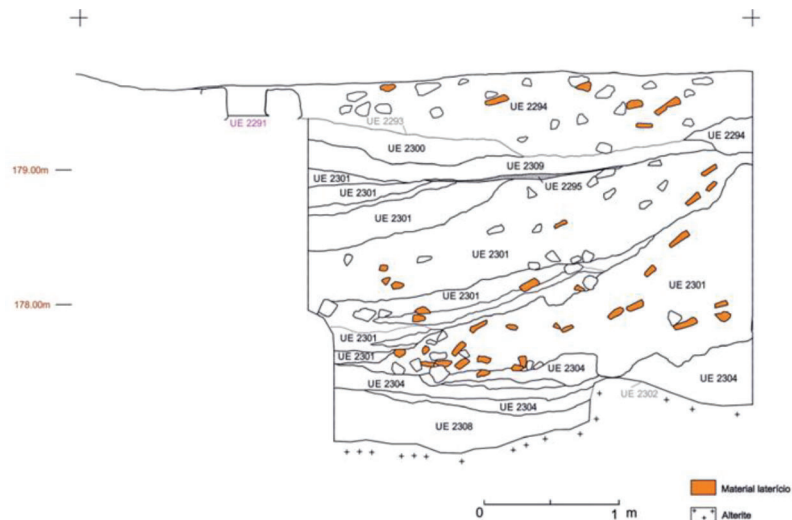


Figura 4: Perfil este da sondagem 8 da ZA das Cavalariças (Magalhães, 2019)

As campanhas arqueológicas possibilitaram a identificação de um conjunto de vestígios que correspondem a uma *domus*. Tendo em conta as estruturas identificadas, como o espólio cerâmico presente nos enchimentos das valas de fundação, a primeira fase ocupacional corresponde à implantação da *domus*, no período flávio. Posteriormente, nos finais do século III/ inícios do século IV, documenta-se uma reforma tardia da *domus*, evidenciada pela construção de novos muros (Magalhães, 2019).

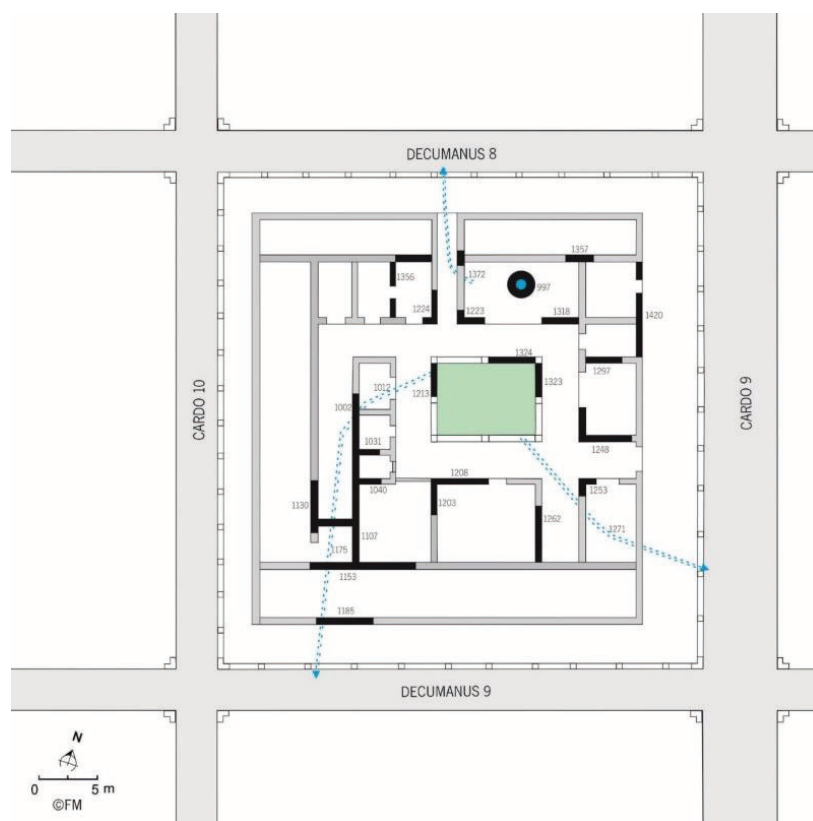


Figura 5: Planta interpretativa da *domus* das Cavalariças na Fase II (Magalhães, 2020)

A metodologia aplicada ao estudo do espólio cerâmico

O espólio cerâmico desempenha um papel fundamental na reconstrução da história e da vida quotidiana das civilizações passadas, constituindo o tipo de material mais frequentemente identificado nas intervenções arqueológicas. A sua análise é crucial tanto para a compreensão da sequência cronológica dos estratos que compõem o sítio escavado, como indispensável para a compreensão de questões socioeconómicas das sociedades que habitaram os espaços.

A zona arqueológica das Antigas Cavalariças, à semelhança do que acontece na generalidade das intervenções arqueológicas, proporcionou um grande conjunto de recipientes, na sua maioria convertidos em fragmentos.

Ao longo do trabalho de análise dos materiais cerâmicos provenientes do contexto pré-flávio da zona arqueológica das Antigas Cavalariças foi aplicada a metodologia utilizada na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM). Assim, pretende-se realizar uma descrição ainda que de forma sucinta, das tarefas associadas ao tratamento realizado em gabinete ao espólio cerâmico.

O trabalho realizado ainda em campo, determina que os materiais devem ser separados em sacos de plástico conforme o seu tipo, isto é, em sacos distintos são colocados metais, cerâmica, vidro, moedas, etc., sendo estes acompanhados de etiquetas, cujo suporte não se degrade, para evitar a perda da informação referente ao seu contexto (acrónimo do sítio arqueológico, sondagem, unidade estratigráfica, qual o material e data de recolha). No caso do material cerâmico, o acondicionamento exige ainda a abertura de pequenos furos na superfície do saco de forma a evitar a condensação e permitindo o arejamento no seu interior (Cruz; Correia, 2007). Feita a recolha de campo, os materiais seguem para o laboratório da UAUM, onde permanecerão enquanto se encontram em análise, posteriormente são enviados o local que irá servir de depósito legal, nomeadamente o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, onde está depositado a maioria do espólio exumado das escavações levadas a cabo pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Em laboratório, destacando apenas o tratamento no espólio cerâmico, os fragmentos são lavados com recurso a água e uma escova de dureza adequada, devendo optar-se pelas mais macias de forma a evitar ao máximo o dano e a perda de informação. O processo de secagem, que se segue, obedece a três regras essenciais: esta deve ser realizada ao ar livre, os fragmentos dispostos de forma a garantir a sua separação para evitar a mistura,

sendo os materiais sempre acompanhados da informação do seu contexto, por exemplo, a etiqueta de campo (Cruz; Correia, 2007).



Figura 6: Processo de lavagem dos fragmentos cerâmicos (UAUM)

Depois da secagem dos materiais, inicia-se o processo de inventariação, o qual obedece a um conjunto de regras relacionadas com a separação dos fragmentos cerâmicos por produções e morfologias. O espólio cerâmico é então alvo de uma primeira análise, na qual é realizada uma separação em grupos, que são inicialmente divididos por produção, na qual optamos por uma ordenação, dentro do possível, cronológica. Simultaneamente, são analisados atributos tecnológicos relacionados com a composição da cerâmica, avaliando questões relacionadas com a cozedura, dureza da pasta, textura, coloração, desengordurares (frequência, tamanho e materiais) e acabamento (engobe, polimento, lustre, penteada, etc.). Dentro do mesmo tipo de produção, os fragmentos são então organizados pela parte da peça, privilegiando os perfis completos, seguidamente bordos,

asas, bases/fundos e por fim, as paredes. Segue-se, a este trabalho, a marcação dos fragmentos.



Figura 7: Processo de inventariação dos fragmentos cerâmicos (UAUM)

A marcação deve sempre ser clara, de boa leitura e realizada de forma a não comprometer a possível apresentação em contexto museológico. Preferencialmente, deve ser realizada num local discreto, idealmente numa superfície normalmente não visível. Além disso, é importante escolher áreas que não ocultem informações significativas, como motivos decorativos, garantindo que a marcação não prejudique a análise do objeto. Para tal, a escolha dos materiais respeita os seguintes critérios: resistir ao tempo, de forma a não perdermos as informações relativas ao fragmento ou recipiente, materiais e equipamentos que não danifiquem a cerâmica e a escolha destes tem de permitir a reversão se necessária. Para tal utiliza-se: verniz incolor, que é pincelado para criar, por um lado, uma superfície para a marcação e, por outro, impede que a tinta infiltre na cerâmica que é porosa; a tinta-da-china, que deve ser branca ou preta, de modo a contrastar com a cor do objeto/fragmento e com a ajuda de penas de caligrafia realiza-se a marcação das peças. A marcação inclui a proveniência dos fragmentos, ou seja, a zona arqueológica, sondagem e unidade estratigráfica, assim como, o número de inventário que é sequencial (Figura 8). Depois de seca esta área é coberta de novo com uma camada fina de verniz, que serve para conservar a informação (Cruz; Correia, 2007).



Figura 8: Exemplo de marcação e de fragmento com a informação sobre o contexto da peça (UAUM)

Posteriormente, o material cerâmico é alvo de um duplo registo, fotográfico e gráfico. Para o registo fotográfico é preciso garantir que esse seja completo e rigoroso, assim como informativo, na medida do possível. Como indica Petter Dorrell (1994), na sua publicação denominada “Photography in archeology and conservation”, comparar duas fotografias de dois objetos diferentes, deve ser tão informativo como comparar os dois objetos propriamente ditos. Portanto, deve-se ter em atenção, que o fragmento ou peça devam ser sempre fotografados na sua posição original, quando necessário, devam ser implementadas correções de perspetiva e cromáticas, por outro lado, deve ser assegurado que existe uma boa distinção do objeto em relação ao fundo. Desta forma o ideal será utilizar fundos que contrastem

com a peça de forma a destacá-la. Embora a fotografia em arqueologia tenha um papel fundamental, esta não permite o mesmo rigor na representação dos elementos técnico-morfológicos e tipológicos do objeto. Assim, em paralelo com a informação registada pela fotografia recorre-se, ainda, ao desenho gráfico e vetorial das peças (Figura 9). Contudo, embora o desenho seja importante, é necessário haver uma seleção das peças a desenhar tendo em conta o tempo que a produção deste registo implica, pois seria impossível fazer o desenho de todos os fragmentos ou peças exumadas de uma escavação. Poderemos dispensar o recurso ao desenho, a todas as peças das mesmas tipologias que possuam as mesmas características e aqueles fragmentos sobre os quais o desenho não irá acrescentar novos dados (Botica *et al*, 2023).

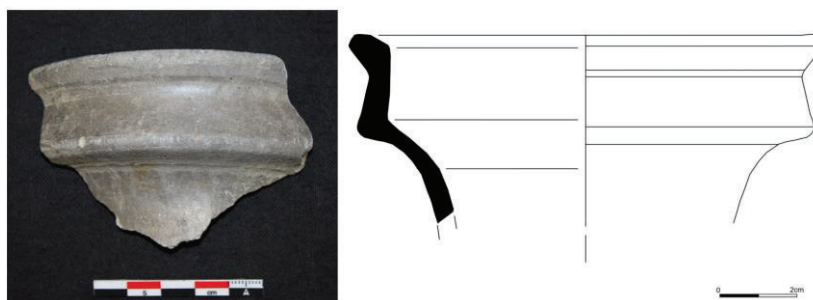


Figura 9: Registro fotográfico e vetorial de um fragmento cerâmico (UAUM)

Dado o grande volume de dados que se produz na intervenção, é necessário existir um plano para a gestão do conjunto de informação que resulta da análise e registo dos fragmentos cerâmicos de forma a torná-los acessíveis e reutilizáveis. Para tal, os dados recolhidos têm de ser inseridos em base de dados, no caso de estudo foi utilizado o modelo 2ArchIS, desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a qual permite, através de formulários próprios desenvolvidos para o conjunto do espólio cerâmico (Figura 10), reunir toda a informação, adicionar o registo fotográfico e gráfico

e a partir da qual se podem fazer análises estatísticas (Botica *et al*, 2023).

The screenshot shows the '2ArchIS - Unidade de Arqueologia' web interface. At the top, there is a navigation menu with items: Monumento, Intervenção, Sondagem, UE, Matriz UE, Materiais, Sepulturas, Esqueletos, Epígrafas, Glíptografia, Documentação, Gestão, and Metadados. The main content area is a data entry form divided into three columns: 'Sondagem' (left), 'Caracterização' (middle), and 'Medidas' (right). The 'Sondagem' column includes fields for 'Sondagem UE', 'N. Inventário', 'N. achado/peça', 'Descrição', 'N. fragmentos', 'Coordenada X', 'Coordenada Y', 'Cota', 'Estado conservação', 'Depósito', 'Período', 'Cronologia', 'Data', 'Peça', 'Estado da Peça', 'Parte da peça', 'Categoria', 'Produção', 'Tipologia', and 'Técnica'. The 'Caracterização' column includes 'Tipo Fratura', 'Cozedura', 'Dureza', 'Conteúdo', 'Bordo', 'Láblio', 'Pescoco', 'Base', 'Corpo', 'Bico', 'Pé', 'Pintada', 'Coloração: Interior', 'Coloração: Fratura', 'Coloração: Superfície', 'Decoração: Local', 'Decoração: Técnica', 'Desc. decoração', 'Acabamento interior', 'Acabamento exterior', 'Inclusões: Freqüência', 'Inclusões: Tamanho', 'Inclusões: Material', and 'Marca'. The 'Medidas' column includes 'Alt. Máx.', 'Alt. Sup.', 'Alt. Corpo', 'Alt. Pé', 'Diâmetro: Bordo', 'Diâmetro: Sup.', 'Diâmetro: Fundo', 'Diâmetro: Pé', 'Diâmetro %', 'Esp. Sup.', 'Esp. Corpo', 'Esp. Fundo', 'Esp. asa', 'Largura', 'Seção asa', and 'Peso(Kg)'. At the bottom, there are instructions: '* Campos obrigatórios;', 'NOTA: nas coordenadas usar para casas decimais', and 'Registo de um ou mais fragmentos com a mesma Sond./UE e a mesma Categoria, Cozedura e Forma:'. There are also buttons for 'Gravar e voltar', 'Gravar', and 'Cancelar'.

Figura 10: Exemplo do *front office* da base de dados 2ArchIS (UAUM)

O último passo do tratamento e análise do espólio cerâmico relaciona-se com o acondicionamento do material, que deve ser realizado de forma a garantir: a estabilidade física e segurança dos materiais, tendo em conta a sua fragilidade e para tal opta-se pela utilização de caixas ou tabuleiros de cartão ou plástico; o fácil transporte e acesso aos mesmos, daí se optar por caixas/tabuleiros que encaixam e que permitem a sua mobilidade; a identificação da proveniência dos materiais que permita a associação dos conjuntos cerâmicos com a documentação de campo. Esta pode fazer-se, por exemplo, com uma etiqueta colada no exterior das caixas/tabuleiros (Cruz; Correia, 2007).



Figura 11: Armazenamento dos fragmentos em sacos plásticos (tipologia e unidade estratigráfica). Acondicionamento dos sacos em caixotes (unidade estratigráfica e zona arqueológica) (UAUM).

Considerações finais

O trabalho arqueológico vai além do realizado no campo, pois é no laboratório que se analisam inúmeros dados que nos ajudam a compreender a sequência ocupacional das diferentes zonas arqueológicas, como se verificou nas Antigas Cavalariças de Braga.

Com este trabalho pretendeu-se apresentar de forma sistematizada uma metodologia de tratamento e análise de espólio cerâmico proveniente de diferentes intervenções arqueológicas, destacando-se a inventariação e marcação dos fragmentos, a classificação, inserção dos dados numa base de dados criada especificamente para o efeito. A aplicação desta metodologia permite, por um lado, uma abordagem eficiente e padronizada e,

por outro, a preservação dos dados através da utilização de um sistema de gestão da informação, permitindo também o acesso para futuras análises. Estas são indispensáveis para reconstruir os processos históricos de uma escavação arqueológica e obter resultados que ampliam o conhecimento sobre as sociedades antecedentes. Como caso de estudo foi usado o conjunto de espólio da intervenção arqueológica da zona arqueológica das Cavalariças que dado o seu elevado número de fragmentos, necessitou de uma metodologia que permitisse um ágil manuseamento e análise de todos os recipientes de forma a prevenir a perda dos dados.

O registo padronizado dos dados permite a comparação entre diferentes zonas arqueológicas e com outros estudos, garantindo a preservação da informação e, por outro lado, possibilita futuras análises, contribuindo para a construção de um conhecimento sólido sobre a sequência evolutiva de cada sítio.

Referências bibliográficas

- BOTICA, N.; ROCHA, B; FERNANDES, L.; MAGALHÃES, F.; SOUSA, R. Metodologia e descritores de registo de cerâmicas aplicados ao espólio do alto das malhadas (vale do côa). **Zenodo**, 2023. DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.10184872>.
- CRUZ, M.; CORREIA, V. Cerâmica Utilitária. Instituição dos Museus e da Conservação. COSTA, P (ed.). Lisboa: Cromotipo, 2007.
- DELGADO, M.; GASPAR, A. Intervenção arqueológica na zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga). **Cadernos de Arqueologia**, Braga, Série II, 3, 1986.
- DELGADO, M.; MARTINS, M. Intervenção arqueológica na zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga). **Cadernos de Arqueologia**, Braga, Série II, 5, 1988.
- DORREL, P. **Photography in Archaeology and Conservation**. Londres: Cambridge University Press, 1994.
- LEMOS, F. S. **Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na área do Museu de D. Diogo de Sousa**, Zona das

- Cavalariças, Unidade de Arqueologia. Unidade de Arqueologia, Braga, 1996.
- MAGALHÃES, F. A domus romana do NO peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades. 2019. **Dissertação** (Doutoramento em Arqueologia). Universidade do Minho, Braga, 2019.
- MARTINS M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO, M. C.; MELO, A. (coord.). **Evolução da paisagem urbana**. Sociedade e economia. CITCEM. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-68.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In: MARTINS, M.; VAZ DE FREITAS, I.; VAL VALDIVIESO, M.I. (coord.). **Caminhos da Água – Paisagens e Usos na Longa Duração**. Braga: CITCEM, 2012, p. 9-52.
- MARTINS, M.; FONTES, L.; CUNHA, A. Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) **Arqueologia em Portugal – 150 Anos**. Lisboa: Associação dos arqueólogos portugueses, 2013, p. 81-88.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M.; RIBEIRO, J.; MAR, R. Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In: DOPICO CAÍNZOS, M.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (eds.). **In Philtate 2 Studia et acta antiquae Callaeciae**. In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017, p. 203-226.
- MARTINS, M.; LEMOS, F. S. Duas décadas da vida de um projeto: o salvamento de Bracara Augusta. **Cadernos de Arqueologia**, Braga, Série II, 14 -15, 1997-98.

BARBARIDADE! PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO SOBRE IDENTIDADES E ALTERIDADES NA LITERATURA GRECO-ROMANA

Semíramis Corsi Silva

Introdução

A partir do ano de 2015, pesquisas de graduação e pós-graduação, além da pesquisa pessoal da autora deste texto, vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo (GEMAM), sediado desde então na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tais pesquisas têm analisado documentos textuais escritos por autores de língua latina ou grega do contexto grego (especialmente da Grécia Clássica) e romano (especialmente do Império Romano – Principado e Antiguidade Tardia). As pesquisas foram norteadas por dois projetos guarda-chuvas intitulados *Fronteiras culturais na busca por Antiguidades plurais: gênero, sexualidades, magia e identidades* e *Barbaridade: identidades e alteridades em representações do outro por escritores romanos*.

O Projeto *Barbaridade: identidades e alteridades em representações do outro por escritores romanos*¹ se iniciou em 2016 e, embora concluído no sistema de projetos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2022, ainda se desdobra em pesquisas até o ano de elaboração deste texto, 2023. Tal projeto teve como objetivo geral reunir pesquisas de Iniciação científica, Mestrado e Doutorado que visaram analisar documentos textuais escritos por autores romanos, de língua latina e grega, buscando a compreensão de representações de povos considerados bárbaros, em processos de formação de identidades e alteridades no âmbito do Império Romano (consolidação do poder imperialista romano durante o período da República, Principado e Antiguidade Tardia).

¹ Número de registro no SIE/UFSM: 044398.

Contemplado com o Auxílio Recém-doutor - ARD (Edital FAPERGS 01/2017), o projeto supracitado, sob coordenação da Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva, recebeu verba para a compra de livros doados à Biblioteca do CCSH/UFSM e para uma viagem internacional de trabalho da coordenadora para a Espanha. Na ocasião da viagem, além de apresentação de resultados do projeto em um evento acadêmico², foi possível a estadia para a pesquisa nas Bibliotecas da Universidad de Salamanca, de onde foram trazidos novos materiais para o desenvolvimento das pesquisas.

Diante disso, neste capítulo, visamos apresentar os resultados das pesquisas norteadas pelo Projeto Barbaridade, que se desdobraram em propostas de ensino e extensão que também serão apresentadas no texto. Mas, antes disso, é importante contextualizar o tema geral do projeto guarda-chuva, seus métodos de análise e justificativas de desenvolvimento.

Identities e alteridades no contexto do Império Romano: o projeto Barbaridade do GEMAM

Diante das transformações que a historiografia vem passando nas últimas décadas; com as críticas e reflexões no âmbito da História Cultural, quando o tradicional conceito antropológico de *cultura* como mundo concreto e delimitado de crenças e práticas passa a ser criticado com base na afirmação de que as culturas são locais de conflitos, fronteiras e integrações (Burke, 2004); vemos o despertar do interesse por outras histórias e estudos de outros povos que não os tradicionalmente estudados pela historiografia e presentes nos tradicionais currículos dos cursos de História. Assim, outras culturas da Antiguidade, como

² Tratou-se do XVII Coloquio Internacional ARYS: Vestir divinamente. Deidades y cultores arropados y desnudos, ocorrido em dezembro de 2018 em Jarandilla de la Vera. Evento organizado pela Asociación ARYS - Antigüedad, Religiones y Sociedades (Espanha). A participação resultou na publicação do texto Heliogábalo vestido divinamente: a indumentária religiosa do imperador sacerdote de Elagabal, na Revista *ARYS. Antigüedad: Religiones y Sociedad*, vol. 1, 2019, p. 251-276.

os variados povos englobados sob a rubrica germânicos ou nômades, por exemplo, têm chamado muito a atenção das historiadoras e dos historiadores mais atentos a esses debates.

Tal discussão historiográfica é fruto de seu próprio contexto, afinal, como acreditamos, toda história é história contemporânea de certa forma. Neste sentido, o processo de globalização que vivemos e as contestações e dismantelamentos das tradicionais afirmações identitárias estão levando a historiografia a revisar seus objetos, conceitos usados, métodos e teorias.

O mesmo processo cultural que transforma a historiografia, por sua vez, também desperta a curiosidade e o fascínio do público em geral por outras culturas menos exploradas ou exploradas de maneira estereotipada nas artes e mídias em geral. Diante disso, os estudantes que estão chegando nos cursos superiores de História estão cada vez mais interessados nos povos chamados por tanto tempo, de forma pejorativa, de “bárbaros”. Tal foi a primeira percepção da autora deste texto ao se tornar professora da UFSM em 2015.

Frente à mencionada curiosidade dos estudantes de História com relação a “outras histórias”, foi montado a partir de 2014, pelos próprios alunos e alunas, na UFSM, um projeto de extensão para trabalhar e debater a série televisiva Vikings (History Channel) e temas históricos sobre a cultura nórdica medieval. A partir deste projeto, surgiu, por sua vez, o Projeto Barbaridade, aliando o interesse manifestado pelos alunos da UFSM em estudar povos bárbaros e o tema já presente na tese de doutoramento da coordenadora do GEMAM, autora deste texto.³

A fim de nortear nossas pesquisas no Projeto Barbaridade, partimos, inicialmente, da própria definição do que seria um

³ Trata-se da Tese *O Império Romano do sofista grego Filóstrato nas viagens da Vida de Apolônio de Tiana (século III d.C.)*, defendida em 2014 na UNESP/Franca, sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, com bolsa CAPES e realização de doutorado sanduíche na Universidad de Salamanca (Bolsa PDSE CAPES). A Tese resultou no livro *Identidade grega e Império Romano: a vida de Apolônio de Tiana, de Filóstrato*, publicado em 2020 pela Editora Appris.

bárbaro ou um povo considerado bárbaro. Sabemos que a criação do conceito de bárbaro (βαρβαρος - *barbaros*) surgiu entre os gregos antigos. Já nas obras atribuídas ao poeta Homero, *Iliada* e *Odisséia*, possivelmente do século VIII a.C., temos a percepção do que era ser bárbaro, embora a identidade grega em si estivesse pouco definida em tal contexto (Hartog, 2004). Ser bárbaro nestas primeiras obras escritas em grego era aquele que não falava a língua dos helenos, como eram identificados os gregos por eles próprios. De um critério meramente linguístico, o termo passou a ser usado entre os gregos antigos para definir aqueles que não compartilhavam dos códigos de comportamento, dos valores e dos modelos ideais da cultura grega, com certa conotação negativa, embora muitas vezes os “saberes bárbaros” fossem valorizados nos testemunhos textuais, como vemos no escritor grego do período clássico Heródoto (*Histórias*), em Filóstrato (*Vida de Apolônio de Tiana*), escritor grego já do período imperial romano e como bem mostrou o historiador Arnaldo Momigliano (1991).

Do modelo de bárbaro de Homero e Heródoto, as representações desse *outro* chamado de bárbaro foram sendo estendidas para todos que fossem diferentes da cultura grega e romana, como podemos ler nas obras de escritores do período imperial, como em Tácito (*Germânia*), por exemplo. Ao longo do contexto do Império Romano, bárbaros (*gentes barbarorum*) passam a ser, em geral, aqueles que não compartilhavam da *paideia* grega e/ou da *humanitas* latina.

Vale destacar que estamos corroborando uma historiografia que percebe a existência de uma cultura das elites no Império Romano, formada por elementos gregos e romanos em interação. Dessa forma, durante o Império foi construída uma identificação greco-romana entre os grupos privilegiados, identificação essa que foi um fator de coesão no mundo imperial romano, embora as culturas dentro do Império fossem muito mais plurais que isso. Dentre os historiadores que trabalham como tal percepção citamos Janet Huskinson (2000) e Andrew Wallace-Hadrill (2008).

Portanto, os escritores do Império Romano, inseridos em um espaço discursivo comum, se utilizaram da ideia de bárbaros *versus* civilizados que fora criada pelos gregos antigos, mas de maneira ressignificada conforme o momento histórico em que viviam, os anseios e objetivos que almejavam e a relação estabelecida entre o escritor e os povos representados. Desta forma, através das análises de textos dos escritores do período imperial romano podemos perceber como as construções das identidades culturais são negociáveis, flexíveis e não estanques e imutáveis, dependendo de jogos de representações e poder (Guarinello, 2010).

Como *identidade*, mais especificamente como *identidade cultural*, estamos compreendendo a representação de si, ou de um grupo, enquanto pertencente a um conjunto de pessoas com valores e características culturais em comum. Consideramos que a construção das identidades sempre perpassa pela visão do eu/nós em oposição ao outro ou aos outros grupos (Cardoso, 2005; Said, 2007). Assim sendo, a construções das identidades culturais sempre devem ser percebidas em seus aspectos relacionais, como construções de alteridades.

Vários foram os povos considerados como bárbaros pelos escritores imperiais: celtas, persas, partos, indianos, hunos, etc. Assim, alguns trabalhos abarcados por este projeto se focaram em estudos de representações de diferentes tipos de povos considerados bárbaros pelos greco-romanos do Império, o *outro*. Sendo *outro*, nos documentos a serem analisados, tudo aquilo que é diferente de nós/greco-romanos, embora essas diferenças sejam negociáveis e fluidas, como já apontamos.

Cabe mencionar, no entanto, que não estamos percebendo as identidades como algo simplesmente binário (romanos/gregos *versus* bárbaros), mas como construções que podem variar, como indicamos, conforme fatores diversos dentro dos interesses particulares, trajetória pessoal ou anseios de grupo do escritor estudado. Por isso nosso recorte no estudo de autores romanos diferentes por cada estudante/pesquisador que fará parte deste projeto, buscando perceber semelhanças, mas, especialmente,

variações nas representações de bárbaros, em especial germanos, segundo os documentos textuais.

Assim, acreditamos que em alguns momentos, conforme os interesses e identidade/identidades do escritor, alguns povos representados eram considerados “menos bárbaros” que outros ou até “não bárbaros”. Da mesma forma há variações em relação às representações de um mesmo povo ou personagem conforme diferentes momentos e diferentes obras de um mesmo autor.

Também estamos percebendo, conforme indica Greg Woolf (1994), que na Antiguidade, assim como na contemporaneidade, diferentes identidades podiam conviver em um mesmo indivíduo. Além disso, grosso modo, bárbaros não eram necessariamente inimigos ou povos de fora da administração imperial romana, como bem mostraram os historiadores romanos Dião Cássio (*História Romana*) e Herodiano (*História do Império Romano*) sobre o imperador Heliogábalo (218-222), que apesar de ser imperador romano não deixava seus costumes síriacos de lado, não era reconhecido seguindo os modelos culturais greco-romanos das elites, sendo chamado, desta maneira, de bárbaro. Da mesma forma, costumes não bárbaros podiam ser encontrados em povos de fora do Império Romano, como mostra Filóstrato (*Vida de Apolônio de Tiana*) ao retratar os brâmanes indianos, por exemplo.

Diante disso, nos interessa perceber como os romanos criaram discursos sobre o que acreditavam ser os germanos/bárbaros, construindo estratégias de poder e dominação e, da mesma forma, analisando como a historiografia ao longo das diferentes épocas leu estes documentos. Pois, como vemos, o estudo das identidades está marcado pela própria contemporaneidade dos estudiosos, assim como qualquer objeto histórico. Visamos também inserir tal debate em nossa própria contemporaneidade, em nossas próprias preocupações, percebendo como também fazemos uma história antiga que é contemporânea.

Em conjunto com partos e persas, os chamados bárbaros germanos foram uma das maiores preocupações do Império

Romano, alguns germanos foram inimigos em potencial dos romanos, outros foram se mesclando no Império Romano através de pactos e federações (Carvalho et al., 2009). Pela grande relação que os romanos mantiveram com esses povos, eles nos legaram uma infinidade de obras que tratam sobre esses outros desde o contexto republicano, passando pelo Principado Romano até a Antiguidade Tardia.

Dentre a variedade de romanos que trataram de povos germânicos e outros bárbaros podemos citar alguns deles que foram objetos de estudo dos estudantes envolvidos em pesquisas parte deste projeto: Tito Lívio (*Histórias*), Salústio (*Histórias*), Políbio (*Histórias*), Júlio César (*Guerra das Gálias*), Diodoro Sículo (*Biblioteca histórica*), Estrabão (*Geografia*), Tácito (*Germânia, Vida de Agrícola*), Plutarco (*Vidas Paralelas*), Dião Cássio (*História Romana*), Herodiano (*História do Império Romano*), Filóstrato (*Vida de Apolônio de Tiana, Vidas dos Sofistas*), Paulo Osório (*Histórias*), Possídio (*Vida de Santo Agostinho*), Hidácio de Chaves (*Cronicão*), Amiano Marcelino (*Histórias*), Procópio de Cesaréia (*História das Guerras*), Salviano (*O governo de Deus*), Sidônio Apolinário (*Cartas, Poemas*), Santo Agostinho (*Sermões*), Gregório de Tours (*História dos Francos*) Isidoro de Sevilha (*Etimologias*), Jordanes (*História dos Godos*), entre outros. Até mesmo o apóstolo Paulo pode ser usado como autor romano que escreveu sobre povos considerados bárbaros, pois este, no Novo Testamento, escreveu uma epístola aos Gálatas, nome que os gregos usavam para se referir aos celtas, juntamente com *keltoi*.

Os autores citados acima são de diferentes momentos históricos, assim como de diferentes regiões, alguns, inclusive, já viveram sob a formação dos reinos germânicos dentro das estruturas do Império Romano, tendo posições muito diferentes uns dos outros. Jordanes, por exemplo, é de origens, possivelmente, germânicas, embora seja considerado também romano-bárbaro. Desta forma as pesquisas abarcadas neste projeto se centraram em um autor específico, recortando seu objeto, mas também dialogando na busca da compressão sobre o

objeto central: a ideia de *barbaricum* e a construção de identidades e alteridades.

Diante do que foi apresentado, além de nosso objetivo geral, o projeto possuiu os seguintes objetivos específicos: refletir sobre aspectos da existência de um espaço discursivo comum entre autores das elites greco-romanas que governaram o Império Romano e a importância do mesmo como forma de ordem, legitimação e dominação; analisar como os processos de formação de identidades e alteridades se diferenciam de um autor para outro, refletindo sobre os contextos e problemas em que os escritores estavam inseridos e suas disputas por poder; caracterizar as possibilidades de reconhecimento da existência dos chamados “saberes bárbaros” nos textos destes escritores; perceber como a historiografia que trata dos encontros entre romanos e outros povos é fruto também de reflexões contemporâneas à própria historiografia; estudar elementos culturais específicos destes povos bárbaros, como religiosidade, astrologia, guerra, etc., na visão dos escritores e no contato com a cultura imperial romana e, finalmente, desenvolver diferentes níveis de pesquisa em História Antiga na UFSM, uma vez que este projeto abarcou pesquisas de Doutorado, Mestrado e Iniciação científica, além da pesquisa pessoal da coordenadora.

Sabendo disso, vejamos agora, mais particularmente, cada projeto de pesquisa que fez parte do Projeto Barbaridade e as principais publicações resultantes dos mesmos.

Projetos de pesquisa contemplados pelo projeto guarda-chuva e principais resultados em publicações acadêmicas

A primeira pesquisa contemplada no Projeto Barbaridade foi o estudo da própria coordenadora do projeto e autora deste texto sobre o imperador Heliogábalo.⁴ Heliogábalo foi um jovem

⁴ Embora conhecido como Heliogábalo pela tradição, seu nome de nascimento era Vário Avito Basiano, mas ele passou a se chamar Marco Aurélio Antonino após ser aclamado imperador romano. O nome latinizado Heliogabalus, na tradução Heliogábalo, vem de uma tradição tardia, como vemos na *Vita*

imperador romano de origens siríacas, filho de pai e mãe sírios (Dião Cássio, *História Romana*, LXXIX, 30, 2), nascido e criado na Síria até se tornar imperador romano. Foi membro da dinastia dos Severos, que governou o Império Romano entre 193 e 235 da era comum. Seu governo durou de 218 a 222 e, embora em um curto período de tempo no comando do Império Romano, sua imagem foi retratada e lembrada em diversos documentos textuais do próprio período de forma extremamente negativa. Descendente da família severiana por parte da esposa do primeiro imperador da dinastia, a princesa síria e imperatriz romana Júlia Domna, esposa de Septímio Severo, Heliogábalo teve seu poder transmitido de forma matrilinear. Era filho da também princesa síria Júlia Soemia, filha de Júlia Mesa, a irmã da imperatriz Júlia Domna.

De maneira geral, os autores greco-romanos dos textos sobre Heliogábalo que chegaram até nossos dias desenvolveram suas críticas apoiados em elementos de seu governo e práticas político-religiosas ligadas à sua identidade cultural considerada bárbara e elementos e imagens ligados às representações de gênero e usos dos prazeres sobre o imperador. Sobre estes últimos elementos, os textos irão frisar uma imagem de Heliogábalo considerado feminino e seu comportamento sexual e amoroso mais semelhante ao que era considerado próprio de mulheres naquele contexto: a submissão, o descontrole e o excesso. Os textos ainda aludem a uma suposta tentativa de cirurgia destinada à elaboração de uma vagina em seu corpo.

Nossos estudos sobre Heliogábalo renderam, até a presente data de escrita deste texto: 3 artigos acadêmicos, 4 capítulos de livros, 9 resumos publicados em Anais de eventos, 17 apresentações em eventos acadêmicos (especialmente palestras/conferências, sendo 2 delas internacionais), 1 episódio de Podcast (Podcast Archai).

As pesquisas de Gabriel Freitas Reis também foram contempladas no Projeto. Em sua Iniciação científica (realizada

Heliogabali, da *História Augusta*, e faz referência a Elagabal, deus solar da cidade natal de Heliogábalo, Emesa (atual Homs, na Síria).

com Bolsa FIPE/UFSM), ele trabalhou com representações de bárbaros nos panegíricos de Sidônio Apolinário (século V d.C.). No Mestrado, Reis desenvolveu a Dissertação, defendida em 2009, intitulada *Fronteiras nas obras de Sidônio Apolinário: disputas e negociações de galo-romanos com itálicos e bárbaros (século V EC)*. Tal trabalho foi publicado como livro, intitulado *Identidades e fronteiras na Antiguidade Tardia: negociações de poder entre gauleses, itálicos e germânicos nas obras de Sidônio Apolinário (século V EC)* – Editora Desalinho/Fundo de Incentivo à Pesquisa da UFSM (2022). Atualmente, Reis desenvolve a pesquisa de Doutorado intitulada *A Sé de Viena em meio a fronteiras e territórios: uma análise da correspondência epistolar do bispo Ávito (séculos V-VI EC)*. Ambos, Mestrado e Doutorado, foram realizados com Bolsa CAPES. Até o presente momento, tais pesquisas resultaram em inúmeras publicações e apresentações em eventos, sendo a publicação mais importante o livro supracitado.

Rodrigo dos Santos Oliveira tem desenvolvido pesquisas sobre povos nômades considerados bárbaros pelos escritores do Império Romano desde sua Iniciação científica (Bolsa FIPE/UFSM), até o doutoramento realizado a partir de 2021 no PPGH/UFSM. Sua pesquisa atual de doutorado tem como tema Os nômades da Eurásia e suas relações com o Império Romano entre os séculos VI e VII EC. Sua Dissertação de Mestrado foi intitulada *Entre ávaros e turcos: o estereótipo cita nômade na História de Menandro Protetor (século VI)*. Entre suas publicações, destacamos o artigo: *O cita nômade como estereótipo na Antiguidade: Heródoto, Hipócrates e a gênese de uma concepção* (*Revista Romanitas*, 2022) e o capítulo *Estereótipo e desumanização nas representações sobre os hunos (séculos IV-V EC)*, publicado em coautoria com a orientadora no livro *Desigualdade social na Antiguidade: agenciamentos e linhas de fuga* (2023). Seu mestrado foi realizado com Bolsa CAPES, da mesma forma como o doutoramento está sendo realizado.

Outros três trabalhos de mestrados foram realizados no âmbito do Projeto Barbaridade, são eles: *Conhecimento astrológico e fronteiras culturais na Alexandria do Principado Romano* (de Vinícius de Oliveira da Motta, defendido em 2019 na UFSM; *Conduziu as*

mulheres aos combates bélicos e atribuiu aos homens humilhação e escravidão: a barbaridade do feminino e a feminilidade do bárbaro nas Amazonas de Diodoro Sículo (século I a.C.) (de Dandara Perlin Pereira, defendido em 2021 na UFSM) e *Alexandre Magno como homem-fronteira: virilidade e identidade greco-romana na construção do monarca macedônio de Plutarco e Arriano* (de Henrique Hamester Pause, defendido em 2021 na UFSM). Todos os Mestrados citados acima foram realizados com auxílio/bolsa da CAPES e resultaram em várias publicações e apresentações em eventos.

Em relação aos trabalhos de Iniciação científica dentro do Projeto Barbaridade, além das já citadas pesquisas de Gabriel Freitas Reis e Rodrigo dos Santos Oliveira, destacamos as pesquisas de Fábio Pimentel (*Barbaridade: representações dos inimigos bárbaros cartagineses por Tito Lívio na obra Ab Urbe condita*, 2016-2019), Renan do Amarante Gonçalves (*Barbaridade: representações dos prazeres dos bárbaros germânicos na obra Germânia, de Tácito*, 2016/2017), Pedro Vieira Marques de Oliveira (*Representações de Cômodo, o imperador gladiador*, ano de 2019). A Iniciação científica de Renan do Amarante Gonçalves contou com Bolsa CSA/CCSH por um período de alguns meses. As pesquisas de Fábio Pimentel e Pedro Vieira Marques de Oliveira resultaram em seus Trabalhos de Conclusão de Graduação, o primeiro defendido em 2018 e o segundo em 2019 na UFSM. Todas estas pesquisas foram apresentadas na ocasião de eventos acadêmicos, gerando publicações de resumos científicos e, algumas delas, de capítulos de livros. Muitas das pesquisas dos estudantes citados estão publicadas como capítulos na coletânea *Fronteiras culturais no Mundo Antigo: Ensaios sobre Identidades, Gênero e Religiosidades*, organizada por Semíramis Corsi Silva e Anderson de A. Martins Esteves, publicada pelo Departamento de Letras da UFRJ em 2018, contando com auxílio FIPE/UFSM para a tiragem dos exemplares impressos.⁵

⁵ E-book disponível em:

https://www.academia.edu/41524230/Fronteiras_Culturais_no_Mundo_Antigo_Ensaios_sobre_Identidades_G%C3%AAnero_e_Religiosidades.

As pesquisas dos estudantes supracitados foram orientadas pela autora deste texto e coordenadora do Projeto Barbaridade.

Desdobramentos em uma proposta de ensino e de extensão universitária

A universidade pública brasileira é o espaço da pesquisa por excelência em nosso país. Mas, além da pesquisa, dois outros pilares devem ser mantidos com qualidade dentro deste espaço: o ensino e a extensão. Por se tratar de um curso de graduação em História com Licenciatura (além de termos na UFSM também o curso de Bacharelado em História), o Projeto Barbaridade não deixou de se desdobrar em uma proposta de ensino. Por dois anos seguidos, 2017 e 2018, houve o desenvolvimento do Projeto *História Antiga e fronteiras entre o saber escolar e acadêmico: uma busca de integração por meio da produção de materiais didáticos voltados ao debate de gênero em sala de aula* (2017) e do Projeto *Por uma História prazerosa e consequente: mitologia grega, gênero e documentos históricos em sala de aula* (2018). Ambos os projetos foram desenvolvidos pela estudante de graduação Dandara Perlin Pereira, sob coordenação/orientação da autora deste capítulo. O objetivo geral foi desenvolver um material guia para professores da Educação Básica, auxiliando no trabalho com fontes históricas em sala de aula, mais especificamente com fontes que tratassem do tema mito, gênero e construção de identidades e alteridades. Escolhemos trabalhar com o mito grego das mulheres amazonas (consideradas bárbaras pelos gregos e romanos), trazendo para o trabalho fontes gregas que tratam do mito e reflexões e orientações sobre como utilizá-las em sala de aula. Diante disso, o projeto desenvolveu um vídeo para uso de professores/as da Educação Básica. A pesquisa também resultou no Material didático Rebelião de Boudica (um folder com instruções didáticas para uso de professores do 1º ano do Ensino Médio). Durante

2017 e 2018, os projetos foram apoiados com a Bolsa do Programa de Licenciaturas da UFSM para a referida estudante.⁶

O Projeto acima também resultou na publicação de 2 artigos acadêmicos e 1 capítulo de livro desenvolvidos pela estudante: *Gênero na Grécia Antiga em Materiais Didáticos: uma análise comparativa entre o Projeto Mosaico e um produto do Programa de Licenciaturas* (Revista Aedos, 2019), *Homoerotismo no Principado Romano e o polêmico trabalho com gênero na educação básica: uma proposta de material didático* (em coautoria com Henrique Hamester Pause, publicado na Revista Alethéia, 2018) e *Fronteiras entre o saber escolar e o acadêmico: mitologia grega e gênero no ensino de História Antiga* (capítulo da coletânea *Fronteiras Culturais no Mundo Antigo: Ensaios sobre Identidades, Gênero e Religiosidades*, 2018).

Visando promover e se adequar aos três pilares da universidade pública, o Projeto Barbaridade se desdobrou também em extensão universitária com o Podcast Diálogos Olímpianos. O Podcast foi lançado em abril de 2020 visando trazer o conhecimento produzido na universidade sobre as sociedades antigas de forma acessível, divertida e prazerosa através de episódios disponibilizados em plataformas abertas na internet. Os episódios são em diferentes formatos: bate papos com pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de estudos sobre a Antiguidade, entrevistas e comentários de fontes antigas, comentários de trabalhos contemporâneos sobre a Antiguidade e divulgação das pesquisas e estudos realizados pelo GEMAM.

Como o projeto de extensão do Podcast, buscamos atingir um público amplo que não se limite apenas a estudantes universitários, para isso tratamos dos temas com uma linguagem

⁶ O vídeo encontra-se no canal do GEMAM no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=pfTJ6OSVaw>.

O Material didático Rebelião de Boudica (Partes I e II) encontra-se na página Academia.edu do GEMAM: https://www.academia.edu/32428659/Material_did%C3%A1tico_A_REBELI%C3%83O_DE_BOUDICA_PARTE_1_pdf (Parte 1) e https://www.academia.edu/32428691/Material_did%C3%A1tico_A_REBELI%C3%83O_DE_BOUDICA_PARTE_2_pdf (Parte 2).

mais acessível. No entanto, nos preocupamos em não deixar de apresentar o conteúdo de forma interpretativa, estrutural, problematizada e a partir do rigor das pesquisas científicas. Esperamos, com isso, ampliar o conhecimento público sobre elementos das sociedades antigas, propondo discussões que levem à reflexão crítica sobre a imperiosa e tradicional morfologia da História Antiga, dividida no binômio Antiguidade Clássica e Antiguidade Oriental. Dessa maneira, apresentamos nosso interesse em pensar e divulgar a pluralidade de experiências e de sociedades na chamada Antiguidade a partir da perspectiva da integração, das fronteiras culturais e do debate interdisciplinar.

Em relação aos povos chamados de bárbaros, até o presente momento, foram elaborados 6 episódios, são eles: Episódio 16. Bárbaros e Barbaridades (Comentário por Gabriel Freitas Reis e Rodrigo dos Santos Oliveira), Episódio 18. Boudica: a rainha guerreira (Entrevista com Tais Pagoto Bélo), Episódio 27. Átila e os Hunos (Comentário por Rodrigo dos Santos Oliveira), Episódio 47. O Mito das Amazonas e a Mulher-Maravilha (Comentário por Dandara Perlin Pereira), Episódio 49. O rei Genserico e os vândalos (Comentário por Gabriel Freitas Reis) e Episódio 64. O primeiro Império Turco da Eurásia (Comentário por Rodrigo dos Santos Oliveira)

Além destes episódios, no primeiro e mais ouvido episódio do Podcast (Episódio 1. O Orientalismo segundo Edward Said), a coordenadora do projeto apresenta pontos essenciais da obra *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said, tratando, assim, também de questões pertinentes a construções de identidade, alteridades e barbaridades.

Conclusões gerais quanto ao conteúdo temático

Por meio das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Barbaridades, sempre debatidas entre nós em reuniões e eventos, foi possível concluir que durante o Império Romano, a fim de consolidar o poder imperial e as conquistas territoriais, as elites governantes criaram o que chamamos de *ordem imperial romana*. Ou

seja, um espaço de governabilidade, debates e negociações que só foi possível por meio da consolidação de elementos de uma cultura em comum compartilhada pelos membros dessa mesma elite.

Assim sendo, mesmo o Império Romano tendo sido um mosaico de povos e culturas muito diferentes, as elites governantes criaram mecanismos culturais para se comunicar, se unir e manter o poder imperial, tão importantes quanto os próprios mecanismos militares e outros mecanismos administrativos. Dentre estes elementos estava a construção do bárbaro, ou seja, o *outro* não greco-romano, que podia estar dentro da própria Roma e de seu Império e não necessariamente fora dele. Adentrar neste modelo de cultura greco-romana aristocrática foi fundamental para cidadãos que queriam fazer parte da elite que administrava o Império.

Esta ordem imperial, então, foi projetada através de adaptações nos elementos da cultura material, na adoção do grego ou do latim por membros do exército e como língua de diplomacia (o grego nas partes orientais e o latim nas ocidentais), em formas de se vestir e se auto apresentar, na arquitetura, em padrões de virilidade, em tipos de objetos usados no cotidiano etc. Tais elementos foram fundamentais para a unidade imperial em meio às diversidades. Essa unidade, por sua vez, foi propagada nos textos dos aristocratas que estudamos neste projeto. Tais textos, assim, foram um importante meio de divulgação de um modo de vida greco-romano urbano que se opunha ao modo de vida construído como típico de bárbaros, a selvageria.

Dessa maneira, compreendemos a identidade político-cultural greco-romana como um sistema de valores compartilhados, criado, recriado e articulado pelas elites do Império Romano a fim de se reconhecerem como membros de um grupo maior dentro do Império Romano, visando poder e controle. Tal identidade político-cultural era reconhecida pela existência de uma *paideia/humanitas* formadora dos valores da *romanitas* que, por sua vez, variava nos contatos com as diferentes

culturas dentro do Império e conforme os diferentes indivíduos e grupos dentro de uma mesma comunidade.

Porém, mesmo pensando em elementos de ordenamento e unidade, nossos estudos não deixaram de perceber o Império Romano como uma variedade de povos e sociedades no qual nunca houve uma uniformidade. Vimos como houve uma rearticulação de elementos étnico-culturais provinciais com elementos da identidade político-cultural greco-romana, mas sem romper com as diversidades de maneira geral. Assim, na dissertação de mestrado de Vinícius de Oliveira da Motta foi demonstrado como o controle político-administrativo do Egito pelos romanos não implicou sumariamente em um processo de imposição cultural, havendo adaptações e negociações em encontros culturais. Tais encontros foram vistos pelo mestrando nos textos astrológicos e nas instituições de conhecimento da cidade de Alexandria, a capital da província romana do Egito. Nesta pesquisa, Motta demonstrou como saberes de povos considerados bárbaros, como povos mesopotâmicos e egípcios, fundiam-se a elementos da cultura greco-romana das elites e eram utilizados mesmo por imperadores romanos, que buscavam em Alexandria respostas astrológicas e religiosas para seus anseios políticos.

Adentrando pontualmente na construção do que era o ser bárbaro no contexto romano, na pesquisa de Iniciação científica do estudante Fábio Pimentel sobre a visão que Tito Lívio nos apresenta sobre os cartagineses em suas *Histórias (Ab urbe condita)*, foi possível ver como Lívio representa os cartagineses não como bárbaros, mas como povos com grande nível de organização política, administrativa, militar e cultural de maneira geral, tal como eram os próprios romanos na visão do escritor que era também romano. Assim, ao que foi concluído, o intuito de Lívio em não apresentar os primeiros grandes inimigos de Roma como bárbaros foi ensinar moralmente aos romanos como eles puderam vencer povos de grande capacidade. Além disso, Lívio escrevia em um momento de empolgação e otimismo pelas benesses trazidas pelo imperador Augusto (27 AEC – 17 EC) às elites romanas que

o apoiaram, exaltar Roma e divulgar o ideal de identidade romana era algo que poderia mostrar esse otimismo aos leitores e colaborar na consolidação do que estamos chamando como ordem imperial.

Durante seu Mestrado Dandara Perlin Pereira, ao estudar as *Histórias* escritas por Diodoro Sículo, contemporâneo de Tito Lívio, percebeu a construção do mito das amazonas por este historiador interseccionando elementos de gênero e de identidade cultural na construção de mulheres bárbaras que são a oposição perfeita aos modelos de virilidade esperados destes homens das elites do Império Romano. Assim sendo, no momento de consolidação do poder de Roma e da autoridade de um *princeps*, que foi o momento em que Tito Lívio e Diodoro Sículo estavam escrevendo, criar o antimodelo de cultura em termos de gênero e comportamento parece ter sido um ponto importante que aparecerá nas amazonas de Diodoro.

Na mesma linha de análise de intersecção de elementos de gênero e identidade cultural, Henrique Hamester Pause, em sua Dissertação de Mestrado, percebeu como o historiador Arriano e o biógrafo Plutarco (ambos escrevendo no século II EC) construíram a imagem do monarca macedônio Alexandre, o grande, como modelo de cultura e virilidade a ser seguido pelos imperadores romanos a quem os textos destes escritores se voltavam. Ao construir Alexandre como um monarca ideal, Plutarco e Arriano tiraram do macedônio possíveis elementos sobre sua barbaridade e sobre sua suposta passividade afetivo-erótica que lhe emasculariam e até o desumanizariam e passa a imagem ideal do bom governante aos imperadores (o *optimus princeps*).

Ainda na linha que percebe a construção do outro bárbaro interseccionada com elementos de gênero, nas pesquisas pessoais da coordenadora do projeto e autora deste texto, foi possível perceber como os historiadores Dião Cássio, Herodiano e o escritor da História Augusta construíram a imagem do imperador Heliogábalo cruzando sua identidade como sírio que não respeitava os costumes tradicionais romanos (o *mos maiorum*) com

elementos de gênero. O imperador Heliogábalo é nos textos o bárbaro por excelência, aquele que se veste e fala diferente porque é um bárbaro feminino, usa maquiagens estranhas, pratica ritos religiosos exóticos, foge dos padrões normativos de gênero, usa de forma desmedida dos prazeres, configurando-se como o oposto do ideal do *vir*, o cidadão romano. A pesquisa também adentrou no universo da produção numismática romana emitida durante o governo de Heliogábalo, foram percebidos como o imperador dialogou com elementos da cultura greco-romana das elites em sua autoapresentação nas imagens e nos usos de divindades, roupas e rituais mais tradicionais nas moedas. Entretanto, ao que parece, os escritores preferiram valorizar o que ele apresentava de siríaco, negando mostrar seu diálogo com a cultura das elites governantes por opções políticas em denunciar o imperador.

Nos estudos de Iniciação científica, Pedro Vieira Marques de Oliveira demonstrou a existência de um jogo de poder nas representações de imperadores em termos de barbaridade ou não, conforme a relação dos mesmos com as tradições dos romanos (*mos maiorum*), bem como com as elites, em especial com o Senado, nas construções da imagem do imperador Cômodo feitas por Dião Cássio e Herodiano. Em seu Trabalho de Conclusão de Graduação, Oliveira analisou, em especial, as representações que estes autores fizeram de Cômodo associado ao mito de Hércules e com a gladiatura. Tais elementos foram compreendidos pelo estudante estando presentes nos textos a fim de barbarizar e desumanizar Cômodo, o tirando dos valores esperados para um imperador romano e mesmo para toda elite governante leitora destes textos.

Assim, é possível ver como cerca de trezentos anos após a escrita da obra de Tito Lívio, pesquisada pelo estudante Fábio Pimentel, os valores da romanidade continuaram bem parecidos nos discursos escritos, opondo romanos a bárbaros em termos de língua, vestimentas e práticas religiosas e culturais de forma geral. Em especial, vemos os autores dos textos jogando com as representações da barbaridade conforme seus ideais políticos.

Assim como Lívio não considerava os cartagineses bárbaros a fim de elevar os romanos, segundo a hipótese apresentada na pesquisa de Fábio Pimentel, nas pesquisas da Profa. Semíramis Corsi Silva pudemos ver os historiadores Dião Cássio e Herodiano construindo a imagem de dois imperadores romanos de origens sírias (Heliogábalo e Severo Alexandre), da mesma dinastia e envoltos no sacerdócio da mesma divindade (o deus sírio Elagabal), de forma totalmente oposta, dependendo da relação que ambos os imperadores tiveram com as elites romanas, em especial com o Senado de Roma de onde provinha o escritor Dião Cássio e de onde o escritor Herodiano parece ter também falado, ainda que não fosse da ordem senatorial. Da mesma forma, foi possível ver como Cômodo, imperador que parece ter desagradado a elite senatorial, teve alguns elementos de sua apresentação usados para lhe barbarizar.

Saindo do contexto do Principado e adentrando na chamada Antiguidade Tardia, a pesquisa de mestrado de Gabriel Freitas Reis mostrou como o aristocrata galo-romano Sidônio Apolinário (século V EC), em seus Panegíricos e Epístolas, usou dos valores da *romanitas* e de sua *humanitas* retoricamente para se sobrepôr aos povos considerados bárbaros quando lhe foi necessário. No entanto, Sidônio Apolinário “desbarbariza” certos líderes de povos considerados bárbaros quando precisa negociar com eles.

O período histórico que o trabalho de mestrado do estudante Gabriel Freitas Reis abordou foi o século V EC, quando diversos povos bárbaros começam a constituir organizações políticas e obter benefícios econômicos dentro das fronteiras do Império Romano. É um momento muito distinto dos períodos trabalhados com as análises do que é ser bárbaro em Tito Lívio, Diodoro Sículo, Plutarco, Arriano, Dião Cássio e Herodiano. No entanto, foi possível ver, com as pesquisas de Reis, como mesmo Sidônio, um autor da Antiguidade Tardia, valorizou elementos da *romanitas* já desenvolvidos nos textos dos autores do passado clássico. Sidônio jogou com o binômio romanidade *versus*

barbaridade para manter suas terras e sua posição de aristocrata diante das formações de novas entidades políticas na Gália.

No mesmo contexto do século V EC, mas na parte do Império Romano do Oriente, uma configuração totalmente diferente do cenário em que viveu e sobre o qual escreveu Sidônio Apolinário, está Prisco de Pânio, historiador responsável por uma descrição única dentre os historiadores de seu contexto sobre os hunos e seu mais conhecido líder, Átila, com quem Prisco se relacionou pessoalmente por meio de uma embaixada. Os Fragmentos que chegaram para nós da obra de Prisco de Pânio foram o documento estudado no trabalho de Iniciação científica de Rodrigo dos Santos Oliveira. Prisco, diferentemente da totalidade de escritores anteriores, não apresenta Átila e os hunos como os mais bárbaros e selvagens dos povos. O Átila e os hunos de Prisco são humanos, seu Átila é comedido e cordial. Mesmo tendo uma escrita de caráter classizante e sendo portador dos valores da *romanitas*, Prisco, então, apresenta algo bem diferente para descrever o rei dos bárbaros por excelência. A hipótese apresentada no trabalho de Rodrigo foi que tal descrição realizada por Prisco está envolta também em seus jogos de poder, interesses e negociações com os hunos, uma vez que Prisco estava na corte de Átila como acompanhante de uma embaixada do Império Romano do Oriente. Ou seja, Prisco representou Átila e os hunos diferentes do que vinha sendo feito pelos historiadores porque tinha interesses diretos em negociar com Átila, algo que o estudante Gabriel de Freitas Reis já havia percebido em sua pesquisa ao analisar as representações do rei visigodo Teodorico por Sidônio Apolinário.

Em seu mestrado, ainda dentro deste projeto apoiado pela FAPERGS, Rodrigo dos Santos Oliveira analisou a perspectiva de autores romanos dos séculos V e VI EC sobre os grupos nômades presentes nas fontes, através do pressuposto de que havia uma alteridade entre dois *modi vivendi*: um primeiro, greco-romano, baseado na convivência em espaços urbanos e um segundo, nômade, fundamentado na vida sobre o cavalo e na movimentação constante pelo espaço da estepe.

Conclusões finais

A partir do que foi relatado, nossas pesquisas concluíram que foi criada uma identificação greco-romana entre as elites como elemento de ordem, poder, governabilidade e unidade dentro do Império Romano, sempre em oposição ao que era considerado ser bárbaro. No entanto, os autores dos textos estudados souberam negociar e jogar com essa identificação conforme seus interesses políticos e suas posições, podendo valorizar o ser bárbaro, retirar sua barbaridade ou até mesmo enfatizar retoricamente elementos de barbaridade de forma negativa dependendo de seus interesses, como foi o caso de Heliogábalo nos textos de Dião Cássio e Herodiano, conforme apontaram as pesquisas da autora deste texto, por exemplo.

A partir desse resultado, é possível dimensionar a importância de uma pesquisa realizada em grupo e com caráter coletivo como essa, na qual cada pesquisador, em sua diferente etapa formativa, pôde visualizar seu tema, percebendo as peculiaridades de seu texto e do autor estudado, mas também a inserção de seu autor em um contexto e em um tema de caráter mais amplo, como a criação de uma identidade cultural em meio às alteridades e diversidades. Nas Ciências Humanas não há uma tradição tão solidificada, como em outras áreas, de realização de pesquisas de caráter coletivo, quando cada pesquisador em seu recorte micro analítico faz parte de uma pesquisa maior com finalidades em comum. Porém, a experiência que pudemos ter com essa pesquisa financiada pela FAPERGS nos mostrou a importância desse tipo de pesquisa e o quanto um grupo pode enriquecer se objetivos, análises e experiências forem compartilhados.

A consciência de que esse tipo de trabalho deu certo pode ser verificada na continuação que a pesquisa teve com a entrada dos alunos Gabriel Freitas Reis e Rodrigo dos Santos Oliveira no doutorado.

Para finalizar, cabe ainda comentar, que a coordenadora do projeto continua com suas pesquisas sobre o imperador Heliogábalo, ainda percebendo os elementos da construção de sua barbaridade nos textos, mas adentrando o campo de suas possíveis práticas tidas como bárbaras através de um estudo da cultura síriaca do imperador.

Agradecimentos

Agradecemos à FAPERGS, ao Fundo de Incentivo à pesquisa da UFSM (FIPE) e à CAPES pelos auxílios financeiros para desenvolvimento do Projeto Barbaridade (Auxílio Recém-doutor - ARD FAPERGS, bolsas CAPES de mestrado e doutorado, bolsas FIPE de Iniciação científica e auxílios para publicações via editais FIPE). Agradecemos aos estudantes envolvidos no projeto. Nossos sinceros agradecimentos também aos organizadores deste livro pelo convite para publicar os resultados gerais do projeto.

Referências bibliográficas⁷

- BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- CARVALHO, M. M. de; GONÇALVES, B. C.; VIOTTI, A. C. Barbarização do exército e renovação historiográfica: novas perspectivas sobre o tema. **História. Questões e Debates**, v. 48/49, p. 147-163, 2009.
- CARDOSO, C. F. Etnia, nação e a Antiguidade: um debate. In: NOBRE, C. K.; CERQUEIRA, F. V.; POZZER, K. M. P. (Eds.). **Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo**. Pelotas/Canoas: Editora da UFPel e Editora da ULBRA, 2005, p. 87-104.

⁷ Para este texto optamos por informar apenas as referências bibliográficas principais e não todo material usado no projeto e nas pesquisas, o que seria muito extenso. Além disso, não referenciamos edições/traduições de fontes, uma vez que foram utilizadas mais de uma edição/tradução nas diferentes pesquisas abarcadas pelo Projeto Barbaridade.

- CARVALHO, M. M. de. **Paideia e Retórica no século IV d.C.** A Construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.
- CARRIÉ, J-M. Les Sévères. In: CARRIÉ, J-M.; ROUSSELLE, A. **L'Empire Romaine en mutation.** Des Sévères à Constantin. 192 - 337. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 49-88.
- CARRIÉ, J-M.; ROUSSELLE, A. **L'Empire Romaine en mutation.** Des Sévères à Constantin. 192-337. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- CARRIÉ, J-M. **Unificação política, globalização cultural e economia-mundo no Império Romano tardio.** Tradução de D. V. Gaia. Correção de F. Faversoni. Comunicação apresentada no III Encontro Regional do G. LEIR – UNESP/Franca em 19/09/2011, p. 01-24.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: um ensaio. **Mare Nostrum**, v. 01, p. 113-127, 2010.
- GUARINELLO, N. L. Império Romano e Identidade Grega. In: FUNARI, P. P. SILVA, M. A. O. (Orgs.). **Política e identidades no mundo antigo.** São Paulo, Annablume/FAPESP, 2009, p. 147-161.
- HARTOG, F. **Memória de Ulisses.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture.** Unity, diversity and empire. New York: Routledge, 2005.
- HINGLEY, R. **O imperialismo romano.** Novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.
- HUSKINSON, J. Elite culture and the identity of Empire. In: HUSKINSON, J. (Ed.). **Experience Rome.** Culture, identity and Power in the Roman Empire. New York: Routledge, 2000, p. 95-123.
- MACMULLEN, R. **Enemies of the Roman Order.** Treason, unrest and alienation in the Empire. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1966.

MILLAR, F. P. Government and Diplomacy in the Roman Empire during the First Three Centuries. **The International History Review**, 10 (03), p. 345-377, 1998.

MOLIN, M. Des médiateurs culturels au rôle importante: les administrateurs de l' Empire sous la Pax Romana (IIe. siècle et première moitié du IIIe. Siècle). In: GANGLOFF, A. (Ed.) **Médiatueurs culturels et politiques dans l'Empire Romain**. Voyages, conflits, identités. Paris: De Boccard, 2001, p. 59-69.

MOLINA, A. B. Relación entre la Constitutio Antoniniana y la Imitatio Alexandri de Caracalla. **Revista de estudios histórico-jurídicos**, (22), p. 17-29, 2000.

MOMIGLIANO, A. **Os limites da Helenização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

OLIVEIRA, R.; SILVA, S. C. Estereótipo e desumanização nas representações sobre os hunos (séculos IV - V EC). In: SILVA, F. N.; FUNARI, P. P. A.; RODRIGUES, S. H. C. (Orgs.). **Desigualdade social na Antiguidade**. Agenciamentos e linhas de fuga. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 227-261.

REIS, G. F. **Identidades e Fronteiras na Antiguidade Tardia**. São João de Meriti: Desalinho, 2021.

REVELL, L. **Roman imperialism and local identities**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SAID, E. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SILVA, S. C.; ESTEVES, A. A. M. (Orgs.). **Fronteiras culturais no Mundo Antigo**: Ensaio sobre Identidades, Gênero e Religiosidades. Rio de Janeiro: Letras/UFRJ, 2018.

SILVA, S. C.; VIEIRA NETO, I. (Orgs.). **Mitos, deusas e heróis**: ensaios sobre a Antiguidade e o Medieval. 1. ed. Goiânia: Edições Tempestivas, 2019.

SILVA, S. C. Heliogábalo vestido divinamente: a indumentária religiosa do imperador sacerdote de Elagabal. **ARYS. Antigüedad: Religiones y Sociedades**, v. 1, p. 251-276, 2019.

VEYNE, P. **Humanitas**: romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. *O homem romano*. Lisboa, Presença, 1992, p. 282-302.

- VEYNE, P. **O Império Greco-Romano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008.
- WHITMARSH, T. Greece is the world: exile and identity in the Second Sophistic. In: GODHILL, S. (Eds.) **Being Greek under Rome**. Cultural identity, the Second Sophistic and the Development of Empire. Cambridge, Cambridge University Press, 2001, p. 269-305.
- WOOLF, G. **Becoming roman, staying greek**: Culture, identity and civilizing process in the Roman East, *PCPhs*, 40, 1994, 116-143.
- WOOLF, G. **Becoming roman**. The origins of provincial civilization in Gaul. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA E O LUGAR DA HISTÓRIA ANTIGA NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO SÉCULO XIX

Nádia Narcisa de Brito Santos
José Petrucio de Farias Junior

A fase inaugural da periodização do ensino de História em solo brasileiro, intitulada *A construção do ensino de História no Brasil (1838-1931)*, revela-se intrinsecamente vinculada à consolidação das bases institucionais da educação nacional. Conforme elucidam Schmidt (2012) e Nadai (1993), esse período carrega em seu âmago a fundação do Imperial Colégio de Pedro II, erguido na cidade do Rio de Janeiro, sob a regência de Araújo Lima, em 1837. A criação dessa instituição, concebida como modelo do ensino secundário, irradiou sua influência por todo o país, moldando as práticas pedagógicas até as fronteiras do século XX. Nesse interregno, a organização do ensino estruturou-se em três níveis distintos: primário, secundário e terciário.

Segundo Bittencourt (2008), o ensino primário, também denominado de escola elementar ou de primeiras letras era acessível apenas às classes sociais de maior poder aquisitivo e destinava-se a proporcionar as habilidades básicas de leitura, escrita e aritmética. No ensino secundário os discentes aprofundavam seus estudos, preparando-se para o ingresso no Ensino Superior ou para o exercício de um trabalho.

Este também era mais comum entre as classes média e alta. Por sua vez, o ensino superior ou terciário era o nível mais elevado de educação formal, destinado à formação profissional e acadêmica. As instituições de Ensino Superior incluíam universidades, faculdades e escolas técnicas, oferecendo cursos de graduação. O acesso a este nível de ensino era bastante restrito, com poucas vagas disponíveis e altos custos associados,

o que limitava a sua participação às elites socioeconômicas da época (Ghiraldelli Junior, 2008).

Foi com o Regulamento de 1838 do Imperial Colégio de Pedro II que a História firmou suas raízes como componente curricular, a partir da sexta série, inaugurando assim sua construção como disciplina formal. Entre as nuances que tingem esse período, destaca-se, segundo Nadai (1993), a marcante influência das correntes europeias de pensamento histórico, especialmente aquelas oriundas da França, local considerado como o nascedouro do saber histórico no âmbito acadêmico-científico e escolar. Nesse cenário, o conhecimento histórico floresceu sob a égide do método científico positivista¹, que, ancorado nos princípios das ciências naturais, estabeleceu-se como a pedra angular da formação intelectual no Brasil.

Sob o prisma do paradigma positivista, conforme expõe Nadai (1993), a História trilhou o caminho do evolucionismo no qual a narrativa da Europa Ocidental era erigida como a única e autêntica “história da civilização”. A história da pátria, por sua vez, figurava como mero apêndice desta matriz europeia. Tanto a história nacional quanto os estudos sobre o Brasil eram reduzidos a um repositório árido de biografias de homens considerados ilustres, datas “importantes” e batalhas “épicas”. Além disso, seguia-se o rígido esquema quadripartido da

¹ O positivismo é uma corrente filosófica e científica que surgiu no século XIX, tendo como fundador o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), influenciando a produção do saber em diversos campos das ciências humanas. Esse paradigma encontra-se fundamentado na ideia de que o conhecimento autêntico e válido é aquele derivado de dados empíricos e sensíveis, obtidos através da observação e da experimentação. Esta abordagem rejeita qualquer conhecimento baseado em metafísica, religião ou especulação. O positivismo enfatiza a importância do método científico como a única via para se alcançar o conhecimento verdadeiro e útil, propondo a evolução da sociedade por meio de estágios distintos. Seus princípios básicos continuam a orientar a prática científica contemporânea, ainda que tenham surgido várias críticas e transformações do pensamento positivista ao longo do tempo, especialmente no século XX, com as novas correntes filosóficas e metodológicas. Ver: Comte (s.d.)

historiografia tradicional, que organizava o tempo histórico em quatro grandes períodos — Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea —, enquanto os modos de produção, desde a comunidade primitiva até o capitalismo, serviam como lentes explicativas dessa “progressão linear da humanidade”.

A cronologia constituía o alicerce sobre o qual se delineava o estudo da História do Brasil, sendo a narrativa estruturada a partir das “grandes descobertas” marítimas protagonizadas por portugueses e espanhóis nos séculos XV e XVI, culminando com a instauração da República². Esse fio temporal estabelecia uma conexão direta entre a História do Brasil e a História Universal, situando o processo de colonização como parte integrante do movimento expansionista europeu, impulsionado pelas navegações e pela busca de novos territórios (Farias Júnior; Guimarães, 2020).

Farias Júnior (2020) elucida como o conceito de nação³, que se tornaria um vetor central na historiografia de diversos acadêmicos no século XIX, possibilitou a formulação de uma perspectiva sobre o passado que se articulava em torno do que se convencionou denominar de História Universal. Esta é entendida

² Esse aspecto não sofreu grandes alterações nos conteúdos apresentados nos livros didáticos do século XXI. Ver: Santos (2020).

³ Anderson (1989) entende nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. O autor argumenta que uma nação é uma comunidade política “imaginada” porque se baseia em um senso de pertencimento compartilhado entre seus membros, mesmo que muitos deles nunca se encontrem pessoalmente. A nação é descrita como “limitada”, **por possuir** fronteiras definidas, e “soberana”, **pois** detém autoridade política sobre seu território. Essa ideia de nação emergiu historicamente durante o período do Iluminismo e das revoluções do século XVIII na Europa, quando o conceito de autoridade divina sobre os reinos foi desafiado, abrindo espaço para a concepção de comunidades políticas baseadas na vontade dos seus membros. O conceito de nação de Anderson (1989) destaca sua natureza construída, imaginada e política, que se tornou central na organização e identificação das sociedades modernas ocidentais eurocêntricas. Ver: Anderson (1989).

pelo autor como uma síntese abrangente dos acontecimentos que transcendem experiências locais e abarcam todas as nações.

Entretanto, é crucial reconhecer que tal abordagem não é isenta de críticas; ela tende a universalizar narrativas específicas, frequentemente ancoradas nas experiências dos Estados-nações europeus, em detrimento da pluralidade e das complexidades culturais de outras sociedades. Assim, corroboramos com Farias Júnior (2020), ao afirmar que a pretensão de englobar a totalidade da experiência histórica sob um único manto conceitual pode resultar em simplificações e omissões significativas, perpetuando uma visão eurocêntrica que marginaliza vozes e narrativas de sociedades menos representadas na História.

A História do Brasil, ao lado da História Universal, era ensinada com o objetivo de conectar os acontecimentos e processos históricos nacionais aos “grandes” movimentos da história mundial, como o Iluminismo e as Revoluções Liberais. Essa inter-relação visava a formação de uma identidade nacional que, embora emergente, estivesse alinhada ao “progresso” e às transformações ocorridas no cenário europeu. Dessa maneira, o ensino da História Universal oferecia a moldura teórica e conceitual para que os estudantes pudessem interpretar os eventos da História do Brasil dentro de um cenário mais amplo, com as influências externas que impactaram a realidade do Império.

Nesse sentido, prevalecia o método de ensino centrado na memorização de eventos históricos, um exercício rigoroso e contínuo que demandava dos discentes recapitulações sucessivas dos principais fatos da história nacional. Exemplar disso era o que se solicitava aos estudantes: “Cada início de novos estudos era pedido uma ‘recapitulação sumária dos fatos mais importantes de História do Brasil desde 1500 até 1580’ (terceiro ano) ou ‘recapitulação dos fatos mais importantes da História do Brasil desde 1707 até 1750’ (quarto ano).” (Nadai, 1993, p. 148). Esse método, embora mecanicista, reforçava a fixação de uma

linha temporal da história do Brasil vinculada aos movimentos da expansão europeia.

Nessa conjuntura, a edificação do saber histórico sobre a história do Brasil, conforme enfatiza Guimarães (1988), foi singularmente impulsionada pelo projeto historiográfico capitaneado por intelectuais do país, muitos oriundos de famílias abastadas que, em 1838, protagonizaram a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A partir dessa instituição, um dos principais objetivos era não apenas sedimentar a História como uma disciplina⁴ de rigor científico e acadêmico em solo nacional, mas também inscrever nas páginas da memória coletiva uma narrativa que exaltasse a nação. Tal narrativa dava primazia às figuras “proeminentes” do cenário político, erigindo-as como baluartes da construção da identidade nacional, forjando assim uma história enraizada nos feitos de grandes homens e nos marcos fundadores da pátria.

O IHGB erigiu uma interpretação da história do Brasil alicerçada no paradigma positivista que exaltava o papel “civilizador” e “progressista” do Estado, primeiramente sob o estandarte português e, a partir de 1822, sob a égide do nascente Estado brasileiro. Ao longo do século XIX, essa instituição contribuiu para a consolidação das elites políticas e intelectuais, desempenhando um papel crucial na tessitura dos mitos fundadores e no imaginário coletivo da nação.

⁴ Nos séculos XVII e XVIII, o termo “disciplina” começou a ser associado à instrução e ao ensino regular, principalmente com a criação das escolas e das universidades modernas. Assim, “disciplina” passa a ser entendida como o conjunto de regras, normas e métodos utilizados para garantir a ordem e o bom funcionamento das instituições educacionais, bem como para orientar o comportamento dos estudantes. Ao longo do tempo, esse termo também esteve atrelado a campos específicos do conhecimento, como “disciplina científica”, referindo-se a uma área de estudo com métodos, teorias e práticas próprias. Isso reflete a especialização crescente e a fragmentação do conhecimento em diversas áreas do saber, cada uma com sua própria disciplina ou conjunto de disciplinas. Ver: Chervel (1990).

Ao articular o Brasil como parte intrínseca do ocidente cristão, o IHGB contribuiu para a inserção do país no rol das nações ditas civilizadas, concebendo-se assim uma visão histórica que legitimava as elites no poder e estabelecia a nação como herdeira direta de um destino glorioso, em harmonia com os ideais de progresso e ordem. Como pontua Guimarães (1988), o IHGB não foi apenas um guardião do passado, mas um arquiteto do imaginário histórico-nacional.

Conforme assevera Abud (2023, p. 29), “A História enquanto disciplina não nasceu solitária. Teve, ao seu lado, como irmã gêmea, a História acadêmica.”. Essa afirmação ilustra a íntima simbiose entre o IHGB e o Imperial Colégio de Pedro II, cuja relação se entrelaçava à medida que os membros do Instituto assumiam também o papel de preceptores no referido Colégio. As decisões emanadas do IHGB acerca da História influenciavam os currículos escolares, sendo os professores os artífices encarregados da concepção dos programas educativos.

Durante a segunda metade do século XIX, tanto o Imperial Colégio de Pedro II quanto o IHGB ocupavam o patamar de prestigiados centros de produção de saber histórico, partilhando um arcabouço conceitual e uma agenda comum. Tal produção intelectual, porém, era, em grande medida, direcionada aos eventos de cunho político e militar, destacando-se, em suas narrativas, homens brancos, cristãos e de origem europeia, imbuídos das mais altas esferas de poder. Dessa forma, a historiografia escolar tornava-se essencialmente factual, biográfica e elitista, como salienta Abud (2023).

Todavia, Bittencourt (2023) nos alerta para o fato de que a história escolar não se resume a ser uma mera transposição mecânica da história acadêmica. Ao contrário, ela se configura por meio de um processo intrincado, no qual convergem o saber erudito, os valores da sociedade que a acolhe, as práticas pedagógicas vigentes e as questões sociais do momento histórico em que se insere. Nesse sentido, notamos que, no período de consolidação do Brasil como nação, após a Independência em

1822, a História acadêmica e a História escolar encontravam-se em consonância em seus desígnios mais amplos, ao articular e difundir, cada qual a seu modo, a noção de uma nacionalidade “genuína” para o Brasil.

Nesse intrincado panorama, o IHGB devotava-se à incumbência de edificar uma identidade nacional para o Brasil, ao passo que o Imperial Colégio de Pedro II se erguia como palco onde o sentimento de nacionalidade era diligentemente inculcado nas mentes dos filhos das elites, preparando-os para assumir os mais altos postos de poder no país. Em paralelo, tanto o Instituto quanto o Colégio buscavam erigir um saber que reconhecesse, ao menos em aparência, a pluralidade da sociedade brasileira e de seu passado, pautado por uma perspectiva evolucionista.

Convém destacar que tal empreendimento aspirava forjar uma concepção de nação alicerçada na suposta colaboração entre europeus, povos afrodiaspóricos e indígenas. No entanto, é imperioso ressaltar que, nessa narrativa, os povos africanos e indígenas eram, com frequência, representados de modo tangencial e passivo, inseridos em uma narrativa histórica que sublinhava, com veemência, a suposta superioridade da contribuição europeia (Nadai, 1993).

A independência do Brasil e a formação do Estado imperial impuseram a necessidade de se construir a nação, que até então não existia. Cabia instituir no país uma unidade territorial, política e ideológica, criando uma memória coletiva que unificasse as populações em torno de uma única identidade histórica e cultural. A ideologia do novo Estado brasileiro baseava-se nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco. Aos políticos e intelectuais do oitocentos colocava-se, então, um grande desafio. Como construir uma nação e uma história de brancos a partir de uma realidade repleta de índio e negros? (Almeida, 2020, p. 137).

Como aponta Almeida (2020), essa tentativa de construir uma “história de brancos” em um cenário multirracial implicava não apenas a exclusão deliberada das histórias dos povos afrodiaspóricos e indígenas, mas também a imposição de uma visão distorcida que celebrava a herança europeia como o único vetor de “civilização” e “progresso”, ao passo que marginalizava e subalternizava os demais grupos étnicos. Nesse panorama, o ensino de História passou a ser utilizado como instrumento de construção e consolidação política da identidade nacional. A História da África e da América foram sistematicamente relegadas a um plano secundário nos currículos escolares, perpetuando uma narrativa eurocêntrica e excludente acerca da “nação Brasil” (Bittencourt, 2018).

Dessa maneira, a história oficial, imbuída de vieses seletivos, não apenas velou a multiplicidade cultural que constitui o Brasil, mas também consolidou um arcabouço de exclusão social e epistemológica, cujas reverberações ecoaram e ainda ecoam por incontáveis gerações. As elites dominantes da época assumiam para si o pretensão direito de editar a narrativa histórica conforme seus interesses particulares, articulando o passado como uma trajetória ininterrupta de progresso da humanidade em direção a uma nação idealizada. Nessa perspectiva, a interpretação histórica não apenas desempenhava o papel de legitimar o poder dessas elites, mas também de fomentar a ilusão de uma suposta unidade e coesão nacionais, artificialmente construídas para reforçar suas próprias estruturas de dominação.

Farias Júnior e Guimarães (2020) apontam que:

Tendo em vista os esforços pela implantação de propostas educacionais padronizadas à Nação, o uso de livros escolares, chancelados pelo Ministro do Império, tornava-se condição *sine qua non* [sem a qual não] à pretendida homogeneização da instrução pública que se direcionava, por sua vez, à formação de uma categoria social dirigente que passaria a se identificar (e se diferenciar) pelo uso

de certos códigos culturais [...] (Farias Júnior, Guimarães, 2020, p. 823).

Ao debruçar-se sobre os compêndios didáticos⁵ do Brasil oitocentista, Farias Júnior e Guimarães (2020) asseveram que, ao propagar signos culturais específicos, como a moral cristã, a narrativa escolar de História exercia grande impacto nas ações dos indivíduos tanto quanto sobre a própria percepção que os estudantes tinham de si mesmos e do tecido social ao qual estavam inseridos.

Segundo os autores, esse discurso forjou um ideal de cooperação e unidade nacional, cultivando a sensação de pertencimento a uma comunidade política singular. Nesse panorama, os materiais didáticos difundiam uma concepção histórica que legitimava a construção de uma identidade nacional, alicerçada em visões de mundo e expectativas à semelhança dos estados-nação europeus. Promovia-se, para os referidos autores, a ideia de uma unidade nacional fundamentada na adesão aos valores cristãos e à moralidade ocidental.

Os princípios morais inculcados nas escolas eram, em grande medida, fundamentados em valores religiosos, e a conduta esperada dos estudantes era rigorosamente moldada por tais preceitos de matriz europeia. Sendo assim, a metodologia aplicada ao ensino de História era frequentemente ministrada através do método catequético, um modelo didático que privilegiava perguntas e respostas destinadas a “facilitar” a

⁵ Cabe aqui diferenciar compêndio e livro didático. Os compêndios, amplamente utilizados até o século XIX, consistiam em obras didáticas concisas que sintetizavam o conhecimento sobre determinados temas, como, por exemplo, a história do Brasil. Em contraste, o livro didático é a nomenclatura dada às obras elaboradas para guiar o processo de ensino-aprendizagem, alinhado a currículos específicos. Este material fornece explicações, atividades e avaliações para facilitar o aprendizado contínuo e em sentido progressivo. Os livros didáticos passam por um rigoroso processo de avaliação, iniciado no Brasil em 1929, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

memorização dos fatos históricos. Nesse limiar, os discentes eram encorajados a decorar informações históricas tidas como “fundamentais”, em detrimento a uma compreensão crítico-reflexiva (Fonseca, 2003).

A prática de resumos também era aplicada para auxiliar na memorização. Conforme Bittencourt (2008, p. 85):

Tal resumo seguia um roteiro apresentado como “Quadro sinótico”, dividido em “Personagens”, “Atributos”, “Feitos e acontecimento” e “Datas”. Pelo compêndio de Macedo pode-se perceber que o método exigia decoração, mas requisitava, pela produção do quadro sinótico, outros esquemas comparativos e analógicos que, por sua vez, auxiliavam na memorização do que era considerado essencial no aprendizado da História.

O caráter enciclopédico dos compêndios dar-se-á em vista a condensação de um grande volume de informações em um formato resumido e sistemático acerca de um tema específico. O estilo de escrita é direto e objetivo, com ênfase na clareza e na concisão, evitando detalhes excessivos que possam dificultar a consulta rápida. Esses livros muitas vezes ditavam a maneira “correta” de ministrar aulas, enfatizando a memorização de datas, fatos e “principais” acontecimentos históricos (Lima, 2020).

Bittencourt (2008) assevera que o método de memorização descontextualizada, amplamente propagado pelos compêndios, privilegiava uma repetição mecânica de informações a qual, em essência, obstaculizava o desenvolvimento do pensamento crítico e a reflexão sobre os eventos históricos. Em vez de fomentar uma compreensão analítica e significativa, tal abordagem enciclopédica inclinava-se a gerar um aprendizado superficial, no qual os discentes eram capazes de recitar fatos e datas, mas revelavam dificuldades para

contextualizar ou interpretar de maneira substancial os acontecimentos estudados.

Ademais, é pertinente salientar que a palmatória, instrumento utilizado para punição por erros ou imprecisões na memorização, era uma prática recorrente, o que evidenciava uma abordagem disciplinar inflexível. Tal prática espelhava uma visão educacional rígida e punitiva, na qual a memorização precisa e a disciplina severa eram intensamente valorizadas, sendo consideradas pilares indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem (Bittencourt, 2018).

Entre as décadas de 1850 e 1870 deu-se a implementação do primeiro Programa de Ensino sancionado pelo Conselho Diretor, instituição estabelecida pelo regulamento de 17 de fevereiro de 1854, resultante da Reforma Educacional promovida por Couto Ferraz (1854) e da posterior reforma conduzida por Leôncio de Carvalho, em 1878.

Por meio do Decreto 1.331 (Brasil, 1854), foi aprovado o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, que determinava a criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte –IGIPSC e, por extensão, do cargo de Inspetor Geral da Instrução, ligado ao Ministério dos Negócios do Império, cuja responsabilidade era fiscalizar e orientar o ensino público e particular nos níveis primário e secundário, estabelecer normas para o exercício da liberdade de ensino, reformular os estudos no Colégio Pedro II e os Exames Gerais de Preparatórios (Farias Júnior; Guimarães, 2020, p. 820).

Para os autores Farias Júnior e Guimarães (2020), a Reforma de Couto Ferraz representou um esforço governamental voltado à uniformização do ensino secundário em âmbito nacional, tendo por base a organização curricular implementada no Imperial Colégio Pedro II. Em tal perspectiva, o currículo dessa instituição assumiu, ao menos em teoria, o

papel de núcleo irradiador de diretrizes pedagógicas para as escolas secundárias provinciais. Ademais, os exames de acesso ao Ensino Superior foram igualmente regulamentados pelos programas de ensino emanados do Imperial Colégio de Pedro II, conferindo-lhe assim uma posição central na conformação dos padrões educativos da época.

Essa Reforma, além de estruturar a vigilância e o controle sobre as instituições educacionais, o corpo docente e as produções didáticas, trouxe consigo a criação de órgãos e cargos públicos dedicados à fiscalização. Não menos importante, tal intervenção, para Farias Júnior e Guimarães (2020), promoveu a difusão de um ensino religioso alicerçado nos valores da moral cristã, tanto no nível elementar quanto no secundário, reafirmando o papel da religião na formação educacional da época.

A Reforma de 1854 modificou o sistema de instrução pública secundária, o qual fora redistribuído em sete séries e em dois cursos distintos. O primeiro, denominado de 1ª Classe, abrangia cinco anos de estudos, ao término dos quais era conferido um certificado especial, habilitando os discentes ao exercício de profissões liberais. O segundo curso, de 2ª Classe, concentrava-se em um currículo mais erudito, composto por estudos avançados em Latim, Grego, Alemão, Italiano, além de disciplinas como Geografia e História Antiga, Geografia Medieval, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética. Os conteúdos de História nos anos finais, conforme o Programa de Ensino de 1856, dedicavam-se ao estudo das civilizações clássicas e medievais, sublinhando uma formação humanística refinada (Farias Júnior; Guimarães, 2020).

Nessa conjuntura, a Reforma Couto Ferraz revelou-se imbuída pelas discussões educativas e historiográficas que fervilhavam na França à época. Inspirada, em especial, pela Lei Falloux de 1850, tal reforma buscava conter o avanço de uma educação laica, tão desejada pelos republicanos franceses, ao promover o controle das congregações religiosas sobre a

administração das instituições de ensino. Assim, para Farias Júnior e Guimarães (2020), a legislação brasileira também se alinhava ao conservadorismo europeu, sobretudo francês, em sua tentativa de frear a secularização do ensino e reforçar os princípios morais e religiosos no ambiente educacional.

Nesse cenário, as primeiras gerações de livros escolares, conforme assinala Bittencourt (2020), encontram-se sob a influência estrangeira, constituindo-se no período em que, para a autora, “os estrangeiros são nossos modelos”. Os primeiros compêndios didáticos – como então eram designados os livros didáticos – foram elaborados no Brasil com o objetivo de atender às demandas do ensino secundário que surgiram logo após a chegada da família real portuguesa ao país.

De 1808 a 1822, a publicação dos livros estava sob a responsabilidade da Impressão Régia. A partir de 1822, as publicações tornaram-se responsabilidade de iniciativas privadas, sendo que até meados da década de 1860, as três editoras que mais se destacaram na produção de textos didáticos foram: B. L. Garnier (origem francesa), E & H. Laemmert (origem francesa) e Francisco Alves & Cia (origem portuguesa), que somavam 44,2% de toda produção nacional. Tais editoras localizavam-se no Rio de Janeiro (Farias Júnior; Guimarães, 2020, p. 823).

A primeira tipografia do Brasil, a Impressão Régia, dedicou-se principalmente à tradução de compêndios escolares, especialmente de professores franceses, para matérias como Química, História Natural, Física e Aritmética. Essa prática de traduzir compêndios franceses para o ensino primário e secundário era comum no século XIX, dado que o currículo aplicado no Brasil tinha origem na França. Segundo Bittencourt (2020, p. 5), “Livros de Latim, Retórica, Literatura, Religião, disciplinas que faziam parte do currículo humanístico, eram indicados para serem adotados pelos professores do então

Imperial Colégio de Pedro II”. Consoante com Nadai (1993, p. 146):

Coerentemente ao modelo proposto, desde o início, a base do ensino centrou-se nas traduções de compêndios franceses – para o ensino de História Universal, o compêndio de Derozoir; para História Antiga, o de Caiz; e para História Romana, o de Durozoir e Dumont. Reformas posteriores cuidaram de adequar o programa de estudos do Colégio às últimas modificações realizadas nos Liceus Nacionais da França. Na falta de traduções, apelava-se diretamente para os próprios manuais franceses.

Os compêndios escolares, em sua maioria, constituíam-se de traduções de obras didáticas francesas ou eram frutos de compilações das anotações de aula elaboradas pelos professores, baseadas nas lições contidas nos manuais europeus, igualmente de origem francesa. A adoção de modelos estrangeiros na produção dos primeiros compêndios educacionais no solo do Brasil revela, de forma contundente, a hegemonia cultural europeia no processo de institucionalização do saber escolar em nosso país.

A tradução e incorporação de materiais educativos europeus não apenas configura o currículo aplicado em terras brasileiras, mas também estrutura uma dependência intelectual em relação aos centros europeus de conhecimento. A escolha por compêndios franceses para disciplinas como Química, História, Física, Aritmética, Latim, Retórica, Literatura e Religião sublinha a posição de hegemonia europeia na determinação dos padrões educacionais e humanísticos da época.

Dessa forma, como salientam Farias Júnior e Guimarães (2020), as editoras estabelecidas em nosso território dedicavam-se à produção de materiais didáticos que se alinhavam, de maneira quase servil, aos programas curriculares majoritariamente inspirados nos modelos europeus. O

Regulamento da Instrução Provincial de São Paulo, de 1869, ordenava o seguinte: “Art. 95 – O Governo garante prêmios, em conformidade com a 2ª parte do Art. 56, àqueles que compuserem ou traduzirem compêndios, os quais serão sujeitos à disposição do § 4º do Art. 3º, combinado com a do Art. 4º” (Bittencourt, 2008, p. 58).

Dada a premente necessidade de compêndios escolares em língua portuguesa, a elaboração das obras tornou-se uma atividade amplamente incentivada pelo Estado, com o propósito de suprir as demandas educacionais, especialmente no âmbito do ensino secundário. Tratava-se, sem dúvida, de uma ocupação não apenas remunerada, mas também revestida de um significativo reconhecimento institucional, destinado a homens aos quais se esperava comprometimento com a nação e com os valores morais vigentes (Farias Júnior; Guimarães, 2020).

As obras que recebiam a chancela imperial demonstravam que não se aceitava qualquer escritor para tais produções. Segundo Farias Júnior e Guimarães (2020), era imperativo, para os autores, o domínio tanto da língua estrangeira quanto nacional, além de conhecimento dos conteúdos estabelecidos pelos programas de ensino, bem como uma certa influência política junto à Inspeção Geral e aos editores da época.

Os compêndios produzidos por autores brasileiros provinham de indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, sendo, em grande parte, professores públicos do Imperial Colégio de Pedro II, da Escola Militar, da Escola da Marinha ou magistrados com notável influência. Não obstante, muitos destes escritores mantinham estreitas conexões com o IHGB, além de terem sua averiguação da moralidade validada e possuírem formação acadêmica no exterior, especialmente na França. Outros, por sua vez, eram oriundos das Faculdades de Medicina e de Direito, das Escolas Militares ou ainda das próprias instituições de ensino secundário, bem como das Escolas Normais ou Seminários, locais onde se consolidava

uma instrução de caráter rigoroso e metódico (Bittencourt, 2008).

A transposição de paradigmas do Velho Continente evidencia a profunda influência exercida pelas tradições pedagógicas europeias que começaram a moldar as bases das diretrizes educacionais brasileiras, estabelecendo um vínculo quase inquebrantável entre o nosso nascente sistema educacional e os cânones intelectuais provenientes da Europa. Tal influência consolidou-se como alicerce na construção do cenário pedagógico nacional, reiterando a supremacia europeia sobre o desenvolvimento das práticas educativas no Brasil.

Uma das mais importantes foi a editora Aillaud, sediada em Paris. [...] Um autor muito divulgado por essa editora foi Cônego Roquette, que escreveu obras de religião, alfabetização e gramática. Também autores brasileiros, por iniciativa própria, encomendaram a confecção de suas publicações pela editora francesa, como foi o caso de Abílio Cezar Borges, que introduziu um novo gênero para o ensino: o livro de leitura (Bittencourt, 2022, p. 5).

Esses exemplos destacam não apenas a necessidade do Brasil em recorrer a editoras estrangeiras devido às dificuldades locais em adquirir papel, tinta e impressão dos materiais educativos, mas também ilustram a significativa influência da Europa na determinação do conteúdo, da forma, dos conceitos, das metodologias e da disseminação de ideias no país. A dependência demonstrada revela não apenas um desafio logístico e econômico, mas também uma adesão aos padrões educacionais e intelectuais estabelecidos pelos núcleos europeus de conhecimento (Bittencourt, 2020).

À luz dessas práticas, conforme argumentam Farias Júnior e Guimarães (2020), as iniciativas voltadas para a centralização do sistema de instrução pública no Brasil oitocentista revelavam-se interligadas ao movimento de

centralização política característico daquele período. A ascensão dos grupos conservadores, identificados como saquaremas, desde os primórdios do Segundo Reinado ressaltavam a relevância de políticas educacionais alinhadas à preservação da coesão política do Império.

Esses grupos, autoproclamados defensores da monarquia, da manutenção da escravidão e da prosperidade do setor cafeeiro, contavam com o sólido apoio de grandes proprietários de escravos, cuja influência econômica lhes conferia poder político substancial. Suas ações, desse modo, convergiam para a consolidação de interesses comuns que transcendiam a esfera econômica e social, sustentando e reforçando a estrutura de poder que legitimava o regime imperial. Tal simbiose entre educação e política evidenciava um projeto estratégico de perpetuação de um modelo político centralizado que visava não apenas a integridade territorial, mas também a manutenção de uma ordem social hierarquizada e servil, sob a égide dos valores conservadores que norteavam a elite dirigente.

Farias Júnior (2018), ao analisar os compêndios de História Universal de Pedro Parley (1869) e Victor Duruy (1865) como documentos históricos, no que concerne às abordagens cristãs presentes nas obras, afirma que a versão de Duruy (1865) foi traduzida do francês para o português pelo padre Francisco Bernardino de Souza. Segundo Bittencourt (2008), essa tradução não se limitou a adaptar o conteúdo às experiências educacionais brasileiras, como também acentuou o tom cristocêntrico presente na escrita da História. Para Farias Júnior (2018), ambos os compêndios configuraram uma pretensa superioridade da cultura cristã, operando por meio de uma cadeia de negações na qual os costumes, valores e princípios sociais não cristãos eram retratados de forma dicotômica e contrastante.

Esse binarismo assume a função instrutiva, que promovia padrões de moralidade e excelência pelas quais as ações humanas eram julgadas. Isso implica não apenas o direito de julgar, mas também de ser julgado conforme padrões aceitos nas

comunidades cristãs, que se tornavam a base para a normatização das relações interpessoais, conforme Farias Júnior (2018). Dessa forma, as narrativas presentes nesses textos educacionais traçam fronteiras culturais claras que distinguem o cristão do não cristão, e, conseqüentemente, fortalecem o tom cristocêntrico. Tais narrativas legitimavam a monarquia não apenas por meio de um sistema jurídico, mas também pelo apelo ao sentimento religioso e nacionalista, sugerindo um pertencimento comum a um território e a uma fé.

Coadunamos com Farias Júnior (2018) ao afirmar que essa tentativa de conciliação entre a história sagrada e a história civil proposta tanto por Duruy (1865) quanto por Parley (1869) reforçava a ideia de uma continuidade histórica linear e teleológica, na qual o passado era ordenado para explicar e validar o presente. Duruy (1865), especificamente, seleciona elementos históricos nos quais o passado é apresentado como uma sequência contínua, organizada para dar sentido à formação imperial e à constituição político-cultural do tempo presente, conferindo inteligibilidade ao processo de formação da nação e monarquia brasileiras.

No Brasil do século XIX, onde o catolicismo era a religião oficial, a adesão ao cristianismo significava a incorporação a uma tradição espiritual que, em muitos aspectos, se entrelaçava com a própria identidade nacional. Assim, essa identidade frequentemente se confundia com um padrão moral no qual o cristianismo era compreendido como um legado histórico capaz de atender às demandas do presente, conferindo coesão à sociedade e legitimando o ideal de civilização de matriz cristã europeia.

Desse modo, a autoridade conferida ao passado, particularmente aos conteúdos de História Antiga presentes nos manuais de História Universal oitocentistas, desempenhava um papel central na legitimação de experiências político-culturais que sustentavam a ordem social vigente e promoviam a integração do

Império brasileiro aos ideais de civilização cristã europeia (Farias Júnior, 2018).

Em sua dissertação, Lima (2020), ao investigar a concepção de democracia ateniense nos compêndios de História Universal redigidos por Justiniano José da Rocha (1860) e, consecutivamente, dos autores Pedro Parley (1869) e Victor Duruy (1865) – que circularam no período compreendido entre a Reforma de Couto Ferraz (1854) e a Reforma de Leôncio de Carvalho (1878) – corrobora com Farias Júnior (2018), ao sustentar que tais obras, alinhadas às correntes conservadoras hegemônicas da época, promoviam uma narrativa histórica que exaltava a estabilidade e o controle inerentes aos regimes aristocráticos e monárquicos, relegando as experiências democráticas a uma posição secundária. Essa abordagem não apenas remediava as preferências ideológicas dos autores, mas também servia para legitimar um modelo político que priorizava a ordem e a centralização do poder, em detrimento à participação popular e às instituições democráticas.

A democracia ateniense, conforme Lima (2020), embora considerada como uma experiência política significativa, era tratada com desconfiança pelos autores oitocentistas, que destacavam sua vulnerabilidade ao descontrole das massas e o oportunismo de demagogos, de tal forma que “[...] as narrativas históricas escolares referentes ao estudo da sociedade grega desqualificavam a democracia para demonstrar a solidez do poder monárquico” (Lima, 2020, p. 170). Tal abordagem estava alinhada ao projeto monárquico brasileiro, que buscava a centralização do poder e a preservação da ordem social, promovendo a educação como um meio de fortalecer a unidade política do império.

Os manuais didáticos analisados pela autora raramente abordavam a participação popular em Atenas de forma positiva, “Dado que esses conteúdos eram, de certa forma, negligenciados, uma vez que a palavra democracia aparece de forma breve e sem ser problematizada nos compêndios de

Justiniano Jose da Rocha (1860), Pedro Parley (1869) e Victor Duruy (1860) que foram utilizados no desenvolvimento [do] estudo.” (Lima, 2020, p. 183). A ênfase recaía sobre as crises e falências do sistema democrático ateniense, como o período dos trinta tiranos e a decadência após a Guerra do Peloponeso, servindo como exemplos de advertência para os leitores brasileiros. Essa perspectiva historiográfica estava imbuída não apenas da influência de Aristóteles, mas também das condições político-culturais do Brasil oitocentista, onde a monarquia buscava legitimidade e estabilidade política.

Desse modo, a narrativa histórica dos compêndios do período contribuiu para reforçar uma visão elitista da política, na qual a democracia era retratada como um modelo inerentemente falho e instável, enquanto as formas de governo aristocráticas e monárquicas surgiam como as mais aptas a assegurar o “progresso” e a “civilização”. Para Farias Júnior (2018) e Lima (2020), tais compêndios não se limitavam a servir como meros repositórios de conhecimento histórico; eram, antes, instrumentos ativos na construção de uma ordem social que exaltava a continuidade entre o passado imperial e a tradição da cristandade europeia, legitimando, assim, a estrutura de poder vigente. Nessa perspectiva, a educação oitocentista no Brasil consolidava não apenas um projeto político, mas também educacional, voltado à construção de uma memória nacional que propagava a supremacia do conhecimento histórico europeu por intermédio dos materiais didáticos.

Em síntese, é perceptível que a Europa exerceu um domínio substancial sobre os territórios colonizados não apenas estabelecendo suas estruturas políticas e econômicas, mas também difundindo seus sistemas educacionais e visões de mundo. Esta disseminação do conhecimento europeu perpetuou relações de poder coloniais que ultrapassaram o período histórico das colônias formais (Maldonado-Torres, 2018). Dessa forma, esperamos contribuir com a divulgação de um panorama sobre o lugar do ensino de história antiga em compêndios

oitocentistas e sua conexão com projetos de poder no Segundo Reinado. Reiteramos, no entanto, a existência de poucos estudos que exploram os vínculos entre história antiga ensinada e a perpetuação relações de poder coloniais no século XIX.

Referências

- ABUD, K. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2023.
- ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2020.
- ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180035. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562..> Acesso em: 27 ago. 2024.
- BITTENCOURT, C. M. F. **A história do livro didático brasileiro**. São Paulo: Abrelivros, 2020.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, C. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2023.
- BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n2, p.177-229,1990.
- COMTE, A. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. Trad. A. G. da Silva. Porto Alegre: Ed. Escala, [s.d.].

FARIAS JÚNIOR, J. P. de. A história do cristianismo nos compêndios de história universal oitocentistas. In: BUENO, A.; CREMA, E.; ESTACHESKI, D.; SOUZA NETO, J. (Orgs.). **Aprendizagens Históricas**: história do ensino. União da Vitória: Sobre Ontens, 2018, v. 01, p. 78-84.

FARIAS JÚNIOR, J. P. de. **História antiga**: trajetórias, abordagens e metodologias de ensino. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FARIAS JÚNIOR, J. P. de; GUIMARÃES, S. Manuais de ensino de História oitocentistas: reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 817–836, 2020. DOI: 10.14393/che-v19n3-2020-10. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/56846>. Acesso em: 1 out. 2024.

FONSECA, T. N. de L. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

LIMA, G. da C. A escrita da democracia ateniense nos compêndios de História Universal do Brasil de 1854 a 1878. **Dissertação** (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Piauí, Teresina, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

NADAI, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

SANTOS, N. N. de B. A cor(in)visível: representações acerca da negra e do negro a partir de abordagens interdisciplinares em livros didáticos (PNLD, Guia 2018). **Dissertação** (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Letras. Quixadá, 2020.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre v. 16, n. 37, Maio/ago. 2012 p. 73-91.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Adriane da Silva Duarte é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1987), com mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (1993, "Palavras Aladas: As Aves de Aristófanes") e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela mesma Universidade (1998, "O dono da voz e a voz do dono: a parábase na comédia de Aristófanes"). Em 2010 tornou-se livre-docente. Atualmente é Professora Titular da Universidade de São Paulo na área de Língua e Literatura Grega, atuando tanto na graduação como na pós-graduação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua e Literatura Grega, Teatro e Tradução, pesquisando principalmente os seguintes temas: O teatro de Aristófanes, Comédia grega antiga, Teatro grego e Cenas de reconhecimento na poesia e na prosa grega. Atualmente se dedica à tradução e estudo do romance grego antigo. Coordena o Grupo de Pesquisa "Estudos sobre o Teatro Antigo" (fundado em 2002). Tradutora de Aristófanes, publicou as comédias "As Aves" (SP: Hucitec, 2000) e "Duas Comédias: Lisístrata e As tesmoforiantes" (SP: Martins Fontes: 2005), além dos estudos "O dono da voz e a voz do dono: a parábase na Comédia de Aristófanes" (SP: Humanitas/Fapesp, 2000) e "Cenas de reconhecimento na poesia grega" (Campinas: Editora da Unicamp, 2012). Traduziu e apresentou o "Romance de Esopo" (in Esopo. Fábulas seguidas do Romance de Esopo. SP: Editora 34, 2017), Quéreas e Calírooe (SP: Editora 34, 2020), Efesíacas (2024). Fez parte da equipe de redatores do Dicionário Grego-Português (Cotia/ Araçoiaba da Serra: Ateliê Editorial/ Editora Mnema, 2022).

André Bueno é Professor adjunto de História Oriental na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, atuando principalmente no campo da Sinologia. É membro do grupo Leitorado Antigo (UPE); membro e coordenador da Associação Latino Americana de Estudos Afroasiáticos/ALADAA; membro da Rede Iberoamericana de Sinologia/Ribs; membro da Rede

Brasileira de Sinologia/RBChina; membro do *Council for Research in Values and Philosophy/CRVP*; membro do *International Research Group for Culture and Dialogue*; membro da *International Confucian Association*.

Arturo Sánchez Sanz é Licenciado (2013) em História pela Universidade Complutense de Madrid, com especialização em História Antiga, e uma média de 3,21, tendo realizado um ano acadêmico de intercâmbio na Universidade de La Laguna (Bolsa Sêneca do Ministério da Educação, em 2011). Mestre em História e Ciências da Antiguidade (Campus de Excelência), oferecido em conjunto pela Universidade Complutense de Madrid e pela Universidade Autônoma de Madrid, com especialização em Egito e Oriente Próximo, e uma média de 3,23, incluindo um estágio no Departamento de Manuscritos, Incunábulos e Raros da Biblioteca Nacional da Espanha. Doutor em Estudos do Mundo Antigo com Menção Internacional pela Universidade Complutense de Madrid e pela Universidade Autônoma de Madrid. Realizou estadias de pesquisa na *Faculty of Classics* da Universidade de Oxford (Reino Unido) e na Universidade Aristóteles de Tessalônica (Grécia), participando também das escavações realizadas no complexo arqueológico de Vergina pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Arqueológicos.

Belchior Monteiro Lima Neto é Professor Adjunto de História Antiga do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Ufes e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Seção ES. Atualmente, executa o projeto *História e Arqueologia na África romana: novas perspectivas historiográficas a partir das escavações no Magreb e no Saara*, com financiamento da Fapes (Edital Universal n. 28/2022).

Carlos Eduardo da Costa Campos é Graduado - Licenciatura e Bacharelado em História pela UERJ. Mestre e Doutor em História pela UERJ, com ênfase em História Antiga Romana, bem como

Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ. Professor Adjunto de História Antiga e Arqueologia da FACH / UFMS. Membro do PROFHIST / UEMS e PPGAS / UFMS. Pesquisador estrangeiro e Pós-doutor em Arqueologia pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, assim como pesquisador do Museu Histórico Nacional e do Museu de Arqueologia da UFMS. Bolsista de Produtividade CNPQ – PQ2 e membro científico da Sociedade Numismática Brasileira. Responsável Técnico pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade - ATRIVM / UFMS e a sua coleção científica de numismática.

Cláudio Umpierre Carlan é Professor Associado 4 de História Antiga e do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (PPGHI / UNIFAL-MG). Possui graduação em História pela Universidade Veiga de Almeida (1995), especialização em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1997), mestrado em História Social (Antiga e Medieval) pela Universidade Federal Fluminense (2000) e doutorado em História Cultural (Antiga e Medieval) pela Universidade Estadual de Campinas (2007), realizando estágio no exterior, Universidade de Barcelona, Espanha, como bolsista da CAPES. Estágio Técnico-Científico como bolsista da Fundación Carolina, na Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2010-11). Pós doutorado em Arqueologia e Pesquisador Colaborador do NEPAM/LAP - UNICAMP (2013-2016).

Cristina de Souza Agostini é Professora de Filosofia Antiga do curso de Filosofia da UFMS e do PROF-FILO (UFMS). Bacharel (2005), licenciada (2009), mestra (2008) e doutora (2013) em Filosofia pela Universidade de São Paulo com bolsa doutoral de estudo de estágio sanduíche- Capes, na EHESS-Paris (2010-2011), sob a supervisão do professor Claude Calame. Possui pós-doutorado em Letras Clássicas- Grego pela Universidade de São Paulo e é especialista em Educação Inclusiva com ênfase em Libras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). Líder do Grupo de pesquisa/CNPq: Diálogo: essência filosófica

para o ensino de Filosofia Antiga, coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa ATRIVM/CNPq- UFMS - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade e pesquisadora do GP/CNPq-USP Estudos sobre o Teatro Antigo.

Dolores Puga Alves de Sousa é Professora Associada do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lotada no Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL), na área de Estudos Literários, linha: Literatura e Invenção: do local ao universal. É Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na linha Poder e Discurso e possui como atual objeto de pesquisa o teatro grego clássico e os usos da antiguidade pela contemporaneidade na arte em geral, no teatro brasileiro e em práticas culturais. É mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha Linguagens, Estética e Hermenêutica e graduada na mesma instituição. Editora atual da Revista Eletrônica Trilhas da História. Foi presidente do Grupo de Trabalho em História Antiga de Mato Grosso do Sul (2022-2024). É líder do Grupo de Pesquisa Usos e Desusos das Linguagens Artísticas e vice-líder do Grupo História Antiga e Usos do Passado: novas perspectivas entre o passado e o presente. É integrante do ATRIVM / UFMS - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade. Atua sobre os seguintes temas: teatro brasileiro contemporâneo; teatro grego clássico; arte, cultura e política.

Eduardo Alves é Graduado e Mestrando em Arqueologia pela Universidade do Minho. Atualmente é bolseiro de Investigação do Lab2PT.

Elena Duce Pastor é Professora Doutora Auxiliar na Universidade Autônoma de Madrid. A pesquisadora agradece à National Hellenic Society de Atenas que a recebeu para um período de estágio de investigação em suas dependências, entre os meses de

julho e agosto de 2023. Assim, os resultados do artigo desta coletânea só foram possíveis, graças à consulta realizada nas escolas arqueológicas francesa e americana, da cidade de Atenas. Este artigo se insere no projeto PID2020-112558GB-I00, financiado pelo MICINN.

Fábio Frohwein de Salles Moniz é Doutor em Literatura Brasileira e em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Língua e Literatura Latinas do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da UFRJ. Docente permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ. Coordenador do projeto de extensão Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas, realizado em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional. Coordenador no programa de extensão ALAcer: Ações com Livros em Acervos. Coeditor da revista Calíope: Presença Clássica. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Clássicos da Fundação Biblioteca Nacional. Vice-líder do grupo de pesquisa Crítica Textual da Fundação Biblioteca Nacional. Bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP-FBN) em 2020-2021.

Fernanda Magalhães é Professora Auxiliar no Departamento de História da Universidade do Minho. Doutora em Arqueologia, desde 2019 com o tema "A *domus* romana no Noroeste Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades". Iniciou a sua atividade de investigação na mesma Universidade na área da Arqueologia Urbana na cidade de Braga e pelo Projeto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta, em cujo âmbito dirigiu diversas intervenções arqueológicas. As temáticas da sua investigação privilegiam a Arqueologia Urbana, Arquitetura e Urbanismo romanos. Autora de várias publicações, incluindo livros, artigos e atas de conferências, tendo apresentado trabalhos em vários eventos científicos nacionais e internacionais. Integra várias redes de investigação internacional. É investigadora integrada do centro de investigação Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do

Minho e do laboratório associado IN2PAST. Membro do Segundo Termo Aditivo do Acordo de Cooperação UFMS x UMinho – PT e pesquisadora estrangeira do Laboratório de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade – ATRIVM / UFMS.

Fernando Pesce é Mestre (2018) e Doutorando em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (UNICAMP). Possui Bacharelado e Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Realizou estágio pré-doutoral em Estudos Pré-Colombianos na *Dumbarton Oaks Research Library and Collection* (2016). É pesquisador associado do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da Universidade de São Paulo (CEMA-USP). Membro do Núcleo de Estudos sobre Arte Não-Europeia da Universidade Estadual de Campinas (NEANE-Unicamp). Dedicar-se a pesquisas sobre História da Arqueologia, ilustração arqueológica, Historiografia, América Pré-Colombiana e Colonial, iconografia e arte da Mesoamérica, com ênfase na área Maya.

Gilvan Ventura da Silva é Professor Titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista produtividade 1-C do CNPq e coordenador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Seção ES. No momento, executa o projeto *Migração, movimento e desordem na cidade pós-clássica: Antioquia e os efeitos da dinâmica populacional (356-397 d.C.)*. Silva é doutor em História pela Universidade de São Paulo (Usp), mestre em História Antiga e Medieval, bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É editor de *Romanitas*, Revista de Estudos Grecolatinos e membro dos seguintes grupos de pesquisa: Arqueologia Histórica (Unicamp); Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da Unesp/Franca (G.leir); Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR); Narrativas, experiências e espaços no Mundo Antigo e Medieval (Archea/Uece); e *Repertorium* - Laboratório de Estudos

Medievais (Ufes). Desde 2004, atua como assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

João Guilherme Vieira Poiati é Graduado em História pela UFMS, membro do Laboratório ATRIVM / UFMS e integra o Acordo de Cooperação Técnica UFMS X MHN e o Segundo Termo Aditivo UFMS X UMinho - PT. Efetuou estágios de pesquisa no Museu Histórico Nacional e de formação em técnicas e métodos arqueológicos no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - Museu de Arqueologia da USP e pela Universidade de Burgos - Espanha. Mestrando pelo PPGAS-UFMS.

José Petrucio de Farias Junior é professor efetivo de História na Universidade Federal do Piauí, campus de Picos (2016), onde atua como professor de História Antiga e Medieval; além disso, integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (UFPI). Licenciado e bacharel em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca - 2003), em Pedagogia pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ - 2012) e Letras-Inglês (UNIUBE - 2009). Especialista em Educação Empreendedora (UFSJ) e Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (UFF). Mestre em História, na linha de pesquisa História e Cultura Política pela UNESP/Franca (2012), com estágio de pesquisa na Albert Ludwigs Universität Freiburg (2007), Doutor em História também pela UNESP/Franca, com período sanduíche na Freie Universität - Berlin (2011-2012). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2018), sob a supervisão da Profa. Dra. Selva Guimarães; atuou como Coordenador do Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER UFU-UFPI), de 2016 a 2020; lidera os grupos de pesquisa: Laboratório de História Antiga e Medieval (LABHAM/UFPI) e História e Culturas Religiosas (HISCURE/UFPI). É coordenador de projeto de extensão, no âmbito do PIBEX, intitulado Educação Patrimonial e Ensino de História.

Lara Fernandes é graduada, mestra e doutoranda em Arqueologia pela Universidade do Minho – PT. Atualmente é Bolseira de Doutorado FCT /Lab2pt.

Leandro Hecko é Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (2003), Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2013) e possui Estágio de Pós-Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2021). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e docente do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA/UEMS.

Leandro Mendonça Barbosa é Doutor em História Antiga pela Universidade de Lisboa-Portugal. Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor da SEMED (Secretaria Municipal da Educação de Campo Grande-MS). Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Foi docente do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco-MS, do curso de Serviço Social-EaD da Universidade Anhanguera-Uniderp e Docente substituto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL. Foi Diretor do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH-MS (biênio 2018-2020) e membro do Conselho Consultivo da Direção da ANPUH-MS (biênio 2019-2021). Foi Conselheiro Municipal de Cultura de Campo Grande (biênio 2012-2014). É Coordenador do "Fórum das Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro - Seção Mato Grosso do Sul". Foi líder do Grupo de Pesquisa "Cultura e Poder na Antiguidade e no Medievo" (UFMS). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "LEIR - Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo" (USP/UFMG). Atualmente

integra os Grupos de Pesquisa "ATRIVM-Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade" (UFMS) e "Historiografia e Ensino de História: diálogos em trânsito" (UFMS).

Letícia Ruela é graduada em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Mestra em Arqueologia pela Universidade do Minho. Atualmente atua como arqueóloga da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Luis Filipe Bantim de Assumpção é Doutor em História Comparada (UFRJ), Mestre em História Política (UERJ) e Licenciado em História (Simonsen) e Pedagogia (Faculdade IBRA). Realizou o estágio de pós-doutorado em Letras Clássicas na UFRJ, com ênfase em historiografia antiga. Atua com pesquisa em História Antiga e Ensino de História, com ênfase para a *pólis* de Esparta no período Clássico, a recepção de Esparta na Contemporaneidade, com a representação do Mundo Antigo em materiais didáticos da Educação Básica, com Educação Antirracista e o uso de Tecnologias Alternativas no Ensino de História, sobretudo, Histórias em Quadrinhos. Atualmente é Coordenador Local de Doutorado em História pela Univassouras, em parceria com a UNISINOS; Professor Adjunto II da Univassouras, atuando no Curso de Pedagogia (campus Maricá e Saquarema); Líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação (GHipe/Univassouras); Vice-coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/Univassouras); Professor de História na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Atualmente realizando Estágio de Pós-doutorado em Ensino de História no PROFHIST-UEMS.

Luis Miguel Pereira Lacerda é Graduado em História pela UFMS, Especialista em Educação pela Faculdade Norte e Sul de Ensino - FANS, técnico e membro do Laboratório ATRIVM / UFMS, integra o Acordo de Cooperação Técnica UFMS X MHN e o Segundo Termo Aditivo UFMS X UMinho - PT. Efetuou estágios de pesquisa no Museu Histórico Nacional e de formação

complementar em técnicas e métodos arqueológicos na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho – PT e no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - Museu de Arqueologia da USP. Mestrando pelo PROFHIST-UEMS.

María Cecilia Colombani é Doutora em Filosofia pela Universidade de Morón. Professora de Problemas Filosóficos e Antropologia Filosófica (Universidade de Morón). Ex-Diretora do Departamento de Filosofia (Universidade de Morón). Professora de Filosofia Antiga e Problemas Especiais da Filosofia Antiga (Universidade Nacional de Mar del Plata). Pesquisadora Principal da Universidade de Morón e Co-diretora do Projeto de Pesquisa "Mundo Antigo e Cultura Histórica; formas de dominação, dependência e resistência", sediado na Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Mar del Plata. É autora de "Hesíodo. Uma Introdução Crítica" (2005), "Homero. Uma Introdução Crítica" (2005), "Foucault e o Político" (2009), "Hesíodo. Discurso e Linhagem. Uma abordagem arqueológica" (2016), fruto de sua tese de doutorado. Também publicou capítulos em obras coletivas e artigos em revistas nacionais e internacionais na área. É professora convidada anual no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Além disso, é professora convidada anual no Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, e também na Universidade do Porto, na Universidade de Aveiro e na Universidade de Lisboa, Portugal. Professora Visitante na Universidade de Perugia, Itália.

Maria do Carmo Ribeiro é Professora Associada do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do Laboratório de Paisagem, Património e Território (Lab2PT) da UMinho e do Laboratório Associado In2Past. Diretora da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Membro da Comissão Diretiva do Doutoramento em Arqueologia e dos mestrados em Património Cultural e em Arqueologia. Doutorada em

Arqueologia (2008), na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho.

Miguel Ângelo Oliveira de Almeida é Graduado em História pela UFMS, membro do Laboratório ATRIVM / UFMS e integra o Acordo de Cooperação Técnica UFMS X MHN e o Segundo Termo Aditivo UFMS X UMinho - PT. Efetuou estágios de pesquisa no Museu Histórico Nacional e de formação complementar em técnicas e métodos arqueológicos no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - Museu de Arqueologia da USP, pela Universidade de Burgos - Espanha e a Universidade de Tessalônica – Grécia. Mestrando pelo PPGAS-UFMS.

Nádia Narcisa de Brito Santos é Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, Mestra em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2020), Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó (2017), Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (2016) e em Pedagogia pela Universidade Leonardo da Vinci (2021). Membro do grupo de pesquisa História, Memória, Sociedade e Ensino, certificado pela CAPES. Possui publicações em livros e periódicos nacionais, assim como participações em projetos de pesquisas, projetos de extensões e bancas examinadoras de monografia. Atualmente atua como professora e pesquisadora na área de História, com ênfase em Ensino de História; Livros Didáticos; Práticas Pedagógicas e Currículo Escolar.

Nathalia Monseff Junqueira é Professora Adjunta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. É doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Bolsista CAPES). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Realizou estágio de Pós-Doutorado na

École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS (2011) e na *Università degli Studi di Perugia* (2021). Realizou o Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, bolsista PDS do CNPq, processo 102014/2022-1. Foi Pesquisadora Visitante na *Università degli Studi di Perugia* (2024). É professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra/Portugal e pesquisadora do G.LEIR-UNESP/Franca, Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado - UNIFESP, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano - USP, ATRIVM / UFMS - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade - UFMS e Messalinas - USP.

Pedro Paulo Abreu Funari é Doutor em Arqueologia (1990), mestre em Antropologia Social (1986) e bacharel em História (1981) pela Universidade de São Paulo (USP). Possui livre-docência em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e nove pós-doutorados, passando por prestigiadas instituições internacionais, como a *Illinois State University* e a *Stanford University*, nos Estados Unidos da América; a *University College London* e a *Durham University*, no Reino Unido; a *Universitat de Barcelona*, na Espanha; e a *Université Paris Nanterre*, na França. Atualmente, é Professor Titular e docente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, *Distinguished Lecturer* na *University of Stanford*, *Research Associate* na *Illinois State University*, na *Universitat de Barcelona* e na *Université Laval*, no Canadá. Pedro Paulo A. Funari é também assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, orientador em Stanford e Binghamton, colaborador da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de Pelotas.

Pedro Paulo Pereira Lacerda é Designer Gráfico das Animações *Uma Moeda de Cada Vez* e membro do ATRIVM / UFMS e atuou como ATRIVM - JR (Ensino Médio) do Laboratório. Graduando em Sistemas da Computação pela UFMS.

Renan Marques Birro é Professor Adjunto de História Medieval e Ensino de História Medieval da Universidade de Pernambuco (UPE/Mata Norte, Licenciaturas Presencial e EAD), além de colaborar com a Licenciatura em Ciência da Computação (modalidade EAD) da UPE/Mata Norte. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Rede em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade de Pernambuco e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013-2017), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2011-2013), Especialista em Desenvolvimento de Jogos Digitais pela UniBF (2023), Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006-2009), Licenciado em História pela UniBF (2023) e graduado em Ciência da Computação pelo Centro Universitário FATECIE (2024). Em 2017, realizou um estágio de pesquisa junto ao Instituto *Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas* do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* da República Argentina. Integra o LATHIMM - Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (USP), o Leitorado Antigo - Laboratório de Ensino e Pesquisa em História Antiga e Medieval - (UPE), a SIEN - Sociedade Iberoamericana de Estudos Nórdicos - por meio do grupo de pesquisa Leituras da Escandinávia Medieval (UEL) e o Linhas - Núcleo de Estudos sobre Narrativas e Medievalismos (UFRRJ). Sócio da *Sociedad Argentina de Estudios Medievales* (SAEMED) desde 2016.

Ricardo de Souza Nogueira é Associado de Letras Clássicas da UFRJ. Bacharel e Licenciado em Português-Grego pela UFRJ, assim como Mestre e Doutor em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. Atualmente, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. É membro dos Grupo de Pesquisa ATRIVM-UFMS e Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Clássicos da Fundação Biblioteca Nacional. Foi

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ de 2015 a 2019.

Semíramis Corsi Silva é Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Franca. Foi bolsista CAPES durante o mestrado e o doutorado. Realizou estágio de doutorado na Universidade de Salamanca - ES. Também realizou estágio de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* - EHESS - Centre ANHIMA, sob a supervisão do Prof. Dr. Jean-Michel Carrié. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/USP), do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (G.LEIR - UNESP/Franca), do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM/UNESP), do ATRIVM - Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade (ATRIVM-UFRJ e ATRIVM-UFMS), do Grupo de Trabalho História Antiga da Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, ANPUH/RS e pesquisadora e coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico - GEMAM. Membro da Asociación ARYS - *Antigüedad, Religiones y Sociedades* (Espanha), do Messalinas - Grupo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade na Antiguidade e da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR). É editora associada (área de História) da Revista *Archai* e Membro do Conselho de redação da Revista *Arys* (Espanha).



Esta coletânea é o resultado do “II Encontro do Grupo de Trabalho em História Antiga de Mato Grosso do Sul – Desafios e possibilidades para o Ensino de História Antiga no século XXI”, realizado em 2022, promovido pelo Laboratório ATRIVM, na Faculdade de Ciências Humanas da UFMS. O presente trabalho evidencia que as Antiguidades se fazem presentes em nossa existência, tanto pelas imagens que delas se apropriam, quanto pelo tratamento dado aos indícios de outrora, em prol de uma investigação comprometida com a percepção crítica de nossa sociedade e profissão. Com isso, se os usos do passado europeu, africano, asiático e americano são inevitáveis, que estes sejam feitos com os devidos rigores da profissão, porém, empregando linguagens e mídias diversas para que os nossos alunos vejam a importância dos Estudos das Antiguidades em sua formação social, além de se interessarem pela área e os seus conhecimentos.

Os organizadores.

